

***DOSSIÊ DOS MORTOS E
DESAPARECIDOS POLÍTICOS A
PARTIR DE 1964***

**Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos
Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado -
IEVE
Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE**

***DOSSIÊ DOS MORTOS E
DESAPARECIDOS POLÍTICOS A
PARTIR DE 1964***

CEPE – Companhia Editora de Pernambuco
Governo do Estado de Pernambuco
1995

Copy right © by 1995 Tortura Nunca Mais Pernambuco

Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964 / Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo... et al., prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação de Miguel Arraes de Alencar. — Recife : Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
p. 444 : il.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Prisioneiros políticos – Brasil – Biografias. 2 Tortura – Brasil – 1964 -. 3.Mortos e desaparecidos políticos – Dossiê. I. Araújo, Maria do Amparo Almeida–II.Arns, Paulo Evaristo. III. Alencar, Miguel Arraes de . rv. Título.

323.28
365.45

CDU (2.ed.)
CDD (30.ed.)

UFPE
BC-95-76

AGRADECIMENTOS:

Dr. Miguel Arraes de Alencar – Governador do Estado de Pernambuco

Eduardo Campos – Secretário do Governo

Renildo Calheiros – Secretário adjunto do Governo

Roberto Franca – Secretário de Justiça

Evaldo Costa – Presidente da CEPE e aos funcionários.

Ao Diretor do Arquivo Público de Pernambuco, Professor Potiguar Matos.

Aos funcionários do Arquivo Público de Pernambuco.

Ao Ex-Governador de Pernambuco Sr. Carlos Wilson Campos, Sílvio Pessoa e João Arrais Secretário de Justiça e Segurança Pública respectivamente e as Entidades de Defesa dos Direitos Humanos que fazem a Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos Políticos de Pernambuco que viabilizaram a abertura do primeiro arquivo da repressão política no Brasil, o DOPS-PE, em 1990 (Sindicato dos Jornalistas, GAJOP, IBASP, Causa Comum, OAB-PE, Ass. dos Sociólogos, CENDECH e Tortura Nunca Mais-PE, Forum de Mulheres de Pernambuco.)

Ao Ricardo Ohtake, Secretário de Cultura do Estado de São Paulo (1993-1994)

Aos professores José Ênio Casalecchi e Nilo Odália, diretores do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo:

Alfredo Moreno Leitão, Andréas Sguari Batista, César Augusto Att, Fernando Braga, João Paulo Garrido Pimenta, Natalino Ferreira Vaz.

À Diretora Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Eliana Rezende Furtado de Mendonça e às Diretoras Ana Maria de Lima Brandão e Waldecy Catharina Magalhães Pedreira.

Aos Pesquisadores e Funcionários do Arquivo Público do Rio de Janeiro.

Aos fotógrafos Cesar Augusto Teles, Custódio Coimbra, Marta Baião, Wilton Montenegro.

Ao Deputado Estadual Mauro Bragato (SP).

Aos familiares e amigos que tornaram possível a realização deste trabalho.

À artista plástica Marta Baião.

À historiadora e ex-presa política Inês Etienne Romeu.

Ao jornalista e ex-preso político Celso Antunes Horta.

A Marta Nehring.

Ao Deputado Federal Nilmário Miranda (MG)

À vereadora Tereza Lajolo (SP).

Agradecimento especial ao Cesar Augusto Teles

“Só vos peço uma coisa: se sobreviverdes a esta época, não vos esqueçais! Não vos esqueçais nem dos bons, nem dos maus. Juntai com paciência as testemunhas daqueles que tombaram por eles e por vós.

Um belo dia, hoje será o passado, e falarão numa grande época e nos heróis anônimos que criaram a História.

Gostaria que todo mundo soubesse que não há heróis anônimos. Eles eram pessoas, e tinham nomes, tinham rostos, desejos e esperanças, e a dor do último de entre os últimos não era menor do que a dor do primeiro, cujo nome há de ficar. Queria que todos esses vos fossem tão próximos como pessoas que tivésseis conhecido como membros da vossa família, como vós mesmos.”

Testamento sob a Força - Júlio Fuchik - Edit. Brasil Debates, 1980

Este trabalho é dedicado a:

Agrícola Maranhão do Vale, Anita Lima Piahuy Dourado, Arnaldo Xavier Cardoso Rocha, Benigno Berel Reicher Girão Barroso, Cristovan Sanches Massa, Cyrene Moroni Barroso, Dilma Alves, Edgar Corrêa, Edmundo Dias de Oliveira, Elza Joana dos Santos, Eunice Santos Delgado, Fanny Akselrud de Seixas, Guilhermina Bezerra da Rocha, Iracema Merlino, Irene Guedes Corrêa, João Baptista Xavier Pereira, Manoel Porfírio de Souza, Márcio Araújo, Maria Mendes Freire, Majer Kucinski, Paulina da Silva, Rosalvo Cypriano Souza, Zuzu Angel

familiares de presos políticos mortos e desaparecidos, que morreram lutando pelo resgate desta
História.

EQUIPE RESPONSÁVEL:

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e Instituto de Estudos da Violência do Estado – IEVE:

Criméia Alice Schmidt de Almeida, Edson Luís de Almeida Teles, Helenalda Resende de Souza Nazareth, Ivan Akselrud Seixas, Janaína de Almeida Teles, João Carlos Schmidt de Almeida Grabois, Maria Amélia de Almeida Teles, Marta Nehring, Suzana Keniger Lisbôa e Terezinha de Oliveira Gonzaga.

Grupo Tortura Nunca Mais - RJ:

Cecília Maria B. Coimbra, Cléa Moraes, Flora Abreu, João Luiz de Moraes, Luiz C. Basílio, Maria Dolores Gonzales, Sebastião Brás, Sebastião Silveira e Togo Meirelles Netto.

Grupo Tortura Nunca Mais — PE

Maria do Amparo Almeida Araújo, Marcelo Santa Cruz e Guanaira Amaral.

SUMÁRIO

<i>APRESENTAÇÃO</i>	21
<i>PREFÁCIO</i>	23
MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS: RESGATANDO A MEMÓRIA BRASILEIRA 25	
MORTES OFICIAIS	
1964	
<i>Albertino José de Oliveira</i>	41
<i>Alfeu de Alcântara Monteiro</i>	41
<i>Ari de Oliveira Mendes Cunha</i>	41
<i>Astrogildo Pascoal Vianna</i>	41
<i>Bernardino Saraiva</i>	42
<i>Carlos Schirmer</i>	42
<i>Dilermano Mello do Nascimento</i>	43
<i>Edu Barreto Leite</i>	44
<i>Ivan Rocha Aguiar</i>	45
<i>Jonas José Albuquerque Barros</i>	45
<i>José de Sousa</i>	45
<i>Labib Elias Abduch</i>	45
<i>Manuel Alves de Oliveira</i>	45
1965	
<i>Severino Elias de Melo</i>	47
1966	
<i>José Sabino</i>	48
<i>Manoel Raimundo Soares</i>	48
1967	
<i>Milton Palmeira de Castro</i>	51
1968	
<i>Benedito Frazão Dutra</i>	52
<i>Clóvis Dias Amorim</i>	52
<i>David de Souza Meira</i>	52
<i>Edson Luiz de Lima Souto</i>	53
<i>Fernando da Silva Lembo</i>	53
<i>Jorge Aprígio de Paula</i>	54
<i>José Carlos Guimarães</i>	54
<i>Luis Paulo Cruz Nunes</i>	54
<i>Manoel Rodrigues Ferreira</i>	55
<i>Maria Ângela Ribeiro</i>	55
<i>Ornalino Cândido da Silva</i>	55
1969	
<i>Antônio Henrique Pereira Neto (Padre)</i>	56
<i>Carlos Marighella</i>	57
<i>Carlos Roberto Zanirato</i>	61
<i>Chael Charles Schreier</i>	61
<i>Eremias Delizoikov</i>	63
<i>Fernando Borges de Paula Ferreira</i>	66
<i>Hamilton Fernando Cunha</i>	67
<i>João Domingos da Silva</i>	67

<i>João Lucas Alves</i>	68
<i>João Roberto Borges de Souza</i>	69
<i>José Wilson Lessa Sabag</i>	69
<i>Luiz Fogaça Balboni</i>	70
<i>Marco Antônio Brás de Carvalho</i>	70
<i>Nelson José de Almeida</i>	71
<i>Reinaldo Silveira Pimenta</i>	71
<i>Roberto Cietto</i>	72
<i>Sebastião Gomes da Silva</i>	73
<i>Severino Viana Colon</i>	73
1970	
<i>Abelardo Rausch Alcântara</i>	74
<i>Alceri Maria Gomes da Silva</i>	74
<i>Ângelo Cardoso da Silva</i>	75
<i>Antônio Raymundo Lucena</i>	75
<i>Ari de Abreu Lima da Rosa</i>	77
<i>Avelmar Moreira de Barros</i>	77
<i>Dorival Ferreira</i>	77
<i>Edson Neves Quaresma</i>	78
<i>Eduardo Collen Leite</i>	79
<i>Eraldo Palha Freire</i>	82
<i>Hélio Zanir Sanchotene Trindade</i>	82
<i>Joaquim Câmara Ferreira</i>	83
<i>Joelson Crispim</i>	84
<i>José Idésio Brianesi</i>	85
<i>José Roberto Spinger</i>	85
<i>Juarez Guimarães de Brito</i>	86
<i>Lucimar Brandão Guimarães</i>	87
<i>Marco Antônio da Silva Lima</i>	88
<i>Norberto Nehring</i>	88
<i>Olavo Hansen</i>	92
<i>Roberto Macarini</i>	94
<i>Yoshitame Fujimore</i>	95
1971	
<i>Aderval Alves Coqueiro</i>	97
<i>Aldo de Sá Brito de Souza Neto</i>	98
<i>Amaro Luís de Carvalho</i>	100
<i>Antônio Sérgio de Matos</i>	100
<i>Carlos Eduardo Pires Fleury</i>	101
<i>Carlos Lamarca</i>	102
<i>Devanir José de Carvalho</i>	105
<i>Dimas Antônio Casemiro</i>	107
<i>Eduardo Antônio da Fonseca</i>	107
<i>Flávio de Carvalho Molina</i>	108
<i>Francisco José de Oliveira</i>	112
<i>Gerson Theodoro de Oliveira</i>	112
<i>Iara Iavelberg</i>	113
<i>Joaquim Alencar de Seixas</i>	114

<i>José Campos Barreto</i>	116
<i>José Gomes Teixeira</i>	116
<i>José Milton Barbosa</i>	117
<i>José Raimundo da Costa</i>	118
<i>José Roberto Arantes de Almeida</i>	119
<i>Luís Antônio Santa Bárbara</i>	119
<i>Luís Eduardo da Rocha Merlino</i>	120
<i>Luís Hirata</i>	122
<i>Manoel José Mendes Nunes de Abreu</i>	123
<i>Marilene Vilas-Boas Pinto</i>	123
<i>Mário de Souza Prata</i>	124
<i>Maurício Guilherme da Silveira</i>	125
<i>Nilda Carvalho Cunha</i>	125
<i>Odijas Carvalho de Souza</i>	126
<i>Otoniel Campos Barreto</i>	126
<i>Raimundo Eduardo da Silva</i>	127
Raimundo Gonçalves Figueiredo	127
<i>Raimundo Nonato Paz ou “Nicolau 21”</i>	128
<i>Raul Amaro Nin Ferreira</i>	128
1972	
<i>Alex de Paula Xavier Pereira</i>	131
<i>Alexander José Ibsen Voeroes</i>	132
<i>Ana Maria Nacinovic Corrêa</i>	133
<i>Antônio Benetazzo</i>	135
<i>Antônio Carlos Nogueira Cabral</i>	136
<i>Antônio Marcos Pinto de Oliveira</i>	137
<i>Arno Preis</i>	138
<i>Aurora Maria Nascimento Furtado</i>	140
<i>Carlos Nicolau Danielli</i>	142
<i>Célio Augusto Guedes</i>	144
<i>Fernando Augusto Valente da Fonseca</i>	144
<i>Frederico Eduardo Mayr</i>	146
<i>Gastone Lúcia Beltrão</i>	149
<i>Gelson Reicher</i>	150
<i>Getúlio D’Oliveira Cabral</i>	151
<i>Grenaldo de Jesus da Silva</i>	152
<i>Hélcio Pereira Fortes</i>	152
<i>Hiroaki Torigoi</i>	154
<i>Ismael Silva de Jesus</i>	155
<i>Iuri Xavier Pereira</i>	156
<i>Jeová de Assis Gomes</i>	157
<i>João Mendes Araújo</i>	157
<i>José Bartolomeu Rodrigues de Souza</i>	158
<i>João Carlos Cavalcanti Reis</i>	158
<i>José Inocêncio Pereira</i>	159
<i>José Júlio de Araújo</i>	159
<i>José Silton Pinheiro</i>	162
<i>Lauriberto José Reys</i>	163

<i>Lígia Maria Salgado Nóbrega</i>	163
<i>Lincoln Cordeiro Oest</i>	164
<i>Lourdes Maria Wanderly Pontes</i>	165
<i>Luís Andrade de Sá e Benevides</i>	166
<i>Marcos Nonato da Fonseca</i>	166
<i>Maria Regina Lobo Leite Figueiredo</i>	167
<i>Míriam Lopes Verbena</i>	167
<i>Ruy Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter</i>	168
<i>Valdir Sales Saboya</i>	170
<i>Wilton Ferreira</i>	170
1973	
<i>Alexandre Vannucchi Leme</i>	173
<i>Almir Custódio de Lima</i>	176
<i>Anatália de Souza Alves de Melo</i>	178
<i>Antônio Carlos Bicalho Lana</i>	178
<i>Arnaldo Cardoso Rocha</i>	180
<i>Emanoel Bezerra dos Santos</i>	181
<i>Eudaldo Gomes da Silva</i>	183
<i>Evaldo Luís Ferreira de Sousa</i>	184
<i>Francisco Emanoel Penteado</i>	184
<i>Francisco Seiko Okama</i>	185
<i>Gildo Macedo Lacerda</i>	185
<i>Helber José Gomes Goulart</i>	188
<i>Henrique Ornelas Ferreira Cintra</i>	190
<i>Jarbas Pereira Marques</i>	190
<i>José Carlos Novaes da Mata Machado</i>	191
<i>José Manoel da Silva</i>	193
<i>José Mendes de Sá Roriz</i>	194
<i>Lincoln Bicalho Roque</i>	195
<i>Luis Guilhardini</i>	196
<i>Luís José da Cunha</i>	198
<i>Manoel Aleixo da Silva</i>	199
<i>Manoel Lisboa de Moura</i>	199
<i>Merival Araújo</i>	200
<i>Pauline Philipe Reichstul</i>	201
<i>Ranúsia Alves Rodrigues</i>	201
<i>Ronaldo Mouth Queiroz</i>	202
<i>Soledad Barret Viedma</i>	202
<i>Sônia Maria Lopes Morais</i>	204
1975	
<i>José Ferreira de Almeida</i>	211
<i>Pedro Gerônimo de Souza</i>	211
<i>Wladimir Herzog</i>	212
1976	
<i>Ângelo Arroyo</i>	214
<i>João Baptista Franco Drummond</i>	215
<i>João Bosco Penido Burnier (Padre)</i>	217
<i>Manoel Fiel Filho</i>	218

<i>Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar</i>	220
1977	
<i>José Soares dos Santos</i>	224
1979	
<i>Alberi Vieira dos Santos</i>	225
<i>Benedito Gonçalves</i>	225
<i>Guido Leão</i>	225
<i>Otacílio Martins Gonçalves</i>	226
<i>Santo Dias da Silva</i>	226
1980	
<i>Lyda Monteiro da Silva</i>	229
<i>Raimundo Ferreira Lima</i>	229
<i>Wilson Souza Pinheiro</i>	230
1983	
<i>Margarida Maria Alves</i>	231
OUTRAS MORTES	
<i>Afonso Henrique Martins Saldanha</i>	235
<i>Antônio Carlos Silveira Alves</i>	235
<i>Ari da Rocha Miranda</i>	235
<i>Catarina Abi-Eçab</i>	235
<i>Iris Amaral</i>	236
<i>Ishiro Nagami</i>	236
<i>João Antônio Abi-Eçab</i>	237
<i>João Barcellos Martins</i>	237
<i>José Maximiniano de Andrade Neto</i>	238
<i>Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues</i>	238
<i>Newton Eduardo de Oliveira</i>	238
<i>Sérgio Correia</i>	238
<i>Silvano Soares dos Santos</i>	238
<i>Zuleika Angel Jones</i>	239
MORTES NO EXÍLIO	
<i>Ângelo Pezzuti da Silva</i>	243
<i>Carmem Jacomini</i>	245
<i>Djalma Carvalho Maranhão</i>	245
<i>Gerosina Silva Pereira</i>	246
<i>Maria Auxiliadora Lara Barcelos</i>	246
<i>Nilton Rosa da Silva</i>	248
<i>Therezinha Viana de Assis</i>	248
<i>Tito de Alencar Lima (Frei)</i>	249
DESAPARECIDOS NO BRASIL	
<i>Adriano Fonseca Fernandes Filho</i>	253
<i>Aluísio Palhano Pedreira Ferreira</i>	254
<i>Ana Rosa Kucinski Silva</i>	256
<i>André Grabois</i>	257
<i>Antônio “Alfaiate”</i>	258
<i>Antônio Alfredo Campos</i>	258
<i>Antônio Carlos Monteiro Teixeira</i>	259

<i>Antônio de Pádua Costa</i>	259
<i>Antônio dos Três Reis Oliveira</i>	260
<i>Antônio Guilherme Ribeiro Ribas</i>	261
<i>Antônio Joaquim Machado</i>	263
<i>Antônio Teodoro de Castro</i>	263
<i>Arildo Valadão</i>	264
<i>Armando Teixeira Frutuoso</i>	265
<i>Áurea Eliza Pereira Valadão</i>	266
<i>Aylton Adalberto Mortati</i>	268
<i>Bergson Gurjão Farias</i>	270
<i>Caiuby Alves de Castro</i>	271
<i>Carlos Alberto Soares de Freitas</i>	271
<i>Celso Gilberto de Oliveira</i>	273
<i>Cilon da Cunha Brun</i>	274
<i>Ciro Flávio Salasar Oliveira</i>	275
<i>Custódio Saraiva Neto</i>	277
<i>Daniel José de Carvalho</i>	277
<i>Daniel Ribeiro Callado</i>	278
<i>David Capistrano da Costa</i>	279
<i>Dênis Casemiro</i>	281
<i>Dermeval da Silva Pereira</i>	282
<i>Dinaelza Soares Santana Coqueiro</i>	283
<i>Dinalva Oliveira Teixeira</i>	283
<i>Divino Ferreira de Sousa</i>	284
<i>Durvalino de Souza</i>	285
<i>Edgard Aquino Duarte</i>	285
Edmur Péricles Camargo	287
<i>Eduardo Collier Filho</i>	288
<i>Elmo Corrêa</i>	288
<i>Elson Costa</i>	289
<i>Enrique Ernesto Ruggia</i>	290
<i>Ezequias Bezerra da Rocha</i>	290
<i>Félix Escobar Sobrinho</i>	292
<i>Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira</i>	292
<i>Francisco Manoel Chaves</i>	295
<i>Gilberto Olímpio Maria</i>	295
<i>Guilherme Gomes Lund</i>	296
<i>Heleni Telles Ferreira Guariba</i>	297
<i>Helenira Rezende de Souza Nazareth</i>	299
<i>Hélio Luiz Navarro de Magalhães</i>	301
<i>Hiram de Lima Pereira</i>	302
<i>Honestino Monteiro Guimarães</i>	304
<i>Idalísio Soares Aranha Filho</i>	305
<i>Ieda Santos Delgado</i>	306
<i>Ísis Dias de Oliveira</i>	306
<i>Issami Nakamura Okano</i>	310
<i>Itair José Veloso</i>	310
<i>Ivan Mota Dias</i>	311

<i>Jaime Amorim Miranda</i>	312
<i>Jaime Petit da Silva</i>	312
<i>Jana Moroni Barroso</i>	313
<i>João Alfredo Dias</i>	314
<i>João Batista Rita</i>	314
<i>João Carlos Haas Sobrinho</i>	315
<i>João Gualberto</i>	316
<i>João Leonardo da Silva Rocha</i>	316
<i>João Massena Melo</i>	317
<i>Joaquim Pires Cerveira</i>	318
<i>Joaquinzão</i>	319
<i>Joel José de Carvalho</i>	319
<i>Joel Vasconcelos Santos</i>	320
<i>José Huberto Bronca</i>	321
<i>José Lavechia</i>	322
<i>José Lima Piauhy Dourado</i>	322
<i>José Maria Ferreira Araújo</i>	323
<i>José Maurílio Patrício</i>	326
<i>José Montenegro de Lima</i>	326
<i>José Porfírio de Souza</i>	327
<i>José Roman</i>	328
<i>José Toledo de Oliveira</i>	328
<i>Jorge Leal Gonçalves Pereira</i>	329
<i>Jorge Oscar Adur (Padre)</i>	330
<i>Kleber Lemos da Silva</i>	330
<i>Libero Giancarlo Castiglia</i>	331
<i>Lourival de Moura Paulino</i>	332
<i>Lúcia Maria de Sousa</i>	332
<i>Lúcio Petit da Silva</i>	333
<i>Luís Almeida Araújo</i>	334
<i>Luís Eurico Tejera Lisboa</i>	335
<i>Luís Inácio Maranhão Filho</i>	341
<i>Luíza Augusta Garlippe</i>	342
<i>Luiz Renê Silveira e Silva</i>	343
<i>Luiz Vieira de Almeida</i>	343
<i>Manuel José Nurchis</i>	344
<i>Márcio Beck Machado</i>	344
<i>Marco Antônio Dias Batista</i>	345
<i>Marcos José de Lima</i>	345
<i>Maria Augusta Thomaz</i>	346
<i>Maria Célia Corrêa</i>	346
<i>Maria Lúcia Petit da Silva</i>	347
<i>Mariano Joaquim da Silva</i>	351
<i>Mario Alves de Souza Vieira</i>	352
<i>Maurício Grabois</i>	355
<i>Miguel Pereira dos Santos</i>	357
<i>Nelson de Lima Piauhy Dourado</i>	358
<i>Nestor Veras</i>	358

<i>Norberto Armando Habeger</i>	359
<i>Onofre Pinto</i>	359
<i>Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior</i>	360
<i>Orlando Momente</i>	362
<i>Oswaldo Orlando da Costa</i>	363
<i>Paulo César Botelho Massa</i>	365
<i>Paulo Costa Ribeiro Bastos</i>	366
<i>Paulo de Tarso Celestino da Silva</i>	366
<i>Paulo Mendes Rodrigues</i>	367
<i>Paulo Roberto Pereira Marques</i>	367
<i>Paulo Stuart Wright</i>	369
<i>Pedro Alexandrino de Oliveira Filho</i>	372
<i>Pedro Carretel</i>	373
<i>Pedro Inácio de Araújo</i>	374
<i>Ramires Maranhão do Vale</i>	374
<i>Rodolfo de Carvalho Troiano</i>	375
<i>Rosalino Souza</i>	376
<i>Rubens Beirodt Paiva</i>	378
<i>Ruy Carlos Vieira Berbert</i>	381
<i>Ruy Frazão Soares</i>	384
<i>Sérgio Landulfo Furtado</i>	387
<i>Stuart Edgar Angel Jones</i>	388
<i>Suely Yumiko Kamayana</i>	390
<i>Telma Regina Cordeiro Corrêa</i>	391
<i>Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto</i>	392
<i>Tobias Pereira Júnior</i>	395
<i>Uirassu de Assis Batista</i>	395
Umberto Albuquerque Câmara Neto	395
<i>Vandick Reidner Pereira Coqueiro</i>	396
<i>Virgílio Gomes da Silva</i>	396
<i>Vitorino Alves Moitinho</i>	398
<i>Walquíria Afonso Costa</i>	399
<i>Wálter de Souza Ribeiro</i>	401
<i>Wálter Ribeiro Novaes</i>	402
<i>Wilson Silva</i>	403
DESAPARECIDOS NO EXTERIOR	
ARGENTINA	
<i>Francisco Tenório Júnior</i>	407
<i>Jorge Alberto Basso</i>	408
<i>Luiz Renato do Lago Faria</i>	408
<i>Maria Regina Marcondes Pinto</i>	408
<i>Roberto Rascardo Rodrigues</i>	409
<i>Sidney Fix Marques dos Santos</i>	410
<i>Walter Kenneth Nelson Fleury</i>	410
BOLÍVIA	
<i>Luiz Renato Pires de Almeida</i>	411
CHILE	
<i>Jane Vanini</i>	412

<i>Luiz Carlos Almeida</i>	413
<i>Nelson de Souza Kohl</i>	414
<i>Túlio Roberto Cardoso Quintiliano</i>	414
<i>Vânio José de Matos</i>	415
<i>ANEXO I - FOTOS DE MORTOS ENCONTRADAS NOS ARQUIVOS DA REPRESSÃO POLÍTICA</i>	417
<i>ANEXO II - SIGLAS USADAS</i>	427
<i>BIBLIOGRAFIA E SUGESTÕES PARA LEITURA</i>	431

APRESENTAÇÃO

Este livro é instrumento para a construção de uma Nação justa, antes de ato de denúncia. É tal certeza que leva o Governo de Pernambuco a participar, modestamente, de sua edição. Os fatos que se erguem à nossa frente são incontornáveis. Não há alternativa além de decifrá-los e revelá-los, por maiores que sejam as dores e por mais resguardadas que sejam as culpas. É também com dores profundas e com culpas expostas que se constrói uma Nação.

Querer a justiça não é querer a revanche. Os revanchistas apenas reformam erros, enquanto os que lutam pela justiça fazem avançar o processo de redemocratização — que no Brasil é ainda essencialmente formal, ao sustentar um modelo econômico que gera milhões de miseráveis. O reconhecimento, pelo Estado, dos direitos dos brasileiros mortos no decorrer do regime militar, marcará um avanço no processo de redemocratização. Avanço no qual, temos a convicção, sabemos conquistar com maturidade e responsabilidade.

MIGUEL ARRAES DE ALENCAR

Governador de Pernambuco#

PREFÁCIO

Tocar nos corpos para machucá-los e matar. Tal foi a infeliz, pecaminosa e brutal função de funcionários do Estado em nossa pátria brasileira após o golpe militar de 1964.

Tocar nos corpos para destruí-los psicologicamente e humanamente. Tal foi a tarefa ignominiosa de alguns profissionais da Medicina e de grupos militares e paramilitares durante 16 anos em nosso país. Tarefa que acabamos exportando ao Chile, Uruguai e Argentina. Ensinamos outros a destruir e a matar. Lentamente e sem piedade. Sem ética nem humanismo.

Macular pessoas e identidades. Perseguir líderes políticos e estudantis. Homens e mulheres, em sua maioria jovens. É destas dores que trata este livro. É desta triste história que nos falam estas páginas marcadas de sangue e dor.

Vejo o próprio Cristo crucificado nestas páginas e suas sete chagas de novo abertas diante de nossos olhos. Nossa missão humana e cristã ainda não terminou, pois ainda existem corpos na cruz. Existem pessoas injustamente torturadas em novos antros de tortura. Os impérios do poder especializaram-se nas armas e nos métodos. Dos pregos, correias e espinhos que mataram Jesus em Jerusalém, passou-se às fitas de aço, fios elétricos forjando cruces maiores e mais pesadas. Com a inteligência do demônio e a vontade deliberada de fazer o mal.

Em documento publicado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, secção do Rio Grande do Sul, sob os auspícios da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1984, tínhamos já uma lista incompleta de 339 mortos ou desaparecidos sob o domínio da macabra Ideologia da Segurança Nacional, fiel suporte das ditaduras militares latino-americanas.

Hoje temos em mãos documento mais longo, fruto de séria pesquisa dos próprios familiares nestes últimos dez anos. Fatos novos surgiram. Documentos e valas foram abertas e revelados com muita luta e muito empenho. Também com muita dor e muito sofrimento.

Vejo, com o olhar da fé, nestes que morreram assassinados, também surgir a esperança na ressurreição. Deles e de toda a nossa gente brasileira. Pois, como dizia santamente nosso amigo e mártir, Monsenhor Oscar Arnulfo Romero y Gadamez, Arcebispo assassinado pelas mesmas forças da repressão em El Salvador:

“Se me matarem ressuscitarei no povo Salvadorenho”.

Sim, para os que crêem e têm fé, a certeza da morte nos entristece, mas a promessa da imortalidade nos consola e reanima. A certeza de que Deus Pai não suporta ver seus filhos amados na cruz, nos confirma a ressurreição como o grande gesto vitorioso diante de todos os poderes da morte, do mal e da mentira. Pois, como diz o Apóstolo Paulo:

“Realmente está escrito: Por tua causa somos entregues à morte todo o dia, fomos tidos em conta de ovelhas destinadas ao matadouro. Mas, em tudo isso vencemos por Aquele que nos amou”. (Rm 8,36-37).

Ainda há muito o que fazer para que toda a verdade venha à tona.

Ainda há muito o que fazer para que nossa juventude jamais se esqueça destes tempos duros e injustos.

Ainda há muito por esclarecer para que a verdade nos liberte e para que não tenhamos “aquele” Brasil nunca mais.

Há ainda muito amor e compaixão em nossos corações capazes de vencer toda dor e todo sofrimento que nos infligiram.

Existem ainda muitos ombros amigos junto aos familiares dos mortos e desaparecidos que tornaram palpável e possível a esperança. E que afastaram o desânimo e o medo nas horas difíceis.

Ombros largos como os do grande Senador Teotônio Vilela até ombros femininos e corajosos da impecável prefeita Luiza Erundina de Sousa.

Ombro de apoio incondicional da nossa Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, até o próprio ombro chagado e vitorioso do Cristo, visível em sua Igreja, seus discípulos e seus mártires. Carregando em sua cruz a cruz destes que morreram pela justiça em nossa terra. Carregando nestas cruces a cruz do próprio Cristo.

Este é um livro de dor. É um memorial de melancolias. Um livro que fere, e machuca, mentes e corações. Um livro para fazer pensar e fazer mudar o que deve ainda ser mudado e pensado em favor da vida e da verdade.

Um livro dos trinta anos que já se passaram.

Mas também um livro que faça a verdade falar, gritar e surgir como o sol em nossa terra. Um livro que traga muita luz e esclarecimento nos anos que virão.

Um livro, vários brados, uma certeza verdadeira. Nunca mais a escuridão e as trevas. Nunca mais ao medo e à ditadura. Nunca mais à exclusão e à tortura. Nunca mais à morte. Um sim à vida!

São Paulo, 21 de novembro de 1994
Paulo Evaristo, CARDEAL ARNS
Arcebispo Metropolitano de São Paulo

MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS: RESGATANDO A MEMÓRIA BRASILEIRA

Quando o muro separa/ Uma ponte une/
Se a vingança encara/ O remorso pune/
Você vem me agarra/ Alguém me solta/
Você vai na marra/ Ela um dia volta./
E se a força é tua/ Ela um dia é nossa/
Olha o muro, olha a ponte./
Olha o dia de ontem chegando/
Que medo você tem de nós/
Olha aí/.

Você corta um verso/ Eu escrevo outro./
Você me prende vivo/ Eu escapo morto/
De repente, olha eu de novo/ Perturbando a paz/
Exigindo o troco/ Vamos por aí, eu e meu cachorro/
Olha o verso, olha o moço chegando/ que medo você tem de nós/
Olha aí!

(Pesadelo - Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro)

Há várias maneiras de narrar a história de um país. Uma visão sempre esquecida, conhecida como a “ótica dos vencidos”, é aquela forjada pelas práticas dos movimentos sociais populares, nas suas lutas, no seu cotidiano, nas suas resistências e na sua teimosia em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas e instituídas e que procuram de certa forma construir outros modos de subjetividades, outros modos de relação com o outro, outros modos de produção, outros modos de criatividade.

É desta história que vamos falar um pouco, de uma história onde as classes populares não são meras expectadoras dos fatos, mas produtoras dos acontecimentos. De uma história onde a subjetividade dominante – apesar de seu poderio e tentativas – não consegue silenciar e ocultar a produção de espaços singulares, de práticas diferentes e eliminar a memória histórica de uma outra memória.

A memória histórica “oficial” é um lado perverso de nossa história, produzida pelas práticas dominantes para apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta, num esforço contínuo de exclusão dessas forças sociais como sujeitos que forjam a história. Pretendem com isso desconhecer, desfigurar e distorcer os embates reais dos “vencidos”, como se estes não estivessem presentes no cenário político.

É necessário, portanto, como afirma Marilena Chauí, um trabalho de “desconstrução da memória, desvendando não só o modo como o vencedor produziu a representação de sua vitória, mas sobretudo, como a própria prática dos vencidos participou desta construção.” (*In De Decca - O Silêncio dos Vencidos - S. Paulo, Brasiliense, 1984, p.17*).

Para resgatar esta outra memória, diversos grupos organizados em diferentes estados brasileiros vêm trazendo ao conhecimento da sociedade acontecimentos ocultados: a questão dos mortos e desaparecidos políticos.

A ditadura militar, implantada por meio do golpe de abril de 1964, desde seu início, cometeu atrocidades contra o povo e a nação brasileira.

Foi deposto o governo legitimamente eleito pelo voto popular e revogados seus atos em prol da reforma agrária e contra as remessas de lucros das empresas estrangeiras obtidos no território nacional.

Milhares de pessoas foram presas, torturadas e tiveram seus direitos políticos cassados. Ora por serem sindicalistas, camponeses, advogados ou parlamentares, ora por serem funcionários públicos, ferroviários ou simplesmente estudantes. Outras tantas conseguiram escapar para o exílio.

Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional foram suficientes para aniquilar o Estado do Bem Estar. Segundo essa doutrina, o principal inimigo está dentro do próprio país e deve ser procurado entre o povo.

Para defender o Estado de Segurança, justifica-se a violação aos direitos constitucionais e da pessoa humana.

A férrea censura à imprensa impedia que a maioria do povo tivesse acesso às informações. Enquanto isso, nos bastidores do governo, cada vez revestia-se da maior importância o SNI – Serviço Nacional de Informações –, criado em 13 de junho de 1964, com o objetivo de produzir e operar informações conforme os interesses da ditadura e de seus aliados.

A expansão do SNI teve como consequência o recrudescimento da repressão política. Foi criada a Operação Bandeirantes – OBAN, financiada também por multinacionais, como a Ultra, Ford, General Motors e outras. A OBAN contava com integrantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Política Estadual, Departamento da Polícia Federal, Polícia Civil, entre outros.

Foram tão eficientes seus métodos de combate à chamada subversão, por meio de torturas e assassinatos, que serviu de modelo para a implantação, em escala nacional, de organismo oficial – sob a sigla DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna. Esses organismos visavam prender, torturar e matar opositores políticos.

Uma parte das dolorosas consequências dessas ações ignominiosas do Estado de Segurança – cuja expressão máxima foi a ditadura militar – está descrita neste Dossiê.

A luta pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos políticos ocorridos durante o período da ditadura militar brasileira iniciou-se ainda na primeira metade dos anos 70 e se estende até os dias de hoje. De início, foram os grupos de familiares que, em diferentes Estados, começaram a se organizar para denunciar não somente as mortes e desaparecimentos de seus entes queridos, mas também as torturas e as péssimas condições pelas quais passavam os presos políticos na época. Naquele momento, foi de fundamental importância o apoio de alguns setores da Igreja, com suas Comissões de Justiça e Paz, e de alguns parlamentares opositores.

A atuação dos familiares de presos políticos mortos e desaparecidos se tornou mais intensa em meados de 70, quando cresceu de maneira alarmante o número de desaparecidos. No ano de 1974, não houve vítimas do regime militar, na condição de mortos oficiais, somente desaparecidos.

Desgastada politicamente e alarmada com a caótica situação de sua política econômica, a ditadura se lançou em uma farsa chamada “abertura democrática” sob os auspícios do General Geisel, o então Presidente da República. Dessa forma, oficialmente, a

ditadura não mais assumia o assassinato de seus opositores. Não havia mais repressão política, porque dizimada estava a chamada subversão. Em compensação, o número de desaparecidos cresceu absurdamente.

O primeiro morto oficial, nessa época, é de julho de 1975, José Ferreira de Almeida. Mas, só chegou à opinião pública o caso de Wladimir Herzog, oficialmente morto, em outubro daquele ano. Por essa ocasião, também se iniciaram as primeiras articulações para se construir um movimento em favor da Anistia.

Formaram-se entidades como o “Movimento Feminino Pela Anistia e Liberdades Políticas” e os “Comitês Brasileiros pela Anistia”, estes espalhados por vários Estados. Essa luta em diferentes segmentos da sociedade civil brasileira foi-se reorganizando e se fortalecendo, sobretudo no final de 70.

Os familiares recorriam aos advogados, que apelavam para o *Habeas Corpus*, mesmo suspenso com a edição do AI-5, em 1968. Foi um recurso bastante utilizado na tentativa de preservar a vida dos presos, embora os juízes militares nunca o aceitassem. Era uma forma de pressão, tanto para avisar aos órgãos de repressão do conhecimento dessas prisões, como para repudiar a supressão desse direito. No caso dos desaparecidos, a resposta era invariavelmente: “encontra-se foragido”.

O termo *desaparecido* é usado para definir a condição daquelas pessoas que, apesar de terem sido seqüestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, as autoridades governamentais jamais assumiram suas prisões e mortes. São até hoje consideradas pessoas foragidas pelos órgãos oficiais. Neste caso, as famílias buscam esclarecer as circunstâncias da morte e a localização dos corpos.

O termo *morto oficial* significa que a morte das pessoas presas foi reconhecida publicamente pelos órgãos repressivos. No entanto, muitas vezes, é necessário ainda localizar os restos mortais que foram enterrados com nomes falsos – num flagrante ato de ocultação de cadáveres, já que as autoridades oficiais sabiam a verdadeira identidade dos mortos. Na maioria das vezes, a versão policial da morte é totalmente falsa.

Em 28 de agosto de 1979, a promulgação da Lei da Anistia marcou definitivamente, para os familiares dos mortos e desaparecidos, a perda de seus parentes. A Anistia trouxe de volta os presos políticos, exilados e clandestinos para o convívio social e político. Mas muitos mortos e os desaparecidos não voltaram sequer na forma de um atestado de óbito.

Pressionado pela opinião pública, o regime militar foi obrigado a conceder a Anistia, muito embora não fosse aquela anistia que todos clamavam, ampla, geral e irrestrita. Mas uma anistia onde foi incluída a humilhante proposição de se dar um atestado de paradeiro ignorado ou de morte presumida, aos desaparecidos, pretendendo assim eximir a ditadura de suas responsabilidades, e impedir a elucidação das reais circunstâncias dos crimes cometidos. Enquanto a ditadura procurava, assim, ocultar seus crimes, resolvendo burocraticamente a ausência de dezenas de militantes, apresentávamos à Nação a descoberta do corpo do primeiro desaparecido político, Luiz Eurico Tejera Lisbôa, localizado – enterrado como indigente – sob nome falso, no Cemitério Dom Bosco, em Perus, na periferia de São Paulo. A anistia política representou, na verdade, uma auto-anistia para os envolvidos nas ações repressivas após o golpe de 1964. Contudo eles foram “anistiados” não por império da lei, mas por uma interpretação, na qual a pretensa “abertura política” poderia retroceder, segundo os próprios setores do regime, se houvesse por parte das oposições, uma postura “revanchista”. O termo revanchismo tem sido usado para criticar a atitude daqueles que insistem em investigar os casos dos mortos e desaparecidos pela repressão política e exigem o julgamento dos responsáveis por tais crimes.

No entanto, este é um imperativo do processo de democratização real da sociedade brasileira, que precisa conhecer a verdadeira história do regime militar de 1964. Isto é fundamental para que as atrocidades não mais se repitam.

Lembremo-nos ainda de que os presos políticos envolvidos nos chamados crimes de sangue não foram beneficiados pela Anistia. Permaneceram nos cárceres, até que a reformulação da Lei de Segurança Nacional – LSN – atenuou as penas. Saíram, então, em liberdade condicional, vivendo nessa condição por período que se estendeu por muitos anos após a anistia. Aqueles que cometeram crimes de sangue não foram anistiados. Aí se incluem os militares que além de praticarem a tortura, assassinaram e ocultaram cadáveres de presos políticos.

Com o retorno ao Estado de Direito, esta situação ainda não foi resolvida. O Estado brasileiro insiste em se omitir de sua responsabilidade perante os crimes cometidos.

Passados mais de quinze anos da promulgação da Lei da Anistia, o número de mortos e desaparecidos políticos atinge a soma de 360. Este número não reflete a totalidade dos mortos ou desaparecidos, visto que sempre aumenta, quanto mais se abrem as possibilidades de pesquisa. Até o momento, tivemos acesso a poucos e inexpressivos documentos oficiais referentes às mortes na zona rural.

Cerca de metade dos desaparecidos políticos conhecidos foram seqüestrados e mortos na região do Araguaia – onde se desenvolveu um movimento guerrilheiro no período de 1972 a 1974. Essa região compreende uma área de mais ou menos 6.500 km², entre as cidades de São Domingos das Latas e São Geraldo, às margens do Rio Araguaia, no sul do Pará. Tinha uma população rural de mais ou menos 20 mil habitantes e nela atuaram 69 guerrilheiros militantes do PC do B – Partido Comunista do Brasil – e cerca de 17 camponeses que se integraram ao movimento.

Para combatê-los, o governo utilizou cerca de 20 mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícias Militares do Pará, Goiás e Maranhão. A proporção de um militar para cada habitante da região, sendo que cada militar estava fortemente armado e ainda contava com o respaldo de modernos equipamentos bélicos, nos faz acreditar que, sem dúvida, houve muito mais vítimas fatais do que as registradas neste dossiê. Grande parte das informações que hoje temos acerca dos desaparecidos do Araguaia se deve ao relatório feito por Ângelo Arroyo, apreendido pelos órgãos de repressão durante o episódio conhecido como Massacre da Lapa, em 1976. Nessa ação, foram presos e mortos alguns dirigentes do PC do B, entre eles Arroyo.

Logo após a Anistia, os familiares entregaram um dossiê relatando de maneira sucinta os casos dos mortos e desaparecidos ao Senador Teotônio Vilela, então presidente da Comissão Mista Sobre a Anistia, no Congresso Nacional. Este dossiê, elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA – foi editado, em 1984, com o apoio do CBA/RS – o único que ainda atuava na época no país – pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. É o documento que tem servido de base para todo o trabalho de pesquisa e para elaboração deste atual Dossiê. Dele constavam 339 nomes, sendo 144 desaparecidos.

Marcava também a homenagem dos familiares ao Senador Teotônio Vilela, que transformou seus últimos anos de vida na defesa intransigente da anistia e das liberdades políticas.

Diversas tentativas para esclarecer as circunstâncias das mortes e a localização dos restos mortais foram feitas pelos familiares: audiências com ministros, tanto da época da

Ditadura como nos governos atuais; ações judiciais de responsabilização da União; de retificação de registros de óbito e *Habeas Data*. Houve casos em que a ação teve como resultado a responsabilização da União pelo desaparecimento ou morte de ativistas políticos como por exemplo, Mário Alves (preso em 14 de janeiro de 1970 e desaparecido desde então), Rui Frazão Soares (preso em 1971 e também desaparecido), Raul Amaro Nin Ferreira (morto em agosto de 1971), Wladimir Herzog (morto em 25 de outubro de 1975) e Manoel Fiel Filho (morto em 16 de janeiro de 1976). No caso de Mário Alves e Rui Frazão, desaparecidos, não foram entregues os restos mortais.

Os familiares dos guerrilheiros do Araguaia fizeram, em 1981, uma ação coletiva para exigir da União esclarecimentos sobre as circunstâncias das suas mortes e a localização dos corpos. Em 17 de agosto de 1993, a Justiça julgou procedente o recurso impetrado por esses familiares para que o mérito desse processo fosse julgado, alegando que não há nenhuma justificativa de sigilo pelas Forças Armadas e que a Lei da Anistia é incompleta para atender à solicitação dos familiares. Até hoje o mérito não foi julgado.

Em 1990, no dia 04 de setembro, foi aberta a Vala de Perus, localizada no Cemitério Dom Bosco, na periferia da cidade de São Paulo. Lá foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos Esquadrões da Morte. Pelo menos as ossadas de seis presos políticos deveriam estar enterradas nessa vala de acordo com os registros do cemitério: Dênis Casemiro, Dimas Casemiro, Flávio de Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, Frederico Eduardo Mayr e Grenaldo de Jesus da Silva.

A Prefeita Luiza Erundina, de imediato, criou uma Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus, com a participação de familiares e médicos legistas da UNICAMP. A iniciativa da Prefeita foi seguida pela abertura de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, na Câmara Municipal de São Paulo e a formação da Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos, na Câmara Federal.

No Rio de Janeiro e Pernambuco, desde 1990, iniciaram-se pesquisas nos institutos médico legais, polícias técnicas e cemitérios da periferia.

A partir da abertura da vala – um marco na luta pelo resgate dos mortos e desaparecidos – os familiares passaram a reivindicar de maneira mais contundente o acesso aos arquivos policiais da ditadura. Chegaram a interpelar o então Presidente Fernando Collor, em uma de suas exibições esportivas, quando ele se comprometeu a abri-los.

Nos Estados do Paraná e de Pernambuco, seus governadores de imediato abriram os arquivos aos familiares. Na Paraíba alguns vereadores iniciaram pesquisas nos arquivos da repressão política. Mas o mesmo não ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro, cujos arquivos se encontravam na Polícia Federal, desde 1983, sob a guarda de policiais vinculados diretamente à repressão política da ditadura militar. Os familiares, então, tiveram que insistir para que a ordem do Presidente da República fosse realmente cumprida, o que veio a ocorrer no dia 22 de janeiro de 1992, quando o Governo de São Paulo recebeu de volta os arquivos da Polícia Federal. Novas negociações passaram a ser feitas com o Governo do Estado quando se conseguiu que, pelo menos 10 representantes dos familiares pudessem realizar as pesquisas. Somente em fins de 1994, estes arquivos foram finalmente abertos para o público em geral, por iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado.

No Rio de Janeiro, os arquivos do DOPS foram entregues ao Governo do Estado em agosto de 1992 e, imediatamente, foi permitida a pesquisa ao Grupo Tortura Nunca Mais daquele estado.

Nestes arquivos a pesquisa ainda continua, mas muitos documentos importantes já foram encontrados, principalmente de alguns desaparecidos políticos, comprovando que estiveram presos nos órgãos policiais, como: Ruy Carlos Vieira Berbert, Virgílio Gomes da Silva, Joel Vasconcelos dos Santos, Celso Gilberto de Oliveira e David Capistrano.

A Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos, presidida pelo deputado federal Nilmário Miranda, conseguiu obter os relatórios das Forças Armadas, com algumas informações falsas e incompletas. Se verdadeiras as datas das mortes contidas nesses relatórios, mostram que, em muitos casos, os desaparecidos, como os da Guerrilha do Araguaia, ficaram por longo tempo, presos, sendo torturados.

Outras valas clandestinas foram abertas, graças às pesquisas feitas pelos Grupos Tortura Nunca Mais: no Cemitério de Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, e no Cemitério de Santo Amaro, em Recife, Pernambuco. Nelas se encontram despojos de presos políticos. Na vala comum do Rio, há pelo menos os restos mortais de 14 presos políticos e em Recife há os despojos dos mortos da “Chacina São Bento”, quando, em 1973, o delegado da polícia paulista, Sérgio Paranhos Fleury, foi até lá, orientado pelo agente infiltrado Cabo Anselmo, matar militantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

Os nomes dos 14 presos políticos enterrados na vala comum do Rio são: Ramires Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho, ambos, até então, desaparecidos, José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranússia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Getúlio de Oliveira Cabral, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata e Luís Guilhardini. Ainda no Rio, outros dois militantes foram enterrados nas valas comuns nos Cemitérios de Cacua (Severino Viana Colon) e de Santa Cruz (Roberto Cietto).

O respaldo técnico dado pelos Institutos Médicos Legais ao aparato de repressão política se dava, ora legalizando as mortes e confirmando as versões policiais, ora permitindo a saída desses cadáveres, como indigentes, sendo que os militantes já se encontravam identificados. Tanto é que no próprio formulário de requisição do laudo necroscópico, havia a palavra subversivo ou a letra T (de terrorista).

No Rio, em 1991, foram exumadas 2.100 ossadas por iniciativa do Grupo Tortura Nunca Mais, com a ajuda de dois médicos legistas indicados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro – CREMERJ – Dr. Gilson Souza Lima e Dra. Maria Cristina Menezes e da Professora Nancy Vieira, antropóloga da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Este trabalho, assim como a catalogação dos ossos do crânio e arcadas dentárias, foram executados sob a supervisão da Equipe Argentina de Antropologia Forense, nas pessoas dos Drs. Luiz Fondebrider, Mercedes Doretti e Silvana Turner. Em março de 1993, a equipe resolveu encerrar este trabalho provisoriamente. Isto se deu pelo fato de não se ter conseguido financiamento e ser impossível sustentar um trabalho realizado voluntariamente por somente três pessoas. As ossadas catalogadas foram, então, guardadas no Hospital Geral de Bonsucesso. O local da vala continua sendo resguardado e está sendo construído um Memorial no referido espaço.

As ossadas da Vala de Perus foram entregues a peritos para identificá-las, por meio de um convênio entre a Prefeitura de São Paulo, a UNICAMP e o Governo do Estado. Sob a chefia do Dr. Fortunato Badan Palhares, do Departamento de Medicina Legal da UNICAMP, duas ossadas foram identificadas: Denis Casemiro e Frederico Eduardo Mayr. No local da Vala de Perus, foi erguido um memorial – de autoria do arquiteto Ricardo Ohtake.

No caso da vala de Recife não foi possível fazer as investigações. As ossadas foram jogadas dentro da vala sem sequer serem colocadas em sacos plásticos como as que estavam na Vala de Perus, o que torna praticamente inviável o trabalho de investigação.

Em síntese, nosso trabalho consiste em pesquisar documentos do IML em S.Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco e nos arquivos do DOPS de Pernambuco, Paraná, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro. Os arquivos do DOPS de Minas Gerais (extremamente importantes porque lá foi o berço do golpe) foram incinerados segundo autoridades governamentais daquele Estado. Realizamos também pesquisas junto ao Projeto Brasil Nunca Mais – coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985 – e que teve como resultado a microfilmagem de todos os processos do STM – Superior Tribunal Militar, de 1964 a 1979.

Percorremos cemitérios de norte a sul do país. No cemitério de Xambioá (Pará), encontramos duas ossadas: uma de uma mulher jovem, com idade aproximada entre 22 e 25 anos, envolta em tecido de paraquedas, e a outra de um negro de aproximadamente 65 anos. Ambas parecem ser de guerrilheiros e encontram-se na UNICAMP para serem identificadas.

Em alguns casos tivemos êxito. Conseguimos resgatar e identificar – por meio desse convênio – ossadas de mortos oficiais, enterrados como indigentes. Do Cemitério de Perus: Hélber José Gomes Goulart, Antônio Carlos Bicalho Lana e Sonia Maria de Moraes Angel Jones. Do Cemitério de Campo Grande, em São Paulo, de Emanuel Bezerra dos Santos. Resgatamos os restos mortais de Arno Preiss, assassinado em 15 de fevereiro 1972 e sepultado no Cemitério Municipal da cidade de Paraíso do Norte, no antigo Estado de Goiás, hoje Tocantins. Ainda descobrimos o paradeiro de Ruy Carlos Vieira Berbert, morto em 2 de janeiro de 1972, em Natividade, Estado de Tocantins, e de José Maria Ferreira Araújo, morto em São Paulo, em 23 de setembro de 1970, sem contudo ser possível resgatar seus corpos. De outros desaparecidos obtivemos informações que nos esclarecem sobre as condições de perseguido político e sobre as circunstâncias de suas prisões.

A prioridade do nosso trabalho é a busca de informações a respeito dos mortos e desaparecidos políticos, as denúncias a respeito dos policiais responsáveis pela prática de torturas e a divulgação para toda a sociedade brasileira do que foram os horrores cometidos pela Ditadura Militar. Temos sistematicamente enviado nossas reivindicações às autoridades constituídas para não nomear torturadores para cargos de confiança. Em 1985, a então deputada federal, Beth Mendes denunciou a presença do torturador General Carlos Alberto Brilhante Ustra, ocupando o cargo de adido militar na embaixada brasileira no Uruguai. O fato teve grande repercussão na imprensa, mas nenhum resultado prático. A luta contra a impunidade é também uma forma de fazer o resgate histórico.

Os documentos obtidos nas pesquisas forneceram provas bastante contundentes contra alguns médicos legistas que, em seus laudos, omitiram as claras e evidentes marcas de tortura que os militantes mortos traziam em seus corpos. Esses dados foram encaminhados para o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro como prova contra vários médicos legistas que, desde 1990, já haviam sido denunciados pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

Assim, a partir da documentação de órgãos da própria repressão – DOPS – e outros estabelecimentos que foram agentes importantes no respaldo e apoio técnico às atrocidades cometidas contra os militantes de esquerda e opositores em geral, começa-se a levantar, ainda que timidamente, o véu de uma outra história. Começa a ser revelada a história das

violências cometidas com o carimbo oficial e que estão escondidas sob algumas pás de terra ou impregnadas de teias de aranha. Segredos que estão longe de serem totalmente revelados, trazidos à luz, pois todos os arquivos dos diferentes aparatos militares (CISA, CENIMAR, CIEEx, SNI, DOI-CODIs, DOPS etc.) estão guardados a “sete chaves”, ainda são considerados confidenciais e sigilosos.

Vários dossiês de torturadores têm sido organizados e enviados à imprensa e autoridades municipais, estaduais e federais, como os de: Paulo César Amêndola de Souza (Coronel PM, que ainda em 1995, é o Superintendente da Guarda Municipal do Rio de Janeiro); Roberto Felipe de Araújo Porto (indicado em 1993 para a Superintendência da Polícia Federal de Pernambuco e afastado pelas denúncias que fizemos); Amaury Aparecido Galdino (indicado em 1993 para a Superintendência da Polícia Federal em Brasília, também afastado); Airton Sotto Mayor Quaresma (coronel da PM que, em 1991, assumiu o comando do Regimento da Polícia Montada da PM/RJ); Dalmo Lúcio Muniz Cirillo (Coronel da Reserva do Exército que, em junho de 1993, recebeu o Grau de Cavaleiro da Ordem do Mérito das Forças Armadas); Ailton Guimarães Jorge ex- capitão do Exército, hoje ligado ao jogo do bicho e a grupos de extermínio) e muitos outros.

Em 1987, o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro ganhou o processo de cassação do registro profissional do psiquiatra, torturador, Amilcar Lobo, que nos anos 70, além de “atender” aos presos políticos no DOI-CODI/RJ fazia formação psicanalítica na Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro (SPRJ). Em 1992, foram cassados pelo CREMERJ os médicos psicanalistas Leão Cabernite e Ernesto La Porta que acobertaram Amilcar Lobo. Infelizmente, no plano nacional – no Conselho Federal de Medicina, CFM – as cassações desses dois médicos foram revistas, em 1994. Leão Cabernite foi suspenso por 30 dias e La Porta novamente será julgado.

Tramitam, desde 1990, nos Conselhos Regionais de Medicina do Rio de Janeiro e de São Paulo processos para apurar a responsabilidade dos médicos legistas que assinaram laudos falsos de presos políticos mortos.

Ainda em 1993 foi denunciado ao CREMERJ, José Lino Coutinho de França Neto, o Dr. Coutinho, que atuou na Ilha das Flores, em 1969, “atendendo” a presos políticos torturados.

Em 1994, foi cassado pelo CREMERJ, o Coronel de Brigada Ricardo Agnese Fayad que trabalhou no DOI-CODI/RJ, de 1970 a 1974, também “atendendo” a presos políticos torturados.

Dos últimos dossiês feitos, um refere-se ao médico legista Roberto Blanco dos Santos, que está sendo processado pelo CREMERJ e, em 1994, foi nomeado Delegado de Polícia no Rio de Janeiro. Em novembro desse mesmo ano recebia, como delegado da 19ª Delegacia de Polícia, na Tijuca (RJ) as queixas de torturas sofridas por vários moradores do morro do Borel durante a chamada Operação Rio. Apesar de denunciado, ele continua no cargo. O outro é relativo a Edgar Fuques, envolvido no seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias, que foi nomeado Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, em 1995, pelo Governador Tasso Jereissati.

Recentemente, em São Paulo, barramos a nomeação para a assessoria do DETRAN, do delegado de polícia Aparecido Laertes Callandra, vulgo Capitão Ubirajara (torturador com atuação na Operação Bandeirantes – DOI-CODI – nos anos 70).

Na realidade, os torturadores não chegaram a ser punidos. Quando não estão reformados ou aposentados, mantêm-se na ativa, exercendo suas atividades livremente. Nos

arquivos do DOPS, por exemplo, as gavetas de “Colaboradores” encontravam-se inteiramente vazias, quando lá chegou a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Nossos objetivos permanecem os mesmos. Esclarecer as prisões e mortes, localizar os restos mortais e realizar, quando possível, o sepultamento, acompanhar as investigações das ossadas de Perus e de outras, assim como levantar subsídios para abrir ações de esclarecimento das mortes e desaparecimentos. Denunciar permanentemente à sociedade os crimes e assassinatos perpetrados pela ditadura militar e exigir a responsabilização judicial dos envolvidos.

Todo este trabalho tem repercutido na sociedade, o que demonstra a necessidade de informações e esclarecimentos sobre esse período sombrio da história brasileira. O debate público sobre o tema – tanto dos desaparecidos como dos arquivos policiais, num momento em que a imprensa mundial discute a abertura dos arquivos do Leste Europeu – criou e ampliou uma demanda que nos obrigou a publicar este Dossiê. Ressaltamos, entretanto, que é um trabalho ainda bastante incompleto. Aqui estão registradas as informações que conseguimos obter até o momento. Oxalá, com esta publicação, possamos mais uma vez alertar a sociedade sobre os perigos das ditaduras e para a necessidade de eliminar de vez a prática da tortura, que apesar de ser considerada crime imprescritível, até hoje não é tipificada no Código Penal.

A contribuição da Comissão de Representação Externa de Busca dos Mortos e Desaparecidos da Câmara Federal, que atuou de 10 de dezembro de 1990 a 31 de dezembro de 1994, foi decisiva para elucidar casos de desaparecidos brasileiros no Chile e Argentina e resgatar corpos enterrados no interior do país.

Neste trabalho reunimos todas as informações levantadas durante as pesquisas feitas, desde as conversas e troca de correspondências com parentes, amigos e ex-presos políticos, até dados levantados nos arquivos policiais ou relatórios das Forças Armadas e de matérias publicadas na imprensa. Destacamos o depoimento da ex-presa política Inês Etienne Romeu, que logo após a Anistia, denunciou a existência da “Casa da Morte”, aparato clandestino da repressão política, localizado em Petrópolis (RJ), testemunhando a passagem e o assassinato ali de diversos presos políticos desaparecidos. Em alguns casos, os familiares organizaram uma biografia – o que nos permitiu trazer a vida daquelas pessoas, com seus anseios e desejos para as páginas do nosso Dossiê. De outros, só temos a denúncia da morte.

Desde 1990, temos solicitado das famílias uma biografia de seus parentes. Nem todos responderam ao nosso apelo. Por isso encontraremos nesse dossiê, em muitos casos, a ausência de biografia.

“Se é a história dos ‘vencedores’ que, em geral, nos é dada a conhecer, esses trabalhos e pesquisas que hoje ocorrem no Brasil apontam para uma outra história. Uma história que produz o desmascaramento e denuncia as tentativas que se tem feito para aniquilar com o que foi gestado e ‘vencido’ no bojo dos confrontos. Uma história que aponta como o ‘vencedor’ buscou e continua buscando liquidar não somente os seus adversários na luta política, mas sobretudo, apagar a lembrança de suas propostas, de seus projetos”. (Marilena Chauí, op. cit.)

Para resgatar essa história, as entidades também têm dado nomes de mortos e desaparecidos políticos a logradouros públicos, creches e escolas, em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre.

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ criou, em 1989, a Medalha Chico Mendes de Resistência, para homenagear, anualmente, no dia 31 de março, 10 pessoas e entidades que tenham se destacado nas lutas de resistência no Brasil e América Latina. Dentre os agraciados, 16 mortos e desaparecidos já foram homenageados. Essa medalha foi instituída no ano em que o Comando Regional do Leste (ex-Iº Exército) homenageou com a Medalha do Pacificador, comemorando o 25º aniversário do golpe militar de 64, vários conhecidos integrantes do aparato de repressão dos anos 60 e 70.

Este Dossiê está organizado em cinco capítulos, dois anexos e o índice dos nomes de mortos e desaparecidos.

Por sua vez, os capítulos obedecem a alguns critérios:

Sob o título “Mortes Oficiais”, encontra-se, anualmente, a relação daqueles que o regime militar informou estarem mortos, seja através das notas oficiais das secretarias de segurança pública, seja permitindo a divulgação do ocorrido. As versões para as mortes foram de suicídios, balas perdidas, atropelamentos ou assassinatos pelos próprios companheiros.

Por desaparecidos listamos, em ordem alfabética, os que temos a certeza da prisão e assassinato pelos órgãos de repressão.

Essa certeza é oriunda da militância política nas organizações revolucionárias ou do engajamento ao movimento popular e da confirmação do real desaparecimento através do testemunho dos presos políticos ou dos familiares.

Agregamos ao número até hoje por nós divulgado de 144 desaparecidos, outros 8 casos. Diversos ainda estão em estudo por não se enquadrarem plenamente nos critérios estabelecidos.

Nossa preocupação é resguardar a denúncia de possíveis erros, já que muitos familiares, seja por medo ou desconhecimento, somente nos últimos anos nos apresentaram os fatos. Como os órgãos de repressão sempre declararam que os desaparecidos estariam foragidos ou que teriam abandonado seus familiares, é imprescindível que tenhamos testemunhos oculares.

Mantivemos neste capítulo os casos de desaparecidos cujos paradeiros e/ou restos mortais tenham sido localizados. Isto porque, até hoje, o Estado não deu qualquer resposta aos familiares, continuando a sustentar a versão de que estariam foragidos.

O capítulo seguinte abrange os desaparecidos no exterior, na Argentina, Chile e Bolívia. São incluídos 3 nomes em relação ao documento anterior.

Mortes no Exílio registra os casos dos que, forçados ao exílio, entre 1964 e 1979, morreram longe de seu País.

No capítulo Outras Mortes mantivemos os nome do Dossiê anterior que estavam agrupados sob o título Mortos em Função da Repressão e incluímos outros, trazidos pelo GTNM/RJ. Por não ter sido objeto do trabalho dos demais grupos, muitos nomes não foram incluídos. Registramos os óbitos ocorridos, entre 1964 e 1979, que de alguma forma estão vinculados à ação da repressão tais como seqüelas de torturas, suicídios ou acidentais.

Dentre os desaparecidos no Brasil, Norberto Armando Habeger e o Padre Jorge Oscar Adur e Ernesto Ruggia são argentinos; Paulo Stuart Wright e Stuart Edgar Angel Jones, tinham dupla cidadania – americana e brasileira e Libero Giancarlo Castiglia, cidadania italiana e brasileira.

As fotos de cadáveres encontradas nos arquivos da repressão estão em anexo para preservar os limites dos leitores.

Em outro anexo, está a relação das siglas usadas e seu significado.

Não foi possível obter as fotos de todas as pessoas citadas.

Não constam deste Dossiê os milhares de trabalhadores rurais assassinados pelos grandes fazendeiros. Levantamentos dessas mortes feitos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 01 de abril de 1964 a 31 de dezembro de 1993, registram 1.781 assassinatos de camponeses. Desses casos, somente 29 foram a julgamento, sendo que, em apenas 14, houve condenações.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra registrou 1.188 assassinatos de 1964 a 1986.

Não constam também deste Dossiê a lista de dezenas de trabalhadores urbanos, operários, assassinados nas cidades em luta por melhores condições de vida e trabalho.

Não fazem parte deste Dossiê, as centenas de índios brasileiros assassinados em conflitos de terra.

Não fazem parte, também, a lista de miseráveis, os pobres, as crianças e adolescentes, negros, que vivem nas ruas das grandes cidades e que, por sua própria condição de humilhante miséria são os testemunhos vivos de um perverso modelo econômico vigente.

O Relatório da America's Watch revela que 5.644 crianças e adolescentes foram assassinados no período de 1988 a 1991.

A impunidade dos crimes políticos se perpetua nas mortes cotidianas, por meio das chacinas, massacres e outras arbitrariedades cometidas por policiais, grupos de extermínio e seus mandantes.

(Equipe organizadora)

MORTES OFICIAIS

1964

ALBERTINO JOSÉ DE OLIVEIRA

Presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Desapareceu após o golpe militar de 64. Logo depois seu corpo foi encontrado em estado de putrefação, nas matas do Engenho São José.

Em nota oficial da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, foi dado a conhecimento público que Albertino havia se suicidado por envenenamento, não havendo qualquer indício que pudesse comprovar tal fato.

ALFEU DE ALCÂNTARA MONTEIRO

Coronel Aviador.

Fuzilado, no dia 4 de abril de 1964, na Base Aérea de Canoas, Rio Grande do Sul.

A perícia médica constatou que foi assassinado pelas costas por uma rajada de metralhadora, tendo sido encontrados 16 projéteis em seu corpo.

Com base nessa perícia e nos depoimentos de vários oficiais que presenciaram o assassinato, a família moveu um processo incriminando o principal responsável e autor dos disparos, o então Cel. Roberto Hipólito da Costa que, apesar das inúmeras evidências, foi absolvido.

ARI DE OLIVEIRA MENDES CUNHA

Morto, em 01 de abril de 1964, em escaramuças de rua, quando populares tentavam se opor ao golpe militar, no Rio de Janeiro, próximo ao Largo do CACO, na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ). Foram cercados pelo CCC que atirou bombas e metralhou o prédio. Dois populares que se encontravam nas proximidades foram baleados.

Ari foi levado ao Hospital Souza Aguiar, onde veio a falecer. Seu corpo deu entrada no IML/RJ em 02 de abril de 1964, com a Guia n° 137.

ASTROGILDO PASCOAL VIANNA

DIRIGENTE PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

Portuário de Manaus e tesoureiro da Federação Nacional dos Estivadores.

Torturado e morto pelos agentes de segurança do Rio de Janeiro, segundo denúncia do livro “*Torturas e Torturados*”, de Márcio Moreira Alves.

A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança no dia 14 de abril de 1964, indicou suicídio.

O corpo de Astrogildo entrou no IML/RJ em 08 de abril de 1964 com a Guia n° 69, da 21ª D.P., que dava como *causa mortis* “queda”.

BERNARDINO SARAIVA

2º Sargento, servindo no 19º RI de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Assassinado em 14 de abril de 1964, segundo denúncia do livro “Torturas e Torturados”, de Márcio Moreira Alves.

A versão oficial indicou suicídio com um tiro no crânio, após Bernardino ter ferido 4 militares que procuravam prendê-lo.

CARLOS SCHIRMER

MILITANTE DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASILEIRO (PCB).

Filho de Leopoldo Schirmer e de Maria Benedita da Costa Schirmer nasceu em Além Paraíba, Minas Gerais, no dia 30 de março de 1896.

Seu pai era austríaco, nascido em Viena, e veio para o Brasil a convite do Imperador D. Pedro II, como engenheiro, para trabalhar na construção da primeira estrada de ferro brasileira – a Estrada de Ferro Baturité.

Parte de sua infância e adolescência, viveu no interior de São Paulo, onde seu pai possuía uma fazenda de café. Terminado o Ciclo do Café, a família perdeu todos os bens que possuía, transferindo-se para o Rio de Janeiro.

Pouco tempo depois, seu pai faleceu na cidade mineira de Paracatu, trabalhando na construção de outra estrada de ferro.

No Rio de Janeiro trabalhou na Casa Mayrink Veiga: de dia era eletricitista e à noite, ascensorista. Como técnico em eletricidade, especializou-se na montagem de usinas hidrelétricas. Algumas das quais funcionam até hoje – Usina de Cajuru, do Camarão, em Itapecerica, outra em Teófilo Otoni. A maioria delas foi encampada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Por volta de 1920, ainda solteiro, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro - PCB, permanecendo fiel ao Partido e a sua ideologia até a morte.

Mudou-se, em 1921, para Divinópolis onde viveu até 1º de maio de 1964, quando foi preso pelas forças da repressão.

Casou-se em 1928, em primeiras núpcias, com Maria de Lourdes Guimarães com quem teve um filho – Luiz Carlos, em homenagem a Luis Carlos Prestes.

Sua esposa faleceu em 1932, casando-se novamente em 1933, com Mariana de Carvalho Schirmer, com quem teve uma filha – Sílvia Schirmer.

Homem correto, íntegro, fino, educado e de gênio forte, amava, sobretudo, a família, as crianças e os animais.

Muito sensível, apreciava música clássica, valsas vienenses e música brasileira. Gostava muito de cantar.

Por sua militância, foi preso no dia 1º de maio de 1964 – Dia do Trabalho – em sua casa na Rua Serra do Cristal, nº 388, em Divinópolis.

Foi ferido e levado para o Hospital Felício Roxo, em Belo Horizonte, onde faleceu no mesmo dia, às 21:00 horas.

Sua casa foi devassada e vistoriada pelos policiais que foram prendê-lo. Alegaram que tinha um arsenal guardado em casa – uma espingarda Flaubert e um facão que usava para trabalhar no quintal.

A versão oficial indicou suicídio, em 5 de maio de 1964, em Belo Horizonte, para onde, fora transportado para ser operado, após resistir à prisão e ferir dois policiais.

Conforme denúncia do boletim de março de 1974 da *Amnesty International* e do livro “Torturas e Torturados”, de Márcio Moreira Alves, Carlos Schirmer foi torturado até a morte.

DILERMANO MELLO DO NASCIMENTO

Nasceu em 09 de fevereiro de 1920, natural do Estado da Paraíba, casado com Natália de Oliveira Nascimento.

Integrante das Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB), embarcou para a Itália no dia 20 de setembro de 1944, participando da Batalha de Monte Castelo, durante a 2ª Guerra Mundial, retornando ao Brasil em 8 de maio de 1945.

Fez o curso de Economia no Rio de Janeiro e trabalhou na área de pesquisas.

Ex-diretor da Divisão de Material do Ministério da Justiça, preso para responder a um Inquérito Policial Militar (IPM) presidido pelo Cel. Waldemar Turola. Foi morto num sábado, dia 15 de agosto, no intervalo do interrogatório a que estava sendo submetido no 4º andar do próprio prédio do Ministério da Justiça.

O corpo de Dilermano entrou no IML/RJ pela Guia nº 29, da 3ª D.P. O Registro de Ocorrência nº 2046 informa: "... houve comunicação que às 9:20 horas, um homem havia se atirado pela janela do 4º andar do Ministério da Justiça, caindo no pátio interno, morrendo imediatamente. Tratava-se de Dilermano Mello do Nascimento que, desde o dia 12 último, vinha, na sala nº 05, do Serviço de Administração do dito Ministério, prestando declarações em inquéritos administrativo-policiais, presididos pelo Comandante da Marinha de Guerra, José de Macedo Corrêa Pinto e pelo Coronel do Exército, Waldemar Raul Turola. Hoje, quando aguardava prosseguimento do inquérito, Dilermano trancou-se na dita sala, cuja maçaneta apresentava defeito e, em seguida, projetou-se por uma janela. Com o morto, dentre outros pertences, havia um bilhete em que se lê: '15/08/64. Basta de tortura mental e desmoralização', com assinatura ilegível".

O exame necroscópico de Dilermano feito no IML/RJ, foi firmado pelos Drs. Cyríaco Bernardino Pereira de Almeida Brandão e Mário Martins Rodrigues e confirma que houve suicídio, dando como *causa mortis* esmagamento do crânio.

O corpo de Dilermano foi retirado do IML por seu irmão, Paulo Mello do Nascimento, em 15 de agosto de 1964, sendo sepultado por sua família no Cemitério São João Batista.

A viúva, D. Natália de Oliveira Nascimento, colocou em dúvida a versão policial (Diário de Notícias - RJ 11/11/64). Segundo ela, até mesmo o bilhete seria falsificado.

O laudo pericial concluiu, por exclusão de provas, que ele foi induzido a saltar da janela do 4º andar, após longo interrogatório, dirigido pelo Capitão de Mar e Guerra Correia Pinto. O laudo, elaborado pelo perito Cosme Sá Antunes, revelou que não houve nenhum elemento que pudesse fundamentar o suicídio. Nem mesmo foram encontradas as marcas no parapeito da janela, de onde saltou a vítima, o que não ocorre em casos de suicídio puro e simples.

Jorge Thadeu Melo do Nascimento, filho de Dilermano, em 03 de janeiro de 1995, prestou depoimento ao GTNM/RJ, declarando que, no dia 14 de agosto de 1964, às 20 horas, quando tinha 15 anos de idade, dois militares à paisana foram a sua casa, convidando-o para visitar seu pai que se encontrava preso desde o dia 12 de agosto.

Ao chegar lá, o Capitão de Mar e Guerra Correia Pinto o obrigou a sentar e não o deixou ver seu pai, ameaçando-o: "Se seu pai não confessar, não sairá vivo daqui." e "Se ele não confessar, quem vai pagar por tudo é a família."

Essas ameaças – ao que lhe pareceu – foram dirigidas a seu pai, que deveria estar ouvindo e sabendo da presença do filho. No dia seguinte, 15 de agosto de 1964, às 9:30 h da manhã, soube que seu pai estava morto.

EDU BARRETO LEITE

3º Sargento do Exército.

Na madrugada de 13 de abril de 1964, Edu Barreto Leite deu entrada no Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, com várias fraturas e escoriações. Os policiais que o escoltavam alegavam que tais ferimentos eram em consequência de uma queda do 8º andar do prédio em que morava, quando de sua tentativa de fuga ao resistir à prisão, que o teriam levado à morte.

Seu corpo entrou no IML/RJ com a Guia nº 154 do Hospital Souza Aguiar, sendo posteriormente retirado e enterrado por sua família.

IVAN ROCHA AGUIAR

Estudante secundarista. Morto a tiros em manifestação de rua contra o golpe militar, em 1º de abril de 1964, em Recife, Pernambuco, conforme denúncia do livro “*O caso eu conto como o caso foi*”, de Paulo Cavalcanti.

JONAS JOSÉ ALBUQUERQUE BARROS

Estudante secundarista. Morto a tiros em manifestação de rua contra o golpe militar, em 1º de abril de 1964, em Recife, Pernambuco, conforme denúncia do livro “*O caso eu conto como o caso foi*”, de Paulo Cavalcanti.

JOSÉ DE SOUZA

Mecânico e ferroviário, era membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro.

Preso no dia 8 de abril de 1964, para averiguações sobre suas atividades no Sindicato. No dia 17 de abril, às 5:00 horas, após intensos interrogatórios, foi divulgada nota oficial, onde dizia que José havia se suicidado, atirando-se pela janela do 3º andar do prédio da Polícia Central do Rio de Janeiro.

O corpo de José entrou no IML no mesmo dia de sua morte, com a Guia nº 30, da 5ª D.P. com a seguinte informação: “atirou-se da janela da sala do Serviço de Atividades Anti-Democráticas do DOPS.” (sic)

A necrópsia foi feita pelos Drs. Vicente Fernandes Lopes e Elias Freitas que confirmaram a versão de suicídio, com esmagamento do crânio. Seu corpo foi retirado por seu primo, Edson Campos, sendo enterrado pela família, em 18 de abril de 1964.

LABIB ELIAS ABDUCH

Morto a tiros, em 01 de abril de 1964 pelo CCC, no Largo do CACO, ao lado da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, onde estavam concentrados cerca de 800 estudantes.

Foi levado para o Hospital Souza Aguiar, onde morreu. Seu corpo entrou no IML no dia 02 de abril de 1964, com a Guia nº 38, de onde foi retirado e sepultado pela família.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

2º Sargento do Exército.

Conforme denúncia do livro “*Torturas e Torturados*”, de Márcio Moreira Alves, Manuel foi preso no Regimento Andrade Neves, onde respondia a um Inquérito Policial Militar, em abril de 1964. Posteriormente foi removido para o Hospital Central do Exército

(HCE) do Rio de Janeiro. Faleceu em 8 maio, em circunstâncias não esclarecidas. O laudo necroscópico feito no IML/RJ confirmou que seu corpo deu entrada no dia 08 de maio de 1964, procedente do Hospital Central do Exército (HCE).

1965

SEVERINO ELIAS DE MELO

Militância política desconhecida.

Comerciante, casado, morto aos 52 anos.

Preso para averiguações por oficiais da Aeronáutica, todos à paisana e portando metralhadoras, foi conduzido para a Base Aérea do Galeão. Lá permaneceu incomunicável por um dia, ao fim do qual foi dado como morto, por suicídio.

Segundo nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança, Elias teria se enforcado com um lençol, no dia 30 de julho de 1965.

Registro de ocorrência de nº 1122, da 37ª D.P., de 30 de julho de 1965, confirma comunicação da Base Aérea do Galeão e informa que "... cerca de zero hora de hoje, o indivíduo Severino Elias de Melo, de qualificação ignorada, preso para averiguações por ordem do encarregado de um Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado no Núcleo do Parque de Material Bélico, suicidou-se (enforcou-se) no xadrez da Base Aérea do Galeão." (sic)

Seu óbito de nº 29.474 teve como declarante Dalton Pereira de Souza e foi firmado pelo Dr. Cyriaco B. de Almeida Brandão.

O corpo de Severino foi retirado por sua família, que o enterrou no Cemitério da Cacua, na Ilha do Governador (RJ).

1966

JOSÉ SABINO

Militância política desconhecida.

O corpo de José Sabino entrou no IML/RJ, em 19 de maio de 1966 (data de sua morte), pela Guia n° 03, do Hospital Paulino Werneck, após ter sido ferido à bala em manifestação de rua no Rio de Janeiro, reprimida pela polícia.

MANOEL RAIMUNDO SOARES

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 26 DE MARÇO (MR-26).

Nasceu a 15 de março de 1936, em Belém do Pará, filho de Etelvina Soares dos Santos.

Morreu aos 30 anos.

Cursou o primário no Grupo Escolar Paulino de Brito e depois foi para o Instituto Lauro Sodré, onde fez o curso de aprendizagem industrial, estudando e trabalhando numa oficina mecânica. Aos 17 anos foi para o Rio de Janeiro. Em 1955, ingressou no Exército. Era um estudioso e amante da música erudita. Em 25 de agosto de 1963 foi transferido do Rio de Janeiro para Mato Grosso como represália a sua participação na vida social do País e, em abril de 1964 teve sua prisão decretada. Foi viver na clandestinidade.

Preso, no dia 11 de março de 1966, em frente ao Auditório Araújo Viana, em Porto Alegre, por dois militares à paisana: sargento Carlos Otto Bock e Nilton Aguiadas, da 6ª Companhia da Polícia do Exército (PE), por ordem do Comandante dessa guarnição, Capitão Darci Gomes Prange. Foi conduzido em um táxi à PE, onde foi submetido a torturas pelo Tenente Glênio Carvalho Sousa. Destacaram-se também no espancamento o 1º Tenente Nunes e o 2º Sargento Pedroso. Mais tarde, os mesmos militares o entregaram ao DOPS, com a recomendação de que só poderia ser solto por ordem do Major Renato, da PE.

No DOPS, Manoel foi torturado pelos Delegados Itamar Fernandes de Souza e José Morsch, entre outros.

No dia 24 de agosto de 1966, seu corpo foi encontrado boiando no Rio Jacuí.

Segundo depoimentos das testemunhas ouvidas no inquérito instaurado para esclarecimento da prisão, tortura e morte do Sargento Manoel Raimundo, sua *via crucis* pelos órgãos de repressão foi a seguinte: até o dia 19 de março, esteve detido no DOPS; em seguida, foi transferido para a ilha-presídio existente no Rio Guaíba; em 13 de agosto foi recambiado para o DOPS e, em 24 de agosto, foi encontrado boiando no Rio Jacuí.

Seu corpo, em estado de putrefação, tinha as mãos e os pés amarrados às costas, apresentando sinais diversos das sevícias sofridas durante o período em que esteve preso.

No inquérito aberto, várias testemunhas contradisseram a nota oficial divulgada à época, que dava conta da soltura de Manoel Raimundo no dia 13 de agosto. O estudante de agronomia Luis Renato Pires de Almeida, preso na mesma época, afirmou que Manoel Raimundo estava em uma das celas do DOPS gaúcho na noite de 13 de agosto e nos dias

seguintes; informação esta confirmada pelo depoimento do ex-guarda civil Gabriel Albuquerque Filho.

O inquérito arrolou, como acusados da prisão, tortura e morte de Manoel Raimundo, as seguintes pessoas: guarda civil Bolony Godói Pereira, os tenentes Luiz Otávio Lopes Cabral e Rui Alberto Duarte, os sargentos Milton Ferrarezi, Hugo Kretschmer, Nilo Vaz de Oliveira (vulgo Jaguarão), Ênio Cardoso da Silva, Theobaldo Eugênio Berhens, Itamar de Mattos Bones, Eloir Behs, Volnei da Cunha, Ênio Castilho Ibañes, “Tenente Nunes”, Comissários Correia Lima, Ribeiro e Régis, os delegados José Morsch, Itamar Fernandes de Souza e Renato, tenente-coronel Luis Carlos Mena Barreto e o major Átila Rohrsetzer.

Sua necropsia, feita no IML/RS, em 25 de outubro de 1966, pelos Drs. Fleury C. Guedes e Antônio F. de Castro, confirma que houve lesões no corpo de Manoel Raimundo, que provavelmente houve violência e indicou que Manoel faleceu entre os dias 13 e 20 de agosto de 1966.

O depoimento do ex-presos político, Antônio Giudice, ao Jornal “Zero Hora”, de 17 de setembro de 1966, diz que de 10 a 15 de março de 1966, esteve preso no DOPS/RS e que conversou com Manoel Raimundo, vendo os hematomas e cicatrizes decorrentes das torturas que vinha sofrendo. Era, diariamente, torturado, colocado várias vezes no pau-de-arara, sofrendo choques elétricos, espancado e queimado por pontas de cigarros.

Durante os 152 dias em que esteve preso, Manoel Raimundo escreveu várias cartas da prisão, a última das quais enviada da cela nº 10, da Ilha Presídio de Porto Alegre, e datada de 25 de junho de 1966. Seu caso teve grande repercussão e causou comoção na opinião pública, em vista da ampla denúncia feita.

Um fato revelador da comoção criada pelo chamado, à época, caso das mãos atadas, foi a declaração do Ministro Marechal Olímpio Mourão Filho, do Supremo Tribunal Militar (STM), quando da apreciação de um *habeas-corpus* em favor de Manoel Raimundo: “Trata-se de um crime terrível e de aspecto medieval, para cujos autores o Código Penal exige rigorosa punição”. Em consequência da apreciação deste *habeas-corpus*, foi determinada a remessa dos autos ao Procurador-Geral da Justiça Militar para abertura de um IPM, que foi arquivado sem sequer indiciar os acusados, apesar dos inúmeros depoimentos que mostravam o crime cometido contra Manoel Raimundo Soares, seus assassinos permanecem até hoje impunes, alguns inclusive foram promovidos.

Manoel foi enterrado no dia 2 de setembro e uma pequena multidão acompanhou o cortejo. Por onde passou, lojas se fecharam e foi hasteada a bandeira nacional. No cemitério, um estudante gritou para um policial à paisana: *Assassinos! Assassinos!*, repetiu a multidão. Estas informações constam do relatório final da CPI da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para apurar o caso.

Era comandante do III Exército, à época desse crime, o general Orlando Geisel, irmão do futuro presidente-ditador Ernesto Geisel.

O relatório do Ministério da Marinha, ainda tentando encobrir fatos já bastantes esclarecidos pela CPI e procurando difamar Manoel, insiste em reafirmar uma falsa versão sobre o crime ao dizer que “sua morte teria sido consequência de justicamento em ‘razão dos depoimentos que prestou’ ”.

1967

MILTON PALMEIRA DE CASTRO

Militante do MOVIMENTO NACIONALISTA REVOLUCIONÁRIO (MNR)

Operário metalúrgico, preso juntamente com vários companheiros, na Serra do Caparaó, quando da repressão ao movimento guerrilheiro que ali se iniciava. Naquela ocasião todos os presos foram levados para um quartel do Exército em Juiz de Fora, MG.

Companheiros de Milton, presos na mesma época, afirmam que ele teria sido morto em consequência de uma discussão com o Major Half, o qual assumiu, logo após o seu assassinato, o comando do 10º RI de Juiz de Fora. Após a discussão, Milton foi recolhido a uma cela isolada. No dia seguinte, 12 de abril de 1967, apareceu morto nesta mesma cela.

Segundo a versão oficial, Milton teria se suicidado por enforcamento, o que foi desmentido pelos depoimentos dos próprios soldados do Quartel, que diziam que seu corpo sangrava abundantemente ao ser retirado da cela, anulando a hipótese do enforcamento.

A necrópsia, feita no Hospital Geral de Juiz de Fora, em 28 de abril de 1967, pelos Drs. Nelson Fernandes de Oliveira e Marcus Antonio Nagem Assad, descreve algumas equimoses em sua pernas, principalmente nos joelhos, mas confirma a versão oficial da repressão de suicídio (enforcamento).

A certidão de óbito dá sua morte no mesmo dia 28, por enforcamento, na Penitenciária de Juiz de Fora e é assinada pelo Dr. J. Guadalupe (que não havia feito a necrópsia). Milton foi enterrado pela família no Cemitério de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

1968

BENEDITO FRAZÃO DUTRA

No dossiê anterior aparecia com o nome de João Frazão Dutra.

Funcionário do INPS, no Rio de Janeiro e também estudante.

Morto aos 20 anos de idade no Rio de Janeiro em 28 de março de 1968, quando policiais militares invadiram o Restaurante Calabouço, matando o estudante Edson Luiz de Lima Souto.

Benedito foi ferido a tiros, sendo levado para o Hospital Souza Aguiar, onde veio a falecer, segundo registro de ocorrência n° 917 da 3ª D.P..

Há também a denúncia de sua morte feita pelo Deputado Raul Brunini, constante do Diário do Congresso do dia 29 de março de 1968.

CLÓVIS DIAS AMORIM

Servente da Companhia Antártica Paulista, no Rio de Janeiro.

Morto aos 22 anos de idade, em 23 de outubro de 1968, após ser baleado numa passeata na Av. 28 de Setembro, no Bairro de Vila Isabel.

Ao que tudo indica, Clóvis não fazia parte da passeata, tendo sido morto pelas armas dos policiais que tentavam dispersar os manifestantes desarmados.

Clóvis deu entrada no Hospital Pedro Ernesto, já sem vida. Seu corpo foi encaminhado ao IML pela Guia n° 76, da 20ª D.P.

A necropsia foi realizada em 24 de outubro de 1968, foi firmada pelos Drs. Ivan Nogueira Bastos e Nelson Caparelli.

O corpo foi retirado por seu pai, José Leite de Amorim, sendo enterrado pela família no Cemitério do Mundú.

DAVID DE SOUZA MEIRA

Escriturário, funcionário da Cia. de Navegação Costeira, no Rio de Janeiro.

Morto a tiros, aos 24 anos, quando da repressão à manifestação realizada no dia 1º de abril de 1968, na rua Nilo Peçanha, no chamado Dia Nacional de Protesto.

O corpo de David foi encaminhado para o IML/RJ, com a Guia n° 1572 do Hospital Souza Aguiar.

O exame necroscópico foi realizado em 02 de abril de 1968 e firmado pelos Drs. Nelson Caparelli e Ivan Nogueira Bastos.

A certidão de óbito teve como declarante Nelson Gonçalves Chaves e informa que foi retirado por sua mãe, Alzira Novaes Meira, sendo enterrado pela família no Cemitério de Inhaúma (RJ).

EDSON LUIZ DE LIMA SOUTO

Nasceu em 24 de fevereiro de 1950, em Belém, no Pará, filho de Maria de Belém de Lima Souto.

De família muito pobre, começou seus estudos primários na Escola Estadual Augusto Meira, em sua cidade natal. Mudou-se para o Rio de Janeiro e prosseguiu seus estudos secundários no Instituto Cooperativo de Ensino, que funcionava no Calabouço.

Morto a tiros durante a repressão policial utilizada para desalojar os estudantes que haviam ocupado o Restaurante Calabouço no dia 28 de março de 1968.

O corpo de Edson, baleado pela Polícia Militar não chegou a ir para o IML. Foi levado imediatamente por estudantes para a Assembléia Legislativa.

A necrópsia foi feita no próprio local do velório, pelos Drs. Nilo Ramos de Assis e Ivan Nogueira Bastos, na presença do Secretário de Saúde do Estado. Seu óbito de nº 16.982 teve como declarante o estudante Mário Peixoto de Souza.

O registro de Ocorrência nº 917 da 3ª D.P. informou que, no tiroteio ocorrido no Restaurante Calabouço, outras seis pessoas ficaram feridas, sendo atendidas no Hospital Souza Aguiar. Foram elas: Telmo Matos Henriques, Benedito Frazão Dutra (que veio a falecer, logo depois), Antônio Inácio de Paulo, Walmir Gilberto Bittencourt, Olavo de Souza Nascimento e Francisco Dias Pinto. Outras três pessoas foram feridas na Praça Floriano, durante o velório de Edson Luiz, realizado na Assembléia Legislativa, quando ocorreram violências provocadas por policiais civis e militares: Joubert Valan, João Silva Costa e Henrique Rego Carnel, também atendidas no Hospital Souza Aguiar.

O corpo de Edson Luiz foi levado por milhares de estudantes em passeata até o Cemitério São João Batista.

FERNANDO DA SILVA LEMBO

Morto a tiros, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1968, durante repressão às manifestações de rua.

Seu corpo entrou no IML/RJ no mesmo dia com a Guia nº 105 do Hospital Miguel Couto (RJ).

JORGE APRÍGIO DE PAULA

Estudante da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara.

Morto no dia 1º de abril de 1968, pela Polícia do Exército, durante repressão a uma manifestação estudantil. Quando os manifestantes se aproximavam da residência do Ministro da Guerra, soldados da Polícia do Exército, que protegiam aquele local, desferiram vários tiros contra a população, atingindo, entre outros, Jorge Aprígio.

O corpo deu entrada no IML em 02 de abril de 1968, com a Guia nº 15 da 18ª D.P. Foi retirado e sepultado pela família.

JOSÉ CARLOS GUIMARÃES

Nasceu em São Paulo, filho de Alberto Carlos Barreto Guimarães e Magdalena Topolovisk.

Estudante secundarista do Colégio Marina Cintra, em São Paulo.

Morto aos 20 anos, no dia 3 de outubro de 1968, por membros do chamado CCC e DEOPS paulista, no conflito entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, na rua Maria Antônia.

Nesse dia, membros do CCC e do DEOPS deflagraram um conflito entre os estudantes das duas universidades. José Carlos foi morto, segundo os estudantes que testemunharam o fato, pelo membro do CCC e algacüete policial de nome Osni Ricardo.

Entre os policiais instigadores do conflito, foram reconhecidos Raul Nogueira de Lima, vulgo Raul Careca, torturador do DOI/CODI-SP e Otávio Gonçalves Moreira Jr., vulgo Otavinho, torturador daquele departamento militar-policial.

José Carlos foi enterrado no Cemitério da Lapa por seus familiares.

LUIS PAULO CRUZ NUNES

Estagiário de Patologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Morto aos 21 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1968, quando foi atingido por um tiro em manifestação estudantil em frente à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Levado para o Hospital Pedro Ernesto com ferimento no crânio, foi operado e faleceu no mesmo dia.

A necrópsia foi realizada pelos Drs. João Guilherme Figueiredo e Nelson Caparelli.

Foi retirado pelo tio, Oscar Freire de Sá Siqueira, e sepultado pela família no Cemitério São Francisco Xavier.

MANOEL RODRIGUES FERREIRA

Estudante universitário e comerciário. Morto aos 18 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 05 de agosto de 1968.

Manoel foi ferido na cabeça por duas balas, em 21 de junho de 1968, ao participar de passeata estudantil, na Av. Rio Branco, esquina da Rua Sete de Setembro. Foi socorrido no Hospital Souza Aguiar, onde foi operado. Transferido para a Casa de Saúde Santa Luzia e, posteriormente, para o Hospital Samaritano, onde veio a falecer no dia 05 de agosto de 1968, após novas cirurgias.

Entrou no IML/RJ pela Guia n° 85, da 10ª D.P..

O óbito de n° 92.932 foi assinado pelo Dr. Rubens Pedro Macuco Janini, tendo como declarante Francisco de Souza Almeida. Foi enterrado pela família no Cemitério de Inhaúma (RJ).

MARIA ÂNGELA RIBEIRO

Morta a tiros pela polícia carioca, no dia 21 de junho de 1968, quando da repressão às manifestações de rua realizadas naquele dia.

ORNALINO CÂNDIDO DA SILVA

Lavador de carros. Morto a tiros pela Polícia Militar durante a repressão às manifestações de rua realizadas em Goiânia, no dia 1º de abril de 1968.

Ornalino, ao que tudo indica, não participava das manifestações, conforme denúncia do Deputado Paulo Campos, constante do Diário do Congresso do dia 5 de abril de 1968.

1969

ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA NETO (PADRE)

Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Professor e especialista em problemas da juventude, desenvolvia atividades junto ao Arcebispo Dom Helder Câmara.

Por sua destacada posição, firmemente contrária aos métodos de repressão utilizados pelo governo, tendo como destaque a missa que celebrou em memória do estudante Edson Luiz de Lima Souto, Padre Antônio Henrique passou a receber constantes ameaças de morte por parte do chamado CCC.

No dia 26 de maio, foi seqüestrado, por este mesmo CCC. Seu corpo foi encontrado, no dia seguinte, em um matagal existente na Cidade Universitária de Recife, pendurado de cabeça para baixo, em uma árvore, com marcas evidentes de tortura: espancamento, queimaduras de cigarro, cortes profundos por todo o corpo, castração, e dois ferimentos produzidos por arma de fogo.

No inquérito aberto no Tribunal de Justiça de Pernambuco, para apurar as circunstâncias da morte de Padre Henrique, foram acusados como responsáveis pelo seqüestro, tortura e morte Rogério Matos do Nascimento, delegado Bartolomeu Gibson, investigador de polícia Cícero Albuquerque, tenente José Ferreira dos Anjos, da Polícia Militar, Pedro Jorge Bezerra Leite, José Caldas Tavares e Michel Maurice Och.

Entre as testemunhas de acusação, estavam a mãe do Padre Henrique, Sra. Isaias Pereira, e uma investigadora de polícia, de nome Risoleta Cavalcanti, que acusaram as pessoas acima mencionadas, não só por este assassinato, mas também, pelo metralhamento que deixou paralisado, em 1969, o líder estudantil recifense, Cândido Pinto de Melo.

Segundo o Desembargador Agamenon Duarte de Lima, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, “Há provas da participação do CCC no assassinato do Padre Henrique, mas é possível que também esteja implicado no episódio o Serviço Secreto dos Estados Unidos, a CIA.”

Do inquérito, resultou o arquivamento. Nenhum dos acusados foi condenado, apesar dos testemunhos e provas irrefutáveis.

CARLOS MARIGHELLA

Fundador e dirigente nacional da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

*Depoimento de Clara Charf e editores de “Escritos de Carlos Marighella”,
Editorial Livramento, 1979:*

“O comandante Carlos Marighella dedicou toda sua vida à causa da libertação dos povos. Com quarenta anos de militância, iniciada no Partido

Comunista Brasileiro (PCB), foi assassinado pela ditadura militar em 1969, aos 57 anos.

Filho de negra e imigrante italiano, Augusto Marighella e Marialva Nascimento Marighella, nasceu em Salvador, Bahia, a 5 de dezembro de 1911. Ainda adolescente despertou para as lutas sociais. Aos 18 anos iniciou curso de Engenharia na Escola Politécnica da Bahia e começou a militar no PCB.

Conheceu a prisão em 1932. Poeta, pagou com a liberdade poema crítico dedicado ao interventor Juracy Magalhães. A militância levou-o a interromper os estudos universitários no terceiro ano.

AS TORTURAS

Em 1935 mudou-se para o Rio. Já fazia parte da Comissão Especial do Comitê Central e era o responsável por todo o trabalho de imprensa e divulgação do Partido. A 1º de Maio de 1936 era novamente preso. Durante 23 dias enfrentou as torturas da Polícia Especial de Filinto Müller. Um ano depois foi libertado e mudou-se para São Paulo. Com 26 anos tornava-se membro do Comitê Estadual de São Paulo.

Sua atividade política, então, se concentrava em torno de dois eixos: a reorganização dos revolucionários paulistas, duramente atingidos pela repressão e o combate ao terror imposto pela ditadura de Getúlio.

Em 1939 voltou aos cárceres. Diante das torturas, renovou seu exemplo de resistência e determinação. O revolucionário, testado diante da violência dos interrogatórios, foi agora submetido a outro tipo de tortura: o cárcere prolongado, o isolamento na ilha de Fernando de Noronha. Sua terceira prisão durou seis anos. Mas não conseguiu abater seu ânimo. Trabalhou duro na educação cultural e política de seus companheiros de cárcere.

CONSTITUINTE DE 46

Em 1945, conquistada a anistia, voltou à liberdade. Sua capacidade de organização e liderança e seu prestígio público o elegeram deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Representando o Estado da Bahia, proferiu em menos de dois anos 195 discursos, denúncias das condições de vida do povo, da crescente penetração imperialista no país e em defesa de aspirações operárias.

A legalidade democrática e a liberdade partidária duraram pouco. Em 1948, cassado, voltou à clandestinidade. Desta vez pelo resto da vida. As restrições de segurança, no entanto, não o impediram de participar ativamente de todas as lutas políticas da década de 50: a defesa do monopólio estatal do petróleo, contra o envio de soldados brasileiros à Coreia, contra a desnacionalização do ensino e de toda a economia.

Em 1952 passou a integrar a Comissão Executiva do Comitê Central, e, no ano seguinte, foi enviado à China. Durante mais de um ano estudou a experiência da Revolução Chinesa.

TEORIA E ROMPIMENTO

No Brasil suas atenções cada vez mais se voltaram para o campo. Em 1958, o nº 1 da revista 'Estudos Sociais' publicou um ensaio de Marighella intitulado 'Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil'. Neste trabalho ele deu uma significativa contribuição ao estudo da questão agrária em nosso País, particularmente em relação às culturas do café, cana de açúcar e algodão.

O início da ruptura de Marighella com a ortodoxia do PCB se manifestou a partir de 1962. Por ocasião da renúncia de Jânio Quadros ele teceu duras críticas à postura do Partido. O golpe militar de 1964 também é um marco neste distanciamento. A esquerda de modo geral, e o PCB, principalmente, estavam completamente despreparados para a resistência.

Marighella aprofundou suas críticas à orientação oficial do Partido. Poucas semanas após o golpe, no dia 9 de maio, foi localizado num cinema da Tijuca, no Rio, e preso. Embora baleado, à queima-roupa, repetiu a postura de altivez das prisões anteriores. Fez de sua defesa um ataque aos crimes da ditadura.

A mobilização política forçou os generais a aceitarem a concessão de um habeas-corpus que novamente lhe deu a liberdade. O episódio resultou em um pequeno livro 'Porque resisti à prisão'. Escrito em 18 capítulos, os 12 primeiros são um relato minucioso do fato. Os seis últimos, no entanto, são pura lenha na fogueira da luta interna então em curso dentro do PCB.

Em 1966 escreveu 'A Crise Brasileira', uma importante contribuição teórica. Ali, o dirigente analisou a fundo a sociedade brasileira e denunciou as ilusões do PCB quanto aos processos eleitorais e sua política de alianças com a burguesia.

Neste documento, ele destaca a importância do trabalho junto aos operários e camponeses e a necessidade da luta armada popular como caminho para a derrubada da ditadura e para a instalação de um Governo Popular Revolucionário.

Marighella caminhava rapidamente para uma ruptura definitiva com a direção do PCB. Em dezembro do mesmo ano apresentou sua carta-renúncia à Comissão Executiva do PCB, mas permaneceu à frente do Comitê Estadual de São Paulo.

Em outros documentos, de meados de 1967 ('Crítica às Teses do Comitê Central' e 'Ecletismo e Marxismo') o dirigente contrapôs-se ao conjunto de teses baixado pela direção partidária em preparação ao VI Congresso.

EM HAVANA

Seu passo seguinte, em aberta desobediência à direção do PCB, resultou em rompimento definitivo com o Partido. Em agosto de 1967, os comunistas cubanos promoveram em Havana a 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Ao lado de revolucionários de todo o continente, entre eles Chê Guevara, Marighella empunha a bandeira da luta armada como caminho da libertação dos povos da América Latina.

Expulso do PCB, ainda em Cuba, publicou 'Algumas Questões sobre a Guerrilha no Brasil' onde declara sua adesão às teses da OLAS, mas rebate a teoria do 'foco guerrilheiro' amplamente difundida entre os revolucionários latino-americanos. Para ele a luta armada no Brasil tomaria necessariamente contornos próprios.

A rebeldia de Marighella repercutiu profundamente dentro do PCB. Dos 37 delegados, escolhidos como representantes das bases do PCB em São Paulo à Conferência Estadual realizada em maio de 1967, em Campinas, nada menos de 33 se alinharam às teses defendidas por ele. A maior parte das bases operárias e o setor estudantil do Partido romperam com o Comitê Central e se aproximaram de Marighella, enquanto em outros estados outras dissidências se processaram.

SURGIMENTO DA ALN

Em fevereiro de 1968, em documento intitulado ‘Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo’, Marighella expôs os motivos do rompimento com o PCB e anunciou o surgimento de uma organização disposta a dar início imediatamente às ações políticas armadas. A organização foi batizada de ALN – Ação Libertadora Nacional – com a intenção de resgatar o espírito revolucionário da ANL – Aliança Nacional Libertadora – responsável pela Insurreição Armada de novembro de 1935, comandada por Luís Carlos Prestes. Com sua presença pessoal, e sob seu comando e de Joaquim Câmara Ferreira a ALN deflagrou, já em 1968, as primeiras operações de guerrilha urbana no Brasil.

A resistência armada à ditadura, que teve em Marighella uma de suas mais importantes lideranças, rapidamente se espalhou por todo o País. Jovens e velhos militantes abraçaram com entusiasmo esse exemplo de rebeldia. Os revolucionários brasileiros, naquele final de década, irmanavam-se ao espírito de rebelião que incendiava toda a América Latina e alimentava as lutas de libertação anticolonialistas na Indochina e na África.

Ameaçados pelo potencial de explosão dos problemas sociais brasileiros, os generais fascistas revelaram novamente suas garras reagindo com o terror e a tortura. Na noite de 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella foi surpreendido por uma emboscada na Alameda Casa Branca, em São Paulo.

A EMBOSCADA

Marighella estava sozinho. Sequer teve tempo de empunhar a arma que trazia dentro da pasta. A fuzilaria desferida pelos policiais comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury fez duas outras vítimas fatais: o dentista Friederich Adolph Rohmann e a própria agente policial Stela Borges Morato.

O “violento tiroteio” referido na nota oficial que comunicou sua morte não passou de uma desordenada troca de tiros entre os próprios policiais.

O laudo da necrópsia foi assinado pelo médico legista Harry Shibata, do IML/SP. Também participaram do assassinato de Marighella os delegados Raul Ferreira, Rubens Tucunduva, Ivahir de Freitas Garcia (ex-deputado), Edsel Magnotti, Firminiano Pacheco, Roberto Guimarães e um último conhecido pelo nome de Rosseti. Enterrado como indigente no cemitério da Vila Formosa, em São Paulo, seus restos mortais foram trasladados para a Bahia em 1980.

HERANÇA

A morte de Marighella, no entanto, não significou o fim da ALN. Câmara Ferreira e outros companheiros levariam a ALN adiante. Do revolucionário baiano ficaram as idéias e o testemunho de uma vida dedicada inteiramente à luta pela libertação nacional e pela causa do socialismo.

Depoimento dos editores de ‘Escritos de Carlos Marighella’, de dezembro de 1979, dez anos após sua morte, apontava a figura deste revolucionário como ainda ‘envolta por paixões que vão do ódio declarado à veneração acrítica’. Só no futuro, advertem eles, ‘será possível compreender com mais objetividade seu papel, da mesma forma que, é lícito lembrar, figuras históricas como Tiradentes e Frei Caneca não foram compreendidas no seu tempo, em sua magnitude exata.’

CARLOS ROBERTO ZANIRATO

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Morto aos 21 anos, era um dos soldados que desertaram do Exército junto com o Capitão Carlos Lamarca e se aliaram às forças revolucionárias, em 1968.

Preso no dia 23 de junho de 1969 pelo DEOPS paulista, passou logo a ser torturado, conforme testemunho de vários de seus companheiros presos na época.

Segundo versão policial, no dia 29 de junho, foi conduzido pelos policiais a um encontro com seus companheiros. O encontro se realizaria no cruzamento das ruas Bresser com Celso Garcia, em São Paulo. Lá chegando, aproveitou um descuido dos policiais que o conduziam e jogou-se contra um ônibus em movimento, vindo a morrer em consequência das fraturas sofridas.

O laudo necroscópico de nº 30757 do IML, refere-se a ele como a um desconhecido, que suicidou-se atirando-se sob um ônibus. Ainda pode se ler no texto: “apresentava um par de algemas com a corrente partida ficando uma algaema em cada pulso, estas foram serradas retiradas e entregues sob recibo ao sr. Moacir Gallo, guarda civil nº 22548.” Isto não deixa dúvidas de que o suicida encontrava-se preso, porque então desconhecido na solicitação de exame necroscópico senão a intenção de ocultar o cadáver?

Assinam o laudo necroscópico os médicos legistas José Manella Netto e Orlando Brandão, que confirmam a falsa versão oficial.

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa/SP.

Os relatórios do Ministérios da Marinha e Aeronáutica, confirmam sua morte como suicídio, sendo que o da Marinha faz referências, inclusive, de que o mesmo estava algemado.

CHAEEL CHARLES SCHREIER

Militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Nasceu em 23 de abril de 1946, na cidade de São Paulo, filho de Ary Schreier e Emília B. Schreier.

Estudante da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e membro da Comissão Executiva da União Estadual de Estudantes de São Paulo. O AI-5 o obriga à clandestinidade. Liga-se à Dissidência de São Paulo, trabalhando junto a bases operárias e participando da redação e distribuição do jornal *Luta Operária*.

Posteriormente, militou na VAR-Palmares, participando de sua direção regional. Foi preso no dia 21 de novembro de 1969, na casa em que morava, na Rua Aquidabã, nº 1053, em Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro, juntamente com Antônio Roberto Espinoza e sua mulher, Maria Auxiliadora Lara Barcelos. Segundo o testemunho de Espinoza, Maria Auxiliadora e de alguns soldados que serviam no Quartel da Polícia do Exército (PE), na Vila Militar do Rio de Janeiro, Chael foi o mais torturado entre os três presos.

A equipe responsável pela prisão era chefiada pelo Comissário Brito e composta pelo inspetor Vasconcelos e mais 11 policiais dirigidos pelo detetive Antero. Presos, foram imediatamente levados para o Quartel da PE onde ficaram sob a responsabilidade do capitão João Luís. Nessa ocasião, Chael não apresentava nenhum ferimento, conforme declarações dos próprios policiais que o prenderam, transcritas nos jornais cariocas que circularam no dia seguinte.

Chael foi torturado por uma equipe de oficiais e sub-oficiais comandada pelo tenente Lauria, segundo denúncia de Espinoza e Maria Auxiliadora na Auditoria Militar, quando

descrevem os chutes e pontapés que levou do Capitão Airton Guimarães, hoje banqueiro do jogo do bicho, e acusado de fazer parte de grupos de extermínio no Espírito Santo.

De acordo com declarações do diretor-médico do HCE, general de brigada Galeno de Penha Franco: “Chael deu entrada no hospital já morto”, sendo que “o envio do corpo foi apenas uma formalidade, uma vez que provinha de uma unidade militar.”

Na certidão de óbito a *causa mortis* é “contusão abdominal com rupturas do mesocólon transverso e mesentério, com hemorragia interna.” A necrópsia foi feita no HCE, em 24 de novembro de 1969, pelos Drs. Oswaldo Caymmi Ferreira, Guilherme Achilles de Faria Mello e Rubens Pedro Macuco Janini.

Sua família, sem ter recebido qualquer notificação da morte, aguardava a promessa de uma visita. No dia 25 de novembro foram informados de que ele se encontrava morto, tendo sido possível comprovar os evidentes sinais de tortura.

Segundo relatório do II Exército datado de 24 de novembro de 1969, arquivado no DOPS/SP, “Antonio Roberto Espinosa, Maria Auxiliadora de Lara Barcelos e Chael Charles Schreier, ao serem presos, reagiram violentamente com disparos de revólver, espingarda e mesmo com bombas caseiras. Da refrega os três terroristas saíram feridos, sendo Chael o que estava em estado mais grave, foram medicados no HCE, entretanto Chael sofreu um ataque cardíaco, vindo a falecer.”

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao Ministério da Justiça em 1993, sequer menciona o nome de Chael.

EREMIAS DELIZOIKOV

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu aos 27 de março de 1951, em São Paulo, filho de Jorge Delizoicov e Liubov Gradinar.

Estudante secundarista, foi assassinado no dia 16 de outubro de 1969, na Rua Tocopi, 59, em Vila Cosmos, Rio de Janeiro, quando reagiu ao cerco montado pelos agentes do DOI/CODI-RJ que tentavam prendê-lo.

Foi identificado e enterrado como José Araújo Nóbrega – o sargento Nóbrega – que até hoje se encontra vivo e, à época dos fatos, era também um perseguido político e militava na VPR.

Os órgãos de repressão, aparentemente, pareciam confusos e não sabiam qual a verdadeira identidade daquele cadáver. Era pura encenação, para mais uma vez, cometerem o crime de ocultação de cadáver.

Na verdade, as impressões digitais de Eremias Delizoicov já estavam confirmadas pelo datiloscopista da Delegacia de Crimes Contra a Pessoa, de São Paulo, no dia 11 de dezembro de 1969, conforme comunicado nº 76/69 da Secretaria de Segurança Pública. Ou seja, ao enterrarem aquele cadáver, sabiam que era de Eremias Delizoicov.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que foi “morto em 16/outubro/69, em tiroteio com membros dos Órgãos de Segurança...” e o da Marinha afirma que “...morreu ao resistir ao cerco da Polícia do Exército, em Vila Cosmos/RJ”.

Texto de Demétrio Delizoicov Neto, irmão de Eremias:

“Eremias viveu toda a sua infância e boa parte da sua curta adolescência na Moóca. Completou o curso primário, em 1961, no Grupo Escolar Pandiá Calógeras e o ginásio em 1965, no Colégio Estadual M.M.D.C. Neste mesmo colégio iniciou, em 1966, o curso clássico. Em 1967 foi aprovado no exame de seleção da Escola

Técnica Federal de São Paulo e cursou, simultaneamente com o clássico, o curso de mecânica.

Sensível e criativo, destinava suas horas de lazer ao esporte e à música. Tocava violão várias horas por dia. Estudou música clássica e, a partir de 66, imbuído de um 'espírito nacionalista', começou a expressar seus sentimentos interpretando músicas nacionais, notadamente aquelas enquadradas como 'Bossa Nova'.

Tentou, com um colega pianista e outro baterista, formar um trio.

Como esportista, em 1962 disputou o torneio paulista de Judô, tendo tirado a primeira colocação na sua categoria. Treinou natação durante 65 e 66 e participou de algumas competições. Em 1967, integrou a equipe de remadores do Corinthians e começou a treinar capoeira.

Organizava seus horários de tal modo a, paralelamente, auxiliar o pai nas atividades do comércio.

Iniciou a leitura das obras de Aluísio de Azevedo, Jorge Amado e Graciliano Ramos. Ficou particularmente sensibilizado com as poesias de Augusto dos Anjos e passou a questionar a realidade brasileira ao ler Geopolítica da Fome, de Josué de Castro. Em 1967, no Colégio Estadual M.M.D.C., articulou-se com outros colegas para formar uma chapa que disputaria as eleições para o grêmio estudantil, iniciando sua militância política.

Ficou conhecendo detalhes do acordo MEC-USAID e engajou-se no movimento estudantil contra tal acordo. Passou a interagir com estudantes de outras escolas secundárias e articularam uma chapa para disputar, em 68, as diretorias da União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPES) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Organizou, juntamente com o grupo, o movimento estudantil secundarista nas escolas da zona leste de São Paulo. Eremias, em 1968, passou a liderar um movimento reivindicatório de alunos no Colégio Estadual M.M.D.C., organizando uma greve e comícios. Em virtude disso, foi transferido compulsoriamente, juntamente com alguns colegas, pela Direção do Colégio coonestada por alguns professores. Conseguiu matricular-se no Colégio Estadual Firmino de Proença, terminando o ano. Paralelamente continuou seu curso técnico.

Durante as greves operárias de 68, em Osasco, assistiu a algumas assembleias sindicais, com outros colegas que levavam o apoio dos estudantes aos operários em greve. Engajou-se na campanha para obter fundos de greve.

No início de 1969, entrou para a VPR. Simulou uma discordância com os pais e passou a morar fora de casa, mas visitava-os semanalmente. Confidenciava ao seu único irmão, um ano mais velho, e, então, estudante universitário, com quem mantinha uma estreita ligação e com quem discutia posições políticas.

Em meados de julho de 69, os órgãos de repressão já sabiam da sua militância. Dias antes, Eremias, sabendo do inevitável, reuniu-se com os pais e os pôs a par da sua real situação. Estes esforçaram-se para uma saída segura: enviá-lo ao exterior, mas Eremias optou pelo Brasil e pela clandestinidade. Nunca mais o viram, vivo ou morto.

Seu pai foi detido duas vezes no Q.G. do II Exército para prestar depoimentos. Os prontuários das escolas onde estudara foram vasculhados. Junto com os demais

companheiros, sua foto foi exposta em cartazes de pessoas procuradas pelos órgãos de repressão.

No início de 1970, meu pai foi convocado ao DOPS em São Paulo pelo Delegado Sérgio Fleury. Enquanto aguardava na ante-sala daquele policial, percebeu que Fleury pressionava a mãe de um cidadão procurado, dizendo que deveria fornecer o paradeiro de seu filho. A certa altura, meu pai, que a tudo ouvia, pois a porta do delegado estava aberta, ouviu-o dizer algo como 'É uma questão de tempo, ou ele é preso ou morto como o filho daquele senhor', referindo-se a meu pai, que nesse momento, inteirou-se do falecimento de Eremias. Em seguida, Fleury explicou-lhe o ocorrido na Vila Cosmos, agregando que Nóbrega estava vivo e havia sido preso dias antes, e que, portanto, o morto em outubro de 1969 era Eremias. Fleury descartou qualquer possibilidade de ajuda em relação ao esclarecimento oficial dos fatos, alegando que se algo pudesse ser feito, seria no Rio de Janeiro, junto ao I Exército. Dias após a ida de meu pai ao Dops, a imprensa toda noticiaria que Nóbrega havia sido preso e que a pessoa morta no confronto com o Exército, em outubro de 1969, era Eremias. Enquanto durou a clandestinidade de Eremias, principalmente nos meses de junho a agosto de 1969, a casa de meus pais era constantemente visitada e vigiada por agentes policiais ou militares. Diante do clima de repressão reinante à época, meu pai entendeu não ser possível iniciar o esclarecimento dos fatos. Em 1975 ou 1976, meus pais foram ao Rio de Janeiro para tentar obter mais informações e localizaram uma vizinha da casa onde fora morto. Segundo a vizinha, a repressão montou um grande aparato, interditando o quarteirão onde se situavam as casas e pessoas que se diziam militares do Exército pediam que os moradores das vizinhanças permanecessem quietos em suas casas. Contra a casa em que morava Eremias foram disparados inúmeros tiros, inclusive de metralhadora e bombas e, de dentro da casa, partiram também vários tiros. A vizinha acrescentou que parte do efetivo militar utilizou-se de sua casa para invadir a casa onde estava Eremias.

Em 1979, após a edição da Lei de Anistia, meus pais iniciaram a tramitação jurídica para obtenção do atestado de óbito.”

Os companheiros da VPR homenagearam Eremias dando seu nome a um dos campos de treinamento no Vale do Ribeira.

Seu corpo entrou no IML/RJ pela Guia n° 471, da 27ª D.P., em 17 de outubro de 1969 como desconhecido.

A necrópsia foi feita pelos Drs. Elias Freitas e Hygino de Carvalho Hércules, que confirmaram sua morte em tiroteio. Esta necrópsia, de 22 páginas, foi enviada ao Tenente-Coronel Ary Pereira de Carvalho, do I Ex-1ª DI, em 04 de novembro de 1969, em resposta ao ofício n° 164 IPM, de 21 de outubro de 1969, com o seguinte teor:

“A fim de instruir autos do IPM de que sou encarregado pelo Exmo. Sr. Gen. Syseno Sarmiento, Comandante do I Ex., solicito V. Sa. determinar o atendimento dos seguintes quesitos:

a) termo de necrópsia do cidadão José Araújo de Nóbrega, morto em ação policial-militar, ocorrida cerca das 11:00 horas do dia 16 do corrente, na Rua Tocopi, n° 59, Vila Cosmos/GB,

b) comparecimento ao Hospital da Guarnição da Vila Militar de médicos legistas, a fim de procederem a exames de corpo de delito nos militares: major Enio

de Albuquerque Lacerda, Capitão Ailton Guimarães Jorge e Cabo Mário Antônio Povaleri, feridos na mesma ação...”(sic)

O óbito foi, portanto, passado em nome de José Araújo de Nóbrega, tendo o cadáver tido um reconhecimento forçado, feito pelo irmão de José Araújo, Francisco Araújo de Nóbrega, que se encontrava preso à época.

Eremias foi enterrado no Cemitério São Francisco Xavier, em 21 de outubro de 1969, na cova nº 59.262, quadra 45.

Somente em 1993, a família conseguiu o atestado de óbito de Eremias, além da necrópsia e certidão de óbito em nome de Nóbrega e 31 fotos de perícia de local (ICE nº 658/69).

O laudo de perícia de local, também encontrado no ICE/RJ é longo, tendo 10 páginas e descreve o desalinho em que se encontrava a casa onde Eremias foi morto, uma verdadeira operação de guerra.

Documento da Santa Casa de Misericórdia/RJ afirma que, em 25 de maio de 1975, os restos mortais de Eremias foram incinerados **como era de praxe**.

No Arquivo do DOPS/RJ, consta documento do CENIMAR, de nº 0189, de 23 de julho de 1970, que traz uma relação de militantes do COLINA, VAR-PALMARES e VPR e sua situação em 15 de junho de 1970, onde há os nomes de José Araújo Nóbrega, como **banido** e Eremias Delizoicov, como **morto**

FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA

Militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Nasceu em São Paulo, filho de Tolstoi de Paula e Célia Borges de Paula Ferreira.

Líder estudantil da Universidade de São Paulo, onde cursava Filosofia.

Assassinado aos 24 anos no dia 30 de julho de 1969, em São Paulo, no Largo da Banana, por agentes do Departamento de Investigações Criminais - DEIC, que montaram uma emboscada para prendê-lo. Tal emboscada resultou no assassinato de Fernando e na prisão de João Domingos da Silva, morto posteriormente sob torturas.

Assinaram o laudo de necrópsia os médicos legistas Pêrsio R. Carneiro e Antônio Valentine.

O corpo foi retirado e sepultado no Cemitério da Paz, pela família.

O episódio do tiroteio no Largo da Banana é descrito no doc. 30-Z-162-37, DOPS-SP, assim como toda a trama para o extermínio dos grupos da ALN e FELA - Frente Estudantil pela Luta Armada.

O Relatório do Ministério da Marinha confirma a versão acima.

HAMILTON FERNANDO CUNHA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONARIA (VPR).

Nasceu em Florianópolis/SC em 1941, filho de Fernando Manoel Cunha e Filomena M. Rosa.

Fuzilado em 11 de fevereiro de 1969, ao resistir à prisão, quando policiais do DOPS paulista tentavam prendê-lo em seu local de trabalho, na Gráfica Urupês.

A versão policial da repressão diz que Hamilton teria sido atingido por um companheiro ao receber voz de prisão, o qual teria fugido sem ser identificado.

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, São Paulo.

JOÃO DOMINGOS DA SILVA

Dirigente da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONARIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Nasceu em Sertãoópolis/PR, filho de Antonio José da Silva e Eliza Maria de Jesus.

Morto aos 20 anos em São Paulo.

Operário e um dos líderes das greves realizadas em Osasco (SP) durante o ano de 1968, passou a ser constantemente ameaçado de prisão e morte.

No dia 30 de julho de 1969, estava em companhia de Fernando Borges de Paula Ferreira, quando foram emboscados no Largo da Banana, em São Paulo, por agentes do DEIC.

A emboscada resultou no assassinato de Fernando. João Domingos, apesar de ferido gravemente, conseguiu escapar, indo para a casa de sua irmã, em Osasco, onde foi preso ainda no mesmo dia.

Os agentes do DEIC transportaram João para o Hospital das Clínicas, onde recebeu assistência médica. Em 4 de agosto foi submetido ao exame de corpo de delito-lesão corporal, assinado pelos médicos José Francisco de Faria e Abeylard de Queiroz Orsini, que descrevem um único ferimento por arma de fogo, na face anterior do hemitórax esquerdo e várias ferimentos corto-contusos na região occipital. Mesmo correndo risco de vida, os agentes do DEIC transportaram-no para o Hospital Geral do Exército, onde iniciaram um processo de interrogatório e de torturas que culminou com sua morte, a 23 de setembro.

O laudo de necrópsia inclui, além do ferimento descrito no exame de corpo de delito, cicatrizes cirúrgicas, escaras de decúbito na região sacra e mais um ferimento por projétil na região vertebral, terço inferior. Assinam o laudo os legistas Octávio D'Andrea e Orlando Brandão e apontam como causa mortis 'colapso tóxico infeccioso'. A evidência do assassinato fica constatada ao comprovar-se que, ao ser retirado do Hospital das Clínicas, João apresentava apenas um ferimento produzido por arma de fogo, conseqüência da emboscada.

Foi enterrado por seus familiares em Osasco.

JOÃO LUCAS ALVES

Militante do COMANDO DE LIBERTACÃO NACIONAL (COLINA).

Nasceu em Canhotinho/PE, em 3 de novembro de 1935.

Era 2º sargento da Aeronáutica.

Morto aos 34 anos, em Belo Horizonte.

Estudou no Grupo Escolar Marcelo Pinheiro e fez o Colegial no Ginásio Visconde de Mauá, em Recife, indo para a Escola de Especialistas da Aeronáutica em Guaratinguetá/SP, de onde saiu como 3º sargento. Serviu na Base Aérea de Ibura/PE de 1957 a 1960. Em 1961 esteve nos Estados Unidos especializando-se por conta do Ministério da Aeronáutica.

Expulso da FAB em 1964 pelo Ato Institucional nº I.

Preso, no Rio de Janeiro, a 8 de novembro de 1968 e levado para o DOPS/RJ e, posteriormente, para a PE. Em 20 de novembro de 1968, foi decretada sua prisão preventiva por 30 dias e, em 18 de dezembro, prorrogada por mais 30 dias. Ao final dos 60 dias, foi requerido o relaxamento de sua prisão, em 20 de janeiro, ato reiterado em 29 de janeiro, pedidos que não foram apreciados pela Justiça.

Em 28 de fevereiro, em nota oficial, foi transferido para a Polícia de Belo Horizonte e, em 06 de março, foi anunciada sua morte por suicídio na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte.

Nas torturas que sofreu nesse departamento policial, João Lucas teve vários ossos quebrados, olhos vazados, além de queimaduras generalizadas. Onofre Pinto (ex-banido e desaparecido em 1974), preso na mesma época, denunciou o ocorrido em depoimento à organização “Amnesty International”.

Vários presos políticos, como Antônio Pereira Mattos, Angelo Pezzutti da Silva e Afonso Celso Lana Leite dentre outros, em depoimentos realizados em Auditorias Militares, à época, denunciaram as torturas sofridas por João Alves.

O laudo médico, requerido pelo advogado Modesto da Silveira, revelou unhas arrancadas, escoriações e equimoses ao longo do corpo, inclusive no rosto e nas nádegas, não demonstrando qualquer indício do suposto suicídio por enforcamento.

A necrópsia, realizada no Departamento de Medicina Legal/MG, em 06 de março de 1969, firmada pelos Drs. Djeddar Gonçalves e João Bosco Nacif da Silva, confirma a falsa versão policial de suicídio por enforcamento, apesar de descrever algumas escoriações presentes no braço esquerdo, pé direito e na região glútea, assim como a falta de uma unha e rouidão em outras. Esses médicos foram denunciados pelo GTNM/MG, mas sequer foram investigados, pois o CRM/MG arquivou a denúncia.

Foi encontrado no arquivo do antigo DOPS/SP, um relatório sobre sua vida pregressa oriundo da Delegacia Regional-Guanabara-Serviço de Ordem Política e Social, datado de 8 de novembro de 1968, com uma anotação a caneta “suicidou-se no DOPS/BH”.

JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA

Vice-presidente da UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES da Paraíba.

Estudante da Faculdade de Medicina de João Pessoa, foi preso no início de 1969, em Recife. Ficou detido por 3 meses para interrogatórios, tendo sofrido torturas, conforme relatou após ser posto em liberdade.

Em 7 de outubro, foi seqüestrado por elementos do CCC e do CENIMAR, segundo o testemunho de seus companheiros e familiares.

O corpo de João Roberto, apresentando inúmeros ferimentos e tendo o rosto quase que completamente desfigurado, foi jogado em um açude, em Catolé do Rocha, Pernambuco, segundo o boletim de março de 1974 da “Amnesty International”.

Em nota oficial, a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco afirmava à época, que João Roberto teria morrido em consequência de afogamento.

JOSÉ WILSON LESSA SABAG

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Morto aos 25 anos de idade em São Paulo. Casado, estudava na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ao resistir à prisão no dia 3 de setembro de 1969, quando agentes do DOPS e CENIMAR, apoiados por tropas de choque, tentaram prendê-lo, foi sumariamente fuzilado.

O exame necroscópico, realizado no IML/SP, em 10 de setembro, pelos Drs. Ruy Barbosa Marques e Orlando Brandão confirma a morte em tiroteio.

LUIZ FOGAÇA BALBONI

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu, em 25 de maio de 1945, em Itapetininga/SP, era filho de Luiz Balboni e Francisca Áurea Fogaça Balboni.

Estudante da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, onde cursou até o 3º ano. Trabalhava como professor e desenhista da Empresa Geotécnica.

Desde 1968 fazia parte da Ala Vermelha do PCdoB, como membro do Setor Universitário. Divergindo da organização, ligou-se, em meados de março de 1969, à ALN.

Nesse período entrou na clandestinidade, onde permaneceu até sua morte.

Fuzilado, com 24 anos de idade, ao resistir à prisão, na Alameda Campinas, em São Paulo, no dia 25 de setembro de 1969, em emboscada montada pelos delegados Sérgio Fleury, Rubens Tucunduva e Firminiano Pacheco.

Em entrevista à Revista Realidade, em 1971, Sérgio Paranhos Fleury, assumiu que viu morrer à sua frente Luiz Fogaça Balboni.

O laudo necroscópico é assinado pelos médicos legistas Irary Novah Moraes e Antônio Valentini.

O corpo foi retirado pela família e sepultado no Cemitério da cidade de São Miguel Arcanjo (SP).

MARCO ANTÔNIO BRÁS DE CARVALHO

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu no Estado do Rio de Janeiro, filho de José de Carvalho Filho e Anna Braz de Carvalho.

Desenhista mecânico.

Fuzilado sumariamente no dia 28 de janeiro de 1969, em sua própria casa, em São Paulo, quando tinha 30 anos de idade.

Policiais do DOPS, chefiados pelo delegado Raul Nogueira de Lima, vulgo “Raul Careca”, invadiram a casa de Marco Antônio e eliminaram-no com vários tiros, desfechados à queima-roupa pelas costas.

Segundo depoimentos de seus companheiros, o autor dos disparos foi o próprio “Raul Careca”. Tal delegado é o mesmo que matou o estudante do Colégio Marina Cintra, José Carlos Guimarães, numa passeata em 1968, na Rua Maria Antônia.

NELSON JOSÉ DE ALMEIDA

Militante da organização COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (COLINA).

Morto aos 21 anos.

Filho de camponeses humildes, nascidos e radicados em Minas Gerais, na cidade de Mendes Pimentel, região do Vale do Rio Doce.

Aos 10 ou 11 anos, mudou-se com sua família para uma cidade maior, Governador Valadares. Aí concluiu o curso primário na Escola Israel Pinheiro, em 1963. Nelson trabalhava desde quando cursava o primário, vendendo produtos agrícolas aos construtores do prédio da USIMINAS.

Terminado o curso primário, mudou-se mais uma vez com a família para Brasília. Lá já se encontrava trabalhando seu irmão mais velho. Nelson teve que encarar serviços bastante pesados, como ajudante de pedreiro, apesar de sua pouca idade. Estudou à noite, em Sobradinho, e assim concluiu o curso ginasial. Por essa época passou a compreender o

significado do golpe militar de 64 e percebeu o grau de repressão política sobre aqueles que criticavam o acirramento das desigualdades sociais.

Com o advento do AI-5, integrou-se à COLINA e foi para o interior de Minas. Em Teófilo Otoni, no dia 11 de março de 1969, foi preso no Quartel do Batalhão por agentes do DOPS.

Na prisão foi reconhecido por um soldado, Artur Orozimbo, que tinha sido seu colega e também de seu irmão ainda no curso primário, em sua cidade natal, Mendes Pimentel.

Este mesmo soldado deu à família a notícia de sua morte.

Segundo o Relatório do Ministério da Aeronáutica, Nelson “morreu durante um assalto à Caixa Econômica Federal, em Teófilo Otoni.”

A certidão de óbito tem como causa da morte “ferida perfuro-contusa do tórax com lesão de órgão e víscera interna, dando em consequência grave hemotórax”. Assina o óbito o Dr. Christobaldo Motta de Almeida.

Foi enterrado no Cemitério de Teófilo Otoni.

REINALDO SILVEIRA PIMENTA

Dirigente do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

No dia 27 de junho de 1969, seu apartamento foi invadido por agentes do CENIMAR. Ao tentar fugir pela janela, Reinaldo acabou pendurado no parapeito, segurando-se com as mãos. Os agentes passaram a desferir golpes com a coroa de suas armas sobre seus dedos, e assim acabou por cair do 5º andar.

Seu corpo entrou no IML/RJ pela Guia nº 13, da 14ª D.P., como desconhecido, “morto ao cair na área interna do prédio da Rua Bolívar, nº 214, apt. 510, no Bairro de Copacabana”. Deu entrada no Hospital Miguel Couto, morrendo poucas horas depois.

A necropsia de 28 de junho, ainda como desconhecido, foi firmada pelo Dr. Mário Martins Rodrigues, não havendo nome do 2º legista.

Enterrado no Cemitério de Maruí, em Niterói (RJ).

ROBERTO CIETTO

Militante do MOVIMENTO ARMADO REVOLUCIONÁRIO (MAR).

Morreu, aos 32 anos de idade, em 04 de setembro de 1969 no DOI-CODI/RJ.

Preso, casualmente, ao passar defronte da casa do embaixador Charles Burke Elbrick, seqüestrado naquele dia.

Roberto era conhecido pelos agentes da repressão, pois em maio daquele ano havia logrado fugir da penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro. Foi levado diretamente para o CENIMAR e submetido a intensas sessões de torturas, resistindo apenas algumas horas.

Roberto iniciou sua militância política na Penitenciária Lemos de Brito, onde cumpria pena como preso comum. Ali manteve contatos com presos políticos e aderiu à luta revolucionária. Após sua fuga junto com outros presos políticos, passou a atuar na clandestinidade, ligando-se ao MAR.

Seu corpo entrou no IML, no mesmo dia 04, pela Guia nº 71, da 19ª D.P., sendo necropsiado por requisição do Quartel General do I Exército, de onde foi removido.

A necropsia, firmada pelos Drs. Elias Freitas e João Guilherme Figueiredo, em 05 de setembro, confirma a falsa versão oficial da repressão de que Roberto suicidou-se, por enforcamento, em sua cela, no DOI-CODI/RJ, apesar de descrever algumas escoriações encontradas no corpo, como hematomas na pálpebra direita, no braço direito e perna esquerda.

As fotos de perícia de local (nº 5198/69) realizadas pelo ICE/RJ mostram claramente as marcas de torturas. Como o enforcamento foi cometido com Roberto praticamente sentado? Também o laudo de perícia de local, feito pelo mesmo órgão oficial (Ocorrência nº 367/69) cita outras escoriações além das apresentadas na necrópsia afirmando que “... a necrópsia a ser procedida, deverá esclarecer, a recenticidade dos ferimentos por ação contundente constatadas nas regiões frontal orbitária direita e face anterior do joelho direito da vítima”(sic) o que não foi feito pelo exame necroscópico.

O atestado de óbito, de nº 118.656, somente assinala seu nome, tendo todas as outras informações colocadas como ignoradas, apesar de tratar-se de alguém que já havia cumprido pena, tendo todas as informações oficiais, o que é confirmado por sua ficha do IFP, em 05 de setembro de 1969. O óbito teve como declarante José Severino Teixeira.

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Santa Cruz (RJ), em 30 de setembro de 1969, na cova nº 203, da quadra 18.

SEBASTIÃO GOMES DA SILVA

Lavrador.

Fuzilado em Cachoeiro de Macacú (ES), no projeto de colonização do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, quando resistiu à prisão, em junho de 1969.

Seu corpo entrou no IML/RJ, em 02 de junho de 1969, vindo do HCE, para onde foi levado junto com o de Severino Viana Colon.

SEVERINO VIANA COLON

Militante da COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (COLINA).

Morto aos 39 anos de idade.

Natural de Pernambuco.

Preso na 1ª Cia. da Polícia do Exército, na Vila Militar (RJ), à disposição de IPM a cargo do I Exército, morto nas dependências daquele órgão de repressão, em 24 de maio de 1969. Conforme denúncia do boletim de março de 1974 da “Amnesty Internacional” e do livro “Oposição no Brasil, Hoje”, de Marcos Freire é falsa a versão oficial da repressão de que Severino suicidou-se, por enforcamento, em sua cela.

Em declarações prestadas em Auditorias Militares, à época, Antônio Pereira Mattos, Ângelo Pezzuti da Silva e Afonso Celso Lana Leite denunciaram as torturas que Severino sofreu na Vila Militar.

Seu corpo somente deu entrada no IML/RJ, em 02 de junho, juntamente com o de Sebastião Gomes da Silva, vindo do HCE o, onde foi feita a necrópsia, assinada pelo Dr. Rubens Pedro Macuco Janini, que confirmou a versão policial da repressão.

O atestado de óbito, de nº 11789 teve como declarante José Severino Teixeira e informa que foi enterrado como indigente no Cemitério da Cacuia, na Ilha do Governador (RJ), em 25 de julho de 1969, sepultura 11.252, quadra 26.

1970

ABELARDO RAUSCH ALCÂNTARA

Bancário.

Morto sob torturas no dia 13 de dezembro de 1970, em Brasília, conforme denúncia da “Amnesty International” no boletim de março de 1974.

ALCERI MARIA GOMES DA SILVA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nascida a 25 de maio de 1943, em Porto Alegre/RS, filha de Oscar da Silva e Odila Gomes da Silva. Logo depois ela mudou-se para Canoas, onde fez o 2º grau.

Em Canoas, trabalhou no escritório da fábrica Michelletto, onde começou a participar do movimento operário. Era sócia do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Em seguida, através de um advogado do Sindicato, entra em contato com a VPR. Ela era uma moça baixinha, magra, muito alegre, entusiasmada pela luta. Em setembro de 1970, esteve em Cachoeira do Sul, despendendo-se de sua família, quando disse a sua irmã Clélia que ia para São Paulo para lutar contra a ditadura militar.

Assassinada juntamente com Antônio dos Três Reis Oliveira, em São Paulo, no dia 17 de maio de 1970, quando sua casa foi invadida por agentes dos órgãos de segurança.

O laudo necroscópico é assinado pelos médicos legistas João Pagenoto e Paulo Augusto Q. Rocha.

Seus pais, Odila e Oscar, foram informados de sua morte pelo detetive da Delegacia de Polícia de Canoas de apelido “Dois Dedos”, assim conhecido por faltar-lhe dois dedos da mão. Era conhecido em Canoas pela sua ferocidade e avisou à família que nada fizesse porque, caso contrário, seriam todos mortos. Não deu nenhum detalhe da morte. A família soube apenas isso. Não recebeu atestado de óbito, nem foi informada do local de sua sepultura

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que Alceri “foi ferida e, posteriormente, veio a falecer no dia 17 de maio de 1970”.

ÂNGELO CARDOSO DA SILVA

Militante do MARX, MAO, MARIGHELLA E GUEVARA (M3G).

Motorista.

Assassinado em 23 de abril de 1970, aos 26 anos de idade, quando se encontrava preso em Porto Alegre (RS). As autoridades da época afirmaram que Ângelo suicidou-se em sua cela com um lençol.

Sua necrópsia, feita no IML/RS pelos Drs. Izaías Ortiz Pinto e Carlos B. Koch, afirma que o óbito se deu por enforcamento, confirmando a versão oficial da repressão e atesta a morte no Presídio Central de Porto Alegre. Foi enterrado por sua família no Cemitério de Viamão (RS).

ANTÔNIO RAYMUNDO LUCENA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu em Colina/MA, em 11 de setembro de 1922, filho de José Lucena Sobrinho e Angela Fernandes Lima Lucena.

Operário, morto aos 48 anos, na cidade de Atibaia (SP) por integrantes da Polícia Militar.

O laudo de necrópsia, solicitado pelo DOPS é assinado pelos médicos legistas Frederico Amaral e Orlando Brandão.

De sua filha, Ângela Thelma Lucena:

“Por sua mente brilhante recebeu a alcunha de ‘doutor’.

Aos 12 anos teve uma úlcera ocular, o que ocasionou a perda da visão do olho direito. Nesse período, começou a ocupar-se de todas as atividades de instalações elétricas, serviços de pedreiro, mecânica etc, já que era um curioso por natureza.

Aos 17 anos assumiu a função de mestre de oficina mecânica, além de acumular os cargos de apontador e encarregado de uma pequena estatal. Casou-se aos 23 anos, separando-se aos 26.

Aos 27 anos, viajou para Caxias, MA, onde conheceu Damaris Oliveira, por quem se apaixonou. Ao descobrir o romance entre ambos, o pai de Damaris castigou-a severamente. Ela fugiu de casa e foi viver com Lucena.

Lucena começou a trabalhar como mestre de serraria e Damaris como fiandeira. No dia 31 de maio de 1949 nasceu o primeiro filho do casal e quando este contava com 2 meses, Lucena migrou para Fortaleza (CE), para tentar a sorte.

Em março de 1950 embarcou para o Rio de Janeiro, onde tomou um caminhão pau-de-arara para São Paulo.

Lucena, com dois meses em São Paulo, mandou buscar a mulher e o filho. Damaris saiu no dia 1º de junho num navio (Taubaté) rumo ao Rio de Janeiro de onde foi para a capital paulista.

Lucena estava empregado na Indústria Jafet, como kardecista e passaram a residir na Rua do Manifesto, no bairro do Ipiranga.

Devido à penosa viagem e à subnutrição, perderam o filho, vitimado pelo crupe, internado naquela ocasião no Hospital Emílio Ribas.

No dia 6 de outubro de 1951, houve um acontecimento muito feliz para os Lucena. Nasceu o segundo filho: Ariston.

Damaris empregou-se também na Indústria Jafet como copeira da creche e Lucena recebeu uma promoção, passando a técnico da seção de vapor.

Em 1953 Damaris engajou-se no movimento sindical, incentivada pela vereadora paulista Matilde de Carvalho. No ano de 1955, Damaris se ausentou da fábrica por 5 dias, para participar da Conferência Nacional de Mulheres, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, no Rio de Janeiro, e ao retornar foi demitida sob a acusação de insuflar os operários.

Ainda em 1953, Damaris e Lucena participaram da campanha ‘O Petróleo é Nosso’.

Em 1954, pelas mãos de Damaris, Lucena ingressou no Partido Comunista do Brasil. Naquela época passaram a ter contato com Pedro Pomar, João Amazonas e outros líderes do Partido. A militância durou até 1964, quando, após o golpe militar de 31 de março daquele ano, pediram afastamento por tempo indeterminado.

Na militância, panfletavam, vendiam livros e incentivavam pessoas a segui-los.

‘Doutor’ aposentou-se em 1964 por invalidez e com a família crescida, tentou procurar uma alternativa de trabalho. Passou um dia na Clock, aprendendo a arte de consertar painéis de pressão. Como cego de um olho, recebeu o direito de ter uma

banca na feira, isento de impostos. Começou, então, um período de prosperidade. Damaris tirou carta de motorista e logo adquiriu uma perua, para facilitar o transporte do material de trabalho.

Em 1968 filiaram-se à VPR. Naquele momento já estavam residindo na Rua Lima e Silva, no Ipiranga.

Em 1969 mudaram-se para a Praia Grande, no litoral paulista, de onde foram para a Cidade Ocian e em seguida para Embu-Guaçu, com os nomes trocados. Eram Rosa e Zé.

Ali conheceram Carlos Roberto Zanirato e Eduardo Leite (o Bacuri), ambos assassinados pela ditadura. Nesse mesmo ano, Bacuri comprou uma casa em Atibaia (Jardim das Cerejeiras) para 'Dona Dulce' e 'Sr. Eduardo', os novos nomes do casal. Ariston saiu de casa em dezembro desse mesmo ano, já como militante da VPR. Devido à clandestinidade e à prisão, nunca mais viu o pai.

Todo o material de militância escondido nas residências anteriores foi transferido para a casa de Atibaia juntamente com aparelhos médicos. Faziam-se passar por fazendeiros e não perdiam a chance de ajudar os necessitados.

No dia 20 de fevereiro de 1970, por volta das 15 horas, a porta é golpeada violentamente por militares. 'Doutor' dormia. Damaris acordou-o bruscamente e muniram-se de um FAL cada um. Começaram a atirar. Lucena tombou gravemente ferido e logo em seguida, depois de várias rajadas de armas de grosso calibre, recebeu, na têmpora, o tiro fatal na presença da esposa e filhos, os maiores (gêmeos) com 9 anos e eu, a caçula, estava com apenas 3 anos de idade.

Embora seu sepultamento tenha sido registrado no Cemitério de Vila Formosa, na capital paulista, seus familiares e amigos ainda não conseguiram localizar seus restos mortais.

ARI DE ABREU LIMA DA ROSA

Morto sob torturas em novembro de 1970, no Rio Grande do Sul, segundo denúncia do boletim de março de 1974 da "Amnesty International".

AVELMAR MOREIRA DE BARROS

Chacareiro.

Preso em março de 1970, no Rio Grande do Sul, foi torturado até a morte no DOPS gaúcho, em 25 de março de 1970, segundo denúncia do boletim de março de 1974 da "Amnesty International".

A necrópsia, feita no IML/RS, foi firmada pelos Drs. Gastão E. Schirmer e Nicolau Amaro Guedes e descreve ferimentos no rosto e punhos, além de corte na carótida.

A versão policial de sua morte é de "suicídio no xadrez do DOPS".

DORIVAL FERREIRA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em Osasco (SP), a 05 de novembro de 1932, filho de Domingos Antônio Ferreira e Albina Biscuola Ferreira. Era casado e tinha filhos.

Mecânico. Morto aos 38 anos de idade, em São Paulo.

Líder operário em Osasco e membro ativo da oposição sindical, dentro do Sindicato da Construção Civil.

No dia 02 de abril de 1970, por volta das 21 horas, agentes do DOI-CODI/SP invadiram sua casa atirando. Mesmo ferido Dorival tentou fugir pelos fundos da casa, quando foi preso. Seu pai, que chegou nesse instante, não conseguiu saber dos policiais que estavam na casa para onde Dorival tinha sido levado preso.

A versão policial é de que Dorival morreu em tiroteio. Os relatórios dos Ministérios da Marinha e Aeronáutica continuam a afirmar que ele morreu em tiroteio sem fazer referências à sua prisão.

O laudo de necropsia assinado pelos legistas Otávio D'Andrea e Antonio Valentini, bem como o da Polícia Técnica feito por Vladimir Zubkovsky, insistem na versão de morte em tiroteio.

EDSON NEVES QUARESMA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Filho de Raimundo Agostinho Quaresma e Josefa Miranda Neves, nasceu em 11 de dezembro de 1936, no Rio Grande do Sul.

Ex-sargento da Marinha, expulso com o golpe militar de 1964.

No dia 5 de dezembro de 1970, Edson passava junto com Yoshitame Fujimore pela Praça Santa Rita de Cássia, em São Paulo, quando foram reconhecidos por uma patrulha do DOI/CODI-SP que passou a persegui-los. A patrulha metralhou o carro, ferindo Edson e Fujimore. Edson, mesmo ferido, tentou correr, sendo alcançado pelos policiais e assassinado cruelmente. Um dos agentes segurou-lhe um dos braços e outro policial, segurando o outro braço, pisou violentamente na sua garganta, matando-o. Fujimore foi assassinado com um tiro na cabeça.

Sepultado como indigente no Cemitério de Vila Formosa com o nome de Celso Silva Alves.

A solicitação do exame necroscópico foi feita pelo Delegado Alcides Cintra Bueno Filho e assinaram o laudo os médicos legistas Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues.

No Arquivo do DOPS/RJ, há documento do CENIMAR de nº 0364, de 27 de maio de 1971 que fala das mortes de Edson Neves Quaresma e Yoshitame Fujimore em tiroteio, no Bairro Bosque da Saúde (SP). Há, neste documento, relatório de um informante de nome Francisco Eugênio Santiago, datado de 21 de dezembro de 1970, de nº 1369, que cita os nomes falsos de Edson e Yoshitame e acrescenta: “Cinco terroristas presos foram levados ao Instituto Médico Legal para reconhecimento dos dois terroristas mortos. Os cinco foram unânimes em reconhecer Yoshitame Fujimore no cadáver de ‘Akira Kojima’; mas não souberam dizer quem era o mulato ‘Celso Silva Alves’ que o acompanhava e com ele morreu trocando tiros com a polícia. O mulato foi enterrado com nome falso.” Entretanto, o documento do CENIMAR afirma que Celso foi identificado por exame datiloscópico como Edson Neves Quaresma.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi morto ao reagir à prisão, na Praça Santa Rita de Cássia/SP, com outro companheiro no dia 5/12/70 às 12 horas... O fato foi divulgado com seu nome falso, Celso Silva Alves”.

EDUARDO COLLEN LEITE (BACURI)

Dirigente da ACÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Técnico em Telefonia.

Filho de Alberto Collen Leite e Maria Aparecida Leite, nasceu em Campo Belo, Minas Gerais, em 28 de agosto de 1945.

Morto aos 25 anos, em São Paulo.

Eduardo fez seus estudos em São Paulo, para onde sua família se mudou.

Muito jovem começou sua militância política, integrando-se à POLOP.

Em 1967, foi incorporado ao Exército, servindo na 7ª Companhia de Guarda e, posteriormente, no Hospital do Exército, no bairro do Cambuci.

Em 1968, vinculou-se à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da qual se retirou para fundar a Rede Democrática (REDE), em abril de 1969. Posteriormente, Eduardo, juntamente com outros componentes dessa organização, passaram para a Ação Libertadora Nacional (ALN).

O assassinato de Eduardo Leite, o “Bacuri” é um dos mais terríveis dos que se tem notícia, já que as torturas a ele infligidas duraram 109 dias consecutivos, deixando-o completamente mutilado.

Foi preso no dia 21 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro, pelo delegado Sérgio Fleury e sua equipe, quando chegava em sua casa. Passou pelo CENIMAR/RJ e DOI-CODI/RJ, onde foi visto pela ex-presa política Cecília Coimbra, já quase sem poder se locomover.

Do local da prisão, Eduardo foi levado a uma residência particular onde foi torturado. Seus gritos e de seus torturadores chamaram a atenção dos vizinhos, que avisaram a polícia. Ao constatarem de que se tratava da equipe do delegado Fleury, pediram apenas para que mudassem o local das torturas.

Após ser torturado na sede do CENIMAR, no Rio de Janeiro, Eduardo foi transferido para o 41º Distrito Policial, São Paulo, cujo delegado titular era o próprio Fleury.

Novamente transferido para o CENIMAR/RJ, Eduardo permaneceu sendo torturado até meados de setembro, quando voltou novamente para São Paulo, sendo levado para a sede do DOI/CODI. Em outubro, foi removido para o DEOPS paulista, sendo encarcerado na cela 4 do chamado “fundão” (celas totalmente isoladas).

No dia 25 de outubro, todos os jornais do país divulgaram a nota oficial do DEOPS/SP relatando a morte de Joaquim Câmara Ferreira (Comandante da ALN), ocorrida em 23 de outubro. Nesta nota, foi inserida a informação de que Eduardo Leite havia conseguido fugir, sendo ignorado seu destino. Foi encontrado nos arquivos do DOPS, a transcrição de uma mensagem recebida do DOPS/SP pela 2ª seção do IV Exército, assinada pelo coronel Erar de Campos Vasconcelos, chefe da 2ª Seção do II Exército, dizendo “que foi dado a conhecer a repórteres da imprensa falada e escrita o seguinte roteiro para ser explorado dentro do esquema montado”. O tal roteiro falava da morte súbita de Câmara Ferreira após ferir a dentadas e pontapés vários investigadores. E mais adiante diz “Eduardo Leite, o ‘Bacuri’, cuja prisão vinha sendo mantida em sigilo pelas autoridades, havia sido levado ao local para apontar Joaquim Câmara Ferreira (...). Aproveitando-se da confusão, Bacuri, (...) logrou fugir (...)”. Estava evidenciado o plano para assassinar Eduardo.

O testemunho de cerca de 50 presos políticos recolhidos às celas do DEOPS paulista neste período prova que Eduardo jamais saíra de sua cela naqueles dias, a não ser quando era carregado para as sessões diárias de tortura. Eduardo era carregado porque não tinha mais condições de manter-se em pé, muito menos de caminhar ou fugir, após 2 meses de torturas diárias.

O comandante da tropa de choque do DEOPS/SP, tenente Chiari da PM paulista, mostrou a Eduardo, no dia 25, os jornais que noticiavam sua fuga.

Para facilitar a retirada de Eduardo de sua cela, sem que os demais prisioneiros do DEOPS percebessem, o delegado Luiz Gonzaga dos Santos Barbosa, responsável pela carceragem do DEOPS àquela época, exigiu o remanejamento total dos presos, e a remoção de Eduardo para a cela nº 1, que ficava defronte à carceragem e longe da observação dos demais presos. Seu nome foi retirado da relação de presos, as dobradiças e fechaduras de sua cela foram oleadas de forma a evitar ruídos que chamassem a atenção.

Os prisioneiros políticos, na tentativa de salvar a vida de seu companheiro, montaram um sistema de vigília permanente.

Aos 50 minutos do dia 27 de outubro de 1970, Eduardo foi retirado de sua cela, arrastado pelos braços, pela falta total de condições de pôr-se em pé, com o corpo repleto de hematomas, cortes e queimaduras, sob os protestos desesperados de seus companheiros.

Eduardo não foi mais visto. Os carcereiros do DEOPS, freqüentemente questionados sobre o destino de Bacuri, só respondiam que ele havia sido levado para interrogatórios em um andar superior. Os policiais da equipe do delegado Fleury respondiam apenas que não sabiam; apenas o policial conhecido pelo nome de Carlinhos Metralha é que afirmou que Eduardo estava no sítio particular do delegado Fleury. Tal sítio era usado pelo delegado e sua equipe para torturar os presos considerados especiais ou os que seriam certamente assassinados e, por isso, deveriam permanecer escondidos.

No dia 8 de dezembro, 109 dias após sua prisão, e 42 dias após seu seqüestro do DEOPS, os jornais do país publicavam nota oficial informando a morte de Eduardo em um tiroteio nas imediações da cidade de São Sebastião, no litoral paulista.

A notícia oficial da morte de Eduardo teve um objetivo claro: tirar as condições da inclusão de seu nome na lista das pessoas a serem trocadas pela vida do Embaixador da Suíça no Brasil, que havia sido seqüestrado no dia 7 de dezembro. Seu nome seria incluído nessa lista e seria impossível soltar o preso Eduardo que, oficialmente estava foragido e, além do mais, completamente desfigurado e mutilado pela tortura.

A única alternativa para o delegado Fleury foi criar mais uma morte em tiroteio.

O corpo de Eduardo foi entregue à família, que constatou o nível animalesco a que chegaram as torturas a ele infligidas.

Seu corpo, além de hematomas, escoriações, cortes profundos e queimaduras por toda a parte, apresentava dentes arrancados, orelhas decepadas, e os olhos vazados, segundo o testemunho de Denise Crispim, esposa de Eduardo, desmascarando por completo a farsa montada pelo delegado Fleury e sua equipe.

O exame necroscópico solicitado pelo delegado José Arary Dias de Melo, de Santos, é assinado pelos médicos legistas Aloysio Fernandes e Décio Brandão Camargo, que responde não à pergunta se houve tortura, e confirma a falsa versão oficial de que Eduardo morreu em tiroteio, às 22:00 horas do dia 08/12/70, em Boracéia, estrada que liga o Distrito de Bertioiga com o de São Sebastião (SP).

Os Relatórios do Ministério da Aeronáutica e Marinha confirmam a versão policial.

Durante o período em que foi torturado, Eduardo esteve nas mãos do delegado Fleury e sua equipe, composta por membros do famigerado Esquadrão da Morte. Entre eles podem ser identificados os investigadores João Carlos Trali, vulgo Trailer, José Carlos Campos Filho, vulgo Campão, Ademar Augusto de Oliveira, vulgo Fininho, Astorige Corrêa de Paula e Silva, vulgo Correinha e vários outros conhecidos apenas por apelidos.

O assassinato de Eduardo foi denunciado por diversas vezes na 2ª Auditoria da Justiça Militar de São Paulo por seus companheiros de prisão, mas o juiz Nelson Guimarães Machado da Silva negou-se sempre a registrar a denúncia nos autos dos processos.

Denise Peres Crispim, sua esposa, estava grávida quando foi presa. Saiu do país, logo após ser libertada, vindo a nascer, no exterior, a filha Eduarda, que ele não chegou a conhecer.

ERALDO PALHA FREIRE

Morto aos 24 anos de idade.

Baleado no dia 1º de julho de 1970, no Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, por tropas da Aeronáutica, quando tentava seqüestrar um avião de passageiros da Cruzeiro do Sul. Mesmo ferido, Eraldo foi submetido a interrogatórios no CISA, sendo acareado com Jesse Jane V. de Souza, que foi presa junto com ele. Morreu em 04 de julho de 1970, no Hospital da Aeronáutica.

O exame de corpo de delito realizado em 03 de julho de 1970, no Hospital da Aeronáutica, no Galeão, quando Eraldo já se encontrava em coma, foi firmado pelos Drs. Fausto José dos Santos Soares e Paulo Erital Jardim que simplesmente confirmam que estava baleado.

O corpo de Eraldo chegou ao IML/RJ, pela Guia nº 59, da 37ª D.P. .

A necrópsia firmada pelos Drs. José Alves de Assunção Menezes e Ivan Nogueira Bastos descreve algumas escoriações no seu corpo, como na fronte, nariz e incisões cirúrgicas nas regiões temporais e pescoço (traqueostomia).

Foi sepultado pela família, em 05 de julho de 1970, no Cemitério São Francisco Xavier (RJ).

HÉLIO ZANIR SANCHOTENE TRINDADE

Militante do MOVIMENTO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO (MCR).

Era auxiliar de escritório e morreu aos 26 anos de idade, em Alegrete (RS), em 28 de dezembro de 1970.

Pela versão oficial da repressão, Hélio foi preso na residência de Adail Cadilhos, na cidade de Alegrete (RS), em 28 de dezembro de 1970 e suicidou-se. O documento do Ministério do Exército nº 638 de 29 de março de 1971 (CIE), encontrado no DOPS/RJ, trata de “prisão de terroristas da VPR e MCR no Rio Grande do Sul” e traz o nome de Hélio Sanchotene Trindade, do MCR, cujo codinome era Zé Carlos, como tendo se suicidado.

A certidão de óbito firmada pelo Dr. Gerhard Hoblick, informa que Hélio foi sepultado no Cemitério Católico da cidade de Alegrete (RS).

JOAQUIM CÂMARA FERREIRA

Comandante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu a 5 de setembro de 1913 em São Paulo, filho de Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho e Cleonice Câmara Ferreira.

Vereador em Jaboticabal pelo PCB e jornalista.

Toledo dedicou sua vida à causa da libertação do povo brasileiro. Entrou para o Partido Comunista, em 1933. Foi diretor de diversos jornais do Partido e, em 1937, quando

do golpe de Getúlio Vargas, passou a atuar de forma clandestina, concentrando seu trabalho fundamentalmente no setor ferroviário. Esteve por vários anos preso, tendo sido torturado pelo DOPS paulista. Sua prisão se deu na gráfica do Partido, onde se encontrava trabalhando. Dessa época, teve como sequela da tortura, a inexistência de unhas nas mãos.

Em 1946, elegeu-se vereador em Jaboticabal, cidade do interior de São Paulo. Mas no ano seguinte, com a cassação do registro eleitoral do PCB, perdeu seu mandato.

Em 1948, viajou para a União Soviética para realizar estudos sobre política.

Em 1953, Toledo atuou de forma destacada na greve geral em São Paulo.

Chegou a ser também vogal da Justiça do Trabalho.

Em 1964, foi preso pelos órgãos policiais por realizar uma palestra para operários, em São Bernardo do Campo, sobre “O papel da Imprensa na luta pelas reformas de base”, sendo libertado pouco depois.

Foi condenado, à revelia, pela ditadura militar, a 2 anos de reclusão.

Em 1967, foi um dos principais signatários do “Manifesto do Agrupamento Comunista de São Paulo” - que tornou-se o embrião da ALN.

Em novembro de 1969, quando do assassinato de Marighella, encontrava-se em Cuba. De imediato, retornou ao Brasil, assumindo o comando da ALN.

Transitava com certa tranquilidade pelas ruas de São Paulo, pois suas fotos nos órgãos repressivos eram antigas. Nos apartamentos de militantes que lhe davam abrigo, devido à clandestinidade, preparava saborosos carreteiros - sua especialidade.

No arquivo do DOPS/SP foi encontrada sua ficha aberta em 1940, escrita a caneta em letras garrafais “Falecido” com as informações: “14/3/40 foi preso... por ser um dos cabeças das últimas rearticulações do PCB”; “25/11/51 .. condenado a pena de prisão por seis meses, por crime de injúrias contra o ex-Presidente da República”; “em 11/3/70 ... fazia parte do Movimento de Guerrilhas ‘Corrente’...”

Foi preso no dia 23 de outubro de 1970, na Av. Lavandisca, Bairro de Indianópolis, São Paulo, por volta de 19 horas. Do local de sua prisão, Câmara foi levado, já sob torturas, para o sítio clandestino do delegado Sérgio Fleury. No sítio, continuou sendo torturado, morrendo algumas horas após sua prisão.

Antes de morrer, Câmara foi atendido por um médico trazido pelo delegado Fleury, que o queria vivo para torturá-lo por mais tempo e ter a chance de tentar arrancar-lhe alguma informação.

A presa política Maria de Lourdes Rego Melo é testemunha de que Joaquim Câmara Ferreira foi preso vivo e levado ao sítio clandestino do delegado assassino, e que a sua morte se deu como consequência da violência das torturas.

A nota oficial emitida pelo delegado Fleury dizia que Joaquim Câmara Ferreira havia morrido devido a problemas cardíacos no ato de sua prisão, visto que entrara em luta corporal com os policiais e isto lhe fora fatal. Ver mais detalhes na nota referente a Eduardo Collen Leite.

O depoimento de Maria de Lourdes desmascara a versão oficial. Assinam o laudo de necropsia os médicos legistas Mário Santalúcia e Paulo Augusto de Q. Rocha.

Foi enterrado pela família no Cemitério da Consolação, em São Paulo.

JOELSON CRISPIM

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Filho de José Maria Crispim e de Encarnación Lopez Pérez, nasceu em 16 de abril de 1946, na cidade do Rio de Janeiro.

Desde criança, revelou algumas características que marcaram sua curta existência. Era calmo, dotado de fino senso de humor e, apesar de tímido, era alegre. Chamava a atenção sua grande habilidade manual.

Como seu pai tivera o mandato de deputado federal cassado e a repressão procurasse prendê-lo, a família Crispim mudou-se para a São Paulo onde enfrentou sérias dificuldades políticas e financeiras.

Muito cedo Joelson começou a trabalhar como operário em fábricas e oficinas de rádios e aparelhos elétricos. Apesar das dificuldades conseguiu cursar a Escola Técnica de Urubatão, em São Paulo.

Assassinado no dia 23 de abril de 1970, aos 25 anos de idade, em uma emboscada montada por agentes do DOI/CODI/SP, chefiados pelo capitão Coutinho da PM.

Nos arquivos do IML/SP, foram encontrados a requisição do exame e o laudo necroscópico com o nome falso de Roberto Paulo Wilda assinalado com um “T” vermelho. Assinam o laudo de necropsia os médicos legistas Sérgio de Oliveira e Paulo Augusto de Queiroz Rocha que confirmam sua morte em tiroteio.

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa/SP, com o nome falso de Roberto Paulo Wilda.

JOSÉ IDÉSIO BRIANESI

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em Londrina, filho de José P. Brianesi e América T. Brianesi. Foi morto aos 24 anos de idade em São Paulo.

Quando estudante secundarista, participou do XIX Congresso Paranaense de Estudantes Secundaristas. Trabalhava na Secretaria do Colégio 7 de Setembro, em Apucarana, antes de ser obrigado a viver na clandestinidade.

Assassinado no dia 14 de abril de 1970 pela equipe do delegado Renato D’Andréa, do DOI/CODI-SP, na pensão onde morava, perto do Aeroporto de Congonhas.

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa/SP.

Assinam o laudo de necropsia os médicos legistas Cypriano Osvaldo Monaco e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, que confirmam a morte em tiroteio em sua casa à Rua Itatins n° 88F, Campo Belo.

Em documento no DOPS/PR “consta que o fichado morreu na cidade de São Paulo (informações da PE)”.

JOSÉ ROBERTO SPIGNER

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Nasceu em 30 de dezembro de 1948, em Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Já no antigo ginásio e científico, no Colégio Pedro II, José Roberto começou a participar do movimento estudantil, atuando no Grêmio. Estudou também na Aliança Francesa e Cultura Inglesa, fazendo vários outros cursos como cinema e jornalismo. Participou de um concurso de cinema amador de curta metragem, ficando em 1° lugar”.

Em 1966, entrou para a Faculdade de Economia da UFRJ sendo aprovado em 1° lugar, passando a militar no Diretório Acadêmico. Ingressou, à época, no MR-8 e, em 1968, pelo agravamento geral da situação do país, entrou na clandestinidade.

Em 17 de fevereiro de 1970, foi morto em tiroteio, no Rio de Janeiro, na rua Joaquim Silva, nº 53, entrada 05, quarto 08, por agentes do DOI/CODI/RJ.

O corpo de José Roberto entrou no IML, pela Guia nº 01 do DOPS/RJ, sendo necropsiado pelos Drs. Ivan Nogueira Bastos e Nelson Caparelli que confirmam a morte em tiroteio e retirado por seu cunhado, Sérgio Leão Klein, sendo enterrado pela família no Cemitério Comunal Israelita de Vila Rosali (RJ).

Sua irmã, Marilene Spigner, assim fala de José Roberto:

“Desde muito cedo, inconformado com as diferenças sociais e dedicado às leituras filosóficas, passou a defender seus ideais no Grêmio do Colégio Pedro II e no jornal do colégio, veículo dos jovens daquela geração.”

JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO

Dirigente da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu, em 22 de janeiro de 1938, em Belo Horizonte, filho caçula de Amélia Guimarães de Brito e do engenheiro Jayme Ferreira de Brito.

Ao lado de seus irmãos mais velhos, teve uma infância alegre. Seu primeiro sobrinho nasceu antes que ele fosse alfabetizado, e seus irmãos brincavam com ele, chamando-o de titio analfabeto. Passou parte dessa meninice, vivendo no que ele costumava chamar de paraíso, uma estação experimental de fruticultura, sob a direção de seu pai, então Secretário de Agricultura do Estado do Maranhão.

De volta a Belo Horizonte, Juarez estudou no Colégio Batista e, posteriormente, ingressou na UFMG, na Faculdade de Ciências Econômicas, onde se formou em 1962, nos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública.

Naquela época, alternava os estudos com as atividades políticas e com a paixão pelo cinema. Era frequentador assíduo do Cineclube do Colégio Arnaldo.

Membro da Juventude Trabalhista do PTB de Minas Gerais, trabalhou principalmente junto aos sindicatos, assessorando e organizando cursos de história e oratória. Como militante da POLOP participou de todas as lutas da época: da greve dos mineiros de Nova Lima contra a *Hanna Corporation*, movimentos da Liga Camponesa de Três Marias, entre tantas outras.

Casou-se em 1962 com sua primeira namorada, Maria do Carmo.

Depois de formado, o eixo de sua vida passou a ser a atividade política. Em 1963, foi trabalhar em Goiás, como assessor e professor da Universidade Federal. Em 1964, mudou-se para Recife, onde exerceu funções na SUDENE.

Após o golpe de 64, foi preso e passou 5 meses na prisão. Ao ser libertado, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar como sociólogo e pesquisador.

Divergindo da orientação da POLOP, dela se afastou ao optar pela luta armada como forma mais adequada à resistência ao golpe militar naquele momento, passando a fazer parte do COLINA.

Participou da criação da VAR/PALMARES e, após sua divisão, permaneceu como militante da VPR.

No dia 18 de abril de 1970, quando o carro que dirigia foi cercado, Juarez cumpriu um pacto que tinha com sua companheira e deu um tiro no próprio ouvido. Embora tenha sido atingido também pelos policiais, o tiro letal foi disparado por ele mesmo.

Foi enterrado em Belo Horizonte por sua família.

LUCIMAR BRANDÃO GUIMARÃES

Militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA (VAR-PALMARES).

Nasceu em Lambari, sul de Minas, no dia 31 de julho de 1948, e filho de Leovigildo Guimarães, onde passou sua infância, .

Estudou no Colégio Pedro II, participou da Juventude Estudantil Católica –JEC – e foi líder estudantil secundarista no Rio de Janeiro.

Militante do PCB, de onde saiu para uma dissidência chamada Núcleo Marxista Leninista – NML – e, posteriormente, filiou-se à – VAR-Palmares.

Saiu do Rio de Janeiro em fins de 1969, indo morar em Belo Horizonte no apartamento 1603 do edifício Araguaia, Avenida Augusto de Lima nº 136 – Centro.

Usava os codinomes de Calixto e Antunes que acabaram virando Calixto Antunes, no momento de sua prisão, em Belo Horizonte. Foi preso no dia 26 de janeiro de 1970, no apartamento onde residia, com os companheiros José Roberto Borges Champs, Antônio Orlando Macedo Ferreira, João de Barros e Artur Eduardo Consentino Alvarez.

Foi visto pela última vez pelos seus companheiros quatro dias depois de sua prisão, quando chegava escoltado à penitenciária Magalhães Pinto, em Neves. Submetido a torturas teve a coluna vertebral quebrada, o que o manteve deitado até sua morte, no dia 31 de agosto de 1970, no Hospital Militar de Belo Horizonte. Os companheiros de Lucimar souberam, através de carcereiros, na época, que ele definhou no Hospital Militar no período de março a agosto.

Sua morte foi atribuída a ferimentos sofridos por ocasião de um grave acidente ocorrido com o veículo que o transportava e que teria capotado, segundo nota oficial dos órgãos de segurança.

Essa mesma notícia foi repassada aos companheiros de prisão pelo Capitão PM, Pedro Ivo, em março de 1970.

A denúncia de sua morte, sob torturas, foi feita no boletim de março de 1974 pela Anistia Internacional.

MARCO ANTÔNIO DA SILVA LIMA

Militante do MOVIMENTO ARMADO REVOLUCIONÁRIO (MAR).

Ex-sargento do Exército, casado, foi fuzilado aos 29 anos de idade, no dia 14 de janeiro de 1970, pela PE do Rio de Janeiro, em Copacabana, ao resistir à voz de prisão.

Após ser fuzilado pela repressão, foi deixado como desconhecido, no Hospital Souza Aguiar, já em estado de coma, com uma bala na cabeça, vindo a falecer 15 minutos depois. Foi removido para o IML, ainda como desconhecido, sendo necropsiado pelo Dr. Nilo Ramos de Assis, não constando o nome do 2º legista.

Somente foi reconhecido em 20 de janeiro, por sua irmã, Marlene Lucas de Lima, quando foi retirado e enterrado por sua família, no Cemitério de Inhaúma (RJ).

Seu óbito de nº 86.904 e o Registro de Ocorrência de nº 219, da 4ª D.P., nada mais esclarecem.

NORBERTO NEHRING

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em São Paulo, no dia 20 de setembro de 1940, era o filho mais velho de Walter Nehring e Nice Monteiro Carneiro Nehring.

Economista e professor da Universidade de São Paulo.

Morto aos 30 anos.

As circunstâncias da prisão e morte de Norberto Nehring ainda não foram esclarecidas. Norberto foi enterrado com nome falso no cemitério de Vila Formosa. A família foi comunicada três meses depois.

Após a exumação do corpo, foi feito o reconhecimento pela arcada dentária, comprovando a identidade. Os restos mortais de Norberto foram transferidos, então, para o jazigo da família, no mesmo ano de sua morte.

A versão oficial é de que ele se suicidou, enforcando-se com uma gravata no hotel Pirajá, conhecido bordel de policiais no centro de São Paulo. Não foram mostradas, contudo, as fotos que deveriam ter sido feitas pela perícia no local do suposto suicídio.

A família acredita que Norberto foi reconhecido no aeroporto do Galeão, quando retornava de Cuba. Não se sabe quando nem em que local teria sido feita a prisão. A viúva de Norberto, que estivera com ele em Cuba, não reconheceu na mala devolvida pela polícia aquela com a qual voltara ao Brasil.

Foi morto sob tortura, nas mãos do delegado Fleury e de sua equipe

O Relatório do Ministério da Aeronáutica insiste na versão de suicídio.

Biografia de Norberto Nehring escrita por sua esposa, Maria Lygia Quartim de Moraes:

“Norberto ficou órfão de pai muito cedo, mal chegara aos 4 anos. Foi criado, assim como seus dois irmãos menores, pela mãe e pelos avós maternos. Durante toda sua primeira infância costumava permanecer por longas temporadas na praia do Guarujá, com os avós maternos, numa casa gostosa à beira-mar. Os avós paternos também moravam no Guarujá, donos de uma farmácia e de um belo chalé de madeira onde d. Ernestina, avó paterna, cultivava orquídeas. Norberto desde cedo aprendeu a cuidar das orquídeas e até hoje muitas delas florescem na casa de sua filha. Permaneceu até o fim um apaixonado pelo mar e pela natureza.

Uma pessoa marcante na sua adolescência foi um vizinho, judeu-comunista e empresário, Simão, que lhe revelou as atrocidades nazistas e o despertou para a causa do socialismo. Norberto sempre foi interessado e aplicado. Estudou nas boas escolas públicas da época. Terminando o ginásio, optou por um curso técnico, de química industrial no Mackenzie que lhe possibilitasse trabalhar enquanto seguiria os estudos universitários à noite.

*Norberto foi meu primeiro namorado, aos 16 anos. Juntos começamos a participar da vida intelectual nos primeiros anos da década dos sessenta, com os festivais da MPB – com Caetano e Gil – com as peças do Teatro de Arena, o João Sebastião Bar, sem se dizer da casa de meus pais onde, em torno de meu irmão mais velho, reuniam-se diversos tipos de rebeldes – da turma ‘beatnik’ constituída por Jorge Mautner, Aguilar e Artur, ao poeta ‘maldito’ Roberto Piva. Mais tarde, quando meu irmão ingressou no curso de Filosofia da USP, era ainda na casa de meus pais que se reunia, com outros tantos jovens intelectuais de esquerda da ‘Maria Antônia’, para ler o **Capital**. Foi a partir daí que desenvolvemos nosso projeto universitário na USP.*

Em 1963 começa nossa vida adulta: Norberto já trabalhava, entramos ambos na USP (ele, Economia, e eu, Ciências Sociais) e nos casamos. Em janeiro de 1964 nasceu Marta, que Norberto queria que se chamasse Clio, em homenagem à musa da História, Kleió. Cléo Maria é o nome de nossa neta, nascida a 4 de maio de 1994.

Mas 1964 também trouxe tristezas: o golpe militar de 1º de abril. Fazíamos parte dos entusiastas das reformas de base, da modernização democrática. Éramos uma geração altamente politizada. Tínhamos ingressado no PCB assim que entramos na faculdade. Filiei-me primeiro, o que era fácil, na medida em que a esmagadora maioria dos meus colegas já pertenciam ao PCB. Na Faculdade de Economia (então localizada perto da Filosofia, na rua Vila Nova) as coisas eram bem mais complicadas: a esmagadora maioria do corpo docente era de direita. Assim, os poucos alunos comunistas tentavam não ser detectados. Foi através do marido de uma minha colega, que por coincidência era colega de Norberto, que o contato com o PCB concretizou-se. Como todos os jovens de esquerda de nossa geração tínhamos a maior admiração pelo corajoso povo vietnamita e pelo seu mais popular herói: Ho Chi Min. A mesma admiração pela revolução cubana e por Che Guevara. ‘Criar um, dois, muitos Vietnãs’. Acreditávamos que nós tínhamos de travar nossa guerra pela libertação nacional.

Norberto militou no PCB até a ruptura do grupo Marighella - passou, então, a fazer parte do grupo que trabalhava diretamente com Joaquim Câmara Ferreira, ‘Toledo’ ou ‘Velho’, na coordenação da ALN em São Paulo.

*Durante esses anos, Norberto distinguiu-se como bom aluno na Economia, progredindo rapidamente em sua vida profissional: entre 1962 e 1965 trabalhou na **Brasilit**, primeiramente como químico industrial e depois como estatístico, de 1964 a 1968 na **Pfizer Química Limitada**, primeiro como estatístico e depois, ao ser aprovado num dos primeiros cursos sobre computação no país como programador para Computador IBM 1401. Especialmente dotado para matemática, Norberto se distinguiu na faculdade recebendo várias ofertas para ser instrutor. Em 1969 ganhou uma bolsa de estudos para a França, que não chegou a usufruir.*

*Uma vez formado na USP (o paraninфо de sua turma, em 1967, foi Caio Prado Júnior), começou imediatamente a trabalhar em planejamento econômico, no **Grupo de Planejamento Integrado – GPI**, um dos primeiros do gênero, formado por economistas e arquitetos competentes. Norberto trabalhava com Arruda Câmara, Sérgio Motta, Sérgio Ferro, entre outros. Instrutor da Cadeira de História Econômica, cuja catedrática era a professora Alice Canabrava, foi responsável pelo curso naquele ano, o que significou um esforço para quem nunca tinha antes dado aula. Também em 1968 Norberto passou a cursar a pós-graduação em Economia no Instituto de Pesquisas Econômicas da USP.*

Ao mesmo tempo, sua militância na ALN intensificava-se. Integrava o grupo da ‘casa de armas’, dado seus conhecimentos de química e a enorme confiança pessoal que nele depositava a coordenação da organização. A presença mais notória em nossa casa era de Joaquim Câmara Ferreira, uma espécie de ‘pai político’. Para os primos e primas mais jovens que freqüentavam nossa casa, ‘Toledo’ era apresentado como um tio de Norberto. E quando, nos finais de semana, com ‘Toledo’ e Marta, saíamos para levantamento de áreas pela cidade também usufruíamos desses passeios em família.

Norberto passou a ser o elemento de ligação com um grupo da ALN (formado basicamente por ex-egressos do PCB) da cidade de Marília. A polícia chegou a nós pela chapa do seu Volks.

Na manhã do dia 7 de janeiro de 1969 uma cena insólita perturbou a tranqüilidade da vila em que morávamos: nossa casa foi cercada por um grupo de policiais do DOPS, que levaram Norberto preso. Logo que foi solto, após mais de dez

dias na carceragem do DOPS, Norberto ‘passou para a clandestinidade’ sabendo que voltaria a ser preso e torturado como aconteceu com todos os acusados do mesmo processo. Muitos dos acusados estavam sendo brutalmente torturados e houve uma tentativa de suicídio numa tarde em que fui visitá-lo. Além da equipe do DOPS, Norberto foi interrogado por um ‘polícia federal’, que já gozava de grande consideração entre os torturadores do DOPS, e que veio a se tornar muito conhecido no país: Romeu Tuma.

Em abril de 1969, Norberto saiu do país com destino a Cuba. Marta e eu fomos a seu encontro alguns meses depois. Ele retornou ao Brasil em abril de 1970, depois de uma estada em Praga, desembarcando no aeroporto do Galeão. As circunstâncias exatas de sua morte nunca puderam ser estabelecidas.

A abertura recente dos arquivos do DOPS para os familiares dos mortos e desaparecidos permitiu que entrássemos de posse de um documento que revelava estar a repressão brasileira bastante bem informada sobre os ‘exércitos’ de revolucionários brasileiros. O que me parece mais insensato no retorno de Norberto pelo Aeroporto do Galeão foi o fato de entrar no país com um passaporte argentino, sendo que não tinha condições de sustentar esta identidade por problemas de sotaque.

*Ficamos sabendo da morte de Norberto na França, através de mensagem que recebi de Toledo, segundo a qual, **no dia 24 de abril um caixão teria saído da OBAN carregando Norberto, morto na tortura, nas mãos da equipe do delegado Fleury.** Um dos documentos encontrados nos arquivos do DOPS/SP é uma nota à imprensa, assinada por Romeu Tuma, confirmando a versão oficial de suicídio. Seu comportamento na prisão sempre foi exemplar: nunca revelou qualquer fato ou nome que comprometesse ou prejudicasse terceiros. Acreditava no socialismo e deu sua vida por aquilo que considerava ser o caminho da libertação do povo brasileiro.”*

OLAVO HANSEN

Dirigente do PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTSKISTA (PORT).

Nasceu em São Paulo, capital, filho de Harald Hansen e Borborema Hansen, em 14 de dezembro de 1937.

Olavo fez o primário em Guarulhos e continuou no Ginásio Dona Leonor Mendes de Barros, em São Bernardo do Campo, onde residia com seus familiares.

Em 1954, sua família mudou-se para Mauá e Olavo fez o científico no Colégio Américo Brasiliense, em Santo André.

Ingressou na Escola Politécnica da USP, onde frequentou até o 2º ano do curso de Engenharia de Minas.

Sempre muito estudioso, nunca deixou de trabalhar para custear seus estudos. Foi office-boy em várias empresas, trabalhou em bancas de jornais e montou a 1ª escola de datilografia de Mauá.

Militou no movimento estudantil e, nos anos 60, foi membro na União Nacional dos Estudantes, em São Paulo, participando das principais campanhas da entidade.

Abandonou o curso para dedicar-se integralmente ao trabalho sindical e político, não hesitando em se empregar em uma fábrica de carrocerias no bairro de Vila Maria. Como o Sindicato dos Metalúrgicos estava sob intervenção do governo, Olavo tornou-se ativo lutador da oposição sindical. Várias vezes preso, nunca esmoreceu, pois afirmava que o homem só seria feliz quando existisse igualdade entre todos.

Em seu prontuário, encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP, lê-se: - preso em 7 de março de 1963 por distribuir panfletos sobre Cuba; - em 1 de novembro de 1964 participou de assembléia do Sindicato dos Metalúrgicos, ocasião em que “formulou apelo para se lutar pelas liberdades democráticas e sindicais”; - preso no dia 7 de novembro de 1964 por suas atividades nas recentes assembléias do Sindicato dos Metalúrgicos; - solto através de um *habeas corpus* em, 30 de março de 1965; - “... consta em uma relação fornecida pelo II Exército de indivíduos que deverão ficar em observação especial durante os dias 26 a 29 de janeiro de 1968, sendo considerado **perigoso**”; - em 14 de outubro de 1969 teve sua prisão preventiva decretada; - preso e colocado à disposição da Delegacia de Ordem Social em 2 de maio de 1970, por estar distribuindo panfletos subversivos na praça de esportes do Sindicato dos Têxteis, no dia anterior.

Preso pelo DEOPS/SP, juntamente com mais 18 pessoas no dia 1º de maio de 1970, na praça de esportes da Vila Maria Zélia, durante comemoração operária pela passagem do Dia Internacional do Trabalho e imediatamente levado para o DOI/CODI-SP, onde foi torturado.

No dia 4 de maio, Olavo foi transferido para o DOPS, onde ficou detido na cela nº 2.

No dia 5 de maio, foi retirado da cela e conduzido à sala de torturas, onde permaneceu por mais de 6 horas. Na volta, os companheiros de cela de Olavo ouviram dele o relato das torturas sofridas: obrigado a despir-se, sofreu queimaduras com cigarros e charutos, choques elétricos oriundos do tubo de imagens de um televisor, palmatória nos pés e nas mãos, espancamentos, pau-de-arara, com afogamentos e choques elétricos, agora aplicados por um aparelho mais sofisticado e conhecido como pianola Boilesen (este instrumento leva o nome de seu criador, o industrial Albert Henning Boilesen, fundador e financiador da Operação Bandeirantes, que posteriormente passou a se chamar DOI/CODI de São Paulo).

Os presos políticos passaram a exigir que fosse chamado um médico para prestar assistência a Olavo, o que só foi realizado no dia 6 de maio. Além dos ferimentos visíveis por todo o corpo, Olavo apresentava sinais evidentes de complicações renais, anúria e edema das pernas. O médico que o assistiu, Dr. Geraldo Ciscato, lotado na época no DEOPS-SP, recomendou somente que ingerisse água, providenciando curativos em alguns ferimentos superficiais. O estado de Olavo agravava-se a cada dia. Seus companheiros de cela promoveram manifestações coletivas para que fosse providenciada assistência médica efetiva, tudo em vão.

Somente no dia 8 de maio, quando Olavo já se encontrava em estado de coma, o Dr. Ciscato voltou a vê-lo, dando ordens para que fosse removido para um hospital, deixando claro que ele não tinha a mínima chance de sobrevivência. Foi levado às pressas para o Hospital do Exército no Cambuci. No próprio hospital, e na tentativa de fugir à responsabilidade do assassinato sob tortura, os agentes injetaram em Olavo o inseticida *Paration*, preparando a farsa da nota oficial que seria publicada no dia seguinte.

No dia 13 de maio, a família de Olavo é informada de que ele se suicidara no dia 9. No atestado de óbito fornecido pelo IML, a *causa-mortis* foi intoxicação pelo inseticida *Paration*, constando também escoriações disseminadas pelo corpo, equimoses e a descrição de oito ferimentos.

A tentativa de dissimular o assassinato sob tortura foi denunciada na Câmara Federal por 27 sindicatos de São Paulo, 5 Federações Sindicais, pela Igreja, intelectuais e estudantes, como também por organizações sindicais latino-americanas.

Frente a estas denúncias, o governo viu-se na contingência de abrir um inquérito para apuração de possíveis irregularidades, inquérito este que foi encerrado dois meses após com o seguinte parecer: Olavo Hansen praticara o suicídio com *Paration*, que conseguira manter escondido em suas vestes após a prisão.

A despreocupação na apuração real dos fatos fica evidente quando se constata que nenhum dos companheiros de cela de Olavo (de onde ele foi retirado em estado de coma e desenganado pelo Dr. Ciscato) foram arrolados como testemunhas, apesar de ainda se encontrarem presos e, portanto, à disposição das autoridades.

Em denúncia pública, todos os presos políticos que se encontravam no DOPS, e que testemunharam as torturas que levaram Olavo à morte, acusaram seus assassinos, que são: delegado Ernesto Milton Dias e delegado Josecyr Cuoco, com suas respectivas equipes, sob o comando do investigador Salvio Fernandes do Monte e ainda a colaboração do Dr. Geraldo Ciscato.

Assinaram a denúncia os seguintes presos políticos: Vitório Chinaglia, Rafael Martinelli, Patrocínio Henrique dos Santos, Maurice Politi, Dulce Moniz, Gilberto Beloque, Sonia Hipólito, Tarcísio Sigristi, Marco Antônio Moro, Bety Chachamovith, Carlos Russo Jr., Waldemar Tebaldi Filho, José Claudio Barighelli, Norma Freire, Humberto Velame, Fernando Casadei Salles, João Manoel de Souza, Maria do Carmo e outros.

Seu corpo foi entregue à família em caixão lacrado, onde se via apenas o rosto, através de um visor e, embora fossem dezenas as testemunhas de sua prisão, tortura e assassinato, até hoje sua morte permanece sem ser esclarecida.

Assina a solicitação de exame necroscópio o Delegado Alcides Cintra Bueno Filho e o laudo os legistas Geraldo Rebelo e Paulo Augusto Queiroz Rocha, dando como *causa mortis* intoxicação por *Paration*.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz: “falecido em São Paulo, no Hospital Militar, em 8 de maio de 1970, de morte natural, segundo comprovado através de inquérito, cujo Relatório, bem como o despacho de arquivamento do Juiz Auditor, foram publicados no ‘*Correio da Manhã*’ de 20 de novembro 1970”, versão que contraria o próprio laudo do IML.

ROBERTO MACARINI

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONARIA (VPR).

Nasceu em São Paulo, filho de Dolorato Antonio Macarini e Hermínia Juliano Macarini. Bancário, foi morto aos 19 anos, no dia 17 de abril de 1970.

Preso em abril de 1970 por policiais e levado para a sede da OBAN foi torturado durante dois dias ininterruptos pelo capitão Benoni Arruda Albernaz e capitão Homero Cesar Machado, com suas respectivas equipes. Roberto, profundamente debilitado em consequência das torturas, fez com que seus carrascos o levassem a um suposto encontro com companheiros. Chegando ao Viaduto do Chá, atirou-se de cima do viaduto, segundo a versão oficial.

A requisição do laudo de necrópsia foi feita pelo Delegado Michel Miguel e assinado pelos médicos legistas Samuel Haberkorn e Paulo Augusto Queiroz Rocha.

Foi enterrado no Cemitério de Vila Formosa por seus familiares.

YOSHITAME FUJIMORE

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu em 19 de maio de 1944, em Mirandópolis (SP), filho de Tadakazu Fujimore e Harue Fujimore.

Técnico em Eletrônica.

Foi assassinado no dia 5 de dezembro de 1970, na Praça Santa Rita de Cássia, em São Paulo, juntamente com Edson Neves Quaresma.

A solicitação da necrópsia foi feita pelo Delegado Alcides Cintra Bueno Filho e o laudo assinado pelos médicos legistas Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues, que confirmam ter sido morto em tiroteio. Foi enterrado no Cemitério de Vila Formosa (SP) como indigente, pois o corpo não foi entregue à família, apesar de constar seus dados de identificação completos na certidão de óbito.

A descrição do seu assassinato está na nota referente a Edson Neves Quaresma.

1971

ADERVAL ALVES COQUEIRO

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES (MRT).

Nasceu, em 19 de julho de 1937, em Brumado, Bahia, filho de José Augusto Coqueiro e Jovelina Alves Coqueiro. Casado com Isaura, teve duas filhas.

De origem operária, iniciou cedo sua militância no PCB. Como candango participou da construção de Brasília. Desligando-se do PCB, integrou o Comitê Regional do PCdoB, centrando suas atividades na zona rural. Participou, também, da Ala Vermelha.

Desde 1961 vivia em São Paulo onde trabalhava como operário da construção civil.

Preso em 29 de maio de 1969, na 2ª Companhia da PE, em São Paulo. Mais tarde foi transferido para o DOPS e torturado pelo Delegado Sérgio Fleury. Em junho de 1970, foi banido do território brasileiro, quando do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, Von Holleben, indo para a Argélia com outros 39 companheiros. De imediato procurou reunir condições de voltar ao país para retomar a luta, sendo o primeiro banido a conseguir voltar.

Coqueiro regressou ao Brasil no dia 31 de janeiro de 1971, indo morar em um apartamento no bairro Cosme Velho, Rio de Janeiro, onde foi localizado e morto no dia 6 de fevereiro de 1971.

Segundo testemunhas, uma grande área do bairro foi cercada pelos agentes policiais, com o objetivo de evitar sua fuga. Assim que os policiais do DOI/CODI-RJ invadiram o apartamento, começaram a atirar. Coqueiro tentou fugir, mas foi abatido pelas costas, no pátio interno do prédio.

Jornais da época noticiaram como sendo mais uma morte em violento tiroteio. Algumas revistas publicaram fotos onde Coqueiro jazia no chão, estando cerca de 30 cm de sua mão estendida um revólver, que ele não chegou a portar. Mais uma farsa dos agentes da repressão para encobrir um frio assassinato.

Seu corpo entrou no IML com guia s/nº do DOPS. O óbito foi firmado pelo Dr. João Guilherme Figueiredo e teve como declarante Reinaldo da Fonseca Mota e foi entregue à sua família que o sepultou no Cemitério de Inhaúma (RJ), em 14 de fevereiro de 1971.

Nas pesquisas feitas no IML não foram encontrados laudo de necrópsia, nem laudos e fotos de perícia local no ICE/RJ, apesar da existência das fotos fornecidas, à época, para imprensa.

ALDO DE SÁ BRITO DE SOUZA NETO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 20 de janeiro de 1951, no Rio de Janeiro, filho de Aldo Leão de Souza e Therezinha Barros Câmara de Souza.

Concluiu o ginásio no Colégio Santo Inácio e fez o curso científico no Colégio Mallet Soares, no Rio de Janeiro.

Como militante da ALN foi do Comando Regional da organização.

Foi preso no dia 2 de janeiro de 1971 pelos agentes do DOI/CODI de Belo Horizonte, passando a ser imediatamente torturado, juntamente com outros companheiros.

Jornais do dia seguinte publicaram a notícia de sua prisão como decorrência de uma frustrada ação armada.

Entretanto, Aldo, que acabara de chegar do Rio de Janeiro, foi preso como suspeito na participação do seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil (até aquele momento ainda em curso), Giovanne Enrico Bucher.

Dois dias após a sua prisão, os jornais publicaram um desmentido.

Aldo, já muito torturado, passou a ser castigado com a chamada *coroa de cristo*, fita de aço que vai sendo gradativamente apertada e esmaga, aos poucos, o crânio da vítima.

No dia 6 de fevereiro, não resistindo a tão bárbaros sofrimentos, morreu, com o crânio apresentando um afundamento de cerca de 2 cm.

Apesar do testemunho dos companheiros de prisão de Aldo, os órgãos de repressão divulgaram nota oficial noticiando que sua morte fora em decorrência da tentativa de fuga, ao saltar do 3º andar de um prédio.

Em pesquisa realizada no DOPS/SP foi encontrada apenas uma ficha, marcada com uma cruz, onde dizia que o mesmo estava com pedido de Pena de Morte em decorrência de haver morrido um guarda no assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, em que Aldo era acusado de participação.

No relatório do Ministério da Aeronáutica é mantida a falsa versão de que teria se atirado da janela de um prédio de apartamentos, quando tentava fugir da polícia e que teria falecido no hospital ao qual foi recolhido, em 06 de janeiro de 1971.

O exame necroscópico, realizado no IML/MG, em 07/01/71, firmado pelos Drs. Neyder Teixeira e Vera Lúcia Junqueira Monteiro de Barros confirma outra falsa versão oficial da repressão de que Aldo teria morrido em tiroteio. Esses médicos não foram investigados pelo CRM/MG pois sua diretoria arquivou a solicitação do GTNM/MG.

A certidão de óbito atesta sua morte, em 07 de janeiro de 1971, sendo firmada por outro médico, que não participou da necrópsia, o Dr. Djezzar Gonçalves Leite. Informa que Aldo morreu no Hospital Militar (BH/MG), sendo enterrado pela família em Cemitério do Rio de Janeiro.

Sua avó relata que o viu pela última vez em outubro de 1970. Estava magro e lhe dizia que iria viajar sem dizer para onde. Dizia também, que daria notícias quando pudesse e que se precisasse de dinheiro a procuraria.

Mais tarde escreveu a seu pai, pedindo que levasse a sua avó ao médico e que a felicitasse pelo seu aniversário.

A avó, que o criou desde pequeno, pois perdera a mãe, conta como foi a procura nos órgãos de repressão:

“Fui avisada na repartição, por um telefonema anônimo, que meu neto havia sido preso em Belo Horizonte no dia 6 e pedia que eu providenciasse um advogado.

A notícia também foi dada pelos jornais, mas com o retrato de outra pessoa.

Pedi, então, uma apresentação do Cardeal D. Jayme de Barros Câmara para o Arcebispo de Belo Horizonte e viajei no mesmo dia. Lá, fui muito bem acolhida pelo Arcebispo que designou o seu bispo auxiliar para me acompanhar onde fosse necessário. Fomos à delegacia de polícia onde nos informaram que Aldo havia sido transferido para Juiz de Fora, mas que dentro de dois dias ele retornaria a Belo Horizonte, quando então, eu poderia vê-lo. Ao retornar ao aeroporto, deparei com a notícia no jornal local de que Aldo havia falecido. Voltei novamente à delegacia e me disseram que havia morrido um jovem de 20 anos por atropelamento, gerando a partir disso uma generalizada confusão, mas que eu seria levada ao necrotério para

certificar-me da veracidade dos fatos. Ao chegar no necrotério constatei que não era Aldo. Diante disto voltei ao Rio.

Dois dias depois, conforme havia sido acertado com o delegado, voltei a Belo Horizonte com meu genro. Na delegacia, pediram a meu genro para que passasse para outra sala onde lhe mostraram vários retratos de rapazes presos, entre eles uma de meu neto que foi logo reconhecido pelo pai. Então lhe foi dito que Aldo havia falecido em consequência de uma queda, ao tentar fugir pulando de uma janela no bairro de Santa Inês e em seguida pediram dados sobre o Aldo - filiação, idade, etc.

Ao anoitecer voltamos ao Rio de avião. Meu genro estava muito nervoso.

Ao chegarmos, deparamos com a casa cheia de parentes, ocasião em que me disseram que uma pessoa ligava para mim com insistência, mas sem se identificar.

Em seguida, meu genro, chorando, deu-me a notícia de que Aldo havia falecido. Horas depois, a pessoa que não quis identificar-se, ligou novamente dando a notícia da morte de Aldo e dizendo que se a família quisesse o corpo que providenciasse a sua remoção para o Rio.

O corpo foi removido para o Rio com ordem expressa das autoridades competentes de que não poderia haver velório. Apenas seria permitido a abertura do caixão no cemitério, o que foi feito para um rápido reconhecimento...”

AMARO LUÍS DE CARVALHO

Militante do PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO (PCR).

Líder camponês do Sindicato Rural de Barreiros, em Pernambuco. Conhecido popularmente como Capivara, foi preso e cumpria pena na casa de detenção de Recife, quando foi morto por envenenamento.

Na época era diretor da Casa de Detenção o Cel PM Olinto Ferraz. Os companheiros de prisão denunciaram fartamente o assassinato de Amaro, responsabilizando os guardas da Casa de Detenção. Amaro terminaria de cumprir sua pena no mês de outubro e a repressão não queria soltá-lo vivo. Sua morte, ocorrida no dia 22 de agosto de 1971, foi dada a conhecimento público pela Secretaria de Segurança de Pernambuco, com a versão de envenenamento causado pelos seus próprios companheiros de prisão, ocasionada por supostas divergências políticas.

Tal versão é violentamente repudiada pelos companheiros de Capivara, que denunciaram mais essa farsa para encobrir o assassinato de um preso político.

ANTÔNIO SÉRGIO DE MATOS

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 18 de fevereiro de 1948, no Rio de Janeiro, filho de Armando Mattos e Maria de Lourdes Pereira Mattos.

Em 1969, quando cursava Direito na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), Antônio Sérgio iniciou sua militância política no MAR. Fez parte da Associação de Auxílio aos Reclusos (AURES) que dava, à época, assistência aos presos políticos do Presídio Lemos de Brito. Em agosto de 1969, ajudou na fuga de 9 presos políticos da Lemos de Brito, o que lhe forçou a entrada na clandestinidade. Passou, então, a militar na ALN e até fins de 1970 permaneceu na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, deslocou-se para São Paulo, como dirigente regional da ALN.

Juntamente com Manuel José Mendes Nunes de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca, Antônio Sérgio foi emboscado na Rua João Moura, na altura do nº 2358, no bairro de Sumarezinho, São Paulo, e fuzilado no dia 23 de setembro de 1971. Da emboscada, conseguiu escapar Ana Maria Nacinovic Corrêa (assassinada em 14 de junho de 1972). Os quatro, ao iniciar o tiroteio, nem ao menos tiveram chance de resistir, conforme denúncia de Ana Maria a seus companheiros antes de morrer, o que mostra claramente que a intenção dos policiais era o assassinato e não a prisão.

Assinam o laudo de necropsia solicitado pelo Delegado Alcides Cintra Bueno os médicos legistas Isaac Abramovitch e Antônio Valentini.

Foi enterrado no Cemitério de Perus, como indigente.

Em 1975, sua família conseguiu retirar seus restos mortais e trasladá-los para o Rio de Janeiro, onde foi sepultado no sítio de seus pais, em Macaé (RJ).

Os relatórios dos Ministérios da Marinha e Aeronáutica, mantêm a versão policial, dada em 1971, de que Antônio teria sido metralhado durante um assalto a um jeep do Exército.

CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em 5 de janeiro de 1945, em São Paulo, capital, filho de Hermano Pires Fleury Jr. e Maria Helena Dias Fleury.

Foi morto aos 26 anos. Estudante de Filosofia da Universidade de São Paulo e do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica.

Preso em setembro de 1969 e, banido do Brasil em junho de 1970, juntamente com outros 39 presos políticos, quando do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, von Holleben.

Em 1971, retornou ao Brasil clandestinamente e foi morto em condições não esclarecidas, no dia 10 de dezembro do mesmo ano.

Seu corpo foi registrado no IML/RJ com o nome falso de Nelson Meirelles Riedel, professor, de 26 anos, pela Guia nº 235, da 23ª D.P.

A necropsia afirma que “foi encontrado morto no interior de um veículo”, tendo sido baleado. Foi assinada pelo Dr. Elias Freitas; não havendo nome do 2º legista.

Fotos de perícia de local do ICE/RJ, mostram Carlos Eduardo baleado no banco traseiro de um carro Dodge Dart CB4495. O laudo de perícia de local indica morte violenta (homicídio), ocorrida na Praça Avaí, nº 11, no Bairro de Cachambi.

O cadáver de Carlos Eduardo foi retirado do IML por seu irmão, Paulo Pires Fleury, sendo sepultado no Cemitério da Consolação, em São Paulo, por seus familiares.

No arquivo do DOPS/SP foi encontrada a seguinte informação, de nº 850, do Ministério da Aeronáutica-4ª Zona Aérea, datada de 2 de dezembro de 1971, oito dias antes de sua morte:

“traz ao nosso conhecimento, entre outras coisas, que através de reconhecimento fotográfico, foram identificados diversos banidos já em atividades no Brasil, entre os quais Carlos Eduardo Pires Fleury.”

A nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança dizia que a morte de Fleury, ocorrida em tiroteio no bairro de Caxambi, teria sido por volta de 4 horas da madrugada. Mas, para quem conhecia os hábitos de Fleury, é difícil acreditar nessa possibilidade,

principalmente porque estava vivendo em total clandestinidade. A notícia não dava conta da existência de outros militantes no tiroteio, o que não esclarece como estaria Fleury sentado no banco traseiro de um carro (onde ele aparece morto) se não havia ninguém que dirigisse tal carro.

O relatório do Ministério da Aeronáutica mantém a mesma versão dizendo que foi alvejado e faleceu posteriormente no dia 10 de dezembro de 1971.

CARLOS LAMARCA

Comandante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nascido no Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1937, Carlos Lamarca foi o terceiro entre os seis filhos de Antônio e Gertrudes Lamarca, uma família modesta da zona norte carioca. Magro, com 1,75 m de altura, olhos e cabelos castanhos escuros, casou-se em 1959 com Maria Pavan, com quem teve dois filhos: César e Cláudia.

Aos 16 anos participou de algumas manifestações de rua durante a campanha nacionalista 'O petróleo é nosso'. Tinha como livro de cabeceira a obra Guerra e Paz, de Tolstói. Nessa época já havia tomado uma firme decisão: queria ser oficial do Exército Brasileiro. A carreira então projetada foi ganhando contornos definidos. Formou-se, em 1960, pela Escola Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), obtendo a patente de Capitão em 1967. Em entrevista concedida ao periódico chileno Punto Final, em abril de 1970, dizia Lamarca: 'Sou um dos poucos oficiais brasileiros de origem operária. Estudei com sacrifício de meus pais e escolhi a carreira por entender que as Forças Armadas teriam condições de contribuir para o desenvolvimento e emancipação do meu País. Logo me desiludi.'

Em setembro de 1962, Lamarca foi recrutado para integrar o contingente militar da Organização das Nações Unidas. Seu destacamento permaneceu um ano na zona de Gaza, no Egito, perto do canal de Suez. Regressando ao Brasil, foi designado para servir num batalhão da Polícia do Exército, na cidade de Porto Alegre (RS), período em que, admirando a tentativa de resistência de Leonel Brizola ao golpe de 1964, solicitou inscrição junto ao Partido Comunista Brasileiro, que nunca chegou a se formalizar.

Mas foi em São Paulo, no quartel de Quitaúna, para onde pediu transferência em 1965, que Lamarca, estudando e discutindo com um grupo de companheiros as perspectivas de luta armada, fez sua opção revolucionária. Era preciso buscar 'um caminho para a revolução brasileira', que, nos termos da referida entrevista, supunha modificar a situação agrária e, por conseguinte, 'romper com todo o sistema, baseado e construído exatamente sobre o atraso e a miséria de nossas regiões rurais'. Para tanto, era necessário construir 'a primeira coluna guerrilheira, alternativa do poder das classes dominantes, embrião do futuro Exército Popular', com a simultânea implantação de 'guerrilhas irregulares em todos os pontos importantes do País.' Influenciado pela revolução cubana e pelos movimentos guerrilheiros latino-americanos, Lamarca passou a defender as teses de Guevara e Régis Debray, teóricos do foco guerrilheiro: um pequeno grupo de homens bem treinados e bem armados, atuando em alguma área do campo, poderia desencadear a luta armada e despertar as massas para a insurreição.

Já estava organizado, em 1967, o grupo de Carlos Marighella, a Ação Libertadora Nacional (ALN), e havia também um grupo de militares expulsos das Forças Armadas que mantinham ligações com operários metalúrgicos de Osasco e outros setores proletários da

região industrial de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano. Lamarca acompanhava com grande interesse o grupo de ex-sargentos que, inicialmente vinculado ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), uniu-se a um setor dissidente da Política Operária (POLOP) e deu origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Sua perspectiva, naquele momento, era a de entrar em contato com algum grupo da esquerda armada brasileira que o aceitasse como simples militante e oferecer, de imediato, a possibilidade de realizar uma ação de expropriação no quartel de Quitaúna.

‘Durante esses anos’ - prossegue Lamarca na mesma entrevista - ‘busquei contato com as organizações revolucionárias que propusessem um caminho para a revolução brasileira de acordo com as conclusões a que eu chegara’. As numerosas discussões então realizadas com Joaquim Câmara Ferreira, um dos principais dirigentes da ALN, levaram-no a optar por outra linha política, a da VPR. Passou a integrar a célula do IV Regimento de Infantaria.

Por iniciativa de Lamarca, preparou-se a ação de expropriação de armas e munições do quartel, com o imediato ingresso de toda a célula na guerrilha urbana. Em 24 de janeiro de 1969, Lamarca deixou Quitaúna com a carga de 63 fuzis FAL, algumas metralhadoras leves e muita munição. A idéia era seguir imediatamente para uma região onde pudesse preparar a guerrilha, o que o obrigou, de imediato, a separar-se da mulher e dos filhos, enviados para Cuba, via Itália, no mesmo dia de sua deserção.

Lamarca passou 10 meses trancado em ‘aparelhos’ na cidade de São Paulo, vivendo clandestinamente, até seguir para o Vale da Ribeira, com mais 16 militantes, a fim de realizar um treinamento em guerrilha. Lá permaneceu até maio de 1970, quando a região foi cercada por tropas do Exército e da Polícia Militar. Houve combates, mas Lamarca conseguiu romper o cerco ao lado de dois companheiros, após a retirada de vários outros. A ‘Operação Registro’, como a denominou o II Exército, durou 41 dias e resultou na prisão de quatro guerrilheiros.

De volta à cidade, continuou no comando e planejamento de ações armadas, para resgatar prisioneiros políticos e obter recursos para a sobrevivência da organização. Foram ao todo dois anos e oito meses de clandestinidade, nos quais reforçou seu caráter introspectivo e exercitou sistematicamente – com a mesma disciplina que emprestava ao treinamento físico – o hábito de ler e escrever. Nas sucessivas mudanças a que era obrigado por razões de segurança, de duas coisas nunca se separava: da arma e dos manuscritos, que intitulava provisoriamente de ‘Estudos militares’. Utilizando como nomes de guerra João, Renato, Cláudio, César, Cid e Cirilo, Lamarca não se limitou a traçar as estratégias de algumas das ações da VPR, mas participou diretamente do comando de seqüestros e expropriações.

Em abril de 1971, em discordância com a VPR, ingressou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). No mês de junho, Lamarca foi para o sertão da Bahia, no município de Brotas de Macaúbas, com a finalidade de estabelecer uma base desta organização no interior.

Com a prisão em Salvador, em agosto, de um militante que conhecia seu paradeiro e a localização de um aparelho onde se encontrava a psicóloga paulista Iara Yavelberg, companheira de Lamarca desde 1969 (Iara suicidou-se com um tiro de revólver no dia 23), os órgãos de segurança iniciaram o cerco à região. A direção do MR-8 não cuidou de retirá-lo de lá, mesmo considerando que Lamarca não tinha poder de decisão, pois se recusara a participar da organização como dirigente.

Um tiroteio travado entre a polícia e os irmãos de José Campos Barreto, o Zequinha, que acompanhava Lamarca, obrigou-os a iniciar uma longa e penosa rota de fuga, de 28 de agosto a 17 de setembro, com um percurso de quase 300 quilômetros. Ao descansarem à sombra de uma baraaúna, foram surpreendidos pela repressão. Lamarca estava desnutrido, asmático, provavelmente com a doença de Chagas.

A imprensa brasileira apresentou na ocasião duas versões sobre o diálogo que teria havido entre Lamarca e o 'agente federal'. Para O Globo, foram apenas três frases: 'Você é Lamarca?' – 'Sou o Capitão Carlos Lamarca.' – 'Era. Agora você vai ser defunto.'. A versão da maioria dos jornais foi um pouco mais longa: 'Quem é você?' – 'Carlos Lamarca.' – 'Sabe o que aconteceu com a Iara?' – 'Ela se suicidou em Salvador.' – 'Onde está sua mulher e seus filhos?' – 'Estão em Cuba.' – 'Você sabe que é um traidor da Pátria?'. Lamarca teria morrido sem responder a esta última pergunta.

O desfecho que, com pequenas variações, caracteriza a versão oficial da morte de Lamarca, reforçada mais tarde pela publicação do chamado Relatório Pajussara do Major Cerqueira e consagrada pelo filme de Sérgio Rezende, é inverossímil. Os que o caçaram pelos sertões da Bahia deveriam temer, na realidade, o vigor, a atilada inteligência, os reflexos precisos, o esmerado preparo militar do Capitão Lamarca, e jamais entrariam em sua linha de tiro. Limitaram-se a matar em silêncio um homem desfalecido.

DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO

Dirigente do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES (MRT).

Nasceu em 15 de julho de 1943 em Muriaé, Minas Gerais, filho de Ely José de Carvalho e Esther Campos de Carvalho.

Morto aos 28 anos.

Na década de 1950, a família Carvalho migrou para São Paulo em busca de melhores condições, deixando para trás a vida camponesa. Encontrou o ABCD paulista no início da instalação das indústrias metalúrgicas e automobilísticas.

Ainda adolescente, Devanir aprendeu com seu irmão mais velho o ofício de torneiro mecânico. Desde então, passou a trabalhar em várias indústrias da região: Villares, Toyota etc.

Em 1963, casou-se com Pedrina, com quem teve dois filhos.

Nesse mesmo ano começou a atuar junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando de greves operárias pelas reformas de base.

Na mesma época ingressou no PCdoB.

Após o golpe militar de 1964, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar como motorista de táxi.

Em 1967, passou a integrar a Ala Vermelha, dissidência do PCdoB.

Em 1969, novamente residindo em São Paulo, desligou-se da Ala Vermelha e, juntamente com outros companheiros, fundou o MRT.

Por volta de 11 horas da manhã do dia 5 de abril de 1971, Devanir chegou à Rua Cruzeiro, nº 1111, Bairro de Tremembé, em São Paulo, onde foi recebido por uma rajada de metralhadora, deixando-o imobilizado. Levado para o DEOPS, passou a ser torturado pelo delegado Sérgio Fleury e sua equipe, e por volta das 18 horas do dia 7 de abril de 1971, Devanir morreu.

A versão dos órgãos de segurança, publicada à época, dizendo ter sido morto ao resistir a prisão, é desmentida pelos depoimentos de presos políticos que encontravam-se

detidos no mesmo período. O delegado Fleury, por várias vezes, mandara avisar Devanir de que fazia questão de prendê-lo vivo e levá-lo à morte através de torturas, avisos dados aos irmãos de Devanir que se encontravam presos. Fleury lhes dizia: “Avisem o Henrique (nome de guerra de Devanir) que encomendei nos Estados Unidos um bastão tranqüilizante para poder pegá-lo vivo, e que serei eu, pessoalmente, que o matarei no pau”.

No processo em que os companheiros de Devanir estavam arrolados, e que ele também estaria – se vivo estivesse – consta uma fotografia de seu corpo, com uma marca de perfuração de bala na altura do coração e, em várias partes, principalmente na cabeça, há muitos ferimentos. Essa foto não foi encontrada nos arquivos do IML e até o momento, também nos arquivos do DOPS.

Fato significativo que desmente igualmente, e por completo, a versão da nota oficial, e que confirma o assassinato sob tortura, é a afirmação de vários carcereiros do DEOPS a presos políticos: “Devanir durante dois dias levou um pau danado. Só falava seu nome e o da organização, e xingava muito o Fleury. Todo mundo ouvia de longe. Devanir cuspiu muito sangue na cara do Fleury.”

O laudo de necrópsia assinado pelos médicos legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini e reafirma a falsa versão oficial de que Devanir foi morto em tiroteio.

Foi enterrado no Cemitério da Vila Formosa/SP pela família.

DIMAS ANTÔNIO CASEMIRO

Dirigente do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES (MRT).

Nasceu em 06 de março de 1946 em Votuporanga, estado de São Paulo, filho de Antônio Casemiro Sobrinho e Maria dos Anjos Casemiro.

Casado, tinha 1 filho. Era impressor gráfico.

Fuzilado, sumariamente, aos 25 anos de idade, ao chegar em sua casa, no Bairro do Ipiranga, São Paulo, no dia 17 de abril de 1971.

O laudo de necrópsia foi assinado pelos médicos legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini.

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus. Seus restos mortais se encontram, provavelmente, na vala clandestina de Perus, mas até o momento a equipe do Departamento de Medicina Legal da Universidade de Campinas não logrou identificá-los.

EDUARDO ANTÔNIO DA FONSECA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em Belo Horizonte, no dia 23 de fevereiro de 1947, filho de Joaquim Fonseca Júnior e de Lucinda Miquelina Braga.

Iniciou sua militância no movimento estudantil muito jovem. Era secundarista em 1968, quando se ligou ao Partido Socialista Revolucionário Brasileiro (PSRB).

Em 1969, este grupo se desfez e alguns militantes, entre eles, Eduardo Antônio da Fonseca filiaram-se à CORRENTE.

No final daquele ano, com a queda da maioria dos ativistas da CORRENTE, Eduardo foi, clandestinamente, para São Paulo onde passou a militar na ALN.

Foi fuzilado, aos 24 anos, numa emboscada montada pelo DOI/CODI-SP, no dia 23 de setembro de 1971. Mais informações constam na nota sobre Antônio Sérgio Matos.

Eduardo Antônio da Fonseca foi sepultado pela família no Cemitério São Pedro, no dia 30 de outubro de 1971.

Segundo o relatório do Ministério da Aeronáutica, “faleceu no dia 23 de setembro de 1971, no Bairro de Pinheiros, em São Paulo, ao reagir, a tiros, à ordem de prisão dada por policiais.” Já o Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi morto por agentes dos órgãos de segurança quando, juntamente com outros elementos fortemente armados de metralhadoras, atacaram uma viatura militar do II Exército que se encontrava estacionada à Rua João Moura, no Bairro do Sumarezinho, São Paulo”.

FLÁVIO DE CARVALHO MOLINA

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em 08 de novembro de 1947, na Guanabara, filho de Álvaro Andrade Lopes Molina e Maria Helena Carvalho Molina.

Morto aos 24 anos, em 1971, em São Paulo.

Cursou o primário nos colégios São Bento e São José no Rio de Janeiro. Era um apaixonado pelo camping e o alpinismo.

Gostava muito de música clássica e era comum encontrá-lo à noite ouvindo o programa “Primeira Classe”, na época produzido pela Rádio Jornal do Brasil.

No período de 1966 e 1967, enquanto cursava o científico no Colégio Mallet Soares, no Rio de Janeiro, iniciou a formação de sua consciência política. Havia muitas manifestações estudantis, por um lado, e muita repressão policial, por outro.

Em 1968 entrou para a Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha.

Foi preso em manifestação estudantil durante invasão do Campus pela polícia, sendo levado em seguida para o antigo campo de futebol do Botafogo, ao lado do Hospital Rocha Maia, assistindo ali às mais diversas atrocidades cometidas contra moças e rapazes, colegas seus. Foi fichado e solto no dia seguinte.

Em julho de 1969, vendo-se perseguido pelas forças da repressão, já tendo sido indiciado em inquérito na 2ª Auditoria do Exército, do qual foi posteriormente absolvido, e temendo a possibilidade de ser preso novamente, optou por deixar a casa de seus pais, visando não transferir para a família a repressão a ele dirigida. Trancou matrícula na Universidade e passou a viver clandestino, militando na ALN.

Teve sua prisão preventiva solicitada em duas ocasiões, 06 de novembro de 1969 e 30 de janeiro de 1970.

Viveu em Cuba de novembro de 1969 até meados de 1971, quando retornou ao Brasil.

Manteve contatos com a família através de encontros ou de cartas, até julho de 1970.

Preso no dia 06 de novembro de 1971, em São Paulo, por agentes do DOI/CODI-SP, em cuja sede foi torturado até a morte.

Presos políticos que se encontravam nesse dia nas dependências do DOI/CODI são testemunhas de que Flávio foi assassinado sob tortura no dia 07 de novembro de 1971, desmascarando a versão oficial de que ele teria sido morto ao tentar reagir à prisão.

A primeira informação de sua morte foi em 29 de agosto de 1972, quando “O Globo” e o “Jornal do Brasil” noticiaram o fato como ocorrido em choque com policiais em São Paulo, referindo-se à data retroativa. A família consultou às autoridades quando, então, foi negada a veracidade da notícia.

A prisão e morte de Flávio Molina não foram assumidas pelos órgãos de segurança de imediato.

Sua família tentava desesperadamente alguma notícia, nas prisões e quartéis – tudo em vão. Flávio, já morto, era processado como revel e, apenas quando do julgamento é que seu nome foi excluído do processo por morte, extinguindo sua punibilidade. Mesmo assim, a família não recebeu qualquer notificação sobre o ocorrido.

Somente em julho de 1979 a família, por investigação própria e com apoio dos Comitês Brasileiros de Anistia, tomou conhecimento de seu assassinato através de documentos oficiais anexados a um processo na 2ª Auditoria da Marinha, sem que jamais tivesse havido uma comunicação, mesmo que informal, a seus familiares.

Nessa documentação, a Auditoria é informada da morte de Flávio, cujo corpo tinha sido enterrado como indigente, em 9 de novembro de 1971, no Cemitério Dom Bosco, em Perus, sob o nome de Álvaro Lopes Peralta. Fica evidente a ocultação premeditada do cadáver de Flávio pelos seus assassinos, como mais uma forma de encobrir a morte sob tortura. Nem ao menos retirar os ossos de Flávio foi permitido à família, pois foi sepultado na cova nº 14, Rua 11, Quadra 2, Gleba 1, em Perus – São Paulo, como indigente, em 09 de novembro de 1971, com o nome falso e registro nº 3.054, fora transferido para uma vala comum, em 1976.

A requisição de exame necroscópico no IML/SP, sob o nº 43.715, em 16 de novembro de 1971, com a identidade falsa de Álvaro Lopes Peralta já estava associada à sua verdadeira identidade.

Os médicos legistas Renato Capellano e José Henrique da Fonseca procederam à necrópsia.

Desenho de Molina feito por seu amigo e companheiro, Frederico Mayr, em março de 1967, também assassinado pela ditadura.

A certidão de óbito, com o mesmo nome, foi registrada sob o nº 50.741 – fl. 191V – livro C.73, tendo sido declarante Miguel Fernandes Zaninello, indivíduo identificado em outubro de 1990, como tenente da polícia militar reformado, conforme depoimento prestado à CPI da Câmara Municipal de São Paulo, no mesmo mês.

No documento 52-Z-0 – 38.270, dos arquivos do DOPS/SP constam todos os seus dados, bem como nomes falsos e codinomes, inclusive o de Álvaro Lopes Peralta – com o qual foi lavrada a certidão de óbito e enterrado como indigente no Cemitério de Perus.

Ofício do CENIMAR nº 0396, de 13/07/70, informa que Flávio de Carvalho Molina, usava o nome falso de Alvaro Lopes Peralta, o que demonstra que seu nome verdadeiro era conhecido da polícia bem antes de sua morte e o seu sepultamento com nome falso foi intencional.

Em outubro de 1979, de posse de documentos oficiais, a família abriu processo em São Paulo exigindo retificação de assentamento de óbito e reconstituição de identidade, ganhando a causa em 1981.

Em 09 de outubro de 1981, houve a oportunidade de abrir a vala comum para a família e constatar a existência das ossadas. Percebeu-se naquela ocasião a necessidade de apoio técnico e respaldo político, o que só foi conseguido em 1990.

Em 4 de setembro de 1990, com a abertura da Vala de Perus as ossadas foram trasladadas para a UNICAMP, onde se encontram para identificação.

Em novembro de 1991, transcorridos 20 anos de sua morte, a família, com toda a garra que caracteriza a busca da justiça, abriu processo contra a União Federal na 17ª Vara

da Seccional do Rio de Janeiro, protocolo n° 9101180125, sob responsabilidade do Juiz Wanderley de Andrade Monteiro.

A característica romântica de Flávio permitiu que compusesse algumas poesias e pequenos ensaios de peças teatrais.

Transcrevemos abaixo fragmentos de poesias de sua autoria:

“BALADA PARA ALGUÉM DISTANTE

*Por que alguém, mais dia menos dia,
Fica ausente?
Brincando com o coração da gente
Tirando a nossa alegria...
Por que alguém, mais dia menos dia,
Deixa tudo?
Deixando também um coração mudo
De tanta melancolia...
Por que alguém, mais dia menos dia,
Parte para um lugar distante?
Causando uma dor talhante,
Que ninguém mais avalia...”*

“MINHA PRESENÇA

*A dor que te devora
Muitos a tem agora.
Reage!
Luta contra ela,
Pois senão te dilacera
E ainda mais vais sofrer,
Pois continuará a doer.
Estou aqui.
Aqui, bem junto a ti.
Posso não estar presente
Mas por mais que me ausente
Sempre estarei aqui.*

Flávio 12/02/69”

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nascido em Cabrália Paulista a 22 de fevereiro de 1943, filho de Olívio Oliveira e Maria das Neves Knafelc.

Estudante de Ciências Sociais na USP.

Morto no dia 5 de novembro de 1971, na Rua Turiassú, bairro de Pompéia, em São Paulo.

Francisco e uma companheira foram surpreendidos em uma lanchonete na rua Turiassú. Assim que foram reconhecidos, iniciou-se um violento tiroteio, no qual Francisco

foi ferido gravemente. A companheira conseguiu fugir. Francisco, embora ferido, tentou ainda escapar dos policiais chefiados pelo delegado Antônio Vilela, mas foi atingido pelas costas por uma rajada de metralhadora.

Além do delegado Vilela, participou do seu assassinato, o investigador Osvaldo Pinheiro do Amaral.

O laudo de necropsia, assinado pelos médicos legistas Mário Nelson Matte e José Henrique da Fonseca, é feito com o nome falso de Dario Marcondes, sendo que, em anotação feita à mão está o nome verdadeiro Francisco José de Oliveira.

No doc. 30-Z-165-118, encontrado no arquivo do DOPS/SP, ao lado de um xerox de identidade de nome Dario Marcondes, está anotado à máquina, nome, filiação e data de nascimento de Francisco José de Oliveira. No entanto, a certidão de óbito é feita em nome de Dario Marcondes, mostrando a intenção dos órgãos de repressão de manter escondida a sua verdadeira identidade.

Sepultado como indigente no Cemitério Dom Bosco foi colocado na Vala de Perus e, encontra-se hoje na UNICAMP para ser identificado.

Segundo os Relatórios dos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, “no dia 5/11/71, em São Paulo/SP, ao encontrar-se com outro terrorista, agentes de segurança tentaram realizar a sua prisão, reagindo a tiros, sendo morto”.

GERSON THEODORO DE OLIVEIRA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Filho de Geraldo Teodoro de Oliveira e Maria de Lourdes de Oliveira.

Morto aos 23 anos no dia 22 de março de 1971, juntamente com Maurício Guilherme da Silveira, à Rua Barão de Mesquita, nº 425, por agentes do DOI/CODI-RJ. Segundo o boletim de março de 1974 da “*Amnesty Internacional*”, ambos foram fuzilados.

Estudante, trabalhava como auxiliar de escritório.

Segundo os Relatórios do Ministério da Aeronáutica e da Marinha, “faleceu em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança ao reagir à prisão, em 22 de março de 1971, em Madureira/RJ”.

O corpo de Gerson entrou no IML com a Guia nº 48 da 29ª D.P., como Pedro de Castro Corrêa.

Feita sua identificação pelas impressões digitais, foram emitidos exame necroscópico e certidão de óbito com o nome verdadeiro.

O exame necroscópico foi firmado pelos Drs. José Alves Assunção Menezes e Ivan Nogueira Bastos.

A certidão de óbito de Gerson informa que foi retirado do IML por seu pai, que o enterrou no Cemitério São Francisco Xavier, em 30 de março de 1971.

O Registro de Ocorrência nº 1408 da 29ª D.P. informa: “Às 15:00 hs compareceu o Capitão Aranha, da Segurança do I Ex., R. Barão de Mesquita, nº 425, Tijuca, comunicando que, cerca de 11:30 hs., realizando diligência para o Serviço de Segurança Nacional, localizara à Av. Suburbana, esquina com Rua Cupertino (Quintino), dois elementos conhecidos como subversivos, um preto, de nome falso Pedro de Castro Corrêa e outro branco, nome falso Raimundo Nazareno Lobato Rodrigues (este era Maurício Guilherme da Silveira), os quais reagiram à prisão, sacando as armas que portavam e atirando contra o comunicante e demais componentes da equipe, que revidaram em defesa,

resultando feridos os dois elementos citados. Ao serem transportados para o hospital mais próximo vieram a falecer, estando os cadáveres no 1º Batalhão da Polícia do Exército (DOI)...”

IARA IAVELBERG

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8)

Nasceu em 07 de maio de 1944, na cidade de São Paulo, filha de David Iavelberg e Eva Iavelberg. Psicóloga e professora universitária.

Foi morta no dia 20 de agosto de 1971, aos 27 anos, em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Há duas versões sobre a morte de Iara. Uma delas diz que teria sido morta após rápido tiroteio com policiais do DOI/CODI-RJ, deslocados a Salvador para prendê-la. Consta que Iara teria se refugiado no banheiro de uma casa vizinha à sua, na tentativa de escapar à perseguição dos policiais, ocasião em que teria sido localizada, tendo se matado com um tiro na cabeça. Esta é a versão oficial, conforme nota divulgada na época pelos órgãos de segurança.

A outra versão é colocada por alguns de seus companheiros, baseados nos testemunhos de populares que assistiram à prisão e/ou morte de Iara. Segundo o apurado, Iara teria sido presa, e levada para a sede do DOPS local. Vários presos que se encontravam naquele estabelecimento no mesmo período, ouviram os gritos de uma mulher sendo torturada, identificando tais gritos como sendo de Iara.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que ela foi “morta em Salvador/BA, em ação de segurança”, o relatório do Ministério da Aeronáutica “suicidou-se em Salvador/BA, em 06 de agosto de 1971, no interior de uma residência, quando esta foi cercada pela polícia”.

A certidão de óbito dá sua morte, em 20 de agosto de 1971, tendo sido firmada pelo Dr. Charles Pittex e informando que Iara foi sepultada por sua família no Cemitério Israelense de São Paulo.

JOAQUIM ALENCAR DE SEIXAS

Dirigente do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES (MRT).

Nasceu em Bragança, Estado do Pará, em 02 de janeiro de 1922, filho de Estolano Pimentel Seixas e Maria Pordeus Alencar Seixas. Operário, pai de 4 filhos, tornou-se militante político aos 19 anos de idade.

Foi assassinado em 17 de abril de 1971.

Trabalhou como mecânico de aviões em várias empresas, entre as quais Varig, Aerovias e Panair. Perdeu o emprego várias vezes por questões políticas. Na Varig apresentou denúncia contra a empresa, mostrando a ligação que havia entre ela, o Governo Vargas e o Governo Nazista da Alemanha. Os proprietários da empresa eram de origem alemã e estariam colaborando com o governo alemão. Por esta razão perdeu o emprego.

Em 1964 trabalhava na Petrobrás, como encarregado do setor de manutenção e militava no movimento sindical petroleiro, quando foi dado o Golpe de Estado. Ele e vários líderes do movimento sindical simularam um acidente para poderem passar pelo cerco armado pelo Exército, que já havia tomado a Refinaria Duque de Caxias, no Rio. Usando tanques de guerra, carros de combates e muitos soldados armados, as forças militares prendiam as lideranças operárias. Para furar o cerco, o setor de segurança da Refinaria

acionou o alarme contra acidentes e as ambulâncias passaram com os líderes cobertos com lençóis sujos de sangue (na verdade, era tinta vermelha).

Durante vários meses, Seixas e seus companheiros sindicalistas tiveram suas casas vigiadas por policiais e ficaram escondidos até que a perseguição diminuísse. Quando voltaram para o trabalho foram demitidos sem direito algum. Seus nomes passaram a fazer parte de listas, que não lhes permitiam encontrar emprego. Por essa razão os perseguidos tentaram conseguir saídas para o problema. Muitos se mudaram para outros Estados, na tentativa de furar a perseguição. Seixas e família foram para o Rio Grande do Sul.

Seixas trabalhou como marceneiro durante dois anos, montou postos de gasolina, construindo toda a parte de tanques e tubulações de combustíveis, até 1967, quando foi contratado como encarregado do setor de mecânica, pela Pepsi-Cola de Porto Alegre.

Sem abandonar sua atuação política, participou do movimento de resistência à ditadura militar, no Rio Grande do Sul. Escapou várias vezes de ser preso e viu vários de seus companheiros caírem nas mãos da repressão política. Um deles foi o ex-sargento do Exército, Manoel Raimundo Soares, morto após 3 meses de torturas no DOPS gaúcho.

Por não conseguir emprego, quando foi demitido da Pepsi-Cola, Seixas e sua família se mudaram novamente para o Rio de Janeiro. Até conseguir colocação, teve que trabalhar como motorista de táxi. Seu último emprego foi na Coca-Cola de Niterói, como chefe do setor de mecânica e manutenção.

Mudou-se para São Paulo, onde participou do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), tornando-se um de seus dirigentes. Seixas foi preso junto com seu filho Ivan, na Rua Vergueiro, altura do nº 9000, no dia 16 de abril de 1971. Do local da prisão, ambos foram levados para a 37ª Delegacia de Polícia, que fica na mesma rua Vergueiro, na altura do nº 6000, onde foram espancados no pátio do estacionamento, enquanto os policiais trocavam os carros usados para o esquema de prisão.

De lá foram levados para o DOI/CODI, que a esta época ainda se chamava Operação Bandeirantes-OBAN. No pátio de manobras da OBAN, pai e filho foram espancados de forma tão violenta, que a algema que prendia o pulso de um ao outro rompeu-se.

Dessa sessão de espancamento, ambos foram levados para a sala de interrogatórios, onde passaram a ser torturados um defronte ao outro. Nesse mesmo dia, sua casa foi saqueada e toda sua família presa.

No dia seguinte, 17 de abril de 1971, os jornais paulistas publicavam uma nota oficial dos órgãos de segurança, que dava conta da morte de Joaquim Alencar de Seixas em tiroteio. Em realidade, Seixas estava morto só oficialmente, pois nesta mesma hora se desenrolavam torturas horríveis, o que pôde ser testemunhado por seu filho Ivan, sua esposa Fanny, e suas duas filhas, Ieda e Iara, presas na noite anterior.

Por volta das 19 horas deste dia, Seixas foi finalmente morto. Sua esposa, Fanny, ouvindo que seu marido acabara de morrer, pôs-se nas pontas dos pés e viu os policiais estacionarem uma perua C-14 no pátio de manobras, ferrar seu porta-malas com jornais, e colocarem um corpo que reconheceu ser o de seu marido. Não bastasse o seu reconhecimento, ouviu um policial perguntar a outro: “De quem é este presunto?” e como resposta, a afirmação: “Este era o Roque” (nome usado por Seixas).

No processo a que responderia se estivesse vivo, consta uma fotografia de seu cadáver com os sinais dos sofrimentos passados, e um tiro na altura do coração, que indicaria a *causa-mortis*.

Os assassinos de Joaquim Alencar de Seixas foram identificados por seus familiares e companheiros como sendo o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, o capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, o delegado Davi Araújo dos Santos, o investigador de polícia Pedro Mira Granzieri e vários outros, identificáveis somente por apelidos.

Assinam o laudo de necrópsia os médicos legistas Pérsio José B. Carneiro e Paulo Augusto Queiroz da Rocha, que confirmam a falsa versão oficial da repressão de que Joaquim foi morto em tiroteio e omitem as torturas. Vários presos políticos declararam em Auditorias Militares, à época, as torturas e assassinato de Joaquim na OBAN.

JOSÉ CAMPOS BARRETO

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Operário metalúrgico em Osasco, Grande São Paulo. Ex-seminarista e presidente do Círculo Estudantil Osasquense.

Assassinado, aos 26 anos, junto com o Capitão Carlos Lamarca no interior baiano, município de Fazenda Pintada, em cerco montado pelos órgãos de repressão, no dia 17 de setembro de 1971.

A certidão de óbito de José dá sua morte nesta data, em Brotas de Macaúbas (BA) por tiro, sendo assinada pelo Dr. Charles Pittex. Informa, ainda, que foi enterrado no Cemitério de Campo Santo (BA).

O relatório Pajussara (documento do Exército sobre a operação que matou Lamarca) diz que José Campos ao receber o tiro de misericórdia, gritou “Abaixo a ditadura”.

JOSÉ GOMES TEIXEIRA

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Casado, teve cinco filhos. Ex-marítimo e funcionário da Prefeitura de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

Foi preso em 11 de junho de 1971, pelo CISA, onde foi torturado e visto pelo seu cunhado, Rubens Luiz da Silva, em 15 de junho, quando, ainda preso, foi levado à sua casa.

Morto aos 30 anos de idade no Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1971, às 8:00 horas, no Depósito de Presos da Base Aérea do Galeão.

Deu entrada no IML com a Guia nº 109, da 37ª D.P. O exame necroscópico foi assinado pelos Drs. Olympio Pereira da Silva e Ivan Nogueira Bastos que confirmam a falsa versão da repressão de suicídio por enforcamento.

A Certidão de óbito de nº 739 teve como declarante José Severino Teixeira e, apesar de nome e endereço completos, José Gomes foi enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (RJ), em 23 de junho de 1971, na cova 21.112, quadra 16. Em 15 de julho de 1976, seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, foram para a vala clandestina descoberta em Ricardo de Albuquerque.

Foram encontrados laudo (Ocorrência nº 461/71) e fotos de perícia de local (ICE nº 3.156/71) no Instituto Carlos Éboli/RJ que mostram José enforcado em um lençol em sua cela. No arquivo do DOPS/RJ, consta o documento do CISA de nº 407, de 02 de julho de 1971, com um longo depoimento de José, logo após sua prisão. Em nota oficial dos órgãos de segurança datada de 23 de junho de 1971, é informada a morte de José Gomes por suicídio.

Segundo o boletim de março de 1974 da “*Amnesty International*”, José Gomes Teixeira foi morto sob torturas.

JOSÉ MILTON BARBOSA

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu, em 22 de outubro de 1939, em Bonito, Pernambuco, filho de Maria das Dores de Paulo. Era Sargento radiotelegrafista do Exército, formado pela Escola de sargento das Armas, sendo cassado em 1964, com o golpe militar. Até fevereiro de 1969, era funcionário da SUNAB.

Em 1967, ingressou no curso de Economia da antiga UEG, atual UERJ, estudando até o 3º ano, quando por suas atividades políticas, foi forçado a entrar na clandestinidade, em 1969. Foi militante do PCB, do PCBR, do MR-8 e, por fim, da ALN, da qual se tornou dirigente regional.

Condenado, à revelia, pela 1ª Auditoria do Exército, em 14 de abril de 1972, à prisão perpétua. Pena esta que, em 30 de agosto de 1972 (quando já estava morto), caiu para 20 anos de reclusão. Teve seus direitos políticos cassados por 10 anos. Também foi condenado pela 2ª Auditoria da Aeronáutica – 1ª CJM à pena de 12 anos de reclusão.

Assassinado em 5 de dezembro de 1971, pela repressão política no bairro do Sumaré, em São Paulo.

Apesar de plenamente identificado, sendo sua morte inclusive noticiada pela imprensa através de nota oficial dos órgãos de segurança, o corpo de José Milton foi enterrado sob nome falso de **Hélio José da Silva** no Cemitério Dom Bosco, em Perús, São Paulo.

O laudo necroscópico, com nome falso foi assinado pelos médicos legistas Antônio Dácio Franco do Amaral e José Henrique da Fonseca que confirmam a morte em tiroteio nas Ruas Tácito de Almeida com Cardoso de Almeida, em São Paulo.

JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA

Dirigente da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Ex-sargento da Marinha, participou junto com Carlos Lamarca e outros da Guerrilha no Vale do Ribeira (SP).

José Raimundo era perseguido, não só por ser dirigente da VPR, como também por sua participação no movimento dos marinheiros em 1964.

Morto aos 32 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 05 de agosto de 1971, após ter sido preso e torturado no DOI-CODI/RJ.

Respondeu a alguns processos e estava com prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar.

Seu corpo foi encontrado em terreno baldio na Rua Otacílio Nunes, em frente ao nº 80, no Bairro de Pilares (RJ). Preso em São Paulo e trazido para o Rio de Janeiro e, embora estivesse usando o nome de Odwaldo Clóvis da Silva, o CIE informou ao DOPS/RJ que se tratava de José Raimundo da Costa. Em documento do arquivo do DOPS/RJ, o Comissário Jayme Nascimento, do citado órgão informou que às “7:00 horas pelo telefone, o Cel. Sotero, Oficial de Permanência do CIE, comunicou que, em uma travessa próxima à Rua Otacílio Nunes, em Pilares, havia sido morto um elemento subversivo de nome José Raimundo da Costa, quando reagiu à prisão numa diligência efetuada por elementos pertencentes ao Serviço de Segurança do Exército.”

Inês Etienne Romeu, em seu Relatório sobre sua prisão na “Casa da Morte”, em Petrópolis, afirma que, em 04 de agosto de 1971, ouviu o torturador Laurindo informar aos torturadores, Dr. Bruno e Dr. César, que José Raimundo havia sido preso numa barreira. Posteriormente, outro torturador, Dr. Pepe, lhe disse que José Raimundo foi morto vinte e quatro horas após sua prisão, num “teatrinho” montado numa rua do Rio de Janeiro.

O corpo de José Raimundo entrou no IML/RJ no mesmo dia de sua morte, pela Guia nº 59, da 24ª D.P., com o nome de Odwaldo Clóvis da Silva, sendo necropsiado pelos Drs. Hygino de Carvalho Hércules e Ivan Nogueira Bastos, que confirmam a falsa versão oficial da repressão de que foi morto em tiroteio.

Foram, ainda, encontrados laudo (Ocorrência nº 596/71) e fotos de perícia do local (ICE nº 3.916/71).

Apesar de ser identificado, José Raimundo foi enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo Albuquerque (RJ), em 09 de setembro de 1971, na cova 23.538, quadra 16. No livro de saída de indigentes do IML, ao lado de seu nome, está manuscrita a palavra: “Subversivo”.

Em 01 de outubro de 1979 seus restos mortais foram transferidos para um ossário geral e, em 1980/1981, foram levados para a vala clandestina.

JOSÉ ROBERTO ARANTES DE ALMEIDA

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em Pirajuí, Estado de São Paulo, em 7 de fevereiro de 1943, filho de José Arantes de Almeida e Aída Martoni de Almeida.

Aluno do ITA, sendo expulso, em 1964, em decorrência do golpe militar. Ingressou, posteriormente, na Faculdade de Filosofia como estudante de Física da Universidade de São Paulo.

Em 1966 foi eleito presidente do Grêmio da Filosofia - gestão 66/67. No ano seguinte, elegeu-se Vice-presidente da UNE.

Foi indiciado no inquérito que apurava atividade política dos participantes do XXXº Congresso da UNE, em Ibiúna (SP).

Em 20 de outubro de 1968 teve sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria novamente em 31 de março de 1970.

Foi fuzilado pelos agentes da Equipe C do DOI/CODI-SP, que cercaram sua casa na Rua Cervantes, Vila Prudente, São Paulo, em 4 de novembro de 1971.

Sua necrópsia, com o nome falso de José Carlos Pires de Andrade, foi feita no IML/SP, em 09 de novembro de 1971 e firmada pelos Drs. Luiz Alves Ferreira e Abeylard de Queiroz Orsini, que confirmam sua morte em tiroteio.

Foi enterrado pela família.

LUÍS ANTÔNIO SANTA BÁRBARA

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Camponês, foi morto na Fazenda Buriti, em Brotas de Macaúbas, sertão baiano.

O grande cerco montado para assassinar o Capitão Lamarca, vitimou igualmente Luís Antônio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto, no dia 28 de agosto de 1971.

O exame necroscópico de Luiz Antônio, feito no IML/Nina Rodrigues (BA), foi firmado pelos Drs. Fernando Marques Lima e Francisco Peixoto Filho confirma a morte em tiroteio.

LUÍS EDUARDO DA ROCHA MERLINO

Militante do PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA (POC).

Nasceu em 18 de outubro de 1948, em Santos/SP, filho de Zeno Merlino e Iracema Rocha da Silva Merlino.

Morto aos 23 anos na Operação Bandeirantes, em São Paulo.

Estudou em vários colégios de Santos e participou, enquanto secundarista do movimento do CPC, da UNE. Com a idade de 17 anos transferiu-se para São Paulo onde fez parte da primeira equipe de jornalistas do recém-fundado “*Jornal da Tarde*” (1966), da Empresa “*O Estado de São Paulo*”. Nesse período escreveu algumas reportagens que tiveram grande repercussão, tais como a que denunciava as atividades do “mau patrão” Abdala, da Fábrica de Cimento Perus/SP, (“*Jornal da Tarde*”, 24/04/67) e as que descreviam a vida e as atividades dos índios xavantes em Mato Grosso (“*Jornal da Tarde*”, 12/08/67 e 26/08/67). Continuou a trabalhar como jornalista na “*Folha da Tarde*” (1968) e depois no “*Jornal do Bairro*” (1969-1970). Participou ainda ativamente da equipe do jornal “*Amanhã*”, editado pelo Grêmio Estudantil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que mais que um semanário estudantil, foi uma publicação voltada para os problemas nacionais e de circulação nos meios operários.

Estudante de História na Universidade de São Paulo, esteve presente nos movimentos de 1968. Em abril desse ano participou da manifestação diante do Tribunal Militar de São Paulo, contra a prisão de jornalistas. Estava presente no XXXº Congresso da UNE em Ibiúna, em setembro de 1968, fazendo a cobertura jornalística para a “*Folha da Tarde*”. Sua qualidade de jornalista permitiu ser ele um dos poucos presentes que não foram presos; assim sendo pôde trazer recados e informar o que realmente havia acontecido. Nessa época já havia ingressado no Partido Operário Comunista (POC). Em dezembro desse ano, quando da decretação do Ato Institucional nº 5, liderou a greve de jornalistas da “*Folha da Tarde*”. A partir de 1969, com o endurecimento da ditadura, passou a participar de atividades clandestinas de combate ao regime militar, sem deixar a vida de jornalista. Nesse período participou na organização clandestina das manifestações estudantis contra a visita de Rockefeller ao Brasil.

Em dezembro de 1970, viajou para a França para um período de estudos e contatos, sobretudo, com a IV Internacional, da qual o POC havia se aproximado. Em maio participou como observador do 2o. Congresso da Liga Comunista, organização francesa da Quarta Internacional, realizado em Rouen.

Cinco dias depois de sua volta da França, que havia sido feita com passaporte legal, uma vez que contra Luiz Eduardo Merlino não pesava nenhuma acusação dos órgãos repressivos, foi preso em casa de sua mãe, em Santos, no dia 15 de julho de 1971. Apresentando-se inicialmente como amigos, os policiais do DOI-CODI rapidamente deixaram cair a máscara. Perguntando agressivamente por sua companheira, Ângela Mendes de Almeida, que ainda permanecia na França, esses policiais chegaram a agredir sua irmã, Regina Merlino, mas saíram com a promessa de que ele poderia voltar logo à casa.

Na sede da OBAN, na Rua Tutóia, em São Paulo, Luiz Eduardo foi torturado durante cerca de 24 horas seguidas e abandonado numa cela solitária. Apesar de queixar-se de fortes dores nas pernas, fruto da permanência no “pau de arara”, ele não teve nenhum

tratamento médico. Apenas massagens, acompanhadas de comentários grosseiros por parte de um enfermeiro de plantão que, em tom de brincadeira, falou ao chefe da equipe: “Capitão, o Merlino está reclamando de dores nas pernas e que não pode fazer pipi. Vai ver que andou demais durante a noite”; e puseram-se a rir os dois torturadores. Essa cena foi presenciada por vários presos políticos que se encontravam no DOI/CODI.

As dores nas pernas que Merlino sentia eram, na verdade, uma complicação circulatória decorrente das torturas. No dia 17, foi retirado da solitária e colocado sobre uma mesa, no pátio em frente às celas. Nessa ocasião diversos companheiros puderam ver o seu estado e alguns falaram brevemente com ele. Ele queixava-se então de dormência de suas pernas não mais lhe obedeciam, fruto de gangrena generalizada. Horas mais tarde, como seu estado piorasse, ele foi removido para o Hospital Geral do Exército, onde veio a morrer. A reconstituição destes fatos foi feita a partir de relatos de companheiros de prisão de Merlino, como Guido Rocha, de Minas Gerais, que esteve todo o tempo na solitária com ele.

As declarações de presos políticos, como as de Eleonora de Oliveira Soares, Ricardo Prata Soares e Lauriberto Junqueira Filho, feitas em Auditorias Militares, à época, confirmaram as torturas sofridas por ele no DOI-CODI. Zilá Prestes Prá Baldi declarou que o viu depois de morto com o corpo cheio de equimoses.

Embora no atestado de óbito conste a data de 19 de julho de 1971, sua morte só foi comunicada à mãe no dia 20, à noite. A primeira versão era de que ele havia se suicidado. Uma segunda versão dada pelos órgãos repressivos diz que ele teria morrido por “auto-atropelamento”: tendo sido levado para o Rio Grande do Sul para identificar companheiros, ele teria escapado da guarda e se jogado embaixo de um carro, na BR-116, na altura de Jacupiranga. Não foi identificado o veículo atropelador, nem foi feita ocorrência do fato no local. Apesar desta desculpa mais sofisticada, o corpo não aparecia. Foi preciso que um parente tivesse acesso ao IML de São Paulo e localizasse o corpo, que ali estava “sem nome”. O laudo médico, assinado por Isaac Abramovitch, terminou por definir: “Segundo consta, foi vítima de atropelamento”. Jornalistas amigos de Merlino foram até o ponto da estrada para Porto Alegre em que, segundo os órgãos repressivos, ele teria sido atropelado ao tentar fugir, e não encontraram sinal de nenhuma ocorrência. Nem sequer a notícia da morte de Luiz Eduardo Merlino pôde ser dada. Quando, um mês depois, em 28 de agosto, foi celebrada missa de trigésimo dia na Catedral da Sé, em São Paulo, o mesmo policial que havia agredido Regina Merlino apresentou-se para dar os pêsames.

No dia 20, os presos do DOI/CODI foram informados pelo PM Gabriel que Merlino havia morrido por problemas do coração.

Na requisição de exame necroscópico, no item referente ao histórico do caso lê-se “no dia e hora supra mencionados (19/07/71 - 19:30 - BR-116 Jacupiranga) ao fugir da escolta que o levava para Porto Alegre/RS, na estrada BR-116 foi atropelado e em consequência dos ferimentos faleceu”.

O laudo necroscópico, assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard Orsini concluiu que Merlino faleceu em virtude de anemia aguda traumática por rutura da artéria ilíaca direita. Foi enterrado no Cemitério de Santos/SP pelos seus familiares.

LUÍS HIRATA

Militante da AÇÃO POPULAR (AP).

Nasceu em 23 de novembro de 1944, em Caiçara/SP, filho de Tadaiochi Hirata e Nissai Hirata.

Estudava Agronomia em Piracicaba, mas teve que abandonar os estudos em 1969, quando estava no 4º ano, por perseguição política.

Preso pela equipe do delegado Sérgio Fleury, do DEOPS-SP, Luis Hirata foi torturado até a morte em 20 de dezembro de 1971, aos 27 anos de idade.

Como testemunho das torturas que sofreu, existem depoimentos de vários de seus companheiros, presos na mesma época.

Luís Hirata foi levado à enfermaria de nefrologia do Hospital das Clínicas para um atendimento de urgência.

Na solicitação de exame feita pelo Delegado do DOPS no ítem histórico do caso, lê-se: “morte natural (insuficiência renal)”. A conclusão do laudo assinado pelos médicos legistas Onildo B. Rogeno e Abeylard de Queirós Orsini diz “veio a falecer em consequência de choque hemorrágico e traumático produzido por agente contundente”. No histórico do mesmo laudo lê-se “... a vítima foi admitida no Hospital das Clínicas às 20:15 do dia 16/12/71, sob o nº 15.894 e veio falecer às 8:30 h do dia 20/12/71, traumatizado há oito dias. Insuficiência renal crônica.”

O relatório do Ministério da Marinha diz que em “ Dez/71, sofreu lesões traumáticas ao tentar fugir. Foi conduzido ao Hospital, mas veio a falecer em consequência das lesões”. No da Aeronáutica, “Falecido em 16/12/71, em São Paulo/SP. Ao tentar fuga, sofrendo lesões traumáticas graves, baixando ao hospital onde veio a falecer...”

Foi enterrado no Cemitério de Perus como indigente.

Para encobrir as torturas sofridas por Hirata, que o levaram à morte, os policiais forjaram uma falsa versão de que após fugir, foi vítima de acidente ao colidir com a traseira de um ônibus.

Para fortalecer a farsa, foi feito exame de corpo de delito em Hirata, ainda vivo, em 16/12/71, no DOPS/SP pelo Dr. Harry Shibata que cita uma série de escoriações no seu corpo, mas ligando-as ao acidente e não às torturas.

MANOEL JOSÉ MENDES NUNES DE ABREU

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 01 de janeiro de 1949, em Rossio do Sul – Tejo – Portugal, filho de José Pereira de Abreu e Dulce Souza Mendes Abreu.

Estudante da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Aos 22 anos, foi fuzilado na emboscada montada no dia 23 de setembro de 1971, pelo DOI/CODI-SP, que vitimou também Antônio Sérgio de Matos e Eduardo Antônio da Fonseca.

Os detalhes da emboscada estão na nota referente a Antônio Sérgio de Matos.

O exame necroscópico, solicitado pelo Delegado Alcides Cintra Bueno é assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Antônio Valentini.

MARILENE VILAS-BOAS PINTO

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Nasceu em 8 de julho de 1948, no Rio de Janeiro.

Morreu aos 22 anos de idade.

Estudante de Psicologia na Universidade Santa Úrsula, cursando até o 2º ano, quando, em 1969, por sua participação no movimento estudantil foi obrigada a viver na clandestinidade. Inicialmente militou na ALN e, posteriormente, ligou-se ao MR-8.

Foi presa e ferida no tiroteio em que tombou Mário de Souza Prata, no dia 2 de abril de 1971, à rua Niquelândia, 23, em Campo Grande, no Rio de Janeiro.

Marilene, mesmo ferida e sem receber cuidados médicos, foi conduzida às câmaras de tortura do DOI/CODI-RJ, tendo sido assassinada algumas horas após seu ingresso naquele departamento.

Como testemunho da morte de Marilene sob torturas, há o depoimento da presa política Inês Etienne Romeu, que foi informada da sua morte quando esteve no Hospital Geral do Exército do Rio de Janeiro para tratamento. Lá, Inês ouviu de um médico o relato da noite em que estava de plantão e Marilene chegou para atendimento médico, mas já estava morta.

Em seu atestado de óbito consta a morte em 03 de abril de 1971 no Hospital Central do Exército-HCE e foi firmado pelo Dr. Rubens Pedro Macuco Janini.

Sua família, após muitas procuras e intermediações, conseguiu resgatar o corpo do HCE e enterrá-lo, em 05 de abril de 1971, no Cemitério São Francisco Xavier (RJ). Seu caixão foi entregue à família lacrado e durante o enterro vários militares à paisana faziam provocações aos presentes.

Notícias de sua morte foram publicadas, no dia 04 de junho de 1971, no Jornal do Brasil, “O Globo” e em “O dia”, respectivamente sob os seguintes títulos: “Casal Terrorista Morto ao Resistir Ordem de Prisão”, “Terrorista assassino foi morto ao resistir à prisão” e “Mortos no Tiroteio Terrorista e a Amante”. Em realidade, todos publicavam na íntegra o comunicado da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que dizia: “... a morte de Mário ocorreu no dia 03 de abril próximo passado, durante tiroteio que travou com as autoridades ao reagir à prisão. Na ocasião, sua amante Marilene ficou gravemente ferida, vindo a falecer logo depois”.

MÁRIO DE SOUZA PRATA

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Estudante de Engenharia na UFRJ, natural do Rio de Janeiro

Morto aos 26 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1971, baleado à Rua Niquelândia, nº 23, bairro de Campo Grande (RJ), onde ficou ferida Marilene Vilas Boas Pinto.

O corpo de Mário entrou no IML/RJ em 03 de abril de 1971, pela Guia nº 70, da 35ª D.P., “como desconhecido, morto em tiroteio com as forças de segurança, às 20:45 horas do dia 02 de abril de 1971.”

Sua identificação foi feita em 06 de abril pelo Instituto Pereira Faustino da Secretaria de Segurança Pública e, assim mesmo, em sua certidão de óbito consta como desconhecido. Foi firmado pelo Dr. José Guilherme Figueiredo, tendo como declarante José Severino Teixeira.

Foi enterrado como indigente, em 23 de abril de 1971, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, na cova nº 20.608, quadra 16. Entretanto, desde sua entrada no IML/RJ, já se sabia de quem se tratava, pois ao lado do nº de sua Guia como desconhecido está a marca

“sub”. Não se tem a data de quando seus restos mortais foram para o ossário geral, mas presume-se que estejam na vala clandestina, junto com cerca de 2.000 outras ossadas de indigentes.

MAURÍCIO GUILHERME DA SILVEIRA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Estudante secundarista, foi morto aos 20 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 22 de março de 1971. Na requisição de necrópsia consta como local da morte a Rua Barão de Mesquita, n° 425, endereço do DOI-CODI/RJ, junto com Gerson Theodoro de Oliveira.

A certidão de óbito de Maurício, firmada pelo Dr. José Alves de Assunção Menezes., informa que foi sepultado pela família no Cemitério São Francisco Xavier (RJ).

Maiores detalhes, ver no caso de Gerson Theodoro de Oliveira.

NILDA CARVALHO CUNHA

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Estudante secundarista, foi presa, em 20 de agosto de 1971, em Salvador, por ocasião da morte de Iara Iavelberg, por agentes do DOI/CODI. Foi liberada em 12 de novembro, profundamente debilitada em consequência das torturas sofridas durante a prisão.

No dia 14 de novembro morreu, com sintomas de cegueira e asfixia, em consequência de envenenamento durante a prisão.

A mãe de Nilda, desesperada com a morte da filha, passou a fazer denúncias e protestos em praça pública e, certo dia, apareceu inexplicavelmente enforcada.

ODIJAS CARVALHO DE SOUZA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Líder estudantil de Agronomia da Universidade Rural de Pernambuco, natural de Alagoas.

Foi preso na Praia de Maria Farinha, no município de Paulista, em Pernambuco, no dia 30 de janeiro de 1971, juntamente com Lélia Guedes. Os policiais responsáveis por sua prisão são: Edmundo de Brito, Fausto Venâncio da Silva Filho, Ivaldo Nicodemus Vieira e Severino Pereira da Silva, todos do DOPS/PE.

Foi imediatamente torturado no DOPS/Recife, onde passou uma semana.

Após esse período, foi levado às pressas para o Hospital da Polícia Militar de Pernambuco no dia 6 de fevereiro de 1971, morrendo dois dias depois em consequência das torturas sofridas.

O assassinato foi denunciado a partir de testemunhos em depoimentos prestados na Auditoria de Guerra da 7ª Região Militar, por vários presos políticos, inclusive sua viúva, Maria Ivone de Souza Loureiro. O preso político Mário Miranda, uma das testemunhas oculares do assassinato, denunciou as torturas que culminaram com a morte de Odijas e também seus assassinos: delegado José Silvestre, do DOPS/PE, os agentes Ivanildo Nemésio e Miranda e o delegado Carlos Brito.

O atestado de óbito, fornecido pelo IML/PE, foi assinado por Dr. Ednaldo Paz de Vasconcelos e tinha como *causa-mortis* embolia pulmonar. Mas na realidade, Odijas apresentava várias fraturas de ossos, ruptura de rins, baço e fígado.

Foi enterrado no Cemitério de Santo Amaro, em Recife, sob o nome de Osias de Carvalho Souza, e não Odijas, o que dificultou a localização de seu corpo.

Também denunciam a morte de Odijas, em seus depoimentos os presos políticos Alberto Vinicius de Melo, Cláudio Gurgel, Carlos Alberto Soares e Rosa Maria Barros dos Santos.

OTONIEL CAMPOS BARRETO

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Camponês na Bahia, irmão de José Campos Barreto, também morto com Lamarca.

Foi morto por fuzilamento em 28 de agosto de 1971, junto com Luiz Antônio Santa Bárbara, na Fazenda Buriti, em Brotas de Macaúbas, no sertão da Bahia.

O exame necroscópico de Otoniel, realizado no IML-Nina Rodrigues-BA, em 29 de agosto de 1971, pelos Drs. Francisco Peixoto Filho e Fernando Marques Lima, confirma a morte em tiroteio numa “operação sob a coordenação do CODI-6”.

RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA

Militante da AÇÃO POPULAR (AP).

Natural de Minas Gerais. Operário metalúrgico na cidade de Mauá, grande São Paulo.

De 1967 a 1970 trabalhou nas empresas: Fertilizantes Capuava, Laminação Nacional de Metais e IBRAPE.

Estudou no Colégio Estadual Visconde de Mauá.

Eduardo estava internado em uma casa de saúde da SAMCIL, de São Paulo, de onde foi retirado à força por policiais, no dia 22 de dezembro de 1970.

Ele estava, então, com 22 anos de idade e convalescia de duas operações consecutivas em decorrência de facadas recebidas em uma briga.

Embora seu estado de saúde fosse precário, foi levado às câmaras de tortura do DOI-CODI/SP. Conduzido, às pressas, para o Hospital Geral do Exército, morreu no dia 05 de janeiro de 1971.

A necropsia foi feita no IML/SP, em 22 de janeiro de 1971 pelos legistas Dr. João Grigorian e Dr. Orlando José Bastos Brandão, que não relataram as torturas sofridas por Raimundo e deram como *causa mortis* “peritonite”.

Foi enterrado pela família no Cemitério de Guaianazes/SP.

Os Relatórios dos Ministérios da Marinha e Aeronáutica dizem que ele “faleceu em 05/01/71, **em virtude de agressão a faca por parte de outro preso**”.

É interessante notar que esta “justificativa” para a morte de perseguidos políticos parece ter sido adotada a partir de 1971, pois é a mesma dada para Stuart Angel Jones e Antônio de Pádua Costa.

RAIMUNDO GONÇALVES FIGUEIREDO

Militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Mineiro, conhecido como José Severo.

Tinha 33 anos de idade e vivia no município de Jaboatão (PE). Casado com Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, morta em 1972 pela repressão. Tinham duas filhas.

Foi baleado quando saía de sua casa, no bairro de Sucupira, em Recife, por agentes do DOPS pernambucano, no dia 27 de abril de 1971. Segundo versão oficial da repressão, foi levado para o Hospital Pronto Socorro, onde faleceu no dia seguinte.

O exame necroscópico, realizado no IML/PE pelos Drs. Nivaldo José Ribeiro e Antônio Victoriano da Costa, confirma sua morte em tiroteio. Foi enterrado com o nome de José Francisco Severo.

RAIMUNDO NONATO PAZ OU “NICOLAU 21”

Camponês do Ceará, foi morto em fevereiro de 1971, na região de Canindé, quando policiais, comandados por Cid Martus, do DOPS/CE, o cercaram em sua casa.

O exame necroscópico foi realizado na Delegacia de Polícia de Canindé (CE), em 26 de fevereiro de 1971, sendo firmado pelos Drs. Waldez Diógenes Sampaio e Antônio Lins Mello, que confirmam sua morte em tiroteio. Sua necrópsia foi feita a mando do Capitão da PM Antônio Carlos Alves Paiva, encarregado do inquérito.

RAUL AMARO NIN FERREIRA

Morto aos 27 anos de idade, no Rio de Janeiro.

Formado em Engenharia Mecânica pela PUC/RJ, em 1967. Participou de vários encontros nacionais e internacionais, tendo sido professor assistente do Curso de Engenharia Naval da UFRJ. Quando foi preso trabalhava no Ministério da Indústria e Comércio e se preparava para viajar com bolsa de estudos para a Holanda.

Foi preso pelo DOPS/RJ, na noite do dia 31 de julho para 01 de agosto de 1971, na rua Ipiranga, bairro de Laranjeiras, quando dirigia seu carro em companhia de outro engenheiro, Saidin Denne. Em 02 de agosto, foi encaminhado ao DOI-CODI/RJ depois de ter sua residência invadida e ocupada pela repressão. A família, nesse dia, o viu ser levado algemado de casa e nada pode fazer. Foi torturado a ponto de ser preciso que o levassem, às pressas, para o Hospital Central do Exército, onde veio a falecer, no dia 12 de agosto.

Sua necrópsia foi realizada no próprio HCE pelo Dr. Rubens Pedro Macuco Janine. Inicialmente foi impedida a presença do médico da Organização Mundial de Saúde, Prof. Manuel Ferreira, que havia sido chamado pela família de Raul para acompanhar a citada necrópsia. Somente duas horas depois de iniciada, permitiram-lhe que entrasse e, perplexo, viu as sevícias sofridas por Raul: suas pernas e coxas cheias de equimoses. O exame necroscópico não descreve tais lesões.

Em 1979, sua família iniciou processo contra a União, pois conseguiu também o depoimento de um ex-soldado do Exército Marco Aurélio Guimarães, que prestava serviço no DOI-CODI/RJ, na época, e viu Raul Amaro sendo torturado nas dependências daquele órgão da repressão. Há também depoimento de ex-presos políticos, como Alex Polari de Alverga e Aquiles Ferreira, que o viram no DOPS/RJ.

Esse processo ganhou em 1ª instância e, em 7 de novembro de 1994, o Estado foi responsabilizado pela prisão, tortura e morte de Raul. A família, representada pelo seu advogado, não quis receber a indenização. Pedro Nin Ferreira, um dos oito irmãos de Raul Amaro, assim declarou:

“Nunca imaginamos receber reparação financeira porque o Estado não pode comprar seus mortos, seus assassinatos...” (JB, 8/11/94)

A mãe de Raul Amaro, Mariana Lanari Ferreira, fala de seu filho:

“Sabemos que a entrega do corpo de Raul Amaro foi um “privilégio”, pois não fizeram assim com muitos outros.

Raul Amaro foi sempre um homem brilhante por onde passou e tinha um coração boníssimo, sendo lembrado com carinho por todos que o conheceram.

Nunca nos conformaremos com o acontecimento e jamais esqueceremos Raul Amaro”.

1972

ALEX DE PAULA XAVIER PEREIRA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 09 de agosto de 1949, filho de João Baptista Xavier Pereira e Zilda Xavier Pereira.

Foi morto aos 22 anos de idade.

Participou do movimento estudantil secundarista e foi diretor do Grêmio do Colégio Pedro II, no Rio, em 1968, junto com Aldo Sá Brito, Luiz Afonso de Almeida e Marcos Nonato da Fonseca, também mortos na luta contra a ditadura militar.

Conheceu desde cedo a perseguição e a repressão que atingiu sua família com o golpe militar de 1964 e ingressou, ainda muito jovem, no PCB.

Quando dentro do PCB surgiu nova perspectiva revolucionária, alinhou-se com aqueles que defendiam a luta armada contra a ditadura, unindo-se ao grupo liderado por Carlos Marighella e ingressando na ALN.

Logo tornou-se chefe de um Grupo Tático Armado da ALN, empreendendo intensa atividade política. Passou a viver na clandestinidade e respondeu a alguns processos policiais-militares. Foi fuzilado em 20 de janeiro de 1972, por policiais pertencentes à Equipe B do DOI/CODI-SP, quando se encontrava em um carro junto com Gelson Reicher, igualmente assassinado.

A nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança descrevia a morte de Alex e Gelson como consequência de um tiroteio nas imediações da Av. República do Líbano, em São Paulo, em decorrência de um acidente com o carro dos mesmos, acidente este que, segundo os moradores do local, nunca aconteceu.

A família de Alex procurou incansavelmente por seu corpo, sem encontrá-lo. Apesar de morto oficialmente, continuava a ser processado. Tal situação permaneceu a ponto de Alex ter sido anistiado em 1979.

Na verdade, Alex foi enterrado no Cemitério Dom Bosco, em Perús, sob o nome de João Maria de Freitas. Tal nome é publicado na nota oficial informando sua morte, demonstrando a clara intenção dos órgãos de segurança em ocultar seu corpo, sob falsa identidade.

Isto é confirmado no Relatório do Ministério da Aeronáutica, que diz: “o laudo de necrópsia foi feito em nome de João Maria de Freitas, nome falso de Alex”. Tal laudo falso foi assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini.

O nome verdadeiro de Alex, juntamente com sua foto apareceram estampados nos cartazes da repressão com os dizeres “Bandidos Terroristas procurados pelos órgãos de Segurança Nacional”, portanto sua identidade era conhecida pela polícia.

Em novembro de 1980, os restos mortais de Alex e de seu irmão Iuri, também assassinado, foram exumados Perus e trasladados para o Cemitério de Inhaúma/RJ, por

seus familiares juntamente com os Comitês Brasileiros pela Anistia de São Paulo e Rio de Janeiro.

ALEXANDER JOSÉ IBSEN VOERÖES

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em 05 de julho de 1952, em Santiago, Chile, filho de Alexander Voerões Toth e Carmem Ibsen Chatean.

Morto aos 19 anos de idade. Era estudante secundarista.

Metralhado no dia 27 de fevereiro de 1972, juntamente com Lauriberto José Reyes, na rua Serra de Botucatu, bairro de Tatuapé, em São Paulo.

O autor da rajada que vitimou Alexander e Lauriberto foi o torturador de apelido “J.C.”, ou “Jesus Cristo”, identificado como sendo o investigador de polícia Dirceu Gravina.

Foi enterrado no dia 01 de março de 1972, pela família, em caixão lacrado por determinação policial, no Cemitério da Saudade, quadra 68, sepultura 28, em Vila Sônia, São Paulo.

Assinaram o laudo os médicos legistas Isaac Abramovitch e Arnaldo Siqueira.

ANA MARIA NACINOVIC CORRÊA

MILITANTE DA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 25 de março de 1947, no Rio de Janeiro, filha de Mário Henrique Nacinovic e Anadyr de Carvalho Nacinovic.

Depoimento da mãe de Ana Maria:

“Teve uma infância feliz, apesar da separação de seus pais quando tinha apenas 7 anos de idade, vivendo a partir desta época na companhia da mãe, tia e avós, que procuraram suprir, com muito carinho, a ausência do pai.

Fez o primário, ginásio e científico no Colégio São Paulo, de freiras, em Ipanema. Destacou-se sempre durante o seu curso pelo companheirismo e cumprimento de suas obrigações escolares. Simultaneamente, estudava piano com o professor Guilherme Mignone. Possuindo um ouvido privilegiado, era estimulada pelo seu mestre a dedicar-se mais à arte.

Terminou o científico com 17 anos e sua grande inclinação para a matemática levou-a a freqüentar um curso pré-vestibular, com o objetivo de futuramente tornar-se uma engenheira. Um casamento mal sucedido interrompeu seus estudos. Aos 21 anos, ingressou, como 2ª colocada, na Faculdade de Belas Artes.

Para a idealista que era, o que sempre demonstrou no seu dia-a-dia, em atitudes de solidariedade em relação ao próximo, caíram em campo fértil as sementes de rebelião contra o regime autoritário que dominava o país. Era a época aterrorizante do ditador Emílio Garrastazú Médici. Aquela mocinha inexperiente, mal saída dos bancos escolares e de um casamento frustrado, aos poucos se converteria na guerrilheira cujos retratos nos aeroportos, rodoviárias e outros lugares públicos, apontavam como uma subversiva perigosa.

Seguiu-se uma época de aflição e angústia para sua mãe e demais familiares, até que chegasse o momento fatal. Momento em que toda a ternura daquele coraçãozinho que só aspirava à igualdade entre os homens, daqueles imensos olhos

azuis que só queriam contemplar o lado bom da vida, converteu-se em escuridão e trevas.

Ana Maria foi metralhada e morta na Moóca, em 14 de junho de 1972. Estava com 25 anos de idade. Com ela morreram Marcos Nonato da Fonseca e Iúri Xavier Pereira.”

Enquanto Ana Maria, Iúri, Marcos Nonato e Antônio Carlos Bicalho Lana almoçavam no Restaurante Varella, o proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, que era alcagüete da polícia, telefonou para o DOI/CODI-SP, avisando da presença de algumas pessoas que tinham suas fotos afixadas em cartazes de “Procurados”, feitos na época pelos órgãos de segurança.

Os agentes do DOI/CODI, assim que se certificaram da presença dos quatro companheiros, montaram uma emboscada em torno do restaurante, mobilizando um grande contingente de policiais.

De imediato, foram fuzilados Iúri e Marcos Nonato. Ana Maria, ainda vivia, quando um policial, ouvindo seus gritos de protesto e de dor, impotente perante a morte iminente, aproximou-se desferindo-lhe uma rajada de fuzil FAL, à queima-roupa, estraçalhando-lhe o corpo.

Ato contínuo, os policiais fizeram uma demonstração de selvageria para a população que se aglomerou em volta daquela já horrenda cena. Dois ou três policiais agarravam o corpo de Ana Maria e o jogavam de um lado para o outro, às vezes lançando-o para o alto e deixando-o cair abruptamente no chão. Descobriram-lhe também o corpo ensangüentado, lançando impróprios e demonstrando o júbilo na covardia de tê-la abatido. Não satisfeitos, desfechavam-lhe ainda coronhadas com seus fuzis, como se mesmo morta Ana Maria representasse ainda algum perigo.

Tal cena repetiu-se com o corpo de Iúri e Marcos Nonato, sendo entretanto Ana Maria o alvo preferido.

A população, revoltada com tamanha violência e selvageria, esboçou, dias depois, uma reação de protesto, tentando elaborar um abaixo-assinado que seria encaminhado ao Governador do Estado. Mas, devido ao clima de terror existente no País naquela época, somado ao pânico de que aquelas cenas de verdadeiro horror pudessem se repetir com eles, a iniciativa foi posta de lado. Também as ameaças feitas pelos policiais, na hora do crime, intimidaram os populares.

Anos depois, em 1992, populares da Móoca que ainda lembravam do trágico episódio, sugeriram seu nome para uma creche municipal. A então prefeita Luiza Erundina aceitou a sugestão popular.

Da emboscada, conseguiu escapar, ferido, Antônio Carlos Bicalho Lana (morto em 30 de novembro de 1973), testemunha, dos três assassinatos .

Assinam o laudo de necrópsia os médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini.

Em 16 de outubro de 1973, apesar de morta oficialmente, é condenada à revelia a 12 anos de prisão com base no artigo 28 do Decreto lei nº 898/69.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica contém a falsa versão de que Ana Maria foi ferida após assalto em que resistiu à voz de prisão, “ocasião em que a nominada saiu gravemente ferida, vindo a falecer posteriormente”.

ANTONIO BENETAZZO

Dirigente do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em 01 de novembro de 1941, em Verona, na Itália, filho de Pietro Benetazzo e Giuleta Squazzordo Benetazzo.

Morto aos 31 anos de idade.

Mudou-se para o Brasil quando ainda menino. Desde cedo, sentiu-se imbuído pelo sentimento anti-fascista de seus pais, sentimento que marcou toda uma geração que conheceu os horrores do nazi-fascismo europeu, fazendo com que, desde a adolescência, participasse dos movimentos populares no Brasil.

No período que precedeu o golpe militar de 1964, teve, como estudante secundarista e já integrante do PCB, destacada atuação nos movimentos culturais e políticos, principalmente naqueles promovidos pelo Centro Popular de Cultura da UNE.

Redator do jornal *Imprensa Popular*, órgão oficial do MOLIPO.

Estudante de Filosofia e de Arquitetura da Universidade de São Paulo. Presidente do Centro Acadêmico do Curso de Filosofia e professor de História.

Como professor de cursos de preparação para vestibulares universitários, Benetazzo procurava transmitir a seus alunos uma visão crítica da História e da realidade.

Em 1967, desligou-se do PCB, passando a militar na ALN. Participou do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968. Em julho de 1969 deixou a Universidade e as escolas em que lecionava e foi viver na clandestinidade. Foi a Cuba e voltou, em 1971, integrado ao MOLIPO.

Preso no dia 28 de outubro de 1972 e levado imediatamente para o DOI/CODI-SP.

Durante os dias 28 e 29 de outubro, Benetazzo foi torturado ininterruptamente e, no fim do dia 30, morreu em consequência de tão bárbaros sofrimentos.

No dia 2 de novembro, os jornais paulistas publicavam nota oficial, divulgada pelos órgãos de segurança, fazendo crer que Benetazzo teria falado de um suposto encontro com companheiros na Rua João Boemer, no bairro do Brás, São Paulo, e que lá chegando, teria tentado a fuga, sendo atropelado e morto por um pesado caminhão.

Assinam o laudo necroscópico confirmando o atropelamento, os médicos legistas Isaac Abramovitch e Orlando J. Brandão.

Tal versão é desmascarada por vários testemunhos de presos políticos que se encontravam no DOI-CODI/SP na época da prisão e assassinato de Benetazzo, que afirmam ter ele sido torturado até a morte.

Outro fato de relevância no desmascaramento da nota oficial é a inexistência de qualquer acidente no dia, hora e lugar do suposto atropelamento a que se refere a versão dos órgãos de segurança responsáveis pelo seu assassinato. Os relatórios dos Ministérios da Marinha e Aeronáutica continuam confirmando a falsa versão de morte por atropelamento, enquanto que o Relatório do Exército, em cujas dependências Benetazzo morreu, diz não ter registros a respeito de seu destino.

Teve sua prisão decretada em 16 de janeiro de 1973 pela 2ª Auditoria, depois de estar morto.

Enterrado no Cemitério de Perus como indigente, sendo trasladado mais tarde por seus familiares.

ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA CABRAL

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Morto aos 23 anos.

Estudante de Medicina na Universidade de São Paulo, era Presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz.

Segundo versão oficial, Antônio Carlos teria morrido, aos 25 anos, no Rio de Janeiro, em tiroteio ao resistir à prisão, na casa em que morava. Mas, segundo a vizinhança, não houve tiroteio algum. Associado a isto existe o fato de que seu caixão foi entregue à família lacrado e com ordens expressas de não abri-lo. O enterro de Antônio Carlos contou, ainda, com a presença ostensiva de policiais.

O corpo de Antônio Carlos entrou no IML pela guia nº 05 do DOPS, como desconhecido, morto ao reagir à prisão. Foi identificado por sua irmã, Maria Elizabeth Nanni, em 18 de abril de 1972 e entregue à família no dia 19.

A necrópsia foi assinada pelos Drs. Olympio Pereira da Silva e Jorge Nunes Amorim.

O óbito teve como declarante Álvaro Silva e também confirma a versão oficial de que foi morto em “aparelho subversivo” ao reagir à prisão. Entretanto, as fotos da perícia de local (nº 293/72), obtidas no Instituto Carlos Éboli/RJ, mostram escoriações nas mãos, no tórax e no rosto, faces e testa. Algumas são descritas na necrópsia, outras não.

Não se encontrou registro de ocorrência em delegacia policial.

Relatórios dos Ministérios da Marinha e Aeronáutica falam que teria morrido no dia 12 de abril de 1972, às 5:25 h na Rua Zizi, 115, Lins de Vasconcelos, após intenso tiroteio ao resistir à ordem de prisão.

ANTÔNIO MARCOS PINTO DE OLIVEIRA

Militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Nasceu em 16 de fevereiro de 1950, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Januário de Almeida de Oliveira e Luiza Pinto de Oliveira.

Antônio Marcos atuou no movimento estudantil carioca nos anos de 1966 a 68, como secundarista. Foi estudar no Seminário e, em 1970/71, passou a fazer parte de um trabalho comunitário em Osvaldo Cruz, subúrbio do Rio de Janeiro, na paróquia do Padre João Daniel.

Depois de militar na Ala Vermelha, ingressou na VAR-Palmarenses. Em 1971, foi forçado a ir para a clandestinidade, quando foram presos vários amigos que, com ele, faziam o trabalho comunitário em Osvaldo Cruz.

Morto aos 22 anos de idade por agentes do DOI-CODI/RJ, em 30 de março de 1972, junto com Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo e Lígia Maria Salgado Nóbrega.

Antônio Marcos e seus companheiros estavam na casa de nº 72 da Avenida Suburbana nº 8988, Rio de Janeiro, quando os policiais do DOI-CODI/RJ iniciaram o tiroteio. De imediato, a porta foi arrombada pela explosão de uma granada, por onde os policiais entraram, atirando a esmo. Antônio Marcos ficou ferido e, mesmo assim, começou ali mesmo a ser torturado.

O corpo chegou ao IML como desconhecido, pela Guia nº 03 do DOPS. A necrópsia foi feita pelos Drs. Valdecir Tagliari e Eduardo Bruno.

Fotos e laudo de perícia de local (nº 1884/72, Ocorrência nº 264/72) feitas pelo Instituto Carlos Éboli mostram o corpo de Antônio Carlos baleado.

O corpo foi retirado por seu pai, em 10 de abril de 1972, por pressão de alguns setores da Igreja, visto seu tio ser padre influente no Rio de Janeiro e entregue à família

num caixão lacrado, onde só aparecia o rosto. Ao mesmo tempo, foram feitas ameaças de que não abrissem o caixão ou sequer denunciassem as condições em que havia sido entregue. O enterro, em 11 de abril de 1972, realizado no Cemitério São Francisco Xavier, teve a presença de policiais que continuaram com as ameaças.

O jornal “*Correio da Manhã*”, publicou, em 06 de abril de 1972, notícia de sua morte sob o título: “Terroristas Morrem em Tiroteio: Quintino”, onde seu nome, capciosamente, foi substituído pelo de James Allen da Luz, militante da VAR-Palmares que conseguiu fugir do cerco à casa onde Antônio Marcos se encontrava. Inclusive, há uma foto de James Allen na matéria.

ARNO PREIS

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Declarações feitas por seu irmão João Preis, por ocasião do traslado dos seus restos mortais, em 9 de abril de 1994:

“Natural de Forquilha, Santa Catarina, Arno Preis era filho de Paulina Back e Edmundo Preis. Estudou no Seminário dos padres Franciscanos em Santa Catarina e, em São Paulo, formou-se em Direito pela USP. Brilhante, inteligente, entusiasta, queria ser Diplomata. Falava 12 idiomas.

“Mas os tempos eram duros. A pátria vivia sob um regime ditatorial militar e Arno, como centenas de jovens, decidiu que primeiro era necessário derrubar a ditadura para depois realizar seus sonhos”.

De Ivo Sooma, advogado e amigo de Arno Preis:

“Foi ele morto no dia 15 de fevereiro de 1972, em confronto com policiais militares e civis da então Paraíso do Norte de Goiás, e enterrado no cemitério local, sem guia de sepultamento, nem lavratura de óbito.

À época, policiais entregaram seu corpo ao coveiro, dizendo-lhe: ‘Enterra de qualquer jeito. Isto é um porco.’

O coveiro, Milton Gomes, pensou consigo: ‘Isto não é um porco. Este é um homem. Alguém um dia virá procurar por ele.’

Tomou então o cuidado de, junto ao local do sepultamento, erguer uma pequena pirâmide de concreto, sobre a qual fincou uma cruz de madeira, o que iria facilitar sua posterior localização, diferentemente do que ocorreu com muitos desaparecidos políticos.

Uns dez dias depois, enorme aparato policial militar cercou o cemitério, que não tinha muros e levou um dos braços do corpo de Arno para identificação. O próprio governo reconheceu sua morte, segundo notícias publicadas nos jornais, em março de 1972, com a versão oficial de morto ao tentar fugir. Seu corpo e atestado de óbito não foram entregues à família até 1994. Foi enterrado com o nome de Patrick McBund Cornik.

Identificado, em 22 de março de 1972, a imprensa noticiou sua morte como a de um líder terrorista.

Pertencera ele à ALN, fundada sob a liderança de Carlos Marighella, estivera em Cuba e retornara integrando o MOLIPO.

Quem era Arno Preis antes de entrar na guerrilha?

Conheci-o em 1957, quando, sendo eu secundarista, ingressou ele na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Chamou-me a atenção a maneira determinada com que perseguia seus objetivos.

Pretendia ele prestar concurso no Itamarati e seguir a carreira diplomática.

Vocacionado para uma carreira de diálogos e negociações, acabou por empunhar armas e morrer em cidade do interior de Goiás.

Tomados de indignação cívica, centenas de jovens dobraram as folhas de seus livros, uniram-se a pessoas de outras origens que também deixaram suas rotinas e foram enfrentar o sacrifício. Muitos, o martírio.

Não fosse o fechamento de todos os canais de comunicação entre a Nação e o Estado, o Brasil não teria amargado a perda de muitos de seus mais dignos e generosos filhos.

Arno Preis, como tantos outros, dobrou uma folha do livro da História e imolou-se no sertão de Goiás, passando a ser parte da própria História.

Compete a nós, agora, retomar a sua leitura, a partir das novas páginas que foram escritas.”

Passados 22 anos, familiares e amigos localizaram o seu corpo com o apoio e o respaldo dado pela *Comissão Externa da Câmara Federal*, presidida pelo deputado Nilmário Miranda, que acompanhou a exumação e a identificação das ossadas e seu sepultamento oficial em 9 de abril de 1994 na cidade de Forquilha. Em 15 de outubro de 1993 seus restos mortais foram exumados do Cemitério de Tocantins e levados para o IML/Brasília.

No traslado de recebeu várias homenagens: na Câmara Federal em Brasília, em São Paulo, na Assembléia Legislativa de Florianópolis e em Criciúma, sua terra natal, onde teve um enterro digno.

Derlei de Lucca, professora e companheira de militância política, escreveu este artigo-homenagem a pedido do Jornal da Manhã, de 03 de maio de 1994:

*“Carta Aberta ao Arno Preis
Criciúma, 29 de abril de 1994.*

Arno,

Você não ia acreditar mas Nelson Mandella é o favorito nas eleições presidenciais da África do Sul. Acusado de terrorista, subversivo, como tu, cumpriu 29 anos de cadeia.

Isak Shamir acusado de subversivo e terrorista pelos ingleses é Primeiro Ministro em Israel.

Yasser Arafat o líder da OLP acusado de terrorista e subversivo foi recebido pelo Presidente dos Estados Unidos, em dezembro do ano passado, e é recebido na ONU como chefe de Estado.

Forquilha já é município e está orgulhosa de ti. Lurdes, Zilda, tia, sobrinhas e primas, estão mobilizando a cidade pra te levar flores.

Existe um aparelhinho chamado FAX. Em questão de segundos a gente se comunica com o mundo, mandando documentos.

Meu filho estuda automação na UFSC.

Dulcinha, Amelinha, Suzana estão tristes com a confirmação da tua morte, mas firmes organizando as homenagens.

O Ivo Sooma foi heróico. Realmente quem tem um amigo tem um tesouro. Ivo é o teu tesouro.

Nilmário, Genoíno, Zé Dirceu são deputados federais, Brizola é governador do Rio. Tem um operário do ABC candidato a Presidente da República.

Betinho renegou a luta armada, mas dirige uma campanha linda contra a fome e a miséria. Mobilizou o país todo.

Tu fazes muita falta. Serias nosso Ministro das Relações Exteriores, brilhante, defendendo as posições do Brasil no mundo. Ia esquecendo: o Brasil reatou relações diplomáticas com Cuba. Eu já voltei lá algumas vezes com passaporte e tudo, legalmente. A gente não diz mais ‘turma’, diz ‘galera’.

Fumar não é mais moda, é cafona, coisa de Boko Moko. Nada melhor do que um dia depois do outro. Seja feliz no céu protegendo a nossa terra. Aqui tu não serás esquecido.”

AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 13 de junho de 1946, em São Paulo/SP, filha de Mauro Albuquerque Furtado e Maria Lady Nascimento Furtado.

Morta aos 26 anos de idade, no Rio de Janeiro.

Estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo, era a responsável pela imprensa da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, com ativa militância no movimento estudantil dos anos 1967/68.

Foi presa em 9 de novembro de 1972, na Parada de Lucas, Rio de Janeiro, em batida policial realizada por uma patrulha do 2º Setor de Vigilância Norte, após rápido tiroteio, em que morreu um policial.

Após correr alguns metros e se esconder em vários lugares, Aurora foi aprisionada, viva, dentro de um ônibus onde havia se refugiado momentos antes.

Foi torturada desde o momento de sua prisão, inclusive na presença de vários populares que se aglomeravam ao redor da cena. Aurora foi conduzida para a Internada de Olaria. Lá, foi torturada nas mãos dos policiais do DOI/CODI e integrantes do famigerado “Esquadrão da Morte”.

Aurora viveu os mais terríveis momentos nas mãos daqueles carrascos, que além dos já tradicionais pau-de-arara, sessão de choques elétricos, somados a espancamentos, afogamentos, queimaduras, aplicaram-lhe a “coroa de cristo”, ou “torniquete”, que é uma fita de aço que vai gradativamente sendo apertada, esmagando aos poucos o crânio.

No dia 10 de novembro, Aurora morreu em consequência dessas torturas. Seu corpo chegou ao IML/RJ como ‘desconhecida’, pela Guia nº 43 da 26ª D.P.

Após prendê-la e torturá-la, jogaram seu corpo crivado de balas na esquina das Ruas Adriano com Magalhães Couto, no Bairro do Méier (RJ). A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança era de que a morte de Aurora seria consequência de uma tentativa de fuga, quando era transportada na rádio-patrulha que a prendera. Ao tentar fugir, Aurora teria sido baleada e morta.

A necrópsia feita no IML, em 10 de novembro de 1972, foi firmada pelo Drs. Elias Freitas e Salim Raphael Balassiano e confirma a falsa versão da repressão de morte em tiroteio e assinala “ferimentos penetrantes na cabeça com dilaceração cerebral”, que é dada como a causa mortis. Fotos de perícia de local (nº 6507/72) mostram claramente

profundas marcas de torturas no corpo de Aurora: percebe-se o afundamento do crânio e escoriações nos braços e pernas, nos olhos, nariz e boca, que não são relatadas na necrópsia. Havia próximo ao corpo um VW DH-4734 marcado de tiros, o que completava a encenação.

Em 11 de novembro de 1972, Aurora foi reconhecida no IML/RJ, por seu pai, Mauro Albuquerque Furtado, sendo trasladada para São Paulo. O corpo de Aurora foi entregue à família em caixão lacrado, com ordens expressas para que não fosse aberto. Tal ordem não foi acatada pela família que, com o auxílio de seus advogados, conseguiu novo exame do corpo no IML. O corpo de Aurora, além dos inúmeros sinais das torturas sofridas (queimaduras, cortes profundos, hematomas generalizados), apresentava um afundamento no crânio de cerca de 2 cm, proveniente do uso da “coroa de cristo” e causador de sua morte.

Não há nenhuma referência à sua morte nos relatórios dos três ministérios militares.

CARLOS NICOLAU DANIELLI

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 14 de setembro de 1929, em Niterói, Rio de Janeiro, filho de Pascoal Egídio Danielli e Virgínia Silva Chaves. Era casado e tinha quatro filhos.

Muito jovem ainda começou a trabalhar nos estaleiros de construção naval em São Gonçalo, RJ. Aos 15 anos já fazia parte do movimento sindical. Ingressou na União da Juventude Comunista em 1946, tornou-se membro do Partido Comunista do Brasil e, em 1954 foi eleito no IV Congresso do PCB para o Comitê Central, órgão de direção máxima do Partido.

Atuou em diversas áreas e em seus últimos anos de vida era responsável pela imprensa de seu partido. Representou o Partido em diversos congressos internacionais.

Bem humorado e muito inquieto, gostava de brincar com os companheiros nos intervalos das atividades. Decidido e solidário, não recusava nenhuma tarefa.

Morto aos 43 anos de idade, em São Paulo.

Foi preso no dia 28 de dezembro de 1972, às 19 horas, na Rua Loefgreen, no bairro de Vila Mariana, pelos agentes do DOI/CODI-SP, para cuja sede Danielli foi levado.

Durante três dias, Carlos Nicolau foi muito torturado sob o comando do então major do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, do capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo e do “Capitão Ubirajara”, codinome do Delegado de Polícia Aparecido Laerte Calandra. Apesar das torturas, seus algozes não conseguiram arrancar dele nenhuma informação, conforme os testemunhos dos militantes políticos que estiveram presos junto com ele. Danielli foi lentamente assassinado. Mesmo com o corpo todo esfolado, respondeu sempre de maneira altiva a seus inquisidores: “É disso que vocês querem saber? Pois é comigo mesmo, só que eu não vou dizer.” Afirmou diversas vezes: “Só faço o meu testamento político.”

No 1º dia foi torturado pela Equipe C, chefiada pelo Capitão Átila e integrada pelo capitão Olavo, “Mangabeira” (apelido do escrivão de Polícia de nome Gaeta), “Oberdan” ou “Zé Bonitinho”.

No 2º dia ficou nas mãos da Equipe A, chefiada por “Dr. José” e integrada por “Jacó”, “Rubens”, “Matos”, “Capitão Tomé”, e o investigador do Departamento de Polícia Federal, Maurício, vulgo “Lungareti”.

No 3º dia foi torturado pela Equipe B, chefiada pelo capitão do Exército Orestes, vulgo “Ronaldo”, e seus subordinados: “Capitão Castilho”, ex-policia! do DOPS Pedro Mira Granzieri e o soldado da Aeronáutica Roberto, vulgo “Padre”.

Finalmente, no 4º dia, novamente nas mãos da Equipe C, Carlos Nicolau foi assassinado.

Como testemunhas de sua morte sob tortura, há os depoimentos prestados na Auditoria Militar do casal Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles, que foram presos e torturados juntamente com ele. Há ainda declarações do ex-pres! político José Auri Pinheiro, informado por um torturador, na Polícia Federal do Ceará, que Danielli havia sido exterminado.

Assinam o laudo de necrópsia os médicos legistas Isaac Abramovitch e Paulo A. de Queiroz Rocha.

A notícia da morte de Danielli foi dada a conhecimento público, através de uma nota oficial dos órgãos de segurança, que dizia ter sido morto mais um “terrorista” ao tentar fugir quando era levado a um encontro com um companheiro.

Na certidão de óbito consta como local da morte a Av. Armando de Arruda Pereira, nº 1800 (SP), tendo sido enterrado no Cemitério de Perus. Em 1981, seus restos mortais foram trasladados por familiares e pelos Comitês Brasileiros pela Anistia de São Paulo e Rio de Janeiro para Niterói, onde foi enterrado dignamente.

Em consequência das denúncias do casal César e Maria Amélia, as torturas e o assassinato de Danielli chegaram a ser objeto de apreciação pelo STM:

“O Superior Tribunal Militar negou a apuração das denúncias sobre as mortes do estudante Alexandre Vanucchi Leme e Carlos Nicolau Danielli, que teriam ocorrido no DOI/CODI do II Exército... somente o General Rodrigo Otávio pediu a apuração dos fatos que considerou graves, assim como as várias denúncias de torturas feitas pelos acusados. Em seu voto solitário o general Rodrigo Otávio pediu que as peças referentes à torturas e sevícias... fossem encaminhadas ao Procurador-Geral da Justiça Militar, para apuração dos possíveis crimes previstos nos artigos 209 do Código Penal Militar e 129 do Código Penal Comum.” (Folha de São Paulo-09/05/78)

No seu voto, o general justificou sua atitude, demonstrando que “a fragilidade das provas trazidas como respaldo à veracidade da segunda hipótese, indicariam a necessidade de uma apuração mais completa sobre evento tão contundentemente grave.”

O Relatório dos Ministérios da Aeronáutica e Marinha mantêm a farsa, de que Carlos Danielli foi ferido em tiroteio 3 dias após a sua prisão e que morreu a caminho do Hospital das Clínicas. O Ministério do Exército, sequer cita Danielli em seu relatório, apesar de sua morte ter ocorrido nas dependências do II Exército.

CÉLIO AUGUSTO GUEDES

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Dentista. Morto aos 53 anos sob torturas no 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1972, conforme denúncia do boletim de março de 1974 da “*Amnesty International*”.

O corpo de Célio entrou no IML/RJ em 15 de agosto de 1972, pela Guia n° 06 do DOPS/RJ. Seu óbito, de n° 38.481, dá sua morte "... às 18:00 horas no Pátio Externo dos fundos do Edifício do Comando do 1° DN".

A Certidão de Óbito foi assinada pelo Dr. Gracho Guimarães Silveira, que confirma a versão oficial da repressão.

As fotos da perícia de local, encontradas no ICE/RJ (n° 462/72), mostram várias escoriações no seu corpo, que não se sabe se foram provocadas por torturas ou pela própria queda. O laudo da perícia de local (Ocorrência n° 605/72) informa que "... a vítima teria se projetado do 7° andar da janela de um banheiro ali existente..."

Seu corpo foi retirado do IML/RJ por Maurício Naiberg, sendo enterrado por sua família no Cemitério São João Batista em 30 de agosto de 1972.

No Dossiê anterior, seu nome constava no ano de 1971.

FERNANDO AUGUSTO VALENTE DA FONSECA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Filho de José Augusto Valente da Fonseca e Nathaly Machado da Fonseca, nasceu no Rio de Janeiro em 13 de janeiro de 1947. Casado, tinha 2 filhos.

Concluiu o 2° grau no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Estudava Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e trabalhava no Banco do Brasil (Agência Central). Foi demitido por abandono do emprego quando, em 1970, foi obrigado a viver na clandestinidade pela perseguição implacável que lhe moviam os órgãos de segurança.

Militou na CORRENTE e no PCBR, chegando a ser membro do seu Comitê Central.

Preso em Recife na 2ª quinzena de dezembro de 1972, levado para o DOI/CODI-RJ, onde passou a ser torturado. Na ocasião, sua mulher Sandra Maria Araújo da Fonseca, grávida, e seu filho André (com cerca de 2 anos de idade) foram presos no DOPS/RJ.

No Rio de Janeiro, já haviam sido presos 3 companheiros de Fernando Augusto: José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Getúlio d'Oliveira Cabral, todos igualmente torturados.

Os quatro prisioneiros foram levados a um lugar ermo, onde seus corpos foram crivados de balas, para dar a impressão de morte em tiroteio, sendo que José Silton, José Bartolomeu e Getúlio tiveram seus corpos carbonizados.

Os presos políticos que, na mesma época, se encontravam no DOI/CODI são testemunhas desse massacre.

O corpo entrou no IML/RJ, em 30 de dezembro de 1972 como desconhecido, pela Guia n° 10 do DOPS/RJ. Foi necropsiado pelos Drs. Roberto Blanco dos Santos e Hélder Machado Paupério que confirmam a falsa versão oficial da repressão.

Seu óbito de n° 131.835 informa que foi retirado por seu irmão, José Augusto Valente da Fonseca e enterrado por sua família no Cemitério São João Batista (RJ).

Há laudo (Ocorrência n° 988/72) e fotos de perícia de local (n° 7.645/72) encontrados no ICE/RJ que mostram Fernando próximo ao Volkswagen incendiado de placa GB-EB-

3890. Há algumas escoriações no rosto e tórax de Fernando que mostram as torturas sofridas por ele no DOI-CODI/RJ e que não são relatadas em seu exame necroscópico.

Foi encontrado ainda o registro de Ocorrência s/nº da 20ª D.P. que diz: “Às 0:40 horas, o 2º Tenente Paixão comunicou que compareceu à Rua Grajaú (final) para tomar conhecimento de ocorrência envolvendo auto incendiado. Todavia foi informado que se tratava, apenas, de Diligência de interesse de Segurança Nacional. Chegando ao local, constatou a presença do Delegado do DOPS, Gomes Ribeiro, que afirmou tratar-se de serviço de rotina do interesse da Segurança Nacional. Esclareceu que, em sua chegada, foi atendido por agentes do DOI. Cumpre dar conhecimento ao Titular desta D.P., quanto ao caráter *Reservado* do serviço...” Em nenhum momento, esta ocorrência cita que quatro mortes aconteceram no local; apenas, tratava-se de um mero assunto de rotina da Segurança Nacional.

O “*Jornal do Brasil*”, de 17 de janeiro de 1973, dá a notícia das mortes de Fernando, Getúlio, José Silton e José Bartolomeu, assim como as mortes de mais dois outros militantes do PCBR, ocorridas no mesmo dia, Valdir Sales Saboya e Lourdes Maria Wanderley Pontes, sem citar as circunstâncias de suas mortes.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que ele foi morto “dia 29/12/72, no Grajaú/RJ, por seus próprios companheiros, os quais travaram intenso tiroteio com a equipe de segurança que se aproximou do local.”

É interessante observar que para cada uma das vítimas do massacre foi dada uma versão no Relatório da Aeronáutica, sendo que no que se refere a Valdir Sales Sabóia, “este fato foi amplamente divulgado - Última Hora de 17/04/73” . Por que quase 4 meses depois do assassinato? Esta era mais uma forma usada pelas forças da repressão para ocultar os seus crimes.

FREDERICO EDUARDO MAYR

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em Timbó, Santa Catarina, em 29 de outubro de 1948, filho de Carlos Henrique Mayr e Gertrud Mayr.

Foi baleado e preso pelos agentes do DOI/CODI-SP no dia 23 de fevereiro de 1972, na avenida Paulista, em São Paulo.

Levado às câmaras de tortura do DOI/CODI, apesar de ferido com um tiro no abdômen. Frederico foi visto pelos outros presos recolhidos àquele órgão de repressão política, sendo torturado na chamada “cadeira de dragão”.

Vários companheiros, estiveram com ele antes de ser morto pelos torturadores. Entre os quais, José Carlos Gianini, que afirma não haver possibilidades de Frederico ter travado tiroteio com os policiais, nem mesmo se tivesse conseguido fugir, pois estava muito debilitado devido ao ferimento a bala e às torturas.

Segundo os depoimentos desses presos, foi torturado até a morte pelos integrantes da Equipe “C” do DOI/CODI paulista, investigador de Polícia Federal “Oberdan”, investigador de polícia do DEOPS lotado no DOI/CODI Aderval Monteiro, vulgo “Carioca”, escrivão de polícia Gaeta, vulgo “Mangabeira” e um policial conhecido como “Caio”, da Polícia Civil de São Paulo, todos comandados pessoalmente pelo hoje general da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI e pelo vice-chefe, Tenente-Coronel Dalmo Lúcio Muniz Cirillo.

No processo nº 100/72 da 2ª Auditoria Militar de São Paulo, vários presos políticos denunciaram a prisão e morte de Frederico, pois o estavam processando como revel,

quando o Juiz Nelson Machado Guimarães fez excluir seu nome, extinguindo sua punibilidade por morte, só reconhecida naquele momento. As várias denúncias feitas nunca foram registradas devido à negativa do referido juiz.

Enterrado sob nome falso no Cemitério Dom Bosco, em Perús/SP, seus restos mortais estavam na Vala de Perus. A ossada de nº 246 era de Frederico, sendo identificada, em 1992, no Departamento de Medicina Legal da UNICAMP. Seus restos mortais foram trasladados para o jazigo da família, no Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1992.

Todos documentos policiais têm seu nome verdadeiro e na ficha individual (documento do DOPS/SP 30Z-165-124), além do nome verdadeiro, dados de qualificação, ficha datiloscópica e fotos de frente e de perfil, há também os nomes falsos. Portanto, Frederico foi identificado pelos órgãos da repressão. No DOPS/SP foi encontrada ficha individual, feita no dia 24 de fevereiro de 1972, pelo Serviço de Identificação do Exército com fotos de Frederico ainda vivo, catalogada no DOI sob o nº 1112 e que dá como local da prisão a avenida Paulista e data de 23 de fevereiro de 1972. No entanto, sua certidão de óbito foi lavrada em nome de Eugênio Magalhães Sardinha e enterrado como indigente no Cemitério de Perús/SP.

Assinaram o laudo da necrópsia os médicos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg.

Um documento encontrado no arquivo do antigo DOPS/SP, conta a mesma história afirmada pelo IML. O que impressiona na versão oficial são os detalhes do inacreditável tiroteio, onde ele teria morrido. Diz o documento, que os guerrilheiros, a bordo de um fusca “começaram a atirar contra os policiais sem serem provocados”. No combate que aconteceu, só Frederico caiu morto e os demais ocupantes do veículo não foram mais citados, nem como presos, nem como foragidos.

Dona Gertrud, sua mãe, dá o seguinte depoimento:

“O segundo de meus três filhos, Frederico foi educado com muito amor dentro dos mesmos princípios que eu recebi de meus pais. Em meio aos valores encontrados em Timbó, área de colonização européia, lugar onde eu nasci e fui criada, Frederico cedo aprendeu que todos os homens são iguais e têm o seu valor próprio independente de seu trabalho. Ainda criança, veio para o Rio de Janeiro. Viemos todos. Seu pai, Carlos Henrique Mayr é médico e estabelecido com sucesso na Zona Sul do Rio de Janeiro. Convivendo no meio agitado do Rio, Frederico manteve o ensinamento de como a liberdade de um limita a liberdade do próximo, esforço que fiz para prepará-lo a viver harmoniosamente na coletividade. Sempre atento às necessidades dos outros e generoso, demonstrava grande sensibilidade, qualidades próprias que, combinadas com a formação que Ihe dei, o levaram a se preocupar com o próximo. Coursou o primário na escola municipal Dr. Cócio Barcellos, uma escola da rede pública em Copacabana, próxima de nossa casa, ensino igual para todos, princípio que achávamos importante em sua educação. Fez seu curso ginásial e científico no Colégio Mallet Soares, também em Copacabana. Ingressou na Faculdade aos dezoito anos de idade. Foi um escoteiro exemplar, dos sete aos dezesseis, na Tropa Baden Powell. Gostava muito da vida em contato com a natureza, dos acampamentos. Praticou a pesca submarina na adolescência. Era namorado e queria ser arquiteto.

Cursava o segundo ano da Faculdade de Arquitetura da UFRJ e se dedicava às artes plásticas, quando foi forçado, pelas circunstâncias, a sair de casa para viver na clandestinidade. Tinha um futuro promissor pela frente, tanto na arquitetura como

nas artes. Seu desempenho foi elogiado tanto por seus professores na faculdade, e entre eles Ubi Bava, como por artistas plásticos com quem se relacionava, Ilio Burrini e Ivan Serpa, os mais próximos. Serpa foi o primeiro que lhe ensinou os segredos das tintas e dos pincéis e como dividir o espaço nas telas. Participou coletivamente de sua primeira exposição apresentando dois trabalhos aos quinze anos. **Frederico não foi o filho que eu perdi, mas o meu filho que todos nós perdemos.** Quando existe um nascimento, sabemos que vai existir a morte. Mas o que aconteceu comigo, com a minha família e outras em situação semelhante, não segue a lei natural.

O que se passou conosco foi uma afronta à dignidade humana. Frederico Eduardo, julgado e absolvido, no Conselho Permanente de Justiça, em 21 de setembro de 1972, inocência confirmada no STM em 15 de fevereiro de 1974, já não era vivo. Baleado, preso e torturado por agentes do DOI/CODI de São Paulo, Frederico Eduardo havia morrido em 22 de fevereiro de 1972, fato que só vim a saber muitos anos depois.

Em outro depoimento sua mãe conta:

“Em 1969, em um dos primeiros processos nas Auditorias Militares do Rio de Janeiro, meu filho viu-se envolvido em uma ação penal que tinha como co-réus os cidadãos Jorge Raymundo Jr., Carlos Fayal, Carlos Alberto Nolasco e outros, sendo Frederico condenado à revelia à pena de três anos. Essa condenação motivou protesto de Jorge Raymundo em plena sessão de julgamento, quando, aos gritos, disse que Frederico era inocente.

A partir dessa condenação, meu filho entrou para a clandestinidade. A família recebeu um bilhete dele pedindo para trancar matrícula na Faculdade. Não recebemos mais informações dele.

No final de 1972, em uma outra ação penal na Justiça Militar do Rio de Janeiro, foi juntado por um advogado um recorte de jornal que noticiava a morte de Flávio Carvalho Molina. Embora essa notícia não mencionasse Frederico, a família pediu ao advogado Mário Mendonça que fosse a São Paulo para obter informações. O advogado voltou dizendo que nada constava em São Paulo segundo as informações que recebera das autoridades sobre uma eventual prisão ou morte de Frederico. Foi neste momento que Nelson Lott me perguntou se Frederico ainda estava vivo. A partir desse instante tomei consciência de que meu filho pudesse ter sido preso e eventualmente morto.

Foi somente em 1979, quando da promulgação da Lei de Anistia, que vimos o nome de meu filho ser publicado em listas dos Comitês Brasileiros pela Anistia, ora como morto, ora como desaparecido. Membros do CBA/SP procuraram familiares meus no Rio de Janeiro com cópias de documentos do processo, onde as autoridades judiciárias extinguíam sua punibilidade por ter sido morto por órgãos de segurança e enterrado no Cemitério de Perus sob o falso nome de Eugênio Magalhães Sardinha. Na justiça foi feita retificação do assentamento de óbito, substituindo os dados falsos pelos verdadeiros. Após ter sido encontrado enterrado em Perus, sob o nome falso de Nelson Bueno, o perseguido político Luis Eurico Tejera Lisboa (o primeiro desaparecido político encontrado), em 1979, fui ao Cemitério de Perus para buscar informações sobre meu filho e naquele registro não constava o nome de Frederico nem se encontrou anotações com o sobrenome Sardinha.

Apesar da informação da morte constar em processo na Justiça Militar, meu filho continuou a responder a outras ações penais em outras auditorias militares.”

GASTONE LÚCIA BELTRÃO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 12 de novembro de 1950 em Alagoas, filha de João de Castro Beltrão e Zoraide Carvalho Beltrão.

Fuzilada no dia 21 de janeiro de 1972, aos 22 anos, na Avenida Lins de Vasconcelos, Cambuci, São Paulo, pela equipe do delegado Sérgio Fleury, quando reagiu à voz de prisão.

Assinam o laudo necroscópico os médicos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg.

Foi enterrada como indigente no Cemitério de Perus, em São Paulo.

Segundo o Relatório do Ministério da Aeronáutica, “faleceu dia 22 de janeiro de 1972, após travar tiroteio com agentes de segurança em São Paulo/SP”. No Relatório do Ministério da Marinha a versão dada é a mesma, sem data, e com referência ao local, assinala-se a Av. Lins de Vasconcelos.

No Arquivo da Polícia Técnica foram encontrados documentos que precisam o local de sua morte à rua Heitor Peixoto, esquina com Rua Inglês de Souza, inclusive com várias fotos da Polícia Técnica.

GELSON REICHER

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Estudante de Medicina na Universidade de São Paulo e professor em cursos pré-vestibulares. Participou de pesquisas científicas e teatro universitário.

Fuzilado em 20 de janeiro de 1972, aos 23 anos, por policiais pertencentes à Equipe B do DOI/CODI-SP, quando se encontrava em companhia de Alex de Paula Xavier Pereira, igualmente assassinado.

Gelson foi enterrado no Cemitério de Dom Bosco, em Perus, sob o nome falso de Emiliano Sessa, entretanto sua família conseguiu, logo após, retirar seu corpo.

O médico Isaac Abramovitch, ao depor à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo que investigou os Desaparecidos Políticos enterrados em Perus, mostrou que havia um compromisso assumido de colaborar com os órgãos de repressão política sem nenhuma restrição.

E fez forte defesa do regime vigente, ao afirmar que a violência havia sido provocada pelos opositores e que portanto a resposta era à altura.

Vários depoimentos mostraram que o envio, necrópsia e liberação de corpos obedecia a um ritual próprio, envolvendo geralmente as mesmas pessoas. O que ocorria nas necrópsias noturnas não tinha o testemunho de ninguém. Mas com elas desapareceram grande possibilidade de identificação futura dos corpos autopsiados.

O corpo de militante Gelson Reicher, por exemplo, enviado com nome falso pelos órgãos de repressão, tinha o nome verdadeiro escrito à mão na requisição de exame.

No IML, a história continua com um detalhe macabro. O médico que fez a autópsia foi Isaac Abramovitch, amigo da família de Gelson e que o conhecia desde o seu nascimento. Mesmo tendo visto seu corpo e o nome verdadeiro manuscrito, Isaac emitiu laudo e atestado de óbito com o nome falso de Emiliano Sessa. Em seu depoimento, ele alega não ter reconhecido o rosto do autopsiado.

A foto do cadáver mostra que o rosto não estava deformado, sendo facilmente reconhecido por quem o conhecesse. Isaac Abramovitch também não soube explicar porque havia cometido o mesmo ‘engano’ outras vezes.

Relatório da CPI de Perus-Câmara Municipal de São Paulo.

Os detalhes da morte de Gelson estão na nota referente a Alex.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Gelson foi “morto em intenso tiroteio com agentes de segurança no dia 20 de janeiro de 1972, na altura do nº 800 da Av. República do Líbano, São Paulo, às 23:30 horas.”

GETÚLIO D’ OLIVEIRA CABRAL

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Nasceu em 4 de abril de 1942, em Espera Feliz, Minas Gerais. Filho de Manoel D’Oliveira e Lindrosina Cabral de Souza.

Estudou o 1º grau na Escola Darcy Vargas, em Caxias (RJ), onde sua família passou a residir.

Casou-se com Maria de Lourdes, com quem teve dois filhos.

Ainda muito jovem iniciou sua militância na União da Juventude Comunista. Mais tarde incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramentos de Caxias.

Filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos onde participou das lutas de sua categoria profissional.

Foi dirigente regional do PCB e, posteriormente, dirigente nacional do PCBR.

Escriturário da Fábrica Nacional de Motores (FNM).

Morto sob torturas no dia 29 de dezembro de 1972, aos 31 anos, no DOI/CODI-RJ. Getúlio foi uma das vítimas do massacre que também vitimou Fernando Augusto da Fonseca, José Silton Pinheiro e José Bartolomeu Rodrigues de Souza.

Os Relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica dizem que “faleceu dia 29 de dezembro de 1972, no Rio de Janeiro em tiroteio com agentes de segurança...”

O relatório da Anistia Internacional diz que ele foi morto e colocado em um carro incendiado – sendo seu corpo parcialmente carbonizado, após ter sido torturado no DOI-CODI/RJ, juntamente com José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Fernando Augusto Valente da Fonseca.

No Arquivo do DOPS/PE encontrou-se em seu prontuário de nº 19.407 a informação de que “foi morto na Guanabara, em tiroteio com as Forças Armadas”. Segundo informações contidas nesse documento, Getúlio foi servente do Ministério da Indústria e Comércio, tendo sido demitido por perseguição política no final do ano de 1964. Em 1971, estava com prisão preventiva decretada.

O corpo de Getúlio entrou no IML, em 30 de dezembro de 1972, pela Guia nº 11 do DOPS/RJ. Seu óbito, de nº 132.011, firmado pelo Dr. Roberto Blanco dos Santos, teve como declarante José Severino Teixeira. No verso desse documento, manuscrita, há a seguinte frase: “Inimigo da Pátria (Terrorista)”. Foi enterrado como indigente, apesar de estar com seu nome completo, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, em 06 de fevereiro de 1973, na cova 22.702, quadra 21. Em 20 de março de 1978 seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina, junto com mais de 2.000 ossadas de indigentes.

Mais detalhes ver no caso de Fernando Augusto Valente da Fonseca.

Há ainda laudo (Ocorrência nº 988/72) e fotos de perícia de local (nº 7.645/72) encontrados no Instituto de Criminalística Carlos Éboli/RJ. As fotos mostram o corpo de Getúlio semi-carbonizado (da cintura para baixo), com a metade inferior do corpo dentro do Volkswagen incendiado (placa GB/EB-3890).

GRENALDO DE JESUS DA SILVA

Nasceu em 11 de abril de 1941 no Maranhão, filho de Gregório Napoleão Silva e Eneida Estela Silva.

Morto aos 31 anos.

Expulso da Marinha em 1964.

Ao tentar seqüestrar um avião do vôo São Paulo/Porto Alegre, foi dominado pelos agentes do DOI/CODI-SP que, mesmo tendo imobilizado Grenaldo, deram-lhe um tiro na cabeça. O assassinato de Grenaldo deu-se a 30 de maio de 1972, no Aeroporto de

Congonhas, e foi contado em detalhes pelos policiais do DOI/CODI-SP aos prisioneiros políticos que se encontravam detidos nesse órgão.

A versão policial da requisição do exame necroscópico, solicitado pelo Delegado Alcides Cintra Bueno Filho é de suicídio. Assinam o laudo os médicos legistas Sérgio Belmiro Acquestra e Helena Fumie Okajima.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que foi “morto em 30 de maio de 1972...”

HÉLCIO PEREIRA FORTES

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 24 de janeiro de 1948 em Ouro Preto/MG, filho de José Ovídio Fortes e Alice Pereira Fortes.

Hélcio passou a infância e a juventude em sua cidade natal e desde muito cedo manifestou seu interesse pela história política e social do país, estando presente em todos os eventos e manifestações culturais de sua época. Habitualmente se reunia com um grupo de estudantes em torno do Grêmio Literário Tristão de Athaíde, em Ouro Preto. Terminou o ginásio no Colégio Arquidiocesano, aos 13 anos de idade, ingressando na Escola Técnica Federal. Era um amante da literatura, cinema, teatro e, acima de tudo, uma figura humana que a todos contagiava por sua extroversão e alegria. Participava intensamente da vida de sua cidade, escrevendo jornais, criando e difundindo peças teatrais, promovendo jograis. Fundou o Cine-club de Ouro Preto.

Ativista político, atuou na União Colegial Oupretense e na Escola Técnica Federal. Ingressou na Escola de Metalurgia, mas não chegou a concluir o curso.

Desde 1963, militava no PCB. Logo após o golpe passou a viver na clandestinidade, inicialmente em Belo Horizonte e posteriormente no Rio de Janeiro, quando já militava na ALN.

Hélcio, embora clandestino, não deixava de se comunicar com a família, usando o meio que era possível: escrevia cartas em que expressava a sua saudade e as razões que o levaram a optar pela luta armada. A última vez que se comunicou com a família foi através de um telegrama, no natal de 1971.

Preso no dia 22 de janeiro de 1972, no Rio de Janeiro, foi imediatamente levado à tortura no DOI/CODI daquela cidade, sendo em seguida transferido para o DOI-CODI/SP.

Em São Paulo, as torturas continuaram durante vários dias, até que, em 28 de janeiro, Hélcio morreu, aos 24 anos de idade.

A versão oficial distribuída à imprensa informa a morte de Hélcio como consequência de uma tentativa de fuga empreendida no interior da Rodoviária de São Paulo, ao resistir à prisão. Entretanto, foram localizados depoimentos policiais prestados por Hélcio que confirmam sua prisão.

Testemunhos dos presos políticos do Rio de Janeiro e de São Paulo denunciam a prisão de Hélcio nos DOI-CODIs das duas cidades e comprovam seu assassinato sob tortura.

Em documento encontrado no antigo DOPS/PR lê-se:

“Encaminhamento nº 087/72-CO/DR/PR- origem CIE/ADF... morto em São Paulo ao tentar fugir da prisão.”

“Conforme recorte do ‘O Globo’ e ‘Folha de S. Paulo’ de 04 de janeiro de 1972, consta que o fichado foi reconhecido pelos órgãos de segurança...”

Comparando os Relatórios dos Ministérios Militares aparecem contradições na “história” montada sobre sua fuga:

No Relatório da Aeronáutica lê-se: “faleceu no dia 28 de janeiro de 1972 ao dar entrada no hospital das Clínicas em São Paulo, após travar tiroteio com agentes de segurança que o perseguiram”.

No relatório da Marinha: “morreu no dia 28 de janeiro de 1972 em tiroteio com agentes de segurança ao tentar fugir em um fusca após estabelecer contato com um companheiro”.

Segundo depoimento de seu irmão, Gélcio, a família tomou conhecimento de sua morte, no mesmo dia, pela televisão. Imediatamente dirigiu-se para São Paulo, mas o corpo já estava enterrado no Cemitério de Perus. Em 1975, conseguiu levar seus restos mortais para Ouro Preto, onde foi enterrado na Igreja São José.

HIROAKI TORIGOI

Dirigente do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nascido em Lins, Estado de São Paulo, em 02 de dezembro de 1944, filho de Hiroshi Torigoe e Tomiko Torigoe.

Foi morto, aos 28 anos de idade, em São Paulo.

Fazia o 4º ano da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Baleado e preso pelo DOI/CODI-SP, em 5 de janeiro de 1972, Torigoi foi imediatamente levado para as câmaras de tortura desse departamento.

Sua prisão se deu na Rua Albuquerque Lins, Bairro de Santa Cecília, por uma equipe chefiada pelo delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., vulgo “Otavinho”.

Seus torturadores e assassinos foram: capitão do exército Orestes, vulgo “Ronaldo”; “capitão Amici”, Aparecido Laerte Calandra, o “capitão Ubirajara”, investigador Pedro Maria Grancieri, soldado da Aeronáutica Roberto, vulgo “Padre”, policial conhecido como “Castilho”, todos chefiados pelo então major Carlos Alberto Brilhante Ustra e pelo capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo.

Devido a seus ferimentos, e pela impossibilidade de pendurá-lo no pau-de-arara, Torigoi foi torturado em uma cama de campanha, onde foi amarrado para espancamentos, choques elétricos e outras violências.

Vários presos políticos que se encontravam no DOI-CODI/SP nesse dia viram Torigoi ser arrastado pelo pátio interno, sangrando abundantemente, em direção às câmaras de tortura.

A já tradicional nota oficial à imprensa, anunciava sua morte como sendo mais um “terrorista” que morria ao ser levado ao hospital, ferido em consequência de tiroteio.

Um fato importante é que vários presos ouviram uma acirrada discussão entre os torturadores quanto ao destino a ser dado a Torigoi, quando este ainda se encontrava vivo. Assassiná-lo de imediato em torturas, foi o que defendeu o capitão Orestes, apoiado pelo capitão Amici; prestar-lhe alguma assistência médica, reanimando-o a fim de continuar com as torturas, era o que queria o delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr.

A posição vencedora foi a dos capitães Orestes e Amici, que lograram seu intento, assassinando Torigoi em apenas algumas horas.

O laudo de necrópsia foi assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard Queiroz Orsini, corroborando a versão oficial. O simples exame das fotos do corpo evidenciam as torturas - estando um dos braços visivelmente quebrado.

Foi enterrado como indigente com o nome falso de Massahiro Nakamura em 07 de janeiro de 1972, na rua 15, sepultura 65, em Perus. Seu irmão, que foi fazer o reconhecimento fotográfico no DOPS no dia 20 de janeiro de 1972, contou 8 tiros, sendo 3 na face e 5 no tórax. Foi exumado em 1976 e seu paradeiro não foi informado aos familiares, dizendo não saberem do destino dado à sua ossada.

Em 1990, pelo exame dos livros do Cemitério Dom Bosco, constatou-se que os restos mortais foram reenumados no mesmo local. O corpo exumado dessa sepultura não possui o crânio, aguardando a identificação através do exame de DNA, na UNICAMP.

O Relatório do Ministério da Marinha, diz que “faleceu no dia 05 de janeiro de 1972, no pronto socorro para onde foi conduzido, após ser ferido em tiroteio com agentes de segurança, ao reagir à bala à voz de prisão. Usava o nome falso de Nakamura, o que dificultou sua verdadeira identificação.”

ISMAEL DE JESUS SILVA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Estudante secundarista do Colégio Pedro Gomes, em Campinas (SP), sendo morto aos 19 anos.

Foi preso no dia 8 de agosto de 1972 e levado para o 10º Batalhão de Caçadores de Goiás, comandado pelo Major Rubens Robine Bigenil, (atual 42º BIM-Batalhão de Infantaria Motorizada), onde passou a ser torturado, vindo a morrer no dia seguinte em consequência dos ferimentos a ele inflingidos.

O corpo foi entregue a sua família, com evidentes sinais das sevícias sofridas e com a justificativa de que Ismael havia se suicidado, pela vergonha de estar preso.

Ismael foi sepultado por sua família no Cemitério Rio Parque, em Goiás.

IURI XAVIER PEREIRA

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 02 de agosto de 1948 na cidade do Rio de Janeiro, filho de João Batista Xavier Pereira e Zilda Xavier Pereira. Foi morto aos 23 anos de idade, em São Paulo.

Fez o primário na Escola Pública Alberto Barth e o secundário no Colégio Anglo Americano e na Escola Escola Técnica Federal Celso Suckovo da Fonseca do Rio de Janeiro. Já na Escola Técnica foi membro ativo do Diretório. Quando se preparava para o vestibular de Engenharia Eletrônica, foi impedido pelas bruscas e violentas mudanças ocorridas no Brasil com o golpe militar de 1964. Viu sua casa ser saqueada e invadida, em função do que sua família foi viver na clandestinidade. Logo após o golpe, entrou para o Partido Comunista Brasileiro e, quando surgiu a perspectiva de uma nova diretriz política, Iuri e seu irmão Alex, alinharam-se com o grupo liderado por Carlos Marighella na ALN. Militou intensamente, desenvolvendo com Gélson Reicher (assassinado em 1972), um trabalho de imprensa clandestina, assumindo a coordenação da ALN, nacional e regional de São Paulo.

Foi assassinado numa emboscada montada pelos agentes do DOI-CODI/SP, sob a chefia do agente de nome “Dr. José”, com base em informação fornecida pelo alcagüete e dono do Restaurante Varella, Manuel Henrique de Oliveira.

A emboscada montada, no dia 14 de junho de 1972, em torno do Restaurante Varella, vitimou além de Iuri, Ana Maria Nacinovic Correia e Marcos Nonato da Fonseca.

Os detalhes da emboscada estão na nota referente a Ana Maria Nacinovic Correia.

Sua necrópsia, realizada no IML/SP, em 20 de junho de 1972, foi firmada pelos Drs. Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini, que confirmam a morte em tiroteio.

Foi enterrado no Cemitério de Perus (SP) como indigente. Em 1982 seus restos mortais foram trasladados para o Rio de Janeiro, juntamente com o corpo de seu irmão Alex.

JEOVÁ DE ASSIS GOMES

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (MOLIPO).

Nasceu em Araxá, no Triângulo Mineiro.

Estudava Física na Universidade de São Paulo.

Foi militante da Ação Libertadora Nacional e depois do MOLIPO.

Foi preso em Brasília, Distrito Federal, no dia 12 de novembro de 1969. Levado para São Paulo, foi torturado e teve que engessar as duas pernas fraturadas.

Foi banido do país quando do seqüestro do embaixador Von Holeben, em 1970. Partiu para a Argélia, em 13 de junho daquele ano.

Retornando clandestinamente ao Brasil em 1971, Jeová radicou-se na cidade de Guará, Goiás.

No dia 9 de janeiro de 1972, Jeová foi localizado quando se encontrava no campo de futebol daquela cidade onde recebeu um tiro de fuzil desfechado covardemente pelas costas.

JOÃO MENDES ARAÚJO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu a 28 de julho de 1943 em Bom Jardim, Pernambuco, filho de Virgilina Rodrigues Amorim.

Agricultor.

Preso no dia 24 de janeiro de 1972, em sua própria casa, por agentes do DOI/CODI de Recife.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que “faleceu no dia 24/01/72, quando se escondia num ‘aparelho’ da ALN, em Recife, PE, resistiu à prisão, sendo ferido juntamente com outro terrorista, que foi preso. Mesmo gravemente atingido, evadiu-se, lançando-se ao mar. Posteriormente, seu corpo foi resgatado do mar.”

A certidão de óbito dá sua morte em 25 de fevereiro de 1972 na cidade de Olinda (PE), em tiroteio. Informa que foi enterrado no Cemitério de Santo Amaro, em Pernambuco.

JOSÉ BARTOLOMEU RODRIGUES DE SOUZA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Estudante secundarista, natural de Pernambuco, filho de José da Costa Lima e Nilsa de Souza Lima.

Morto sob torturas no DOI/CODI-RJ em 29 de dezembro de 1972, aos 23 anos.

José Bartolomeu foi uma das vítimas do massacre em que também morreram Fernando Augusto da Fonseca, José Silton Pinheiro Soares e Getúlio d’Oliveira Cabral. José Bartolomeu, juntamente com Getúlio e José Silton, tiveram seus corpos carbonizados. Os detalhes desse massacre estão na nota referente a Fernando Augusto da Fonseca.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que, “no dia 29 de dezembro de 1972, no Grajaú/RJ, no interior de um fuscão roubado, ao ser abordado pelas equipes de segurança, travou intenso tiroteio, resultando em sua morte.”

Seu corpo entrou no IML/RJ, em 30 de dezembro de 1972, com a Guia nº 13 do DOPS/RJ e a certidão de óbito, de nº 131.986 foi registrada como de um desconhecido, sendo firmada pelo Dr. Roberto Blanco dos Santos, tendo como declarante José Severino Teixeira. No verso desse documento, há uma frase manuscrita: “Inimigo da Pátria (Terrorista)”. Foi enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (RJ), em 06 de fevereiro de 1973, na cova nº 22.704, quadra 21. Em 20 de março de 1978, seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, foram para a vala clandestina, junto com cerca de 2.000 ossadas de indigentes.

Há também laudo (Ocorrência nº 988/72) e fotos de perícia de local (nº 7645/72) encontrados no Instituto de Criminalística Carlos Éboli/RJ. As fotos mostram o corpo de José Bartolomeu totalmente carbonizado dentro do Volkswagen incendiado, placa GB/EB-3890.

JOÃO CARLOS CAVALCANTI REIS

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em 08 de agosto de 1945, em Salvador, Bahia, filho de João Viveiros Reis e Helena Cavalcante Reis.

Estudante do 5º ano Engenharia Mecânica da Universidade Mackenzie.

Fuzilado no bairro de Vila Carrão, São Paulo, no dia 30 de outubro de 1972, aos 27 anos. Assinaram o laudo de necrópsia os médicos legistas Isaac Abramovitch e Orlando J. B. Brandão. Foi enterrado no Cemitério do Morumbi/SP por seus familiares.

JOSÉ INOCÊNCIO PEREIRA

Camponês. Foi morto a tiros por agentes do DOPS, em 5 de novembro de 1972, no Engenho Matapiruna, na cidade de Escada, em Pernambuco, segundo denúncia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, divulgada em nota oficial emitida pela Arquidiocese de Olinda e Recife.

JOSÉ JÚLIO DE ARAÚJO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Filho de José de Araújo e Maria do Rosário Corrêa Araújo, nasceu em Itapeverica, Minas Gerais, no dia 21 de julho de 1943.

Apesar de ter sido sempre uma criança saudável, perdeu grande parte da visão esquerda, aos dois meses de idade, por causa de uma catapora. Em Itapeverica, onde seu pai era comerciante, estudou no Colégio Herculanô Paz. Com a mudança de sua família para Belo Horizonte, José Júlio passou a estudar no Grupo Escolar Cesário Alvim e, posteriormente, no Colégio Anchieta. Aos 14 anos, começou a trabalhar, no Banco da Lavoura de Minas Gerais, onde se destacou pela eficiência.

Gostava muito de ler e, por influência de um antigo funcionário do Banco, passou a se interessar pelas idéias socialistas, tornando-se um autodidata, conscientizando-se rapidamente das questões sociais do País.

Resolveu, então, abandonar os estudos na 3ª série ginasial, alegando que sabia mais que seus professores. Nessa época, José Júlio tinha muitos amigos e uma militância política sigilosa. Nem os colegas do Banco, nem os familiares suspeitavam de sua participação nos movimentos de resistência à ditadura.

Ao sair do Banco da Lavoura, aos 20 anos, foi trabalhar na SOCIMA, firma de atacados, onde seu pai era um dos sócios.

José Júlio era tão nacionalista que não gostava de músicas americanas, ouvindo somente músicas de protesto de compositores e cantores brasileiros como Elis Regina, Carlinhos Lyra e as dos antigos festivais da Record.

Em 1968, foi para São Paulo, passando a viver clandestino.

O último contato pessoal de José Júlio com a família foi em São Paulo, em 1968, quando, 15 dias após a sua saída de Belo Horizonte, recebeu a visita de Dona Lulu, sua mãe, e de Valéria, sua irmã. Foram todos jantar no “*Restaurante do Papai*” junto com o amigo Gilney Amorim Viana. Nesse dia, José Júlio comeu uma peixada, brincando que mineiro só gostava de churrasco. Dona Lulu quis marcar um novo encontro e José Júlio, alegando uma viagem para o Rio, a convite de um amigo, despediu-se.

A família acredita que, nessa ocasião, ele já estava de viagem marcada para Cuba. Após sua partida, a polícia esteve, por duas vezes, na casa de seus pais à sua procura.

Maurício Paiva, antigo militante, num artigo publicado no “Estado de Minas”, de 25 de outubro de 1991, intitulado “*Exilados Políticos*” conta: “a última vez que vi o José Júlio foi em

Havana, quando ele se preparava para retornar, clandestino, ao Brasil. Todos os que estavam em Cuba tinham esse propósito, mas eu acabava de chegar e ele já arranjava as malas para partir.” Ainda, nesse artigo, se perguntava por que os brasileiros no exílio sempre mantiveram acesa a chama do retorno ao Brasil, se a vida era mais segura lá fora? Por que voltar, sob ferrenha ditadura, sujeitando-se ao risco da morte, da prisão e da tortura? E o que levaria uma pessoa a uma luta em que as chances de sair com vida eram tão escassas? No final ele diz: “homens como José Júlio tinham raízes fincadas nas profundezas dessa terra e aqui queriam viver ou morrer.”

A família de José Júlio de Araújo recebeu uma única carta escrita por ele, enviada do Rio de Janeiro e datada de 2 de março de 1971, onde ele pedia notícias de todos os parentes, nominalmente, e da qual seguem alguns trechos:

“Minha querida mãe:

Espero que me perdoe por não ter escrito antes, afinal faz tanto tempo que não nos vemos e eu sinto muito por isto. Minha vontade é estar junto de você e de todos. Mas que posso fazer. (...) Você sabe que é a pessoa a quem eu mais quero, por tudo que fez por mim e por meus irmãos. Espero que compreenda que quando não escrevo é porque não posso. Apesar dos problemas que eu trouxe para você, por favor, seja feliz. Eu nunca poderia retribuir tanto carinho que você dedicou a mim.

(...) Apesar de todos os problemas que tiveram por minha causa, eu pediria ao Vinicius e Marcinho que visitassem meus amigos que estão presos em Juiz de Fora, e que lhes levassem cigarros e doces que fazem muita falta para quem está em uma prisão. Eu ficaria eternamente agradecido se meus irmãos pudessem praticar este ato de solidariedade humana.

José Júlio, Rio de Janeiro, 2 de março de 1971.”

Voltando de Cuba, em 1971, José Júlio morou por um ano no Chile, clandestinamente, retornando ao Brasil em 1972.

Ao retornar ao Brasil, José Júlio morou em São Paulo com os companheiros Iara Xavier Pereira e Arnaldo Cardoso Rocha, no seu curto período de clandestinidade, pouco antes de sua morte.

Preso em companhia de Valderéz Nunes Fonseca, no dia 18 de agosto de 1972, em um bar da Vila Mariana, em São Paulo, pela equipe chefiada pelo torturador “Dr. Nei”, do DOI-CODI/SP, ainda tentou resistir. Houve luta corporal e José Júlio saiu ferido por uma coronhada desfechada em sua cabeça por um dos agentes policiais.

A VERSÃO OFICIAL É QUE TERIA SIDO MORTO, BALEADO POR AGENTES DE SEGURANÇA EM UMA ESQUINA DA RUA TEODORO SAMPAIO, NO BAIRRO DE PINHEIROS. POR ESSA VERSÃO, JOSÉ JÚLIO TERIA ENCAMINHADO POLICIAIS ATÉ UM OUTRO MILITANTE E ROUBADO A ARMA DE UM SEGURANÇA BANCÁRIO, CORRENDO EM ZIGUE ZAGUE, SENDO FUZILADO. FOI ESSA VERSÃO QUE O CARCEREIRO E TORTURADOR MAURÍCIO JOSÉ DE FREITAS, VULGO “LUNGARETI” APRESENTOU AOS PRESOS, POR MEIO DO JORNAL ONDE ERA PUBLICADA A NOTÍCIA DA MORTE DE JOSÉ JÚLIO.

A Equipe “C”, responsável pelas torturas e assassinato de José Júlio era composta pelo Capitão Átila, escrivão de polícia Gaeta, agente federal conhecido como “Oberdan”, policial do DOPS (servindo na OBAN) Aderval Monteiro e Dr. Nei, Chefe da equipe.

Todos eles, sob o comando do então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, hoje general da reserva, e tendo como sub-chefe o Tenente-Coronel Dalmo Lúcio Muniz Cirillo.

Assinam o laudo necroscópico os médicos legistas Isaac Abramovitch e José H. da Fonseca que confirmam a falsa versão oficial.

Foi enterrado no Cemitério de Perus/SP como indigente.

O Relatório dos Ministérios da Aeronáutica e Marinha dizem que foi “Preso em 18 de Agosto de 1972, após interrogatório foi levado para encontrar com outro terrorista, quando entrou em luta corporal com um policial que o escoltava, apossando-se de sua arma e tentando fugir, atirando, quando então foi baleado e vindo a falecer.”

Em agosto de 1975, seus restos mortais foram exumados do Cemitério de Perus, em São Paulo, e levados para Belo Horizonte pelo seu irmão Márcio, que escondeu a ossada no porão da casa onde moravam, no bairro Gutierrez, em Belo Horizonte, alegando aos pais que enterrara os ossos no Cemitério da Lapa, em São Paulo.

Em 1976, Márcio, acometido de fortes crises depressivas decorrentes da perda do irmão, suicidou-se, levando consigo o segredo de que os ossos de José Júlio se encontravam em um caixote no sótão da casa. Após a morte de Márcio, a mãe, desconfiada do caixote no sótão, guardado com tanto cuidado, descobriu os ossos de José Júlio e decidiu manter o segredo, já que nem ao menos dispunha de qualquer documento que pudesse oficializar o enterro.

Anos depois um encanador contratado pela família, descobriu os ossos no sótão e denunciou o fato ao delegado Miguel Dias Campos, que abriu inquérito contra a mãe e a irmã de José Júlio, por ocultação de cadáver. Feitos exames legistas e constatada a identificação dos ossos como pertencentes a José Júlio, foram liberados para serem enterrados.

O enterro aconteceu no dia 6 de novembro de 1993, no Cemitério Parque da Colina, sendo acompanhado por familiares, amigos, antigos companheiros e representantes dos movimentos de Direitos Humanos e da Anistia.

JOSÉ SILTON PINHEIRO

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Nasceu em 31 de maio de 1948, no Rio Grande do Norte, filho de Milton Gomes Pinheiro e Severina Gomes Pinheiro.

Concluiu o curso ginásial no Colégio Santo Antônio, dos Irmãos Maristas, em 1966. Iniciou o curso clássico no Colégio Estadual Padre Miguelinho, concluindo-o no Atheneu Norteriograndense.

Rapaz cheio de alegria, senso de humor e com enorme facilidade de fazer amigos, tinha especial carinho pelas crianças. Também se caracterizou pela grande força de vontade para atingir os objetivos a que se propunha. Em 1970, ingressou na Universidade do Rio Grande do Norte, no curso de Pedagogia. Neste mesmo ano passou a militar no PCBR, atuante em Natal, Recife e por fim, na cidade do Rio de Janeiro.

Foi morto aos 24 anos de idade no Rio de Janeiro, junto com Fernando Augusto Valente da Fonseca, Getúlio d’Oliveira Cabral e José Bartolomeu Rodrigues de Souza. Foi carbonizado dentro de um Volkswagen, na Rua Grajaú, nº 321 (RJ), após ter sido preso e torturado no DOI-CODI/RJ, “teatrinho” feito pela repressão para justificar a versão de

morte em tiroteio ao reagir à prisão. O corpo de José Silton entrou no IML/RJ como desconhecido, em 30 de dezembro de 1972, com a guia nº 12 do DOPS.

Na certidão de óbito de nº 131.985 é dado como desconhecido, assinando como declarante José Severino Teixeira e firmada pelo Dr. Roberto Blanco dos Santos. No verso de seu óbito há a seguinte frase manuscrita: “Inimigo da Pátria (Terrorista)”.

Foi enterrado em 06 de fevereiro de 1973, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (RJ), na cova nº 22.706, quadra 21. Em 20 de março de 1978, seus restos mortais foram transferidos para um ossário geral e, em 1980/1981, foram para uma vala clandestina, junto com cerca de 2.000 ossadas de indigentes.

Há ainda laudo (Ocorrência nº 988/72) e fotos de perícia de local (nº 7645/72) encontrados no Instituto Criminal Carlos Éboli/RJ. As fotos mostram o corpo de José Silton totalmente carbonizado, dentro do Volkswagen incendiado, placa GB/EB-3890.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que “No dia 29 de dezembro de 1972, estando em Volkswagen no Grajaú/RJ com seu grupo de terroristas, ao ser abordado pelas equipes de agentes de segurança, abriu fogo, originando-se intenso tiroteio, tendo o carro incendiado-se e o nominado falecido no local.”

Ver mais informações sobre sua morte no caso de Fernando Augusto Valente da Fonseca.

LAURIBERTO JOSÉ REYES

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em São Carlos/SP, filho de José Reyes Daza Jr. e Rosa Castro Reyes.

Estudante da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e integrante da direção executiva da União Nacional do Estudantes, em 1968. Participou do Congresso da UNE, em Ibiúna/SP, em 1968.

Foi fuzilado aos 26 anos, em 27 de fevereiro de 1972, junto com Alexander José Ibsen Voeroes. Na fuzilaria levada a efeito pela equipe de agentes do DOI/CODI-SP, morreu também um morador daquela rua, um funcionário público aposentado, Napoleão Felipe Biscaldi. O autor da rajada de metralhadora que assassinou Lauriberto e Alexander foi o investigador de polícia e torturador Dirceu Gravina, vulgo “J.C.” ou “Jesus Cristo”.

O laudo necroscópico é assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg. Foi enterrado em São Carlos por seus familiares.

LÍGIA MARIA SALGADO NÓBREGA

MILITANTE DA VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONARIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Nasceu em 30 de julho de 1947 em Natal/RN, filha de Georgino Nóbrega e Naly Ruth Salgado Nóbrega.

Morta aos 24 anos de idade, em 29 de março de 1972, junto com Antônio Marcos Pinto de Oliveira e Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, em tiroteio na Av. Suburbana, nº 8988, casa 72, Bairro de Quintino (RJ).

Sua família, assim escreveu sobre ela:

“Chegou pequena a São Paulo, onde estudou, terminando o curso de normalista no Colégio Estadual Fernão Dias Pais.

Em seu trabalho de normalista, soube como ensinar as crianças de uma maneira criativa, brincalhona, amorosa. Em 1967, entrou no curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo e se destacou pela sua capacidade intelectual, pela liderança e empenho em abrir horizontes, modernizar métodos de ensino, implicar as pessoas em sua responsabilidade social e em uma vida digna, onde os direitos humanos fossem respeitados e o indivíduo um verdadeiro cidadão, participando ativamente dos destinos do Brasil.

Tendo todos os canais de participação fechados pela ditadura militar e as manifestações reprimidas violentamente, em 1970, Lígia Maria se engaja na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e, com outros companheiros, passa à luta armada para enfrentar a violência do regime autoritário instalado no Brasil.

Morreu acreditando num Brasil mudado, no seu povo feliz, fruto da Justiça Social e da Paz. Lígia Maria, assim como muitos outros brasileiros, jogou tudo, inclusive a vida, na tentativa de mudar os destinos deste nosso Brasil.”

O corpo de Lígia chegou ao IML/RJ, em 30 de março de 1972, como desconhecida, pela Guia nº 01 do DOPS/RJ.

Sua necrópsia foi assinada pelos Drs. Eduardo Bruno e Valdecir Tagliari que confirmaram a versão oficial de tiroteio.

Lígia foi reconhecida por seu irmão, Francisco Salgado da Nóbrega, em 07 de abril de 1972, tendo sido sepultada em Cemitério de São Paulo.

Fotos e laudo de perícia de local (nº 1884/72 e Ocorrência nº 264/72) feitas pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli/RJ mostram o corpo de Lígia baleado.

O jornal “Correio da Manhã”, de 06 de abril de 1972, publicou a notícia de sua morte, sob o título “*Terroristas Morrem em Tiroteio: Quintino*”, onde há uma foto de Aurora Maria Nascimento Furtado com o nome de Lígia.

LINCOLN CORDEIRO OEST

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Participou da insurreição armada de 1935. Deputado federal em 1946, sendo cassado em 1947.

Em 1962 foi integrante da Comissão de Solidariedade a Cuba e também organizou a Comissão Cultural Brasil-Coréia do Norte. A partir de 1964 passou a viver na clandestinidade.

Foi preso pelo DEOPS/SP em 1968, torturado e, após 18 dias, posto em liberdade, por ausência de acusações. Foi preso novamente em dezembro de 1972, por agentes do DOI/CODI-RJ, e torturado até a morte.

Os órgãos de segurança divulgaram nota oficial noticiando a morte de Lincoln, dando a versão de que ele fora morto ao tentar uma fuga na hora da prisão e, encobrindo assim os dias em que passara sendo torturado até a morte.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz: “preso em 20 de Dezembro de 1972, no Rio de Janeiro, foi atingido mortalmente, após tentar fugir da equipe de agentes de segurança.” O da Marinha diz que “foi morto em intenso tiroteio com os agentes de segurança após escapar ao cerco à rua Itapemirim/RJ.”

Segundo a Guia nº 07 do DOPS/RJ que o encaminhou, como desconhecido, ao IML, foi “encontrado num terreno baldio da Rua Garcia Redondo, nº 111, após tiroteio com

agentes das Forças de Segurança”. Esta versão é totalmente desmentida por depoimentos de presos políticos prestados em Auditorias Militares, à época. José Auri Pinheiro e José Francisco dos Santos Rufino afirmam que Lincoln foi torturado no DOI-CODI/RJ, onde estava preso.

A necrópsia, realizada pelos Drs. Adib Elias e Eduardo Bruno, confirma a versão oficial da repressão de que foi morto em tiroteio.

O óbito de nº 60.500 tem como declarante Amarilho Ferreira. Somente foi encontrado e reconhecido por sua filha, Vânia Moniz Oest, em 06 de janeiro de 1973, sendo sepultado por sua família no Cemitério São João Batista (RJ), em 08 de janeiro de 1973.

Laudo e fotos de perícia de local (Ocorrência nº 946/72 e ICEnº 7379/72) concluem por morte violenta (homicídio) e mostram o corpo de Lincoln baleado.

Registro nº 1.517/72 do dia 20 para 21 de dezembro de 1972 do DOPS/RJ, assinado pelo Comissário Manoel Conde Júnior, confirma a farsa de tiroteio.

LOURDES MARIA WANDERLEY PONTES

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Nasceu em Olinda, Pernambuco, em 31 de março de 1943, filha de Antonio Araújo Neves e Tereza Wanderley Neves.

Estudou o primário e o ginásio em Recife, não chegando a concluir seus estudos por seu envolvimento político a partir de 1968. Em 23 de fevereiro de 1969 casou-se com Paulo Pontes. Devido à repressão política, mudaram-se para Natal, RN, ali vivendo por algum tempo. Novamente perseguidos, em fevereiro de 1970, mudaram-se para Salvador, Bahia. No mesmo ano, Paulo foi preso e Lourdes mudou-se para o Rio de Janeiro.

Morta aos 30 anos de idade, no Rio de Janeiro, em circunstâncias ainda não esclarecidas, em 29 de dezembro de 1972, junto com Valdir Sales Saboya. Segundo a repressão, teriam sido mortos no “aparelho” da Rua Sargento Valder Xavier de Lima, nº 12, fundos.

O corpo de Lourdes entrou no IML como Luciana Ribeiro de Almeida, pela Guia nº 08 do DOPS. Sua necrópsia foi feita, em 30 de dezembro de 1972, pelos Drs. Roberto Blanco dos Santos e Hélder Machado Paupério que confirmam a versão oficial de morte em tiroteio.

Seu óbito, de nº 142960, em nome de Luciana Ribeiro de Almeida, tem como declarante José Severino Teixeira. Foi enterrada como indigente no Cemitério Ricardo de Albuquerque (RJ), em 26 de fevereiro de 1973, na cova nº 22.824, quadra 21. Em 10 de abril de 1978, seus restos mortais foram levados para um ossário geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina, junto com cerca de 2.000 outras ossadas de indigentes.

Laudo (ocorrência nº 986/72) e fotos de perícia de local (ICE nº 7643/72) mostram Lourdes nas dependências da casa à Rua Valder Xavier de Lima. Interessante notar que, em algumas fotos, Lourdes está de relógio de pulso e em outras não.

LUÍS ANDRADE DE SÁ E BENEVIDES

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Funcionário do Banco do Estado da Guanabara e estudante de Ciências Sociais.

Morto no dia 8 de março de 1972, em Caruaru, Pernambuco, ao ser perseguido por agentes da Polícia Federal.

Juntamente com Luís Andrade, foi assassinada Miriam Lopes Verbena. As pesquisas do DOPS-PE indicam que os dois morreram em acidente de carro.

MARCOS NONATO DA FONSECA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nascido a 01 de junho de 1953 na cidade do Rio de Janeiro, filho de Otávio Fonseca e Leda Nonato Fonseca.

Estudante secundarista, foi morto aos 19 anos pelo DOI-CODI/SP. Através da informação fornecida pelo alcagüete Manuel Henrique de Oliveira, dono do Restaurante Varella, na Moóca, em São Paulo, a repressão montou uma emboscada, no dia 14 de junho de 1972, que resultou na sua morte e de Ana Maria Nacinovic Corrêa e Iúri Xavier Pereira. Mais informações na biografia de Ana Maria.

A solicitação do exame necroscópico foi feita pelo Delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e o laudo assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard Q. Orsini.

Foi enterrado no Cemitério São João Batista/RJ por seus familiares.

No Relatório do Ministério da Aeronáutica é mantida a versão policial da época, “após travar violento tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e, em consequência, veio a falecer no dia 14 de junho de 1972, em São Paulo”.

MARIA REGINA LOBO LEITE FIGUEIREDO

MILITANTE DA VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Ex-integrante da Juventude Universitária Católica, era formada em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Pedagoga, foi morta aos 33 anos. Casada com Raimundo Gonçalves Figueiredo, morto em 28 de abril de 1971, deixou duas filhas menores.

Maria Regina foi ferida quando a casa em que se encontrava foi invadida por agentes do DOI/CODI-RJ no dia 29 de março de 1972. Lígia Maria Salgado Nóbrega e Maria Regina, juntamente com Antônio Marcos Pinto de Oliveira, foram presos e assassinados.

O corpo de Maria Regina chegou ao IML pela Guia n° 02 do DOPS, como desconhecida, vindo da Av. Suburbana, n° 8988, casa 72, Bairro de Quintino (RJ), como tendo sido morta em tiroteio. Entretanto, há testemunhas que dizem que, após ser baleada, foi levada para o DOI-CODI, onde veio a morrer horas depois, tendo inclusive sido levada para o Hospital Central do Exército.

Sua necrópsia, feita em 30 de março de 1972, pelos Drs. Eduardo Bruno e Valdecir Tagliari confirma a versão oficial. Foi identificada nesse mesmo dia 30, através de ficha do Instituto Félix Pacheco/RJ.

Maria Regina foi reconhecida por suas irmãs Maria Eulália, Maria Alice e Maria Augusta, em 07 de abril de 1972, e sepultada no dia seguinte no Cemitério São João Batista.

Fotos e laudo de perícia de local (nº 1884/72 e Ocorrência nº 264/72) feitas pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli/RJ, mostram o corpo de Maria Regina baleado.

O jornal “*Correio da Manhã*”, de 06 de abril de 1972, publicou a notícia de sua morte, sob o título “*Terroristas Morrem em Tiroteio: Quntino*” e capciosamente dá, ao lado de sua foto, o nome de Ranússia Alves Rodrigues. No entanto, Maria Regina já havia sido identificada no IML/RJ.

MÍRIAM LOPES VERBENA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Foi morta no dia 8 de março de 1972, juntamente com Luís Andrade de Sá e Benevides, perto de Caruarú, em Pernambuco, por agentes da Polícia Federal. Pesquisas no DOPS/PE indicam que morreram em decorrência de acidente de carro.

RUY OSVALDO AGUIAR PFITZENREUTER

Dirigente do PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTSKISTA (PORT).

Nascido a 3 de novembro de 1942, em Orleans/SC, filho de Osvaldo Pfitzenreuter e Leonis Aguiar Pfitzenreuter.

Morto aos 30 anos, em São Paulo.

Foi aluno do 1º grau no Grupo Escolar Costa Carneiro, em sua cidade natal. Estudou no Colégio São Duderger e depois transferiu-se para o Ginásio Dehon, em Tubarão (SC), donde concluiu o curso ginasial. O científico foi realizado em Blumenau (SC). Mudando-se para Porto Alegre, formou-se em jornalismo e sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em dezembro de 1964.

Preso por agentes do DOI/CODI-SP no dia 14 de abril de 1972 e morto sob torturas nas dependências daquele órgão.

Trechos da carta de seu pai ao Presidente da República, general Médici, datada de 16/05/72:

“Há dias fui avisado de sua prisão pela polícia política, em circunstâncias nebulosas pois nunca mais foi visto, estando pois desaparecido, desde que foi detido.

Em São Paulo... dirigi-me à ‘Operação Bandeirantes’ e ao DOPS no dia 7 do corrente, onde me informaram: ‘Nada consta!’ ...Me dirigi novamente ao DOPS no dia 11, onde uma vez mais recebi uma resposta negativa e dali fui à OBAN, onde indignado e angustiado faço um pedido dramático e em alta voz que me dessem notícias de meu filho, que ao menos reconhecessem sua prisão e que me dissessem quando poderia estar com ele. Nada quebrou a frieza dos funcionários, nenhum deles, e todos sabiam da ‘via crucis’ em que havia se transformado minha vida, nenhum deles se dignou a dizer um a, uma orientação para localizá-lo, nada. Nenhum disse o que todos sabiam e que temiam e temem que seja público. Deste órgão (OBAN) me dirigi, numa última tentativa, ao Instituto Médico Legal, onde simplesmente me informaram que Ruy deu entrada (em linguagem clara, morreu) no dia 15 e no mesmo dia foi enterrado no Cemitério de Perus. A minhas perguntas... responderam simplesmente: ‘Vá ao DOPS’. Para obter a autorização para retirar a

certidão de óbito e a autorização para transportar o corpo para sua terra natal, um funcionário de nome Jair Romeu me deu um papel com o nome do delegado Dr. Tácito, do DOPS. No DOPS o Dr. Tácito me disse desconhecer o caso e que voltasse na próxima segunda-feira (dia 15). Na data indicada fui ao DOPS, o Dr. Tácito encaminhou-me ao Dr. Bueno, que me mostrou entre vários papéis a certidão de óbito e uma fotografia de meio corpo de meu filho depois de morto. Nesta foto aparecem duas nítidas manchas escuras.

Na certidão de óbito consta como causa da morte anemia aguda traumática, atestado assinado pelo Dr. Isaac Abramovitch. O que me causa muita estranheza, Sr. Presidente, é o fato de que o atestado não explica o motivo que causou a anemia. A isto se juntam os detalhes (manchas escuras que aparecem na foto). Eu pergunto: que tipo de tratamento teve meu filho antes de morrer ou o que é o mesmo, o que causou concretamente sua morte? Segundo estou informado de maneira limitada, a imprensa denuncia maus tratos a presos políticos, tenho sérias dúvidas se meu filho não foi torturado antes de morrer ou se não morreu exatamente em consequência delas...

... Tenho um passado limpo de serviços prestados à nação e a consciência limpa para exigir o castigo para os assassinos.

E se tomo a iniciativa de denunciar e usar todos os canais para castigar os responsáveis e conseguir dar a meu filho um enterro digno em sua terra natal, é para que amanhã outros pais não tenham que, amargurados e silenciosamente, enterrar seus filhos, como se fosse possível enterrar junto a seus corpos, suas idéias, suas lembranças e a força renovadora de sua juventude. Uma grande lição a vida me ensinou, e meu filho mais do que ninguém, a lição da solidariedade humana.”

Essa carta foi encontrada nos arquivos do antigo DOPS/SP, numa versão em espanhol.

Ruy, que fora enterrado no cemitério de Perus como indigente, graças aos esforços de seu pai, acabou tendo seus restos mortais trasladados para o jazigo da família, em Santa Catarina. Nesta ocasião, ainda sob o domínio da ditadura militar, a Câmara de Vereadores de Orleans, numa atitude corajosa, votou a lei que deu o nome de Ruy a uma praça daquela cidade. Na mesma época, os formandos da 1ª turma de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina o escolheram para patrono.

O Relatório do Ministério da Marinha afirma que Ruy “foi morto em tiroteio com agentes de segurança em 15 de abril de 1972.” O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que “em 15 de abril de 1972, em São Paulo, ao receber voz de prisão, sacou de sua arma e atirou na equipe de segurança, sendo ferido, mesmo assim conseguiu evadir-se, aproveitando a escuridão, porém caiu adiante, sendo conduzido ao hospital e falecendo no trajeto. O exame da necrópsia foi realizado pelo IML/SP, dia 26 de abril de 1972.” Portanto, 11 dias após sua prisão!

Declarações dos presos políticos Ayberê Ferreira de Sá e Almério Melquíades de Araújo, em Auditorias Militares, à época, denunciaram as torturas e morte de Ruy no DOI-CODI/SP.

VALDIR SALES SABÓIA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Ex-soldado da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Nasceu em 1º de março de 1950, filho de Gerson Algery Saboya e Ephigênia Salles Saboya.

Morto aos 22 anos de idade, em 29 de dezembro de 1972, na rua Sargento Valder Xavier Lima, nº 22, fundos, junto com Lourdes Maria Wanderley Pontes, segundo versão oficial da repressão em tiroteio.

Seu corpo entrou no IML/RJ como desconhecido pela Guia nº 09 do DOPS, junto com os de outros 5 companheiros.

“Morto em aparelho subversivo ao reagir à bala”, afirma o DOPS/RJ.

A necropsia, feita em 30 de dezembro de 1972, pelos Drs. Roberto Blanco dos Santos e Hélder Machado Paupério confirma a versão oficial de tiroteio.

Laudo (Ocorrência nº 986/72) e as fotos da perícia de local (ICE nº 7643/72), mostram Valdir na cama com vários tiros.

O corpo de Valdir foi retirado do IML por seu pai, em 17 de janeiro de 1973, tendo sido enterrado no dia seguinte por sua família no Cemitério de Cacuia, na Ilha do Governador (RJ).

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que, “Em 23 de dezembro de 1972, morreu ao ter o ‘aparelho’ em que residia... cercado por equipes de segurança, procurou romper, à bala, o cerco, inclusive empregando granadas de mão. Este fato foi amplamente divulgado pela imprensa (Última Hora de 17 de abril de 1973)”. Como amplamente divulgado, se a imprensa só publica a notícia quase quatro meses depois?

WILTON FERREIRA

Militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Constou como WILSON FERREIRA no Dossiê anterior.

Nasceu no Rio de Janeiro e foi morto no dia 29 de março de 1972, na mesma cidade.

Também foram mortos nessa data, Lígia Maria Salgado Nóbrega, Antônio Marcos Pinto de Oliveira e Maria Regina Lobo Leite Figueiredo. Mais informações, no caso de Antônio Marcos.

O corpo de Wilton entrou no IML/RJ, como desconhecido, pela Guia nº 04 do DOPS, em 30 de março de 1972 e, segundo versão oficial, metralhado em sua casa à Rua Silva Vale, nº 55, Bairro de Cavalcante (RJ), em 29 de março de 1972.

O óbito de nº 16.686 é dado como desconhecido, tendo sido firmado pelo Dr. Valdecir Tagliari, que confirmou a versão oficial e teve como declarante José Severino Teixeira.

Enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (RJ), em 27 de junho de 1972 (quase três meses após sua morte), na cova nº 24.604, quadra 19. Em 06 de janeiro de 1978 seus restos mortais foram para um ossário geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina, com cerca de 2.000 ossadas de outros indigentes.

No jornal “*Correio da Manhã*” de 06 de abril de 1972, na matéria “*Terroristas morrem em Tiroteio: Quintino*”, há um trecho que informa: “A ação prosseguiu em diversos bairros da Guanabara, sendo localizada em Cavalcanti, à Rua Silva Vale, nº 55, uma oficina mecânica da VAR-Palmarenses, onde morreu, reagindo à prisão, outro terrorista, cuja identidade está ainda em exame”(sic). Entretanto, o documento datado de 30 de março de 1972 identifica, pelo Instituto Félix Pacheco, o corpo chegado ao IML, como Wilton Ferreira, apesar de ter sido enterrado como desconhecido, quase três meses depois.

Fotos de perícia de local (nº 1883/72) realizadas pelo ICE mostram Wilton baleado.

1973

ALEXANDRE VANUCCHI LEME

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). Nasceu em 5 de outubro de 1950, em Sorocaba/SP, filho de José de Oliveira Leme e Egle Maria Vannucchi Leme.

Foi morto, aos 22 anos de idade, em São Paulo.

Fez o ginásio no Instituto de Educação Estadual Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, em Sorocaba/SP. Cursava o 4º ano de Geologia na USP quando foi assassinado. Foi preso por agentes do DOI/CODI-SP no dia 16 de março de 1973, por volta de 11 horas. As torturas inflingidas a Alexandre iniciaram-se assim que deu entrada nas dependências do DOI/CODI, tendo sido a equipe C a primeira a torturá-lo.

Tal equipe era chefiada pelo delegado de polícia conhecido pelo nome de “Dr. Jorge” e composta pelos seguintes elementos: escrivão de polícia Gaeta, tenente da PM Mário, investigador de polícia conhecido como “Oberdan” e o carcereiro do DOI/CODI conhecido como “Marechal”.

No dia seguinte, Alexandre foi torturado pelos membros da equipe A, chefiada pelo torturador de nome “Dr. José” e pelo investigador conhecido por “Dr. Tomé” e composta por: “Caio ou Alemão”, “Dr. Jacó”, “Silva”, “Rubens”, todos orientados diretamente pelo comandante daquele departamento, o então major Carlos Alberto Brilhante Ulstra.

As torturas prolongaram-se até pouco depois do meio-dia, tendo então Alexandre sido colocado na cela-forte.

Por volta das 17 horas, o carcereiro conhecido pelo nome de “Peninha”, foi retirá-lo da cela para levá-lo para mais uma sessão de tortura. Alexandre não respondia aos gritos do carcereiro que, intrigado, entrou na escura cela-forte e constatou que estava morto, saindo da cela aos gritos de “o homem morreu”. Os torturadores correram todos para ver o corpo de Alexandre e o retiraram da cela-forte, arrastando-o pelas pernas.

Tal cena, assistida por todos os demais presos recolhidos às dependências do DOI/CODI naquele dia era brutal: Alexandre, sangrava abundantemente na região do abdômen.

A morte de Alexandre foi justificada pelos torturadores, perante a acusação dos demais presos, como tendo sido provocada por suicídio com auxílio de uma lâmina de barbear. Somente no dia 23 de março os órgãos de segurança divulgaram sua morte, com a notícia de que fora atropelado ao tentar fugir à prisão.

Tal versão foi desmentida categoricamente nos depoimentos prestados no mês de julho de 1973, perante a 1ª Auditoria Militar, pelos seguintes presos políticos: Luis Vergatti, Cesar Roman dos Anjos Carneiro, Leopoldina Brás Duarte, Carlos Vítor Alves Delamônica, Walkiria Queiroz Costa, Roberto Ribeiro Martins, José Augusto Pereira, Luís Basílio Rossi e Neide Richopo. Tais depoimentos foram citados pelo Ministro do STM Rodrigo Otávio Jordão Ramos no dia 26 de abril de 1978.

Como a nota oficial só foi divulgada vários dias após o assassinato de Alexandre, sua família só pode localizar o corpo quando este já se encontrava enterrado. Detalhe bastante significativo é que Alexandre fora enterrado sem qualquer espécie de caixão, em cova rasa e forrada de cal-virgem, a fim de que a decomposição do corpo fosse acelerada e apagadas as marcas evidentes das torturas que o levaram à morte.

Um fato importante que evidencia a farsa montada para encobrir o assassinato de Alexandre sob tortura é a declaração do delegado Sérgio Fleury à família Vanucchi Leme

que, em evidente e cínica confissão de “fracasso” dizia “não ter sido possível obter de Alexandre sequer o local de sua própria residência”. Segundo o livro “Gritos de Justiça”, de Mário Simas, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, seus pais, em 20 de março de 1973, receberam um telefonema anônimo informando que Alexandre se encontrava preso no DOPS/SP. Lá e em outros órgãos da repressão onde o procuraram sempre ouviram negativas. Dias depois, quando sua morte já havia sido publicada pela imprensa, no IML/SP, foram informados que havia sido enterrado como indigente no Cemitério de Perus.

Apesar de haverem constituído advogado imediatamente após a notícia de sua prisão, somente 10 anos depois puderam resgatar seus restos mortais. Foi instaurado um inquérito pelo DEOPS para apurar a morte de Alexandre e encaminhado para a 2ª Auditoria Militar, onde o Juiz Auditor Nelson da Silva Machado Guimarães encaminhou para o Comandante do II Exército e, como era de se esperar, foi arquivado sem solução.

A necrópsia, feita no IML/SP, em 22 de março de 1973, pelos Drs. Isaac Abramovitch e Orlando Brandão, confirma a falsa versão oficial publicada de que teria se atirado sob um veículo, sofrendo contusão na cabeça. A certidão de óbito, falsamente atesta sua morte em 17 de março de 1973, após atropelamento na Rua Bresser (SP), quando era levado ao Hospital das Clínicas.

Em 1983, finalmente os restos mortais de Alexandre foram trasladados para Sorocaba, sua terra natal.

ALGUNS TRECHOS DE MATÉRIA SOBRE ELE PUBLICADO NO “O JORNAL DO CAMPUS/USP”:

“Desde muito cedo revelou inteligência viva, muito aberta a todos os conhecimentos humanos. Interessava-se por tudo e, assim que foi alfabetizado, foi tomado por um gosto enorme pela leitura. Não parou mais de ler.

Só depois de sua morte, seus pais souberam que Alexandre fora classificado em 1º lugar no vestibular para a Geologia da USP. Era um típico sorocabano, caipirão. Andava sempre com umas botinhas de cano curto, calças curtas. Era um nativo. Cara gozador, colocava apelido na escola inteira. Tirava um sarro de todo o mundo que não se adaptava às condições de campo nas excursões da Geologia. Cara que não conhecesse passarinho, cobra e história de assombração, ele pegava no pé do coitado. Uma antiga tradição da Geologia, da USP, reza que todo calouro deve receber um apelido. Alexandre ficou conhecido como Minhoca, talvez por ser baixinho, franzino e pelo grande interesse que demonstrou pela profissão. Tinha uma coisa que ele gostava de fazer: traduzir artigos estrangeiros sobre filosofia, política, economia. Ele já estava se especializando em teorias econômicas do 3º mundo, questões do subdesenvolvimento ou análise da história da pobreza.

Partilhava de todas as lutas comuns aos estudantes da época: contra o ensino pago, contra a falta de verbas, contra o fechamento do CRUSP. Por outro lado, como estudante de Geologia, foi extremamente preocupado com a questão dos recursos naturais do país devastados pelo capital estrangeiro. Sobre o ciclo da exploração do ferro, editou um boletim especial do Centro Acadêmico da Escola, no qual enumerava as principais jazidas e empresas exploradoras. Tomou posição contra a Transamazônica, do modo como estava sendo feita. E passou a fazer, junto com outros colegas, exposições e palestras em outras faculdades e escolas do 2º

grau. Ninguém viu Alexandre ser preso, mas no dia 16 de março de 1973, ele já estava sendo torturado na Operação Bandeirantes (DOI-CODI/SP). Seus gritos o testemunhavam. Para a cela, voltou carregado da sala de torturas. Ainda pode dizer aos outros presos: “Meu nome é Alexandre Vannucchi Leme, sou estudante de Geologia, me acusam de ser da ALN... eu só disse meu nome...”

No final da tarde do dia 17, os presos foram obrigados a ficar no fundo das celas, de costas. Mesmo assim, puderam ver um corpo ser arrastado, espalhando sangue por todo o pátio da carceragem. Alexandre fora assassinado.

No dia 30 de março de 1973, foi celebrada uma missa, na Catedral da Sé, por D. Paulo Evaristo Arns com a presença de 3 mil pessoas que chegaram até a Igreja, apesar da intensa repressão policial.

No dia seguinte, 31 de março, o governo comemorou o aniversário do Golpe de Estado de 64, a seleção brasileira jogou, as Forças Armadas marcharam e o general Médici discursou. A nota oficial de sua morte divulgada pelos órgãos de segurança nacional e publicada na grande imprensa informava que Alexandre era terrorista, membro da Ação Libertadora Nacional (ALN) - dissidência do PCB que tentou a luta armada - e morreu atropelado.

As práticas terroristas das quais foi acusado, ocorreram quando Alexandre convalescia de uma operação de apendicite conforme testemunhou seu médico, Dr. Cássio Rosa; ou quando assistia às aulas, como testemunharam colegas e professores. Os presos políticos na época, declararam ao Superior Tribunal Militar que foram testemunhas da morte de Alexandre Vannucchi Leme nas dependências da Operação Bandeirantes, sob torturas. Mesmo diante de tantas provas, o caso foi arquivado. O Ministro Rodrigo Otávio Jordão tentou reabri-lo em 1978, mas seu voto foi vencido por 13 a 1.”

ALMIR CUSTÓDIO DE LIMA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Nasceu no dia 24 de maio de 1950, em Recife, Pernambuco, filho de João Custódio de Lima e Maria de Lourdes Custódio de Lima.

Estudante secundarista da Escola Técnica Federal de Pernambuco.

No Rio de Janeiro, trabalhou como operário metalúrgico da ALUFERCO.

Foi morto em 27 de outubro de 1973, junto com Ranússia Alves Rodrigues, Vitorino Alves Moitinho e Ramires Maranhão do Vale. Todos os quatro foram presos em circunstâncias até hoje desconhecidas, e levados para a Praça da Sentinela, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, onde foram carbonizados dentro de um carro.

O documento de informação do Ministério da Aeronáutica de 22 de novembro de 1973, de nº 575, encontrado no arquivo do antigo DOPS/SP, diz:

“Dia 27 de outubro de 1973, em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança da Guanabara, foram mortos os seguintes militantes do PCBR: Ranússia Alves Rodrigues, Ramirez Maranhão do Vale, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho.”

Esse documento desmente, portanto, a versão oficial daquela época de que haviam sido encontrados num carro em chamas, provavelmente como resultado de briga entre quadrilhas, permitindo identificar dois desaparecidos Ramirez e Vitorino.

O corpo de Almir entrou no IML/RJ com a Guia nº 17 do DOPS como desconhecido, carbonizado, sendo necropsiado pelos Drs. Hélder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos, em 28 de outubro de 1973.

A perícia de local de nº947/73, realizada pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli, em 27 de outubro de 1973, dá como homicídio ocorrido na circunscrição da 32ª D.P.

O óbito de Almir, de nº 17.412, é de um homem desconhecido, tendo como *causa mortis* carbonização, sendo declarante José Severino Teixeira. Almir foi enterrado como indigente no Cemitério Ricardo de Albuquerque em 31 de dezembro de 1973, na sepultura nº 29.230, quadra 23. Em 02 de abril de 1979 seus restos mortais foram para um ossário geral e em 1980/81, foram colocados em uma vala clandestina nesse Cemitério.

No arquivo do DOPS/RJ, foi encontrado documento do I Exército, informação nº 2805, de 29 de outubro de 1973, que narra o cerco feito aos quatro desde o dia 08 de outubro de 1973. Esse cerco culminou com a prisão de Ranússia na manhã do dia 27 de outubro. Há nesse documento, interrogatório e declarações de Ranússia no DOI-CODI/RJ. O documento fala de farta documentação encontrada com Ranússia e da morte dos 4 militantes, dando-lhes os nomes completos. Termina da seguinte forma: “A imprensa da Guanabara noticiou o acontecimento da Pça. Sentinela, com versões colhidas na 32ª D.P. O DOPS/GB instaurou ‘investigação policial’, cuja conclusão demorará bastante, inclusive pela dificuldade de identificar oficialmente os terroristas cujos corpos foram carbonizados. Por tudo isto, e mais pela continuidade da ação, já que há mais onze subversivos cujos passos permanecem vigiados na esperança de registrar o encontro PCBR-ALN, esta Agência achou por bem não permitir a divulgação de nota alguma para o público externo sobre o fato”.

A imprensa carioca simplesmente noticiou a morte de dois casais em Jacarepaguá. O “*Jornal do Brasil*” de 29 de outubro de 1973, à página 4, na matéria “*Polícia especula, mas nada sabe ainda sobre os casais executados em Jacarepaguá*” e “*O Globo*”, de 29 de outubro de 1973, à página 20, na matéria “*Metralhados Dois Casais em Jacarepaguá*”, não citam os nomes dos mortos. A mesma coisa ocorre na matéria da Revista “*Veja*”, de 07 de novembro de 1973, “*Quem Matou Quem?*”. Somente em 17 de novembro de 1973, tanto em “*O Globo*”, quanto no “*Jornal do Brasil*”, respectivamente, sob os títulos “*Terroristas Morrem em Tiroteio com as Forças de Segurança*” e “*Terroristas São Mortos em Tiroteio*” é que foram publicados os nomes de Ranússia e Almir. Apesar de ter sido reconhecida oficialmente sua morte, Almir foi sepultado como indigente desconhecido.

Nos arquivos da Secretaria Estadual de Polícia Civil do Rio de Janeiro o Registro de Ocorrência da 32ª D.P., de nº 4.041, feito às 22:00 horas do dia 27 de outubro de 1973, comunica um incêndio no carro placa VW/AA-6960 e informa: “No local já se encontrava o Comissário Kalil, de plantão no DOPS, que esclareceu ser a dita ocorrência de interesse de seu Departamento e já se encarregara das providências exigidas pelo fato...”

Os Relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica falam de morte em tiroteio ao resistir à prisão e esquecem-se do fato de haverem sido carbonizados. O Relatório do Exército sequer cita o nome de Almir. Qual a intenção dos órgãos de repressão ao carbonizar seus corpos? Esconder marcas de tortura? Ocultar cadáveres?

ANATÁLIA DE SOUZA ALVES MELO

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR)

Nasceu em 9 de julho de 1945, em Mombassa, no Município de Martins, atual Frutuoso Gomes, no Rio Grande do Norte, filha de Nicácio Loia de Melo e Maria Pereira de Melo.

Era tímida, calada e gostava de estudar. Concluiu o curso científico no Colégio Estadual de Mossoró, cidade onde residiu até 1969, ano em que se casou com Luiz Alves Neto.

Até 1968 trabalhou na Cooperativa de Consumo Popular, revelando forte espírito de ajuda e solidariedade.

JUNTAMENTE COM O MARIDO, MUDARAM-SE PARA RECIFE, PASSANDO A MILITAR NO PCBR.

Sua atuação política foi na Zona da Mata (PE), junto às Ligas Camponesas.

Foi presa juntamente com seu marido, no dia 17 de dezembro de 1972. Ambos foram levados ao DOPS de Recife, em 13 de janeiro de 1973, onde foram torturados desde o primeiro instante.

Foi encontrada morta, carbonizada, na cela, no dia 22 de janeiro de 1973. Não se sabe ao certo como ocorreu sua morte, a versão oficial é de suicídio.

. ANTONIO CARLOS BICALHO LANA

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em Ouro Preto, no dia 2 de março de 1948, filho de Adolfo Bicalho Lana e Adalgisa Gomes de Lana em uma família de muitos filhos.

Fez o curso primário no Grupo Escolar D. Pedro II e o ginásio na Escola Municipal Marília de Dirceu, em Ouro Preto, onde começou o científico que não foi concluído.

Passou a atuar no movimento estudantil na década de 60, participando em Ouro Preto de um grupo de militantes formado por estudantes secundaristas, universitários e operários. Filiado à Corrente, transferiu-se para Belo Horizonte, onde morou de 1969 a 1970 e, mais tarde, passou a militar na ALN, da qual foi um dos seus dirigentes. Também conhecido como Cristiano, Cal e Mateus, Antônio Carlos dedicou-se inteiramente à luta armada.

No início de 1969, diante das prisões, torturas e assassinatos de seus companheiros, Antônio Carlos percebeu a dureza do combate em que se engajara. Firme em suas convicções, deslocou-se para o Rio de Janeiro e, mais tarde para São Paulo, por meio da ALN, cumprindo na clandestinidade várias tarefas importantes dentro da organização e em vários pontos do país. No dia 14 de junho de 1972 escapou ferido com 3 tiros de um massacre feito pelo DOI-CODI/SP, quando morreram Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Ana Maria Nacinovic Correia.

Foi preso em novembro de 1973, no Posto Rodoviário, no Canal 1, em Santos, junto com sua companheira Sônia Maria Moraes Angel Jones. Na hora da prisão, Antônio Carlos foi agredido por vários policiais tendo recebido uma coronhada de fuzil na boca.

A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança, no dia 30, dava a informação de que Antônio Carlos e Sônia haviam morrido em consequência de um tiroteio em Santo Amaro, São Paulo. Testemunhas da prisão de Antônio Carlos e Sônia atestam que os dois foram presos, em Santos, com vida, em meio à grande pancadaria para detê-los.

Conforme depoimento de Marival Dias Chaves do Canto, do DOI-CODI/SP, à revista “Veja” de 18 de novembro de 1992, Antônio Carlos e Sônia foram levados a um centro

clandestino da repressão, localizado num sítio na zona sul de São Paulo, onde foram torturados e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Depois, seus corpos foram colocados no porta-malas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, em São Paulo, onde foi encenada a farsa de um tiroteio para simular as mortes.

O corpo mutilado de Antônio Carlos foi autopsiado pelos legistas Harry Shibata e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, que descreveram as trajetórias das balas, sem nada falar sobre os sinais evidentes de torturas, como comprovam as fotos encontradas no DOPS/S, confirmando a versão oficial. Shibata confessou que registrou em seu exame técnicas de necrópsia apenas por uma questão de praxe, sem ter realizado de fato a operação. Esse depoimento consta dos anais da CPI da Câmara Municipal de São Paulo, sobre a Vala de Perus.

Para os Relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica permanece a versão falsa de que morreu após tiroteio com órgãos de segurança. O relatório do Exército sequer se refere a seu nome, apesar de terem sido os seus organismos responsáveis por sua prisão, tortura e morte.

Seus restos mortais foram exumados em 1990, com o apoio do governo municipal de Luiza Erundina, identificados pela UNICAMP e trasladados para Ouro Preto, em 16 de agosto de 1991.

ARNALDO CARDOSO ROCHA

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Filho de Annette Cardoso Rocha e João de Deus Rocha, nasceu em Belo Horizonte, no dia 28 de março de 1949.

De uma família com 9 irmãos, onde reinava o respeito, o carinho e sobretudo a alegria na casa cheia de amigos, com os almoços domingueiros regados a discussão política e cerveja, quando se reuniam todos.

Foi um menino como os demais. Coursou o primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o ginásio no Colégio Padre Machado.

Arnaldo era um garoto alegre, carinhoso com os pais e os irmãos.

Ex-soldado do exército, trabalhou no Colégio Militar, na Pampulha.

Já no Colégio, iniciou sua militância política no PCB. Não concluiu o 2º grau em razão dos rumos que o movimento estudantil tomou, a partir da repressão política.

Com relação a sua militância política era bastante reservado, segundo depoimento de sua mãe.

Ao deixar o PCB, juntamente com outros jovens, participou da CORRENTE e mais tarde integrou-se à ALN.

A partir daí foi para a clandestinidade e começaram as fugas, os paradeiros incertos. Já casado com Iara Xavier Pereira, e apesar dos momentos difíceis da luta, Arnaldo não perdeu o jeito doce de viver o cotidiano, participando e dividindo com a esposa as tarefas e afazeres de casa, cultivando, sempre que possível, os hábitos familiares e conservando o seu jeito mineiro de ser. Perseguido pela repressão, em 1972 foi para o exterior, onde permaneceu pouco tempo, recusando-se a ficar longe do Brasil e da luta.

Arnaldo foi assassinado, aos 25 anos, em São Paulo, no dia 15 de março de 1973, na Rua Caqueto, altura do número 300, no Bairro da Penha, juntamente com Francisco Emanuel Pentead e Francisco Seiko Okano, numa emboscada montada pelos agentes do DOI-CODI/SP.

O laudo necroscópico foi assinado pelo médicos legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão.

Sua família soube da notícia pela televisão, viajou para São Paulo conseguindo trasladar o corpo para que fosse enterrado em Belo Horizonte, no Cemitério Parque da Colina.

Segundo depoimento de sua mãe à época de sua morte, Arnaldo escrevia um livro, mas não sabe o que foi feito dele.

Arnaldo tinha um sonho: ter filhos, muitos filhos. Teve tempo de ter apenas um, Arnaldo Xavier Cardoso Rocha, nascido a 5 de setembro de 1973 de sua união com Iara, que com 20 anos, estudante de Engenharia Florestal em Viçosa/MG, faleceu tragicamente, em 1994.

EMANUEL BEZERRA DOS SANTOS

Militante do PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO (PCR).

Nasceu a 17 de junho de 1943 na praia de Caiçara - Município de São Bento do Norte/RN, filho de Luis Elias e Joana Elias.

Lider estudantil do Colégio Atheneu, foi presidente da Casa do Estudante. Cursava a antiga Faculdade de Sociologia, na Fundação José Augusto, onde destacou-se nos estudos do marxismo-leninismo e economia política. Organizou a bancada dos estudantes potiguares para o histórico congresso da UNE, em IBIÚNA-SP, onde foi preso com os demais companheiros. Foi enquadrado no decreto 447 da ditadura militar, e expulso da Faculdade.

Foi a principal liderança do Comitê Universitário do PCR no Rio Grande do Norte. Viveu de 68 a 73 nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Realizou viagens ao Chile e Argentina em nome do PCR.

Emanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura foram presos em Recife/PE, no dia 16 de agosto e torturados no DOPS daquele estado durante alguns dias. O policial que os prendeu e torturou, Luis Miranda transferiu-os para o delegado Sérgio Fleury, do DOPS/SP onde foram trucidados no 3º andar. As fotos do Instituto Médico Legal mostram um corte no lábio inferior produzido pelas torturas, que o legista Harry Shibata afirmou ser fruto de um tiro. Segundo denúncia dos presos políticos Emanuel foi morto sob torturas no DOI/CODI-SP, onde o mutilaram, arrancando-lhe os dedos, umbigo, testículos e pênis.

Dois meses depois desses assassinatos, o Delegado Sérgio Fleury transfere ao torturador Luis Miranda, José Carlos Novaes da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda para serem torturados no DOPS/Recife, mortos em outubro de 1973.

A versão dos órgãos de segurança é de que Emanuel e Manoel teriam morrido em tiroteio com a polícia no Largo de Moema, em São Paulo, no dia 4 de setembro de 1973. Nesse suposto tiroteio, um teria matado o outro.

ASSINARAM O LAUDO DE NECRÓPSIA OS MÉDICOS LEGISTAS HARRY SHIBATA E ARMANDO CANGER RODRIGUES. FOI ENTERRADO COMO INDIGENTE NO CEMITÉRIO DE CAMPO GRANDE/SP. EM 13 DE MARÇO DE 1992, SEUS RESTOS MORTAIS, DEPOIS DE EXUMADOS E PERICIADOS PELA UNICAMP, FORAM TRASLADADOS PARA A SUA TERRA NATAL.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que ele “morreu no dia 4 de setembro de 1973, em confronto com agentes dos órgãos de segurança em Moema/SP.

Mesmas circunstâncias da morte de Manoel Lisboa de Moura”. Já o Relatório do Ministério da Marinha afirma que foi “preso em Recife/PE em agosto de 1973. Trazido para São Paulo declarou estar aguardando a chegada de outro subversivo do exterior. No momento do encontro, os agentes deram voz de prisão, porém o recém-chegado reagiu a tiros, seguindo-se intenso tiroteio; os dois faleceram a caminho do Hospital das Clínicas.”

Poema feito quando da primeira prisão de Emanuel na Base Naval de Natal, em 1969:

EUDALDO GOMES DA SILVA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nascido a 1 de outubro de 1947, no Estado da Bahia, filho de João Gomes da Silva e Izaura Gomes da Silva.

Estudante de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, membro do Diretório Central dos Estudantes, durante o ano de 1968, e presidente do Diretório Acadêmico de sua Faculdade.

Banido do Brasil, em 15 de junho de 1970, por ocasião do seqüestro do embaixador da Alemanha, Von Holleben, com mais 39 presos políticos.

Retornando ao Brasil clandestinamente, foi morto no dia 7 de janeiro de 1973 juntamente com Pauline Reichstul, Evaldo Luís Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e Soledad Barret Viedma em uma chácara no loteamento de São Bento, no município de Paulista, em Pernambuco. O caso é conhecido como Massacre da Chácara São Bento.

Os torturadores e assassinos crivaram de balas os cadáveres dos seis combatentes, jogaram várias granadas na casa da referida chácara, com o objetivo de aparentar um violento tiroteio, dizendo que lá se realizava um suposto congresso da VPR. Na versão oficial, constava que José Manoel da Silva teria sido preso e conduzido os policiais até o local onde se realizava o congresso, sendo morto pelos próprios companheiros durante a invasão. No tiroteio travado, teria conseguido escapar Evaldo Luís Ferreira de Souza que, no dia seguinte, foi localizado no município de Olinda, numa localidade chamada “Chã de Mirueira” - Jatobá, e ao resistir à prisão, teria sido morto. Segundo ainda a nota, só Jarbas Pereira Marques teria morrido no local, sendo que os outros morreram, em consequência dos ferimentos recebidos.

Na realidade, todos foram presos pela equipe do delegado Sérgio Fleury, que os torturou até a morte, na própria chácara.

As prisões e seqüentes assassinatos foram fruto do trabalho do informante infiltrado na VPR, ex-cabo Anselmo e, para encobrir sua ação, bem como possibilitar que ele pudesse levar à morte outros combatentes, a nota oficial falava da traição de José Manoel que teria possibilitado a localização e aniquilamento dos demais, dando ainda a notícia de que um outro “terrorista”, não identificado, teria conseguido fugir na hora da invasão. Esse fato foi noticiado exatamente para tentar dar cobertura à continuação do trabalho de infiltração do assassino ex-cabo Anselmo.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que “faleceu em 8 de janeiro de 1973, em Recife/PE, ao reagir a ordem de prisão, travando intenso tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, vindo a falecer em consequência dos ferimentos. Mesma circunstância da morte de Pauline Philipe Reischstul.” Já o Relatório do Ministério da Marinha afirma que “foi morto em Paulista/PE, em 8 de janeiro de 1973 ao reagir a tiros à

voz de prisão dada pelos agentes de segurança. Do intenso tiroteio resultaram vários feridos.”

IVALDO LUÍS FERREIRA DE SOUZA

MILITANTE DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu no Estado do Rio Grande do Sul, em 5 de junho de 1942, filho de Favorino Antonio de Souza e Maria Odete de Souza.

Muito jovem entrou para Marinha de Guerra, engajando-se no movimento dos marinheiros. Com o golpe de 1964, foi expulso pelo Ato Ministerial nº 365/64, devido à sua atuação na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Foi preso e morto sob torturas juntamente com outros companheiros no dia 07 de janeiro de 1973.

Ver nota referente a Eudaldo Gomes da Silva.

FRANCISCO EMANOEL PENTEADO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em Taquaritinga, São Paulo, a 29 de dezembro de 1952, filho de Francisco Santa Cruz Negreiros Penteado e Nadir Pereira Pinto. Estudante secundarista. Teve prisão preventiva decretada em 23 de outubro de 1972.

Foi assassinado no dia 15 de março de 1973, na Rua Caquito, nº 300, no bairro da Penha, São Paulo, juntamente com Arnaldo Cardoso Rocha e Francisco Seiko Okamo, por agentes do DOI-CODI/SP.

O laudo de necrópsia foi assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão.

Seu sepultamento foi feito pela família no Cemitério Ghethessêmani, em São Paulo, no dia 16 de março de 1973.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que “faleceu em 15 de março de 1973, em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança no bairro da Penha/SP”. O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi morto em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança na Penha, São Paulo.”

FRANCISCO SEIKO OKAMO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nascido em São Carlos, Estado de São Paulo, filho de Masahare Okama e Nabe Okama. Era operário metalúrgico.

Assassinado aos 25 anos, no dia 15 de março de 1973, na Rua Caquito, nº 300, no bairro da Penha, em São Paulo, juntamente com Arnaldo Cardoso Rocha e Francisco Emanuel Penteado, por agentes do DOI-CODI/SP.

Francisco, apesar de ferido na emboscada, tentou a fuga, tendo sido metralhado pelas costas, poucos metros adiante do local onde tombaram seus companheiros.

O laudo necroscópico foi assinado pelo médicos legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão.

Foi enterrado no Cemitério de Mauá por seus familiares.

O RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA E O DO MINISTÉRIO DA MARINHA TRAZEM A MESMA VERSÃO, CONFORME DESCRITO NO CASO DE EVALDO LUIS FERREIRA DE SOUZA.

GILDO MACEDO LACERDA

Militante da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML).

Nasceu na cidade de Ituiutaba, município de Veríssimo, no Triângulo Mineiro, em 8 de julho de 1949, numa família de pequenos sitiantes.

Filho de Célia e Agostinho Nunes Lacerda mudou-se muito cedo, com sua família, para Uberaba.

Estudou no Colégio Triângulo, Escola Normal e Colégio Dr. José Ferreira, onde foi presidente do Grêmio Central Machado de Assis. Foi membro ativo e diretor do Círculo de Estudos da União da Mocidade Espírita, do Departamento de Evangelização da Criança, do programa radiofônico “Hora Espírita Cristã” e orador da Mocidade Espírita Batuira.

Fazia o programa radiofônico “*Ondas de Luz*” da Comunidade Espírita de Uberaba, em que refletia sobre a obra de Allan Kardec e Francisco Cândido Xavier.

Nos anos de 1965/1966 fez teatro amador em Uberaba, participando como sócio ativo do NATA - Núcleo Artístico de Teatro Amador.

Nesse mesmo período, ainda secundarista, foi orador oficial da União Estudantil Uberabense (UEU) e do Partido Unificador Estudantil (PUE).

Em 1967, já como ativista da Ação Popular (AP) no movimento estudantil, Gildo transferiu-se do Colégio “Dr. José Ferreira” para Belo Horizonte, onde fez o 3º Científico integrado ao pré-vestibular.

Gostava de se corresponder com estrangeiros, sempre em francês. Em suas cartas descrevia a situação política do País e a luta dos estudantes contra a dominação econômica e cultural dos Estados Unidos.

Suas preferências eram: no teatro, Tchecov; na música, Antônio Carlos Jobim, Gilbert Bécaud e Frank Sinatra; na poesia, Vinícius de Moraes, Moacyr Felix, Carlos Drummond de Andrade, Thiago de Mello, Pablo Neruda, Evtuchenko e Paul Claudel.

Em 1968, prestou o concurso vestibular, ingressando na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais. Pouco tempo depois, devido à intensa militância, foi excluído da Universidade com base no Decreto-Lei 477, editado em fevereiro de 1969, pelo General Costa e Silva.

Transferiu-se para São Paulo e, em seguida, para o Rio de Janeiro, já atuando na clandestinidade e buscando fugir às perseguições impostas pela ditadura militar.

Foi eleito Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes durante a gestão 69/70, na última diretoria, antes da desarticulação total da entidade pelas forças da repressão.

Deslocou-se, em 1972, para Salvador, Bahia, e fazia parte da Direção Nacional da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Pouco antes de ser preso, Gildo esteve em Uberaba – no auge da ditadura Médici – em companhia de Mariluce, sua mulher, descansando no sítio da família, próximo a Veríssimo.

A sua última carta para os familiares foi datada de 17 de setembro de 1973. Nesta missiva, ele manifestou sua preocupação por não receber cartas da família,

acreditando em extravio de correspondência. Falou, ainda, de seu trabalho, do salário melhor, da saudade de todos e de uma próxima ida a Uberaba, no final do mês, despedindo-se com um até breve.

Gildo e Mariluce Moura, sua mulher, foram presos no dia 22 de outubro de 1973, em Salvador, no Quartel do Barbalho, pelo Exército e, imediatamente, conduzidos às câmaras de tortura. Malu, grávida, foi libertada alguns dias depois, e não mais o viu. Gildo foi transferido para o DOI-CODI de Recife onde foi torturado até a morte, no dia 28 de outubro de 1973, quando tinha 24 anos de idade.

Os órgãos de segurança noticiaram, no dia 19 de novembro de 1973, que Gildo, ao ser interrogado, teria fornecido a informação do local onde se encontraria com José Carlos Novaes da Mata Machado e com um terceiro elemento de nome Antônio. Chegando ao local do encontro, teria havido um tiroteio onde “Antônio” teria matado Gildo e José Carlos teria sido morto em consequência de tal incidente.

A versão oficial, além de encobrir os assassinatos sob tortura de Gildo e José Carlos, tentou encobrir a prisão e posterior desaparecimento de Paulo Stuart Wright, quando se referiu ao Antônio, que teria conseguido fugir.

Sua família luta, incessantemente, até hoje, pela localização de seus restos mortais, por um sepultamento digno e para que a União assuma a responsabilidade por sua morte.

Ainda segundo a nota oficial, Gildo e José Carlos teriam sido baleados na Avenida Caxangá com a Rua General Polidoro, no Recife.

Passados 21 anos, soube-se por Gilberto Prata Soares, antigo militante da década de 70 que se transformou em informante dos órgãos de repressão, mais detalhes sobre os presos.

Tessa, com 21 anos, filha de Gildo, que não chegou a conhecer o pai, mora hoje em São Paulo, com sua mãe Mariluce.

No Relatório do Ministério da Marinha consta como “morto em tiroteio por agentes de segurança em Recife/PE em 1º de novembro de 1973.”

Depoimento da mãe de Gildo, Célia Garcia Macedo Lacerda:

“Meu saudosos filho, Gildo Macedo Lacerda, foi um moço notável, simpático e justo, empreendedor e dinâmico.

Vivia sempre rodeado de bons amigos e por onde passava ia sempre conquistando novas amizades, isto graças à sua afabilidade, ao seu coração magnânimo, à sua grandeza de alma.

Era amigo da Paz e da Justiça. Seu maior desgosto era ver alguém ser pisoteado sofrendo calamidades injustamente.

Era possuidor de um coração generoso e nobre, vivia sempre dando o melhor de si em prol da comunidade.

Ficamos arrasados com tudo o que aconteceu com o nosso querido Gildo. Ficamos também decepcionados com o cinismo por parte dos seus algozes e pelo consentimento daquele governo déspota.

Gildo morreu como morrem todos os heróis, de cabeça erguida e consciência tranquila. Seu desaparecimento foi uma perda irreparável, não só para nós os seus familiares, como para toda a nação.

Sentimos até hoje uma incomensurável falta da sua presença amiga, bondosa, com toda aquela gentileza que lhe era muito peculiar. Como também sentimos a falta de seu apoio, ele era o nosso arrimo, o nosso braço direito.

Era ele quem nos orientava, nos aconselhava, resolvendo os problemas com acerto, com a orientação dele, tudo dava certo.

Estou escrevendo com as lágrimas a escorrer-me pelas faces, pois, até hoje eu sinto uma dor intensa, arraigante, a corroer-me as mais profundas entranhas da alma.

E esta dor eu sei que me acompanhará até ao túmulo, por ter perdido o meu querido e amado filho que foi vítima fatal da sanha daqueles bárbaros desumanos, como tantos outros, brutalmente assassinado.

Mas, não desejo mal a eles, entrego para Deus; somente a Deus compete dar a punição que esses pobres infelizes merecem.”

HELBER JOSÉ GOMES GOULART

MILITANTE DA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Filho de Geraldo Goulart do Nascimento e de Jandira de Souza Gomes, nasceu em Mariana, Minas Gerais, no dia 19 de setembro de 1944.

Tinha duas irmãs, Maria do Carmo e Elba que se lembram, com saudades, do Helber criança: passivo, quieto, que gostava de escrever, ler, gostava especialmente, de “Quarup” e “Bar Don Juan” de Antonio Callado.

Apreciava música erudita e música popular brasileira. Estudou até a segunda série ginasial em Mariana, no Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade/CNEC. Apesar de sua pouca escolaridade, Helber era um rapaz de vasta cultura por sua vivência e muitas leituras.

Começou a trabalhar muito cedo: aos 11 anos, entregando jornais; aos 13 anos, no escritório da fábrica de tecidos de Mariana e, pouco depois, como datilógrafo, na Prefeitura. Foi para São Paulo em 1961, com 17 anos, em busca de melhores condições de trabalho, lá permanecendo até 1963.

Iniciado na luta política através de seu pai, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro/PCB, nesse mesmo ano juntou-se ao “Grupo dos Onze”.

Após o golpe de 1964, Helber foi julgado na Auditoria Militar, de Juiz de Fora e, em seguida, mudou-se para o Mato Grosso, para trabalhar na construção da Hidrelétrica de Urubupungá, como apontador. Revoltou-se profundamente com as péssimas condições de trabalho e segurança a que eram submetidos os operários.

Retornou a Mariana em 1968, mudando-se para Ouro Preto em 1969, quando se integrou à Ação Libertadora Nacional/ALN.

Partiu em 1971 para São Paulo, já clandestino. A partir de então, os contatos com a família foram sendo feitos através de cartas e de raros encontros. Os últimos encontros foram nos meses de março e junho de 1973, pouco antes de sua morte pelas forças da repressão.

Numa carta enviada à família, em 08 de outubro de 1971, ele brincava dizendo que trabalhava 25 horas por dia pois levantava sempre 1 hora mais cedo e não tinha tempo para “paquerar”. Dizia que os problemas não se resolveriam no plano individual e sim coletivamente; recomendava-lhes bons livros e bons filmes: “Queimada”, “Os Estranhos Caminhos de São Tiago” e, também, a leitura do “Pasquim”. Criticava o sistema, o ufanismo exagerado, a política de massificação, despedindo-se com afeto e saudades. Sua última carta é datada de 07 de setembro de 1972.

Helber foi preso e torturado até a morte pelos agentes do DOI-CODI/São Paulo.

A versão oficial é de morte em tiroteio, às 16 horas do dia 16 de julho de 1973, nas imediações do Museu do Ipiranga, em São Paulo.

Entretanto, Helber foi visto no DOI-CODI/SP por diversos presos políticos alguns dias antes do dia 16, quando estava com a barba por fazer há vários dias. Em consequência das torturas sofridas, seu estado de saúde obrigou os agentes do DOI-CODI a levá-lo, para ser atendido no Hospital Geral do Exército, no Cambuci, bairro próximo ao Museu do Ipiranga.

Sua família tomou conhecimento de sua morte no dia 18 de julho de 1973 pela TV, e no dia 19 de julho, através dos jornais. Não teve acesso aos seus objetos pessoais: documentos, roupas, livros e outros pertences.

O laudo do exame cadavérico do Instituto Médico Legal foi solicitado pelo delegado Romeu Tuma, na época chefe do Setor de Inteligência do DEOPS/SP.

O laudo necroscópico, assinado por Harry Shibata e Orlando Brandão, descreve diversos ferimentos, sem referir-se às marcas de tortura.

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus/SP. Seus restos mortais foram exumados e identificados pela equipe da UNICAMP e, em 13 de julho de 1992, trasladado para Mariana, onde foram sepultados no Cemitério de Santana, após missa celebrada por D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB.

O Relatório do Ministério da Marinha mantém a falsa versão de morte em tiroteio.

HENRIQUE ORNELAS FERREIRA CINTRA

ADVOGADO EM ARAPONGAS, NO PARANÁ.

Segundo nota oficial e declarações prestadas à imprensa pelo Gen. Antônio Bandeira, Henrique teria se suicidado no 8º Grupo de Artilharia Antiaérea, em Brasília, onde se encontrava preso para averiguação de possíveis ligações subversivas.

JARBAS PEREIRA MARQUES

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Filho de Antônio Pereira Marques e Rosalia Pereira Marques, nasceu no dia 27 de agosto de 1948 em Recife/PE. Ingressou no Movimento Estudantil Secundarista quando ainda estudava no Colégio Porto Carreiro em Recife. Foi preso a primeira vez em 17 de agosto de 1968, quando distribuía panfletos convocando os estudantes a comparecerem ao congresso da UBES. A polícia invadiu sua casa e encontrou livros e manifestos considerados subversivos pelos órgãos de segurança de PE. Foi torturado e contraiu tuberculose pulmonar logo após sair da prisão. Casou-se em 17 de dezembro de 1970 com Tercia Maria Rodrigues Marques e viajaram para São Paulo, regressando no final de 1971 e juntamente com o Cabo Anselmo (conhecido por Daniel) era responsável pela articulação da VPR no Noreste. Em 8 de janeiro de 1973, quando estava trabalhando na Livraria Moderna em Recife, recebeu um telefonema e deixou a livraria com “estranhos” que vieram lhe buscar deixando um recado para sua esposa, no qual afirmava que não voltaria mais. Jarbas já tinha forte suspeita do envolvimento do Cabo Anselmo com a equipe do Delegado Fleury e os órgãos de segurança de Pernambuco, e segundo informes de seus familiares Jarbas e esposa já estavam se mobilizando para deixarem o Recife o País ou entrarem para clandestinidade. No dia 11 de janeiro de 1973 os jornais locais noticiaram a morte de Jarbas e mais cinco membros da VPR na Granja São Bento em Paulista-PE. Jarbas

Pereira Marques deixou uma filha, naquela época, com 10 meses de idade e muita saudades na família e entre os inúmeros amigos que tinha.

JOSÉ CARLOS NOVAES DA MATA MACHADO

Dirigente da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML).

Nasceu a 20 de março de 1946 na cidade do Rio de Janeiro, filho de Yedda Novaes da Mata Machado e de Edgard Godói da Mata Machado.

Texto escrito por Bernardo, irmão de José Carlos, em outubro de 1993, por ocasião dos 20 anos da morte de José Carlos:

“José Carlos frequentou o curso primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, o ginásio no Colégio Estadual de Minas Gerais, onde fez o curso clássico. Durante a adolescência, fundou, junto com amigos do bairro Funcionários, o Youth Clube, grupo de jovens unidos pela convivência em festas, atividades esportivas, namoros e conversas animadas.

Em 1964, entrou para o curso de Direito da UFMG, tendo obtido a primeira colocação no vestibular. Em 1966, concluiu o serviço militar obrigatório no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), sendo sua patente de oficial posteriormente cassada pelo Exército.

Na Faculdade, foi um dos fundadores do Grupo de Alunos da Turma de 1964 (GAT-64) que exerceu muita influência política entre os estudantes. Sua liderança foi-se consolidando até o ponto de seus colegas brincarem dizendo que José Carlos não era mais o ‘filho do professor Edgard’, mas o professor é que se tornara ‘pai do Zé’. Em 1967, foi eleito presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP) e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nessa época, já integrava os quadros da Ação Popular.

Em outubro de 1968, durante a realização do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), José Carlos foi preso e condenado a oito meses de reclusão nas celas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de Belo Horizonte.

Solto, no segundo semestre de 1969, continua na luta, porém clandestinamente. Em 1970 casou-se com sua companheira de AP, Maria Madalena Prata Soares, e morou, por mais de um ano, numa favela de Fortaleza (CE), exercendo o ofício de comerciário.

Gilberto Prata Soares, seu cunhado e ex-membro da AP, preso em fevereiro de 1973, concordou em colaborar com o CIEx na identificação dos militantes da AP. A partir de março de 73, com a ajuda do informante, os seus passos e de Madalena foram minuciosamente rastreados pelos órgãos de repressão. Em consequência, militantes e simpatizantes começaram a cair como num jogo de dominó.

Pressentindo que o cerco se fechava, advogados do escritório de Joaquim Martins da Silva (companheiro de José Carlos na Faculdade de Direito), em São Paulo, fizeram contato com a família. José Carlos e Madalena já haviam confiado aos avós a guarda do filho Dorival, nascido em Goiânia, no dia 19 de fevereiro de 1972.

No dia 18 de outubro, atendendo ao apelo vindo de São Paulo, dois cunhados e um amigo da família foram encarregados de buscar José Carlos e conduzi-lo à fazenda de um tio, no interior de Minas Gerais. Madalena se encontraria com eles num sítio próximo a Belo Horizonte. No dia 19 de outubro, em São Paulo, para onde José Carlos tinha ido com o principal objetivo de providenciar cobertura jurídica

para os companheiros presos, encontraram-se no escritório de Joaquim Martins da Silva. Ali combinaram novo encontro em um posto de gasolina na saída da cidade. Não percorreram mais do que alguns quilômetros e foram presos por elementos à paisana fortemente armados. Algemados e encapuzados, foram conduzidos provavelmente para o DOI-CODI/SP, onde foram submetidos a interrogatórios durante três dias. No dia 21 foram transferidos, à exceção do José Carlos, para o 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, onde permaneceram incomunicáveis. Na noite de 22, Madalena e seu filho Eduardo (do primeiro casamento) foram presos no sítio onde se encontravam. Nesse mesmo dia, Gildo Macedo e sua esposa foram presos em Salvador pela Polícia Federal. No dia 31, quarta-feira pela manhã, os representantes da família foram soltos. Na noite do mesmo dia 31, os meios de comunicação transmitiram nota oficial informando sobre a morte de José Carlos e Gildo Macedo Lacerda num tiroteio em Recife. A nota dizia que ambos confessaram, durante interrogatórios, que teriam no dia 28 um encontro com 'um subversivo de codinome Antônio'. Levados para o local, o referido 'Antônio' pressentiu alguma anormalidade e abriu fogo contra seus companheiros.

A morte dos dois militantes estava repercutindo nacional e internacionalmente (New York Times de 13 de novembro, Le Monde do dia 14 de novembro e Avvenire D'all Italia e Dal Mondo de 15 de novembro). No dia 7, a denúncia do Prof. Edgard ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi lida na Câmara e no Senado pelos líderes da oposição, Deputado Aldo Fagundes e Senador Nelson Carneiro. A repercussão, somada ao esforço dos advogados de Recife, Oswaldo Lima Filho e Mércia Albuquerque, resultou na autorização para a exumação e o traslado do corpo para Belo Horizonte. A condição imposta pelo coronel Cúrcio Neto, comandante militar da 7ª Região, foi a de que não houvesse publicidade. Até mesmo o aviso fúnebre foi proibido.

A Dra. Mércia acompanhou a exumação, realizada no dia 10 de novembro. José Carlos, assim como Gildo, foram enterrados como indigentes num caixão de madeira sem tampa e com fundo de taliscas.

No dia 15 de novembro, após ordens e contra-ordens, o corpo de José Carlos foi finalmente liberado e chegou a Belo Horizonte às 13:15 h, em caixão lacrado. Às 14:30 h foi sepultado no cemitério Parque da Colina.

Embora, já no dia 9 de novembro de 73 tenha sido protocolada uma representação junto à Procuradoria Geral da Justiça Militar requerendo a instauração de um Inquérito Policial Militar, até hoje não foram tomadas providências para apurar os fatos que cercaram a morte de José Carlos. Não se sabe qual a autoridade responsável por sua prisão em São Paulo, nem se conhecem as circunstâncias de sua transferência para Recife.

Sua morte, na madrugada do dia 28, foi testemunhada pela estudante Fernanda Gomes de Matos e Melânia Almeida Carvalho, que estavam presas no DOI-CODI do Recife. Fernanda reconheceu, imediatamente, quando Mata Machado chegou no dia 27 de outubro de 1973, escoltado por agentes, com uma venda nos olhos.

Após várias horas de agonia, pedindo ajuda, porque estava perdendo muito sangue, a voz grave de Mata Machado silenciou.”

O nome de José Carlos Mata Machado foi dado a uma rua em Belo Horizonte no lugar de sua antiga denominação que era *Dan Mitrione*, torturador que veio dos Estados Unidos para o Brasil com o objetivo de ensinar “*Métodos Modernos de Interrogatório*” aos policiais e militares. Suas cobaias eram mendigos recolhidos nas ruas e seu alvo eram os presos políticos.

JOSÉ MANOEL DA SILVA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu em 2 de dezembro de 1940, em Tirotemo, Pernambuco, filho de José Manuel da Silva e Luiza Elvira da Silva.

Ex-cabo da Marinha, expulso em 1964.

Foi assassinado sob torturas pela equipe do delegado Sérgio Fleury no dia 8 de janeiro de 1973, no Massacre da Chácara São Bento. Os detalhes desse massacre estão na nota referente a Eudaldo Gomes da Silva.

Em 19 de dezembro de 1994, sua viúva Genivalda Maria da Silva exumou seus restos mortais.

À época da morte de José Manoel, Genivalda também foi presa, torturada e estuprada por soldados do Exército. Ficou, então, sem coragem para reclamar o corpo do marido. Só agora, com o apoio do Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco, ela tomou a iniciativa de exumar seus restos mortais e dar-lhe uma sepultura digna.

JOSÉ MENDES DE SÁ RORIZ

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Nascido no Crato, Ceará, em 30 de dezembro de 1927, filho de Belarmino de Sá Roriz e Leonina Mendes de Sá Roriz. Casado, tinha quatro filhos.

Aos 15 anos de idade engajou-se na 9ª Companhia de Fuzileiros Navais, lutando na 2ª Guerra Mundial, onde foi ferido, perdendo um olho. Por sua coragem, recebeu inúmeras condecorações.

Em 1956, foi com a família para o Rio de Janeiro, reformado como 2º Sargento. Logo ligou-se ao PCB, participando de vários movimentos sindicais e candidatando-se a deputado federal. Participou do “Grupo dos 11” com Leonel Brizola.

Após o golpe militar de 1964, foi preso várias vezes, passando pela Vila Militar, Ilha das Flores, DOPS/RJ e Polícia do Exército.

Libertado, em 1965, conseguiu asilo político no México, onde permaneceu até 1969.

Em 1968, sua filha mais velha, Suely Roriz foi presa e levada à PE/RJ, aos 18 anos de idade, por ter dado entrevista à imprensa em defesa do pai que, exilado, era acusado pela ditadura por uma série de ações armadas.

Em 1969, Sá Roriz voltou do exílio devido à grave doença de seu filho mais novo e viveu clandestino até sua prisão e morte em fevereiro de 1973.

Em 28 de janeiro de 1973, sua casa mais uma vez foi invadida pela repressão e seu filho mais novo, Eduardo, de 17 anos, foi preso e torturado e toda a família ameaçada para que se

entregasse. Apresentou-se, então, ao Marechal Cordeiro de Farias, seu filho foi libertado e Sá Roriz preso, ficando 17 dias no DOI-CODI/RJ, de onde saiu morto.

Seu atestado de óbito afirma que morreu em 17 de fevereiro de 1973, no Hospital Central do Exército e não apresenta *causa mortis*, afirmando “depende de exames laboratoriais solicitados”. Somente foi assinado em 11 de julho de 1973 (5 meses após a sua morte), tendo sido firmado pelo Dr. Rubens Pedro Macuco Janine.

O corpo de Sá Roriz foi enterrado no Cemitério Jardim da Saudade (RJ) por sua família, em 18 de fevereiro de 1973, após muita insistência para liberação.

O resultado do exame toxicológico das vísceras e sangue de Sá Roriz (Documento de nº 432.117, enviado pelo ofício nº 1142 de 19 de fevereiro de 1973 do Hospital Central do Exército) é negativo.

Vários pedidos de abertura de processo foram encaminhados ao Ministério da Justiça, sem qualquer resposta.

LINCOLN BICALHO ROQUE

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

NASCEU EM SÃO JOSÉ DO CALÇADO NO ESPÍRITO SANTO NO DIA 25 DE MAIO DE 1945, FILHO DE MARIA AUGUSTA BICALHO ROQUE E JOSÉ SARMENTO ROQUE.

Cursou o primário no Grupo Escolar Bodart Júnior de Rio Novo do Sul e o Ginásio no Colégio Estadual do Espírito Santo em Vitória, onde tirou primeiro lugar, conseguindo com isto cursar o segundo grau no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

Foi aprovado para todas as faculdades de medicina do Estado do Rio de Janeiro, chegando a cursar um ano desta disciplina na Faculdade Nacional de Medicina. Após esse ano, trancou a matrícula, passando a cursar Sociologia também na Faculdade Nacional.

Formou-se sociólogo em 1967, quando foi contratado professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Em abril de 1968, por suas atividades políticas, foi compulsoriamente aposentado.

Trabalhou ainda como sociólogo no SESC (Serviço Social do Comércio) até passar a viver na clandestinidade em 1972. Após esta data continuou realizando trabalhos para esta e outras instituições utilizando nome de terceiros.

Antes de passar à clandestinidade, foi preso várias vezes. Participou do Programa Nacional de Alfabetização e integrou o Comitê Estadual e o Comitê Central do PC do Brasil.

Deixou marcas por toda a sua vida estudantil, profissional e política, seja por sua paciência e persuasão nas discussões intelectuais ou por sua genialidade, carinho e carisma em suas diversas e intensas relações pessoais.

Lincoln desapareceu em 13 de março de 1973. De imediato, a família percorreu os órgãos policiais à procura de informações. Após uma incansável busca, pediram ajuda à CNBB. Em 21 de março divulgou-se a notícia de que Lincoln fora morto ao resistir à prisão em um choque armado no Campo de São Cristóvão.

Após sucessivas idas e vindas ao Ministério do Exército, informaram que o corpo poderia ser encontrado no IML.

O corpo apresentava inúmeras marcas de tortura e foi mantido fora da geladeira do dia 22 para o dia 23 de março. Tais fatores, juntamente com as pressões dos órgãos de

segurança, dificultaram o reconhecimento e obrigaram a família a realizar o enterro imediatamente, sem ao menos velar seu ente querido.

Os algozes da repressão não aliviaram a perseguição a Lincoln sequer na hora de seu enterro, que contou com a incômoda presença de “olheiros”, que verificavam atentamente quais dos presentes poderiam também ser enquadrados como subversivos.

Hoje se sabe que foi preso em frente à Igreja de São João de Meriti onde tinha um ponto marcado com um companheiro.

No momento, a família move um processo responsabilizando a União pelo cruel assassinato de Lincoln.

A versão oficial da repressão afirma que morreu “ao reagir às Forças de Segurança”, sendo seu corpo encontrado ao lado do Pavilhão de São Cristóvão (RJ), em 13 de março de 1973, com mais de 15 tiros.

Seu cadáver entrou no IML/ RJ, no mesmo dia como desconhecido, pela Guia N° 15 do DOPS. A necrópsia, realizada no dia seguinte pelos Drs. Gracho Guimarães Silveira e Jorge Nunes Amorim, confirma a falsa versão oficial da repressão de que foi morto em tiroteio.

Foi reconhecido, segundo documento n° 437 do DOPS/RJ, em 16 de março de 1973, pelas impressões digitais e retirado por seu irmão, sendo enterrado pela família, em 23 de março no Cemitério Jardim da Saudade (RJ).

No laudo de perícia de local há a seguinte afirmação: “... com o cadáver, ou nas proximidades, não foram encontrados quaisquer documentos, pertences ou outros elementos materiais...”.

As fotos de perícias de local mostram claramente sinais de torturas nos olhos e lábios. O que é confirmado pelas declarações do preso político José Auri Pinheiro, em Auditoria Militar, à época, que denuncia as torturas sofridas por Lincoln.

Sua morte foi publicada pelo “*O Globo*” e “*Jornal do Brasil*”, de 22 de março de 1973, sob os respectivos títulos: “*Terrorista reage à prisão e é morto a tiros na rua*” e “*Autoridades de Segurança informam sobre a morte de um militante do PC do B*”.

LUÍS GUILHARDINI

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 1920, na cidade de Santos, São Paulo.

Operário naval, ferreiro e, posteriormente, jornalista. Casado, tinha um filho adotivo, Gino, muito querido por ele.

Em 1945, ainda na cidade de Santos, entrou para o Partido Comunista do Brasil e atuava junto aos portuários.

Em 1953 foi para o Rio tornando-se membro do Comitê Regional dos Marítimos.

Em 1962, alinhou-se com o grupo que deu origem ao PC do B e, em 1966, foi eleito membro de seu Comitê Central.

Foi morto aos 53 anos de idade no Rio de Janeiro, logo após a sua prisão. Seu cadáver foi encontrado nas Ruas Girapimirim com Turvânia (RJ).

Sua esposa, Orandina Guilhardini, narra que, em **04 de janeiro de 1973**, sua casa à Rua Guararema, nº 62 (RJ) foi invadida por treze homens armados e que ali mesmo começaram as torturas. Ela, seu filho de 8 anos e Luiz Guilhardini foram colocados em cômodos separados e espancados. Levados encapuzados em viaturas diferentes para um local que presume fosse o DOI-CODI/RJ. Seu filho assistiu o pai ser torturado, ao mesmo tempo que também sofria sevícias.

No mesmo dia, Orandina e seu filho foram levados para um quartel do Exército, que supõe ficasse em São Cristóvão. Ali permaneceram três dias em uma cela exposta ao sol, o que provocou desidratação na criança. Esta foi levada para o antigo SAM (Serviço de Assistência ao Menor), no bairro de Quintino. Orandina era interrogada diariamente e, cerca de nove dias depois de sua prisão, soube por um dos torturadores que Luiz Guilhardini estava morto. “Seu homem bancou o durão e foi pro inferno e você também está a caminho para lhe fazer companhia”, lhe foi dito em um dos interrogatórios.

Somente foi liberada três meses depois, quando conseguiu encontrar seu filho. O corpo de Guilhardini entrou no IML em 05 de janeiro de 1973, pela Guia nº 14 do DOPS, como desconhecido, descrevendo-o apenas como “morto quando reagiu às Forças de Segurança”.

Sua necrópsia realizada no mesmo dia como desconhecido, é firmada pelos Drs. Salim Raphael Balassiano e Rubens Pedro Macuco Janini que confirmam a falsa versão de morte em tiroteio, apesar de descreverem que “o membro superior direito exhibe sinais de lesões violentas”.

Sua esposa afirma que Guilhardini saiu de casa preso com as mãos amarradas por fios e que seus braços estavam roxos. As fotos de perícia do local, ICE nº 0078/73, mostram os pulsos de Guilhardini com claros sinais de algemas ou fios, o que a necrópsia não descreve.

Foi reconhecido oficialmente, no mesmo dia, pelo Serviço de Identificação do Instituto Félix Pacheco/RJ e, no dia seguinte foi enterrado, com seu próprio nome, como indigente, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (RJ) na cova 22.708, quadra 21. Em 20 de março de 1978, seus restos mortais foram transferidos para um ossário geral e, em 1980/81, enterrados numa vala clandestina com cerca de 2.000 outras ossadas de indigentes.

A certidão de óbito nº 17.117, estranhamente coloca sua morte em 01 de janeiro de 1973 e é assinada pelo 2º legista Rubens Pedro Macuco Janini e não pelo 1º legista, como ocorre normalmente. Tem como declarante José Severino Teixeira.

Laudo de perícia de local (Ocorrência nº 14/73) afirma não haver arma de fogo no local e que “nos pulsos da vítima havia sinais recentes de ferimentos produzidos por algo que os prenderam. Os ferimentos embora superficiais faziam-se notar nitidamente”. Informa ainda que Luiz estava vestido com “camisa esporte azul clara e calça azul sobre cueca branca e sapato azul e branco”. Sua esposa informa que foi preso com bermudas e chinelos, mas que os homens que o levaram, pegaram um terno azul de linho, camisa e sapatos.

LUÍS JOSÉ DA CUNHA

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 02 de setembro de 1943 em Recife, Pernambuco, filho de José Joviano da Cunha e Maria Madalena da Cunha.

Foi fuzilado, quando tinha 27 anos, pela equipe do Grupo Especial do DOI/CODI-SP, chefiada pelo agente conhecido como “Capitão Nei” e tenente da PM “Lott”, na altura do nº 2200, da Av. Santo Amaro, em São Paulo, no dia 13 de julho de 1973.

A emboscada montada para o assassinato de Luís José se estendia por toda a região próxima ao nº 2000 da Av. Santo Amaro. A versão oficial divulgada pelos assassinos de Luís José afirma que ele, ao ser abordado em virtude de sua atitude suspeita, teria reagido a tiros, procurando fugir ao tentar tomar à força, um carro dentro do qual havia duas moças.

Segundo o testemunho de numerosos populares que assistiram a cena, Luís José realmente tentou tomar o carro, mas antes de ter qualquer chance de defesa, foi atingido pelas costas.

Os tiros que feriram as duas moças, segundo ainda os depoimentos dos populares, seriam provenientes das balas dos agentes, que atiravam constante e indiscriminadamente.

O laudo necroscópico foi assinado pelo médicos legistas Harry Shibata e Orlando Brandão. As fotos de seu corpo evidenciam torturas, o que faz supor que ele teria sido preso e torturado antes de ser morto.

Foi enterrado no Cemitério de Perus/SP como indigente. Seu corpo, exumado em 1991, ainda não foi identificado pela UNICAMP.

MANOEL ALEIXO DA SILVA

Militante do PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO (PCR).

Era líder camponês do sertão pernambucano.

Foi preso e barbaramente torturado até a morte, ocorrida no dia 29 de agosto de 1973, na cidade de Ribeirão, no interior de Pernambuco.

O RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA DIZ QUE ELE “FOI MORTO EM TIROTEIO COM A POLÍCIA NO INTERIOR DE PERNAMBUCO (RIBEIRÃO/PE) EM 29 DE AGOSTO DE 1973. NA OCASIÃO DE SUA MORTE UTILIZAVA DOCUMENTO FALSO EM NOME DE ANTÔNIO DOS SANTOS OLIVEIRA.

MANOEL LISBOA DE MOURA

Militante do PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO (PCR).

Nascido em 21/02/44, em Maceió, Alagoas, filho de Augusto de Moura Castro e Iracilda Lisboa de Moura.

Estudante de Medicina na Universidade Federal de Alagoas, morto aos 29 anos, em São Paulo.

Preso no dia 17 de agosto de 1973 por agentes do DOI-CODI de Recife, em cujas dependências foi torturado pela equipe do agente conhecido como “Luiz Miranda”. Removido para São Paulo, Manoel continuou sendo torturado pelo delegado Sérgio Fleury e por “Luiz Miranda”, até morrer no dia 4 de setembro de 1973.

A requisição do exame necroscópico foi assinada pelo Delegado Edsel Magnotti e o laudo pelos médicos legistas Harry Shibata e Armando Cânger Rodrigues, que confirmam a versão oficial.

A denúncia de Selma Bandeira Mendes e de vários outros presos políticos que se encontravam nas dependências do DOI-CODI/SP naquele período, diz que o corpo de Manoel estava coberto de queimaduras, estando inclusive quase paralítico.

A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança é de que Manoel foi morto devido a um tiroteio no Largo de Moema, na cidade de São Paulo, juntamente com Emanuel Bezerra dos Santos.

O capitão do Exército Carlos Cavalcanti, membro da família de Manoel tentou resgatar o corpo que, embora tivesse sido enterrado como indigente no Cemitério de Campo Grande/SP, poderia ser exumado, desde que a família se comprometesse a não abrir o caixão, que seria entregue lacrado, ao que a família se recusou, por não poder ter nem ao menos a certeza de que, no caixão lacrado, estava o corpo de Manoel.

Por ocasião do processo de exumação e identificação de Emanuel Bezerra dos Santos, o mesmo foi feito a Manoel, uma vez que ambos foram mortos e sepultados no mesmo local. Seu irmão não quis receber seus restos mortais que, então, foram colocados no Ossário Geral do Cemitério de Campo Grande, com a presença de amigos e entidades.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que foi “morto em 4 de setembro de 1973, em São Paulo/SP, após cerrado e violento tiroteio com agentes de segurança.”

MERIVAL ARAÚJO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu no Mato Grosso, em 04 de janeiro de 1949, filho de Domingos de Araújo e Mery Menezes.

Estudante, foi preso no dia 7 de maio de 1973, em um apartamento em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI-CODI/RJ, onde foi torturado até a morte.

A prisão de Merival pode ser testemunhada pelos moradores do prédio, contrariando a versão oficial, que repete a farsa da morte em tiroteio ao tentar fugir à prisão.

FOI MORTO AOS 24 ANOS DE IDADE, NO DIA 14 DE MAIO DE 1973. SEU CORPO FOI ENCONTRADO NA PRAÇA TABATINGA, N° 4281, PRÓXIMO A UM POSTE DA LIGHT (RJ) E DEU ENTRADA NO IML/RJ PELA GUIA N°16 DO DOPS/RJ, COMO DESCONHECIDO.

É identificado pelo Instituto Félix Pacheco, logo após o exame necroscópio realizado pelos drs. Roberto Blanco dos Santos e Hélder Machado Paupério que descrevem algumas escoriações em seu corpo: no abdômem, no membro superior esquerdo (face posterior do cotovelo e dorsal da mão) e membro inferior esquerdo (joelhos). Entretanto, apesar disso, confirmam a versão oficial.

O laudo, ao descrever as vestes de Merival, observa que: “trajava calça de tergal cinza-azulada, trazendo preso ao cós um cordão à guisa de cinto...”. As fotos de perícia de local mostram claras marcas de torturas. Em algumas partes chegam a faltar pedaços, como nos braços e pernas. Essas violências não são descritas na necrópsia.

Seu atestado de óbito de nº 133.270 teve como declarante José Severino Teixeira e informa que foi sepultado como indigente, em 24 de maio de 1973, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, na cova N° 23.274, quadra 21. Em 28 de junho de 1978, seus restos mortais foram para um Ossário Geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina junto com cerca de 2.000 outras ossadas de indigentes.

PAULINE PHILIPPE REICHSTUL

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu em 18 de julho de 1947, na Tchecoslováquia, filha de Selman Reichstul e Ethel Reichstul.

Assassinada sob torturas, aos 26 anos, no Massacre da Chácara São Bento, município de Paulista, em Pernambuco, pela equipe do delegado Sérgio Fleury, com a ajuda do infiltrado ex-cabo Anselmo, em 8 de janeiro de 1973.

Juntamente com Pauline foram assassinados Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Soledad Barret Viedma e Evaldo Luiz Ferreira.

As circunstâncias do massacre que vitimou Pauline e seus companheiros estão na nota referente a Eudaldo Gomes da Silva.

RANÚSIA ALVES RODRIGUES

MILITANTE DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Nasceu em Garanhuns, Pernambuco, filha de Moisés Rodrigues Vilela e Áurea Alves Siqueira.

Já na clandestinidade, teve uma filha, Vanússia, que mora em Recife.

Estudante de enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco, foi presa em Ibiúna/SP, quando participava do XXX Congresso da UNE, em 1968, e expulsa da Escola pelo Decreto 477/69.

Foi assassinada em 28 de outubro de 1973, juntamente com Almir Custódio de Lima, Ramirez Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho

Teve sua morte reconhecida pelo I Exército, mas foi enterrada como indigente e foi negada a certidão de óbito à família.

Foi a única não carbonizada na Praça Sentinela, em Jacarepaguá (RJ).

Pela informação nº 2805, do I Exército, de 29 de outubro de 1973, encontrada no Arquivo do DOPS/RJ, Ranússia foi presa na manhã do dia 27 de outubro de 1973. Desde o dia 8, ela e seus três companheiros estavam sendo seguidos. Contém, inclusive, depoimento de Ranússia na prisão. O documento fala da farta documentação encontrada com Ranússia e da morte dos quatro militantes citando seus nomes completos.

O corpo de Ranússia entrou no IML/RJ pela guia nº 20 do DOPS e a necrópsia feita pelos Drs. Hélder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos, confirma a versão oficial da repressão de que foi morta em tiroteio ao reagir à prisão.

Na certidão de óbito de nº 17.414 está como desconhecida, tendo como declarante José Severino Teixeira. Foi enterrada como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (RJ), em 31 de dezembro de 73, na cova nº 22.706, quadra 21. Em 02 de abril de 1979 seus restos mortais foram para um ossário geral e, em 1980/1981 para uma vala clandestina com cerca de 2.000 outras ossadas de indigentes.

Laudo e fotos de perícia de local (Ocorrência nº 947/73 e ICE nº 6995/73) mostram Ranússia metralhada, tendo ao fundo o Volkswagen incendiado, onde estavam carbonizados Ramires, Vitorino e Almir.

Ver mais detalhes no caso de Almir Custódio de Lima.

RONALDO MOUTH QUEIROZ

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em São Paulo, Capital, filho de Álvaro D'Ávila Queiroz e Elza Mouth Queiroz.

Estudante de Geologia e ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo, na gestão 70/71.

Foi fuzilado no dia 6 de abril de 1973, quando se encontrava na Av. Angélica, em São Paulo, por agentes do DOI-CODI/SP.

A necrópsia de Ronaldo feita no Instituto Médico Legal/SP, em 11 de abril de 1973 foi firmada pelos Drs. Isaac Abramovitch e Orlando Brandão, que confirmam a morte em tiroteio.

A versão oficial, publicada no dia seguinte, é de que Ronaldo teria resistido à prisão, sendo morto em consequência do tiroteio travado, versão esta desmentida pelos populares que assistiram à cena.

SOLEDAD BARRET VIEDMA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu em 6 de janeiro de 1945, no Paraguai.

Casada com José Maria Ferreira de Araújo (desaparecido), tiveram uma filha, que hoje vive no Estado de Santa Catarina.

Foi assassinada sob torturas no Massacre da Chácara São Bento, ocorrido no dia 8 de janeiro de 1973, pela equipe do delegado Sérgio Fleury.

Juntamente com Soledad, que estava com 4 meses de gravidez, foram assassinados Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e Evaldo Luiz Ferreira.

As circunstâncias do massacre que vitimou Soledad e seus companheiros estão na nota referente a Eudaldo Gomes da Silva.

De sua irmã Namy Barret:

“Seu nome refletia a ausência de nosso pai, que já nessa época era perseguido por suas idéias políticas, como o fora também seu pai, nosso avô, o escritor Rafael Barret.

Quando Soledad tinha apenas 3 meses tivemos que fugir para a Argentina, onde passamos a viver num pequeno povoado às margens do Rio Paraná, durante 5 anos; quatro dos quais, nosso pai esteve preso ou perseguido, tanto pela polícia paraguaia como argentina.

Regressamos ao Paraguai e Soledad, com seus cinco anos e sua maneira de ser tão doce, se converteu na adoração de quem a via. Tinha uma forma de falar pausada que lhe valeu o apelido de ‘viejita’ entre seus irmãos. Era uma criatura formosa, de cabelos cor de ouro, macios e longos, pele branca e sobrancelhas de cor castanho escuro, quase negro. Não gostava de caminhar, preferia sentar-se e inventar histórias entre longos suspiros que provocavam o riso e manifestações de carinho de todos que a ouviam...

Adolescente e exilada no Uruguai, dona de uma graça especial para a dança folclórica, se converteu pouco a pouco no símbolo da juventude paraguaia nesse país, tanto que não havia um ato de solidariedade em que ela não era a artista convidada.

Eram tempos de mudanças no Uruguai, a tradição democrática ia perdendo terreno, estava sendo minada. No dia 1º de julho de 1962, Soledad foi raptada por um grupo nazi-fascista que a colocou em um automóvel e, sob ameaças de todos os tipos, quiseram obrigá-la a gritar palavras de ordem totalmente contrárias às suas idéias.

Soledad se negou. Então, com uma navalha lhe gravaram na carne uma cruz gamada, símbolo de Hitler e a abandonaram em um local escuro, atrás do parque zoológico de Villa Dolores.

Era o começo das perseguições, prisões e torturas no Uruguai.

Soledad, de vítima passou a ser 'culpada' para a polícia e foi de tal forma a perseguição que teve que ir-se. Esteve muitos anos longe de sua família, de sua terra. Um dia conheceu José Maria, se amaram e tiveram uma filha, mas o destino estava traçado, e ele retornou a seu Brasil.

Ela em vão o esperou por mais de um ano e decidiu vir a seu encontro. O fruto desse amor é o mais fiel testemunho do triste destino do nosso Continente. Crianças sem pais, sem o direito de serem crianças, sem o direito à felicidade.

(Namy Barret - transcrito do Boletim "Hasta Encontrarlos!", publicação da Federação Latinoamericana de Familiares de Desaparecidos - FEDEFAM, Ano IX, nº 46, mayo-junio de 1991.)

Os Relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica dizem que "foi morta em Paulista/PE em 8 de janeiro de 1973 ao reagir a tiros à ordem de prisão dada pelos agentes de segurança."

SÔNIA MARIA LOPES DE MORAES

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 9 de novembro de 1946, em Santiago do Boqueirão, Estado do Rio Grande do Sul, filha de João Luiz Moraes e Cléa Lopes de Moraes.

Foi morta aos 27 anos em 1973, em São Paulo.

Estudou no colégio de Aplicação da antiga Faculdade Nacional de Filosofia e, posteriormente, na Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, mas não chegou a se formar, sendo desligada pela Portaria 53, de 24 de setembro de 1969.

No Rio, trabalhava como professora de Português no Curso Goiás.

Casou-se com Stuart Edgar Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Em 1º de Maio de 1969, foi presa por ocasião das manifestações de rua na Praça Tiradentes/RJ com mais três estudantes, levada para o DOPS e, posteriormente, para o Presídio Feminino São Judas Tadeu. Somente foi libertada em 6 de agosto de 1969, quando foi julgada e absolvida por unanimidade pelo Superior Tribunal Militar. Passou a viver na clandestinidade.

Em maio de 1970 exilou-se na França, onde se matriculou na Universidade de Vincennes e, para se sustentar, trabalhou na Escola de Línguas Berlitz, em Paris, onde lecionava Português.

Com a prisão e desaparecimento de Stuart pelos órgãos brasileiros de repressão política, Sônia decidiu voltar ao Brasil para retomar a luta de resistência. Ingressou na ALN e viajou para o Chile, onde trabalhava como fotógrafa. Posteriormente, em maio de 1973, retornou clandestinamente ao Brasil, indo morar em São Paulo. Em 15 de novembro de 1973 alugou um apartamento em São Vicente, junto com Antônio Carlos Bicalho Lana, com quem se unira. Seu apartamento passou a ser vigiado, sendo presa, juntamente com Antônio Carlos, no mesmo mês, por agentes do DOI-CODI/SP, tendo o II Exército divulgado a notícia de que morreria em combate.

Foi assassinada sob torturas no dia 30 de novembro de 1973, juntamente com Antônio Carlos Bicalho Lana.

A autópsia assinada pelos legistas Harry Shibata e Antônio Valentine, apenas descreve as perfurações das balas, sem nada mencionar das torturas sofridas. Afirmam que o crânio sofreu corte característico da autópsia e que examinaram detidamente o corpo.

Durante quase vinte anos a família investigou os fatos relacionados à prisão, tortura e assassinato de Sônia e Antônio Carlos.

Como resultado destas investigações a família produziu o vídeo “Sônia Morta e Viva”, dirigido por Sérgio Waismann.

A prisão do casal em São Vicente, foi detalhadamente planejada, como constatou sua família, durante as investigações junto aos empregados do prédio em que Sônia e Antônio Carlos moravam. Ela costumava, assim que se mudou, tomar banho de sol numa prainha ligada ao prédio e, desde então era observada de um prédio próximo por agentes policiais, através de uma luneta. Dias depois, os mesmos agentes comunicaram aos empregados do prédio que moravam ali dois terroristas muito perigosos e para justificar tal afirmativa “empregaram-se” como funcionários do prédio e passaram a observá-los mais de perto. Certa manhã, bem cedo, quando Antônio Carlos e Sônia pegaram o ônibus da Empresa Zefir, já havia dentro do ônibus alguns agentes, inclusive uma senhora vestida de vermelho. Ao mesmo tempo, nas imediações da agência do Canal 1, São Vicente, já se encontravam vários agentes à espera de que um deles, pelo menos, descesse para adquirir passagens, pois as mesmas não eram vendidas no ônibus. Até hoje, a família não pôde precisar o dia exato da prisão, possivelmente num sábado, depois do dia 15 de novembro, fato este testemunhado por Celso Pimenta, motorista do ônibus, e Ozéas de Oliveira, vendedor de bilhetes da Agência Zefir.

Existem duas versões a respeito da prisão, tortura e assassinato de Sônia e Antônio Carlos.

A versão do primo do pai de Sônia, coronel Canrobert Lopes da Costa, ex-comandante do DOI-CODI de Brasília, amigo pessoal do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI de São Paulo: depois de presa, do DOI-CODI de São Paulo foi mandada para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, onde foi torturada, estuprada com um cassete e mandada de volta a São Paulo, já exangüe, onde recebeu dois tiros.

A versão do Sargento Marival Chaves, membro do DOI-CODI/SP: Sônia e Antônio Carlos foram presos e levados para uma casa de tortura na Zona Sul de São Paulo onde ficaram de cinco a dez dias, até morrerem, dia 30 de novembro de 73 e foram colocados, no mesmo dia, à porta do DOI-CODI/SP, para servir de exemplo. Ao mesmo tempo, foi montado um “teatrinho” – termo usado pelo sargento – para justificar a versão oficial de que foram mortos em consequência de tiroteio, no mesmo dia 30 (metralharam com tiros de festim um casal e os colocaram imediatamente num carro).

Versão oficial publicada dia 1º de dezembro de 1973 em dois jornais: “*O Globo*” e “*O Estado de São Paulo*”: Morte de Sônia e Antônio Carlos, a caminho do Hospital, após tiroteio em confronto com os agentes de segurança, na Avenida de Pinedo, no Bairro de Santo Amaro, cidade de São Paulo, altura do nº 836, às 15 horas.

No arquivo do antigo DOPS/SP foi encontrado um documento da Polícia Civil de São Paulo-Divisão de Informações CPI/DOPS/SP que diz: “Consta arquivado nesta divisão uma cópia xerográfica do Laudo de Exame Necroscópico referente à epigrafada com data de 20 de novembro de 1973.” (Teve o laudo assinado antes de morrer?).

Apesar de haverem identificado Sônia Maria, os seus assassinos enterraram-na, como indigente, no Cemitério Dom Bosco, em Perú, sob o nome de Esmeralda Siqueira Aguiar. A troca proposital do nome de Sônia, demonstra a clara tentativa dos órgãos de repressão em esconder seu cadáver. A família de Sônia conseguiu obter através de processo de número 1483/79 na 1ª Vara Civil de São Paulo, a correção de identidade e retificação do Registro de Óbito.

Oficialmente morta, a família pôde transladar seus restos mortais para o Rio de Janeiro, em 1981.

Em 1982, na tentativa de apuração das reais circunstâncias da morte de Sônia, através de processo movido contra Harry Shibata, médico do IML/SP que atesta sua morte (inclusive assinando o atestado de óbito sob o nome falso e o laudo com nome verdadeiro), o IML/RJ constatou que os ossos entregues à família, enterrados no Rio de Janeiro, eram de um homem.

Para sepultar dignamente os restos mortais de Sônia, a família teve que fazer várias exumações, que chegaram a seis. A última exumação apresentava um crânio, sem o corte característico de autópsia e a família não aceitou os restos mortais, por desconfiar que seria mais um engano do Instituto Médico Legal de S. Paulo.

Em um de seus depoimentos à CPI realizada na Câmara Municipal de S. Paulo, Harry Shibata declarou que a descrição feita no laudo necroscópico de que houve corte de crânio, não corresponde à verdade, uma vez que essa descrição é apenas uma questão de praxe. Assim declarando, assumiu a farsa com que eram feitos os laudos.

Após serem identificados pela UNICAMP, seu restos mortais, finalmente, foram trasladados para o Rio de Janeiro no dia 11 de agosto de 1991.

De seu pai, o Tenente-Coronel da Reserva do Exército Brasileiro e professor de matemática, João Luiz de Moraes:

“Sônia Maria Lopes de Moraes, minha filha, teve seu nome mudado após o seu casamento com Stuart Edgar Angel Jones, para Sônia Maria de Moraes Angel Jones. Ambos foram torturados e assassinados por agentes da repressão política, ele em 1971 e ela em 1973. Minha filha foi morta nas dependências do Exército Brasileiro, enquanto seu marido Stuart Edgar Angel Jones foi morto nas dependências da Aeronáutica do Brasil. Tenho conhecimento de que, nas dependências do DOI-CODI do I Exército, minha filha foi torturada durante 48 horas, culminando estas torturas com a introdução de um cassete da Polícia do Exército em seus órgãos genitais, que provocou hemorragia interna.

Após estas torturas, minha filha foi conduzida para as dependências do DOI-CODI do II Exército, local em que novas torturas lhe foram aplicadas, inclusive com arrancamento de seus seios. Seu corpo ficou mutilado de tal forma, a ponto de um general em São Paulo ter ficado tão revoltado, tendo arrancado suas insígnias e as atirado sobre a mesa do Comandante do II Exército, tendo sido punido por esse ato. Procedi a várias investigações em São Paulo, visando a aferição desses fatos, inclusive tentando manter contato, porém sem êxito, com esse General, tendo tido notícia de que o mesmo sofrera derrame cerebral, estava passando mal e de que sua família se opunha a qualquer contato e a qualquer referência aos fatos relativos a Sônia Maria.

As informações sobre as torturas, o estupro, o arrancamento dos seios de Sônia Maria e os tiros, me foram prestadas pessoalmente pelo coronel Canrobert Lopes da Costa e pelo advogado Dr. José Luiz Sobral. Minha filha, em sua militância política,

utilizava o nome de Esmeralda Siqueira Aguiar. Em 1º de dezembro de 1973, ao ler no Jornal "O Globo" vi uma notícia sobre Esmeralda Siqueira Aguiar. Viajei imediatamente em companhia de minha mulher Cléa, de minha cunhada Edy, de minha outra filha, Ângela, e de meu futuro genro, Sérgio, para a cidade de São Vicente, dirigindo-me diretamente para a Rua Saldanha da Gama, 163, apto. 301, local onde residia Sônia Maria. Ao chegar a esse local, à noite, encontrei-o ocupado por alguns homens, em torno de 5 (cinco) ao que me recordo, membros das Forças da Segurança. Ao me recusar entregar minha carteira de identidade, cheguei a ser agredido. Após ter sido agredido, ameaçado de ser atirado do 3º andar e de ser metralhado por esses homens, consegui comunicar-me com o superior-de-dia do II Exército, em São Paulo, quando então, após identificar-me como Tenente-Coronel, consegui deste uma determinação por telefone diretamente a um dos 5 membros das Forças da Segurança, que me libertassem, mediante o compromisso de dirigir-me para um hotel em São Paulo, onde fiquei juntamente com minha mulher à disposição do II Exército e no dia seguinte prestei depoimentos no DOI-CODI.

Durante esse depoimento, indaguei aos interrogadores a respeito do paradeiro do corpo de minha filha, sendo que um destes respondeu que o corpo só poderia ser visto com a autorização do Comandante do II Exército.

Na tarde desse mesmo dia, viajei para o Rio de Janeiro em companhia de minha mulher para conversar com meu amigo, General Décio Palmeiro Escobar, Chefe do Estado Maior do Exército, já falecido, o qual me deu uma carta para ser entregue ao General Humberto de Souza Mello, carta essa em que o General Décio pedia "ao ilustre companheiro e amigo" que me liberasse, assim como minha mulher, de São Paulo, pois necessitávamos permanecer no Rio, onde dirigíamos um Colégio, bem como fosse liberado o corpo de Sônia para um sepultamento cristão.

Regressando a São Paulo em companhia de minha mulher, no dia seguinte, dirigi-me ao Quartel do II Exército para entregar a mencionada carta, sendo certo que o General Humberto não quis receber-me, e a carta foi levada pelo então Coronel Hugo Flávio Lima da Rocha, que, ao voltar do gabinete do General, deu a seguinte resposta: "o General manda te dizer que, por causa desta carta, você está preso a partir deste momento" e, como seu velho companheiro de Realengo, faço questão de, pessoalmente, levá-lo para o Batalhão da Polícia do Exército. No Batalhão da Polícia do Exército, fiquei preso durante 4 (quatro) dias, vindo a ser liberado, sem maiores explicações mas com a recomendação de que "regressasse ao Rio, nada falasse, não pusesse advogado e aguardasse em casa o atestado de óbito de Sônia que seria remetido pelo II Exército e, quanto ao corpo, não poderia vê-lo pois havia sido sepultado".

Somente decorridos muitos anos pude entender minha prisão, ou seja, naqueles dias Sônia Maria ainda estava viva e sendo torturada e, na medida em que era mantido preso, era possível evitar minha interferência, ao mesmo tempo que, com essa prisão, buscavam amedrontar toda a família.

Apesar do desespero, das ameaças e do conseqüente apavoramento, a família continuou insistindo em conhecer os detalhes sobre a morte de Sônia Maria e, nessa procura, o referido advogado, José Luiz Sobral, que se dizia amigo comum da família e do General Adir Fiúza de Castro, então Comandante do DOI-CODI do Rio de Janeiro, prontificou-se em obter esclarecimentos diretamente com esse General.

O Dr. José Luiz Sobral, ao retornar das dependências do DOI-CODI do I Exército, claudicava um pouco, e insinuava 'ter levado umas cassetadas', trazendo-me um presente inusitado: um cassete da Polícia do Exército, mandado pessoalmente pelo General Fiúza para a família, com a recomendação que não falasse mais sobre o assunto, pois 'todos estavam falando demais'.

Na ocasião, a família guardou o cassete sem lhe dar maior importância e só recentemente, há uns 2 (dois) anos, é que pude fazer a interligação dos acontecimentos, ou seja, conclui estarrecido que o verdadeiro significado desse presente é que o mesmo General Fiúza nos enviava, como advertência, o próprio instrumento que provocou a morte de Sônia Maria. Este cassete se encontra em meu poder, podendo ser apresentado a qualquer tempo.

A partir da morte de Sônia, todo final de semestre, nas Declarações de Herdeiros que prestava ao Ministério do Exército, colocava Sônia Maria Lopes de Moraes como minha herdeira, assinalando sempre que 'presumivelmente morta pelas Forças de Segurança do II Exército, deixo de apresentar a certidão de óbito porque não me foi fornecida ainda pelo II Exército, conforme prometido'. Essas declarações causavam mal-estar entre os militares, tendo sido aconselhado pelo chefe da pagadoria do Exército a requerer a certidão diretamente ao Comandante do II Exército. Apresentado o requerimento, em setembro de 1978, recebi uma correspondência onde o General Dilermando Gomes Monteiro, então Comandante do II Exército, afirmava que 'não cabe ao II Exército fornecer o atestado solicitado. No Cartório de Registro Civil do 20º Sub Distrito - Jardim América/SP, foi registrado o óbito de Esmeralda Siqueira Aguiar, filha de Renato A. Aguiar e de Lucia Lima Aguiar. O requerente procure o Cartório em causa, se assim o desejar.' O documento acrescentava, ainda, que 'mandara retirar do Cartório referido, por pessoa indiscriminada, uma certidão de óbito registrada, que fora fornecida sem qualquer problema'. A referida correspondência, subscrita pelo Comandante do II Exército, foi o primeiro reconhecimento oficial da morte de Sônia Maria. Apesar de ter requerido o atestado de óbito em nome de Sônia Maria Lopes de Moraes, a resposta do Comandante do II Exército foi a entrega de uma certidão de óbito em nome de Esmeralda Siqueira Aguiar. Tempos depois da entrega desse atestado de óbito, tomei conhecimento de um outro documento, 'Auto de Exibição e Apreensão', datado de 30 de novembro de 1973, em cujo verso há uma nota do DOI-CODI do II Exército, onde, no final, consta um 'em tempo: material encontrado em poder de Esmeralda Siqueira Aguiar, cujo nome verdadeiro é Sônia Maria Lopes de Moraes.

No Cemitério de Perus, consegui encontrar o registro de sepultamento de Esmeralda Siqueira Aguiar, na Quadra 7, Gleba 2, Terreno 486, com algumas rasuras, em datas principalmente. Nessa oportunidade, os ossos de Sônia não podiam ser exumados porque estava sepultado na parte de cima um outro cadáver. Tivemos que aguardar ainda 3 (três) anos para a pretendida exumação, ocorrida em 16 de maio de 1981. Nessa ocasião reclamei das divergências existentes entre o que constava do laudo assinado pelos legistas Harry Shibata e Antônio Valentine e a realidade da ossada retirada, pois, ao contrário do que constava nesse laudo, o crânio que seria o de Sônia não apresentava nenhum orifício de entrada ou saída de projétil de arma de fogo e estava inteiro. Apesar dessas discrepâncias, levamos os ossos para o Rio de Janeiro, sepultando-os no Cemitério Jardim da Saudade, mais

precisamente no Lote 18874, Espaço B, Setor IV, e, durante um ano, todos os sábados, juntamente com minha mulher, ia ao Cemitério e levava flores em homenagem a minha filha.

Além da ação proposta na I Vara de Registros Públicos para retificação de identidade, intentamos outra na Auditoria Militar de São Paulo, pleiteando a abertura de IPM para averiguar as verdadeiras causas da morte de minha filha, bem como a falsidade da certidão e laudo assinados por Harry Shibata e Antonio Valentine. Esse processo, na Auditoria Militar, teve seu curso normal até que o Comandante da II Região Militar, General Alvir Souto se negou a cumprir determinação do Juiz para a abertura de IPM, alegando insuficiência de provas.

Nessa ocasião a Juíza Dra. Sheila de Albuquerque Bierrembach determinou a exumação dos restos mortais sepultados no Cemitério Jardim da Saudade, bem como o seu exame pelo IML do Rio de Janeiro, constatando esse Instituto que aquela ossada não pertencia a Sônia, mas sim a um homem, negro, de aproximadamente 33 anos de idade.

Diante do estranho resultado dessa última exumação, a mesma Juíza Sheila Bierrembach determinou que se fizessem, no Cemitério de Perus, tantas exumações quantas fossem necessárias até serem encontrados os restos mortais de Sônia Maria. Nessa busca, participei juntamente com minha mulher, familiares e amigos ainda de mais 4 exumações nesse mesmo Cemitério de Perus. Terminada a última dessas exumações foi encontrada uma ossada, que poderia ser a de Sônia. Porém, o crânio encontrado também não estava seccionado e os orifícios de entrada e saída de projéteis não coincidiam inteiramente com o laudo. Não tínhamos então a ficha dentária de Sônia, que havia sido perdida por seu dentista no Rio de Janeiro, Dr. Lauro Sued. Não tínhamos elementos de convicção para aceitar aqueles restos mortais como sendo os de Sônia e, por isso, tentamos impugnar as conclusões do IML de São Paulo, apresentando 11 quesitos e 10 fotografias do crânio de Sônia quando esta tinha 11 anos de idade. A juíza, Dra. Sheila, finalmente, aceitou a conclusão do IML de São Paulo, no sentido de que aqueles eram, oficialmente, os restos mortais de Sônia Maria de Moraes Angel Jones.”

1975

JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

Foi preso no dia 7 de julho de 1975 e morto no dia seguinte, sob tortura.

Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Segundo a versão oficial, José Ferreira teria se enforcado em sua cela. As circunstâncias da morte de José são idênticas às de Wladimir Herzog, assassinado no DOI-CODI/SP a 25 de outubro do mesmo ano. O corpo apresentava sinais evidentes de tortura e, tal como Herzog, trazia dois sulcos no pescoço, para justificar a versão oficial, o que foi comprovado pela família e pelo advogado Luís Eduardo Greenhalgh ao abrirem o caixão entregue pelo DOI-CODI/SP.

Nos arquivos do DEOPS/SP foi encontrada uma única folha com o carimbo do DOPS e datada de 04 de novembro de 1975, que era um relatório sucinto de enfermagem com datas, prescrições e horários que se iniciam no dia 08 de julho de 1975, nome e idade do paciente sem referências a clínica, quarto ou leito. Acrescido ao impresso: “II Exército”. Nesta ficha, no dia 06 de agosto de 1975, na coluna medicamento lê-se: “entorse no tornozelo direito” e na coluna tratamento: “enfaixamento” e no dia 08 de agosto de 1975, na coluna medicamento, lê-se “suicidou-se”.

Isto só vem confirmar as suspeitas de que tenha sido morto após as torturas.

No relatório do Ministério da Marinha se lê: “foi morto em ação de segurança no dia 07 de agosto de 1975. Era 2º T (RRn - PMSP), pertencia ao PCB”.

Sua necrópsia feita no Instituto Médico Legal/SP, em 12 de agosto de 1975, pelos drs. Harry Shibata e Marcos Almeida, confirma a versão oficial.

Depoimentos de presos políticos em Auditorias Militares, como os feitos por Carlos Gomes Machado e Atílio Geromin, à época, denunciaram as torturas sofridas por José.

PEDRO JERÔNIMO DE SOUZA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Nasceu em 30 de junho de 1914, em Mutamba, município de Icapuí (CE), filho de José Jerônimo de Souza e de Catarina Evangelista de Souza.

Ainda jovem, foi residir em Fortaleza, trabalhando como viajante-vendedor a serviço de vários laboratórios farmacêuticos e em outras atividades ligadas ao comércio.

Nos anos 40, ingressou no PCB, tendo papel importante a partir de 1948 na reestruturação do Partido, após a cassação de seu registro. Foi da direção municipal e do Comitê Estadual do Ceará. Após o golpe Militar de 1964, já clandestino, Pedro foi tesoureiro do Partido durante vários anos.

Foi membro do Diretório do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em Fortaleza.

Em 11 de setembro de 1975, quando viajava em um ônibus num bairro de Fortaleza, foi preso e levado para o DOI-CODI/CE. Um amigo que viajava no mesmo ônibus, comunicou o fato à família. Depois de alguns dias seus familiares conseguiram visitá-lo.

NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 1975, SEUS FAMILIARES FORAM INFORMADOS POR AGENTES DO DOPS DE FORTALEZA DE QUE TERIA SE SUICIDADO, DENTRO DA CELA EM QUE SE ENCONTRAVA. O CORPO APRESENTAVA DIVERSOS HEMATOMAS QUE, SEGUNDO OS POLICIAIS, FORAM EM CONSEQÜÊNCIA DO MODO COMO SE SUICIDOU: ENFORCOU-SE COM UMA TOALHA DE ROSTO, QUE FOI AMARRADA EM UM LUGAR DE POUCA ALTURA, O QUE O FORÇOU A DEBATER-SE CONTRA AS PAREDES E O CHÃO DA CELA, PARA CONSEGUIR FINALMENTE O SEU INTENTO.

Seis meses após sua morte, a família solicitou exumação do cadáver e o exame pericial constatou torturas, fazendo cair por terra a farsa do suicídio.

Outro fato significativo que desmascara a versão oficial foi apresentado pelo advogado Pádua Barroso ao mostrar a autópsia realizada no corpo de Pedro, que registra a existência de inúmeras fraturas ósseas, que não poderiam ter sido ocasionadas com o corpo se debatendo contra as paredes e o chão.

O deputado Alfredo Marques, do MDB, denunciou da tribuna da Assembléia Legislativa de Pernambuco, o tenente Horácio Marques Gondim, como um dos assassinos de Pedro.

WLADIMIR HERZOG

Nasceu em Osijek/Iugoslávia, filho de Zigmund Herzog e Zora Herzog.

Foi morto aos 38 anos em São Paulo.

Jornalista, professor da Universidade de São Paulo e teatrólogo.

Acatando intimação feita pelo DOI-CODI/SP para que se apresentasse naquele departamento, Wladimir foi preso no dia 25 de outubro de 1975, acusado por possíveis ligações com o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Nesse mesmo dia, Wladimir morreu em conseqüência das torturas sofridas.

Segundo a versão oficial, Herzog teria se enforcado com o cinto do macacão de presidiário que vestia desde sua entrada no DOI/CODI.

Porém, de acordo com os testemunhos de Jorge Benigno Jathay Duque Estrada e Leandro Konder, jornalistas presos na mesma época no DOI/CODI, Wladimir foi assassinado sob torturas. Tanto Leandro quanto Duque Estrada foram acareados com Wladimir, permanecendo logo após, próximos à sala onde ele se encontrava para interrogatório, e de onde ouviram com nitidez que Wladimir estava sendo torturado.

A morte por suicídio é também desmentida pelas próprias contradições existentes nos depoimentos dos médicos legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, prestados na ação judicial movida pela família. Esta ação terminou por responsabilizar a União pela prisão, tortura e morte de Wladimir Herzog.

O Relatório do Ministério da Marinha insiste na versão dos órgãos de segurança e diz que “suicidou-se no dia 23 de outubro de 1975, em São Paulo. O Relatório do Ministério da Aeronáutica afirma que “suicidou-se em 25 de outubro de 1975, por enforcamento, no

interior da cela que ocupava no DOI-CODI do II Exército, segundo apurado em IPM e laudos elaborados pelos órgãos competentes da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.”

1976

ÂNGELO ARROYO

DIRIGENTE DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B).

Nasceu em 6 de novembro de 1928, em São Paulo, filho de Ângelo Arroyo e Encarnação Pardito.

Foi morto aos 48 anos de idade, em São Paulo.

Operário metalúrgico, ingressou no PCB em 1945. Foi ativista do movimento sindical paulista, tornando-se um dos líderes do Sindicato dos Metalúrgicos na década de 50. Participou das greves de 1952/1953 em São Paulo.

Com o golpe militar em 1964, foi para o interior, ajudando a criar e organizar os destacamentos guerrilheiros do sul do Pará. Era um dos comandantes da Guerrilha. Foi um dos poucos guerrilheiros sobreviventes do Araguaia, que enfrentou na área todas as investidas do inimigo contra a população e que saiu da região após o término da guerrilha. Em fins de janeiro de 1974, quando a organização guerrilheira já se encontrava bastante dispersa pela ação das forças da repressão, Ângelo Arroyo conseguiu furar o cerco de quase vinte mil militares e reencontrar os companheiros do Partido em São Paulo, aos quais entregou Relatório detalhado sobre as atividades da guerrilha, a prisão e morte dos guerrilheiros.

Foi fuzilado em 16 de dezembro de 1976, quando do cerco a uma casa onde estavam reunidos os dirigentes do PCdoB, na Rua Pio XI, no bairro da Lapa, em São Paulo, onde também foram assassinados Pedro Pomar e João Baptista Franco Drumond.

Os agentes do DOI-CODI/SP cercaram a referida casa, e segundo os vizinhos, em nenhum momento houve troca de tiros, mas sim uma fuzilaria que partia apenas do lado de fora onde estavam os agentes da repressão política.

Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, ambos desarmados, foram mortos no interior da casa. João Baptista Franco Drumond, segundo a nota oficial, morreu atropelado por um carro próximo do local da fuzilaria.

Assinam o laudo de necropsia os médicos legistas José Gonçalves Dias e Abeylard de Queiroz Orsini.

Ângelo Arroyo foi enterrado pela família no Cemitério da IVParada em São Paulo.

JOÃO BAPTISTA FRANCO DRUMMOND

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu no dia 28 de maio de 1942, na Fazenda das Posses, em Varginha, Minas Gerais, filho de João Baptista Moura Drummond e Zilah Carvalho Drummond.

Depoimento de suas irmãs Zulma, Vânia, Suzanne e Vanessa:

“Cursou o 1º grau no Ginásio Salesiano Dom Bosco, de Cachoeira do Campo e, após o término do 2º grau realizado no Colégio Loyola em Belo Horizonte (1961),

ingressou no Curso de Economia da FACE/UFMG, tendo-o concluído em 1966. Exerceu a presidência do Diretório Acadêmico daquela faculdade no período de 64/65 e foi um dos principais organizadores dos 27º e 28º Congressos da UNE.

Além de sua militância na política estudantil, tomava parte, desde 1963, do movimento camponês no sul de Minas e das campanhas eleitorais juntamente com o líder operário, Dazinho. Foi membro da organização AP – Ação Popular – e, posteriormente, da APML – Ação Popular Marxista-Leninista – onde exerceu diversas funções, como responsável pela Secretaria de Organização (1969) e Comitê Político (1971).

Entre os anos de 1969 e 1970, foi julgado pela Justiça Militar e teve seus direitos políticos cassados por dez anos, além de ter sido condenado, à revelia, a quatorze anos de prisão.

Em 1972, vivendo na clandestinidade, passou a militar no PC do B, cujo Comitê Central passou a integrar a partir de 1974.

Foi preso no dia 16 de dezembro de 1976, quando a direção do PC do B encontrava-se reunida numa casa localizada no bairro da Lapa, em São Paulo, onde morreram Pedro Pomar e Angelo Arroyo. Nesse episódio, conhecido como “o massacre da Lapa”, João foi preso já fora da casa e levado ao DOI-CODI, onde morreu sob tortura.

Em nota oficial assinada pelo General Dilermando Gomes Monteiro, o II Exército comunicou sua morte por ‘atropelamento’.

João Batista deixou 2 filhos, Rosamaria e Sílvia, de seu casamento com Maria Esther Cristelli Drummond. Está enterrado no Cemitério do Parque da Colina, em Belo Horizonte.”

“João...

Às vezes, por alguma ou nenhuma razão, somos chamados ao passado e, assim, rearimos feridas profundas que nem os muitos anos transcorridos conseguem cicatrizar. Isso acontece conosco, João, sempre que retornamos no tempo e, de novo, vivemos nossa amizade terna e cúmplice de crianças, adolescentes e adultos. Mais não vivemos, porque não deixaram.

Dividimos intensamente as brincadeiras de rua, desde as peladas na nossa Paracatu até a bente-altas, as bolas de gude e o ‘tapão’ de figurinhas. Da mesma forma, as férias na fazenda, pulando os montes de café, competindo pelos ‘felipes’, o esconde-esconde pela noite a dentro, as paradas na venda para a sodinha de abacaxi, as primeiras tragadas às escondidas, as estórias mirabolantes que, ao mesmo tempo, nos encantavam e assustavam. Igualmente partilhamos os carnavais na Novo Império, com você sempre firme no tamborim, sem perder o repique. E, também, os bailes com conjuntos de bolero, dois prá lá dois pra cá e, eventualmente, a grande orquestra com muito mambo, samba e chá-chá-chá. Nós éramos bons nisto, hein? As festas foram muitas e seguiram pela vida afora com você já então nos encantando com seu violão e a voz tão afinada.

Dividimos também intensamente outras descobertas, novas experiências, essas não tão alegres mas, igualmente povoadoras de sonhos. A imposição do colégio de que queimássemos os livros do Monteiro Lobato foi um dos nossos primeiros cheiros de violência, de injustiça e, portanto, de decepção. E fomos crescendo por aí, com

tantos outros desses malditos cheiros, agredidos e reagindo como podíamos, pois descendemos de troncos firmes e valorosos.

Chegou o momento em que nos separamos e, de tudo, nos sobrou uma consciência profissional e, para você, uma razão forte para viver.

A partir daí nossos encontros foram esporádicos. Cada um deles era marcado, a princípio, por ansiedade e expectativa e, depois, pelo alívio e pura felicidade do encontro bem sucedido.

Vimos você, João, examinar nossas casas no momento da chegada à procura do melhor caminho para a fuga, caso essa fosse necessária. Nem é preciso falar dos nossos sentimentos sobre este ato que revelava claramente a dura realidade por você vivida. Realidade que enfim lhe tomou a vida.

Entretanto, eram momentos de muita alegria. Matávamos as saudades com abraços, beijos, risos e notícias regadas com muito Mate Couro e o famoso lombo da mãe Zilah.

As conversas com você eram sempre carregadas de calma e sabedoria. Fazíamos mil perguntas, buscando entender melhor sua opção de vida. Sua maneira de responder assemelhava-se àquela de um verdadeiro mestre, pois, com paciência e interesse, você enveredava por nossas inquietações. Sempre sereno, você nos assegurava sobre a real possibilidade de uma saída justa e pacífica para o nosso país. Você nos dizia que o caminho seria desbravado por pequenos passos, um após o outro e, ainda, que cada hora e cada dia tinham sua importância no trilhar para um futuro melhor. Você afirmava que cada um de nós tinha uma ampla tarefa a realizar por onde passássemos, seja na família, na escola, no trabalho e na profissão. Como bom fotógrafo, você sempre fazia analogia entre os atos do cotidiano e a fotografia, dizendo-nos que ambos, na sua singularidade, criavam efeitos desencadeadores.

Falando em fotografia, João, que surpresa saber dos prêmios nacionais ganhos por você, sob pseudônimo, neste ofício que lhe permitiu sustentar sua família durante tantos anos.

Descrever você, João, é uma tarefa quase impossível, pois as palavras são pobres para transmitir a riqueza de sua pessoa: tranqüilo, inteligente, paciente, sério, criativo, persistente, carinhoso, contemplativo e decidido, filho, irmão, esposo e pai dedicado.

Hoje sabemos que você, na sua loucura amorosa pela Pátria, pelos valores coletivos – essência exclusiva daqueles capazes de provocar mudanças para melhor na humanidade – subestimou a repressão. Assim, perdemos sua presença, sentimos e choramos sua falta, mas saiba que nunca duvidamos de sua certeza de que é possível um mundo melhor.

Até hoje, nas nossas vidas pessoais e profissionais, lembramos das conversas com você, João – ou Evaristo, ou Venâncio, ou Marcelo ou Zé – e, a cada passo dado em direção à dignidade, continuamos com um sonho do qual tivemos o privilégio de participar.”

O relatório do Ministério da Aeronáutica diz que “foi morto em confronto com agentes dos órgãos de segurança” e, segundo o Relatório do Ministério da Marinha, “foi morto num tiroteio em 16 de dezembro de 1976 no bairro da Lapa quando a casa em que se encontrava com outros companheiros foi invadida pelos agentes de segurança”.

No entanto, em documento encontrado no Instituto Médico Legal de São Paulo, a causa da morte é dada como “atropelamento” na Av. 9 de Julho esquina com a Rua Paim, Bela Vista, local bastante distante da Lapa.

JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER (PADRE)

Foi fuzilado no dia 15 de outubro de 1976, quando realizava uma visita à cadeia pública de Ribeirão Bonito, em Mato Grosso, em companhia de vários padres e de D. Pedro Casaldáliga. Tal visita era em função de denúncias de que naquela cadeia se encontravam paroquianos que estariam sendo torturados.

Assim que chegaram, os padres foram recebidos à bala pelos policiais, duas das quais atingiram mortalmente o crânio do Padre Burnier.

MANOEL FIEL FILHO

Nasceu aos 7 de janeiro de 1927 em Quebrângulo, Estado de Alagoas, filho de Manoel Fiel de Lima e Margarida Maria de Lima.

Operário metalúrgico, casado, tinha filhos.

Foi preso no dia 16 de janeiro de 1976, às 12:00 h, por dois homens que se diziam agentes do DOI-CODI/SP, sob a acusação de pertencer ao (PCB).

Levado para a sede do DOI/CODI, Manoel Fiel foi torturado e, no dia seguinte, acareado com Sebastião de Almeida, preso sob a mesma acusação.

Posteriormente, os órgãos de segurança emitiram nota oficial afirmando que Manoel havia se enforcado em sua cela com as próprias meias, naquele mesmo dia 17, por volta das 13 horas.

Entretanto, segundo os depoimentos dos companheiros de fábrica de Manoel, onde ele foi preso, o calçado que usava eram chinelos, sem meias, contrariando a versão oficial.

As circunstâncias da sua morte são idênticas as de José Ferreira de Almeida, Pedro Jerônimo de Souza e Wladimir Herzog, ocorridas no ano anterior.

O corpo apresentava sinais evidentes de torturas, em especial hematomas generalizados, principalmente na região da testa, pulsos e pescoço.

Um fato claramente demonstrativo da responsabilidade dos órgãos de segurança na morte de Manoel Fiel é o afastamento do Gen. Ednardo D'Ávila Melo, ocorrido três dias após a divulgação da sua morte.

Em ação judicial movida pela família, a União foi responsabilizada pela tortura e assassinato.

O exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo e assinado pelos médicos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, confirma a versão oficial.

Foi enterrado por seus familiares no Cemitério da IV Parada, em São Paulo.

Em documento confidencial encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP seu crime era receber o jornal *Voz Operária* de Sebastião de Almeida.

Recorte do *Jornal da Tarde* com carimbo do Setor de Análise do DEOPS, com a *Nota do II Exército sobre a morte no DOI*, diz:

“O comando do II Exército lamenta informar que foi encontrado morto, às 13:00 hs do dia 17 do corrente, sábado, em um dos xadrezes do DOI/CODI/II Exército, o Sr. Manoel Fiel Filho.

Para apurar o ocorrido, mandou instaurar Inquérito Policial-Militar, tendo sido nomeado o coronel de Infantaria QUEMA (Quadro do Estado Maior da Ativa) Murilo Fernando Alexander, chefe do Estado Maior da 2ª Divisão de Exército.”

Documento datado de 28 de abril de 1976 e assinado por Darcy de Araújo Rebello – Procurador Militar, pede o arquivamento do processo alegando: “As provas apuradas, são suficientes e robustas para nos convencer da hipótese do suicídio de Manoel Fiel Filho, que estava sendo submetido a investigações por crime contra a segurança nacional.”... “Aliás, conclusão que também chegou o ilustre Encarregado do Inquérito Policial Militar”.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica mantém a versão oficial.

Depoimento do preso político Antônio d’Albuquerque, em Auditoria Militar, à época, denunciou as torturas sofridas por Fiel Filho, afirmando que foi levado para ver seu cadáver no DOI-CODI/SP junto com outros presos políticos.

Pequena biografia de Manoel Fiel Filho feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por ocasião do lançamento do livro “Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?”, da Editora Escrita, encontrado no antigo arquivo do DEOPS/SP:

“Manoel Fiel, no dia 16 de Janeiro de 1976, havia sido detido ilegalmente às 12:00h por dois policiais que se diziam funcionários da Prefeitura, na fábrica onde trabalhava, a Metal Arte. Puseram-no num carro, foram até sua casa que foi vasculhada por eles. Nada encontraram que pudesse incriminar Fiel Filho.

Diante de sua mulher – Tereza de Lourdes Martins Fiel – levaram-no para o DOI-CODI do II Exército, afirmando que ele voltaria no dia seguinte. Mas ele não voltou.

No dia seguinte, um sábado, às 22:00h, um desconhecido, dirigindo um Dodge Dart, parou em frente à casa do operário e, diante de sua mulher, suas duas filhas e alguns parentes, disse secamente: ‘O Manoel suicidou-se. Aqui estão suas roupas.’ Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário morto.

Sua mulher então começou a gritar: ‘Vocês o mataram! Vocês o mataram!’

Naquela trágica noite, os parentes que foram até o Instituto Médico Legal tentar recuperar o corpo do operário morto, sentiram-se pressionados. As autoridades só entregavam o corpo com a condição de que Fiel Filho fosse sepultado o mais rapidamente possível e que ninguém falasse nada sobre sua morte. No domingo, dia 18, às 8:00h da manhã, ele foi sepultado. Desde então, a mulher do operário morto e suas duas filhas desaprenderam de sorrir. Obrigadas ao silêncio, elas nem mesmo se manifestaram quando o então comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Melo, foi exonerado do seu cargo.

Dias depois, um comunicado do II Exército dizia que Fiel Filho havia se suicidado na prisão e que todos os fatos seriam investigados. Em apenas 20 dias, foi feito um inquérito e, mesmo sem qualquer base legal ou provas concretas, concluiu pelo ‘suicídio’.

Logo depois, o processo foi arquivado.

Dois anos se passaram em silêncio. Até que, recentemente, se pôde provar que, antes de morrer, o operário sofrera torturas. Gritava de dor e pedia aos seus torturadores: ‘Pelo amor de Deus, não me matem.’

Seus gritos foram sumindo durante as torturas até que acabou morrendo estrangulado. Não fora suicídio.

Diante das evidências, a viúva Tereza de Lourdes Martins Fiel resolve romper o silêncio e ingressar na Justiça com uma ação cível contra o Governo, requerendo indenização pela morte de seu marido.

‘Não quero dinheiro. Quero justiça!’ disse ela. Além disso, diante dos novos fatos, requereu-se à Justiça Militar que a morte de Fiel seja novamente investigada, o que está para acontecer.”

PEDRO VENTURA FELIPE DE ARAÚJO POMAR

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nascido a 23 de setembro de 1913, na cidade de Óbidos (Pará), Pedro Pomar foi o primeiro filho de Felipe Cossio Pomar e Rosa de Araújo Pomar.

Deputado federal por São Paulo em 1947.

Foi fuzilado aos 63 anos, em 16 de dezembro de 1976, em São Paulo, na Chacina da Lapa.

Walter Pomar organizou esta biografia:

“Seu pai, pintor e escritor peruano, foi criador do APRA (Aliança Para a Revolução Americana). A mãe, Rosa, era maranhense, tendo ido para Óbidos quando seu pai, subtenente, foi transferido para o Batalhão de Artilharia.

Em 1918, quando Pedro tinha 5 anos, a família fez uma viagem aos Estados Unidos. Moraram em Nova Iorque. Um ano depois, o casal se separou. Rosa encarregou-se, então, de sustentar sozinha, como costureira, os três filhos: Pedro, Roman e Eduardo.

Com 13 anos, Pedro saiu de Óbidos, sozinho, para fazer o ginásio em Belém, onde se envolveu na movimentação política dos anos 30.

Em setembro de 1932, participou ativamente da organização de um levante armado em apoio aos constitucionistas de São Paulo. Esmagada a revolta, passou algum tempo no Rio de Janeiro, depois retornou a Belém, onde concluiu o ginásio.

Não se sabe ao certo quando Pomar passou a integrar as fileiras do PCB, mas é certo que foi recrutado pela escritora Eneida de Moraes.

Aos 19 anos, entrou para a Faculdade de Medicina. Nessa época, também jogava futebol, profissionalmente, no Clube do Remo.

Em 5 de dezembro de 1935, casou-se com Catharina Patrocínia Torres. Tiveram quatro filhos.

Disputou suas primeiras eleições em 30 de novembro de 1935, encabeçando a lista do Partido da Mocidade do Pará, que recebeu apenas 64 votos (o partido mais votado recebeu 4.888 votos).

Aos 22 anos, terceiranista de medicina, Pomar foi preso pela primeira vez, em janeiro de 1936. Enquanto estava na cadeia, nasceu seu primeiro filho.

Solto em 14 de junho de 1937, foi novamente preso em 2 de setembro de 1940. Fugiu da cadeia, em direção ao Rio de Janeiro, junto com João Amazonas e outros integrantes do Partido, no dia 5 de agosto de 1941.

Reuniu-se com a família em julho de 1942. Vivendo com dificuldades, tendo trabalhado inclusive como pintor de paredes, Pomar ajudou a formar a Comissão Nacional de Organização Provisória, que se encarregou de reorganizar o PC em escala nacional, convocando e realizando a Conferência da Mantiqueira, em 1943. Depois, mudou-se para São Paulo.

Em 1945, Pomar concorreu a uma vaga de deputado federal pelo Pará. Não fez campanha, e não conseguiu eleger-se, o que não se repetiu na eleição complementar de 1947, quando concorreu pela coligação PCB-PSP (Partido Social Progressista, de Ademar de Barros). Recebeu mais de 100 mil votos, a maior votação da época.

Durante seu mandato parlamentar, chefiou a delegação brasileira ao Congresso Mundial da Paz, no México, em 1948; integrou também, a delegação ao Congresso Mundial da Paz de 1949, ocorrido em Varsóvia.

Membro do Comitê Central e da Comissão Executiva do PC, foi secretário de Educação e Propaganda, encarregado de supervisionar os cerca de 25 jornais mantidos pelo partido em todo o país. Entre 1945 e 1947, foi diretor da Tribuna Popular, diário de massas do PCB. Mais tarde dirigiu a Imprensa Popular, do Rio, e colaborou ativamente em Notícias de Hoje, de São Paulo. Foi, ainda, secretário político do Comitê Metropolitano do Rio de Janeiro. Em 1950, concluído o mandato, passou à clandestinidade.

Nessa época, já havia entrado em conflito com a maioria da direção do PC. De segundo ou terceiro principal dirigente, começou a ser gradualmente rebaixado. Afastado do secretariado, depois da Executiva, foi em seguida transformado em suplente do Comitê Central e deslocado do plano nacional: enviado para o Rio Grande do Sul, onde colaborou nas lutas operárias e populares ocorridas no Estado nos anos 1951 e 1952. Por sua experiência, foi indicado para participar de um comitê especial organizado em São Paulo, por cima da estrutura normal do Partido, com a finalidade de dirigir o processo de lutas grevistas e contra a carestia. Esse comitê orientou as atividades do PCB em São Paulo durante os anos 1952 e 1953.

Depois, voltou a morar no Rio de Janeiro. Foi, então, enviado à União Soviética, onde estudou por dois anos. Ao retornar, participou do Comitê Regional Piratininga, responsável pela organização do partido na Grande São Paulo. Em 1956, Pomar integrou a delegação brasileira ao 8º Congresso do Partido Comunista Chinês. De 1957 a 1962, participou ativamente da luta interna no PC, o que lhe valeu a paulatina destituição das posições de direção que ainda ocupava: de dirigente regional passou a dirigente do Comitê Distrital do Tatuapé, do qual o próprio Prestes, pessoalmente, ainda tentou destituí-lo durante as conferências preparatórias do V Congresso.

Pressionado pela direção, negou-se a voltar ao Pará e, para sobreviver, passou a fazer traduções e a dar aulas. Traduziu alguns livros de economia, uma série de livros de psiquiatria e de outros ramos científicos, tanto do inglês e do francês, como do russo. Traduziu, também, os dois primeiros volumes de “Ascensão

e Queda do III Reich”, de W. Schirer, e deu aulas de russo. A maioria das traduções saíram com nomes de outros autores.

Em 1959, participou do Congresso do PC Romeno, onde assistiu ao choque direto entre Krushev, o PC Chinês e o Partido do Trabalho da Albânia.

No V Congresso do PC, em 1960, Pomar ainda foi mantido como membro suplente do Comitê Central. Mas a luta interna caminhava para a sua expulsão e a criação, em fevereiro de 1962, do Partido Comunista do Brasil. Pomar, junto com Maurício Grabois, João Amazonas, Kalil Chade, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Ângelo Arroyo foram os principais articuladores da conferência que selou o rompimento com o setor majoritário do PCB.

Eleito membro do Comitê Central do PC do B e redator-chefe de “A Classe Operária”, Pomar dedicou-se a organizar o novo partido, tendo realizado várias viagens ao exterior. Sabe-se que teve papel destacado na VI Conferência Nacional do PC do B, em julho de 1966. Nessa época, continuava morando em São Paulo.

Tendo discordâncias com a linha política e com os métodos adotados pela direção, Pomar não integrava o núcleo dirigente mais restrito do PC do B. Só após o assassinato de três membros da Comissão Executiva, em fins de 1972, Pomar incumbiu-se da direção de organização.

Após a derrota da guerrilha do Araguaia, Pomar escreveu um balanço crítico, em torno do qual conseguiu reunir a maioria da direção.

Pomar não deveria estar presente à reunião da Lapa. Mas a doença de sua mulher Catharina, desenganada pelos médicos, levou a desistir de uma viagem à Albânia. Por uma dessas ironias, vários membros da família reuniram-se para despedir-se de Catharina – que viveria até 1986 –, sem saber que na verdade despediam-se de Pedro.

Pomar foi executado pela repressão no dia 16 de dezembro de 1976 na fuzilaria contra a casa 767 da Pio XI. Seu corpo apresentava cerca de 50 perfurações de bala. Morreu ao lado de Ângelo Arroyo.

Foi enterrados no Cemitério Dom Bosco, em Perus, sob nome falso. Em 1980, a família conseguiu localizar e trasladar seus restos mortais para Belém do Pará, onde estão enterrados, e, no mesmo ano, editou o livro ‘Pedro Pomar’, pela Editora Brasil Debates.”

1977

JOSÉ SOARES DOS SANTOS

MECÂNICO E IRMÃO DE SILVANO SOARES DOS SANTOS E ALBERI VIEIRA DOS SANTOS, AMBOS TAMBÉM ASSASSINADOS PELA REPRESSÃO POLÍTICA.

Em janeiro de 1977, José Soares apareceu morto na região de Foz do Iguaçu, no Paraná. Seu corpo estava completamente mutilado, apresentando sinais evidentes de tortura, além dos olhos vasados e castração.

Segundo o advogado Décio Freitas, José teria sido morto por agentes de segurança, aparentemente, desligados dos órgãos oficiais e reagrupados no norte do Estado do Paraná, como órgãos clandestinos de repressão.

1979

ALBERI VIEIRA DOS SANTOS

Ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Participante da guerrilha deflagrada na cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, em março de 1965.

Foi expulso do Exército por força do AI-1, preso em 07 de abril de 1965, aos 27 anos, e condenado em julho de 1967, a 8 anos de prisão, sendo libertado em 1973.

Alberi foi assassinado em circunstâncias misteriosas, quando investigava o assassinato de seu irmão José Soares dos Santos, ocorrido em 1977.

Alberi afirmou a várias pessoas, inclusive ao advogado Décio Freitas, que já havia recolhido provas suficientes que incriminariam os responsáveis pela morte de seu irmão. De volta ao Paraná, para tentar recolher provas mais contundentes, Alberi foi seqüestrado e apareceu morto no dia 10 de janeiro, na região de Foz do Iguaçu.

O corpo, além de crivado de balas, estava mutilado.

O rosto, praticamente irreconhecível, demonstrava a intenção dos assassinos de Alberi em impedir que o cadáver fosse identificado.

BENEDITO GONÇALVES

Operário metalúrgico.

Morto pela Polícia Militar em agosto de 1979, quando realizava um piquete de greve em frente à Companhia Siderúrgica Paim, em Divinópolis (MG).

Atingido na cabeça por um golpe de cassetete, desferido por um policial militar, Benedito foi hospitalizado, falecendo dias depois em consequência do traumatismo craniano.

GUIDO LEÃO

OPERÁRIO METALÚRGICO.

Morto, em setembro de 1979, em Betim, quando realizava um piquete de greve em frente da Fiat Automóveis.

Tentando fugir de uma investida da cavalaria da PM, armada de sabres, Guido foi atropelado por um carro da própria polícia, morrendo em seguida.

OTACÍLIO MARTINS GONÇALVES

Operário da construção civil de Belo Horizonte.

Assassinado em 30 de julho de 1979 pela polícia militar mineira quando da repressão à passeata realizada pelos operários em greve do setor da construção civil de Belo Horizonte.

Otacílio tinha 24 anos, era casado e pai de um bebê de dois meses.

SANTO DIAS DA SILVA

Nasceu em 22 de fevereiro de 1942, em São Paulo, filho de Jesus Dias da Silva e Laura Amâncio.

Operário metalúrgico, era motorista de empilhadeira da Metal Leve S/A. Antes havia sido lavrador, colono, diarista e bóia-fria. Em 1961, foi expulso, com a família, das terras onde era colono, por exigir registro de carteira profissional, como era lei. Trabalhador em fábrica, foi demitido por participar de campanhas coletivas por aumento de salário e adicional de horas extras.

Líder operário bastante reconhecido no meio dos trabalhadores, era casado e pai de dois filhos.

Após sua covarde morte, como homenagem de sua luta e seu exemplo, foi criado o *Centro Santo Dias de Direitos Humanos* da Arquidiocese de São Paulo.

Santo era membro da pastoral operária de São Paulo, representante leigo ante a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, membro do Movimento Contra a Carestia, candidato a Vice-presidente da chapa 3, da Oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia - CBA/SP.

Assassinado friamente pela PM paulista quando comandava um piquete de greve no dia 30 de outubro de 1979, em frente à fábrica Silvânia, em Santo Amaro, bairro da região sul.

Relato da morte de Santo Dias, publicado no Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, encontrado no Arquivo do DOPS/SP:

“ Os policiais estavam puxando o Espanhol por um lado. Do outro, Santo segurava o companheiro. Começou então a violência, com tiros para cima e, depois, eu vi o Santo ser atingido na barriga, de lado, e o tiro sair de outro lado. Escutei três gritos: ai, ai, ai. E o Santo caiu no chão.

O metalúrgico Luís Carlos Ferreira relatou assim a morte de Santo Dias da Silva, no depoimento que prestou à Comissão de Justiça e Paz, que também ouviu mais duas outras testemunhas sobre a morte do companheiro. Segundo Luís Carlos afirmou à Comissão, ele estava a uns seis metros de distância de Santo Dias, no momento em que ele foi baleado.

Os policiais continuaram a perseguir outros - prossegue Luís Carlos no seu depoimento. ‘Eu fiquei atrás de um poste e posso, com toda segurança, reconhecer o policial que atirou no Santo: tem cerca de um metro e oitenta, alto, forte e alourado. E pude ver, depois, na delegacia que ele tem uma falha na arcada dentária. Vi ele bem, quando eu estava sendo levado preso no Tático Móvel 209.

Luís Carlos lembra que havia cerca de 50 operários no piquete, que nunca usou de violência, pois só fazíamos o trabalho de conscientização. Ele também desmente a versão de que os trabalhadores teriam iniciado o conflito, afirmando que quando chegamos na porta da Silvânia, tinha uns quatro ou cinco policiais guardando o local. Não houve nenhum atrito com eles e nenhum de nós estava armado.

Luís Carlos Ferreira reconheceu o soldado Herculano Leonel como o autor do disparo que matou o operário.

Correndo, assustados e ao mesmo tempo com raiva do ocorrido, os companheiros entraram na sede com a notícia parada na garganta: ‘Mataram o Santo’. Num primeiro momento, a dúvida e, após a confirmação, a dor. A repressão diante da Silvânia, local para o qual Santo se dirigira com a finalidade de acalmar os ânimos, dissolveu a tiros o piquete; fez um ferido (João Pereira dos Santos) e um

morto, Santo Dias da Silva. A triste notícia correu de boca em boca. As autoridades procuravam esvaziar e eximir-se da culpa.

Imediatamente começou a mobilização dos trabalhadores para protestar contra o assassinato. A polícia não queria nem mesmo liberar o corpo. Depois da interferência de outros sindicalistas e parlamentares, o corpo de Santo chegou à Igreja da Consolação onde foi velado pelo povo de São Paulo. A tristeza se misturava com a incredulidade e a raiva contra os assassinos. Milhares de pessoas desfilaram diante do caixão aberto de Santo, prestando sua homenagem ao novo mártir da luta operária, que estampava no seu rosto um leve sorriso de tranquilidade.

Já na madrugada, o povo continuava a rezar por Santo e a se preparar para a grande marcha até a Sé, local fixado para a cerimônia de encomendação do corpo.

Às 8:00h da manhã a movimentação diante da Consolação era grande: metalúrgicos, estudantes, todos querendo levar Santo. Saindo da Consolação às 14:10h, o cortejo com faixas e palavras de ordem contava com mais de 10 mil pessoas. Dos prédios caíam papeis picados, um sinal silencioso de solidariedade. Novos manifestantes se acresciam ao cortejo e as palavras de ordem se sucediam: 'A Luta Continua', 'A polícia dos patrões matou um operário', 'Você está presente, companheiro Santo'...

1980

LYDA MONTEIRO DA SILVA

Nasceu em 5 de dezembro de 1920, em Niterói, Rio de Janeiro, filha de Luiz Monteiro da Silva e Ludovina Monteiro da Silva.

Era casada e tinha um filho. Funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil, onde ingressou em 1936, quando tinha apenas 16 anos. Por sua capacidade, chegou a ocupar o cargo de Diretora do Conselho Federal da OAB, no Rio de Janeiro.

Morta aos 59 anos de idade no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1980, durante o governo Figueiredo na chamada “Operação Cristal”, organizada por grupos extremistas de direita, pela explosão de uma carta bomba, às 14:00 horas, na sede da OAB/RJ. A carta era endereçada ao presidente da entidade, Eduardo Seabra Fagundes, do qual D. Lyda era secretária.

O registro de ocorrência de nº 0853 da 3ª D.P. dá sua morte como “ato de sabotagem ou terrorismo” e informa que, na explosão, saiu ferido outro funcionário, José Ramiro dos Santos.

D. Lyda veio a falecer no caminho para o Hospital Souza Aguiar. Seu óbito de nº 313 foi assinado pelo Dr. Hygino C. Hércules, do IML, tendo como declarante Joaquim Alves da Costa.

Foi enterrada no dia seguinte no Cemitério São João Batista (RJ) com grande participação dos movimentos sociais e cobertura da imprensa.

No mesmo dia 27, mais duas cartas-bomba foram entregues, no Rio de Janeiro - no Gabinete do vereador Antonio Carlos de Carvalho (PMDB) e na sede do jornal *Tribuna da Imprensa*. Inquéritos, na época, foram abertos e nada foi apurado.

RAIMUNDO FERREIRA LIMA

Líder camponês da região de Itaipava, no Araguaia. Membro da Comissão Pastoral da Terra, foi candidato da chapa de oposição ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, no Pará.

Foi assassinado em 29 de maio de 1980, numa emboscada. Seu nome constava numa lista dos fazendeiros da região, elaborada após a morte de um grileiro, que iniciara a demarcação das terras de sua fazenda, sem entrar em acordo com os posseiros, ameaçando expulsá-los.

Tudo indica que seu assassino foi o capataz José Antônio, filho adotivo de Fernando Leitão Diniz.

A polícia de Araguaína abriu inquérito somente dois dias após o crime, sob pressão da Comissão Pastoral da Terra.

WILSON SOUZA PINHEIRO

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, no Acre, e membro da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores no município de Brasiléia, assassinado em 21 de julho de 1980.

SERINGUEIRO AMAZONENSE, FOI O FUNDADOR DO 1º SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DO ACRE, EM BRASILÉIA, NO ANO DE 1979.

Liderou a marcha de 300 seringueiros para desarmar os bandidos que vinham ameaçando os posseiros da região. Nessa ocasião, tomaram mais de 20 rifles automáticos e, de volta a Rio Branco, entregaram essas armas ao Exército.

Foi o “mutirão contra a jagunçada” que reafirmou o prestígio e a liderança de Wilson como defensor da mata e do trabalho extrativista na Amazônia.

Ainda em 1979, liderou uma comissão de trabalhadores rurais e índios do Acre para apaziguar a luta entre os Apurinãs e os parceiros que o INCRA havia metido em território indígena. Assim foi gerado o embrião que, mais tarde, se transformou na “Aliança dos Povos da Floresta”.

Ele incomodava o latifúndio. Um ano depois dessas jornadas, fazendeiros da região se articularam para dar fim ao movimento de resistência dos seringueiros. Decidiram por matar Wilson. E foi o que aconteceu na tarde do dia 21 de julho de 1980, com três tiros nas costas, na sede do Sindicato de Brasiléia.

Com sua morte, o latifúndio alastrou-se com maior voracidade. O seringal onde morou com a família é hoje pastagem de gado, cujo proprietário é membro da UDR.

Contudo, a experiência de Brasiléia propagou-se na Amazônia. Multiplicaram-se os embates. No Xapuri, essa resistência pacífica contou com a liderança de Chico Mendes e alcançou projeção internacional.

1983

MARGARIDA MARIA ALVES

Trabalhadora rural, rendeira, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba.

Foi assassinada por um jagunço a mando de latifundiários da região, no dia 13 de agosto de 1983.

Destacou-se pela defesa dos direitos do trabalhador sem terra, pelo registro em carteira, pela jornada de 8 horas, pelo 13º salário, férias, entre outros direitos.

Raimundo Francisco de Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro, Rio Grande do Norte, assim se expressou para homenagear Margarida:

*No dia doze de agosto
do ano de oitenta e três
parece que a natureza
descuidou-se ou não sei
fazendo com que **Margarida**
víssemos pela última vez.*

***Margarida** porque tinha
trabalho de consciência
saiu deixando um trabalho
por outro mais de urgência
sem saber que os patrões
usariam da violência.*

*Estando na sua casa
conversando com o marido
foi visto por um vizinho
quando chegou um bandido
chegando deixar seu corpo
sem vida no chão caído.*

*Seu Casimiro que estava
nesta mesma ocasião
sentado em uma cadeira
olhando a televisão
foi escutando um disparo
e vendo a esposa no chão.*

*O Rio Grande do Norte
e Pernambuco também
o povo da Paraíba
de Itambé e Belém
sentiram este drama triste
por tanto lhe querer bem.*

Chora toda a Paraíba

*que conhecia a mulher
por ser muito combativa
e mantinha a classe em pé
a morte de **Margarida**
para o povo é taça de fé.*

*Com ela são trinta e dois
já vítimas de violência
queremos que a justiça
use de mais consciência
tomando de imediato
as devidas providências.*

*Justiça por caridade
descubra este bandido
se apelarmos pra Deus
faz o que Ele é servido
para que vocês esperem
porque quem com ferro fere
com ferro será ferido.*

OUTRAS MORTES

AFONSO HENRIQUE MARTINS SALDANHA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Nasceu no dia 22 de setembro de 1918, na cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco. Seus pais eram João Baptista Martins Saldanha e Maria da Conceição de Barros Saldanha.

Casado com Idalina Saldanha, era pai de cinco filhos.

Professor de História, Geografia e Ciências. Exerceu o magistério em diversos estabelecimentos de ensino na cidade do Rio de Janeiro, citando-se o Colégio Rui Barbosa, o Colégio Mello e Souza, o Instituto de Educação Brasil-América.

Dirigiu também o Colégio Helvécio Xavier Lopes, no Rio de Janeiro.

Convidado por Antônio Houaiss, Saldanha colaborou na Enciclopédia Britânica, escrevendo verbetes ligados à educação.

Era, ainda, Inspetor Federal do Ministério da Educação e Cultura.

Foi Presidente do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro de 1967 a 1969. Foi reeleito para novo mandato – de 1969 a 1972. Não chegou a ser empossado porque foi cassado. Preso em 1970, foi levado para o DOI-CODI/RJ e torturado. Os torturadores se preocuparam particularmente em dar choques elétricos sobre uma verruga que Saldanha possuía na cabeça. Após 42 dias foi libertado, juntamente com Cecília Coimbra, que também se encontrava presa e foi testemunha dessa terrível.

Segundo diagnóstico médico, isso contribuiu para desencadear um processo de metástase que acabou levando Saldanha à morte, em 8 de Dezembro de 1974.

ANTÔNIO CARLOS SILVEIRA ALVES

Estudante da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Morto em 1º de abril de 1964, quando organizava, junto com outros companheiros seus, a resistência ao golpe militar. A arma que conduzia disparou, matando-o com um tiro no estômago. Vários estudantes que, em 1º de abril de 1964, ocuparam o CACO – Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito – para resistirem ao golpe militar, foram testemunhas do acidente que vitimou Antônio Carlos.

ARI DA ROCHA MIRANDA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Morto, acidentalmente, em junho de 1970, em São Paulo, quando a arma de um de seus companheiros disparou, atingindo-o mortalmente.

CATARINA ABI-EÇAB

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Estudante universitária morta, aos 21 anos de idade, em acidente de automóvel em 08 de novembro de 1968, às 19:00 horas, no km 69 da BR-116, próximo a Vassouras (RJ), quando o carro em que viajava com o marido Antônio Abi-Eçab, explodiu devido à detonação de explosivos que transportavam.

O exame necroscópico de Catarina, realizado em 9/11/68, no Instituto Médico Legal de Vassouras e firmado pelos Drs. Pedro Sarillo e Almir Fagundes de Souza, dá como “causa mortis” fratura de abóboda craniana provocada por instrumento contundente. Foi sepultada por sua família no Cemitério do Araçá/SP.

ÍRIS AMARAL

Sem militância política.

Doméstica, casada, natural do Rio de Janeiro e morta aos 40 anos de idade, em 01 de fevereiro de 1972, ao ser baleada na rua por agentes da repressão que perseguiram militantes políticos.

Pesquisas realizadas pelo GTNM/RJ constataram que Íris morreu antes de dar entrada no Hospital Getúlio Vargas (RJ), para onde fora levada.

Seu corpo entrou no IML/RJ com a Guia nº 85 da 27ª D.P., no mesmo dia de sua morte e foi necropsiado em 02 de fevereiro de 1972 pelo Dr. Hygino C. Hércules, não constando nome do 2º legista. A *causa mortis* foi “ferida transfixiante de coxa interseccionando a artéria femoral direita”. Foi retirada por seu esposo, Anésio Amaral Filho, e sepultada no Cemitério de Irajá (RJ).

O registro de ocorrência nº 580 da 29ª D.P. diz que: “... fiz remover o corpo de Íris Amaral, cujo óbito ocorreu no interior de um táxi, dirigido por Teobaldo Caputo que, na ocasião, prestava socorro à mulher baleada na perna, em Vicente de Carvalho com Rua Caiçara. Na estrada Vicente de Carvalho (Rio de Janeiro), no dia 1º de fevereiro de 1972, os policiais do CODI/DOI reconheceram, dentro de um carro em movimento, os militantes Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antônio Carlos Nogueira Cabral (morto no Rio de Janeiro neste mesmo ano, em 04 de abril). Os policiais passaram, então, a persegui-los, disparando aleatoriamente suas armas. Assim assassinaram a senhora Iris Amaral e feriram pelo menos mais 4 traseuntes.

Desta perseguição, os militantes escaparam com vida.

ISHIRO NAGAMI

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 1941, em São Paulo, filho de Keizo Nagami e Kijue Nagami.

Era professor.

Aos 28 anos, morreu juntamente com Sérgio Correia, em setembro de 1969, na rua Consolação, São Paulo, quando o carro em que viajava explodiu em consequência da detonação de explosivos que transportavam.

Enterrado no Cemitério de Guarulhos pela família.

JOÃO ANTÔNIO ABI-EÇAB

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Estudante universitário, morto em acidente de automóvel em 08 de novembro de 1968, às 19:00 horas, no km 69 da BR-116, próximo a Vassouras (RJ) com sua esposa Catarina Helena Abi-Eçab, quando o carro em que viajavam explodiu em consequência da detonação de explosivos que transportavam. Foi sepultado por sua família.

JOÃO BARCELLOS MARTINS

Militante do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Nasceu em 23 de abril de 1898, filho de José Pinto Martins e Emília Barcellos Quintanilla, na cidade de Campos (RJ).

Fez seus estudos no Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói. Mais tarde, concluiu o curso complementar no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Formou-se em farmácia em 1921 e em Medicina em 1928. Durante seus estudos, trabalhou no Laboratório Loyd Brasileiro e no Serviço Nacional da Lepra. Como médico, iniciou sua vida profissional no Hospital São Francisco, no Rio de Janeiro.

Foi trabalhar em Muniz Freire (ES), sendo prefeito da cidade posteriormente.

Voltando a Campos, lá exerceu a medicina por 35 anos ininterruptos, inclusive dando aulas em colégios locais.

Na década de 40, fundou a Esquerda Democrática de Campos, lutando contra o nazi-fascismo. Nos anos 50, criou o Centro de Estudos em Defesa do Petróleo, o primeiro surgido em cidade do interior, a exemplo do Movimento Nacional criado no Rio de Janeiro, do qual ele foi um dos fundadores.

Em 1954, elegeu-se prefeito de Campos e, em 58, deputado estadual pelo PSB, sendo primeiro secretário da Assembléia. Em 1963 foi eleito novamente prefeito de Campos, já com a saúde minada por dois enfartes que tivera. Criou a Fundação de Campos e o Horto Municipal.

O golpe militar encontrou-o à frente da resistência em Campos. Tentaram cassar-lhe o mandato, mas a Câmara Municipal, por maioria, impediu que tal sucedesse. Foi destituído do cargo e mantido preso. Em 10 de abril de 1964 viajou para uma reunião do PSB em Niterói (RJ), quando soube da invasão de sua casa pelo Exército, e que seus familiares foram detidos e submetidos a constrangimentos. Preparando-se para voltar a Campos, João Barcellos Martins, em 11 de abril de 1964, teve um enfarte e morreu aos 66 anos de idade. Foi sepultado no Cemitério de sua cidade, Campos.

JOSÉ MAXIMIANO DE ANDRADE NETO

Foi preso em julho de 1975 por agentes do DOI-CODI/SP, em São Paulo, sob a acusação de ser militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo, “expurgado” em 1964.

Foi torturado nas dependências do DOI/CODI-SP, como atesta Inês de Castro, em seu depoimento feito no Iº Congresso Nacional pela Anistia, realizado em novembro de 1978.

Um dia após ter sido libertado, José morreu no Hospital Clinicor, em Campinas, em virtude de um enfarte do miocárdio, certamente provocado pelas torturas sofridas na prisão.

LUIZ AFFONSO MIRANDA DA COSTA RODRIGUES

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Morto, acidentalmente, em 25 de janeiro de 1970, aos 19 anos, no Rio de Janeiro, quando a arma de um de seus companheiros disparou, atingindo-o mortalmente.

Seu atestado de óbito de nº 119.761 teve como declarante Durval Muniz Machado e informa que foi retirado do IML, em 29 de janeiro, tendo sido enterrado pela família no Cemitério São João Batista (RJ).

NEWTON EDUARDO DE OLIVEIRA

Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Era Gráfico.

Morto em 01 de setembro de 1964, Newton Eduardo entrou no IML/RJ, com a Guia nº 100 do Hospital Miguel Couto, dando sua morte como suicídio.

No Arquivo do DOPS/RJ consta que foi, em 1963, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, fazendo parte do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

SÉRGIO CORREIA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Morto, juntamente com Ishiro Nagami, em 4 de setembro de 1969, na rua Consolação, São Paulo, quando o carro em que viajava explodiu em consequência da detonação de explosivos que transportavam.

Enterrado no dia 19 de setembro de 1969, como indigente, no Cemitério de Vila Formosa (SP).

SILVANO SOARES DOS SANTOS

Agricultor de Campo Novo, no Rio Grande do Sul.

Participante da guerrilha deflagrada na cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, comandada pelo Cel. Jefferson Cardim de Alencar Osório, em março de 1965.

Segundo denúncia de seu irmão Alberi Vieira dos Santos, que também foi assassinado em 79, Silvano foi preso, torturado e jogado do 2º andar do Batalhão de Fronteiras, vindo a morrer 15 dias após, vitimado por um derrame.

ZULEIKA ANGEL JONES

Nasceu em Curvelo, MG, em 5 de junho de 1923, filha de Pedro Netto e Francisca Gomes Netto. Mais tarde sua família se mudou para Belo Horizonte, onde fez o curso primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o ginásial no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Ousada, criativa, inovadora, anti-militarista, talentosa, corajosa, envolvente, charmosa e alegre. É essa a definição da personalidade da estilista Zuzu Angel.

Começou sua carreira como costureira e, mais tarde, tornou-se “designer”, transformando panos de colchão, fitas de gorgurão, rendas do norte, pedras preciosas, estampados de pássaros e papagaios, babados e zuartes em saias, chales e vestidos maravilhosos, criando uma moda brasileira capaz de encantar o mundo

O anjo era a logomarca de sua confecção. Seu princípio era a liberdade. Criava uma moda autêntica - a partir de suas raízes e origens de sua vida e emoções. A natureza brasileira estava presente em suas roupas, através das flores, pássaros e borboletas.

Morta aos 49 anos de idade, em 14 de abril de 1976, às 3:00 horas, na Estrada da Gávea, à saída do Túnel Dois Irmãos (RJ).

Figurinista conhecida internacionalmente como Zuzu Angel, era mãe do militante Stuart Angel Jones, desaparecido político, preso em 14 de maio de 1971 pelos agentes do CISA, onde foi torturado e assassinado.

O preso político Alex Polari de Alverga, escreveu da prisão – logo após a morte de Stuart – carta a Zuzu Angel, onde narrava as torturas sofridas por seu filho. Alex presenciou Stuart ser arrastado por um jipe pelo pátio interno da Base Aérea do Galeão, com a boca no cano de descarga do veículo. Também ouviu os gritos de Stuart – numa cela ao lado – pedindo água e dizendo que ia morrer e, pouco depois, seu corpo foi retirado da cela. Este depoimento de Alex consta do vídeo “*Sônia Morta e Viva*”, produzido e dirigido por Sérgio Waisman, em 1985.

Zuzu Angel incansavelmente denunciou as torturas, morte e ocultação do cadáver de Stuart, tanto no Brasil como no exterior. Em vários de seus desfiles no exterior denunciou a morte do filho para a imprensa estrangeira e a deputados norte-americanos, entregando em mãos uma carta a Henry Kissinger, na época Secretário de Estado do Governo norte-americano, visto que seu filho também tinha a cidadania americana. Sua atitude e a abrangência das denúncias, apesar da férrea censura, desnudavam o que a ditadura tentava esconder, os desaparecidos.

Zuzu passou, então a fazer - como ela mesma classificaria - “a primeira coleção de moda política da história”, usando estampas com silhuetas bélicas, pássaros engaiolados e balas de canhão disparadas contra anjos. O anjo tornou-se o símbolo de Tuti, o filho desaparecido - caracterizando suas coleções de moda: anjos amordaçados, meninos aprisionados, sol atrás das grades, jeeps e quêpis.

Durante cinco anos, buscou reaver o corpo de Stuart, cuja morte e prisão jamais foram admitidos pelos órgãos de segurança. O atrevimento, a criatividade, a audácia e até mesmo o bom humor foram as armas que ela usou contra a ditadura.

Soube tirar proveito de sua fama, para envolver, a favor da sua causa, inúmeros clientes e amigos importantes: Joan Crawford, Kim Novak, Veruska, Liza Minelli, Jean Shrimpton, Margot Fontein, Henry Kissinger, Ted Kennedy, entre outros.

Dizia sempre: “Eu não tenho coragem, coragem tinha meu filho. Eu tenho legitimidade”.

O acidente de automóvel em que veio a morrer foi bastante estranho, não ficando claro até hoje as circunstâncias dessa tragédia. Há testemunhas que afirmam que havia um jipe do Exército, logo após o acidente, na saída do túnel Dois Irmãos.

Ela própria denunciou seu fim: “Se eu aparecer morta, por acidente ou outro meio, terá sido obra dos assassinos do meu amado filho”.

Seu óbito, de nº 384, foi firmado pelo Dr. Higinio de Carvalho Hércules, que confirma a versão policial de morte em acidente.

Uma semana antes do acidente que a vitimou fatalmente, Zuzu deixara na casa de Chico Buarque, um documento que deveria ser publicado caso algo lhe acontecesse.

Sua postura diante da vida, sua força e sua garra, inspiraram Chico Buarque que compôs a música “Angélica”, onde ele pergunta, quem é essa mulher?

Zuzu Angel foi sepultada pela família, em 15 de abril de 1976, no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro.

MORTES NO EXÍLIO

ÂNGELO PEZZUTI DA SILVA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Angelo Pezzuti da Silva, nasceu em Araxá, Estado de Minas Gerais, no dia 27 de abril de 1946, filho de Carmela Pezzuti e Theofredo Pinto da Silva.

Cursou o primário no Grupo Escolar “Delfim Moreira” e o ginásio no Colégio “Dom Bosco”, ainda em sua cidade natal. O curso científico, foi feito já em Belo Horizonte, no Colégio “Padre Machado”. Ingressou na Faculdade de Medicina da UFMG, em 1964, onde permaneceu até 1968, optando por se especializar em Psiquiatria.

Ângelo tinha um temperamento alegre e extrovertido. Gostava de fazer amizades e cultivá-las.

Desde criança desenvolveu o gosto pela leitura e pelos estudos. Ainda cursando o primário, dedicou-se ao estudo de piano durante 2 anos. O gosto pela música clássica, pela poesia, pelo teatro e pela leitura, principalmente dos autores regionais brasileiros mais intelectualizados e clássicos, acompanhou-o sempre.

Possuía grande fluência verbal, o que facilitava a exposição de suas idéias. Vivia intensamente, como se o momento presente fosse o mais importante. Era senhor de uma ternura especial, mesclada de um certo ar irônico.

Sua militância política iniciou-se, efetivamente, no Colégio Padre Machado, onde participou do curso de alfabetização de adultos. Aí também já sofreu os primeiros “cortes”: foi eleito Presidente da Associação de Alunos e Diretor do Curso de Alfabetização, mas seu nome foi vetado pelo Diretor do Colégio, pelas suas posições políticas de esquerda e questionamentos religiosos.

Na Faculdade de Medicina, de imediato integrou-se ao movimento de estudantes que visava a ampliação de vagas na Universidade Federal de Minas Gerais e a absorção dos chamados “excedentes”. Sua participação seguiu-se no Centro de Estudos de Medicina – CEM, no Diretório Acadêmico, e no “*Show Medicina*”. Em todas as frentes, lá estava o Ângelo participando.

Em busca de outras alternativas políticas, ingressou na Política Operária (POLOP) e, em 1967, juntamente com outros companheiros (Apolo Heringer e Carlos Alberto Soares de Freitas) constituíram a primeira direção do COLINA (Comando de Libertação Nacional) que tinha como objetivo a luta armada como instrumento de transformação social. Sempre esteve à frente dos grandes projetos da Organização – foi uma liderança intelectual, e participou das primeiras ações armadas desde 1968.

Em 13 de janeiro de 1969 foi preso pelo DOPS, em Belo Horizonte. Inaugura-se, aí, um tempo de passagem por várias prisões: em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e, depois, retornando a Minas, sendo levado para a prisão de Linhares, em Juiz de Fora.

Sofreu, nesta trajetória, vários tipos de tortura física e psicológica. Entretanto, o que mais marcou foi a obrigação de assistir, na Vila Militar do Rio de Janeiro, a uma aula de tortura ministrada pelo Exército para 100 oficiais, onde alguns presos serviam de cobaia e, dentre os presos-cobaias, estava seu próprio irmão, Murilo. Estas aulas eram dadas por diversos torturadores, entre eles o contraventor “Capitão Guimarães”.

Juntamente com outros companheiros de Linhares, elaborou o “*Documento de Linhares*” denunciando as torturas e suas conseqüências dentro das prisões. Este foi o primeiro documento, no gênero, elaborado no Brasil e encaminhado às autoridades brasileiras que ignoraram o seu conteúdo. Foi amplamente divulgado no exterior.

Em 1970, Ângelo foi banido do país, trocado juntamente com outros 39 companheiros, inclusive seu irmão Murilo, pelo Embaixador Alemão. Ficaram exilados na Argélia.

Em 1971 foi para o Chile, onde se encontrou com sua mãe Carmela, também banida do Brasil por suas atuações políticas. E aí casou-se com Maria do Carmo Brito, com quem teve seu único filho, Juarez, que está com 23 anos cursando Ciências Biológicas na UNICAMP. Carmela vive hoje em Belo Horizonte sendo, ao lado de sua irmã Ângela, os maiores símbolos da fibra desta família na resistência à ditadura.

Em 1972, por seus contatos com grupos chilenos que lutavam pelo socialismo, foi preso e torturado por policiais brasileiros que lá se encontravam, sendo libertado logo em seguida.

Ainda no Chile, batalhou para provar a infiltração do cabo Anselmo nos meios revolucionários brasileiros, tentando convencer os companheiros que Anselmo era um traidor e responsável por várias quedas e mortes.

Em seguida, veio o golpe chileno, o que o levou a pedir asilo na embaixada do Panamá. Sua permanência no Panamá foi curta, indo para a França, onde logo se integrou ao Comitê Brasileiro cujo objetivo era obter asilo na Europa para outros companheiros brasileiros, chilenos, uruguaios que estavam em situação irregular na América Latina. Com esse objetivo, viajou pela Europa fazendo contatos com as entidades de Direitos Humanos.

Em Paris, participava de um grupo de estudos que analisava o movimento histórico da América Latina e de grupos de apoio aos presos no Brasil.

Por duas vezes – a primeira no Chile e a segunda na França – Ângelo retornou aos seus estudos de Medicina, conseguindo formar-se, em Paris, em meados de 1975, como Psiquiatra.

No dia 11 de setembro de 1975, Ângelo morreu em um acidente de motocicleta em Paris. Seu corpo foi cremado no Cemitério Père Lachese onde estão os maiores heróis franceses e, em 1976, trazido para o Brasil. Suas cinzas foram colocadas no Cemitério das Paineiras em Araxá, sua terra natal.

Sobre sua morte, seu amigo Herbert Daniel escreveu:

“... não saberemos se foi seu gosto pela ironia que determinou a escolha da data, aniversário do golpe do Chile. Ângelo escapou da cadeia no Brasil, escapou do golpe no Chile; mas não escapou da sua ânsia de viver demais. Não viveu para ver nenhum resultado. Este é o resumo brutal de todas as mortes provisórias...”

CARMEM JACOMINI

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Participou da guerrilha do Vale do Ribeira, em São Paulo.

Exilou-se no Chile de onde, após o golpe, foi para a França.

Em fins de abril de 1977, faleceu em consequência de um desastre de automóvel em Aix-en-Provence, na França.

DJALMA CARVALHO MARANHÃO

Nascido em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 27 de novembro de 1915. Seus pais eram Luiz Ignácio de Albuquerque Maranhão e Maria Salomé de Carvalho Maranhão.

Seu irmão Luiz Ignácio Maranhão Filho, ex-Deputado Estadual do Rio Grande do Norte e membro do Comitê Central do PCB, é desaparecido político desde abril de 1974.

Por volta de 1930, era filiado ao PCB, com atuação política no sul do país. Retornando a Natal em inícios do Estado Novo, fundou um jornal e um clube de futebol. Divergindo da direção regional do PCB, acabou sendo expulso do Partido, filiando-se ao Partido Social Progressista (PSP).

Em 1954 foi eleito Deputado Estadual, sendo dois anos depois nomeado prefeito de Natal.

Em 1958, disputou uma cadeira na Câmara dos Deputados, pela legenda da UDN, ficando na suplência. De 21 de julho a 3 de novembro de 1960 assumiu a cadeira de Deputado Federal.

Em 1960 foi eleito Prefeito de Natal pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), assumindo a Prefeitura em 1961. Em sua administração deu prioridade à Educação.

Com o golpe de 1964, foi afastado, preso e teve seu mandato cassado. Levado preso para Recife, acabou sendo transferido para a prisão de Fernando de Noronha. Somente foi libertado em fins de 1964.

Partiu para o exílio no Uruguai, sendo ulgado à revelia e condenado a 18 anos de prisão. Em 30 de julho de 1971, faleceu em Montevidéu, vítima de uma parada cardíaca. Foi casado com Dária de Souza Maranhão, com quem teve um filho.

GEROSINA SILVA PEREIRA

Filha de Antônio Soares de Arruda e de Laura Soares Silva, nasceu no dia 15 de julho de 1918, em São Pedro de Jequitinhonha, no Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais.

De família pobre, Zizinha, nome carinhoso pelo qual se tornou conhecida, desde cedo começou a trabalhar como operária na indústria de confecção.

Sempre trabalhando como operária, foi viver em São Paulo.

Em 1938, casou-se com Antônio Ubaldino Pereira, com quem teve três filhos.

Com o golpe de 1964, acabou se ligando à UPR e foi presa incomunicável em fins de 1970. Seu marido havia sido preso desde 1969, sendo banido para o Chile em 13 de janeiro de 1971. Assim que foi solta, Zizinha partiu para aquele país. Ali viveu e trabalhou até o golpe de setembro de 1973, quando o casal novamente se viu separado pelas circunstâncias: enquanto Antônio Ubaldino viajou para a Argentina e daí para a Suécia. Zizinha asilou-se no Panamá. Mesmo sem documentos, prosseguiu sua viagem com o objetivo de se reunir ao amigo e companheiro de vida e de lutas. Finalmente o casal se reuniu em Lund.

Em 1974, começou a trabalhar como restauradora de objetos do Museu Lund. Além disso, presidia o Comitê Brasileiro de Mulheres Democráticas, fundado na cidade de Lund.

Embora nunca deixasse de desejar retornar ao Brasil e rever seus filhos, netos e amigos, tais desejos não se materializaram: em 9 de setembro de 1978, Zizinha morreu de câncer, no exílio. Seu corpo foi cremado e as cinzas levadas para São Paulo onde viviam seus familiares.

Em Lund, a sala onde os exilados brasileiros se reuniam para lutar pelo retorno ao Brasil recebeu seu nome, justa e merecida homenagem àquela que tão bem encarnou a vida de milhares de mulheres brasileiras.

MARIA AUXILIADORA LARA BARCELOS

Militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONARIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Filha de Clélia Lara Barcellos e Waldemar de Lima Barcelos, nasceu no dia 25 de março de 1945, em Antônio Dias, Minas Gerais, onde seu pai trabalhava como agrimensor.

A profissão do pai a levou a regiões diversas: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e todos eram obrigados a acompanhá-lo em suas andanças. Para os filhos isso significou frequentar diversas escolas.

Em Belo Horizonte, Dora estudou no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima.

Seus avós haviam ajudado a organizar uma escolinha num bairro pobre. Dora, com 14 anos, junto com Maria Helena, sua irmã, lecionava nesta escolinha que ficava numa das favelas da cidade. Lecionaram por mais de dois anos, em contato permanente com a miséria dos moradores da favela, imigrantes de zonas rurais.

Quando era aluna do curso primário, Dorinha sonhava ser missionária. Quando moça, ela pensava em servir como médica no próprio Brasil ou no exterior.

Começou a estudar Medicina, na UFMG, em 1965. Durante o curso, começou a perceber a miséria que a cercava

Dora cursava o quinto ano de Medicina, na área de Psiquiatria, e dava plantões no Hospital “Galba Veloso” e no Pronto Socorro.

Nos hospitais onde Dorinha trabalhou, como estudante, havia 80 pacientes em dormitórios planejados para 15 pessoas. Faltava alimentação adequada, os doentes eram submetidos ao penoso processo de choque elétrico e tratados mais como números do que como seres humanos. A partir daí, Dora começou a se rebelar.

Em 1968 aderiu à ideologia marxista-lenista, admirando, como grandes exemplos, personalidades como as de Che Guevara e de Carlos Marighella e recebendo uma grande influência das teorias de Régis Debray Nessa época, Dora já estava atuando no movimento estudantil.

No dia 19 de março de 1969, Dora mudou-se para o Rio de Janeiro, entrando para a clandestinidade como militante da organização VAR-PALMARES. Dorinha usava os nomes de Maria Auxiliadora Montenegro e Maria Carolina Montenegro e os codinomes Dodora, Maria Alice, Maria Eugênia, Chica e Laura. Mesmo vivendo como clandestina, continuou enviando notícias, através de cartas, para sua família.

Dorinha foi presa no dia 21 de novembro de 1969 no Rio de Janeiro, em companhia de Antônio Roberto Espinoza e Chael Charles Schreier, na casa em que moravam na rua Aquidabã, 1053, em Lins de Vasconcelos, por denúncias de vizinhos.

Levados para o Quartel da PE na Vila Militar, foram bastante torturados e Chael, em consequência das torturas, morreu em menos de 24 horas de prisão, conforme testemunho de Dorinha.

Banida para o Chile, em 23 de janeiro de 1971, quando do seqüestro do embaixador Suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, junto com outros 69 presos políticos brasileiros. Dorinha viajou acreditando que poderia levar uma vida normal – estudando e trabalhando – fazendo o que queria, lutando pelos oprimidos. No Chile, que ela tanto amou, onde reencontrou a alegria, a esperança e a liberdade, voltou a estudar.

Em 1973, com a queda de Allende e o golpe militar, Dora teve que conseguir asilo político na embaixada do México, onde viveu 6 meses e trabalhou como intérprete.

Do México foi para a Bélgica e da Bélgica para a França, onde ficou 2 meses e, de lá, para a Alemanha, passando a viver em Colônia e a fazer um curso da língua alemã. Como aluna aplicada e estudiosa conseguiu ir para Berlim Ocidental, depois de passar, em primeiro lugar, no concurso de língua alemã, entre 600 estrangeiros. Na Alemanha, finalmente, conseguiu dar prosseguimento ao curso de Medicina que, no Brasil, interrompera no 5º ano e no Chile não conseguira concluir.

Para conclusão do curso, com especialidade em Psiquiatria, pelo seu currículo, foi feita a exigência de que se submetesse a 24 provas, de 4 horas cada uma. Dora, com a coragem e disposição que lhe eram peculiares, dispôs-se a fazer as provas; recebia para isto, uma bolsa do governo alemão, que, era uma das maiores na época, e receberia até carro, a ponto de dispensar a ajuda familiar, que até então fora imprescindível.

Parece que Dora não deveria mesmo concluir o curso de Medicina. Quando estava fazendo a 18ª prova, jogou-se sob os trilhos do metrô, encontrando morte instantânea.

O governo alemão encarregou-se das providências e arcou com todas as despesas, desde que morreu até o traslado do seu corpo para o Brasil, além de conceder uma indenização que, a pedido de sua família, foi revertida em benefício dos seus companheiros que mais precisassem. Seu corpo foi cremado na Alemanha, trazido para o Brasil e enterrado em Belo Horizonte.

NILTON ROSA DA SILVA (BONITO)

Nascido em Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, onde foi um ativo participante do movimento estudantil secundarista. Foi morto em 1973, numa manifestação de rua no Chile. Pertencia às Brigadas do MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionario.

THEREZINHA VIANA DE ASSIS

No Dossiê anterior constava como TEREZINHA VIANA DE JESUS.

Nasceu em 22 de julho de 1941 em Aracaju, Sergipe.

Filha de Antônio Veriano de Assis e de Edith Vianna de Assis.

Fez seus estudos em sua cidade natal, concluindo o Curso de Economia na Universidade Federal de Sergipe. Mudou-se para Belo Horizonte, onde trabalhou na Caixa Econômica Federal.

Em 1972 foi presa. Ao ser libertada, exilou-se no Chile, onde fez um curso de especialização na Universidade de Santiago.

Após o golpe no Chile, em setembro de 1973, viajou para a Holanda onde chegou em fevereiro de 1974. Residiu inicialmente em Rotterdam e depois em Amsterdam,

Prosseguindo seus estudos na Universidade de Amsterdam, doutorou-se em Economia.

Até 15 de setembro de 1977, trabalhou na Prefeitura de Amsterdã, mas seu contrato não foi renovado, o que a colocou na condição de desempregada. Esta situação agravou os problemas psicológicos que vinha apresentando.

Em 3 de fevereiro de 1978, Terezinha foi encontrada morta sob a janela do apartamento em que residia.

De sua irmã Selma Viana de Assis Pamplona:

Foi presa política e torturada em Belo Horizonte/MG, não sei precisar o ano, mas foi entre 1968-72 quando tinha aproximadamente 31 anos de idade.

Saiu do Brasil e foi para o Chile em fevereiro de 1973.

Em setembro/73, com o golpe no Chile que derrubou o Presidente Salvador Allende, ela foi mandada para a Holanda pela ONU; inicialmente, Rotterdam e depois, Amsterdam.

Em meados de 1977 ela começou a me escrever, dizendo estar se sentindo seguida sempre, pois onde estava via as mesmas pessoas (entre 2 e 4); em julho/77 saiu de férias (trabalhava na Prefeitura de Amsterdam) e fazia curso de línguas; viajou pela Rússia e países da Europa Oriental e onde chegava, (em cada cidade), encontrava aquelas mesmas pessoas. Quando voltou da viagem encontrou o seu apartamento totalmente remexido, desarrumado, fora do lugar. Observou que o seu telefone estava “grampeado” e pedia que eu não lhe telefonasse. Às vezes, quando voltava do serviço, encontrava seu apartamento remexido demonstrando ter entrado gente; começou a receber telefonemas anônimos com ameaças. Foi ficando nervosa, preocupada... Por fim, apareceu morta, caída da janela embaixo.

Ocorre que ela era muito católica, tinha medo da morte. E antes de se sentir seguida, estava gostando muito de Amsterdam. De repente...

Uma das pessoas que a seguia, ela ficou sabendo que se tratava de polícia secreta do Chile. Quanto aos outros ela não chegou a saber. Morreu em 2 ou 3 de fevereiro de 1978, com 36 anos.”

TITO DE ALENCAR LIMA (FREI)

Frade dominicano.

Nascido em Fortaleza/CE no dia 14/09/45, filho de Ildefonso Rodrigues de Lima e Laura Alencar Lima.

Estudou em Fortaleza com os padres jesuítas. Foi dirigente regional e nacional da JEC (Juventude Estudantil Católica). Em 1965, ingressou na Ordem dos Dominicanos, sendo ordenado sacerdote em 1967, e também foi aluno de Filosofia da USP.

Militante da Ação Estudantil Católica, foi seu coordenador para o Nordeste. Foi preso em 1968, sob a acusação de ter alugado o sítio onde se realizou o Congresso da UNE, em Ibiúna.

Preso novamente em 4 de novembro de 1969, em companhia de outros padres dominicanos porque acusados de terem ligações com a ALN e Carlos Marighela.

Frei Tito foi torturado durante 40 dias pela equipe do delegado Sérgio Fleury. Transferido depois para o Presídio Tiradentes, onde permaneceu até dia 17 de dezembro. Nesse dia, foi levado para a sede da Operação Bandeirantes (DOI-CODI/SP), quando o Capitão Maurício Lopes Lima, disse-lhe: “Agora você vai conhecer a sucursal do inferno”. E foi o que ocorreu. Torturado durante dois dias, pendurado no pau-de-arara, recebendo choques elétricos na cabeça, órgãos genitais, nos pés, mãos, ouvidos, com socos, pauladas, “telefones”, palmatórias, “corredor polonês”, “cadeira do dragão”, queimaduras com cigarros, tudo acompanhado de ameaças e insultos. A certa altura, o Capitão Albernaz ordenou-lhe que abrisse a boca para receber a hóstia sagrada, introduzindo-lhe um fio elétrico que queimou-lhe boca a ponto de impedi-lo de falar.

Frei Tito foi deixado durante toda uma noite no pau-de-arara e, no dia seguinte, tentou o suicídio com uma gilete, sendo conduzido às pressas para o Hospital do Exército do Cambuci, onde ficou cerca de uma semana sob tratamento médico sem, contudo, deixar de ser submetido a tortura psicológica constante.

Banido do país, em 13 de janeiro de 1971, quando do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, viajou para o Chile e depois para a Itália e a França.

Após algum tempo, instalou-se na comunidade dominicana de Arbresle, tentando desesperadamente lutar contra os crescentes tormentos de sua mente, abalada profundamente pela tortura. Já no exílio, foi condenado pela 2ª Auditoria a pena de 1 ano e meio de reclusão, em 23 de fevereiro de 1973.

No dia 7 de agosto de 1974, com 31 anos de idade, Frei Tito enforcou-se, pendurando-se em uma árvore. Foi enterrado no Cemitério Dominicano de Sainte Marie de la Tourette, próximo a Lyon, na França. Em 25 de março de 1983, seus restos mortais foram trasladados para o Brasil, acolhidos solenemente na Catedral da Sé, em São Paulo, com missa rezada por D. Paulo Evaristo Arns e enterrado no jazigo de sua família em 26/03, em Fortaleza.

DESAPARECIDOS NO BRASIL

ADRIANO FONSECA FERNANDES FILHO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Ponte Nova, Minas Gerais, no dia 18 de dezembro de 1945, filho de Adriano Fonseca, e de Zely Eustáquio Fonseca.

Desaparecido em 28 ou 29 de novembro de 1973.

Era o segundo de cinco irmãos de uma família presbiteriana.

Fez o curso primário numa escola particular em Ponte Nova e, aos 10 anos, transferiu-se para o Colégio Batista, em Belo Horizonte, para fazer o curso ginásial como aluno interno. Posteriormente, mudou-se para Lavras, onde fez o curso científico, no Instituto Gammon, também em regime de internato. Muito ligado à música, Adriano estudava e tocava piano desde os 5 anos. Aos 17 anos terminou o curso científico em Lavras, transferindo-se, então, para o Rio de Janeiro. Aluno brilhante do curso primário ao científico, tirava sempre os primeiros lugares nas escolas por onde passou.

No período em que estudou fora, Adriano só passava, em casa, as férias. Depois que se mudou para o Rio, suas idas ficaram mais escassas. Escrevia, raramente, para a mãe. Os irmãos acreditavam que ele desenvolvesse alguma ação política pois, apesar de serem mais novos, tinham conhecimento da luta de oposição ao regime. Como gostava muito de ler e estudava Filosofia, quando ia a Ponte Nova, levava livros para os irmãos e os orientava.

Pouco depois da morte de Edson Luís de Lima Souto, no Restaurante do Calabouço em 1968, Adriano foi para Ponte Nova onde ficou por 6 meses com a família.

Nos períodos de férias que passava em Ponte Nova, estreitava sua amizade com o compositor e cantor João Bosco. Adriano era também muito ligado às artes plásticas, gostava de pintar e, principalmente, de fazer gravuras. Era um homem muito atraente, fino e elegante. Era muito alto, medindo 1,96 m e foi jogador de basquete, em Ponte Nova.

Deve ter ido para o Rio de Janeiro por volta de 1967/1968, indo morar num apartamento em Ipanema, a “república” dos intelectuais, escritores e artistas. Trabalhou no Superior Tribunal Eleitoral e se dedicou ao teatro, encenando e escrevendo peças teatrais. Uma das peças em que atuou – como ator – foi encenada no Teatro *Tereza Rachel*, na Praça Cardeal Arcoverde. Adriano estudou no cursinho pré-vestibular do Centro Acadêmico “*Edson Luís*”, em 1968 e, nesse período, iniciou sua participação no movimento estudantil na luta por aumento de vagas nas Universidades. É importante destacar que o Centro Acadêmico “*Edson Luís*” – CAEL – foi fundado em 1968 e criado por ocasião do desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia – FNFI, com a criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS.

Adriano foi aprovado no vestibular no final de 1968, iniciando o curso de Filosofia em 1969. Ainda no primeiro semestre de 1969, começou sua militância política no Partido Comunista do Brasil – PC do B. Participou ativamente do movimento estudantil e, após a edição do Ato Institucional N° 5, com a intensificação da repressão, foi obrigado a entrar, em 1970, para a clandestinidade. Nesse período, foi morar num sótão, em um prédio antigo, no Leblon, com Ronald de Oliveira Rocha, seu companheiro de organização. Aí viveu durante um ano e meio. Segundo depoimento de Ronald e Myriam, que foram muito ligados a Adriano, ele era uma pessoa muito meiga, educada e amiga. Pessoa combativa que se atirava por inteiro no que acreditava. Adriano era um idealista, um humanista e sua dedicação ao Partido vinha de um vínculo profundo com a luta popular e os ideais revolucionários.

Gostava muito de música popular brasileira, jazz, música erudita e, principalmente, dos Beatles. Jogava xadrez, lia muito, gostando mais de literatura e teatro do que de livros teóricos – mesmo os de Filosofia que eram de sua área. Como bom mineiro, adorava uma goiabada!

No final de 1970, início de 1971, participou da Comissão Organizadora da Juventude Patriótica, movimento de frente única de jovens, criado sob a iniciativa do PC do B. Já, nessa época, abandonou o emprego por questões de segurança e por já estar vivendo como clandestino. Foi então que se colocou à disposição do PC do B para fazer um trabalho especial no campo. Em função disso, foi destacado para ir para o Araguaia, indo viver na região do Gameleira, incorporando-se ao Destacamento B, cujo comandante era Oswaldo Orlando da Costa – o Oswaldão e usando os codinomes: Chico, Queixada, Alberto e Felipe. Tinha, nessa época, 23 anos de idade. Adriano Fonseca Filho foi ferido em combate no dia 28 ou 29 de novembro de 1973, próximo à gruta do Nascimento, estando desaparecido desde então.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que ele foi “morto na região do Araguaia em 3 de dezembro de 1973”.

ALUÍSIO PALHANO PEDREIRA FERREIRA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu a 05 de setembro de 1922, em Pirajuí/SP, filho de Henrique Palhano Pedreira Ferreira e Henise Palhano Pedreira Ferreira. Desaparecido aos 49 anos de idade.

Trechos de um texto escrito por Branca Eloya, sua cunhada:

“Em 1929, Aluisio e seu irmão Honésio, com 7 e 8 anos respectivamente, foram internados no Colégio Mackenzie, em São Paulo. Três meses depois, Aluisio apareceu sozinho em Pirajuí, a 350 km de São Paulo. Não havia se conformado com o regime do internato. Em 1932, com a morte de seu pai, a família mudou-se para Niterói. Mais uma vez foi internado, desta vez no Colégio Salesiano em Santa Rosa. Uma vez mais Aluisio se rebelou contra o internato.

Terminou o curso secundário no Colégio Plínio Leite e trabalhou como bilheteiro no Cine Royal, em Niterói.

Aos 21 anos ingressou no Banco do Brasil onde trabalhou até ser cassado pelo AI-1 em 1964. Formou-se advogado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Por duas vezes foi presidente do Sindicato dos Bancários. Em 1947, casou-se com Leda Pimenta e tiveram dois filhos Márcia e Honésio.

Em 1963 foi eleito presidente da CONTEC (Confederação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Crédito) e vice-presidente da antiga CGT.

Com o golpe de 1964, Aluisio teve seus direitos políticos cassados e passou a ser literalmente caçado pelos órgãos de repressão. Em fins de maio de 1964 asilou-se na Embaixada do México, indo posteriormente para Cuba.

Em 1969, representou o Brasil na OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), em Havana, Cuba. Em 1970, regressou clandestino ao Brasil. Manteve contato com familiares por ocasião do casamento de sua filha. Em 24 de abril desse mesmo ano ainda fez contato com a família. Depois desse dia, o silêncio.

Em 1976 correram os primeiros boatos de sua morte, confirmados em 1978 através de carta de Altino Dantas Jr., seu companheiro de prisão, encaminhada ao

Ministro do Superior Tribunal Militar, General Rodrigo Otavio Jordão Ramos, denunciando o assassinato de Aluísio Palhano, nas dependências do DOI-CODI da Rua Tutóia, em S.Paulo na madrugada de 21 de maio de 1971. Segundo esse relato, Aluísio esteve prisioneiro durante 11 dias, sofrendo as piores torturas.

A Anistia Internacional confirmou esse depoimento. ”

O preso político Nelson Rodrigues Filho também denunciou que esteve no DOI-CODI/RJ com Aluísio Palhano.

Apesar de todos estes testemunhos, os órgãos de segurança não reconheceram, até hoje, a prisão e a morte de Aluísio.

Foi preso no dia 9 de maio de 1971 e assassinado pelo torturador Dirceu Gravina no dia 21 de maio de 1971.

Inês Etienne Romeu, em seu Relatório, afirmou que Aluísio foi levado para a “Casa da Morte”, em Petrópolis, em 13 de maio de 1971. Informou que quem o viu pessoalmente naquele aparelho clandestino da repressão foi Mariano Joaquim da Silva, também desaparecido desde aquela época, que presenciou sua chegada, narrando o seu estado físico deplorável. Inês ouviu a voz de Aluísio várias vezes, quando interrogado na “Casa da Morte”.

Os relatórios dos Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica não fazem referências à sua morte.

O nome de Aluisio Palhano foi encontrado, em 1991, no arquivo do DOPS/PR numa gaveta com a identificação “falecidos”.

ANA ROSA KUCINSKI SILVA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu no dia 12 de janeiro de 1942, em São Paulo, filha de Majer Kucinski e de Ester Kucinski.

Esposa de Wilson Silva, ambos desaparecidos desde o dia 22 de abril de 1974. Tinha 32 anos de idade.

Professora universitária no Instituto de Química da Universidade de São Paulo.

A família de Ana Rosa e Wilson impetrou vários *habeas-corpus* na tentativa de localizá-los, todos eles prejudicados pela resposta de que nenhum dos dois se encontrava preso.

Nas pesquisas feitas pelos familiares aos arquivos do antigo DOPS/SP apenas uma ficha foi encontrada onde se lê: “presa no dia 22 de abril de 1974 em SP”.

O Relatório do Ministério da Marinha faz referências caluniosas a Ana Rosa.

Trechos de depoimento de seu irmão, Bernardo Kucinsky:

“Minha irmã, Ana Rosa Kucinski, e meu cunhado, Wilson Silva, foram presos e desaparecidos em São Paulo, na tarde de 22 de abril de 1974. Nesse dia, Wilson Silva e seu colega de trabalho Osmar Miranda Dias foram fazer um trabalho de rotina, saindo do escritório da Av. Paulista para o centro da cidade, um pouco antes da hora do almoço, após o que Wilson se separou de Osmar dizendo que iria se encontrar com sua esposa Ana Rosa, na Praça da República. A partir desta tarde, nunca mais foram vistos. A família tomou conhecimento, através de colegas, da ausência de Ana Rosa na Universidade e, de imediato, passou a tomar providências no sentido de localizar o casal.

Impetrou-se Habeas Corpus, através do advogado Aldo Lins e Silva, sem nenhum resultado. No dia 10 de dezembro de 1974, foi enviado pedido de

investigação à Comissão de Direitos Humanos da OEA. Meses depois, a família recebeu resposta da OEA, onde esta afirmava que, consultado, o Governo Brasileiro declinava qualquer responsabilidade no episódio.

O general Golberi do Couto e Silva chegou a reconhecer, em dezembro de 1974, que Ana Rosa se encontrava presa numa instituição da Aeronáutica.

O governo americano – por meio do Departamento de Estado – encaminhou informações à família de que Ana Rosa ainda estaria viva, presa em local não sabido e que Wilson Silva, provavelmente estaria morto.

As famílias dos desaparecidos políticos estiveram com o General Golberi do Couto e Silva em Brasília, em audiência solicitada por D. Paulo Evaristo Arns. Dias depois, o Ministro de Justiça, Armando Falcão, em nota oficial, informou sobre os ‘desaparecidos políticos’ e incluiu na lista nomes de pessoas que jamais foram tidas como desaparecidas. Em relação a Ana Rosa e Wilson Silva, a nota do Ministério alegava que eram ‘terroristas’ e estavam ‘foragidos’.

Amílcar Lobo, o médico psiquiatra envolvido com torturas no Rio de Janeiro, e que resolveu denunciar os assassinatos políticos, em uma entrevista comigo, quando lhe mostrei fotos de minha irmã e seu marido, este reconheceu as fotos de Wilson Silva como sendo uma pessoa que ele atendera após uma seção de torturas. Quanto a Ana Rosa, entretanto, o reconhecimento foi positivo, mas não categórico.”

ANDRÉ GRABOIS

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 03 de julho de 1946, no Rio de Janeiro, filho de Maurício Grabois, também desaparecido no Araguaia, e Alzira da Costa Reys.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia aos 27 anos, no dia 14 de outubro de 1973, juntamente com João Gualberto, Divino Ferreira de Souza e Antônio Alfredo Campos, na roça deste último, às margens do Rio Fortaleza, numa emboscada. Depoimentos de moradores da região dizem que seus corpos foram enterrados no mesmo local onde morreram e que nesta roça havia sido encontrada, anos depois, uma arcada dentária.

Fez o curso primário na Escola Municipal Pedro Ernesto e o ginásio no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói. Desde muito cedo, graças ao convívio com destacados militantes do movimento comunista no Brasil, interessou-se pelas questões políticas.

Em 1964, devido às perseguições movidas contra seu pai, Maurício Grabois, foi obrigado a abandonar os estudos e, com apenas 17 anos, foi viver na clandestinidade.

Em 1967, foi para o exterior, visitando a China e a Albânia, onde fez vários cursos.

Foi um dos primeiros a chegar à região do Araguaia, indo para a localidade de Faveira no início do ano de 1968. Antes morara em várias cidades da região: Rondonópolis, Tocantins e outras.

Tinha um gênio alegre e brincalhão e rapidamente conquistava a simpatia das pessoas. Gostava de música popular, em particular do samba, que aprendera nos morros cariocas.

Freqüentava as festas locais, onde era dos primeiros a chegar e o último a sair. Apreciador das peladas, construiu um campo e organizou times de futebol por onde passou, em Rondonópolis (MT) e no sul do Pará. Também era um bom nadador.

À noite, enquanto ouvia o rádio, gostava de desenhar cartuns sobre os acontecimentos políticos ou alusivos a acontecimentos da região e aos companheiros.

Via com grande tristeza o fato das crianças do Araguaia não conhecerem brinquedos.

Era casado com Criméia Almeida, com quem teve um filho – João Carlos Grabois – que nasceu na prisão e a quem não chegou a conhecer.

Foi o comandante do Destacamento A – Helenira Resende – até sua morte em 14 de outubro de 1973.

O relatório do Ministério da Marinha diz que foi “morto em 13 de outubro de 1973”. Documentos militares sobre a ação dos Fuzileiros Navais na região fazem referência a José Vieira da Silva Jr., nome falso de André Grabois, como um dos ‘procurados’. Usava também o nome falso de José Carlos Ferreira da Silva.

ANTÔNIO “ALFAIATE”

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia.

De origem nordestina, vivia na Baixada Fluminense, onde trabalhava como alfaiate. Participou dos movimentos populares de 1961/62, em Duque de Caxias, contra a sonexação de gêneros alimentícios que culminaram com a invasão de supermercados e açougues, onde os produtos estavam sendo escondidos para alcançar maiores preços.

Em 1970 foi viver na localidade chamada Metade, no Araguaia, com outros companheiros. Era de gênio alegre e gostava de cantar músicas nordestinas.

Apesar de seu porte franzino, jamais recusou uma tarefa, por mais pesada ou difícil que fosse. Pertencia ao Descatamento A – Helenira Resende.

Foi visto pela última vez, conforme Relatório de Ângelo Arroyo, no dia 14 de janeiro de 1974, juntamente com Lúcio Petit e Antônio de Pádua Costa, na região da guerrilha do Araguaia.

ANTÔNIO ALFREDO CAMPOS

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia.

Camponês residente na Região do Araguaia que se incorporou à Guerrilha. Casado, tinha filhos. Desapareceu após cair em uma emboscada em sua roça no dia 14 de outubro de 1973, às margens do Rio Fortaleza, em São João do Araguaia/PA, juntamente com André Grabois, João Gualberto e Divino Ferreira de Souza.

Depoimentos de moradores da região dizem haver encontrado, anos depois, uma arcada dentária no local onde provavelmente teriam sido enterrados.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que Alfredo era militante do PCdoB e guerrilheiro, enquanto que o Ministério do Exército diz não possuir registros a seu respeito.

ANTÔNIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 22 de agosto de 1944 em Ilhéus/BA, filho de Gerson da Silva Teixeira e Maria Luiza Monteiro Teixeira.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia.

Geólogo, formado pela UFBA. Casado com Dinalva Monteiro Teixeira, destacada guerrilheira e também desaparecida.

Teve grande participação no movimento estudantil nos anos 1967/1968. Em 1969, após contrair matrimônio com Dinalva, foram residir e trabalhar no Rio de Janeiro, no Ministério das Minas e Energia. Era membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em

maio de 1970 foi, juntamente com Dina, para o Araguaia, indo viver na região de Caiano – Destacamento C.

Segundo seus companheiros, foi ferido em combate no dia 21 de setembro de 1972, quando foram mortos Francisco Manoel Chaves e José Toledo de Oliveira. Foi levado preso para São Geraldo do Araguaia e torturado até a morte.

Estaria enterrado no cemitério de Xambioá.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “em dezembro de 1972 foi identificado, por fotografia, como sendo o prof. Antônio que lecionava, no período de junho a dezembro de 1971, na Escola dos Padres de São Félix, em Terra Nova no sopé da Serra do Roncador.”

Os relatórios dos três ministérios militares não fazem nenhuma referência à sua morte.

ANTÔNIO DE PÁDUA COSTA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 12 de junho de 1943 no Piauí, filho de João Lino da Costa e Maria Jardimina da Costa.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia desde 1974.

Estudante de Astronomia da UFRJ, foi da diretoria do DA do Instituto de Física. Foi indiciado por sua participação no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna.

Quando passou a viver na clandestinidade, foi para a região do Araguaia, onde vivia na localidade de Metade, em São João do Araguaia/PA e tornou-se vice-comandante do destacamento A das Forças Guerrilheiras.

Com seu jeito alegre e brincalhão, rapidamente conquistou a simpatia dos vizinhos e companheiros. Com seu espírito prático e capacidade de direção, assumiu o Comando do Destacamento A – Helenira Resende – após a morte de André Grabois.

Foi visto pela última vez no dia 14 de janeiro de 1974, quando houve intenso tiroteio com as Forças Armadas. Estavam com ele naquele momento Antônio Alfaiate e Lúcio Petit, também desaparecidos.

Segundo o depoimento de um morador da região, Antônio foi preso em casa de um camponês, no início do ano de 1974.

O Relatório do Ministério da Marinha afirma que teria sido assassinado por uma companheira, “quando estavam acampados em local/região não definidos”. Causa estranheza o Ministério da Marinha ter informações tão detalhadas sobre sua morte e nenhuma informação sobre o local onde se deu sua prisão, o que demonstra, mais uma vez, a tentativa de escamotear as informações.

ANTÔNIO DOS TRÊS REIS OLIVEIRA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 19 de novembro de 1946, na cidade de Tiros/MG, filho de Ageu de Oliveira e Gláucia Maria Abadia de Oliveira.

Desaparecido aos 26 anos de idade, em 10 de maio de 1970, em São Paulo.

Fez o curso ginasial no Colégio Nilo Cairo. Estudante de Ciências Econômicas na Faculdade de Apucarana, era membro da União Paranaense de Estudantes. Junto com José Idésio Brianesi, também assassinado pela ditadura, produzia programas para a rádio local.

Foi indiciado no Processo 15/68 por sua participação no XXX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE) e no inquérito policial nº 9/72, dos quais foi excluído em decorrência de sua morte.

Segundo denúncia dos presos políticos de São Paulo, em documento datado de março de 1976, Antônio foi metralhado, juntamente com Alceri Maria Gomes da Silva no dia 10 de maio de 1970, em sua residência, no Tatuapé, São Paulo, por agentes da Operação Bandeirantes (OBAN), chefiada pelo Capitão Maurício Lopes de Lima.

Em 1991, seu nome foi encontrado no DOPS/PR, numa gaveta com a identificação: “falecidos”.

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa/SP, no dia 21 de maio de 1970. Seu laudo necroscópico se refere a um único tiro no olho direito e é assinado pelos médicos legistas João Pagenoto e Abeylard Queiroz Orsini.

No dia 10 de dezembro de 1991, com a presença de seus familiares, a equipe de técnicos da UNICAMP, a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, tentaram a exumação de seus restos mortais, que não foram encontrados. A quadra onde deveria estar enterrado Antônio e pelo menos outros 2 presos políticos da época (Alceri Maria Gomes da Silva, assassinada em São Paulo na mesma ocasião e Antônio Raimundo Lucena, assassinado em Atibaia no dia 20 de fevereiro de 1970), sofreu profundas alterações. Segundo sepultadores daquele Cemitério, em 1976, houve exumações no momento da alteração da quadra, e as ossadas foram jogadas em algum lugar do Cemitério.

No Relatório do Ministério da Aeronáutica consta que “faleceu em 17 de maio de 1970, em **Taubaté/SP**, quando uma equipe de segurança procurava averiguar a existência de um provável aparelho, o que resultou na sua morte”, insistindo em desinformar à sociedade e aos familiares sobre o seu paradeiro.

ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 20 de setembro de 1946, em São Paulo, filho de Walter Pinto Ribas e Benedita de Araújo Ribas.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia, desde 1973.

Estudante do 3º ano colegial do Colégio Estadual Brasília Machado e presidente da UPES).

Foi condenado pela 2ª Auditoria de Justiça Militar de São Paulo a 1 ano e 6 meses de prisão. Cumpriu pena até 1970 e, posteriormente, mudou-se para a região do Gameleira, no Araguaia. Foi visto pela última vez no natal de 1973.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “Antônio Ribas durante encontro com uma patrulha na região do Araguaia conseguiu evadir-se abandonando documentos nos quais usava o nome falso de José Ferreira da Silva”, e mais adiante diz que “teria morrido em confronto com as forças de segurança.” Já o Relatório do Ministério da Marinha afirma que ele teria sido “morto em 20 de fevereiro de 1973”, o que não é verdade pois foi visto pelos seus companheiros no natal de 1973.

De seu irmão, José Dalmo Ribas:

“... Em 1967 Guilherme foi eleito Presidente da União Paulista de Estudantes Secundaristas - UPES. No dia 7 de setembro de 1968 Guilherme foi detido pelo DOPS por ocasião de manifestação contra a presença do Presidente Costa e Silva em ato comemorativo à data da Independência. Guilherme ficou detido por 34 dias

nas dependências do antigo Presídio Tiradentes, sendo solto na data aproximada de 7 de outubro de 1968 por **Habeas-Corpus** impetrado pela advogada Dra. Maria Aparecida de Faria Pacheco.

Na qualidade de dirigente da entidade estudantil secundarista participou do Congresso da União Nacional dos Estudantes. Na ocasião, foi detido. Guilherme iniciou, então, uma longa peregrinação tendo estado detido nos seguintes locais: Presídio Tiradentes, Delegacia de Polícia, situada à Rua 11 de Junho, Vila Mariana, Quartel do Batalhão dos Caçadores do Município de São Vicente, Forte de Itaipu, na Praia Grande, Casa de Detenção de São Paulo, Quartel de Quitaúna e, por fim, retornou ao Presídio Tiradentes.

Sofreu dois processos perante a Justiça Militar de São Paulo e perante a 2ª Auditoria Militar, tendo sido condenado num deles a 3 meses de prisão e, no segundo, a 18 meses. Quando estava detido e em período anterior e posterior à sua detenção vários de seus familiares sofreram violências e arbitrariedades por parte dos órgãos de segurança.

Após sua libertação em abril de 1970, Guilherme transferiu-se para a Baixada Fluminense onde passou a residir no município de Duque de Caxias com outra identidade em companhia de José Genoino Neto e outros companheiros, por volta de fins do ano de 1970. De lá saiu para viver no campo. Tivemos ainda um encontro de despedida. E só voltamos a ter notícias dele em 1973, por intermédio de Francisco Romanini, que esteve preso na Operação Bandeirantes, quando então ficou sabendo sobre Guilherme e suas atividades políticas na região do Araguaia.

Mais tarde, em 1975, nossa família recebeu uma intimação da Auditoria Militar para Guilherme. Nesse julgamento, Guilherme, na qualidade de revel, foi absolvido. Ficou absolutamente claro para mim que meu irmão tinha sido morto pelos agentes da repressão política. .

Em 1977, nossa família constituiu o advogado Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh para buscar oficialmente o paradeiro de Ribas. Concluiu-se que Guilherme permaneceu em atividade política na região do Araguaia até o combate ocorrido no dia 25 de dezembro de 1973, ocasião em que teria morrido juntamente com Jaime Petit da Silva. Provavelmente num confronto entre as forças de repressão e o grupo de guerrilheiros ocorrido na localidade de Caianos.

Posteriormente a família recebeu esclarecimentos por parte do Padre Aristides Camio, que residiu na região, que o corpo de Jaime Petit fora visto por moradores da região em São Félix do Araguaia, naquele Natal de 1973. Depois de confirmado o fato de ter Guilherme sido assassinado no Araguaia em companhia de várias outras pessoas que ali exerciam atividades políticas, a família continuou diligenciando em caráter particular, com a participação do CBA São Paulo e de seu advogado para tentar chegar a uma versão oficial do que de fato ocorreu, bem como da localização do corpo de seu irmão.”

Dalmo Ribas, irmão de Guilherme, foi ao Quartel General do 2º Exército, localizado no Ibirapuera, São Paulo, procurando manter contato com o General Dilermando Monteiro, Comandante do 2º Exército. Não foi recebido por ele, tendo falado com o Tenente-Coronel Pinheiro, uma espécie de relações públicas, que foi taxativo ao afirmar que “esse assunto era reservado mesmo dentro do próprio Exército e que nem o próprio Comandante teria acesso a

essas informações, que estavam afetas exclusivamente a Brasília” e que não mais deveria buscar esse tipo de esclarecimento.

ANTÔNIO JOAQUIM MACHADO

Militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Está desaparecido desde 1971.

Advogado, foi preso no dia 15 de fevereiro de 1971, na pensão em que morava, à Rua Farne de Amoedo, em Ipanema, Rio de Janeiro, juntamente com Carlos Alberto Soares de Freitas.

Segundo depoimento de Maria Clara Abrantes Rego e de vários outros presos políticos, Antônio Joaquim foi torturado na “Casa da Morte”.

Inês Etiene Romeu, sobrevivente da “Casa da Morte”, confirma em seu Relatório a passagem de Antônio Joaquim por aquele centro clandestino de tortura.

ANTÔNIO TEODORO DE CASTRO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 12 de abril de 1945 em Itapipoca/CE, filho de Raimundo de Castro Sobrinho e Benedita Pinto de Castro.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia desde 1973.

Cursava o 4º ano de Farmácia na UFCE, e era diretor da Casa do Estudante Universitário. Transferiu-se para o Rio de Janeiro devido às perseguições políticas que vinha sofrendo na Universidade. A seguir, matriculou-se na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRJ, participando do movimento estudantil nos anos 1969/70.

Como se intensificassem as perseguições, Antônio acabou mudando-se para o interior, indo residir na região do Gameleira e integrando-se ao Destacamento B da Guerrilha.

Desapareceu no dia 25 de dezembro de 1973, após intenso tiroteio no acampamento onde estava com diversos companheiros.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi morto durante ataque de terroristas à equipe que o conduzia no dia 27 de fevereiro de 1974”. Isto nos dá a certeza que, tendo sido preso provavelmente no dia 25 de dezembro de 1973, acabou sendo assassinado, dois meses depois, sob tortura.

ARILDO VALADÃO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB).

Nasceu em Itaici/ES, em 28 de dezembro de 1948 e era filho de Altivo Valadão de Andrade e Helena Almochede Valadão.

Desaparecido da guerrilha do Araguaia desde 1973.

Estudou até a conclusão do 2º grau em Cachoeiro do Itapemirim/ES e, em 1968, ingressou no Instituto de Física da UFRJ. Aí conheceu Áurea Elisa Pereira Valadão, também desaparecida na Guerrilha do Araguaia, colega de turma com quem se casou em fevereiro de 1970. Moravam num pequeno apartamento no Catete e se mantinham com uma bolsa de estudos do CNPq e com o que ganhava como monitor.

Foi presidente do DA de sua escola em 1968.

Perseguido pelos órgãos de repressão, que invadiram o apartamento onde morava, passou a viver na clandestinidade, juntamente com sua companheira Áurea Elisa, tendo viajado para a região do Araguaia no segundo semestre de 1970, indo morar na região de Caianos – Destacamento C.

Foi morto e decapitado no dia 24 de novembro de 1973, por agentes da repressão, junto a uma gruta. No dia seguinte, seu corpo sem cabeça foi visto pelos companheiros. Tinha um ferimento à bala que não era suficiente para matá-lo, o que faz supor que tenha sido decapitado ainda com vida.

No Relatório do Ministério da Marinha lê-se “morto em 24 de novembro de 1974.” Observar que dia e mês estão corretos, mas o ano não.

ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B)

Nasceu em 20 de maio de 1921, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Aníbal Teixeira Frutuoso e Maria da Glória Frutuoso.

Desaparecido desde 1975.

Operário e Delegado Sindical representante do setor da Rua Larga junto ao Sindicato dos Trabalhadores da Light. Estudou até o 2º grau completo. Fez vários outros cursos, inclusive na Tchecoslováquia. Em 1961, foi preso por suas atividades sindicais. Com o Golpe de 1964, Armando passou a atuar na clandestinidade.

Era casado com Virgínia Ricardi Viana, com quem teve uma filha, Cláudia. Foi militante do PCB e, desde 1971, pertencia ao Comitê Central do PC do B.

Preso em 30 de agosto de 1975, no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI-CODI, foi torturado nas dependências do DOPS e DOI/CODI do Rio e de São Paulo, tendo sido assassinado, no início do mês de setembro.

Gildázio Westin Cosenza e Delzir Antônio, processados juntamente com Armando, denunciaram em depoimento na Auditoria Militar e em cartas enviadas ao Superior Tribunal Militar, as torturas que levaram Armando à morte no DOI/CODI-RJ.

Tais denúncias se transformaram em investigações que não elucidaram o desaparecimento de Armando devido à reiterada alegação de que ele estava foragido.

O relatório do Ministério do Exército mantém ainda a mesma versão de que “nunca esteve preso”.

Trechos do livro “Desaparecidos políticos”:

“No dia 28 de março de 1978, a 2ª Auditoria do Exército do Rio de Janeiro absolveu Armando Teixeira Frutuoso, acusado de ser dirigente regional do PC do B. Pouco menos de um ano antes, em junho de 1977, a 1ª Auditoria do Exército de São Paulo, condenara Frutuoso, à revelia, a cinco anos de prisão, no processo que envolveu os presos da Lapa, em São Paulo, de 16 de dezembro de 1976, sob a acusação de integrar o Comitê Central do mesmo partido.

Ambos julgamentos, envolvendo Frutuoso, foram uma farsa. Havia denúncias de testemunhas de sua prisão, tortura e desaparecimento. Mas, nos dois casos, elas não foram levadas em conta. No segundo julgamento, o próprio advogado de ofício - já que Frutuoso era revel - Lourival Nogueira Lima, pediu o desmembramento do processo, para declarar a punibilidade extinta por morte. O que foi recusado pelo Conselho Permanente de Justiça.

“No dia 4, ele mal podia levantar-se, tamanha as seqüelas produzidas pelas torturas. Seu rosto apresentava manchas de sangue e equimoses. A partir de determinado dia os torturadores passaram a negar alimentação e água a Gildásio e Frutuoso. Gildásio ouviu os gritos de Frutuoso pedindo água e a resposta dos torturadores foi de que “não iam gastar comida e água com quem ia morrer”.

ÁUREA ELIZA PEREIRA VALADÃO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Filha de José Pereira e Odila Mendes Pereira, nasceu em Areado, Sul de Minas, no dia 6 de abril de 1950.

Desaparecida na Guerrilha do Araguaia aos 24 anos.

Sua família morava na Fazenda da Lagoa, município de Monte Belo, onde seu pai era administrador e, por isso, Áurea Eliza teve que ir, muito cedo, para o internato.

Afetiva e risonha manteve, sempre, um bom relacionamento com a família, durante sua infância e adolescência.

Aluna bastante aplicada, estudou, dos 6 aos 14 anos, no Colégio Nossa Senhora das Graças, em Areado, onde concluiu o curso ginásial.

Segundo depoimento de uma colega daquele tempo, Áurea Eliza exercia grande liderança no colégio, mantendo ótimas relações com as colegas, participando das atividades escolares, tendo sido brilhante aluna em matemática.

Mudou-se, em 1964, para o Rio de Janeiro para cursar o 2º grau no Colégio Brasileiro, em São Cristóvão, morando com sua irmã Iara, com quem tinha laços muito estreitos e afetuosos.

Prestou vestibular, aos 17 anos, para o Instituto de Física da UFRJ, em 1967, onde pretendia estudar Física Nuclear. Por não ter ainda 18 anos, precisou de uma autorização especial de seu pai, para que pudesse fazer aquele curso.

Participou intensamente do movimento estudantil no período de 1967 a 1970, tendo sido membro do Diretório Acadêmico de sua escola, juntamente com Antônio de Pádua Costa e Arildo Valadão, ambos desaparecidos.

Áurea Eliza casou-se com Arildo Valadão no dia 6 de fevereiro de 1970, num cartório do Rio de Janeiro e, no dia seguinte, na Basílica de Aparecida do Norte, em São Paulo.

Mudou-se junto com Arildo e Antônio de Pádua para o Araguaia, no segundo semestre de 1970, indo viver na região de Caianos, onde passou a trabalhar como professora e ingressou no destacamento C das Forças Guerrilheiras, cujo comandante era Paulo Mendes Rodrigues.

No Araguaia era conhecida também por Eliza.

O "*Cordel da Guerrilha do Araguaia*", de autoria de D. Nonato da Rocha assim se referiu a ela:

*"Áurea era professora
E decidiu improvisar
Duma tapera, uma escola
Prá criançada estudar
Ela nada cobrava
Ensinava e brincava
Com as crianças do lugar."*

No período em que viveu no Rio de Janeiro, Áurea Eliza correspondia-se, regularmente, com seus pais.

Numa época onde o medo e as perseguições eram constantes, seus familiares deixaram de receber notícias.

Consta que Áurea Eliza teria sido presa em Marabá, em 1973, estando desaparecida desde 1974.

Seus pais faleceram sem que nenhuma notícia lhes fosse dada sobre seu paradeiro.

No início do ano de 1974 foi vista viva e em bom estado de saúde, no 23º Batalhão de Infantaria da Selva, pelo preso Amaro Lins que prestou estas declarações no 4º Cartório de Notas de Belém/PA. Amaro relata também que ouviu um policial dizer-lhe que arrumasse suas coisas pois iria viajar. (Viajar – termo utilizado para designar execução)

Segundo depoimento de uma moradora de Xambioá, que não quis se identificar, Áurea foi vista morta na delegacia da cidade e seu corpo estaria enterrado no cemitério local.

Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia estiveram neste cemitério junto com a CJP e a equipe de legistas da UNICAMP. Nesta ocasião foram exumadas duas ossadas, uma de um negro, provavelmente Francisco Manoel Chaves (desaparecido) e outra de uma mulher, jovem, cujo corpo estava enrolado num pano de pára-quadras, com a identificação arrancada, que poderia ser de Áurea ou de Maria Lúcia Petit, também guerrilheira, desaparecida no Araguaia. Essas ossadas permanecem na UNICAMP para identificação.

O Relatório do Ministério da Marinha dá como data da morte de Áurea 13 de junho de 1974, sem mais informações.

AYLTON ADALBERTO MORTATI

Dirigente do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em Catanduvas, Estado de São Paulo, em 13 de janeiro de 1946, filho de Umberto Mortati e Carmem Sobrinho Martins.

Desaparecido, aos 25 anos, desde 1971.

Em sua cidade natal, fez o primário, o ginásial e o colegial. Mudou-se para São Paulo, onde fez vestibular para a Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. Era excelente pianista e faixa preta no caratê.

Foi preso em 1968, no XXX Congresso da UNE.

Viajou para Cuba, onde permaneceu por um ano. Retornou ao Brasil em 1971, vivendo clandestinamente em São Paulo até sua prisão, morte e desaparecimento.

Oficial da reserva do Exército Brasileiro, teve sua “Carta Patente” cassada pelo Presidente Médici.

Foi preso na Rua Cervantes, nº 7, Vila Prudente, no dia 4 de novembro de 1971, quando sua casa foi invadida por agentes do DOI-CODI, para onde foi levado e torturado.

Os presos políticos de São Paulo denunciaram, em documento enviado ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Caio Mário da Silva Pereira, em 1975, a prisão, tortura e assassinato de Aylton.

Tinha prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria de Guerra e o procurador militar havia ‘pedido pena de morte’ para o ele.

Estava clandestino desde outubro de 1968. Desde essa época, até seu desaparecimento, sua família foi presa e perseguida várias vezes.

Seu nome consta, no Arquivo do DOPS/PR, em uma gaveta com a identificação: “falecidos”.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica apresenta sobre ele a seguinte informação: “Neste órgão consta que *foi morto em 04 de novembro de 1971*, quando foi estourado um aparelho na rua Cervantes, nº 7, em SP. Na ocasião usava um documento (passaporte), em nome de Eduardo Janot Pacheco.”

Em matéria publicada pelo jornal “Folha de São Paulo”, feita com base em depoimento de um general com responsabilidade dentro dos órgãos de repressão, a morte de Aylton é assumida quando o mesmo confirma a morte de doze opositores considerados desaparecidos.

De sua mãe, D. Carmem Martins:

“Recordo-me que, na primeira vez, a caravana de policiais era do DOPS e, em outubro de 1968, invadiram minha residência à rua Rafael de Barros, 209, Paraíso, em São Paulo, onde tinha um pensionato. Revistaram tudo e levaram fotografias de meu filho. Cerca de 15 dias depois, ainda em outubro de 1968, mais uma vez, minha residência foi invadida pela madrugada por elementos da Aeronáutica, mais precisamente cinco pessoas, que, aos ponta-pés entraram e reviraram tudo, levando presos eu própria, um pensionista de nome José Roberto Sobhia e a pensionista Eugenia Zeviani, que hoje está casada e, ao que parece, reside em Catanduvas. Fui levada, juntamente com meus hóspedes, ao Comando Aéreo de São Paulo, na Avenida do Estado, e interrogados separadamente. As autoridades da Aeronáutica alegavam que Aylton havia seqüestrado um avião e o desviara para Cuba.

A partir daí minha vida e de minha família passou a ser de constante vigilância e provocação por parte de agentes de segurança, que estacionavam carros à frente de minha residência, subiam no telhado da casa, usavam o banheiro existente no fundo do quintal, revistavam compras de super-mercado, censuravam o telefone, espancaram meus sobrinhos menores e, ao que pude deduzir, provocaram um início de incêndio em minha residência/pensionato. Os agentes que vigiavam minha residência e meus passos por duas vezes atentaram contra minha vida, jogando o carro em minha direção. Nestas oportunidades escudei-me atrás do poste. A partir de então recebi, com constância e permanência, bilhetes ameaçadores, onde estava escrito que meu filho ia morrer e vinha junto o desenho de uma cruz, em preto, nos bilhetes. Quando eu recebia esses bilhetes ameaçadores, os levava de imediato ao Comando da Aeronáutica e os entregava a um Capitão, que me havia interrogado anteriormente e que, de tanto eu levar-lhe bilhetes, resolveu me fornecer uma carta onde se consignava que a Aeronáutica tinha feito uma vistoria em minha residência e que eu não tinha nada a ver com as atividades de meu filho.

Essa situação continuou até o final de 1971, quando, em torno do dia 4, 5 ou 6 de novembro, recebi telefonema anônimo, feito para a casa de meu vizinho que é médico, de nome Dr. Michelangelo Losso, dando conta de que Aylton Adalberto Mortati havia sido preso pelos órgãos de segurança e estava na OBAN, baleado e muito mal e que a família tomasse providências. De imediato, fui até a rua Tutóia. Procurei os serviços profissionais do advogado Virgílio Lopes Enei, que me orientou para continuar levando roupas em nome de Aylton, na OBAN. Essas roupas não eram aceitas pelos funcionários daquele local. Virgílio, num dia na Auditoria Militar, viu sobre uma mesa a certidão de

óbito de Aylton Adalberto Mortati e tentou pegá-la, quando foi surpreendido e acabou sendo detido e encaminhado para a OBAN, onde passou 15 dias preso.

Procurei também um promotor da 2ª Auditoria Militar em São Paulo de nome Durval Moura de Araújo, que me entregou uma carta para que eu fosse buscar o atestado de óbito de meu filho nas dependências do DOPS. Peguei a carta e fui ao DOPS falar com seu diretor, o delegado Alcides Cintra Bueno Filho. Não fui recebida por este delegado, mas por um funcionário subalterno que alegou a inexistência do atestado de óbito. Retornei ao Dr. Durval e devolvi a carta ao promotor.

O Dr. Virgílio, após a prisão e por motivos pessoais, declinou de continuar prestando-me assistência profissional. Fui à Cúria Metropolitana de São Paulo, onde, em conversa com D. Paulo Evaristo Arns, recebi a sugestão de procurar o advogado Luis Eduardo Greenhalgh, o que fiz em seguida. Após o advento da Lei de Anistia, requeri à Justiça o atestado de meu filho Aylton, por morte presumida, conforme faculta a Lei de Anistia de 1979. Nesse processo, foram ouvidas testemunhas que, na época em que estiveram presos, se certificaram da prisão e morte de meu filho. Com base nesses depoimentos, a Justiça deu-me o referido atestado.

Durante todo esse tempo procurei localizar o paradeiro de meu filho Aylton nas repartições policiais, judiciais, hospitalares e outros, mas sempre em vão. Recordo-me que, no mês de agosto de 1972, encontrei por baixo da soleira da porta de minha casa um bilhete para que guardasse como recordação o anel de formatura de música de meu filho Aylton. Junto com o bilhete, efetivamente estava o anel. Das repartições em que procurei meu filho a única que não visitei foi o IML. Meu irmão, Perfeito Sobrinho Filho, foi ao Cemitério de Perus e nada encontrou.

BERGSON GURJÃO FARIAS

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 17 de maio de 1947, em Fortaleza, Estado do Ceará, filho de Gessiner Farias e Luiza Gurjão Farias.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia. Era estudante de Química na Universidade Federal do Ceará, e vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, em 1967. Foi preso no Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968 e foi expulso da Faculdade com base no Decreto-lei 477. Indiciado no inquérito por participação no XXX Congresso da UNE, foi condenado em 1º de julho de 1969 pelo CPJ do Exército a 2 anos de reclusão.

Em 1968, no Ceará, foi gravemente ferido à bala na cabeça quando participava de manifestações estudantis. Refeito dos ferimentos e sob feroz perseguição, foi para o interior, indo residir na região de Caianos, onde continuou suas atividades políticas.

Ferido em combate, em 8 de maio de 1972. Seu corpo foi levado para Xambioá, todo deformado, tendo sido dependurado em uma árvore, com a cabeça para baixo, a qual era chutada constantemente pelos paraquedistas mobilizados na caça aos guerrilheiros.

Segundo depoimento de Dower Cavalcanti, ex-guerrilheiro já falecido, o General Bandeira de Melo lhe dissera que Bergson estaria enterrado no Cemitério de Xambioá.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que em “junho de 1972, foi morto...”

Seu desaparecimento foi denunciado em juízo, em 1972 e 1973 pelos presos políticos José Genoíno Neto e Dower Moraes Cavalcante. Genoíno afirma que o corpo de Bergson lhe foi mostrado durante um de seus interrogatórios e que sabia que ele estava com malária,

tendo sido morto a baioneta. Dower diz que foi preso e torturado junto com Bergson e que ele foi morto a baioneta.

CAIUBY ALVES DE CASTRO

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Filho de Mariano Alves de Castro e Leopoldina Ribeiro de Castro, nasceu em 16 de agosto de 1928.

Desaparecido aos 45 anos desde 1973.

Bancário aposentado e, como militante comunista, foi detido pelo DOPS/GB, em maio de 1968, quando participava de manifestações de rua. Foi posto em liberdade no dia 6 de maio.

Foi preso novamente pelos órgãos de segurança do Rio de Janeiro, em Copacabana, no dia 21 de novembro de 1973 e encontra-se desaparecido.

CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS

Dirigente da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Nasceu em Belo Horizonte, em 12 de agosto de 1939, filho de Jayme Martins de Freitas e Alice Soares de Freitas.

Desaparecido desde 1971, aos 32 anos.

Caçula de oito irmãos, Beto era um homem reservado e discreto, solteiro, de uma insuspeitada timidez, o que lhe conferia um certo charme, sempre despertando paixões.

Corpo atlético, perfeito, extremamente terno, cavalheiro, educado, arisco, jogador de basquete, prêmios de natação.

Filho amoroso, nunca deixou de se corresponder com os pais, mesmo durante a clandestinidade.

O curso primário foi feito no Colégio São Francisco e no Grupo Escolar Manoel Esteves, em Teófilo Otoni. O curso secundário, nos Colégios Anchieta e Tristão de Ataíde, em Belo Horizonte. Ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE/UFMG) para cursar Sociologia e Política, em 1961.

Nesse mesmo ano, iniciou sua trajetória de militância política na POLOP e inscreveu-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo se dedicado, desde o início, inteiramente à política.

Viajou para Cuba, em janeiro de 1962, para as comemorações da Revolução Cubana. Escolhido pelos seus companheiros da POLOP, buscava obter maiores informações sobre a Revolução Socialista.

No período de 1961 a 1965, militou no movimento estudantil e participou, também, do trabalho de implantação das Ligas Camponesas em Minas Gerais, dentro da perspectiva política da aliança operário-camponesa-estudantil.

Logo após o golpe militar de 1964, recebeu determinações da Direção Nacional da POLOP para que se transferisse para o Rio de Janeiro.

No entanto, dois meses depois estava de volta.

Foi preso, em flagrante, pichando muros em Belo Horizonte, no dia 26 de julho de 1964 – com palavras de ordem contra o isolamento cubano imposto pela OEA e contra a ditadura militar – e levado para o DOPS. Posteriormente, foi transferido para a Penitenciária Agrícola de Neves e solto, em novembro do mesmo ano, por meio de um *Habeas Corpus*.

Beto participou, em 1965, da reorganização da seção regional do PSB, tornando-se um dos membros do Comitê Executivo do partido, além de dirigente nacional da POLOP, em Minas Gerais.

No período de 1965 a 1968, além de outras tarefas, escreveu semanalmente, artigos para o jornal operário "*Piquete*".

Em 1967, Beto foi julgado e condenado, à revelia, a dois anos de prisão pela Auditoria do Exército da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora.

Em 1968 foi eleito para a Direção Nacional do COLINA e elaborou, junto com outros companheiros, documentos de análise política para discussões internas na organização, usando o pseudônimo de Fernando Ferreira. Nesse período, foi um dos diretores da revista "*América Latina*".

Entrou para a clandestinidade, mudando-se para o Rio de Janeiro, no mês de janeiro de 1969.

Foi preso, novamente, no dia 15 de fevereiro de 1971, junto com Antônio Joaquim Machado (também desaparecido) e Sérgio Emanuel Dias, na pensão onde moravam na rua Farne de Amoedo, nº 135, em Ipanema. Foram levados para o quartel da PE, na rua Barão de Mesquita, onde ficavam as dependências do DOI-CODI.

Segundo Eduardo, seu irmão, quatro dias após sua prisão, a família recebeu uma carta escrita pelo próprio Carlos Alberto, onde ele lhes comunicava que, quando o documento chegasse ao seu destino, era sinal de que teria sido detido pelos órgãos de repressão e, em decorrência disso, todas as medidas necessárias à sua localização deveriam ser tomadas pela família.

Foram acionados vários advogados buscando a sua localização: Sobral Pinto, Oswaldo Mendonça e Antônio Modesto da Silveira.

Habeas-corpus, impetrado junto ao STM, tomou o número 30.405, com entrada no dia 12 de março de 1971 (menos de um mês após a prisão), atuando como relator o ministro Nelson Sampaio.

Inúmeros apelos em caráter dramático foram enviados pelos pais e familiares de Beto às mais altas autoridades do País: Generais Médici, Geisel e Figueiredo e ao ministro do STM, Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

Várias buscas foram feitas na Base Aérea do Galeão – conhecido centro de tortura no ano de 1971 – na Ilha das Flores, na Vila Militar, na 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e em Salvador. Foi muito procurado por pessoas conhecidas em outros Estados.

Na delegacia de Itaguaí, em junho de 71, Eduardo Soares de Freitas viu um cartaz de "terroristas procurados", exibindo a foto de Beto, riscada com um xis. Em depoimento de Inês Etienne Romeu, ficou-se sabendo que Beto havia sido preso em São Paulo nesta mesma ocasião e conduzido, posteriormente, a um centro clandestino de tortura da repressão, situado no interior do Estado do Rio, onde permaneceu por um período de 100 dias. Inês ouviu dos seus torturadores que Beto fora preso, torturado e assassinado a tiros de revólver naquele local, identificado depois como a "Casa da Morte" em Petrópolis/RJ. Vários outros presos políticos denunciaram a prisão, tortura e morte de Carlos Alberto Soares de Freitas.

O psicanalista Amílcar Lobo reconheceu, através de fotos, 10 pessoas que haviam sido torturadas no Quartel da PE, durante o período em que lá serviu (1970 a 1974), entre eles Carlos Alberto Soares de Freitas.

CELSO GILBERTO DE OLIVEIRA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu em Porto Alegre (RS), filho de João Adelino de Oliveira e de Julieta Pedroso de Oliveira, em 26 de dezembro de 1945.

Desaparecido, desde 1970, aos 25 anos de idade.

Corretor de imóveis.

Foi preso em 10 de dezembro de 1970 por integrantes do CISA, sob o comando do capitão Barroso e levado para a PE, à Rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro.

Segundo denúncia de presos políticos, Celso foi torturado na PE do Rio de Janeiro pelos militares conhecidos pelos nomes de “Hulk”, “Teles” e “James”, todos tenentes do Exército.

Entre os dias 24 e 25 de dezembro, Celso foi acareado, na própria PE, com o preso político Sinfrônio Mesa Netto, que pôde constatar as torturas pelas quais Celso vinha passando.

No arquivo do DOPS/RJ, em 1992, foram encontrados documentos que confirmam a prisão de Celso. Num documento do CISA de 06 de outubro de 1971, informação nº 160, consta seu nome, ao lado do codinome “Alan”, como preso, numa relação de militantes da VAR-PALMARES e VPR. Em sua ficha do DOPS/RJ, Celso consta também como preso.

No Relatório da Aeronáutica há a seguinte informação: “foi detido por uma equipe do CISA e encaminhado ao DOI/I Ex., em 11 de dezembro de 1970”. Também no Relatório do Exército, há a informação de que Celso “...utilizava-se dos codinomes Ricardo e Alan, tendo sido preso pelo CISA, em 09 de dezembro de 1970 e entregue ao DOI-DODI-I Ex. em 11 de dezembro de 1970. Foi interrogado até 29 de dezembro”. Este relatório afirma ainda que, na madrugada de 29 para 30 de dezembro de 1970, Celso fugiu, conforme o Relatório da Operação Petrópolis de responsabilidade do DOI-CODI-I Exército.

CILON DA CUNHA BRUN

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 3 de fevereiro de 1946, em São Sepé, Rio Grande do Sul, filho de Lino Brun e Eloá Cunha Brun.

Desaparecido desde 1973 na Guerrilha do Araguaia aos 28 anos.

Iniciou seus estudos no Rio Grande do Sul, mudando-se posteriormente para São Paulo, onde ingressou no curso de Economia da PUC. Participava ativamente do movimento estudantil, sendo eleito Presidente do Diretório Acadêmico e para o DCE/PUC. Perseguido pela repressão política, foi viver na região do Araguaia, onde participou do movimento guerrilheiro. Visto pela última vez por seus companheiros, no dia 25 de dezembro de 1973, antes do ataque das Forças Armadas ao acampamento onde estavam.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “participou de um combate próximo a ‘Couro Dantas’ com elementos do Exército Brasileiro, resultando em um morto e um ferido... Morto em 27 de fevereiro de 1974.”

CIRO FLÁVIO SALASAR OLIVEIRA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Araguari - Minas Gerais - no dia 26 de setembro de 1943, filho de Arédio Oliveira e M. de Lourdes Oliveira.

Desaparecido desde 1972 na guerrilha do Araguaia aos 29 anos.

De sua mãe, Maria de Lourdes Salasar Oliveira:

“Com a transferência da família para o Rio de Janeiro, fez o primário no Colégio Sto. Antônio M. Zacarias, e posteriormente, no Franco Brasileiro, onde, concluindo o curso, recebeu seu diploma.

Optando pela Arquitetura – com o gosto e facilidade que o marcaram pelo desenho – matriculou-se na Universidade do Fundão localizada na Ilha do Governador, nessa mesma cidade.

Alegre, cordial, sua simpatia contagiante grangeou-lhe grande número de amigos. Dotado de profundo humanismo e grande senso de justiça, atento à política, sempre se interessou pelas causas sociais, a solidariedade humana.

Já no 4º ano da Universidade começou a tomar vulto o movimento estudantil em protesto contra erros e injustiças.

Surgiu e imperou o malfadado regime militar! O estopim como é sabido, foi a chamada tragédia do Calabouço com o assassinato do estudante Edson Luiz de Lima Souto.

Daí para diante foi um crescendo...

Ciro tomou parte ativa em tudo. Foi detido pelo DOPS distribuindo folhetos no dia da famosa passeata dos 100 mil.

Conseguiu se libertar; entretanto, seguido e vigiado, teve de partir para a clandestinidade.

Nos encontrávamos no maior cuidado através de amigos. No final do ano de 1969 nos vimos pela última vez.

Seu pai era proprietário de uma farmácia na zona norte do Rio; por várias vezes lá apareceu um senhor de idade com cartas e notícias se identificando como “O Velho”.

Na ocasião, lhe foram enviadas diversas caixas de remédios sabendo-se depois, da pequena farmácia que Ciro instalou para a distribuição de medicamentos na região.

Tempos se passaram... a terrível expectativa continuando... Não se sabia de nada pois os meios de comunicação eram severamente controlados; até que, sem saber como, uma lista foi deixada na PUC com diversos nomes de desaparecidos e entre eles, o de Ciro Flávio Salasar Oliveira, morto no Araguaia no dia 30 de setembro de 1972.

Começou então a romaria atrás de notícias mais concretas. Dificilmente se conseguia alguma coisa... Apareceram bem depois, esclarecimentos em livros e jornais.

O que se pode dizer, como externar a imensidão do sentimento diante de tamanha perda? Num massacre que, até hoje, não assumem nem se responsabilizam?

Consegui, no entretanto, separar dois grandes sentimentos: a saudade imorredoura de um convívio insubstituível e a honra de ser mãe desta criatura digna, heróica, cuja coragem suplantou separações, distâncias, na luta por uma pátria mais justa e honrada em favor dos irmãos oprimidos.

Obrigada meu filho, por sua vida!

Maria de Lourdes Salasar Oliveira

Rio de Janeiro, 16 de Maio de 1993.”

Uma foto sua incendiando uma viatura policial em uma manifestação de rua, publicada na Revista “*Manchete*”, lhe valeu intensa perseguição policial.

Foi para o Araguaia, em 1970, indo viver na Região do Rio Gameleira, mais tarde fazendo parte do Destacamento B das Forças Guerrilheiras.

Morou em Palestina, município de São João do Araguaia, sul do Pará onde, junto com Paulo Roberto Marques, instalou uma farmácia para a distribuição de medicamentos, buscando atender à população local.

Ciro morreu metralhado no dia 30 de setembro de 1972, aos 30 anos, juntamente com João Carlos Haas Sobrinho e outros companheiros.

Foi apresentado a Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, um slide onde aparecia o cadáver de Giro, em abril de 1973, pelo Major Oto, no PIC, em Brasília, junto com um álbum de guerrilheiros do Araguaia, quando esta se encontrava presa.

Ciro acreditava na luta revolucionária e dizia:

“...se tivesse que começar tudo de novo, sem hesitar, começaria com gosto, alegria e vontade inabaláveis.”

“Aqui não se morre em vida: vive-se a vida plenamente e em todos os minutos” , escreveu em uma carta, de 31 de janeiro de 1972, do Araguaia para sua família no Rio de Janeiro.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “atuou como guerrilheiro no Araguaia, utilizando o codinome de Gilberto, onde teria sido morto em outubro de 1972.”

Fica então a dúvida de que, ferido em combate no dia 30 de setembro, tenha sido preso vivo, vindo a falecer posteriormente.

CUSTÓDIO SARAIVA NETO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 5 de abril de 1952, no Ceará, filho de Dario Saraiva Leão e Hilda Quaresma Saraiva Leão.

Desaparecido desde 1974 na Guerrilha do Araguaia aos 22 anos.

Participava ativamente do movimento estudantil secundarista, o que lhe valeu feroz perseguição por parte dos órgãos de repressão. Impossibilitado de continuar vivendo em Fortaleza, optou por ir para o campo, para a região do Araguaia, na localidade de Chega Com Jeito, perto de Brejo Grande.

Pertenceu ao Destacamento A – Helenira Resende – e mais tarde ao Corpo de Guarda da Comissão Militar da Guerrilha.

Foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 30 de dezembro de 1973.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Custódio “foi morto em 15 de fevereiro de 1974, em Xambioá”.

DANIEL JOSÉ DE CARVALHO

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Filho de Ely José de Carvalho e de Esther Campos de Carvalho, nasceu em Muriaé, Minas Gerais, no dia 13 de outubro de 1945.

Desaparecido desde 1974.

Motorista e torneiro mecânico.

Foi militante do PCB. Preso pela Operação Bandeirantes (OBAN) no dia 5 de outubro de 1970, onde foi torturado.

Banido do Brasil, em 13 de janeiro de 1971, por ocasião do seqüestro do Embaixador Suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, partiu para o Chile, junto com outros 69 presos políticos, onde permaneceu até setembro de 1973, ocasião em que fugiu para a Argentina.

Segundo denúncias do ex-sargento Marival Chaves, integrante dos órgãos de repressão, publicadas no “*Jornal do Brasil*”, de 20 de novembro de 1992, Daniel José de Carvalho teria sido atraído para uma viagem até Medianeira, no Paraná, caindo numa ar-madilha que o levou à morte.

De acordo com o “*Correio Brasiliense*” de 20 de novembro de 1992, a viagem ocorreu no dia 11 de julho de 1974, e com Daniel estavam: Joel José de Carvalho, seu irmão, Onofre Pinto, José Lavecchia, entre outros. Devanir José de Carvalho, outro irmão seu, foi assassinado pela Ditadura, em abril de 1971, em São Paulo.

O Relatório do Ministério do Exército mostra a interligação entre os órgãos de repressão dos diversos países do Cone Sul quando diz a respeito de Daniel: “O Ministério das Relações Exteriores retransmitiu informações enviadas pelo Governo Argentino, confirmando o seu ingresso naquele país em 03 de outubro de 1973, procedente do Chile e radicando-se em 31 de outubro de 1973, na Província de Corrientes”.

Em documento do arquivo do DOPS/SP lê-se: “Relatório de Plantão DOPS datado de 29/30 de junho de 1974 informa: Rádio 3749 DPF solicita observações sobre os indivíduos Onofre Pinto e Daniel José de Carvalho, que se dirigem para São Paulo procedentes do Uruguai”.

Documentos do SOPS/RS, confirmam que, em 21 de junho de 1974 (um mês de sua partida de Buenos Aires), Onofre Pinto e Daniel José de Carvalho eram esperados na fronteira Brasil-Argentina.

DANIEL RIBEIRO CALLADO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro em 16 de outubro de 1940, filho de Consuelto Ribeiro Callado e América Ribeiro Callado.

Desaparecido desde 1974 na guerrilha do Araguaia quando tinha 34 anos.

Fez o curso de ajustador pelo SENAI e, aos 16 anos, começou a trabalhar na Hime e posteriormente na CACREN. Abandonou o emprego em 6 de abril de 1964, por perseguição política.

Passou a viver na região do Araguaia, onde participou do Destacamento C do movimento guerrilheiro.

Era proprietário de um barco a motor, o “*Carajá*”, juntamente com Paulo Rodrigues (desaparecido), utilizado para comercializar roupas e utensílios diversos no percurso do Rio Araguaia.

Foi visto vivo pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973.

Nos primeiros meses de 74 foi visto preso em três oportunidades por Amaro Lins, conforme depoimento deste prestado em Cartório de Belém/PA. Estava em bom estado de saúde, sendo que pela terceira vez foi visto quando era conduzido por um soldado que disse que o mesmo iria fazer uma viagem de avião, sem dizer para onde. Nesta mesma época, foi visto preso com o pé machucado, na Delegacia de Xambioá, conforme depoimento de

moradora que não quis se identificar. Segundo depoimento de Joaquina Ferreira da Silva, também moradora em Xambioá, o mesmo estaria enterrado no Cemitério da cidade.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Daniel “Participou de destacamento de subversivos em Esperancinha, Gameleira, Pau Preto, tendo se dispersado do grupo foi preso em Araguaiana... Morto em 28 de junho de 1974”.

DAVID CAPISTRANO DA COSTA

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Filho de José Capistrano da Costa e Cristina Cirila de Araújo, nascido em 16 de novembro de 1913, em Boa Viagem, Ceará.

Desapareceu desde 1974 com 61 anos de idade.

Casado com Maria Augusta de Oliveira, tinha três filhos.

Participou do Levante de 1935, como sargento da Aeronáutica, sendo expulso das Forças Armadas e condenado, à revelia, pelo Estado Novo, a 19 anos de prisão.

Participou da Guerra Civil Espanhola como combatente das Brigadas Internacionais e da Resistência Francesa, durante a ocupação nazista. Preso em um campo de concentração alemão, foi libertado e regressou ao Brasil em 1941.

Em 1945 foi anistiado e, em 1947, eleito Deputado Estadual em Pernambuco.

Entre 1958 e 1964 atuou na política pernambucana e dirigiu os jornais “A Hora” e “Folha do Povo”. Com o golpe militar, entrou na clandestinidade e asilou-se na Checoslováquia, em 1971.

Retornou ao Brasil em 1974, atravessando a fronteira em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, em um taxi de propriedade de Samuel Dib, que o hospedou em sua casa.

David Capistrano foi seqüestrado juntamente com José Roman no dia 16 de março de 1974, no percurso entre Uruguaiana e São Paulo. Sua bagagem foi vista por presos políticos no DOPS de São Paulo, o que indica a passagem de David por aquele departamento policial.

Em março de 1978, o Superior Tribunal Militar reconheceu sua prisão, afirmando entretanto sua libertação após uma semana, sem esclarecer as condições.

Julgado à revelia e absolvido pela Justiça Militar, em setembro de 1978, juntamente com 67 pessoas acusadas de reorganizar o PCB.

O documento nº 203/187 DOPS/RJ afirma: “Segundo anotações neste Departamento em 16 de setembro de 1974, David Capistrano da Costa, **encontra-se preso há quatro meses**, sendo motivo da Campanha da Comissão Nacional Pró-Anistia dos Presos Políticos”.

No Relatório da Marinha consta a seguinte informação sobre David: “... tendo sido preso na Unidade de Atendimento do Rocha, em SP”. Seria o Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha?

De Maria Augusta, sua companheira:

“David, em 1972, foi para a Europa, uma vez que a situação política do país não permitia sua permanência no Brasil. Desde 1965 sofria perseguições políticas, mas a partir de 1972 não foi mais possível ficar no Brasil. Durante o tempo em que esteve fora do Brasil era difícil manter contato, mas a família sabia que pretendia voltar. Em março de 1974 fomos avisados de que voltaria ao Brasil. Certa manhã, no mês de março, minha filha, Maria Carolina, chegou em casa muito preocupada informando que a família de José Roman havia avisado que David e José Roman

havia saído do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo e não se tinha mais notícias deles.

Imediatamente fui à imprensa para denunciar o fato. Somente agora soube pela esposa de José Roman que certo indivíduo que trabalhava em um posto de gasolina contou há pouco tempo que David e José Roman estiveram no posto de gasolina deixando escrito seus nomes em um papel porque desconfiavam que estavam sendo seguidos.

Na mesma ocasião desapareceram Hiran Pereira, Luis Maranhão Filho, João Massena e Jaime Miranda. Os familiares desses desaparecidos começaram a se reunir no escritório do advogado Modesto da Silveira, no Rio de Janeiro, e em seguida outros familiares de desaparecidos nos procuraram e começamos a agir coletivamente. Começamos a procurar movimentos organizados da sociedade, pedindo apoio, tendo conseguido na época que Tristão de Athaíde, furando o bloqueio da censura, publicasse um artigo sobre os desaparecidos. O título era: “Os esperantes”.

Estive em todos os órgãos de repressão em busca de David sendo sempre negada a prisão do mesmo. Em certa ocasião fui ao DOI-CODI da Barão de Mesquita acompanhada da irmã de David, pessoa com grande semelhança física com ele. O oficial que nos atendeu, embora negasse sua prisão e desconhecesse a identidade de sua irmã, traiu-se ao perguntar à mesma se era irmã de David. Tenho certeza pela reação do oficial que ele estava preso na Barão de Mesquita nessa ocasião.

Naquela época, comentava-se também que vários presos políticos, e entre eles David, estariam no Juqueri (Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha). Foi tentada a comprovação desse fato, inclusive por D. Paulo Evaristo Arns, mas nada foi conseguido. Pressionado pelo movimento dos familiares e entidades da sociedade civil, o governo da época divulgou notícia afirmando que David continuava na Europa, não tendo retornado ao Brasil. Meses depois, juntamente com outros familiares e D. Paulo Evaristo, estivemos com Golbery do Couto e Silva, quando foi entregue relatório de cada um dos desaparecidos, sendo que o general Golbery disse aos presentes que analisaria os documentos e daria uma resposta. Tal resposta nunca veio

David foi indiciado em processo o qual, finalmente julgado, o absolveu.

O médico Amílcar Lobo, há pouco tempo, disse a minha filha Maria Carolina, que David foi o último preso que ele assistiu enquanto torturado na Barão de Mesquita. Eu sei que David portava documento em nome de Eneas Rodrigues da Silva.

Algum tempo após o desaparecimento de David, Samuel Dib, em depoimento prestado à polícia, descreveu pormenorizadamente a entrada de David no Brasil através da fronteira com a Argentina e sua viagem até São Paulo.”

DÊNIS CASEMIRO

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Esteve na lista de desaparecidos até 13 de agosto de 1991, quando seus restos mortais foram identificados e trasladados para sua cidade natal.

Nascido em 9 de dezembro de 1942, na cidade de Votuporanga, SP, era filho de Antônio Casemiro e Maria Casemiro.

Trabalhador rural, desenvolvia trabalho político no sul do Pará, onde cuidava de um sítio próximo a Imperatriz, Maranhão. Localizado e preso pelo Delegado Sérgio Fleury, em fins de abril de 1971, foi trazido para o DOPS/SP, onde foi torturado por quase um mês. Durante esse período, era sempre transportado pelos corredores daquele órgão policial com um capuz cobrindo seu rosto, para impossibilitar sua identificação pelos demais presos. Um desses presos era Waldemar Andreu, conterrâneo de Dênis, que chegou a conversar com ele por alguns minutos. Ele estava confiante de que a retirada do capuz era um sinal de que as torturas acabariam e que o perigo de ser assassinado havia passado.

Mas foi fuzilado pelo próprio Delegado Fleury, em 18 de maio de 1971. Em relatório interno do DOPS, é narrada com sarcasmo a morte de Dênis. Segundo um dos torturadores, Dênis pediu para não ser morto, chegando a chorar. A seguir descreve a tentativa de fuga e os tiros pelas costas desferidos pelo policial. Este relatório, posteriormente, foi mostrado pelos policiais a alguns presos, como ameaça de que algo igual poderia acontecer com aqueles que não colaborassem. A requisição de exame feita pela polícia para que o IML procedesse à necrópsia, relata a tentativa de fuga seguida de morte. Segundo a polícia, Dênis teria tomado a arma de um policial e morreu ao travar um tiroteio com as forças de repressão. Seu corpo, no entanto, teria sido encontrado no pátio do IML, que procedeu à sua necrópsia. No laudo necroscópico, realizado pelos legistas Renato Cappelano e Paulo Augusto de Queiróz Rocha, apenas está descrita a trajetória das balas que o mataram, sem nada falar sobre o estado do corpo. Preocupados em legitimar a versão policial, ignoraram as torturas sofridas pelo preso.

Dênis foi enterrado secretamente com os dados pessoais alterados para dificultar sua identificação. No livro de registro de sepultamentos do cemitério ele teria 40 anos e demais dados ignorados. Na realidade tinha 28 anos e todos os seus dados constavam do atestado de óbito. Sua história passou a ser desvendada a partir da campanha pela Anistia, em 1979, quando foram tomados relatos de ex-presos políticos.

Seus restos mortais encontravam-se na Vala de Perus, juntamente com outras 1049 ossadas. Só foi possível a identificação de seus restos mortais porque a prefeita Luíza Erundina, a partir de 1990, determinou as investigações das ossadas encontradas.

No dia 13 de agosto de 1991, seus restos mortais, depois de identificados na UNICAMP, foram enterrados em Votuporanga, como herói, velado na Câmara Municipal da Cidade e com missa de corpo presente na Igreja Matriz.

DERMEVAL DA SILVA PEREIRA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Salvador/BA no dia 16 de fevereiro de 1945 e era filho de Carlos Gentil Pereira e Francisca das Chagas Pereira.

Desaparecido desde 1974 na Guerrilha do Araguaia aos 29 anos.

Concluiu o curso secundário no Colégio Estadual de Salvador.

Em 1965 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Foi diretor do Centro Acadêmico da Faculdade. Em 1969 foi atingido pelo Decreto 477, sendo expulso. Foi, então, estudar na PUC/BA, onde concluiu o curso, chegando a trabalhar como advogado em Salvador.

Em 1971, foi processado e condenado à revelia pela Auditoria Militar de Salvador por sua atuação política. Foi viver clandestinamente na região do Araguaia, na localidade chamada Metade, pertencendo ao Destacamento A.

Conseguiu escapar da emboscada do dia 14 de outubro de 1973, quando foram feridos e presos André Grabois, Divino Ferreira de Souza, João Gualberto e Antônio Alfredo Campos, desaparecidos.

Em 1974 foi preso na casa de uma moradora da região do Araguaia de nome Nazaré Rodrigues de Sousa, segundo depoimento de José da Luz Filho, também morador da região.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “Dermeval foi morto em 28 de março de 1974.”

DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 22 de março de 1949 em Vitória da Conquista, Estado da Bahia, filha de Antônio Pereira de Santana e Junília Soares Santana.

Desaparecida desde 1973 na Guerrilha do Araguaia, aos 25 anos.

Concluiu o curso primário e secundário no Instituto Regis Pacheco, em Jequié e, em 1969, iniciou o curso de Geografia na Pontifícia Universidade Católica de Salvador. Participou do movimento estudantil e fazia parte da Comissão Executiva do Diretório Central dos Estudantes da sua Universidade.

Trabalhou na Sadia, hoje Transbrasil, até início de 1971. Estava decidida a lutar contra a ditadura e defender os ideais de justiça. Decidiu, então, participar do movimento guerrilheiro, indo para o Araguaia com seu marido Vandick Reidner Pereira Coqueiro (desaparecido).

O Relatório do Ministério do Exército diz que ela “utilizava os codinomes Dinorá e Maria Dina, tendo sua carteira de identidade nº 792454-SSP/BA apreendida em um ‘aparelho rural’ do PC do B. Atuava na área de Xambioá e Marabá.” O Relatório do Ministério da Marinha diz que ela foi “morta em 8 de abril de 1974”. Seus companheiros a viram viva e em liberdade pela última vez em 30 de dezembro de 1973. Segundo informações de moradores da região foi aprisionada por tropas do Exército.

DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Argoin, município de Castro Alves, Estado da Bahia, em 16 de maio de 1945, filha de Viriato Augusto Oliveira e Elza Conceição Bastos. Desaparecida desde 1973, na Guerrilha do Araguaia, aos 29 anos.

Estudou em Salvador, sendo formada em Geologia pela UFBA, em 1968. Participou do movimento estudantil em Salvador nos anos 67 e 68, tendo sido presa.

Conheceu Antônio Carlos Monteiro Teixeira (desaparecido), colega de turma, com quem se casou em 69, em Salvador. No mesmo ano mudaram-se para o Rio de Janeiro, indo trabalhar no Ministério das Minas e Energia e em maio de 1970 ambos foram para a região do Araguaia. Atuou como professora, parteira e foi a única mulher da guerrilha a ocupar o cargo de vice-comandante de Destacamento, o C.

Destacou-se na Guerrilha por sua habilidade militar, escapando várias vezes dos cercos do inimigo. Ex-guerrilheiros presos na época comentam que era temida pelos militares. Tornou-se uma figura lendária por ser exímia atiradora. A última vez que foi

vista viva e em liberdade pelos seus companheiros foi no dia 25 de dezembro de 1973, desaparecendo após o tiroteio que houve no acampamento, onde estava gravemente enferma.

Em comentários de vários moradores da região, teria sido presa na Serra das Andorinhas. O ex-deputado federal e um dos comandantes das operações do Exército na região, Sebastião Curió, diz que ela foi a última guerrilheira morta após quatro meses de perseguição.

Depoimento do coronel da Aeronáutica Pedro Cabral à revista “*Veja*” de 13 de outubro de 1993 e à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, faz referência a uma guerrilheira grávida que teria sido morta. Há também comentários de moradores da região que fazem referência à gravidez em estado adiantado de Dina.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que ela teria sido morta em julho de 1974.

DIVINO FERREIRA DE SOUZA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 12 de setembro de 1942 em Caldas Novas e registrado em Mossâmedes, Estado de Goiás, filho de José Ferreira de Souza e Maria Gomes de Souza.

Desaparecido desde 1973, na Guerrilha do Araguaia, aos 30 anos.

De família pequena, tinha apenas uma irmã, Terezinha. Foi para Goiânia em 1947, com 5 anos. Ele era uma criança, aos 8 anos quando começou a trabalhar, vendendo jornal. Depois foi trabalhar no comércio.

Estudava no Colégio Comércio de Campinas. Participou de várias greves estudantis.

Em 1961, era membro da União Goiana dos Estudantes Secundaristas. Era um idealista: sonhava com um país mais justo e igual. Preocupava-se muito e defendia o homem do campo.

Saiu de Goiânia no dia 28 de janeiro de 1966, e nunca mais voltou. Em 1967 esteve na China e na Albânia, regressando clandestinamente ao Brasil, foi viver no interior de Goiás e posteriormente no Araguaia, trabalhando como comerciante e agricultor, na região de Brejo Grande e integrando o Destacamento A.

Foi ferido numa emboscada das Forças Armadas no dia 14 de outubro de 1973, juntamente com André Grabois, Antônio Alfredo Campos e João Gualberto, na roça de Antonio Alfredo, às margens do Rio Fortaleza.

Depoimentos de moradores da região dizem que seus corpos foram enterrados no mesmo local onde morreram e que, nesta roça, anos depois, havia sido encontrada uma arcada dentária.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Divino teria morrido em 14 de dezembro de 1973, ou seja, 2 meses após ser ferido na referida emboscada.

DURVALINO DE SOUZA

Filho de José Porfírio de Souza, líder camponês que comandou a rebelião em Trombas do Formoso, na década de 60, em Goiás, também desaparecido.

Um de seus irmãos, Manoel Porfírio de Souza, foi preso político durante muitos anos em São Paulo, membro da CFMDP, atuou desde sua libertação na denúncia do desaparecimento do pai e irmão e dos crimes cometidos pela ditadura. Faleceu tragicamente num acidente de carro em 1994.

Durvalino foi preso em abril de 1964 e torturado a fim de que informasse onde estava escondido seu pai. Como consequência dessas torturas, Durvalino enlouqueceu, sendo internado em um manicômio, em Goiânia.

Desapareceu, inexplicavelmente, do manicômio, em 1973.

EDGAR DE AQUINO DUARTE

Nasceu em 28 de fevereiro de 1941 em Bom Jardim, Estado de Pernambuco, filho de José Geraldo Duarte e Maria Francisca Duarte.

Desaparecido desde 1973, com 30 anos de idade.

Após terminar o 2º grau, Edgard ingressou na Marinha, tendo realizado vários cursos. Chegou a Cabo do Corpo de Fuzileiros Navais.

Participou, em 1964, da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, opondo-se ao golpe militar. Em consequência de sua destacada atuação na famosa revolta dos marinheiros, em 04 de junho de 1964, foi obrigado a se exilar no México. Mais tarde viajou para Cuba. Retornou ao Brasil em outubro de 1968 e viveu clandestino em São Paulo até sua prisão, em 03 de junho de 1971, realizada pelo DOI-CODI/SP.

No livro “Brasil Nunca Mais”, há a seguinte informação sobre Edgard: “Entrou em contato com seus pais em Recife, permaneceu dois meses em Bom Jardim (PE) e depois foi para São Paulo, onde montou uma imobiliária com um amigo. (...) Sempre trabalhando, não tinha contato com antigos companheiros. Certo dia, encontrou-se com o Cabo Anselmo que lhe disse ter chegado de Cuba, estando sem trabalho e moradia. Edgard o levou para morar em seu apartamento. No Natal de 1970, junto com o Cabo Anselmo e sua noiva foi ao Rio de Janeiro.

Em 1971 foi preso, na sua casa à Rua Martins Fontes, 268 - apto. 807, em São Paulo, sendo levado imediatamente para o DEOPS-SP, onde ficou à disposição da equipe do delegado Sérgio Fleury, sendo torturado.

Após a fase de torturas, ficou indefinidamente preso na cela de nº 4 do “fundão” (conjunto de celas individuais, isoladas).

Do dia de sua prisão até o mês de junho de 1973, Edgard esteve preso em vários órgãos de repressão política. Durante todo esse período, conviveu com diversos presos políticos, contando sua vida de prisão e torturas. Edgard dizia ter tido uma entrevista com um oficial do Exército que lhe dissera que seu caso estava à disposição do CIE.

Edgar esteve preso no DEOPS-SP, DOI/CODI-SP, DOI-CODI/Brasília e Batalhão de Caçadores de Goiás.

Visto pela última vez em junho de 1973, no DEOPS-SP, estava barbudo, cabeludo, e muito debilitado fisicamente. Os carcereiros o retiravam da cela no Fundão do DOPS/SP e o levavam para um corredor. Lá diziam que ele deveria tomar sol porque, em breve, seria libertado. Mas era tudo uma farsa. O próprio Edgard rapidamente comentava com os outros presos: “Eles vão me matar e dizem que eu vou ser libertado.”

Numa dessas vezes, ele foi conduzido encapuçado para a carceragem, onde foi espancado e um de seus algozes gritou: “Você mexeu com segredo de Estado, você tem que morrer”.

Nos corredores do DOPS/SP, havia comentários de que ele teria descoberto “a dupla militância do Cabo Anselmo”, agente policial infiltrado nas organizações de esquerda e responsável por uma série de prisões e assassinatos de ativistas políticos. Isto ficou

evidenciado com a queda de um grupo de militantes da VPR onde foram presos, torturados e assassinados seis integrantes da organização sob o comando do delegado paulista Sérgio Fleury. Tudo como consequência do trabalho do infiltrado ex-cabo Anselmo. Uma das testemunhas da delação deste alcagüete foi um dos sobreviventes, Jorge Barret Viedma, irmão de Soledad Viedma, que esteve no DOPS/SP, com quem Edgard confirmou essa informação.

Em julho de 1973, o advogado Virgílio Lopes Enei entrou com um pedido de *Habeas Corpus* em favor de Edgard. O Dr. Alcides Singilo, delegado do DOPS/SP informou que Edgard já havia sido libertado e, quando sua informação foi desmentida pois Edgard não entrou em contato com ninguém da família, ele retrucou: “Talvez ele tenha medo de represálias dos elementos de esquerda e por isso tenha evitado contatos com a família ou talvez já tenha sido morto por esse pessoal.”

A prisão e “desaparecimento” de Edgard foram testemunhados por todos os presos políticos que se encontravam recolhidos nos órgãos por onde passou. Entre as muitas testemunhas de sua prisão estão José Genoíno Neto, Ivan Akselrud Seixas, Manuel Henrique Ferreira, Maria Amélia de Almeida Teles, Cesar Augusto Teles.

No Relatório do Ministério da Marinha consta que “em 10 de agosto de 1968 como elemento atingido pelo A.I. com o nome de soldado F.N. Edgard de Aquino Duarte, nº 60.30136-SPC.”

Seu nome consta no Arquivo do DOPS/PR, numa gaveta identificada como “falecidos”.

EDMUR PÉRICLES CAMARGO

Militante do MARX, MAO, MARIGHELLA, GUEVARA (M3-G).

Nascido a 04 de novembro de 1914, em São Paulo, filho de Tomás Benedito Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça. Desaparecido, desde 1973, aos 57 anos.

Jornalista, solteiro. Negro, forte, esteve envolvido nas lutas de Porecatu de 1951 a 1953.

Banido do Brasil, em janeiro de 1971, quando do seqüestro do embaixador suíço no Brasil, indo para o Chile juntamente com outros 69 presos políticos. Após o golpe que derrubou Salvador Allende, fugiu para a Argentina, desaparecendo em 11 de julho de 1974, quando tentava entrar clandestinamente no Brasil, juntamente com outros banidos.

No Relatório do Ministério da Marinha há a seguinte informação sobre Edmur: “**Jun/75**, preso por autoridades brasileiras e argentinas quando seu avião fez pouso em Buenos Aires, em viagem do Chile para o Uruguai.” Usava o nome falso de Henrique Vilaça.

EDUARDO COLLIER FILHO

Militante da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML).

Desaparecido desde 1974 quando contava 26 anos de idade.

Natural de Recife, Pernambuco, nasceu a 5 de dezembro de 1948, filho de Eduardo Collier e Rizoleta Meira.

Era estudante da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, cassado pelo Decreto-lei 477.

Foi indiciado em inquérito policial pelo DOPS, em 12/10/68, por ter participado do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna

Preso no Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro de 1974, juntamente com Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, por agentes do DOI-CODI/RJ. Desde, então, está desaparecido.

No Arquivo do DOPS/PR, pesquisado em 1991 pela CFMDP, o nome de Eduardo aparece em uma gaveta identificada como: “falecidos”.

O Relatório do Ministério do Exército diz que, “conforme reportagem veiculada no Jornal de Brasília, em sua edição do dia 31 de outubro de 1975, o nominado teria sido preso em 23 de janeiro de 1974, no estado do Rio Grande do Sul, após permanecer por um longo período foragido da Justiça Militar. Em setembro de 1972 foi condenado a 2 anos de prisão pela Auditoria do Conselho de Justiça da Aeronáutica.” Já o Relatório do Ministério da Marinha diz que “desapareceu quando visitava parente na Guanabara. Na época respondia processo por atividades políticas na 2ª Auditoria Militar de São Paulo.”

ELMO CORRÊA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 16 de abril de 1946, no Rio de Janeiro, filho de Edgar Corrêa e Irene Guedes Corrêa.

Desaparecido desde 1974 na Guerrilha do Araguaia aos 28 anos.

Estudante da Escola de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro,, cursando até o 3º ano. Participou do movimento estudantil.

Casado com Telma Regina Cordeiro Correa, também desaparecida, e, juntos, foram para a região do Araguaia em fins de 1971. Sua irmã Maria Célia Corrêa também é desaparecida na guerrilha do Araguaia.

Foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973. Segundo o depoimento de um camponês da região, foi morto pelas forças da repressão na localidade de Carrapicho.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Elmo “foi morto em 14 de maio de 1974”, sem esclarecer outros detalhes de sua morte.

ELSON COSTA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Nasceu em 26 de agosto de 1913, na cidade de Prata, Minas Gerais, filho de João Soares da Costa e Maria Novais Costa. Desaparecido em 1975, em São Paulo.

Casou-se com Aglaé de Souza Costa.

Era o responsável pelo setor de agitação e propaganda do PCB.

Na manhã do dia 15 de janeiro de 1975, Elson foi preso no bar ao lado de sua casa, onde havia ido tomar café. Alguns vizinhos tentaram protestar contra a ordem de prisão dada por seis homens, pois, para eles, quem estava sendo preso era o aposentado Manoel de Souza Gomes que vivia na Rua Timbiras, 199, bairro de Santo Amaro, em São Paulo.

Segundo o depoimento do ex-sargento do Exército, Marival Dias Chaves do Canto, do DOI-CODI/SP, publicado na Revista “Veja” de 18 de novembro de 1992, Elson foi levado para uma casa em Itapevi, centro clandestino da repressão ligado ao DOI-CODI/SP, onde foi submetido a todo tipo de tortura. Seu corpo foi banhado em álcool, queimado e afogado no rio Avaré.

Sem notícias de Elson, desde seu desaparecimento em 1975, apesar das buscas, sua família conseguiu, na justiça, anos depois, um atestado de morte presumida. Sua irmã

Zailde, exprime assim sua dor: "sempre tive um pouco de esperança de que ele poderia aparecer vivo, mas depois de tantos anos é triste parar de acreditar nisso".

O Relatório do Ministério do Exército diz que “no dia 26 de fevereiro de 1975, seu irmão Oswaldo Costa esteve no QG do II Exército para informar que o mesmo usava o nome falso de Manoel de Sousa Gomes e que teria sido levado pelos ocupantes de dois veículos tipo ‘Veraneio’, no dia 16 de janeiro de 1975. Segundo ele, o fato teria sido testemunhado pelo proprietário de um bar e noticiado pelos jornais como sendo o seqüestro de um rico comerciante. A ocorrência teria sido registrada no 11º DP, conforme BO N° 315/75 e tendo ocorrido na rua Timbiras, 199, em Santo Amaro/SP”.

ENRIQUE ERNESTO RUGGIA

Desaparecido aos 18 anos de idade.

Argentino, estudante de Veterinária na Faculdade de Agronomia de Buenos Aires.

Conheceu Joel José de Carvalho (desaparecido), em 1973, em Buenos Aires e com seu grupo entrou clandestinamente no Brasil, pela fronteira com a Argentina.

Enrique saiu de Buenos Aires em 11 de julho de 1974 e nunca mais foi visto.

Ver mais detalhes na nota de Edmur Péricles Camargo.

EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA

Nasceu em João Pessoa, Paraíba, a 24 de dezembro de 1944, filho de Simplício Bezerra da Rocha e Antônia Bulhões Bezerra. Fez o curso secundário no antigo Colégio Estadual de Pernambuco.

Geólogo, formado pela UFPE, preparava-se para fazer pós-graduação em Geofísica, na Bahia, quando foi preso e desaparecido em 1972.

Preso junto com sua mulher, em 11 de março de 1972, Guilhermina Bezerra da Rocha, e juntos levados para local ignorado, onde passaram a ser torturados.

Guilhermina foi solta no dia seguinte.

Dois dias após o seu desaparecimento, saiu uma notícia no jornal, que no Município de Escada, na barragem do Bambú do Engenho Massauassu, havia sido encontrado um corpo totalmente mutilado, com inúmeros sinais de tortura. De acordo com as características físicas, identificava-se com as de Ezequias.

Tal notícia levou seus familiares quase ao enlouquecimento. A angústia tornava aqueles momentos mórbidos.

A família, quando procurou identificar aquele cadáver, foi impedida pela polícia, que dizia tratar-se de pessoa já identificada por outra família, embora nem essa família nem o local onde foi enterrado aquele corpo tenham sido encontrados.

Em março de 1991, foi instituída a Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos Políticos, pelo Governo Carlos Wilson, de Pernambuco.

Esta Comissão, analisou, entre centenas de prontuários do DOPS do Recife, os de Ezequias. Ao encontrar um ofício, encaminhando um corpo ao IML, procedente do Município de Escada/PE e no qual em seu verso havia as impressões digitais do cadáver e com traços físicos semelhantes aos de Ezequias, solicitou ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, que fossem confrontadas, através de perícia, as impressões digitais (estudo dactiloscópico), existentes no Registro de Identificação de Ezequias, com as existentes no referido ofício que encaminhou o corpo encontrado no Município de Escada para o IML de Recife.

As impressões digitais do corpo encontrado em Escada/PE, no dia 12 de março de 1972, são 'idênticas' às da carteira de identificação de Ezequias.

No Relatório do Ministério da Aeronáutica consta que foi "preso pelo DOI/IV Ex., no dia 11 de março de 1972, tendo sido encontrado em seu poder farto material subversivo. Na noite do mesmo dia, foi conduzido para a região da Cidade Universitária (BR/232), a fim de cobrir um 'ponto', tendo sido nesta ocasião resgatado por seus companheiros de subversão, os quais o conduziram num VW1300, cor branca, placa não identificada, apesar de todas as tentativas dos agentes de segurança no sentido de detê-lo, o que ocasionou forte tiroteio de ambos os lados; entretanto não há dados que comprovem se o mesmo encontrasse morto ou desaparecido."

Já o Relatório do Ministério da Exército diz que "foi preso em 11 de março de 1972, pelo DOI/CODI do IV Exército, no mesmo dia de sua prisão foi conduzido à Cidade Universitária de Recife a fim de cobrir um ponto, oportunidade em que foi resgatado por seus companheiros, após intenso tiroteio. Uma reportagem veiculada no Jornal do Brasil, em sua edição de 2 de outubro de 1991, afirma que uma perícia datiloscópica, realizada pelo Instituto de Polícia Técnica de Recife, comprovou que as impressões digitais de corpo com identidade desconhecida encaminhado ao Instituto Médico Legal, em 12 de março de 1972, "pertenciam ao nominado".

Declarações de sua esposa Guilhermina (já falecida):

"Quando voltávamos para casa na sexta-feira, dia 11 de março de 1972, por volta de 1 hora da manhã, estavam nos esperando homens armados de metralhadora. Ficamos abismados. Sem armas, sem qualquer proteção e desprovidos de qualquer maldade, fomos presos. Invadiram nossa residência, vasculhando-a integralmente e deixando tudo na maior desordem. Levaram nossa máquina de escrever. Colocaram capuz em cada um de nós, em seguida nos puseram em carros diferentes (antes de sermos encapuzados, vimos tratar-se de carros tipo Rural Willys) e nos conduziram para local que nós ignoramos qual fosse. Quando chegamos ao local, Quias disse:

– Posso ver minha esposa?

– Não – respondeu alguém com palavras de baixo calão.

Fomos conduzidos para dentro e eu fui posta numa cela enquanto Ezequias foi ao interrogatório. Mas aquilo não era interrogatório, era um verdadeiro massacre aplicado numa pessoa indefesa. De onde eu estava ouvia a pancadaria. Foram horas terríveis. Aquilo parecia mais um pesadelo. Eu queria acordar e não conseguia. Houve momentos em que pensava que o Quias estava morto, pelo silêncio de dor que se fazia, pois não era possível tantos baterem tanto numa única pessoa.

Depois de muito tempo eles pararam de torturá-lo e o colocaram numa cela perto da minha. Quando ele passou por mim, carregado por policiais, parecia um farrapo humano, havia sangue por todas as partes do seu corpo. Não conseguia nem ficar de pé. Eu pensei: será que está morto?

Depois que os homens o jogaram na cela, tentei falar com ele, mas minha voz estava presa na garganta de espanto e sofrimento. Com muito esforço perguntei a ele como estava se sentindo. Perguntei muitas vezes para que pudesse obter uma resposta dada com voz forçada: "Estou bem, meu amor, tenha calma". Deve ter desmaiado depois disso porque não ouvi mais nenhum som vindo de lá. Foi esta a última vez que vi e ouvi o meu marido."

FÉLIX ESCOBAR SOBRINHO

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Filho de José Escobar Sobrinho e Emília Gomes Escobar, nasceu no dia 23 de março de 1923 em Miracema/RJ.

Desaparecido desde 1971, quando contava 47 anos de idade.

Servente de pedreiro e ex-militante do PCB.

Preso em Nova Iguaçu/RJ, na casa de um companheiro, João Joaquim Santana, em Outubro de 1971.

O ex-presos político Cesar Queiroz Benjamim afirma que viu Félix chegar preso à Vila Militar no Rio de Janeiro.

Em matéria publicada no jornal “*Folha de São Paulo*”, em 28 de janeiro de 1979, um general, com responsabilidade dentro dos órgãos de repressão política, assumiu a morte de Félix e de mais 11 presos considerados desaparecidos.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “os dados apenas confirmam que já foi preso por atividades terroristas e que freqüentava a pedreira de Xerém em Duque de Caxias/RJ, junto com outros.”

FERNANDO AUGUSTO SANTA CRUZ OLIVEIRA

Militante da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML)

Nasceu a 20 de fevereiro de 1948, em Recife, Pernambuco, filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira.

Desaparecido desde 1974, quando contava 26 anos de idade.

Era casado com Ana Lúcia e tinha um filho: Felipe.

Foi preso junto com Eduardo Collier Filho, em 23 de fevereiro de 1974, em Copacabana, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI/CODI-RJ. Logo em seguida, seu apartamento foi invadido pelos órgãos da repressão.

Em 14 de março de 1974, buscando saber do paradeiro de Fernando e Eduardo, as duas famílias foram ao DOI-CODI/SP, cujo carcereiro de plantão, conhecido como “Marechal”, confirmou que os dois jovens estavam presos ali, só podendo receber visitas no domingo, dia 17. Foram deixados, então, para eles, objetos de uso pessoal.

Posteriormente, esses objetos foram devolvidos, com a justificativa de que se tratava de um engano, pois os dois não estavam presos ali.

A família e os advogados de Fernando apelaram a várias autoridades nacionais e internacionais e nada conseguiram.

No Arquivo do DOPS/SP, a ficha de Fernando consta: “Nascido em 1948, casado, funcionário público, estudante de Direito, **preso no RJ em 23/03/74**”.

No Relatório do Ministério da Marinha, consta que “foi preso no RJ em 23/02/74, sendo dado como desaparecido a partir de então.”

Carta enviada pela mãe de Fernando ao Ministro da Justiça:

“Exmo. Sr. Ministro Armando Falcão

Ministério da Justiça - Brasília, Distrito Federal

Olinda, Pernambuco, 7 de fevereiro de 1975

Sou mãe de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e fui surpreendida com a Nota Oficial do Ministério da Justiça, divulgada em 6 de Fevereiro pela imprensa

falada e escrita, em que são prestadas informações sobre 27 pessoas dadas como desaparecidas com os respectivos registros constantes dos órgãos de segurança.

Entre as pessoas desaparecidas encontra-se meu filho, fato ocorrido no dia 23 de fevereiro de 1974, na Guanabara, quando se encontrava com o seu amigo Eduardo Collier Filho conforme alegações apresentadas pelos seus advogados ao Superior Tribunal Militar.

Iniciou-se para nós a partir de sua prisão uma verdadeira maratona em busca de informações por este Brasil afora, desde os presídios civis e militares até os ministérios, no sentido de localizá-lo e ter a certeza da autoridade responsável pela sua custódia, a fim de que fosse permitido o acesso de advogado e familiares.

Apesar das negativas das autoridades responsáveis, as informações, fatos e indícios que obtivemos junto a pessoas e instituições indicam a sua prisão. Fatos estes, que foram já relatados minuciosamente a sua Excia. Sr. Ministro Golbery do Couto e Silva, em entrevista mantida em 7 de agosto de 1974, promovida pelo arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns.

Quero informar-lhe Sr. Ministro que o teor da nota expedida por V. Excia no que se refere ao meu filho, perpetua a incerteza de seu destino, razão pela qual sinto-me na obrigação de assumir, na qualidade de mãe, sua defesa, já que ele não pode se manifestar. Mas faço também imbuída por princípios de justiça e de verdade que acredito serem postulados que devem nortear a conduta humana.

A afirmação 'encontra-se na clandestinidade' a ele atribuída nesta Nota Oficial é paradoxal e para contestá-la informo a V. Excia. que Fernando era funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, residia à rua Diana, 698, no Bairro de Perdizes - SP; tendo, portanto, residência e emprego fixos e sendo responsável pelo sustento material de sua esposa e filho.

Para maiores esclarecimentos do que afirmo, junto a esta recibo de aluguel em seu nome e contra-cheque do último pagamento referente ao mês de janeiro de 1974, e inclusive poderá ser verificado na repartição que trabalhava o seu cartão de ponto, marcando a sua presença sempre pontual até a véspera do seu desaparecimento.

Sr. Ministro da Justiça, diante de tais esclarecimentos pergunto: que clandestinidade seria esta que, repentinamente, transformaria um filho, respeitoso, carinhoso e digno em um ser cruel e desumano, que desprezaria a dor de sua velha mãe, a aflição de sua jovem esposa e o carinho de seu filho muito amado? É fácil concluir, que qualquer pessoa, mesmo perseguida em qualquer lugar onde estiver, terá como enviar uma palavra de calma e tranquilidade aos seus familiares. Ora, Sr. Ministro, porque Fernando não o faria?

Não posso aceitar pura e simplesmente o argumento de V. Excia, tendo em vista os fatos, indícios e informações já prestadas ao Exmo. Ministro Golbery e espero que não se dê por esgotado este episódio, mas que seja esclarecido o que realmente aconteceu ao meu filho para que possamos sair deste imenso sofrimento que nos encontramos: eu e todos os meus familiares.

Escrevo esta carta movida pela crença que sentimentos de justiça e de dignidade nortearão a conduta de V. Excia. e do Exmo. Sr. Presidente da República em relação a este fato. Nada peço ao Sr. para meu filho a não ser os esclarecimentos, que tenho direito, sobre o seu paradeiro e justiça!

Disposta a qualquer esclarecimento que seja necessário, subscrevo-me

“Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira.”

FRANCISCO MANOEL CHAVES

Constava no antigo Dossiê do CBA/RS como José Francisco Chaves.

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB).

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia desde 1972.

Negro, de origem camponesa, muito jovem ainda, ingressou na Marinha de Guerra, onde sofreu os preconceitos raciais. Em 3 de abril de 1935, engrossou as fileiras da Aliança Nacional Libertadora, filiando-se em seguida ao Partido Comunista.

Preso em 1935, após a derrota da insurreição armada, foi torturado sob a chefia do Comandante Lúcio Meira, sendo mais tarde recolhido ao presídio da Ilha Grande. Graciliano Ramos, que com ele conviveu nessa época, narra em seu livro ‘Memórias do Cárcere’, os esforços de Chaves e outros companheiros para denunciar as condições desumanas em que viviam os presos naquele autêntico campo de concentração.

Foi expulso da Marinha em 1937, segundo informações encontradas no Arquivo do DEOPS/SP. Libertado no início da década de 40, participou da preparação da Conferência da Mantiqueira, em 1943, sendo eleito suplente do Comitê Central do Partido Comunista, cargo que exerceu até 1946.

Após o golpe de 1964, duramente perseguido, foi residir na região de Caianos e se incorporou às Forças Guerrilheiras do Araguaia, quando já contava mais de 60 anos de idade.

Foi morto em combate em 21 de setembro de 1972, junto com José Toledo de Oliveira, próximo ao local onde morrera Miguel Pereira dos Santos, no dia anterior.

Nas exumações feitas no Cemitério de Xambioá por uma Comissão de Familiares, parlamentares, leigos e Comissão de Justiça e Paz (CJP) de São Paulo, em 1991, foram encontrados ossos de um homem com mais de 60 anos e negro que, provavelmente, seriam de Francisco Manoel. Essa ossada ainda se encontra no Depto. de Medicina Legal da UNICAMP/SP, sem contudo, ter sido identificada.

GILBERTO OLÍMPIO MARIA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 11 de março de 1942, em Mirassol, no Estado de São Paulo, filho de Antônio Olímpio Maria e Rosa Cabello Maria.

Desaparecido desde 1973 na Guerrilha do Araguaia quando contava 31 anos.

Mudou-se para São Paulo onde estudou no Colégio Sarmiento. Pertenceu ao PCB e depois ao PCdoB.

Em 1961, viajou para a Checoslováquia a fim de fazer o curso de Engenharia. Dois anos depois retornou ao Brasil, juntamente com Osvaldo Orlando da Costa (desaparecido), de quem se tornara amigo. Trabalhou no jornal “A Classe Operária”, até o golpe militar em abril de 1964, quando passou a viver na clandestinidade.

Em 30 de dezembro de 1964, casou-se com Victória Grabois em Araraquara. Em seguida mudaram-se para Guaratinga (MT). Lá, juntamente com Paulo Rodrigues (desaparecido) e Osvaldão, tentaram organizar os camponeses na resistência à ditadura. Em 1965 foram obrigados a abandonar o trabalho por problemas de segurança. Em 1966, nasce seu filho Igor. Neste mesmo ano, ele foi para a China. Retornando ao Brasil, morou em diversos locais do interior, inclusive em Porto Franco, junto com João Carlos Haas (desaparecido)

com quem mudou-se mais tarde para Caianos, localidade próxima ao Rio Araguaia. Na guerrilha atuava junto ao Comando e, posteriormente, foi comandante do Destacamento C junto com Dinalva – a Dina (desaparecida).

Com Paulo Rodrigues e outros companheiros fundaram o povoado de São João dos Perdidos, Distrito de Conceição do Araguaia.

Em 1980, os familiares dos mortos e desaparecidos estiveram neste local procurando informações, sendo recebidos com honrarias e carinho indescritíveis e profundamente comoventes, prova da estima que gozavam os guerrilheiros na região.

Em 25 de dezembro de 1973, foi desfechado violento ataque das Forças Armadas contra o acampamento guerrilheiro na Serra das Andorinhas, tendo Gilberto desaparecido desde então. Uma fonte militar que recusou-se a se identificar, afirmou que Gilberto teria sido metralhado.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Gilberto foi morto em 25 de dezembro de 1973, sem dar outros esclarecimentos.

GUILHERME GOMES LUND

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 11 de julho de 1947, na cidade do Rio de Janeiro, filho de João Carlos Lund e Julia Gomes Lund.

Desaparecido, desde 1973, na Guerrilha do Araguaia com 26 anos.

Estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e, posteriormente, no Colégio Santo Antônio Maria Zacaria, no Curso Vetor e na Faculdade de Arquitetura da UFRJ, cursando até o segundo ano.

Foi militante do movimento estudantil. Preso em 1968, acabou sendo condenado à revelia a 6 meses de prisão. Em 1969 foi residir em Porto Alegre, e em fevereiro de 1970, mudou-se para a localidade de Faveira na região do Araguaia.

Para Guilherme, a adaptação à vida no campo foi dura. Acostumado ao conforto, tudo era estranho e difícil. Devido à sua prática anterior em hipismo, dedicou-se com afinco ao ofício de ‘tropeiro’, sendo um dos melhores. Era também um excelente nadador. Ao iniciar-se a luta guerrilheira, Guilherme já era um excelente mateiro e caçador. Era um companheiro dedicado, sempre preocupado em ensinar aos menos experientes.

Era membro do Destacamento A das Forças Guerrilheiras e, posteriormente, foi deslocado para o destacamento C.

Em 25 de dezembro de 1973, encontrava-se no acampamento guerrilheiro, doente com malária, quando foi desfechado um violento ataque das Forças Armadas, e ele teria sido fuzilado.

O Relatório do Ministério da Marinha confirma a data de sua morte, sem outros esclarecimentos.

HELENI TELLES FERREIRA GUARIBA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu em 13 de março de 1941 em Bebedouro, Estado de São Paulo, filha de Isaac Ferreira Caetano e Pascoalina Alves Ferreira.

Desaparecida desde 1971 aos 30 anos.

Professora universitária e diretora do “*Grupo de Teatro da Cidade*”, de Santo André, São Paulo.

Preso no Rio de Janeiro no dia 12 de julho de 1971, juntamente com Paulo de Tarso Celestino da Silva (desaparecido), por agentes do DOI-CODI/RJ.

Inês Etienne Romeu, em seu relatório sobre a “Casa da Morte”, em Petrópolis, denuncia que Eleni esteve naquele aparelho clandestino da repressão no mês de julho de 1971, tendo sido torturada por três dias, inclusive com choques elétricos na vagina.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que Eleni foi “presa em 20 de outubro de 1970, em Poços de Caldas/MG, sendo libertada em 01 de abril de 1971...” Já o Relatório do Ministério do Exército afirma que “foi presa em 24 de abril de 1970 durante a Operação Bandeirantes e libertada a 1º de abril de 1971.”

De Ulisses Telles Guariba Netto:

“Casei-me com Eleni Ferreira Teles Guariba em 1962 e nos separamos judicialmente em fins de 1969. Estudamos na Faculdade de Filosofia da USP- Departamento de Filosofia. Foi um longo namoro. Ambos militávamos na VPR. No final de 1969, após separar-me de Eleni, retirei-me do movimento.

Depois de separar-me vim morar na Rua Maria Antônia. Eleni foi morar nas Perdizes. Tínhamos, então, dois filhos, Francisco e João Vicente, que continuaram morando com a mãe. Eu sempre visitava meus filhos, semanalmente, mantendo, assim, também contatos com Eleni. No início de fevereiro de 1970, em um sábado à noite, Eleni me procurou para dizer que Olavo, seu namorado, tinha sido preso e me pedia auxílio, uma vez que meu pai era general reformado. Eleni pediu também que eu falasse com o Capitão Maurício da OBAN, uma vez que esse oficial havia, anos atrás, namorado com minha irmã, ainda mantendo relações de amizade comigo. Quando procurei Maurício, este confirmou que Olavo realmente estava preso e que era membro da VPR.

Meu pai foi à OBAN pedir que, ao menos, Olavo não fosse torturado, mostrando-se interessado na própria pessoa de Olavo. Com a prisão de Olavo, Eleni deixou a residência das Perdizes, deixando os filhos comigo. Nessa mesma época, mudei-me para a Rua José Antônio Coelho, na Vila Mariana, em São Paulo, em um anexo da casa de meus pais. No início de março daquele mesmo ano o pai de Olavo me procurou, desesperado e contou-me que os órgãos de segurança ameaçavam prendê-lo, bem como a sua esposa e os filhos, pois queriam que eles prestassem informações a respeito do paradeiro de Eleni.

Ela, por sua vez, estava escondida em Serra Negra. O pai de Olavo, contou-me também que, não resistindo às pressões, havia contado onde estava Eleni e que ela havia sido presa, naquele dia, no final da tarde. Diante disso eu e meu pai fomos à OBAN. Fomos, também, procurar o Capitão Maurício, que nessa época prestava serviços ao DOPS. Procuramos, também, delegados do DOPS e todos diziam que não podiam prestar informações a respeito de Eleni. Três dias após, eu e meu pai fomos ao DOPS, à noite, para encontrar Eleni, no Gabinete de Romeu Tuma, então um dos delegados do DOPS. Ela então contou que havia sido torturada pelo Capitão Albernaz. Tinha marcas roxas nas mãos e nos braços, provocadas por choques elétricos. Albernaz havia tido contato conosco antes de torturar Eleni. Fôra, em tal conversa, extremamente simpático. Eleni contou também que estava no início do período menstrual e que, com as torturas, havia tido uma hemorragia, que havia assustado os torturadores, que a haviam retirado da OBAN e enviado ao Hospital Militar, onde ficou 48 horas, tendo naquele dia, sido encaminhada para o DOPS.

Foi solta em fins de abril de 1971, por decisão da própria Justiça Militar.

Ao ser libertada, desejava viajar para o exterior. Ela tinha também a intenção de ajudar familiares de perseguidos e mortos. Ficou uns tempos na casa da mãe e na casa de amigos, enquanto se preparava para a tal viagem. Por volta do dia 25 de julho, recebi um telefonema em casa informando-me que Eleni havia sido presa no Rio de Janeiro.

Meu pai foi para Brasília, bem como ao Comando do I Exército, no Rio de Janeiro, procurando autoridades e amigos. Todas as informações foram no sentido de que Eleni não havia sido presa e que, provavelmente havia embarcado para o exterior...”

HELENIRA REZENDE DE SOUZA NAZARETH

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Cerqueira Cesar, SP, no dia 19 de janeiro de 1944, filha de Adalberto de Assis Nazareth e Euthália Resende de Souza Nazareth.

Desaparecida, desde 1972, na Guerrilha do Araguaia, quando contava 28 anos. Integrante do Destacamento A das Forças Guerrilheiras. Este Destacamento passou a chamar-se Helenira Resende após sua morte.

Depoimento de Helenalda Rezende, sua irmã:

“Em que leito de rio correrá seu sangue?

Lenira , para uns ... Preta para os colegas da USP ... Nira entre os familiares, Fátima para os companheiros do Araguaia... Helenira foi, acima de tudo, uma cidadã brasileira consciente de seus atos, que empunhou a bandeira da justiça e da liberdade, lutando obstinadamente até a morte.

Nascida na pequena cidade de Cerqueira Cesar, próximo a Avaré, mudou-se para Assis aos 4 anos, onde cresceu, tendo concluído o Curso Clássico na EEPSG ‘Prof. Clibas Pinto Ferraz’. Participante da Seleção de basquete da cidade, sobressaiu-se como uma das melhores jogadoras da região da Alta Sorocabana, tendo também sido contemplada com várias medalhas no atletismo, na modalidade de salto à distância.

Dedicada ao estudo da teoria marxista, desde cedo sua presença se fez sentir como líder estudantil que, com posições avançadas defendia com firmeza suas propostas. Fundadora e 1ª presidente eleita do Grêmio Estudantil da Escola, já se pronunciava nos palanques e na Rádio Difusora de Assis, durante campanhas políticas dos candidatos que julgava dignos de seu apoio.

E desde então, ou talvez desde o berço, foi-se formando líder estudantil, grande oradora nos Congressos Estudantis e nas manifestações de rua dos anos 60. Foi vice-presidente da UNE, em 1968.

‘Estudante nota cem’ (depoimento de uma professora), ingressou na Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia, no Curso de Letras onde, através dos movimentos estudantis, passou a viver intensamente a vida política do país. Com seus alunos de Português de duas escolas estaduais, uma no Jardim Japão e outra em Guarulhos, preparava peças de teatro consideradas subversivas na época.

Helenira foi presa a primeira vez quando conclamava os colegas a participarem de uma passeata em maio de 1968, em São Paulo. E, no mesmo ano, mais uma vez foi presa, no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna com outros 800

estudantes. Nesta ocasião, quando o ônibus que os transportava passava pela Avenida Tiradentes, conseguiu entregar a um transeunte um bilhete que foi levado à sua residência à Rua Robertson, no Cambuci, avisando à família de sua prisão. Procurada pelos policiais como Nazareth e apontada como sendo uma das líderes do movimento, foi transferida do Presídio Tiradentes para o DOPS onde caiu nas garras do famigerado Fleury, que a jurou de morte.

*Uma outra mensagem foi entregue então, à sua família avisando sua localização e a dos companheiros José Dirceu, Antônio Ribas, Luís Travassos e Vladimir Palmeira. A polícia continuava negando sua prisão, enquanto um policial não identificado atuava como mensageiro entre o DOPS e o Cambuci. Após alguns dias de ‘vai e vem’ ao DOPS, o contato direto com Helenira foi conseguido por intermédio da advogada Maria Aparecida Pacheco. Alguns dias depois a ‘estudante’, como era chamada pelo carcereiro, foi transferida para o Presídio de Mulheres do Carandiru, onde ficou detida por dois meses. Seu **Habeas Corpus** foi conseguido um dia antes da edição do AI-5. A partir de então passou a viver na clandestinidade, tendo residido em vários pontos da cidade e do país, antes de se dirigir ao Araguaia.”*

Morta a golpes de baioneta, em 29 de setembro de 1972, depois de metralhada nas pernas e torturada. Enterrada na localidade de Oito Barracas.

No Relatório do Ministério da Marinha encontra-se a cínica “informação” de que se encontra foragida. No arquivo do DOPS/PR, o nome de Helenira consta em uma gaveta com a identificação: “falecidos”.

Declarações da ex-presença política Elza de Lima Monnerat, em Auditoria Militar, à época, afirmou que “... Helenira, ao ser atacada por dois soldados, matou um deles e feriu outro. Metralharam-na nas pernas e torturaram-na barbaramente até a morte...”

De 1969 a 1972 (mesmo após sua morte na Guerrilha do Araguaia) sua família foi chamada a prestar declarações ao DOPS/SP e ao II Exército.

Em 06 de junho de 1979, um jornal publicou sobre Helenira que: “...o lugar onde estava virou uma poça de sangue, conforme falaram soldados do PIC (Pelotão de Investigações Criminais)... e confirmaram que a coragem da moça irritou a tropa. Helenira foi morta a baionetadas!” No jornal “A Voz da Terra”, de 08 de fevereiro de 1979, há uma extensa matéria que, sob o título “A Comovente História de Helenira”, conta a história dessa combatente pela liberdade no Brasil. Até hoje, sua família, oficialmente, de nada foi informada.

HÉLIO LUIZ NAVARRO DE MAGALHÃES

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 23 de novembro de 1949 no Rio de Janeiro, filho de Gerson Menezes Magalhães e Carmem Navarro de Magalhães.

Desaparecido, desde 1974, na Guerrilha do Araguaia quando contava 25 anos.

Estudante da Escola de Química e de Música, ambos os cursos na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Devido a dificuldades de continuar estudando após a decretação do AI-5, optou por abandonar a escola e foi viver no interior, próximo à Transamazônica.

Inicialmente, teve grandes dificuldades de adaptação, principalmente em cozinhar e calcular distâncias na mata. A primeira, superou com a prática e a segunda, contando passos e tempo. Isto valeu-lhe o apelido de ‘passômetro’ e a capacidade de calcular com

grande precisão as distâncias. Edinho, como era conhecido no Araguaia, gostava muito de música, e na cidade tocava piano. Ao mudar-se para a mata, procurou adaptar seus conhecimentos musicais, tornando-se flautista.

Deslocou-se para a região do Araguaia em 3 de outubro de 1970. No dia 14 de janeiro de 1974, após combate entre seu grupo e as Forças Armadas, não foi mais visto. Provavelmente tenha sido preso.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi preso gravemente ferido, como terrorista, na região de Chega Com Jeito... Possibilidades de sobrevivência desconhecidas... Morto em 14/03/74.”

Atualmente, a família entrou com interpelação Judicial contra a União Federal e Ação de Reparação de Perdas e Danos.

HIRAN DE LIMA PEREIRA

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Nasceu em Caicó/RN em 3 de outubro de 1913, filho de Hilário Amâncio Pereira e Maria Marieta de Lima Pereira. Desaparecido, desde 1975, quando contava 61 anos.

Casado com Célia Pereira, tinha 4 filhas.

Preso, em 15 de janeiro de 1975, pelos órgãos de segurança está desaparecido desde então.

Em 20 de setembro de 1976 foi julgado à revelia pela 2ª Auditoria da Marinha.

No Relatório do Ministério do Exército consta que “em março de 1991, reportagem veiculada pelo Jornal do Brasil relata que, na abertura dos arquivos do DOPS/PE, os pesquisadores descobriram no prontuário do nominado um extrato bancário do dia 28/01/75, concluindo que esta provavelmente foi a data em que ocorreu sua morte.” No Relatório do Ministério da Marinha consta que em “abril/75, foi preso por agentes de segurança.”

Num documento encontrado no DOPS/RJ em 1992, identificado como DI/DGIE do RJ de 07/12/79 há a seguinte nota sobre Hiran: “Teve seus direitos políticos cassados por 10 anos em 20/02/67. Segundo documento aqui existente, teria sido preso em 15/01/75 e, em 26/06/75, estaria desaparecido conforme Manifesto publicado pelo M.D.B.”

No Arquivo do DOPS/PR, foi encontrado o nome de Hiran numa gaveta com a identificação: “falecidos”.

De sua filha Zodja Pereira:

“Tomei conhecimento por relatos de familiares e conhecidos que meu pai já tinha atividades políticas bem antes de meu nascimento. Sei que, em meados da década de 30, foi detido no Rio de Janeiro, onde prestava serviços ao Exército Nacional, servindo na P.E., tendo ficado preso nessa ocasião cerca de um ano. Em 1946, Hiram foi eleito Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Norte, onde conseguiu uma das maiores votações na legenda do PCB. Logo a seguir foi cassado, junto com a legenda partidária, por ato do Governo Federal.

No ano de 1949, transferiu sua residência para Recife onde passou a ser um dos redatores do Jornal “Folha do Povo”, Órgão Oficial do Partido Comunista Brasileiro, de âmbito estadual. Concomitantemente passou a trabalhar como vogal numa das Juntas de Conciliação da Justiça do Trabalho sediada em Recife.

Participou ativamente de todas as campanhas eleitorais, tanto de caráter nacional, estadual como municipal. Por volta de 1958, Miguel Arraes foi eleito Prefeito do Recife, tendo convidado meu pai para exercer as funções de Secretário de Administração da Capital Pernambucana, permanecendo nesse cargo por mais duas administrações sucessivas dos Prefeitos Pelópidas e Liberato.

Em agosto de 1961, foi seqüestrado por agentes do IV Exército, ficando desaparecido por 10 dias, sendo que inicialmente, em local desconhecido e, posteriormente na Ilha de Fernando de Noronha. Após essa prisão retornou às suas funções de Secretário do Executivo Municipal de Recife e atuou como ator de Teatro no Grupo Profissional denominado 'Teatro Popular do Nordeste', estreando na peça de autoria de Ariano Suassuna 'A pena e a lei', com direção artística de Ermilo Borba Filho.

Após o golpe militar de 1º de abril de 1964, minha mãe Célia Pereira e minha irmã Sacha Lídice Pereira foram detidas, em Recife, em nossa residência como reféns por agentes do IV Exército, ficando presas no R.O., em Olinda. Os noivos de minhas irmãs, Ardigan e Nathánias, foram igualmente detidos. Meu pai estava clandestino na própria cidade de Recife, onde ficou até o ano de 1966, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para a cidade de São Paulo.

Dessa data até o ano de 1975, meu pai teve intensa participação nos movimentos políticos contra a ditadura e em favor da liberdade e da justiça social, sendo que essas atividades foram exercidas no PCB e na qualidade de jornalista. Durante esse período, a par de suas atividades políticas partidárias, meu pai esteve sempre presente na vida familiar mantendo contato comigo, com minha mãe e as outras três irmãs,

Na passagem de ano de 1974 para 1975 mantive meu último contato com meu pai na residência de Sacha em São Paulo, no bairro de Campo Belo. Sei que minha mãe, com quem residia nesse período, manteve outros contatos com meu pai, na primeira semana de Janeiro de 1975. Meu pai marcou três pontos alternativos nas datas de 13, 15 e 17 do mês de janeiro, não tendo comparecido ao primeiro. Minha mãe foi detida no dia 15 na minha residência. Ela ficou detida nas dependências do DOI-CODI, à Rua Tutóia, São Paulo, por três dias, sendo que agentes desse organismo policial permaneceram durante este período em minha casa. Minha mãe sofreu sevícias e torturas durante essa detenção e, pela forma como foi conduzido seu interrogatório, chegou à conclusão que meu pai teria sido morto em torturas nessa mesma época. Minha mãe teria vislumbrado, entre várias pessoas conduzidas às sessões de torturas, um cidadão encapuçado com características físicas que pareciam ser de meu pai.

Quero esclarecer também que todos os meus familiares tinham conhecimento de que meu pai, durante esse tempo de clandestinidade, usava o nome de guerra de José Vanildo de Almeida e que tinha toda sua documentação com esse nome, que era de um parente já falecido. Cerca de um mês depois, eu e minha irmã Sacha fomos detidas por algumas horas nas dependências do DOI-CODI, onde, encapuçadas fomos interrogadas.

Logo a seguir, eu e meus familiares passamos a buscar a ajuda e os serviços de advogados e de órgãos que colaboravam na procura de desaparecidos políticos.”

HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES

Militante da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML).

Nasceu em 28 de março de 1947, em Itaberaí, Estado de Goiás, filho de Benedito Monteiro Guimarães e Maria Rosa Leite Monteiro Guimarães. Casado e tinha uma filha, Juliana.

Desaparecido desde 1973, quando tinha 26 anos.

Estudante brilhante, passou em 1º lugar geral no vestibular de 1965 da Universidade de Brasília, para o curso de Geologia. Foi presidente da extinta Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB) e, posteriormente, eleito presidente da UNE. Por ocasião do AI-5 abandonou a Universidade quando fazia o último semestre, e foi viver na clandestinidade. Época em que, os acontecimentos vieram também vitimar seu pai, falecido num acidente de trânsito (após ficar noites insone, dormiu no volante de uma Kombi...)

Foi preso no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1973, tendo estado detido também no Pelotão de Investigações Criminais de Brasília e no CENIMAR — Centro de Informações da Marinha.

Sua prisão e desaparecimento foi denunciada pelos presos políticos de São Paulo em documento datado de 1976.

Antes de sua última prisão, Honestino escreveu aos companheiros: “a minha situação é de uma vida na clandestinidade forçada... sofri vários processos, alguns já julgados. (Eles mostram) com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição da qual sou objeto... Por diversas vezes fui ameaçado de morte.”

Os Relatórios dos Ministérios Militares em nada esclarecem sobre sua prisão e desaparecimento.

IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Rubim, Minas Gerais, no dia 27 de Agosto de 1947, filho de Idalísio Soares Aranha e de Aminthas Rodrigues Pereira.

Desaparecido desde 1972 na Guerrilha do Araguaia quando tinha 25 anos.

Afetivo, carinhoso, observador e de pouca conversa – assim era o Idalísio cantador, seresteiro e tocador de violão.

Era o penúltimo de nove irmãos. Fez o curso primário em Rubim e o ginásial em Teófilo Otoni/MG, no Colégio São José. Em 1962, foi para Belo Horizonte, onde estudou até o 2º ano no Colégio Estadual e o 3º ano no ex-Colégio Universitário da UFMG. Em 1968 participou da “luta dos excedentes” por mais vagas na Universidade. Neste mesmo ano iniciou o Curso de Psicologia na UFMG.

Em 1970 casou-se com Walkíria Afonso Costa (desaparecida).

Foi eleito presidente do Centro de Estudos de Psicologia de Minas Gerais e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em 1971. Numa homenagem póstuma, foi dado o nome de Idalísio Aranha ao Diretório Acadêmico da Faculdade

Em janeiro de 1971, Idalísio e Walkíria, decidiram mudar-se para o Araguaia, região do Gameleira. Como violeiro e cantador, conquistou rapidamente a simpatia daqueles com quem ele convivia. Pouco tempo viveu no Araguaia.

Em julho de 1972, seu grupo entrou em combate com uma patrulha do Exército, perto da Grota Vermelha, em decorrência do qual Idalísio perdeu-se do grupo. Em 12 de julho de 1972, em Perdidos, a 9 léguas a Oeste de Caianos, Idalísio foi emboscado e morto, segundo documento dos Fuzileiros Navais entregue à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, em 1992.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Idalísio foi morto em uma localidade de nome Peri, “por ter resistido ferozmente”.

Na mesma época em que Idalísio foi morto no Araguaia, a casa de seus pais em Belo Horizonte foi invadida por policiais que acusavam a ele e Walquíria de pertencerem ao PC do B.

Em julho de 1973, depois de morto, foi condenado à revelia à pena de prisão pela Justiça Militar.

IEDA SANTOS DELGADO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 9 de julho de 1945, no Rio de Janeiro, filha de Odorico Arthur Delgado e Eunice Santos Delgado.

Desaparecida desde 1974 quando contava 29 anos.

Advogada e funcionária do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, no Rio de Janeiro, até sua prisão. Trabalhou também no jornal “*Tribuna da Imprensa*”.

Foi presa em São Paulo no dia 11 de abril de 1974, quando se preparava para viajar para o Rio de Janeiro.

No Relatório do Ministério da Marinha, há referência de que em matéria do “*Jornal da Tarde*”(SP) do dia 29/06/74, página 3, 1º caderno, Ieda teria sido detida no dia 18 de abril de 1974, não constando qual a autoridade ou órgão seria o responsável por sua prisão.

ÍISIS DIAS DE OLIVEIRA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 29 de agosto de 1941, filha de Edmundo Dias de Oliveira e Felícia Mardini de Oliveira.

Desaparecida desde 1972, quando tinha 31 anos.

Iniciou seus estudos no Grupo Estadual Pereira Barreto, onde concluiu o primário. O Ginásial e o Clássico cursou no Colégio Estadual Presidente Roosevelt e no Colégio Sta. Marcelina, respectivamente.

Em 1960 concluiu o seu curso de piano e, posteriormente, estudou inglês na União Cultural Brasil-Estados Unidos.

Além de inglês, falava francês e espanhol. Em 1965 iniciou o Curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Em 1967, casou-se com José Luiz Del Royo, de quem se separou posteriormente.

Ainda em 67 trancou sua matrícula.

Em 1970 passou a morar na cidade do Rio de Janeiro, onde foi presa no dia 30 de janeiro de 1972.

De D. Felícia Mardini de Oliveira, sua mãe:

“Ísis, em sua infância, foi uma menina simples, tímida talvez. Estudava normalmente. Paralelamente fazia curso de inglês e piano, chegando a formar-se nestes dois cursos. Na adolescência interessou-se em aprofundar cada vez mais seus conhecimentos. Lia com entusiasmo tudo o que se relacionava com Psicologia, Filosofia e História Geral.

Decidida a conhecer melhor as relações do homem com a sociedade, ingressou na Faculdade de Ciências Sociais da USP, não chegando a concluir o curso. Ísis mostrava-se segura e coerente com suas definições de vida. Este pareceu-nos ser o traço mais marcante de sua personalidade. Verificamos uma total coerência na sua maneira de pensar e agir.

Em 16 de junho de 1970 Ísis foi morar no Rio de Janeiro. A princípio vinha, sempre, visitar-nos em São Paulo. Outras vezes nós a encontrávamos no Rio, em lugares pré-combinados. Um dia, ao despedir-se ela disse: ‘Mãe, se alguma coisa me acontecer, uma companheira dará notícias para vocês’. Eu fiquei muito nervosa com essa informação. No dia seguinte, conforme havíamos combinado, eu fui ao seu encontro. Esperei por várias horas, Ísis não apareceu. Nunca mais a vi.

Em 22 de novembro de 1971 Ísis fez um telefonema para a casa de um vizinho, chamando-me. Disse não ter sido possível ir ao meu encontro, conforme havíamos combinado, mas que tudo estava bem com ela. Foi a última vez que ouvi sua voz.

Em 23 de janeiro de 1972 Ísis encontrava-se em apuros. Chegou pela madrugada em casa de uns amigos em Niterói. Dormiu e passou o dia seguinte lá. Fez um curativo em um ferimento que tinha no pescoço, indo embora no final da tarde. O nosso amigo foi com ela até as barcas. Foi a última pessoa a ver Ísis.

Em 4 de fevereiro de 1972 meu marido recebeu, em seu escritório, um telefonema de uma moça dizendo: ‘Ísis foi presa, no Rio de Janeiro, pelo I Exército. Vocês devem tomar providências para localizá-la, porque ela corre perigo de vida.’ Mais tarde soubemos que a autora do telefonema era a companheira de Ísis, Aurora Maria do Nascimento Furtado, posteriormente assassinada pela repressão, que fora também colega da Ísis aqui na USP.

*Em 10 de fevereiro de 1972, a Dra. Eny Raimundo Moreira, que fora contratada por meu marido, impetrou um habeas corpus em favor de Ísis. Negaram sua prisão. Ao todo foram cinco habeas corpus. A partir do terceiro a resposta era: Ísis Dias de Oliveira ‘**encontra-se foragida**’.*

Trânsito de Ísis nos órgãos de repressão:

- Em meados de fevereiro de 1972, esteve presa no DOI-CODI/RJ.*
- Março de 1972, quando era transferida do Rio para São Paulo, juntamente com outros presos, foi desligada desse grupo por apresentar problemas renais.*
- No mesmo mês de março, pelos mesmos problemas renais, esteve hospitalizada aqui em São Paulo.*
- Ainda no mês de março, foi transferida para a base Aérea de Cumbica/SP.*
- Em 13 de abril de 1972, uma Assistente Social, Maria do Carmo de Oliveira, lotada no Hospital da Marinha (Ilha das Cobras) no Rio, informa a mim e a minha sobrinha Sônia: ‘Ísis Dias de Oliveira foi presa pelo I Exército, com duas*

identidades, encontra-se **incomunicável** na Ilha das Flores'. Esta informação Maria do Carmo recebeu por telefone de um primo, lotado no serviço de Telex do I Exército.

No dia seguinte, Maria do Carmo, eu e minha sobrinha Sônia fomos **intimadas** a comparecer no I Exército. Lá nos atendeu um coronel e o primo da Maria do Carmo. Alegaram que 'fora um lamentável engano'.

Logo em seguida, a Dra. Eny esteve na Ilha das Flores, onde foi negada sua presença. Eu estive por três vezes na Ilha, sem nada conseguir. Mas foi lá que conheci Lêda Medeiros, esposa de Jorge Medeiros. Lêda me falou ter conhecimento de uma família denominada 'Massa'. Foi assim que eu cheguei até a família do Paulo César Botelho Massa, companheiro de Ísis, que teria sido preso antes da minha filha.

Paulo César Botelho Massa, desaparecido político, filho do General Cristóvão Massa e sobrinho de mais três generais, encontra-se desaparecido como Ísis, sem nenhuma informação a mais.

Em 21 de junho de 1972 soubemos que Ísis estivera no CENIMAR, de lá teria sido transferida para o Aeroporto do Campo dos Afonsos/RJ.

Em 20 de fevereiro de 1974 um conhecido do meu marido, que atuava com Seguros e também no DOPS, prometia conseguir informações da Ísis para nós. Chegando de uma excursão de turismo no exterior, disse-nos que a guia que os acompanhou na cidade de Londres era uma brasileira de nome Íris, e que tinha tudo para ser Ísis. Mostrou fotos da Ísis para outras pessoas que participaram da excursão. Todos acharam que de fato poderia ser Ísis. Meu marido havia sofrido uma cirurgia cardíaca. Então, eu e meu filho não tivemos outra alternativa senão tirar tudo a limpo.

Em 4 de março de 1974 viajamos para Londres e encontramos a moça, que trabalhava na agência de turismo Meliá-Marsans. Realmente era uma brasileira e nada mais, não tinha nada a ver com nossa filha Ísis.

Nós chegamos à triste conclusão que todas essas séries de **desinformações** serviam a um objetivo específico, que era de confundir-nos e fazer-nos reaver a cada sinal uma esperança.

Cartas: Foram escritas muitas. Eu as escrevia, com sacrifício, para poupar meu marido que havia sofrido um grave enfarte do miocárdio. Com o passar do tempo, fui vendo que os **destinatários** eram os mesmos, a quem as outras famílias de desaparecidos escreviam: Presidente da República, Ministros das três armas, Comandante do I e do II Exércitos, OAB, OEA, ONU, Anistia Inter-nacional, Arcebispo do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Foram tantas as cartas e inúteis que não gosto de lembrar. Só não esquecerei uma em especial, pelo trabalho e pela satisfação que me deu.

Nós, familiares dos presos políticos **desaparecidos**, pedíamos informações ao Governo, sobre o destino dos nossos parentes. Quando o Ministro da Justiça, através do líder José Bonifácio, vem de público enumerar uma série de delitos praticados por eles. Eu não me conformei com aquelas informações. Achei que era o fim de tudo. Nós queríamos saber o paradeiro deles e não o que eles haviam praticado. Escrevi uma carta de contestação. Mas, como publicar minha carta? A censura não respeitava nem o malote dos deputados. Não tive dúvidas. Fui pelo caminho mais

longo, mas o que me pareceu seguro. Viajei 20 horas até Brasília para entregar minha carta ao deputado Lisâneas Maciel. O deputado Lisâneas não se encontrava em Brasília, entreguei então a minha carta em mãos do deputado Fernando Lira.

*Mais 20 horas de volta. No meio do caminho, em uma parada de ônibus, comprei um jornal 'O Estado de São Paulo'. Lá estava a minha carta publicada. Valeu-me uma grande satisfação no momento. Mas foi só. Porque até hoje estou esperando saber **o que eles fizeram com minha filha Ísis.***

*Foi indiciada em seis (6) processos. Em três, Ísis foi **absolvida** por falta de provas. Os outros três foram **arquivados.**"*

Em matéria publicada no jornal "Folha de São Paulo", em 28 de janeiro de 79, um general com responsabilidade dentro dos órgãos de segurança, reconheceu a morte de Ísis e mais 11 presos políticos considerados desaparecidos.

Em 08 de abril de 1987, a Revista "Isto É", em matéria "Longe do Ponto Final", traz declarações de Amílcar Lobo que reconheceu Ísis no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data.

No Arquivo do DOPS/PR, em uma gaveta com a identificação: "falecidos" foi encontrada sua ficha.

Os Relatórios dos Ministérios da Marinha e do Exército insistem em afirmar que Ísis está "foragida".

ISSAMI NAKAMURA OKANO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 23 de novembro de 1945 em Cravinhos, Estado de São Paulo, filho de Hideo Okano e Sadae Nakamura.

Desaparecido desde 1974 quando tinha 29 anos.

Assistente de Laboratório no Departamento de Engenharia Química da Universidade de São Paulo.

Foi preso em 1969 e cumpriu 2 anos de condenação.

Foi preso novamente em 14 de maio de 1974, por agentes do DOI-CODI/SP, e desaparecido desde então.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Issami teria "desaparecido em 14/5/74 quando se dirigia de casa para o trabalho."

ITAIR JOSÉ VELOSO

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Nasceu no dia 10 de junho de 1930, em Minas Gerais, filho de Sebastião Veloso e Zulmira Veloso.

Desaparecido, desde 1975, quando tinha 45 anos.

Militante sindical desde 1953, quando entrou para a Juventude do PCB.

Foi operário, apontador de obras, montador de calçados, e líder sindical da construção civil, no Rio de Janeiro.

Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Niterói e Nova Iguaçu, em 1961. Em seguida tornou-se secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro e Niterói. Mas nem por isso abandonou sua função de apontador de obras.

Desenvolvendo uma atividade sindical intensa, no início da década de 60, alcançou uma posição destacada dentro do movimento operário.

Durante o Governo João Goulart, Itair Veloso chefiou uma delegação sindical a um encontro internacional de sindicalistas, em Moscou.

Era casado com Ivanilda da Silva Veloso, com quem teve quatro filhas. Sua dedicação à família era como sua dedicação ao trabalho, pois seu envolvimento com a mulher e as filhas era desmedido.

Logo após o golpe militar de 64, sua casa foi invadida por policiais do DOPS de Niterói, que não o encontraram.

Arrolado em processo sob a acusação de pertencer ao PCB, passou a viver na clandestinidade.

Itair não costumava informar à família sobre suas atividades políticas fora de casa, enquanto clandestino, para não envolver as filhas. De alguma forma elas já sabiam, antes de seu desaparecimento, que ele se dedicava ao PCB.

Saiu de casa no dia 25 de maio de 1975, às 7:30 para um encontro às 8:00 horas, dizendo que voltaria ao meio-dia para ir ao médico. Desde então, nunca mais sua família recebeu notícias.

Acreditando que poderia encontrá-lo de alguma forma, Ivanilda começou sua peregrinação: CNBB, Palácio São Joaquim, D. Eugênio Sales (à época capelão do Hospital do Exército), os advogados Heleno Fragoso e Modesto da Silveira, reuniões da Anistia, CBA, Imprensa, todas essas pessoas e instituições foram procuradas por ela.

Segundo denúncias do ex-sargento Marival Chaves, do DOI-CODI/SP, publicadas na revista “*Veja*”, de 18 de novembro de 1992, Itair José Veloso, aos 45 anos de idade, foi preso por agentes daquele órgão no Rio de Janeiro, durante a Operação Radar e morreu sob tortura, numa casa de Itapevi, São Paulo. Seu corpo teria sido jogado da ponte, nas imediações de Avaré, a 260 quilômetros de São Paulo.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que em “set/75 - está preso e sendo processado por atividades subversivas do PCB.”

IVAN MOTA DIAS

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu no dia 29 de outubro de 1942, em Passa Quatro, sul de Minas, filho de Lucas de Souza Dias e de Nair Mota Dias. Tinha apenas um irmão.

Era um menino estudioso, comunicativo, carinhoso, gostava de música e tocava violino.

Estudante de História, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, foi professor do cursinho pré-vestibular da própria Universidade e militante do movimento estudantil. Ivan não conseguiu concluir o seu curso de História na UFF. Em dezembro de 1968, por sua participação no Congresso da UNE em Ibiúna/São Paulo, teve sua prisão preventiva decretada, passando a viver na clandestinidade.

No período em que ficou clandestino no Rio de Janeiro, fazia traduções e morava num quarto alugado, numa rua perto da Central do Brasil. De 1968 a 1971, dava notícias, regularmente, para a família, através de cartas ou telefonemas, sem nunca deixar o endereço.

Sua prisão ocorreu no dia 15 de maio de 1971, provavelmente no bairro carioca de Laranjeiras, por agentes do CISA e, apesar de levado imediatamente para as câmaras de tortura do Aeroporto do Galeão, foi dado como foragido pelas forças da repressão.

O ex-preso político Alex Polari de Alverga testemunhou ter ouvido pelo serviço de alto-falantes do CISA que o "Comandante Cabanos", nome de guerra de Ivan, havia sido preso.

A única notícia que a família recebeu sobre Ivan foi um telefonema anônimo que denunciava sua prisão. Inúmeros contatos foram feitos, buscando alguma notícia ou informações sobre seu paradeiro. Diversos *habeas corpus* foram impetrados e negados sob a alegação de que Ivan não se encontrava preso em nenhuma dependência militar.

Inês Etienne Romeu, em seu Relatório sobre sua prisão na "Casa da Morte", em Petrópolis, afirma que um dos torturadores daquele aparelho clandestino (Dr. Guilherme) lhe disse, antes de 15 de maio de 1971, que iriam prender Ivan nessa data. Posteriormente, contou-lhe que Ivan havia sido executado.

JAYME AMORIM MIRANDA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Nasceu em 18 de julho de 1926 em Maceió, Alagoas, filho de Manoel Simplício de Miranda e Hermé Amorim de Miranda. Era casado e pai de 4 filhos.

Desaparecido desde 1975 quando contava 49 anos.

Jornalista, advogado e ex-diretor do jornal "Voz do Povo", de Maceió.

Foi preso no dia 4 de fevereiro de 1975 no Catumbi, Rio de Janeiro, ao sair de casa.

O Relatório do Ministério do Exército diz que "estive em Moscou e seu nome aparece numa lista de brasileiros que, em 1974, transitaram pelo aeroporto de Orly/França, com destino aos países socialistas, com o nome falso de Juarez Amorim da Rocha". Já o Relatório do Ministério da Marinha diz que, com data de Ago/79, "figurou em uma relação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, cassados pelo AI 1, 2 e 5 e desaparecido depois de ter sido preso (Relação s/n de 20/08/79 - CAM-DEP)."

JAIME PETIT DA SILVA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 18 de junho de 1945, em Iacanga, Estado de São Paulo, filho de José Bernardino da Silva Jr. e Julieta Petit da Silva e era casado.

Desaparecido desde 1973 na Guerrilha do Araguaia aos 29 anos.

Estudou em Amparo e Duartina. Muito cedo perdeu o pai, sendo obrigado a trabalhar. Morou e estudou, também, no Rio de Janeiro. Em 1962, foi para Itajubá morar com seu irmão Lúcio. Em 1965, ingressou no Instituto Eletrotécnico de Engenharia da Faculdade Federal de Itajubá, e trabalhava como professor de Matemática e Física nos colégios de Itajubá e Brasópolis (MG). Participava ativamente do movimento estudantil sendo, em 1968, eleito presidente do Diretório Acadêmico. Participou também, do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, onde foi preso.

Condenado à revelia em 1969, foi obrigando a abandonar o curso de Engenharia e ir viver no interior como eletricitista. Posteriormente mudou-se para a localidade de Caianos, no Araguaia, onde já residiam seus irmãos Lúcio e Maria Lúcia (também desaparecidos), integrando-se ao Destacamento B das Forças Guerrilheiras.

Está desaparecido desde o dia 29 de novembro de 1973, quando seu grupo travou um tiroteio com as Forças Armadas. Provavelmente tenha sido preso.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “existe registro de sua morte em 22 de dezembro de 1973”, sem especificar as circunstâncias e o local de sepultamento” e segundo o Relatório do Ministério da Marinha, foi “morto em 22 de dezembro de 1973.”

JANA MORONI BARROSO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Desaparecida desde 1974, na Guerrilha do Araguaia, quando tinha 26 anos.

Nasceu em 10 de junho de 1948, em Fortaleza, Estado do Ceará, filha de Benigno Girão Barroso e Cyrene Moroni Barroso.

Cursou a Faculdade de Biologia da UFRJ e aí ingressou na vida política. Trabalhou com outros companheiros, como responsável pela imprensa clandestina do PCdoB, no Rio de Janeiro.

Em abril de 1971, tendo em vista a continuidade de seu trabalho político, mudou-se para a localidade de Metade, no sul do Pará.

Nessa região, além do trabalho da roça e da caça, foi professora primária. Casou-se com Nelson Lima Piauhy Dourado (desaparecido). Era combatente do descamento A - Helenira Resende.

Sua mãe, D. Cyrene, não poupou esforços à sua procura, indo várias vezes à região do Araguaia ou recorrendo aos órgãos governamentais à procura de informações sobre o seu paradeiro.

Desaparecida desde 2 de janeiro de 1974, após ataque das Forças Armadas, quando estava em companhia de Maria Célia Corrêa e Nelson Piauhy Dourado.

Segundo depoimentos colhidos por sua mãe, Jana foi presa e levada para Bacaba, localidade às margens da Transamazônica onde foi construído um centro de torturas das Forças Armadas. Segundo os moradores da região, aí também se encontra um cemitério clandestino. Estava quase nua e com muitas arranhaduras pelo corpo. Foi amarrada, colocada em um saco e içada por um helicóptero. Isto teria se dado nas proximidades de São Domingos do Araguaia.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que foi morta em 8/02/74.

JOÃO ALFREDO DIAS

Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Nasceu no dia 23 de junho de 1932, em Sapé Paraíba, filho de Alfredo Ulisses Gonçalves e Amélia Gonçalves Dias.

Sapateiro e camponês, organizador das Ligas Camponesas de Sapé, foi morto após o golpe militar de 1964. Várias vezes esteve preso, antes de 64, por seu trabalho de organização dos camponeses.

A história de João Pedro, Elizabeth Teixeira, Alfredo e outros camponeses é contada no filme “*Cabra marcado para morrer*”, dirigido por Eduardo Coutinho.

Logo após o golpe, João Alfredo foi preso no 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa. Foi torturado e ficou detido até setembro de 1964. Foi liberado e preso novamente pelo Exército.

Tempos depois, dois corpos carbonizados apareceram na estrada que vai para Caruaru e, de acordo com testemunhas, tratar-se-ia de João Alfredo e Pedro Inácio de Araújo (desaparecido).

JOÃO BATISTA RITA

Militante do MARX, MAO, MARIGHELLA E GUEVARA (M3G),

Nasceu em 24 de junho de 1948, em Braço do Norte, Santa Catarina, filho de Graciliano Miguel Rita e Aracy Pereira Rita, foi para Criciúma aos 4 meses.

Desaparecido desde 1973, quando tinha 25 anos.

Estudou em Criciúma no Ginásio Madre Tereza Michel, onde completou o curso ginásial. Por suas atividades políticas foi preso em janeiro de 1970 em Porto Alegre e depois em 10 de abril de 1970, sendo torturado no DOI-CODI/RJ.

Foi banido do Brasil em janeiro de 1971, quando do seqüestro do Embaixador da Suíça no Brasil, viajando para o Chile com outros 69 presos políticos, e deslocando-se, a seguir, para a Argentina, onde se casou com uma exilada chilena.

Foi preso em 11 de dezembro de 1973, juntamente com o ex-major Joaquim Pires Cerveira. Segundo testemunhas do seqüestro, João Batista e o ex-Major Cerveira foram presos por um grupo de homens armados, falando português e liderados por um homem que, segundo as descrições, seria o delegado Sérgio Fleury.

A nota emitida pelo Ministro da Justiça Armando Falcão, em 6 de fevereiro de 1975, com respeito aos desaparecidos, dizia apenas que João Batista havia sido banido do país.

Houve a divulgação por uma rádio de Porto Alegre (RS) de que João Batista estaria entre quatro guerrilheiros mortos na Bolívia, em 12 de dezembro de 1973.

JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 24 de junho de 1941 em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, filho de Ildefonso Haas e Ilma Haas.

Desaparecido desde 1972, na Guerrilha do Araguaia, quando tinha 31 anos.

Sempre se destacou como aluno brilhante e atuante. Coursou o primário e o ginásial no Ginásio São Luiz, em São Leopoldo. O curso científico foi iniciado no Colégio São Jacó, em Novo Hamburgo, e completado no Colégio Anchieta, em Porto Alegre.

Em 1959 ingressou na Faculdade de Medicina da UFRGS, formando-se em dezembro de 1964. Participou de vários grêmios estudantis.

Presidente da UEE/RS e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFRGS.

Com o golpe militar de 1964 passou a viver na clandestinidade. Esteve na China e, ao regressar, mudou-se para Porto Franco, interior de Goiás, onde montou um pequeno Hospital. Procurado pela repressão, mudou-se para São Geraldo, povoado às margens do Rio Araguaia.

Foi morto em combate em 30 de setembro de 1972, juntamente com Ciro Flávio de Salazar Oliveira e Manoel José Nurchis, numa localidade chamada Piçarra, próxima a Xambioá.

Seu corpo, crivado de balas, foi exposto à população de Porto Franco e também foi visto na Delegacia de Xambioá, com a perna direita quebrada e a barriga cortada e costurada com cipó. Foto semelhante ao descrito por moradores de Xambioá foi mostrada à ex-presa política Criméia Almeida, no PIC em Brasília pelo general Bandeira de Melo que, não só confirmou a morte de João Carlos, como disse que seu corpo foi exposto à população de Porto Franco com o objetivo de atemorizá-la. No entanto, a população passou o dia velando o corpo, apesar de proibida. Segundo informações dos moradores de Xambioá, foi enterrado no Cemitério da cidade.

Em 1991, uma Comissão constituída de familiares, representantes de entidades de direitos humanos, advogados e leigos estiveram neste cemitério, encontrando ossadas que foram levadas para a UNICAMP, São Paulo, e que até agora não foram identificadas.

Quanto aos Relatórios dos Ministérios militares, apenas o do da Marinha faz referência a sua morte como sendo “out/72”.

JOÃO GUALBERTO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Desaparecido desde 1974 na Guerrilha do Araguaia.

Como estudante secundarista, teve grande atuação política no seu estado natal – Espírito Santo.

No ano de 1970, foi residir na região do Araguaia, na posse do Chega Com Jeito, próxima a Brejo Grande.

No campo, destacou-se como tropeiro e mateiro. Com seu jeito calado, ouvia mais do que falava, mas sempre tinha uma solução para os problemas difíceis que surgiam. Tinha grande capacidade para improvisações.

Foi combatente do Destacamento A – Helenira Resende – das Forças Guerrilheiras.

Foi morto em combate, em 14 de outubro de 1973, juntamente com André Grabois, Antônio Alfredo e Divino Ferreira de Souza, numa emboscada, na roça de Antônio Alfredo Campos, às margens do Rio Fortaleza.

Depoimentos de moradores da região dizem haver encontrado, anos depois, uma arcada dentária no local onde provavelmente teriam sido enterrados.

JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em Salvador/BA, filho de Mario Rocha e Maria Natália da Silva Rocha.

Professor de português. Diretor da Casa do Estudante e advogado, formado pela USP.

Banido do Brasil, em setembro de 1969, quando do seqüestro do embaixador americano, juntamente com outros 14 presos políticos.

Retornando ao Brasil clandestinamente, foi morar em São Vicente, pequena localidade de Pernambuco, onde era conhecido por Zé Careca.

Devido a um conflito com a polícia local, foi identificado e passou a ser perseguido, sendo localizado e morto no município de Malhadinha, na Bahia, em 4 de novembro de 1974.

JOÃO MASSENA MELO

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Nasceu em 18 de agosto de 1919, em Palmares, Estado de Pernambuco, filho de Sebastião Massena Melo e Olímpia Melo Maciel.

Desaparecido desde 1974, quando tinha 55 anos.

Operário tecelão da Fábrica de Tecidos Nova América e, posteriormente, operário metalúrgico. Casado, tinha 3 filhos.

Em 1945, foi eleito vereador no antigo Distrito Federal. Seu mandato foi extinto em 1948, com o fechamento do Partido e sua cassação.

Em 1962 foi eleito Deputado Estadual pelo antigo Estado da Guanabara pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST). Teve novamente seu mandato cassado de acordo com o art. 10 do AI n° 1 de 9 de abril de 1964.

Foi condenado pelo Conselho Permanente de Justiça Militar, em 7 de julho de 1966, a 5 anos de reclusão.

Preso em 1970 por agentes da 2ª Auditoria da Marinha, foi brutalmente torturado. Toda sua família foi presa e levada para a Ilha das Flores e sua casa foi saqueada. Posto em liberdade em fevereiro de 73. Foi novamente preso na cidade de São Paulo no dia 3 de abril de 1974.

Em documentos referentes a João Massena, arquivados no antigo DOPS/SP, foram encontradas as seguintes anotações: “Em 24/06/74, sua filha Alice Massena Melo, solicitou ao Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, providências no sentido de localizar seu pai.” E, mais adiante, “RPI n° 08/76 - 10/09/76 - Ministério do Exército nos cientificou que o marginado e outros, a partir de maio de 1974, o PCB passa a dar como desaparecidos.”

Trechos do livro “Desaparecidos Políticos”, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa:

“Massena permaneceu preso durante dois anos e sete meses apenas com a prisão preventiva decretada... mas nesse período não puderam desaparecê-lo, no dizer de sua mulher,... afinal ele fora preso com testemunhas... Massena foi solto em fevereiro de 1973, embora seu julgamento só tenha ocorrido cinco anos depois, em 20/09/78, quando foi absolvido, juntamente com outras pessoas submetidas às mesmas acusações e igualmente desaparecidas, como Jayme Amorim Miranda, Orlando Bonfim Jr., David Capistrano, Itair José Veloso, Hiram de Lima.

A libertação de Massena, para sua mulher, foi uma verdadeira armadilha. Eles - os organismos de repressão - ficaram à espreita e, na primeira oportunidade apanharam o ex-deputado. Massena escreveu sua última carta para a família... marcava um encontro com sua mulher, que seria realizado num fim de semana, entre os dias 5 e 6 de abril. Ela foi ao encontro, esperou todo o fim de semana, mas Massena não apareceu. Então julgou que alguma coisa acontecera, mas ainda não colocara a prisão dele como uma possibilidade... No dia 20/4, o homem na casa de quem Massena se hospedara em São Paulo, lhe informou que Massena saiu de casa dia 3 ou 4 de manhã, ‘apenas com a roupa do corpo, dizendo que voltaria para o almoço e não voltou.’

Depois disso, a família de Massena desenvolveu intensa busca, seguindo o mesmo ritual das outras famílias de desaparecidos: foi a São Paulo e procurou a Igreja, buscou os conhecidos órgãos de repressão, foi a hospitais de emergência, cemitérios, Instituto Médico Legal. Ninguém sabia do seu paradeiro... A família impetrou um habeas corpus no STM... foi negado sob a alegação de que Massena não se encontrava preso em nenhuma dependência militar...

JOAQUIM PIRES CERVEIRA

Militante da FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (FLN).

Nascido a 14 de dezembro de 1923, em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, filho de Marcelo Pires e Auricela Goulart Cerveira.

Desaparecido desde 1973, quando tinha 50 anos de idade.

Casado, tinha filhos. Major do Exército Brasileiro, passou à reserva pelo ato institucional nº 1, de 1964. Conforme documentos encontrados nos arquivos do antigo DOPS/SP foi preso no dia 21 de outubro de 1965 e encaminhado à 5ª Região Militar e entregue ao Coronel Fragomini. Em 29 de maio de 1967 foi absolvido pelo Conselho Especial de Justiça da 5ª Auditoria, da denúncia do processo 324, por crime de subversão.

Foi preso novamente, em 1970, com sua mulher e o filho, que foram torturados no DOI-CODI/RJ.

Foi banido do país em junho de 1970, quando do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, viajando para a Argélia com outros 39 presos políticos.

Preso em Buenos Aires em 11 de dezembro de 1973, juntamente com João Batista Rita, por policiais brasileiros, provavelmente comandados pelo delegado Sérgio Fleury.

Ambos foram vistos por alguns presos políticos no DOI-CODI-RJ quando chegavam trazidos por uma ambulância. Estavam amarrados juntos, em posição fetal, tendo os rostos inchados, esburacados e repletos de sangue na cabeça.

A nota do Ministro da Justiça Armando Falcão esclarecendo os casos de desaparecimentos no Brasil, dava conta que Cerveira estava banido do País, nada esclarecendo sobre seu paradeiro.

Em matéria publicada no jornal “*Folha de São Paulo*”, baseada em entrevista com um general de responsabilidade comprovada dentro dos órgãos de repressão política, a morte do Major Cerveira e outros 11 desaparecidos é confirmada.

No Arquivo do DOPS/PR, o nome do major Cerveira foi encontrado numa gaveta com a identificação “falecidos”.

JOAQUINZÃO

Camponês.

Morto em combate na Guerrilha do Araguaia. Teve a cabeça decepada e enviada para Xambioá.

JOEL JOSÉ DE CARVALHO

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Filho de Ely José de Carvalho e de Esther José de Carvalho, nasceu em Muriaé, Minas Gerais, no dia 13 de julho de 1948.

Desaparecido, desde 1974, quando tinha 26 anos.

Foi operário gráfico e militante do PCB, ingressando, posteriormente, na VPR.

Preso no dia 5 de outubro de 1970 pela Operação Bandeirantes/OBAN, foi torturado.

Banido em 13 de janeiro de 1971, para o Chile, junto com 69 companheiros, por ocasião do seqüestro do Embaixador Suíço, Giovanni Enrico Bucher, lá permaneceu até o Golpe que derrubou o presidente Salvador Allende, em 1973. Nessa ocasião, Joel fugiu para a Argentina.

Desapareceu, em dezembro de 1973, na fronteira da Argentina com o Brasil, tentando entrar, clandestinamente, no País, junto com outros banidos.

Era irmão de duas outras vítimas da Ditadura, Daniel José de Carvalho (desaparecido) e Devanir José de Carvalho (assassinado).

JOEL VASCONCELOS SANTOS

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Filho de João Vicente Vasconcelos Santos e Elza Joana dos Santos, nasceu em 09 de agosto de 1949, em Nazaré, Estado da Bahia.

Desaparecido desde 1973, quando tinha 21 anos.

Estudante de contabilidade na Escola Técnica de Comércio do Rio de Janeiro. Foi presidente da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES/RJ), em 1970. Foi também diretor da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) em 1970/71. Já em 1970, militava na União da Juventude Patriótica (UJP), do Partido Comunista do Brasil.

Joel Vasconcelos e Antônio Carlos de Oliveira da Silva (Makandall) foram presos nas imediações do Morro do Borel (esquina das ruas São Miguel e Marx Fleuiss), no Rio de Janeiro, no dia 15 de março de 1971.

Por mais de três meses Joel e “Makandall” ficaram detidos e incomunicáveis, nas dependências dos órgãos de repressão. Aos apelos da mãe de Joel, Elza Joana, os agentes da P.E. e os oficiais do Ministério do Exército com os quais conseguiu falar, responderam com evasivas. Primeiro confirmaram a prisão, mais tarde negaram, e pouco depois informaram que ele já havia sido liberado. Apesar disso os dois continuavam detidos.

Elza Joana escreveu cartas às autoridades da Igreja, parlamentares, jornalistas e até mesmo ao então presidente Médici. Após enviar a carta ao Presidente Médici, recebeu em sua casa uma visita de agentes do DOPS que a levaram até o gabinete do General Sizen Sarmento. O comandante do I Exército prometeu esclarecer completamente o episódio e nada fez de concreto.

Makandall, trabalhador na construção civil e morador do Morro do Borel conta que ele e Joel conversavam na esquina quando passou o carro da polícia. Joel assustou-se e comentou que havia documentos comprometedores nos pacotes que carregava. Os policiais cercaram os dois com metralhadoras e revistaram os pacotes. Ali mesmo começaram as torturas. Foram algemados e levados ao 6º Batalhão do PM, mais torturas e, em seguida, encaminhados ao quartel da PM na Rua Evaristo da Veiga e de lá encaminhados à P.E., onde Joel permaneceu até o seu desaparecimento, sendo ininterruptamente torturado durante os 4 meses em que “Makandall” esteve preso.

No arquivo do DOPS/RJ, há documento da Polícia Militar do Estado da Guanabara (PMEG), de 17 de março de 1971, do Serviço de Informações do Estado Maior da PM/2, que confirma a prisão de Joel em 15 de março de 1971, descrevendo, inclusive, os materiais apreendidos com ele, em seu 1º depoimento, quando Joel em suas declarações dá o endereço de sua residência.

Documento do DOI-CODI/I Exército de 15 de março de 1971, interrogatório N° 63, traz declarações de Joel, sob a página N° 42.1808-3 (número manuscrito). Ainda, um outro documento do DOI- I Exército de 19/03/71, interrogatório N° 65, traz também declarações de Joel, sob a página N° 42.1808-5 (número manuscrito). Essas informações, confirmam a prisão de Joel em 15/03/71 e que, em 19/03/71, ainda estava vivo, sendo interrogado no DOI-CODI/RJ.

O Relatório da Marinha diz que Joel, foi “preso em 15 de março de 1971 e transferido para local ignorado”.

O preso político Luiz Artur Toríbio, em Auditoria Militar, à época, denunciou que um dos torturadores no DOI-CODI/RJ, afirmava “que se não confessasse teria o mesmo fim que Joel, ‘Moreno’, que foi morto por policiais do DOI do RJ.”

JOSÉ HUBERTO BRONCA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 8 de setembro de 1934 em Porto Alegre/RS, filho de Huberto Atteo Bronca e Ermelinda Mazaferro Bronca.

Fez o primário na Escola do Rosário e o Curso de Mecânica de Máquinas na Escola Técnica Paropé.

Formou-se em Mecânica de Manutenção de Aeronaves e trabalhou na Varig durante vários anos e, mais tarde, na Indústria Micheleto.

Foi desportista, dedicando-se ao ciclismo, motociclismo, natação e remo, tendo neste último esporte conquistado várias medalhas.

Teve várias outras atividades profissionais, chegando, inclusive, a trabalhar em circo como equilibrista de monociclo.

Sua militância política é anterior ao golpe militar de 64. Logo após o golpe, foi para o exterior, ficando durante algum tempo na China. Em 1966, foi viver na clandestinidade no Rio de Janeiro.

Homem muito simples, vivia num pequeno quarto em São João do Meriti, onde seus únicos haveres eram uma troca de roupas, uma esteira, um pequeno fogareiro a querosene e uma gaita.

Foi dos primeiros a chegar na região do Araguaia. Foi vice-comandante do Destacamento B das Forças Guerrilheiras até ser deslocado para a Comissão Militar, onde fazia parte da Guarda.

Visto pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973, quando houve um ataque das Forças Armadas ao local onde estavam acampados.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que foi “morto em 13 de março de 1974.”

JOSÉ LAVECHIA

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Filho de Leo Lavechia e Felícia Mateus Lavechia, nascido no dia 25 de maio de 1919 em São Paulo.

Desaparecido desde 1974 quando tinha 55 anos.

Sapateiro.

Foi preso, em 7 de maio de 1970, e banido do território nacional em 15 de junho do mesmo ano, quando do seqüestro do Embaixador da Alemanha no Brasil, Von Holleben, viajando para a Argélia juntamente com outros presos políticos.

Tentando retornar ao Brasil clandestinamente, Lavechia desapareceu, em julho de 1973, na fronteira Argentina/Brasil, juntamente com outros banidos.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “em 12 de outubro de 1973, constou de uma relação de brasileiros que se encontravam no Chile e solicitaram asilo na Embaixada da Argentina, viajando para aquele país onde passaram a residir.”

JOSÉ LIMA PIAUHY DOURADO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 24 de março de 1946 em Barreiras, Estado da Bahia, filho de Pedro Piauhy Dourado e Anita Lima Piauhy Dourado.

Desaparecido desde 1974 na Guerrilha do Araguaia, quando tinha 28 anos.

Estudou no Colégio Padre Vieira, em Barreiras e depois na Escola Técnica Federal da Bahia, em Salvador. Fotógrafo na Bahia até deslocar-se para a região do Araguaia. Inicialmente morou próximo à Transamazônica. Pertenceu à Guarda da Comissão Militar. Foi visto pela última vez com vida por seus companheiros no dia 30 de dezembro de 1973,

em Caiano. Segundo depoimento de moradores da região, caiu em uma emboscada do Exército, levou um tiro na cabeça e foi enterrado na localidade de Formiga.

Era irmão de Nelson de Lima Piauhy Dourado, também desaparecido no Araguaia.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi morto em 24/01/74.”

JOSÉ MARIA FERREIRA ARAÚJO

Constava no antigo Dossiê como Edson Cabral Sardinha.

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nascido a 6 de junho de 1941, no Ceará, filho de José Alexandre de Araújo e Maria da Conceição Ferreira de Araújo.

Desaparecido desde 1970.

Foi condenado pela Justiça Militar a 5 anos e 1 mês de prisão pela 1ª Auditoria da Marinha, enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Preso no dia 23 de setembro de 1970 pelo DOI/CODI-SP, levado imediatamente às câmaras de tortura, morreu em consequência da violência das mesmas.

Vários presos políticos testemunharam as torturas e sua morte, podendo identificar como seus torturadores e assassinos: capitão Benone Arruda Albernaz, capitão da PM Tomás Paulino Rosa, investigador da Polícia Federal Maurício José de Freitas, delegado de polícia conhecido como “Dr. Raul”, soldado da PM-SP conhecido como “Pedro DKW” e sargento da PM-SP Paulo Bordim.

O paradeiro do preso político José Maria Ferreira de Araújo foi descoberto nos arquivos do IML/SP, onde constava ter sido enterrado com o nome falso de Edson Cabral Sardinha na quadra 11, sepultura 119 do Cemitério de Vila Formosa I.

No laudo necroscópico, o nome de Edson Cabral Sardinha é identificado por um “T” em vermelho (de Terrorista) para diferenciar dos demais corpos que por lá passavam. A solicitação de exame do DOPS dá como histórico, que Edson havia morrido de “**mal-súbito**”. O legista encarregado da perícia, Sérgio Belmiro Acquesta, concluiu que sua morte era por causa “**indeterminada**”, apesar dos vários exames feitos. As fotos do cadáver mostram claras marcas de torturas, que comprovam as denúncias de seus companheiros de prisão.

Casado com Soledad Barret Viedma, que foi morta em janeiro de 1973 em Pernambuco, junto com outros companheiros delatados pelo Cabo Anselmo, agente infiltrado nas organizações de esquerda.

Em pesquisas no arquivo do antigo DOPS/SP foi encontrada uma solicitação do Coronel Lima Rocha com o seguinte teor: “solicito remeter possível urgência foto, ficha datiloscópica, exame necrológico e atestado de óbito do terrorista morto em set/70, **conhecido** (grifo nosso) como Edson Cabral Sardinha (Aribóia).”

Neste mesmo arquivo foram encontradas fichas de Edson Cabral Sardinha e José Maria Ferreira de Araújo, com o mesmo apelido de “Aribóia” e fotos, o que mostra que era possível verificar a verdadeira identidade do morto.

Quanto às circunstâncias em que se deu sua morte, também nos arquivos do DOPS/SP encontram-se documentos contraditórios como a resposta do Delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho ao Coronel Lima Rocha, chefe da 2ª Secção do II Exército, onde se lê: “...falecido em consequência de violento tiroteio que travou com agentes dos órgãos de segurança”, e a requisição de exame necroscópico, assinada pelo mesmo

delegado em que diz: “tendo sido preso por atividades terroristas faleceu ao dar entrada na Delegacia Distrital presumindo-se mal súbito.”

Coincidentemente a Delegacia Distrital onde José Maria deu entrada é a da Rua Tutóia, ou seja, a OBAN.

Documento datado de 7 de janeiro de 1971, também assinado pelo Delegado Alcides Cintra Bueno Filho e encontrado nos arquivos do DOPS/SP diz: “...não foi instaurado inquérito policial a respeito do óbito, dada a flagrante evidencia da naturalidade do óbito. Diante do exposto, determino o arquivamento do presente, protocolado no Arquivo Geral deste Departamento, para fins de prontuário.”

O Relatório do Ministério do Exército diz que ele “utilizava-se do nome falso Edson Cabral Sardinha. Existe registro de sua Certidão de óbito nº 31.153, livro 43-C-C-folha 124-V, expedida em 12 de julho de 1972, pelo Registro Civil do 9º Distrito Policial da Vila Mariana em São Paulo.”

Encaminhou-se uma petição para o reconhecimento de sua identidade. Mas a sentença do juiz negou a petição por falta do corpo. Seus restos mortais não foram encontrados porque houve alteração da quadra onde ele foi enterrado.

De seu irmão, Paulo Maria Ferreira de Araújo:

“Meu irmão era marinheiro e servia no Rio de Janeiro desde 1959. O restante da família na ocasião morava em Santa Luzia, na Paraíba. Mantinham contacto com José Maria através de correspondências e, em fevereiro de 64, esteve em férias com a família. Nesta temporada José Maria colocou a família a par de sua participação junto a movimentos sindicalistas, levando inclusive consigo vários livros acerca de questões sociais. Ele pretendia, junto com outros marinheiros, criar uma instituição denominada Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, no que eram apoiados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Esse tipo de Instituição era proibido pelas Leis da Marinha.

Assim que foi deflagrado o golpe militar de 1964, José Maria e outros companheiros foram presos por ‘insubordinação’, tendo ficado incomunicável na Ilha das Flores, durante quatro meses. Nossa família soube dessa prisão através da sua noiva, que morava no Rio de Janeiro.

Num documento dos Arquivos da Marinha, denominado ‘Caderneta de Registro para Praça’, consta a anotação de que, em 15 de abril de 1964, José Maria foi preso ‘por ordem do encarregado do inquérito policial militar para apurar a subversão na Marinha’. Na mesma caderneta consta a anotação da expulsão de José Maria da marinha em 8 de dezembro de 1964, tendo sido apresentado nesta data ao CAM - Centro de Armamento da Marinha. Durante esse período de prisão, nossa família recebeu uma carta que José Maria fez chegar às mãos de amigos, na qual pretendeu tranquilizar os familiares, nenhuma referência fazendo à prisão.

Tivemos conhecimento de que ele, por um período, teria trabalhado como metalúrgico na CBV - Companhia Brasileira de Vagões. A última carta que recebemos data de 6 de dezembro de 1966, que a família conserva até hoje. Nessa carta já assinava com o seu ‘codinome’ Miguel, e reafirmava que não poderia fornecer seu endereço por não ter residência fixa. Afirmava que teria que passar alguns meses sem mandar notícias, não dizendo no entanto o motivo.

A partir daí, e durante um bom período, nossa família percebeu que suas correspondências estavam sendo violadas e, embora morassem numa cidade do

interior, ouviam comentários acerca do fato de José Maria ser “terrorista”. Passamos a viver sob muita tensão e medo.

Por volta de 1981, com o retorno ao país de alguns dos exilados, é que comecei a ter informações mais concretas a respeito da história do meu irmão. A primeira informação veio com um artigo assinado por Paulo Conserva, no Jornal “A União”, de João Pessoa, publicado em 28 de setembro de 1983. Paulo Conserva esteve exilado em Cuba, e nesse artigo faz referência a ‘um paraibano de Santa Luzia, José Maria, brutalmente torturado e assassinado entre dezenas de outros companheiros’. A notícia foi um choque para a família. Logo conseguimos um contato pessoal com Paulo Conserva, que prestou um depoimento de quase duas horas, no qual relatou que estivera com José Maria em Cuba, que este havia se casado com uma paraguaia e que tinha uma filha. Relatou ainda que recebera informações de companheiros que haviam chegado do Brasil em Cuba, que relatavam sobre a prisão de José Maria. Deu conhecimento ainda à família de que ele usava os codinomes de ‘Aribóia’, ou ‘Araribóia’. Relatou o trajeto da sua prisão.

JOSÉ MAURÍLIO PATRÍCIO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Santa Tereza, Estado do Espírito Santo, filho de Joaquim Patrício e Isaura de Souza Patrício.

Desaparecido desde 1973 na Guerrilha do Araguaia quando tinha 30 anos.

Fez o 1º ano primário no Colégio Singular, em São João de Petrópolis, em 1954. No ano seguinte foi para o Grupo Escolar do Colégio Agrícola de Santa Tereza onde terminou o curso primário. Continuou na mesma Escola no Curso de Iniciação Agrícola, e em seguida o Curso de Técnico Agrícola, formando-se em 1966.

Em 1967, foi para o Rio de Janeiro, para a Universidade Rural, onde fazia o Curso de Educação Técnica.

Em 1968, foi preso no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna. Com a edição do AI-5, devido à intensidade da repressão política foi para a clandestinidade.

Mais tarde mudou-se para o Araguaia, indo viver nas margens do Rio Gameleira e integrando-se ao Destacamento B das Forças Guerrilheiras.

Foi visto pela última vez por seus companheiros no início do ano de 1974.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi morto em out/74, na localidade de Saranzal.”

JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

Nasceu em 1948, no Ceará.

Desaparecido desde 1975 quando contava 27anos.

Estudante e membro da diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais (UNETI).

Foi preso em 29 de setembro de 1975. Consta que teria sido visto no DOI-CODI, conforme denúncia do deputado Laerte Vieira.

No livro “*Brasil Nunca Mais*”, à pág. 265, há a seguinte informação sobre José: “pesquisador de mercado, foi preso em 29 de setembro de 1975, em sua residência no

bairro da Bela Vista (SP) por quatro agentes policiais e teve como testemunhas alguns de seus vizinhos (...) Posteriormente, Genivaldo Matias da Silva, em interrogatório judicial, assegurou ter visto José detido nas dependências do DOI-CODI/SP.”

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi preso em 30 de setembro de 1975”.

Trechos do livro “Desaparecidos Políticos”:

“Desde cedo Montenegro teve contato com os problemas econômicos e sociais de sua terra e sua gente. Criado no interior, ao lado da seca e demais flagelos, foi mais tarde estudar em Fortaleza, pois queria ser um técnico de nível médio. Na escola secundária inicia os seus primeiros contatos com as idéias políticas de progresso e liberdade e começa a tomar consciência das mazelas políticas e da elitizante estrutura educacional.

Montenegro continuou tendo vida legal logo após 1964, mas não deixou de ser perseguido. Foi indiciado no IPM da UNE, que envolveu mais de mil estudantes. As dificuldades de trabalho e estudo cedo começaram a se manifestar e, aos poucos, “Monte” foi obrigado a viver refugiado dentro de seu próprio país, pois considerava legítimo o direito de manifestar-se politicamente como qualquer cidadão.

Nos anos mais duros da ditadura, em especial a partir de 1969, Montenegro viveu clandestinamente, única forma encontrada de manifestar sua oposição ao regime de opressão. Viajou, morou em diversos estados, perambulou pelo Brasil afora.

Apesar das dificuldades nunca perdera a esportividade. Podia ser encontrado por velhos amigos nas ruas de São Paulo ou Rio de Janeiro, assim como pulava atrás do trio elétrico em pleno carnaval da Bahia em 1974.”

Ainda segundo este livro, Montenegro, ao ser preso, foi levado diretamente a um sítio clandestino da repressão, e daí para frente não se teve mais notícias dele.

JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA

Militante do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

Líder camponês da revolta na região de Trombas de Formoso.

Nasceu em 27 de junho de 1912, em Pedro Afonso, Estado de Goiás.

Casado duas vezes, teve 18 filhos dos dois matrimônios. Era pequeno proprietário.

Desaparecido desde 1973 quando tinha 61 anos.

Militou no PCB, AP e PRT. Ajudou a criar a Associação dos Trabalhadores Camponeses de Goiânia (1962) e foi um dos organizadores do Congresso dos Camponeses de Belo Horizonte (1963).

Foi cassado com o AI-1, de 9 de abril de 1964.

Deslocou-se para o sul do Maranhão, onde foi preso na Fazenda Rivelião Angelical, em 1972, e levado para Brasília. Foi solto no dia 7 de julho de 1973, tendo ido almoçar com sua advogada, Elizabeth Diniz. Esta levou-o até a rodoviária de Brasília, para embarcar no ônibus que o levaria até Goiânia, já tendo inclusive passagem comprada. Depois desse encontro, José Porfírio nunca mais foi visto.

Era pai de Durvalino de Souza, também desaparecido.

JOSÉ ROMAN

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Nasceu em 4 de outubro de 1926, em São Paulo.

Desaparecido aos 49 anos, em março de 1974.

Corretor de imóveis.

No dia 16 de março de 1974 foi a Uruguaiana encontrar-se com David Capistrano da Costa, que chegava clandestinamente do exterior. De Uruguaiana rumaram para São Paulo sendo presos no percurso da viagem.

Mais informações ver no caso de David Capistrano.

JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, em 17 de julho de 1941, filho de José Sebastião de Oliveira e Adáide Toledo de Oliveira.

Desaparecido desde 1972 na Guerrilha do Araguaia quando tinha 31 anos.

Advogado e bancário.

Não tinha ainda 20 anos quando se tornara funcionário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Ingressou no Sindicato dos Bancários. Foi ativista incansável, editando o jornal 'Elo', juntamente com o deputado federal João Alberto.

Com o pseudônimo de Sobral Siqueira, tinha uma coluna fixa no periódico.

Foi eleito diretor da Associação dos Funcionários do Banco. Nessa época ingressou também no PCB.

Com o golpe de 64, veio a intervenção no sindicato, o jornal 'Elo' foi fechado. São numerosas as demissões no Banco de Crédito Real, mas Toledo permaneceu, porque escrevia com pseudônimo e não foi identificado.

Em 1º de agosto de 1969 foi preso pelo DOPS quando se encontrava trabalhando em sua seção. Outros bancários também foram presos.

Transferido para o CENIMAR, na Ilha das Flores, foi torturado com selvageria. No tribunal militar, denunciou corajosamente as torturas que sofreu. Foi absolvido, deixou o Banco e foi para a clandestinidade. Soube-se depois que foi juntar-se a outros companheiros na região do Araguaia.

Morto em combate em 21 de setembro de 1972, junto com Francisco Chaves, próximo do local onde no dia anterior morrera Miguel Pereira dos Santos.

O Relatório do Ministério do Exército diz que utilizava o nome falso de José Antônio de Oliveira. E, com este nome, foi encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP um único documento que diz "Informação do Min. Exército - II Ex./QG - 2ª Seção, datado de 21/05/70, onde consta que o epígráfico é um dos elementos procurados pelo CODI/I Exército."

JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA

Militante da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML)

Militante da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML). Nascido em 26.12.38, em Salvador-BA, filho de Enéas Gonçalves Pereira e Rosa Leal Gonçalves Pereira.

Desaparecido desde 1970, quando tinha 32 anos.

Engenheiro Eletricista, ex-empregado da Petrobrás, trabalhou na Refinaria do Mataripe.

Foi preso em abril de 64 e neste mesmo ano, demitido da Petrobrás. Teve sua prisão preventiva decretada em 14 de outubro de 1984. Após ser libertado trabalhou na COELBA.

Em 13 de abril de 1964 foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional pela Justiça Militar do Rio de Janeiro.

Seqüestrado na Rua Conde do Bomfim, na Tijuca/RJ, no dia 20 de outubro de 1970, por agentes do DOI-CODI/RJ, e levado por eles ao 10º Batalhão de Polícia do Exército, onde foi acareado com o estudante Marco Antonio de Melo, que prestou testemunho a pedido do advogado Dr. Alexandre Gabriel Gedey e da professora Cecília Maria Bouças Coimbra, (atual presidente do GTNM/RJ), presa no DOI-CODI/RJ que, em outubro de 1970 viu Jorge sendo levado para interrogatório.

No arquivo do DOPS/PR, o nome de Jorge figura numa gaveta com a identificação “falecidos”.

Em 08.04.87, a revista Isto É, na matéria “Longe do Ponto Final”, publicou revelações do médico Amilcar Lobo (médico torturador cassado pelo Conselho Federal de Medicina, em 1989), que afirmava ter visto Jorge no DOI-CIDI/RJ, sem precisar a data.

A morte de Jorge e mais outros 11 “desaparecidos” é também confirmada pelo general, cujo nome não foi publicado, entrevistado pela “Folha de São Paulo” no dia 28 DE JANEIRO DE 1979.

JORGE OSCAR ADUR (PADRE)

Cidadão argentino, desaparecido no Brasil desde 1980.

Nasceu em Nogoya, provincia de Entrerrios, Argentina.

Preceptor de noviços na Congregação de Religiosos de Assumpción, Chile, em 1969.

Membro da Organização de Padres do 3º Mundo, na Argentina e conselheiro de grupos paroquiais da juventude e da Ação Missionária da Argentina, era padre Titular das Igrejas Paroquiais de San Isidro e Olivos, em Buenos Aires e responsável pela Pastoral das Vocações da Argentina.

Depois do golpe militar de 1976, na Argentina, mudou-se para a França, residindo junto à Congregação dos Religiosos Assumpcionistas, em Paris.

Em junho de 1980, veio ao Brasil, por ocasião da visita do Papa João Paulo II. Deveria reunir-se com diferentes grupos de vários países da América Latina, particularmente cristãos engajados na luta sindical e camponesa, familiares de desaparecidos e de presos políticos argentinos e outros movimentos religiosos ou leigos que apresentariam ao Papa seu testemunho das injustiças sociais e perseguições políticas da América Latina. Desapareceu no Brasil, durante os primeiros dias de julho de 1980, vítima, certamente, da coordenação das forças repressivas das ditaduras latino-americanas.

KLEBER LEMOS DA SILVA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 21 de maio de 1942, no Rio de Janeiro, filho de Norival Euphrosino da Silva e Karitza Lemos da Silva.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia em junho de 1972.

Participou do movimento estudantil da década de 60 e em princípios de 70, já formado em Economia, foi residir na região do Araguaia, na localidade de Caiano, onde já residiam outros companheiros, incorporando-se ao Destacamento B da Guerrilha.

Em fins de julho de 1972, estava doente, com leishmaniose e impossibilitado de andar. Ficou deitado em sua sede, na mata, enquanto o companheiro com quem estava, foi

pedir ajuda aos demais guerrilheiros, quando foi visto por um bate-pau (mercenário que servia de guia às Forças Armadas). Foi baleado no ombro e, ferido, amarrado no lombo de um burro para ser levado a Xambioá. Pelo caminho foi deixando um rastro de sangue e aos moradores que encontrava gritava: “Abaixo a ditadura! Viva a liberdade!”, segundo contam alguns moradores.

O Relatório do Ministério do Exército diz que Kleber era “militante do PCdoB, participou da Guerrilha do Araguaia, foi morto no dia 29/01/72 em confronto com uma patrulha, sendo sepultado na selva sem que se possa precisar o local exato”. Esta informação tem pelo menos um equívoco, pois os confrontos armados no Araguaia só tiveram início a partir do dia 12 de abril de 1972. Já Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi preso quando se encontrava acampado na mata”.

Documento dos Fuzileiros Navais, diz que Kleber foi preso, no dia 26 de junho de 1972, pela Brigada Paraquedista e que, no dia 29 de junho de 1972, sem precisar o local, foi metralhado quando tentava fugir. É interessante notar que o mesmo documento, em outro trecho, quando trata das recomendações quanto aos prisioneiros de guerra diz: “a) os prisioneiros de guerra deverão ser encaminhados imediatamente ao S-2 e em seguida ao PC da Brigada; b) prisioneiros de guerra falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografias)”.

Por que as autoridades militares ainda insistem em dizer que não têm essas informações?

LÍBERO GIANCARLO CASTIGLIA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em San Lucido, Cozenza, na Itália, em 4 de julho de 1944, filho de Luigi Castiglia e de Elena Gibertini Castiglia.

Vindo para o Brasil, fez o curso de torneiro mecânico e trabalhava como operário metalúrgico no Rio de Janeiro.

Após o golpe militar de 1964 foi obrigado a viver na clandestinidade devido a sua militância política.

Chegou na região do Araguaia no Natal de 1967, estabelecendo-se como comerciante na localidade de Faveira. Tinha também um pequeno barco a motor.

Desaparecido desde o dia 25 de dezembro de 1973, quando estava no acampamento que foi bombardeado. Os relatórios militares não fazem referências à sua pessoa.

LOURIVAL DE MOURA PAULINO

Camponês da região do Araguaia, que residia no município de Conceição do Araguaia/PA.

Filho de Joaquim Moura Paulino e Jardilina Santos Moura, tinha aproximadamente 55 anos quando foi morto.

Foi preso em maio de 1972, pelo Exército, torturado e transportado para a base de Xambioá, onde continuou a ser torturado até ser encontrado morto, enforcado, no dia 21 de maio de 1972, na delegacia de polícia da cidade.

No processo, arquivado, na cidade de Xambioá, com o nº 105/90 de 17/9/90, encontrado pela Comissão de Familiares, representantes de entidades de direitos humanos e parlamentares, em abril de 1991, obteve-se as seguintes informações:

Lourival deu entrada na Delegacia de Xambioá no dia 18/05/72, aproximadamente às 15:30 horas, após ser detido pelo Exército, a fim de ser interrogado por suspeita de subversão e que, no dia 21/5/72, teria se suicidado com a corda da rede de dormir que o filho lhe trouxera. Era delegado em Xambioá, à época, Carlos Teixeira Marra, 2º Sargento da PM e carcereiro, Salomão Pereira de Souza. Assina o laudo necroscópico o médico Manoel Fabiano Cardoso da Costa - CRM 267/AM. “A corda usada ou seja que estava no pescoço do pai, não foi a que ele levou e sim uma corda diferente mais fina e lisa, quem tirou a corda do pescoço dele foi seu filho Raiderval Miranda Moura. O atestado encontrado em Xambioá, foi mediante mandato judicial, impretrado por sua esposa e filho”.

Datado do dia 22 de maio de 1972 e assinado pelo Delegado de Xambioá, há uma autorização de remoção do corpo para Marabá, a fim de ser entregue à família para sepultura. No entanto, seus familiares nunca receberam o corpo nem o atestado de óbito.

No depoimento do ex-presos político José Genoíno Neto, em Auditoria Militar, à época, afirmou que “... quando estava na cadeia de Xambioá, na cela ao lado, foi enforcado um lavrador que se chamava Lourival Paulino...”

Até o momento é o único desaparecido político do Araguaia cujos documentos comprovantes da sua morte foram encontrados no cartório de Xambioá (Pará).

LÚCIA MARIA DE SOUZA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 22 de junho de 1944, em São Gonçalo/RJ, filha de José Augusto de Souza e Jovina Ferreira.

Desaparecida na Guerrilha do Araguaia em outubro de 1973.

Jovem de origem pobre, com grandes dificuldades conseguiu ingressar na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Participava ativamente no movimento estudantil e era responsável, junto com Jana Moroni (desaparecida) pela impressão e distribuição do jornal “A Classe Operária”, nos anos de 1969 a 1970. Cursava o 4º ano de Medicina e era estagiária no Hospital Pedro Ernesto, quando abandonou a cidade indo viver na região do Araguaia, próximo à localidade de Brejo Grande. Destacou-se como parteira, sendo por isto muito estimada.

Muito carinhosa e dedicada, rapidamente conquistou a amizade dos companheiros e moradores. Esforçou-se bastante para se adaptar à região, chegando a superar muitos companheiros homens no trabalho pesado, da derrubada da mata, no uso do facão e na capacidade de transportar grandes pesos.

Sua vontade de aprender sempre mais, levava-a a estudar até tarde da noite, sob a luz de lampião, tanto os compêndios de medicina como os livros do marxismo. Era grande apreciadora de música clássica.

Era membro do Destacamento A – Helenira Resende.

Em combate, foi ferida e presa, sendo morta em 24 de outubro de 1973.

Segundo o Relatório do Ministério do Exército, Lúcia “foi morta no dia 24/10/73 em confronto com as forças de segurança ocorrido entre Xambioá/GO e Marabá/PA”.

Em entrevista à Revista “*Isto É*” de 4 de setembro de 1985, o major Curió diz que a mesma foi ferida, caiu e sacou de um revólver escondido na bota, ferindo-o no braço e a um capitão do CIE, no rosto, em seguida foi metralhada pelos outros militares.

LÚCIO PETIT DA SILVA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Desaparecido da Guerrilha do Araguaia aos 31 anos.

Nasceu em Piratininga/SP em 1 de dezembro de 1943, filho de José Bernardino da Silva Junior e Julieta Petit da Silva.

Cursou o primário em Amparo e o ginásio em Duartina, no Estado de São Paulo. Devido às dificuldades financeiras, começou a trabalhar muito cedo. Foi viver com um tio em Itajubá, Minas Gerais, onde terminou o curso colegial e o curso superior no Instituto Eletrotécnico de Engenharia. Fez parte do Diretório Acadêmico de sua escola, iniciando aí sua militância política. Participou das atividades do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Escrevia para o jornal “O Dínamo”, do D.A., poemas e crônicas sobre os problemas sociais brasileiros.

Em 1965, como engenheiro, trabalhou na Light, Engevix e mais tarde na Companhia Nativa em Campinas. Trabalhou na construção da Usina Boa Esperança.

Viajou para o Araguaia em 1970, juntamente com seus irmãos Maria Lúcia e Jaime Petit da Silva, também desaparecidos.

Fez vários poemas e literatura de cordel, que eram recitados pelos camponeses da região nas sessões de terecô (religião local). Pertencia ao Destacamento A – Helenira Resende – sendo promovido a vice-comandante com a morte do comandante André Grabois, em 14 de outubro de 1973. Visto vivo pela última vez por seus companheiros no dia 14 de janeiro de 1974, desaparecendo, juntamente com Antonio Alfaiate e Antonio de Pádua Costa, após intenso tiroteio com as forças da repressão.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “é considerado desaparecido desde o dia 29/11/73, quando teria travado tiroteio com uma Patrulha do Exército”. Já o Relatório do Ministério da Marinha, afirma que foi “morto em Março/74.”

LUÍS ALMEIDA ARAÚJO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 27 de agosto de 1943

Mudou-se com a mãe, Maria José Mendes de Almeida e os 4 irmãos para São Paulo, em 1957. Os primeiros anos na cidade foram tempos difíceis. Aos 11 anos, Luiz já trabalhava como office-boy na loja de confecções Clipper e estudava a noite.

Começou a participar do movimento estudantil no curso Santa Inês. Por conta disso, foi preso e torturado pela primeira vez em 1964. Em 1966, iniciou o curso de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Segundo Maria José, a família soube de suas atividades políticas através dos registros de suas prisões. Luiz era da Ação Libertadora Nacional (ALN). Em 1967 foi preso novamente. Saindo da prisão voltou às suas atividades normais. Em 1968 viajou para Cuba, de onde voltou em 1970.

Na noite de ano novo em 1970, Maria José foi surpreendida com a visita do filho que não aparecia há bastante tempo (nesta época ele já estava na clandestinidade). Eles comemoraram a passagem de ano juntos. Este foi o último encontro dos dois.

No dia 16 de junho de 71 ele passou o dia com sua irmã, Maria do Amparo Almeida Araújo, que também estava na clandestinidade, e nesse dia completava 21 anos, foi a última vez que Amparo viu seu irmão, “desde então ficou muito difícil comemorar aniversário” declara.

Luiz foi seqüestrado no dia 24 de junho na Av. Angélica, em São Paulo, quando dirigiu o carro que levou Paulo de Tarso Celestino da Silva para encontrar um companheiro dirigente da VPR. Paulo de Tarso foi a última pessoa a ver Luiz vivo. Durante os meses junho e julho várias pessoas amigas de Luiz e da família foram presas, torturadas ou molestadas pela polícia. Sua companheira estava grávida nesta época e encontrava-se viajando, Luiz morreu sem saber da existência de sua filha, Alina de Paula que hoje mora com a mãe na Europa.

Três dias após a prisão a família foi avisada por um telefonema anônimo. Em seguida começou a longa busca de Maria José por seu filho. Acompanhada do filho Manoel, ela foi até a sede da Operação Bandeirantes (OBAN). Chegaram às 18h e só foram liberados às 02h da manhã. Manoel foi obrigado a prestar depoimentos a diferentes pessoas durante o tempo que esteve lá. Foi também obrigado a assinar uma declaração de que entregaria seus irmãos caso os encontrasse. Maria José teve que esperar em pé, até que Manoel fosse liberado. De lá eles foram até o DOPS, onde também não conseguiram descobrir nada. Na 2ª Auditoria Militar de São Paulo foram informados que seu filho estava foragido, vivendo na clandestinidade.

Após inúmeras tentativas individuais, a família procurou diversos advogados, mas nenhum esforço foi suficiente.

Quando foi seqüestrado Luiz tinha 28 anos.

Em 29 de novembro de 1973, foi absolvido pela 2ª Auditoria de Guerra, por insuficiência de provas.

O Relatório do Ministério da Marinha afirma que, em “AGO/71 - teria sido dado como morto.”

Nos arquivos do DOPS/PR, o nome de Luiz consta numa gaveta com a identificação: “falecidos”.

O Arquivo do DOPS/RJ, contém documento do Ministério do Exército, de nº 129 de 02 de agosto de 1971 (alguns dias após a prisão e desaparecimento enviado ao DOPS/RJ e assinado pelo General Frota que afirma: “Incumbiu-me o Sr. Ministro informar a V.Ex. que, pela análise, realizada no II Ex., de documentação apreendida no aparelho de Luiz Almeida Araújo, vulgo Ruy, terrorista da ALN que se encontra foragido...”

LUÍZ EURICO TEJERA LISBÔA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em Porto União (SC), filho de Eurico Siqueira Lisbôa e Clélia Tejera Lisbôa, o mais velho dentre sete irmãos.

Cedo iniciou sua militância política na Juventude Estudantil Católica. Integrando-se ao PCB, alternava suas atividades entre Santa Maria, onde residia na JUC, e Porto Alegre. Pertenceu à Direção Estadual do PCB até o do VI Congresso, quando passou a integrar a Dissidência/RS.

Estudava, então, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, centro da efervescência do movimento estudantil secundarista.

No Júlio de Castilhos, haviam fechado o Grêmio Estudantil, em meio à intensa agitação provocada pela tentativa da direção de cobrar uma taxa e, ao mesmo tempo, a proibição do uso de mini-saias e cabelos compridos. O Grêmio foi instalado em uma barraca, em frente à escola, concentrando os alunos em assembléias permanentes e de onde saíam freqüentes passeatas que se uniam aos universitários nos protestos contra o acordo

MEC-USAID, pelo ensino gratuito, reunindo as forças que protestavam contra a ditadura militar. Luiz Eurico e os integrantes do Grêmio fechado acabaram sendo expulsos do Colégio.

Passou a ser membro da Diretoria da União Gaúcha dos Estudantes Secundários.

Ao mesmo tempo, a radicalização da ditadura passou a exigir novos posicionamentos. Luiz Eurico questiona a Dissidência para a concretização de ações armadas, ligando-se à VAR-PALMARES. Permanece na VAR como membro de sua Direção Regional até a realização do Congresso da Organização, em 1969, quando integra a ALN.

Nesse período, foi preso algumas vezes durante manifestações estudantis. Ao tentar, junto aos alunos do Júlio de Castilhos, como membro da UGES, a reabertura do Grêmio fechado, foi mais uma vez preso e indiciado em IPM.

Já casado, trabalhando como escriturário no Serviço Nacional de Indústrias – SENAI – parecia ter encontrado seu caminho. Fora, inclusive, absolvido por unanimidade no IPM, comparecendo à Auditoria Militar no dia do julgamento.

No final de outubro de 1969, foi surpreendido por uma notícia de jornal com sua condenação a seis meses de prisão no referido processo, após grosseira falsificação dos prazos de recurso. Não lhe restou outra alternativa: passou à clandestinidade.

Esteve algum tempo em Cuba, retornando ao País em 1971, estabelecendo-se em Porto Alegre, na tentativa de reorganizar a ALN no Estado.

Foi preso em circunstâncias desconhecidas em São Paulo, na primeira semana de setembro de 1972 e desaparecido desde então.

Somente em junho de 1979, a Comissão de Familiares do CBA, consegue reunir pistas para a elucidação dos desaparecimentos, localizando Luiz Eurico enterrado, sob o nome de Nelson Bueno, no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Ao mesmo tempo em que a ditadura pretendia sepultar a luta pelos desaparecidos entregando aos familiares um atestado de morte presumida através da Anistia, apresentava-se à Nação um atestado de óbito de um dos desaparecidos, cuja prisão e assassinato tinham ocultado.

A versão oficial para sua morte era de suicídio e, para corroborá-la, foi inclusive montado Inquérito na 5ª DP de São Paulo, sob o número 582/72.

A farsa do suicídio é desmascarada pelos depoimentos contraditórios das testemunhas arroladas, bem como pela própria conclusão do inquérito: Luiz Eurico, deitado na cama do quarto da pensão em que morava, teria disparado alguns tiros a esmo antes de embrulhar uma de suas armas (as fotos mostram um revólver em cada mão) na colcha que o cobria e disparar um tiro em sua própria cabeça, no dia 3 de setembro de 1972. Pelo quarto havia marcas de disparos diversos, inclusive em direção ao próprio Luís Eurico.

Em processo aberto na 1ª Vara de Registros Públicos de São Paulo, em 25 de outubro de 1979, foi solicitada a reconstituição da identidade e retificação do registro de óbito, que recebeu o nº 1288/79.

Apesar do pedido inicial ter sido deferido em 7 de novembro de 1980, o inquérito policial de Luís Eurico foi reaberto por ordem do Juiz da 1ª Vara, pois o corpo exumado da sepultura de Nelson Bueno não correspondia ao laudo descrito no processo – os ossos apresentavam fraturas indiscriminadas e não os orifícios correspondentes ao tiro no crânio com que, na versão policial, Luís Eurico teria se suicidado.

O inquérito foi encaminhado pelo Procurador-Geral da Justiça da 2ª Vara Auxiliar do Júri de São Paulo, e enviada pelo Procurador Dr. Rubens Marchi, para o Departamento de Investigações Criminais – DEIC.

A pedido do Delegado Francisco Baltazar Martins, encarregado das investigações, foram realizadas novas exumações no Cemitério Dom Bosco, em Perus, até ser encontrado um corpo que correspondia às características da morte de Luís Eurico.

Durante a nova fase de investigações, são evidentes as manobras realizadas junto aos moradores da pensão onde Luís Eurico teria sido encontrado morto, chegando até algumas delas a mudar, por completo, o depoimento feito em 1972. Tais fatos não foram, entretanto, suficientes para processar a União pelo assassinato de Luís Eurico e, por falta de provas, o inquérito foi novamente arquivado, ratificada a conclusão de suicídio e entregues seus ossos, que foram trasladados do Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, para Porto Alegre, em 2 de setembro de 1982, 10º ano de seu assassinato.

Em 1994 foi lançado o livro *“Condições Ideais para o Amor”* da Editora Tchê e Instituto Estadual do Livro, com poesias e cartas de Luis Eurico Tejera Lisboa e depoimentos de pessoas que o conheceram.

No livro está publicada uma carta de sua mãe, Clélia Tejera Lisbôa, escrita quando soube da descoberta do corpo de seu filho:

“Faz hoje vinte dias que fiquei sabendo dos acontecimentos relacionados com a morte de meu filho Luiz Eurico Tejera Lisbôa, desaparecido na primeira semana de setembro de 1972 e localizado, há mais ou menos dois meses, no cemitério de Perus, Estado de São Paulo, sob o falso nome de Nelson Bueno.

Por estar em Salvador da Bahia, acompanhando uma filha que fora hospitalizada, meus familiares não quiseram comunicar-me logo o que ocorria em relação a Luiz Eurico. Só tomei conhecimento dos fatos após meu retorno a Porto Alegre.

Antes de mais nada, quero deixar bem claro que a versão suicídio, dada por ocasião de seu assassinato, jamais será aceita por mim ou por qualquer pessoa que o tenha conhecido de perto. Quanto às tentativas de enlamear seu nome, são torpes e nojentas demais para que me digne a discuti-las. Partindo de quem partiram, nem sequer me causam surpresa. Os amigos de meu filho, os que de um ou outro modo conviveram com ele, sabem que Luiz Eurico era um jovem idealista e estudioso. Seu único vício era a leitura, numa preocupação constante com o momento político-econômico deste país, indo à raiz dos fatos e buscando entender suas causas.

Releio neste momento a Declaração apresentada no 1º Encontro Estadual de Grêmios Estudantis, realizado de 21 a 23 de junho de 1968, cuja redação esteve a seu cargo. Escrevendo, e lendo alguns trechos em voz alta para que eu pudesse acompanhar seu pensamento, dizia ele a certa altura:

‘A juventude já não aceita refugiar-se no intelectualismo oco de outros tempos, mas também recusa-se a compactuar, por assentimento ou omissão, com uma ordem social que desumaniza o indivíduo e destina à fome e à mais completa ignorância quase dois terços da humanidade.

A cultura deve extravazar os círculos limitados do deleite ou realização pessoal para assumir o papel de agente dinâmico na transformação da sociedade.

Este mundo de guerras, de sobressaltos e insegurança, do lucro como motor de desenvolvimento, dos grandes monopólios subordinando aos interesses de uma

minoria todos os aspectos da vida social, este mundo dividido em explorados e exploradores, em que a fome elimina anualmente milhares de vezes mais vidas humanas do que a criminoso guerra do Vietnã, este mundo perdeu sua razão de ser, quando se consomem milhões de dólares para matar a outro homem, quando os orçamentos militares são constantemente aumentados em detrimento de necessidades vitais, quando a separação entre humildes e poderosos atinge as proporções de um verdadeiro cataclisma, quando as mais ponderadas manifestações de alerta são silenciadas a bala, quando o descontentamento se torna universal e o indivíduo desfalece nas tramas de forças materiais que ele não dirige e muitas vezes não compreende’.

Este era o terrorista Luiz Eurico Tejera Lisbôa. Seu dizer era claro, firme e coerente com seu modo de pensar e agir. Seus aterrorizados assassinos, com a cabeça vazia de idéias, souberam apenas empunhar uma arma. Qualquer pessoa com inteligência mediana percebe logo que, tanto ele como vários de seus companheiros também assassinados, constituíam realmente um perigo em potencial. Eram inteligentes, estudiosos, sabiam pensar por si mesmos. Haverá razão mais forte para exterminá-los?

Faz hoje vinte dias que venho tentando desviar meu pensamento dessa realidade brutal. Meus olhos estão cansados de chorar. Mas não se enganem. Não choro de pena do meu filho que, onde quer que esteja, deve estar muito bem. É apenas de saudade. Creio numa outra vida. A morte rápida de torturadores me dá a maior certeza disso. Ninguém devendo tanto pode escapar assim ligeirinho se não for pagar em outro lugar.

OS TORTURADORES PAGARÃO

Pelas noites de vigília que passei chorando a ausência de meu filho e a incerteza de seu destino;

Pelos dias, horas e minutos que vivi, numa quase obsessão, esperando que alguém chegasse, de repente, ao meu apartamento, para me dizer onde e como ele estava;

Pelos sete anos que passei sem poder me concentrar em nada, porque em minha mente só cabia sua imagem;

Pelo medo, que tantas vezes me assaltou, de tê-lo de volta inútil e deformado pelas torturas;

Pela miséria mais horrível que eu vi neste Brasil de norte a sul;

Pela vergonhosa impunidade dos torturadores e assassinos;

Pela saudade mais cruel que me acompanhou ao longo destes sete anos e que agora há de prolongar-se até o fim dos meus dias;

Por toda a transformação que meu filho tanto desejou ver neste país faminto e esquecido;

Tenho a mais profunda convicção de que uma força, bem maior que a capacidade de matar de seus assassinos, há de dar o merecido castigo aos que planejaram e determinaram, aos que, por aceite ou omissão, participaram e aos que executaram todo esse horror que está aí, presente, nas faces e nos olhos de mães, esposas, filhos e irmãos daqueles que foram estupidamente torturados e assassinados e dos que ainda sofrem as prisões!

SE ELE VOLTASSE...

Não choro de pena de meu filho. E, se fosse possível voltar de onde ele está, eu lhe pediria para continuar pensando e agindo como sempre pensou e agiu. Ainda que isso importasse em ser novamente assassinado. Pois prefiro vê-lo morto, uma e mil vezes, a tê-lo por longos anos a meu lado numa inconsciência inútil, estúpida e criminosa! Luiz Eurico Tejera Lisbôa, seu espírito há de pairar sobre os justos movimentos reivindicatórios deste país, dando força, lucidez e coragem a seus participantes ! Luiz Eurico Tejera Lisbôa, onde quer que esteja há de estar pedindo justiça e liberdade para este povo humilde e esquecido que ele tanto amou!

Porto Alegre, 10 de setembro de 1979.”

Luís Eurico viveu intensamente a sua época e absorveu os ideais de justiça e liberdade. Sua poesia assim se revela e aproxima-se com sensibilidade à resistência do povo vietnamita em *Balada da Ham-li*:

*“Na pequenina aldeia
de Luang-Ding
um menino
de pele amarela
e olhos rasgados
está
silencioso
deitado no chão
seu nome
Ham-li*

*as mãos
as pequeninas mãos
de Ham-li
estão crespadas
retorcidas
por uma grande dor
os pequeninos braços
fortes de Ham-Li
- menino camponês
estão descarnados
e já se decompõem.*

*Os pequeninos pés
andarilhos de Ham-Li
- menino soldado -
encolhidos
assemelham-se a uma
terrível garra*

*A pequenina face
de pele macia
onde brilhavam
os negros olhos rasgados
o menino Ham-Li
escondeu-a no ventre aberto*

*para que o mundo
não visse tanto horror.
Mas ao pequenino coração
do menino Ham-Li
o Napalm
não poderá jamais atingir!
Entre os escombros
da pequenina aldeia
de Luang-Dinh
um menino
de pele amarela
e olhos rasgados
está
silencioso
deitado no chão.
O pequenino coração
do menino Ham-Li
pulsa
inalterado
sobre todo o Vietnã.”*

LUÍS INÁCIO MARANHÃO FILHO

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

Nasceu em 25 de janeiro de 1921, em Natal (RN), filho de Luís Inácio Maranhão e Maria Salmé Carvalho Maranhão.

Desaparecido aos 53 anos.

Em 1964 esteve em Cuba, juntamente com Francisco Julião a convite de Fidel Castro. Com o golpe militar foi cassado, em 1964, pelo AI-1.

Ex-deputado estadual, advogado, jornalista e professor universitário.

Em São Paulo, no dia 3 de abril de 1974, em uma praça, foi preso, fato testemunhado por diversas pessoas que tentaram socorrê-lo, pensando tratar-se de um assalto comum. Algemado, foi conduzido em um veículo usado para transporte de presos.

Em maio de 1974, sua esposa denunciou que ele estava em São Paulo sendo torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, através de carta encaminhada ao MDB e lida na Câmara Federal pelo então Secretário-Geral do Partido, Deputado Thales Ramalho.

No dia 15 de maio de 1974 o *Jornal do Brasil* dizia que o vice-líder da ARENA na Câmara, deputado Garcia Neto, reafirmara a disposição do governo em verificar a procedência de prisões denunciadas frequentemente pelo MDB. Garcia Neto assegurava que, tanto o presidente da República, quanto o ministro da Justiça, “estão empenhados em constatar a veracidade dos fatos”. Chegou a dizer que “o Governo, de maneira alguma, pode ficar sem tomar providências”. Providências estas que jamais foram tomadas.

Em 8 de abril de 1987, a revista *Isto É*, na matéria “Longe do Ponto Final”, publica declarações do ex-médico e torturador Amílcar Lobo (cassado em 1989, pelo Conselho Federal de Medicina), que reconheceu Luís Inácio no DOI-CODI/RJ.

LUÍZA AUGUSTA GARLIPPE

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Desaparecida desde 1974 na Guerrilha do Araguaia quando tinha 33 anos.

Nasceu em Araraquara, Estado de São Paulo, em 16 de outubro de 1941, filha de Armando Garlippe e Durvalina Santomo Garlippe.

Fez o primário, o ginásio e o científico em Araraquara e mudou-se para a cidade de São Paulo onde fez o curso de Enfermagem na USP, formando-se em 1964. Em seguida, passou a trabalhar no Hospital das Clínicas, chegando a Enfermeira-Chefe do Departamento de Doenças Tropicais, assunto em que se especializou, fazendo inclusive algumas viagens pelo país como ao Amapá e Acre.

Participava da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas, distribuindo panfletos e organizando seus colegas de trabalho.

Foi viver na região do Rio Gameleira, no Araguaia, onde desenvolveu intenso trabalho de saúde, destacando-se como parteira.

Pertenceu ao Destacamento B da guerrilha.

Foi vista viva pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973, num acampamento, próximo à Serra das Andorinhas, antes de haver intenso tiroteio contra os mesmos.

O Relatório do Ministério do Exército diz que é “considerada desaparecida desde 5/74” e, o do Ministério da Marinha, que teria sido “morta em junho/74.”

LUIZ RENÉ SILVEIRA E SILVA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nascido a 15 de julho de 51, na cidade do Rio de Janeiro, filho de René de Oliveira e Silva e Lulita Silveira e Silva.

Desaparecido da Guerrilha do Araguaia aos 23 anos

Cursou o primário e o secundário no Instituto La Fayette. Em 1970, ingressou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, abandonando o curso no ano seguinte. Contava apenas 20 anos quando tomou a decisão de ir para o Araguaia. Com seu jeito calado, estava sempre atento aos relatos dos companheiros mais experientes. Reclamava sempre mais a sua participação nos trabalhos mais defíceis. Apesar de ter cursado apenas o 1º ano de medicina, dedicava-se bastante ao estudo, pois, como dizia”, se não me formei na cidade, serei médico formado na Universidade do Araguaia. “Compreendia que os conhecimentos de saúde ser-lhe-iam importantes. Mas sua dedicação ao estudo não se restringia apenas à medicina; gostava de estudar política e economia e não era raro vê-lo lendo jornais velhos que serviam de papel de embrulho ou que os companheiros traziam quando vinham da cidade.

Em 1980 sua mãe foi à Escola de Medicina e Cirurgia para conseguir sua fotografia e encontrou sua ficha escolar com a foto arrancada sendo informada que a mesma havia sido retirada por agentes de segurança.

Segundo informações colhidas por Cirene Barroso, mãe de Jane Barroso (desaparecida) junto aos moradores da região do Araguaia, Luiz foi preso em casa de camponeses, com a perna quebrada por projétil de arma de fogo e levado para a base militar de Bacaba (PA), no início do ano de 1974.

O Relatório do Ministério da Marinha à Comissão diz que “Luiz René foi morto em combate em março/74.”

LUIZ VIEIRA DE ALMEIDA (LUIZINHO)

Camponês que se incorporou à guerrilha do Araguaia. Casado e tinha um filho. Morava e tinha roça na localidade de Bacaba, perto de São Domingos (PA).

Segundo depoimento de sua esposa, foi morto próximo da Fazenda Fortaleza. Seu corpo foi abandonado no local mas ela não o pôde resgatar porque os soldados proibiram a população de entrar na mata.

Seu filho foi preso e obrigado a fazer o serviço militar; para isto sua idade foi reduzida em 6 anos, pois à época já contava 24 anos.

MANUEL JOSÉ NURCHIS

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Desaparecido de Guerrilha de Araguaia aos 32 anos.

Nascido em 19 de dezembro de 1940, em São Paulo, filho de José Francisco Nurchis e Rosalina Carvalho Nurchis.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia aos 32 anos.

Era operário, mas devido à intensa perseguição ao movimento político após o golpe militar de 1964, abandonou o emprego, transferindo-se para o interior.

No Araguaia, residiu na região do Rio Gameleira e pertenceu ao Destacamento B da guerrilha.

Em 30 de setembro de 1972, desapareceu em combate, quando o grupo comandado por João Carlos Haas Sobrinho foi atacado na região de Caiano.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “Manuel foi preso em jun/63, quando distribuía panfletos subversivos em São Paulo. Em out./72... morto em combate em Xambioá.”

MÁRCIO BECK MACHADO

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em 14 de dezembro de 1945, em São Paulo. Filho de Otávio Meneses Machado e Edna Beck Machado.

Estudante de Economia da Universidade Mackenzie, em São Paulo.

Foi preso no XXX Congresso da UNE, em 1968 e, em 1º de abril de 1970, teve sua prisão preventiva decretada. Foi indiciado, também, nos Inquéritos Policiais de números 7/72 e 9/72. Em 23/10/72, teve sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria Militar, referente a um outro processo de nº 100/72.

Foi morto em combate, em maio de 1973, em um sítio entre as cidades de Rio Verde e Jataí, em Goiás, juntamente com Maria Augusta Thomaz, também desaparecida.

Os agentes do DOI/CODI-SP comentaram abertamente com os presos políticos que se encontravam naquele órgão policial que Márcio e Maria Augusta haviam sido mortos, apesar de jamais terem admitido tal fato oficialmente.

Conforme depoimentos colhidos por jornalistas, em 1980, o casal se encontrava na Fazenda Rio Doce, em Rio Verde, cerca de 240 quilômetros de Goiânia, por ocasião do assassinato. O fazendeiro Sebastião Cabral e seu empregado foram encarregados de enterrar os corpos de Márcio e Maria Augusta, esfacelados pelos tiros. Os policiais lhe recomendaram que o sepulamento fosse feito a “pelo menos 200 metros do asfalto”. Três homens foram à fazenda e exumaram seus restos mortais, ao saber das investigações sobre o caso, que iniciaram-se em 1980, deixando em covas abertas alguns dentes e pequenos ossos.

No Boletim Informativo do Ministério do Exército de janeiro de 76, os nomes de Márcio Beck e Maria Augusta foram retirados da lista de procurados por serem considerados mortos.

Em documento dos órgãos de repressão encaminhado ao Delegado Romeu Tuma, Diretor do Dops em 1978, foram assumidas as mortes de Beck e Maria Augusta. Mesmo assim, as autoridades policiais jamais informaram aos familiares a respeito dessas mortes.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “teria sido morto em tiroteio juntamente com Maria Augusta Thomaz, numa fazenda em Rio Verde/GO, no dia 17/5/73.” O Relatório do Ministério da Marinha afirma que, “em maio/73, foi morto em Goiás, em tiroteio, durante ação de segurança.”

MARCO ANTÔNIO DIAS BATISTA

Militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Nascido a 7 de agosto de 1954 em Sorocaba, Estado de São Paulo, filho de Waldomiro Dias Batista e Maria de Campos Batista.

Desaparecido desde 1970, quando tinha 15 anos.

Estudante secundarista do Colégio Estadual de Goiânia, tendo participado do Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em Salvador em 1968.

Era dirigente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES.

Foi visto pela última vez viajando no interior de Goiás, em Porto Nacional, em 1970.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que era “líder secundarista goiano, preso e desaparecido em 1970.”

MARCOS JOSÉ DE LIMA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B)

Desaparecido na guerrilha do Araguaia.

Operário e ferreiro. Natural do Espírito Santo.

Em 1970 foi viver na localidade de Chega Com Jeito, onde trabalhava como ferreiro, consertando armas.

Visto pela última vez por seus companheiros no dia 20 de dezembro de 1973, próximo a um depósito de mantimentos.

MARIA AUGUSTA THOMAZ

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nascida a 14 de novembro de 1947, em Leme, Estado de São Paulo, filha de Aniz Thomaz e Olga Michael Thomaz. Foi morta aos 26 anos de idade, juntamente com Márcio Beck Machado.

Estudante do Instituto Sedes Sapientiae da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi indiciada no Inquérito Policial 15/68 por sua participação no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, em 1968.

Em 14 de janeiro de 1970 teve mandado de prisão expedido pela 2ª Auditoria da 2ª RM.

Em 29 de setembro de 1972 foi condenada no Proc. 06/70, à revelia, à pena de 17 anos de prisão, e no proc. 100/72, à revelia, à pena de 5 anos de reclusão pela 2ª Auditoria da 2ª CJM.

Em 27 de agosto de 1976, depois de três anos de seu assassinato, foi absolvida pelo STM por falta de provas concretas em outro processo.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “consta, segundo noticiário da imprensa, que teria sido morta em 17/5/73, durante confronto com as forças de segurança no interior da Fazenda “Rio Doce” em Rio Verde/GO, juntamente com Márcio Beck Machado... Segundo reportagens veiculadas pela imprensa, os proprietários da Fazenda enterraram os corpos no local em que foram mortos, por solicitação dos agentes que executaram a missão. Ainda, de acordo com o proprietário em 31/07/80, três elementos, dizendo-se do DPF, retiraram os restos mortais do local.”

O Relatório do Ministério da Marinha, na mesma época diz que em “maio de 73 foi morta em Goiás em tiroteio, durante ação de segurança.”

Mais informações ver a nota sobre Márcio Beck Machado.

MARIA CÉLIA CORRÊA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Desaparecida, na Guerrilha do Araguaia, aos 29 anos.

Nasceu em 30/4/45 na cidade do Rio de Janeiro, filha de Edgar Corrêa e Irene Corrêa. Era bancária e estudante de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia, hoje UFRJ, no Rio de Janeiro.

Em 1971 foi viver na região do Araguaia, onde já se encontrava seu irmão Elmo e sua cunhada Telma, ambos também desaparecidos. Pertenceu ao Destacamento A - Helenira Resende, da guerrilha.

Foi vista pela última vez por seus companheiros no dia 2 de janeiro de 1974 e estava com Nelson Lima Piauhy Dourado, Jana Moroni e Carretel (todos guerrilheiros desaparecidos), quando houve um tiroteio contra os mesmos.

Os moradores de São Domingos viram quando Maria Célia era levada presa, com outros guerrilheiros.

Segundo o depoimento de Maria Raimundo Rocha Veloso, moradora na Região, Maria Célia foi presa por “Manezinho das Duas” que a amarrou e levou com a ajuda de outro homem para o acampamento do Exército em Bacaba (Transamazônica).

Este depoimento foi confirmado por Geraldo Martins de Souza, delegado de São Domingos na época dos acontecimentos, e que recebeu uma medalha do Comando do Exército na região por serviços prestados. Geraldo disse que “*Rosinha*”, nome com que era conhecida na região, foi presa no local chamado Açaizal.

Santinho, vereador pelo PSDB, em 1991, da Câmara de São Domingos e genro de Geraldo Martins de Souza, diz que eram duas as mulheres guerrilheiras levadas para Bacaba por seu sogro, uma delas era Maria Célia. Em todos estes depoimentos as pessoas são unânimes em afirmar que estava viva e sem ferimentos de arma de fogo, em meados de 1974.

MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Desaparecida no Araguaia desde 1972.

Nasceu em Agudos, Estado de São Paulo, a 20 de Março de 1950, filha de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva.

De Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das sobreviventes da guerrilha:

“Cursou o primário, o ginásial e os 2 primeiros anos do curso normal, em Duartina, vindo a concluí-lo em São Paulo, no Instituto de Educação Fernão Dias, bairro de Pinheiros, em 1968, quando participou do movimento estudantil secundarista. Em 1969, prestou concurso para o Magistério. Foi professora primária municipal, lecionando na EMPG Tte. Aviador Frederico Gustavo dos Santos, Vila Nova Cachoeirinha; entusiasmava-se com sua experiência com crianças da Zona Norte de São Paulo.

Em inícios de 1970, fez sua opção política: desenvolver seu trabalho no interior do Brasil. Militante do PC do B, foi para o interior de Goiás e logo após para o Sul do Pará. Maria Lúcia dedicou-se ao magistério e ao trabalho na roça, conquistando grande simpatia dos moradores da redondeza. A partir da sua vivência no Araguaia, ela adquiriu maior conhecimento da terrível situação de abandono e miséria na qual vegetam os trabalhadores rurais e a população camponesa.

Em 1972, o Exército Brasileiro cercou a região do Araguaia, onde se encontrava Maria Lucia, e aí reprimiu a guerrilha que se desenvolveu em consequência da forte repressão militar.

Segundo depoimentos de alguns sobreviventes, no dia 16 de Junho de 1972, ao se aproximar da casa de um camponês, Maria Lucia foi fuzilada por tropas do Exército, sob o comando do Gal. Antônio Bandeira, da 3ª Brigada de Infantaria.

Maria Lucia foi morta em plena juventude por tentar manter vivos ideais de liberdade e justiça social no período da ditadura pós-64. Sua família não recebeu até hoje o comunicado oficial de sua morte, um atestado de óbito, por parte das Forças Armadas, nem sequer a informação do paradeiro de seus restos mortais.

*Às primeiras horas do dia 16 de junho de 1972, a menos de 2 Km da casa do ‘João Coioió’, Jaime (Jaime Petit da Silva), Daniel (Daniel Ribeiro Callado) e eu, fomos acordados com o disparo de um tiro ao longe e um outro tiro em seguida. Da mesma direção dos sons dos disparos, metralhadoras foram acionadas, quando o ruído distante de um helicóptero em movimento, tornava-se próximo das imediações. Estávamos acampados na retaguarda para aguardar Maria (Maria Lúcia Petit da Silva), Cazuza (Miguel Pereira dos Santos) e Mundico (Rosalindo de Souza) para ajudá-los no transporte dos mantimentos encomendados ao ‘João Coioió’. Retiramo-nos imediatamente e, ao final da tarde, acampamos nas cabeceiras da chamada **Grota da Cigana**. Momentos mais tarde, enquanto preparávamos o jantar, milho maduro em água de sal, cozido em fogo brando para esperar os três companheiros ausentes, surgiram Cazuza e Mundico, ensopados de suor e aflição. Perguntei pela Maria e a resposta do Cazuza foi direta e crua: ‘a reação a matou’.*

*“No dia anterior, os três viajaram para apanhar as sacas de farinha e outros víveres, já pagos, a serem comprados em **São Geraldo-PA** por ‘João Coioió’, um dos tropeiros da estrada do **Pará da Lama**. A data combinada para a entrega das mercadorias estava marcada para o dia 16 de junho de 1972, pela manhã. Maria acordara febril e menstruada. Enquanto eu mudava o curativo de uma ferida de leishmaniose no dorso da sua mão esquerda, conversávamos sentadas na mesma rede. Ela não aceitou ser substituída naquela tarefa, pois acreditava ser a sua*

relação de amizade com a família 'Coioió' a mais forte do grupo. Era ela a prometida madrinha do terceiro filho que 'Lazinha' esperava do 'João Coioió'.

Mundico contou, então, o ocorrido: na tarde de 15 de junho de 1972, os três transitavam por um trecho da estrada do **Pará da Lama** quando, casualmente, encontraram-se com um trabalhador da região conhecido-por "China", que os viu encaminharem-se à picada em direção à morada do 'João Coioió'. Souberam através do 'China' que não havia tropas militares naquelas proximidades. Aos fundos da casa do 'João Coioió', dentro da mata, armaram suas redes para, na manhã seguinte, conduzirem as sacas de farinha e outras mercadorias compradas.

Durante várias horas da noite ouviram ruídos de homens e animais em movimento constante, fazendo-os supor que fosse a tropa de burros chegando com o material adquirido em **São Geraldo/Pa**. Em determinado momento, Cazuza e Mundico perceberam alguns sussurros masculinos que interpretaram como 'mata, mata', do verbo matar. Às 6 h da manhã, não associaram a movimentação da noite anterior ao silêncio daquele amanhecer: os cachorros não latiram e não havia sinal aparente de vida naquela casa. Criou-se um clima de desamparo diante daquela atmosfera triste, mas a ação de recolher a comida foi condição mais forte.

Maria, à frente. Ainda na escuridão da mata, Mundico e Cazuza seguiam-na a curta distância. Quando saiu da penumbra, andou alguns passos e foi iluminada pela claridade do dia, ouviram-se dois tiros, intercalados por segundos. Mundico chegou a vê-la caindo e a ouvir seus gemidos de dor "ai, ai, ai", antes do estrondo provocado pelas metralhadoras tocaiadas na lama do quintal. Mundico e Cazuza jogaram-se de volta ao interior da mata, em direção oposta à origem das balas que já os alcançavam.

'Dona Valdó', filha do 'Souza Lima' e mulher do 'Seu Manoel', nossa vizinha mais próxima, falou em tom de lamento: 'Coitada da finada Maria'. 'Coioió', quando viu a finada sendo levada pelos 'federais', enrolada em um cobertor ensangüentado, sofreu uma crise de nervos e se borrou todinho na hora. O corpo tremia inteiro e não parava em pé. Tiraram ele e a família de lá. Ninguém mais soube deles'.

Quando estive presa na base militar de **Xambioá-Go**, alguns oficiais mostraram-me objetos do seu uso pessoal: um par de chinelos de sola de pneu com alças retorcidas de nylon azul claro, e uma escova de dentes de cor amarela e com o cabo quebrado. Reconheci tais objetos que realmente pertenciam a Maria, que os guardava em um bernal de lona verde, permanentemente usado a tiracolo. Afirmaram que fora enterrada em **São Geraldo-PA**, cidade em frente e separada de **Xambioá-Go** pelo rio Araguaia

Em **Brasília-DF**, no presídio da 3ª Brigada de Infantaria, em agosto de 1972, o general Antônio Bandeira, então seu comandante, disse que Maria fora morta por um recruta inexperiente, logo retirado daquela área. O recruta, segundo o general, viu Maria como se fosse um menino, caminhando cauteloso e atento, portando uma espingarda. 'Parecia um veadinho cismado, a espreita do perigo', disse o general. Considerou Maria como uma 'menina de 17 anos que nem seios possuía' e afirmou que os exames realizados por médicos militares em seu corpo sem vida, constataram que ela era virgem aos 22 anos de idade.

*Em entrevista gravada pelo padre francês Aristides Camio, em 1984, quando exercia seu ministério naquela região, 'Dona Nenzinha', parteira da estrada do **Pará da Lama** e moradora próxima da casa do 'João Coioió', confirmou a morte da Maria e disse ter sido o próprio 'João Coioió' quem avisou as Forças Armadas sobre o dia marcado para a visita dos três companheiros. Segundo ela, a emboscada preparada ao redor daquela casa, era composta por muitos militares distribuídos entre as árvores mais próximas e sobre o paiol de milho. Disse ainda que, na noite seguinte à morte da Maria, os guerrilheiros retornaram àquele local e mataram os cachorros do 'João Coioió'. Essa informação não confere, pois, nenhum de nós voltou àquela casa. Pode ser associada as palavras, ouvidas pelo Mundico e pelo Cazuzo, 'mata, mata', dirigidas aos cachorros da casa, farejadores e denunciadores de presenças estranhas que, no caso, seriam os próprios militares.*

No dia 15 de junho de 1972, Maria usava calças compridas de brim cinza, camisa cáqui, botinas de cor marrom e um bernal de lona verde atravessado no peito, a tiracolo. Na cintura, um cinto de couro que sustentava, do lado esquerdo, um revólver de calibre 38, com 6 balas no tambor, e do lado direito, um facão medindo cerca de 50 cm de comprimento, protegido por uma bainha de couro. Levava uma espingarda de calibre 20, carregada com um cartucho, verde, de calibre correspondente. Usava óculos de grau e um relógio de pulso, com a pulseira feita de couro de veado.

De dentição perfeita, com exceção do primeiro molar superior esquerdo, cujo bloco havia caído e, com o tempo se quebrara, permanecendo, entretanto, um pedaço do dente e a sua raiz, Maria era ligeiramente estrábica e, na época, usava os cabelos cortados bem curtos, mas vastos e pretos.”

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Maria Lúcia “foi morta durante enfrentamento na tarde do dia 16/6/72, próximo a Pau Preto.”

De Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das sobreviventes da guerrilha:

Seus irmãos Jaime e Lúcio Petit também estão desaparecidos na região da Guerrilha do Araguaia.

Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, juntamente com membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a equipe de legistas da UNICAMP, estiveram em um Cemitério da cidade de Xambioá, onde exumaram duas ossadas. Uma de um velho, negro, provavelmente Francisco Manoel Chaves (desaparecido na Guerrilha do Araguaia) e outra, de uma mulher jovem enrolada num pedaço de paraquedas, que poderia ser Maria Lúcia ou Áurea Eliza Pereira Valadão. Esses restos mortais foram encaminhados para a UNICAMP, mas até agora não se tem as conclusões da investigação dos técnicos do Depto de Medicina Legal.

MARIANO JOAQUIM DA SILVA

Dirigente da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES).

Nascido em 2 de maio de 1930, em Timbaúba, Estado de Pernambuco, filho de Antônio Joaquim da Silva e Maria Joana Conceição e desaparecido aos 41 anos.

Lavrador e sapateiro, de origem camponesa, filho de família pobre, começou a trabalhar aos 12 anos como assalariado agrícola. E, em seguida, como operário da indústria de calçados. Desde 1951 era casado com Paulina e pai de 7 filhos.

Preso em Timbaúba em 28 de outubro de 1954, por “atividade subversiva” foi liberado no dia seguinte. Foi novamente preso em 5 de maio de 1956.

Foi eleito, em 1961, secretário do Sindicato Rural de Timbaúba, em Pernambuco e era membro das Ligas Camponesas, chegando a integrar o Secretariado Nacional desta organização. Em 1966 foi decretada sua prisão preventiva, desde então, passou a viver na clandestinidade. Em 1970, foi novamente indiciado em IPM instaurado em Brasília.

Em setembro de 1970, a família teve o último contato com Mariano em Brasília. Logo após, ainda em setembro, recebeu informações de que fora preso na Rodoviária de Recife.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “foi processado e condenado à revelia pela 11ª CJM a 10 anos de reclusão.”

No livro “*Brasil Nunca Mais*” está registrado que o órgão que efetuou sua prisão foi o DOI-CODI/SP. Posteriormente, foi transferido para a “Casa da Morte” (em Petrópolis), onde foi visto por Inês Etienne Romeu. Em sua denúncia, Inês afirma ter visto e falado várias vezes com Mariano, que se identificou, tendo-lhe relatado que ali chegara em 02 de maio, proveniente de Recife, onde tenha sido preso.

Inês foi acareada com Mariano (...) e relata que teve contato com ele até o dia 31 de maio, quando, na madrugada, ouviu uma movimentação estranha e percebeu que estava sendo removido. No dia seguinte, indagou a seus carcereiros sobre Mariano, os quais lhe disseram que ele havia sido transferido para o quartel do Exército no Rio de Janeiro. Desde então, nada mais se soube de Mariano.

Inês afirma ainda que Mariano, quando preso em Recife, foi torturado, o que continuou ocorrendo na “Casa da Morte”, onde foi interrogado por quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu por quase um mês naquele aparelho clandestino da repressão, fazendo todo o serviço doméstico, inclusive cortando lenha para a lareira. Um dos carrascos da Casa da Morte (Dr. Teixeira) disse a Inês que Mariano fora executado, pois pertencia ao comando da VAR-Palmares e era considerado irrecuperável.

MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA

Secretário-Geral do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Nasceu em 14 de fevereiro de 1923 em Santa Sé, Estado da Bahia, filho de Romualdo Leal Vieira e Julieta Alves de Sousa Vieira.

Desaparecido aos 47 anos, no Rio de Janeiro.

Jornalista, tendo dirigido os jornais *Novos Rumos* e *Voz Operária*. Fez o curso secundário em Salvador e foi um dos fundadores da União dos Estudantes da Bahia. Participou da UNE. Ingressou no PCB e foi um dos líderes do movimento de massas de 1942 em Salvador, contra o nazi-fascismo.

Em 1945 passou a integrar o Comitê Estadual do PCB na Bahia e em 1957, foi eleito para o Comitê Central.

Com o golpe de 1964, tornou-se um dos líderes da corrente de esquerda dentro do PCB. Atuando nas difíceis condições de clandestinidade, foi preso, em julho de 1964, no Rio de Janeiro, sendo libertado somente um ano depois por concessão de *habeas-corpus*.

Por sua oposição à orientação predominante na direção do PCB, Mário Alves foi afastado da Comissão Executiva e deslocado para atuar em Belo Horizonte, onde permaneceu até 1967.

Já, em 20 de maio de 1966, um ato do Presidente Castelo Branco cassa seus direitos políticos por 10 anos. Em 6 de junho do mesmo ano, foi julgado à revelia no chamado processo das “Cadernetas de Prestes” e condenado a 7 anos de prisão, pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo.

A luta interna no PCB também se acirrava e, no VI Congresso, realizado em 1967, Mário Alves, juntamente com Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Manuel Jover Telles e Miguel Batista dos Santos foram expulsos.

Em 1968, junto com Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e outros, Mário Alves fundou o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), continuando a militar clandestinamente.

Em 16 de janeiro de 1970, entre 19:30 e 20:00 horas, saiu de casa para voltar dentro de pouco tempo. Foi preso pelo DOI/CODI-RJ, para onde foi levado. Na madrugada do mesmo dia, Mário Alves morreu sob torturas.

Mário foi visto sangrando, abundantemente, na sala de tortura, por vários presos políticos que se encontravam no DOI/CODI, dentre os quais, René Carvalho, Antônio Carlos de Carvalho e o advogado Raimundo Teixeira Mendes .

Os soldados que serviam no PIC (Pelotão de Investigações Criminais), onde está situado o DOI-CODI, foram retirados do local, para que o corpo de Mário pudesse ser removido sem testemunhas.

Apesar das evidências, os órgãos de segurança negam a prisão de Mário.

Em 01 de dezembro de 1987 foi julgada a apelação civil nº 75.601 (RJ), registro 2678420, onde sua mulher e filha conseguiram da União a responsabilidade civil por sua prisão, morte e danos morais. Foi o 1º caso de desaparecido político em que a União reconheceu sua responsabilidade. Foram advogadas as Dras. Francisca Abigail Barreto Paranhos e Ana Maria Müller.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “foi condenado em 06/06/66 a 7 anos de reclusão e em 17/11/73, a três anos, ambos a revelia.”

Dilma, companheira de Mário Alves, enviou uma carta à esposa do cônsul brasileiro, seqüestrado no Uruguai. Destacamos aqui alguns trechos:

“Todos conhecem seu sofrimento, sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza diariamente o seu drama. Mas do meu sofrimento, da minha angústia, ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para dizer também que “tenho o coração partido”, que quero meu marido de volta. O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura, pelo 1º Exército, foi executado sem processo, sem julgamento. Reclamo seu corpo. Nem a Comissão de Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram dele, onde o jogaram.

Ele era Mário Alves de Souza Vieira, jornalista. Foi preso no dia 16 de janeiro do corrente, na Guanabara, pela polícia do 1º Exército e levado para o quartel da P.E., sendo espancado barbaramente de noite, empalado com um cassetete dentado, o corpo todo esfolado por escova de arame, por se recusar a prestar informações exigidas pelos torturadores do 1º Exército e do DOPS. Alguns presos, levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e de fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e pelo nariz, nu, jogado no chão, arquejante, pedindo água, e os militares torturadores em volta, rindo, não permitindo que lhe fosse prestado nenhum socorro.

Sei que a sra. não tem condições de avaliar meu sofrimento, porque a dor de cada um é sempre maior que a dos outros. Mas espero que compreenda que as condições que levaram meu marido a ser torturado até a morte e o seu seqüestrado são as mesmas; que é importante saber que a violência-fome, violência-miséria, violência-opressão, violência-atraso, violência-terrorismo, violência-guerrilha; que é muito importante saber quem pratica a violência - os que criam a miséria ou os que lutam contra ela”.

Do livro “Desaparecidos Políticos”:

“– Não dormíamos, acompanhando os interrogatórios e sofrendo cada uma das torturas que sabíamos estarem sendo aplicadas - e que cada um de nós conhecia de perto - na cela ao lado. Não demorou muito para termos certeza que a vítima era Mário Alves...

– Diante da recusa de Mário a atender às exigências dos torturadores e das formas cada vez mais violentas de tortura a que foi submetido (afogamentos, empalamento etc.) temi por sua vida. Alguém por ali havia dito que ele já estava com 56 anos de idade e tinha pouca saúde.

– De manhã, bem cedo, o cabo da guarda chamou Manoel João, Augusto e eu para fazer a faxina da sala ao lado. A sala estava enlameada, cheia de água e , no chão, deitada, estava uma pessoa totalmente machucada, a pele bem ferida, cheia de hematomas... era um rosto magro com um pequeno bigode... era Mário Alves.”

Depoimento do advogado Raimundo Teixeira Mendes, também detido na época na P.E., do mesmo livro:

- Cerca de 20:30 horas do dia 16 de junho de 1970, sexta-feira... o DOI-CODI/RJ... acabava de prender o Jornalista Mário Alves de Sousa Vieira...conduzido para a cela que ficava ao lado...foi submetido a interrogatório, findo o qual iniciou-se a sessão de tortura que acabou às 5 horas.

- Depois de violentamente espancado... torturado com choques elétricos, no pau de arara, afogamentos, etc. Mário Alves manteve a posição de nada responder a seus torturadores... então introduziram um cassetete de madeira com estrias, que provocou a perfuração de seus intestinos e a hemorragia que determinou a sua morte.”

MAURÍCIO GRABOIS

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Salvador, no dia 2 de outubro de 1912, filho do comerciante Agostim Grabois e de Dora Grabois, ambos judeus de nacionalidade russa.

Maurício teve um casal de filhos: André Grabois, também militante do PCdoB e morto no Araguaia, provavelmente em outubro de 1973, e Vitória Lavínia Grabois Olímpio.

Desaparecido aos 61 anos em 1973, no Araguaia.

Fez o curso primário em vários colégios devido às inúmeras viagens e mudanças de seu pai. Em 1920, quando sua família regressou a Salvador, concluiu a escola primária. Em 1925 ingressou no Ginásio da Bahia, passando a sentir interesse pela política por influência de seu diretor, Bernardino José de Sousa. Também nessa época conheceu e tornou-se amigo de Carlos Marighella (morto em 1969), que freqüentava o mesmo colégio. Formou-se em 1929. No início do ano seguinte foi para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal,

onde passou a freqüentar o curso preparatório para a Escola Militar de Realengo, nela ingressando em 1931, mas não concluiu o curso por ter sido expulso em 1933.

Foi então para a Escola de Agronomia, onde cursou até o 2º ano, abandonando definitivamente os estudos para dedicar-se à vida política.

No início da década de 30, Grabois foi um dos primeiros organizadores do PCB nas Forças Armadas, quando aluno da Escola Militar. Logo após sua entrada para o PCB, passou também a atuar na Juventude Comunista e, em 1934, foi encarregado do setor nacional de agitação e propaganda da Federação da Juventude Comunista do Brasil. Em 1935, Maurício Grabois integrou-se nas ações desenvolvidas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Durante o período do Estado Novo (1937-1945), foi condenado à revelia, em 1940, num processo em Minas Gerais. No início de 1941, Grabois foi preso no Rio de Janeiro. Libertado no início de 1942, formou no Rio, ao lado de Amarílio Vasconcelos, a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP).

Trabalhou na empresa de aviação *Panair do Brasil* e participou da fundação e da direção da editora Horizonte, do PCB, com sede no Rio de Janeiro. Em maio de 1945 dirigiu o jornal “*A Classe Operária*”, função que manteria até 1949, quando o jornal foi fechado.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 para a Assembléia Nacional Constituinte, o PCB elegeu um senador e 14 deputados, entre os quais Grabois, pelo antigo Distrito Federal. Assumindo seu mandato em fevereiro de 1946 foi designado líder da bancada comunista. O período da legalidade do PCB chegou ao fim, em 7 de maio de 1947, quando o TSE cancelou o seu registro e Grabois teve o seu mandato cassado.

Devido à repressão policial aos comunistas, a partir de 1948, Grabois passou a atuar na clandestinidade.

Em agosto de 1957 rejeitou a política soviética de coexistência pacífica, explicitando suas divergências com a orientação do PCB. Em fevereiro de 1962, juntamente com Pomar, Danielli e outros, organizou o Partido Comunista do Brasil, relançando o antigo nome e preservando o projeto político-partidário anterior ao XX Congresso do PCUS. Em março de 1962 foi relançado o jornal *A Classe Operária*, órgão central do PC do B, dirigido por Grabois e Pomar.

Após o golpe militar de 1º de abril de 1964, voltou a viver na clandestinidade. Por força do AI-2 (27/10/1965), teve seus direitos políticos cassados. Foi condenado pela 2ª Auditoria do Exército - 1ª CJM nos Processos nº 7512, a 2 anos de reclusão, e 7478, a 10 anos de reclusão. Também foi condenado pela 1ª Auditoria a 5 anos de reclusão e pela 2ª Auditoria a 2 anos de reclusão.

Em 1967, iniciou os preparativos de um movimento de guerrilha na região do Araguaia, no sul do Pará, onde passou a viver, estabelecendo-se na localidade de Faveira. Em 1972, o Exército descobriu o núcleo guerrilheiro no Araguaia. As tropas enviadas à região, estimadas em 20 mil homens, eliminaram 59 guerrilheiros do PCdoB, entre os quais Maurício Grabois.

O jornal “*O Estado de São Paulo*”, do dia 10/10/82, diz que Maurício morreu com um tiro de FAL na cabeça que arrancou-lhe o cérebro e outro na perna que provocou fratura exposta. A revista “*Isto É*”, de 4/9/85, em entrevista com um paraquedista que não quis identificar-se diz que a foto publicada em, 10/10/82, pelo Jornal “*O Estado de São Paulo*” não é de Maurício Grabois porque não mostra sinais de destruição da caixa craneana, os

mortos estão descalços e o grupo que foi morto em combate, no dia 25/12/73, estava calçado. Diz também que os 4 mortos da foto estão com as pernas amarradas, sinal de que foram presos e torturados e que Maurício e mais outros quatro, foram mortos em combate, não tendo sido presos. Reconhece, no entanto, que se trata de fotos de guerrilheiros.

Em comentário do colunista Castello Branco do “*Jornal do Brasil*”, de 17/10/82, o General Hugo de Abreu lhe dissera que na Serra das Andorinhas estava enterrado Maurício Grabois. Segundo o “*Jornal do Brasil*”, de 23 e 24/03/92, no dia 25/12/73, foram mortos Paulo Mendes Rodrigues, Guilherme Lund e Gilberto Olímpio junto com Grabois, e que a operação militar contra o grupo foi comandada pelo Major Curió.

O último contato com sua mulher, Alzira da Costa Reis, foi em janeiro de 1972 e, de acordo com informações de sobreviventes da guerrilha, sua morte ocorreu em dezembro de 1973. Até hoje, entretanto, Grabois não foi dado oficialmente como morto, sendo considerado desaparecido.

O Relatório do Ministério da Exército faz referências à reportagem de “*O Estado de São Paulo*”, de 10/10/82, concluindo que não há “dados que confirmem essa versão”, mostrando clara a intenção de manter oculta a morte de Maurício à família e à sociedade, visto que para “uso interno” dos serviços de informação sua morte já era conhecida pelo ‘inf. 965/82 do II Exército’, encontrado nos arquivos do DOPS/SP. No Relatório do Ministério da Marinha consta, que Maurício foi morto em 25 de dezembro de 1973, em Xambioá.

MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nascido a 12 de julho de 1943, em Recife/PE, filho de Pedro Francisco dos Santos e Helena Pereira dos Santos.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia aos 29 anos.

Muito cedo, quando contava apenas 13 anos, começou a trabalhar. Em 1964, mudou-se com a família para São Paulo e, neste mesmo ano concluiu o curso científico no Colégio de Aplicação da USP. Trabalhava no Banco Intercontinental do Brasil. No ano seguinte entrou na clandestinidade por perseguição política.

Em 1968, o DOPS, ao procurar Miguel, interrogou sua mãe, ocasião em que o Delegado Wanderico mostrou-lhe fotocópias de documentos de Miguel que teriam sido enviadas pela CIA, e dizendo que Miguel estivera na China. Várias vezes a casa de sua mãe foi invadida pela polícia política.

Indo para o campo, residiu inicialmente na Praia Chata, ao norte de Goiás às margens do Rio Tocantins e, posteriormente no sul do Pará, na localidade de Pau Preto, integrando o Destacamento C da guerrilha.

Segundo Regilena, ex-guerrilheira do Araguaia, Miguel foi morto no dia 20 de setembro de 1972, conforme informação do General Bandeira de Melo, responsável pelos interrogatórios no Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército, em Brasília, onde a mesma se encontrava presa.

O Relatório do Ministério do Exército afirma que Miguel “participou ativamente da Guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972.”

No movimento guerrilheiro Miguel era conhecido como Cazuzu.

NELSON LIMA PIAUHY DOURADO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu a 3 de maio de 1941 em Jacobina, Estado da Bahia, filho de Pedro Piauhy Dourado e Anita Lima Piauhy Dourado.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia, aos 33 anos.

Fez o curso primário e o ginásial em Barreiras, na Escola de Dona Jovina e Colégio Padre Vieira, respectivamente. Indo para Salvador, fez o curso científico nos colégios Bahia e Ipiranga. Trabalhou na Refinaria Landolfo Alves, em Mataripe (BA). Filiou-se ao Sindipetro, desenvolvendo intensa atividade sindical.

Com o golpe militar de 1964, foi preso e demitido do emprego. Por algum tempo, trabalhou como motorista de táxi, passando a atuar no eixo Rio/São Paulo e sempre visitava seus pais em Barreiras.

Em 1967, entrou para a clandestinidade, viajando para o norte do país e, posteriormente indo residir na localidade de Metade, no sul do Pará. Aí conheceu Jana Moroni Barroso (desaparecida), com quem se casou em 1971.

Foi morto em 2 de janeiro de 1974, em combate. Com ele se encontravam os guerrilheiros Maria Célia Correa, Jana Moroni e Pedro Carretel, todos desaparecidos.

No mesmo ano, agentes do DOPS de Salvador invadiram a casa dos irmãos de Nelson, apoderando-se de uma carta onde os seus companheiros de guerrilha informavam sua morte, procurando assim não deixar qualquer prova da existência de combates na região do Araguaia.

Seu irmão José também é um dos guerrilheiros desaparecidos no Araguaia.

Sua mãe veio a falecer nesse mesmo ano de 197, ao saber da morte de seus filhos

O Relatório do Ministério da Marinha diz que Nelson foi “morto em 2/1/74”.

NESTOR VERAS

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

De origem camponesa, Nestor Veras nasceu no dia 19 de maio de 1915, em Ribeirão Preto, São Paulo. Era filho de Manoel Veras e Pilar Velasques. Gostava de tocar clarineta.

Segundo dados existentes no CIE, esteve fazendo curso em Moscou.

Foi integrante do Comitê Central do PCB, encarregado do setor camponês. Membro da direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e Tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. Cassado pelo AI-1. Condenado a 5 anos de reclusão pela LSN, passou a viver na clandestinidade. Foi preso em frente a uma drogaria, em Belo Horizonte, em abril de 1975, conforme denúncia de Luís Carlos Prestes. Desde, então, Nestor está desaparecido.

NORBERTO ARMANDO HABEGER

Cidadão argentino.

Secretário-Geral da Juventude Democrata-Cristã, na Argentina, em 1964. Jornalista.

Fundador do Partido Peronista Autêntico, braço político do movimento clandestino Montoneros.

A 30 de julho de 1978, usando passaporte em nome de Hector Esteban Cuello, embarcou na cidade do México, às 14 horas e, em vôo da PanAm, chegou ao Rio de Janeiro no dia seguinte.

Seu desembarque no Rio de Janeiro, em 31 de julho, foi confirmado por carta de Oswaldo Camchion, embaixador da Argentina no Brasil, afirmando estar registrada a entrada no País de uma pessoa com o nome de Hector Esteban Cuello.

Desde então Norberto não mais foi visto, tendo seu seqüestro ocorrido entre 31 de julho e 3 de agosto, no Brasil.

Gestões junto às autoridades brasileiras nada esclareceram sobre o paradeiro de Norberto, constando que teria sido “trocado” com o governo argentino por um brasileiro preso naquele País.

ONOFRE PINTO

Dirigente da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu aos 26 de janeiro de 1937 em Jacupiranga, Estado de São Paulo, filho de Júlio Rosário e de Maria Pinto Rosário.

Desaparecido aos 36 anos.

Ex-sargento do Exército Brasileiro.

Seu prontuário nos arquivos do antigo DOPS/SP registra que Onofre teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº1 e sua prisão preventiva decretada, em 8 de outubro de 1964, pela 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo, por sua participação no “*Movimento dos Sargentos*”.

Foi indiciado em IPM instaurado pela 2ª Auditoria da 2ª RM em 2 de fevereiro de 1966.

Foi preso no dia 2 de março de 1969 por elementos do DOPS e da 2ª Cia-PE.

Foi banido do Brasil em setembro de 1969, quando do seqüestro do embaixador americano no País, e viajou para o México com outros 14 presos políticos.

Ainda dos registros policiais consta que, “Informação do II Exército de 29/01/70, esclarece que Onofre Pinto ... teria a intenção de retornar ao Brasil... em princípios de fevereiro de 1970”. E completa os dados: “O Ministério do Exército nos cientificou que provavelmente o marginado encontrar-se-ia no Chile.” Mais adiante, outras informações ratificam o quanto se encontrava “cercado” pelos policiais: “A CIOP, em 2/7/73, nos cientificou o seguinte: ‘A carteira de identidade de Francisco Wilton Fernandes, emitida pelo Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, Brasília, em 17/05/73, RG nº 104.947, estaria de posse de um aparelho de subversivos brasileiros em Santiago do Chile. Segundo informante, a referida carteira deverá ter a fotografia substituída pela de Onofre Pinto.’”

“O Ministério da Aeronáutica, em 1/8/73 nos cientificou que o ex-sargento do Exército Onofre Pinto... reside em Santiago do Chile no seguinte endereço...”

“Relatório de Plantão de 29/6/74, nos cientifica que através do Rádio nº 3749, proveniente da DPF, fomos solicitados a observar os indivíduos Onofre Pinto e Daniel José de Carvalho, que se dirigem para São Paulo, procedentes do Uruguai...”

Desapareceu em julho de 1974, quando tentava entrar clandestinamente no Brasil com um grupo de banidos.

ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JÚNIOR

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Filho de Orlando da Silva Rosa Bonfim e de Maria Gasparini Bonfim, nasceu no dia 14 de janeiro de 1915, em Santa Tereza, Espírito Santo.

Fez seus primeiros estudos em Vitória.

Mudando-se para Belo Horizonte, fez o curso de Direito na UFMG e exercia as atividades de jornalista no “*Estado de Minas*”, jornal de grande circulação, do qual, ainda

jovem, foi Secretário. Foi jornalista até 1964, quando o jornal que dirigia no Rio, “*Novos Rumos*”, foi fechado. Orlando foi eleito vereador em Belo Horizonte nas eleições de 1946, tendo sido líder do seu partido, o PCB.

Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros e passou a dirigir jornais partidários e a advogar gratuitamente. Em 1958 mudou-se para o Rio de Janeiro, e começou a trabalhar na “Imprensa Popular”.

Uma das participações mais marcantes de Orlando foi na greve dos Operários do Morro da Mina, que durou 43 dias. Orlando atuou como advogado dos operários, morou com eles e foi lá que, procurado vivo ou morto, conseguiu cobertura de casa em casa, escondendo-se da polícia.

No dia 8 de outubro de 1975, sua família ficou sobressaltada por um telefonema anônimo, em que alguém, dizendo-se tratar de “um amigo de seu pai”, comunicava a um dos filhos a prisão de Orlando e pedia que a família contratasse um advogado e comunicasse o fato à ABI. Imediatamente, os filhos e o Comitê Central do PCB mobilizaram-se para localizá-lo.

No mesmo dia, foi feito contato com uma autoridade em Brasília, que prometeu elucidar o desaparecimento de Orlando em 72 horas. Passaram-se as horas, os dias, os anos e Orlando nunca foi encontrado, apesar dos esforços de partidos políticos e entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comissão de Justiça e Paz e OAB. Todos os instrumentos legais foram acionados e, no dia 13 de outubro, seu advogado deu entrada a uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando Bonfim tinha um mandado de prisão preventiva decretado. De acordo com a petição, qualquer dependência policial ou militar em que se encontrasse, deveria comunicar o fato imediatamente à Marinha.

Seu corpo nunca foi encontrado e paira a angústia de não saber seu paradeiro, como o de tantos outros companheiros dados como desaparecidos.

Orlando Bonfim Júnior era casado e pai de seis filhos: Regina, Orlando, Roberto, Olga, Sérgio e Beatriz. Segundo depoimento de amigos e familiares, era uma pessoa de caráter sincero e franco. Sua convivência era a mesma em qualquer nível social, tanto era liberal, respeitado, no meio operário, como entre políticos e intelectuais.

Era um espírito aberto e “sem verdades pré-fabricadas”. Era admirado por todos que tinham o privilégio de desfrutar do seu convívio. Um de seus filhos contou que uma de suas irmãs era religiosa “devotada” e o pai que era ateu jamais reprimiu a filha, pelo contrário, acordava-a sempre para que não perdesse o horário da missa.

Orlando era um ídolo para os filhos que não se conformaram em ter o pai arrolado na lista de presos políticos desaparecidos.

De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Dias Chaves do Canto, em declarações à revista “*Veja*” de 18/11 /92, Orlando Bonfim Júnior, como pertencente à cúpula do PCB, foi morto com injeção para matar cavalo. Foi capturado no Rio de Janeiro pelo Destacamento de Operações e de Informações de São Paulo e levado para o cárcere Castello Branco. Foi morto e jogado no Rio Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré/SP e a rodovia Castelo Branco

Nos documentos encontrados no DOPS/SP lê-se:

- 14/7/64 - Cassado pelo AI-1 de 1964;

- 1/6/71 - foi condenado a 7 anos de prisão pela Auditoria da 4ª RM.

- 22/9/78 - O Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha o absolveu por insuficiência de provas.

No livro “Desaparecidos Políticos”, sua filha, Beatriz Bonfim, diz:

“Preso no Rio de Janeiro, nas proximidades do bairro de Vila Isabel na tarde do dia 8, a favor dele foi impetrado um habeas corpus junto ao STM pelo advogado Humberto Jansen Machado da ABI... No dia 13, o advogado entrou com uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando Bonfim tinha um mandado de prisão preventiva decretado.

Cartas foram enviadas ao MDB, ao Ministro da Justiça, a parlamentares. Contatos foram feitos e mantidos com a CNBB, CBA em São Paulo, CJP do Rio e São Paulo, com o Cardeal D. Eugênio Sales. Uma carta também foi enviada à OAB, entidade da qual Orlando Bonfim era membro pela seção Minas Gerais.

A angústia não datava, porém, de 8 de outubro. Ela vinha desde 1964, quando nosso pai foi arrancado do nosso convívio e da sociedade para entrar numa clandestinidade forçada pela situação política. Uma clandestinidade que era, mais uma vez, uma opção de vida, de uma luta, de uma dedicação a um ideal. Mas esta mesma clandestinidade era pesada para um homem cheio de hábitos simples e pequenos, como criar canários, ir à praia, pescar, falar com as pessoas, tomar um aperitivo no bar da esquina.

No dia 31 de outubro a família recebeu a informação, vinda através de amigos e de áreas militares, de que ele estava preso no DOI-CODI/RJ. Todos os contatos foram retomados. Novas cartas foram despachadas e a ABI, solicitada, enviou um pedido de informação ao comandante do I Exército, General Reynaldo Mello de Almeida... Mas, 11 dias depois, o I Exército informava que ele não estava e nunca estivera lá. A resposta de outras áreas militares seria idêntica, ninguém assumia sua prisão.

No dia 27 de novembro surgiu o primeiro boato. Como sempre, a origem era de ‘fontes militares’. A redação do jornal ‘O Estado de São Paulo’ recebeu um telefonema anônimo informando que Orlando Bonfim estava morto. No mesmo dia a sucursal carioca da Folha de São Paulo recebia um telex informando sua morte. Morte na prisão, durante interrogatório.”

ORLANDO MOMENTE

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nascido em 10 de outubro de 1933, em Rio Claro, Estado de São Paulo, filho de Alvaro Momento e Antônia Rivelino Momento.

Operário em São Paulo até transferir-se para o Araguaia, onde desapareceu aos 41 anos.

Em sua cidade natal, fez o curso primário e o de desenho mecânico, concluindo-o em 1950. Mudou-se para a cidade de São Paulo, onde trabalhou como operário na Companhia Antarctica Paulista entre 1951 e 1959.

Ali conheceu sua esposa com quem se casou em abril de 1961 e tiveram uma filha, Rosana Momento.

Militou no PCB e posteriormente no PC do B. Com o golpe militar de 1964, foi viver com sua família em uma fazenda em Fernandópolis, onde ficou pouco tempo, indo para a clandestinidade.

Periodicamente visitava a sua família, sendo que, no ano de 1969, foi a última vez que esteve com seus familiares.

Devido às perseguições políticas, foi viver no norte de Goiás e posteriormente no sul do Pará, próximo à Transamazônica, na localidade de Paxiba.

Tinha um gênio alegre e muito criativo. Sabia sair-se com facilidade de situações difíceis. Muito habilidoso e prestativo, conquistava facilmente a simpatia de todos que o conheciam. Com seu espírito arrojado, em algumas ocasiões esteve frente a frente com agentes da repressão, passando por camponês e dando informações erradas sobre os guerrilheiros, contando para isto com a ajuda dos moradores que o apresentavam como compadre ou parente.

Pertencia ao Destacamento A – Helenira Resende – da Guerrilha.

Foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 30 de dezembro de 1973. Em 1974, Joana de Almeida, moradora da região e esposa de Luiz Vieira de Almeida, camponês também desaparecido, esteve em seu antigo sítio na Paxiba, próximo a São Domingos, e encontrou restos de uma ossada humana, semi-enterrada. Visíveis estavam o crânio e um fêmur, com características de terem sido enterrados há pouco tempo, porque ainda tinham restos de carne. Ao lado da ossada estava um chapéu feito de couro de coati curtido, o que lhe deu certeza de que se tratava de seu compadre e amigo Orlando. Na época, Joana nada pôde fazer porque estava proibida pelo Exército de ir a seu sítio, ao qual fora às escondidas à procura de alimentos. Este depoimento foi dado à equipe de jornalistas da revista “*Manchete*” em 1993.

OSVALDO ORLANDO DA COSTA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em 27 de abril de 1938, em Passa Quatro, Minas Gerais.

Desaparecido desde abril de 1974.

Filho de José Orlando da Costa e Rita Orlando dos Santos.

Entre 1952 e 1954 morou na cidade de São Paulo, estudando na Escola Técnica, onde fez o Curso Industrial Básico de Cerâmica, o que lhe assegurou a condição de artífice em cerâmica.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Técnica Federal, onde diplomou-se em Técnico de Construção de Máquinas e Motores, em 1958.

Como atleta, vinculou-se ao Botafogo Futebol e Regatas, por ele competindo como lutador de box.

Tornou-se oficial da reserva do Exército, após servir no CPOR/RJ.

Viajou para a Checoslováquia, tendo, em Praga, estudado Engenharia de Minas.

Negro, forte, com quase dois metros de altura, era uma figura inconfundível.

No entanto, seu físico contrastava com sua meiguice e afetividade. Por sua militância política foi obrigado a viver na clandestinidade logo depois do golpe militar de 1964.

Foi dos primeiros a chegar à região do Araguaia-Tocantins, por volta de 66-67. Entrou na mata como garimpeiro e mariscador. Era o maior conhecedor da área, tanto da guerrilha como das circunvizinhanças. No ano de 1969, fixou sua residência numa posse que adquiriu às margens do Rio Gameleira, onde mais tarde a ele se juntaram outros companheiros. Era muito querido e respeitado tanto pela população como pelos companheiros.

Conta-se a seu respeito inúmeras histórias como a de que, estando de passagem em casa de uma família camponesa, encontrou a mulher desesperada porque não tinha dinheiro

para comprar comida para seus filhos. Era uma casa pobre. Não tinham nada. Osvaldo perguntou-lhe se queria vender o cachorro. A mulher, sem outra alternativa, disse que sim. Tanto ela como Osvaldo sabiam o que significava a perda do cão: mais fome, pois na região, sem cachorro e arma é difícil conseguir caça. Osvaldo pagou-lhe o preço do cão e, a seguir, disse-lhe: guarde-o para mim que eu não poderei levá-lo para casa agora.

Sobre Osvaldo surgiram inúmeras lendas: sobre sua bondade, sua força, sua coragem e também sobre sua pontaria. Foi comandante do Destacamento B, onde participou com êxito de vários combates. Foi, ao lado de Dina, o mais conhecido combatente entre a população do Araguaia.

Estava entre os combatentes que foram atacados por grande contingente das Forças Armadas em 25 de dezembro de 1973, conseguindo escapar. Segundo depoimentos de moradores da região, ele foi morto em abril de 1974, perto da localidade de São Domingos, próximo à Semana Santa. Foi ferido com um tiro de espingarda 22 na barriga disparado por Piauí, um bate-pau que fez isto por dinheiro. Em seguida foi fuzilado pelos militares. Seu corpo foi dependurado por cordas em um helicóptero que o levou de Saranzal, local onde foi morto, até o acampamento militar de Bacaba e de lá para Xambioá. Quando seu corpo foi içado pelo helicóptero, caiu e quebrou o pé esquerdo. Posteriormente sua cabeça foi decepada e exposta em público. Na base militar de Xambioá, seu cadáver foi mutilado por chutes, pedradas e pauladas dadas pelos militares e, finalmente, queimado e jogado no buraco, também chamado de “Vietnam” – vala situada ao final da pista de aterrissage da Base Militar de Xambioá onde eram jogados os mortos e os moribundos. Com o término das operações militares nesta área, foi feita uma grande terraplanagem, que descaracterizou o local.

Os depoimentos colhidos pelos familiares nas diversas vezes que estiveram na região e as informações de jornais são coincidentes e se complementam.

O Relatório do Ministério do Exército diz que “foi morto em 7/fev/74”.

Usava os nomes falsos de Armando Borges, Armando Pinto e Jorge Ferreira.

PAULO CESAR BOTELHO MASSA

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu a 05 de outubro de 1945, na cidade do Rio de Janeiro, filho do General Cristovan Sanches Massa e Laís Maria Botelho Massa.

Desaparecido aos 26 anos de idade, no Rio de Janeiro.

Cursou o 1º grau na escola Argentina e na Escola Marechal Trompovsky, no Rio. Fez o 2º grau no Ginásio Santo Antônio, em São João del Rei e no Colégio Mello e Sousa, no Rio.

Trabalhou no Banco do Brasil, onde entrou por concurso em 1965. Em 1968, iniciou o Curso de Ciências Econômicas, na antiga Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro, passando a participar do Diretório Acadêmico e do movimento estudantil.

Depoimento de sua mãe:

“Em 20 de março de 1969, por participação no movimento estudantil, foi preso no DOPS/RJ para averiguações. Respondeu a vários processos, sendo absolvido em todos eles. Em 15 de novembro de 1971, desligou-se do Banco do Brasil, onde trabalhava e entrou na clandestinidade, pois já militava na ALN.”

Em 30 de janeiro de 1972 foi preso, juntamente com Ísis Dias de Oliveira, sendo levado para o DOI-CODI/ RJ. Em 02 de fevereiro de 1972, logo após a prisão de Paulo César, agentes do DOPS/RJ estiveram em casa de seus pais. Estes, só souberam de sua prisão através de

Robson Grace, vizinho, que esteve preso no DOI-CODI/RJ, de fevereiro a abril de 72, e os informou que soube naquele local que Paulo César estava preso.

Em entrevista ao jornal “*Folha de São Paulo*”, um general de destacada posição dentro dos órgãos de repressão, confirma a morte de Paulo e outros 11 desaparecidos.

PAULO COSTA RIBEIRO BASTOS

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Nasceu em 16 de fevereiro de 1945, em Juiz de Fora/MG, filho do General Othon Ribeiro Bastos e de Maria do Carmo Costa Bastos, cursou o 1º e 2º graus no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, terminando seu curso em 1970. Trabalhava como Engenheiro Hidráulico no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Foi preso com Sérgio Landulfo Furtado, em 11 de julho de 1972, no bairro carioca da Urca, tendo morrido sob torturas três dias depois. Estava clandestino e respondeu a alguns processos por integrar o MR-8.

Há versões de que Sérgio e Paulo teriam percebido o cerco feito pelos órgãos de repressão na Urca e tentaram escapar como passageiros de um ônibus. Os policiais bloquearam a única saída do bairro, revistando todos os veículos. Num deles, prendendo os dois jovens.

PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA FILHO

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu a 26 de maio de 1944 em Morrinhos, Estado de Goiás, filho de Pedro Celestino da Silva e Zuleika Borges Pereira Celestino.

Desaparecido aos 27 anos.

Presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília. Advogado em Goiânia.

Em 24 de março de 1971 foi julgado e condenado à revelia, à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão. Foi preso no Rio de Janeiro em 12 de julho de 1971, juntamente com Eleni Guariba.

Inês Etienne Romeu, em seu relatório sobre sua prisão na “Casa da Morte”, em Petrópolis, afirma que ouviu Paulo de Tarso sendo torturado naquele aparelho clandestino da repressão, em julho de 1971. Foi interrogado durante 48 horas pelos torturadores conhecidos como Dr. Roberto, Lalcato, Dr. Guilherme, Dr. Teixeira, Zé Gomes e Camarão. Colocaram-no no pau-de-arara, deram-lhe choques elétricos e obrigaram-no a ingerir grande quantidade de sal. Durante muitas horas Inês ouviu-o suplicando por um pouco d’água.

Apesar da denúncia pública da OAB, sua prisão não foi reconhecida.

Em 8 de abril de 1987, a revista “*Isto É*”, na matéria “*Longe do Ponto Final*”, publicou declarações do ex-médico torturador Amílcar Lobo (cassado em 1989 pelo Conselho Federal de Medicina) que reconheceu que Paulo de Tarso esteve no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data.

PAULO MENDES RODRIGUES

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia desde 25 de dezembro de 1973.

Militante desde o início da década de 60. Era economista, mas devido a perseguições políticas, abandonou a profissão sendo dos primeiros a chegar à região de Caianos, no

Araguaia. Foi Comandante do Destacamento C da guerrilha, até integrar-se ao Destacamento da Guarda da Comissão Militar.

Morto juntamente com outros companheiros, entre eles Maurício Grabois, Gilberto Olímpio Maria e Guilherme Gomes Lund, numa ação comandada pelo Major Curió. Ver maiores detalhes na nota sobre Maurício Grabois.

Segundo o “*Jornal do Brasil*”, de 24 de março de 1992, seu corpo estava crivado de balas.

Usava o nome falso de Manoel Machado.

PAULO ROBERTO PEREIRA MARQUES

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu no dia 14 de maio de 1949, na cidade de Pains, Minas Gerais, filho de Maria Leonor Pereira Marques e Sílvio Marques Camilo.

Aos 15 anos transferiu-se para Acesita, indo morar na casa de uma tia onde estudou por algum tempo, retornando, depois, a Belo Horizonte onde concluiu o 2º grau no Colégio Lúcio dos Santos. Ingressou, em seguida, no curso pré-vestibular Pitágoras, preparando-se para o vestibular de Química. Era funcionário do Banco de Minas Gerais e participou ativamente da greve dos bancários de 1968, razão pela qual foi indiciado na Lei de Segurança Nacional.

Participava também do trabalho comunitário na Igreja de Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Perseguido pela repressão, partiu para a clandestinidade, indo viver em Itapetininga, no interior da Bahia, e na cidade do Rio de Janeiro, onde sua irmã, casualmente, o encontrou.

Tocava violão, cantava e compunha canções, o que contribuiu para aumentar sua popularidade entre os companheiros.

Em 1969 foi viver no lugar denominado Palestina, na região do Araguaia, onde montou uma pequena farmácia, juntamente com o companheiro, Ciro Flávio Salasar Oliveira, tornando-se, em pouco tempo, conhecido pela região.

Em última carta enviada à família, em 1972, pedia que não se preocupassem com ele, pois não estava fazendo nada de errado, apenas lutava para mudar o país para que todos tivessem uma vida melhor. Sabendo que a mãe, D. Leonor, gostava muito das músicas de Chico Buarque, dizia, em suas cartas que ao ouvir “*Apesar de Você*”, lembrava-se dela. Filho amoroso e preocupado com os irmãos menores, pedia à irmã mais velha, Maria de Fátima que cuidasse bem dos irmãos, já que ele não poderia fazê-lo, pois estava ausente.

Paulo Roberto está desaparecido desde o ataque à Comissão Militar na região do Araguaia, no dia 25 de dezembro de 1973. A família, apesar das buscas, nunca mais teve notícias de Paulinho, como era chamado pelos familiares.

Sua irmã, Maria de Fátima Marques Macedo, assim fala de seu desaparecimento:

“Na ocasião da Anistia, nós familiares de Paulo Roberto, tivemos a oportunidade de conversar com José Genoio Neto que, ao ser anistiado, veio a Belo Horizonte para um encontro com políticos e familiares dos desaparecidos do Araguaia.

Sabendo que familiares de “Amauri” (codinome de meu irmão) estavam presentes, veio ao nosso encontro. Foi a única vez, depois de 25 anos, que estivemos próximos a ele, através das palavras de José Genoio, que nos dizia coisas tão familiares e conhecidas sobre sua pessoa. Foi nosso único elo, até então.

Espero chegarmos, um dia, a esclarecer sobre o paradeiro de todos os guerrilheiros que... tiveram a coragem de entrar em uma luta, movidos por um ideal... Tiveram muita coragem. Isto precisa ser reconhecido.”

PAULO STUART WRIGHT

Dirigente da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML).

Nasceu a 2 de junho de 1933 em Joaçaba, Estado de Santa Catarina, filho de Lathan Ephair Wright e Maggir Belle.

Desaparecido desde 1973.

No DOPS/PR, o nome de Paulo foi encontrado numa gaveta com a indicação “falecido”.

Do reverendo Jaime Wright, irmão de Paulo:

“O telefone tocou. ‘Alô?!’ Era a voz mansa e inconfundível de Paulo. ‘Podemos nos encontrar hoje às 14:00 horas na Praça da Sé?’ ‘Sim.’ No esquema combinado, nos encontramos às 15:00 horas na Praça da República. Eram tempos de ditadura. Clandestinidade. Conversávamos sobre família e, principalmente, teologia. Lembrei-lhe que João Calvino também viveu na clandestinidade, adotando nove codinomes diferentes.

Nas lembranças da nossa infância, em Santa Catarina, destacamos a ousadia dos nossos pais, ambos missionários norte-americanos. Tiveram a rara intuição de que seus filhos precisavam estudar na convivência diária com outros brasileiros e não numa escola segregada para americanos em São Paulo. Fundaram uma escola nos salões de madeira da Igreja Presbiteriana de Herval, na margem esquerda do Rio do Peixe. (Joaçaba está no outro lado do rio.) Sabiam eles os riscos que corríamos, estudando e convivendo com os amigos do dia-a-dia. Com descendentes de italianos, alemães e poloneses - além da gente cabocla - aprenderíamos cada palavrão...

Lembrávamos também a coragem de ‘Dona Bela’, nossa mãe, que, contrariando a vontade de papai, pegou um trem e viajou até o Rio de Janeiro para buscar recursos para a instalação do primeiro posto de puericultura na região. Sentou-se na sala de espera de Dona Darcy Vargas, presidente da LBA, informando que dali não sairia até ser atendida. Voltou triunfante para casa. (O posto funciona até hoje.)

Exemplos missiológicos assim, fora do seu tempo, contribuíram para torná-lo um leigo cristão irrequieto e inconformado e, sobretudo, corajoso. Estava identificado com os sofrimentos e necessidades do seu povo.

Sua preocupação com a condição dos operários levou-o a trabalhar na construção civil em Los Angeles, nas férias dos seus estudos de pós-graduação. Fundou, nos Estados Unidos, um grupo contrário à discriminação racial. Estava fazendo doutorado em sociologia quando foi convocado para a guerra da Coréia. Fugiu dos Estados Unidos para não perder sua cidadania brasileira. Foi procurado pelo FBI.

De volta ao Brasil e casado com Edimar Rickli, engajaram-se num projeto da Igreja Presbiteriana do Brasil nas fábricas paulistas. Fez-se torneiro mecânico e atuou no bairro operário de Vila Anastácio. Foi golpeado pela morte do seu primeiro filho num hospital do antigo IAPC, quando a criança nasceu desassistida

por médicos e enfermeiras. Jurou que iria lutar para que isso não se repetisse na vida de outros operários.

Paulo sempre fez dos seus dias a matéria prima de suas ações. Voltando a Santa Catarina, ajudou a criar os primeiros sindicatos de Joaçaba, inclusive o dos metalúrgicos. Foi o primeiro candidato protestante à prefeitura. Perdeu por 11 votos. Foi eleito para a Assembléia Legislativa. Denunciou o controle de grupos oligárquicos do Estado sobre a pesca. Organizou 27 cooperativas de pescadores em todo o litoral catarinense, reunindo-as, em seguida, numa Federação (FECOPESCA) para colocar o controle da pesca nas mãos dos pescadores (o que inspirou Dias Gomes, na primeira novela em cores da Globo: **O Bem Amado**).

Na véspera do Natal de 1963, sofreu atentado a mando do partido de Adhemar de Barros, mas convenceu o ex-sargento contratado para matá-lo de que tal crime seria contrário aos interesses da sua classe. Tornou-se 'bode expiatório' quando, em 1964, a Assembléia Legislativa foi pressionada pelo Regime Militar a cassar alguém 'corrupto' e/ou 'subversivo'. Acabou sendo cassado por 'falta de decoro parlamentar' (não usava gravata e paletó quando subia à tribuna...).

Asilou-se no México e voltou um ano depois. Começavam seus dias de atividade subterrânea como líder do movimento Ação Popular, originário dos egressos dos movimentos estudantis cristãos banidos: Juventude Universitária Católica (JUC) e Associação Cristã de Acadêmicos (ACA). Viveu oito anos na clandestinidade. Nos primeiros dias de setembro de 1973, foi seqüestrado pelo II Exército e levado ao DOI-CODI de São Paulo, onde foi morto por torturas nas primeiras 48 horas do seu cativeiro. Até hoje não se sabe o que fizeram com seus restos mortais.

Ruas em quatro capitais ostentam o nome de Paulo Stuart Wright. Na capital do seu Estado, todas as Igrejas se fizeram representar na cerimônia de inauguração da rua que passa ao lado da Igreja Metodista, menos a Presbiteriana. Lá, ele tinha sido eleito presbítero. Com o seu ingresso na 'política', a igreja de Florianópolis lhe proibiu de fazer oração e dirigir classe de Escola Dominical. Pelo visto, a anistia ainda não chegou ao presbítero (leigo) que teve a coragem de levar suas convicções cristãs às últimas conseqüências.”

De Delora Jan Wright, sobrinha de Paulo:

“Isso aconteceu em São Paulo, Capital, possivelmente nos dias 2, 3 ou 4 de setembro de 1973. Segundo informações de Osvaldo Rocha, dentista, militante político da APML, na ocasião do desaparecimento de Paulo, ambos estavam juntos num trem que ia de São Paulo a Mauá, na grande São Paulo; nessa ocasião, ao terem percebido pessoas ligadas à repressão política, Osvaldo desceu do trem em primeiro lugar e Paulo teria descido em outro ponto.

Ao chegar em sua residência, localizada em São Paulo, Osvaldo veio a ser preso por policiais, sendo, em seguida, conduzido às dependências do DOI-CODI(OBAN), onde foi despido e agredido violentamente e, nessa oportunidade, viu no chão a mesma blusa que Paulo usava no trem que o conduzia a Mauá. Foram impetrados Habeas-Corpus pelo advogado José Carlos Dias em favor de Paulo Stuart Wright e Pedro João Tinn, nome falso usado por ele inclusive nos documentos pessoais.

Uma série de iniciativas foram tomadas visando a sua localização. A primeira providência no sentido dessa localização foi a ida do irmão, Jaime Nelson Wright, acompanhado de um Coronel, cujo nome é Teodoro Pupo, ao DOI-CODI, onde falaram com um Sargento, que demonstrava muito nervosismo. Após essa conversa com o sargento, este foi ver alguma coisa lá dentro, voltando meia hora depois, quando, então, informou que não havia ninguém com o nome de Paulo Stuart Wright.

Dias depois, houve uma outra iniciativa, no sentido da localização de Paulo, quando um Pastor Metodista que tinha relações de parentesco com o Major Ustra e se dispôs a ajudar a família. O Pastor informou os familiares de Paulo que o Major Ustra mostrou a ele, nas dependências do DOI-CODI, uma pasta onde constava apenas o título de eleitor de Paulo Stuart Wright e que não tinha nenhuma notícia do paradeiro do mesmo. O Major Ustra não soube justificar os motivos pelos quais não tinha notícia do paradeiro de Paulo.

Uma dentista, cujo nome é Marlene de Souza Soccas, contou ter sido presa em 1970, ficando detida nas dependências do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), onde pôde ver um painel com várias fotografias de Paulo, o que, desde então, indicava que o mesmo já era procurado pelos órgãos de repressão.

Além das iniciativas tomadas pelos familiares de Paulo, no âmbito nacional, outras tiveram ensejo no Forum Internacional, em virtude da sua dupla cidadania. Foram feitas junto ao Departamento de Estado e ao Senado, nos Estados Unidos, sendo certo que as autoridades brasileiras continuaram negando a prisão de Paulo Stuart Wright, entendendo que se tratava de uma ingerência do governo norteamericano, até porque Paulo havia sido Deputado do Parlamento Brasileiro, mais precisamente na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Apesar de todos os esforços empreendidos pelos familiares, Paulo até hoje não foi encontrado e a convicção de que foi assassinado, está baseada em declarações prestadas por terceiros que constam entre os documentos do Projeto 'Brasil Nunca Mais'."

A respeito de sua militância e desaparecimento, ver o livro "O Coronel Tem Um Segredo: Paulo Wright Não Está em Cuba", de Delora Jan Wright, Editora Vozes, São Paulo.

PEDRO ALEXANDRINO DE OLIVEIRA FILHO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Filho de Pedro Alexandrino de Oliveira e de Diana Piló Oliveira, nasceu em Belo Horizonte, no dia 19 de março de 1947. Tinha três irmãs: Ângela, Eliana Maria e Diana Maria.

Sempre foi um filho e um irmão muito amigo, amoroso e alegre. Perto ou longe, participava intensamente da vida da família e tratava as irmãs com um carinho incomum.

Fez o curso primário e o ginásio no Colégio Monte Calvário e o científico no Colégio Anchieta.

Gostava muito de cantar e o fazia muito bem, pois era dono de uma belíssima voz. Adorava fazer serenatas com os seus amigos, inclusive para as próprias irmãs. Duas eram as músicas de sua preferência, as que mais marcaram sua irmã Eliana: "Perfídia" e "Relógio".

Era uma pessoa tranqüila e muito querida por seus inúmeros amigos: Fredinho Silésio, Leonardo Andrade, Didiu e muitos outros.

Pedro trabalhou no antigo Banco Hipotecário, hoje Banco do Estado de Minas Gerais e, quando foi transferido para São Paulo, em 1967, lá terminou seus estudos, fazendo também um curso de Inglês.

Retornou a Belo Horizonte em 1969, onde já era procurado e foi preso em dezembro do mesmo ano, dentro da casa de sua irmã Ângela, no bairro Gutierrez, para onde correu quando se sentiu seguido e ameaçado.

Na própria casa de Ângela, que se encontrava no trabalho, levou coronhadas na cabeça, pontapés, foi colocado nu e espancado na frente de suas duas sobrinhas, de 3 e 4 anos de idade.

Levado para o DOPS/MG, foi torturado com choques elétricos no intestino, “pau de arara”, palmatória, enforcamento e outras atrocidades.

Quando foi solto, estava surdo de um ouvido e o outro encontrava-se em estado lastimável.

Pedro Alexandrino passou o Natal de 1969 com a família, almoçando com todos na casa dos avós. Depois do almoço, foi à residência do casal Mário Silésio e D. Maria Eugênia, pais de seu amigo Fredinho. Saiu da casa dos amigos e nunca mais foi visto. Sem condições de viver como até então, optou pela clandestinidade.

Estudante universitário, Pedro já participava ativamente do movimento estudantil em São Paulo. A partir desse período, a família não teve mais paz: a casa onde moravam era freqüentemente invadida por policiais à procura de Pedro Alexandrino.

D. Diana, não suportando as constantes violências, resolveu mudar-se para o Rio de Janeiro, onde foi tentar encontrar o paradeiro de seu filho tão querido.

Bateu em todas as portas possíveis: Igreja, Comissão de Direitos Humanos, Comissão Justiça e Paz e outras tantas, até que encontrou um casal, Sr. Edgar e D. Cirene (hoje falecidos), que buscavam notícias de dois filhos e uma nora, também desaparecidos.

Nessa ocasião, a família soube que ele tinha uma namorada, Tuca (Maria Luiza Garlipe, também desaparecida), enfermeira do Hospital das Clínicas de São Paulo, e que havia ido com ele para o Araguaia.

Pedrinho – como era carinhosamente chamado pela família – ou Peri pelos companheiros, ao transferir-se para a região do Araguaia, foi residir na região do Gameleira, incorporando-se depois, como combatente, ao Destacamento B.

Desapareceu naquela região, em 1974, quando tinha 24 anos.

As cartas escritas por Pedro Alexandrino para a família eram extremamente afetivas e carinhosas. As saudades eram sempre imensas e a vontade de poder abraçar, beijar, sorrir e cantar com as irmãs era seu cuidado constante. Sempre se colocava como um grande amigo e companheiro delas, para o que viessem a precisar algum dia.

Perguntava pelos sobrinhos, queria notícias de todos. De seus projetos pessoais e de sua vida, pouco falava. Mas falava de sua caminhada, de seu compromisso com o povo brasileiro, do significado da luta política, da importância da honestidade, da seriedade, do crescimento interior, de atitudes decentes e até da vontade de ter um filho, um dia.

Dizia numa das cartas: “Tudo do amanhã está sempre no campo das possibilidades, é de hoje que temos a certeza, é hoje que criamos as condições objetivas para o amanhã.”

O Relatório do Ministério da Marinha diz que foi morto em 4 de agosto de 1974, em Xambioá. Já o Relatório do Ministério do Exército, afirma que Pedro Alexandrino de

Oliveira Filho participou da Guerrilha do Araguaia, usando os codinomes de Moisés, Chico e Peri, sem esclarecer sobre o seu paradeiro.

PEDRO CARRETEL

Camponês que se incorporou à guerrilha do Araguaia. Estava junto com Maria Célia Corrêa e Jana Morone no tiroteio com as Forças Armadas no qual Nelson Lima Piauhly Dourado teria sido morto, no dia 2 de janeiro de 1974.

Esteve preso com Joana Almeida e foi visto pela última vez quando lhe tiraram da cela dizendo que seria levado para Brasília, no início do ano de 1974.

PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

Foi Vice-Presidente da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba e membro da Federação das Ligas Camponesas. Também conhecido como Pedro Fazendeiro. Morava em Miriri.

Era trabalhador rural e militou com João Pedro Teixeira, líder camponês assassinado em 1962. Antes de 1964, sofreu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região, tendo, em 1962, levado um tiro na perna, numa “toçaia”.

No dia 8 de maio de 1964 foi preso pelos órgãos de repressão e levado para o 15º Regimento de Infantaria, do Exército, em João Pessoa, onde foi torturado, junto com João Alfredo. Desde setembro do mesmo ano estão desaparecidos, conforme denúncia de Márcio Moreira Alves em seu livro “*Torturas e Torturados*”.

Respondia a Inquérito sob a responsabilidade do General Ibiapina Lima.

Tempos depois, dois corpos carbonizados apareceram na estrada que vai para Caruaru e muitos afirmam tratar-se de Pedro Inácio e João Alfredo Dias.

RAMIRES MARANHÃO DO VALE

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Nasceu em 02 de novembro de 1950, em Recife, Pernambuco, filho de Francisco Clóvis Marques do Valle e Agrícola Maranhão do Valle.

Desaparecido desde 1973, quando tinha 23 anos de idade.

Estudante secundarista, frequentou os colégios São João, Carneiro Leão e Salesiano Sagrado Coração, em Recife e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, em Bananeiras, na Paraíba.

Militou no movimento estudantil pernambucano a partir de 1967, quando esteve preso por 8 dias no Juizado de Menores de Recife por ter participado de uma manifestação contra o acordo MEC-USAID nas escadarias da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Em 1968, se destacou como liderança na passeata de 20.000 pessoas que culminou com um comício na Av. Guararapes, centro de Recife.

O enterro do Padre Antônio Henrique, morto violentamente por agentes páramilitares, transformou-se em autêntica manifestação cívica em defesa da democracia. Ramires, rompendo a vigilância policial, promoveu um comício relâmpago em uma das pilastras da ponte por onde passava o cortejo. Isto valeu-lhe uma intensa perseguição policial que acabou obrigando-o à vida na clandestinidade. Mesmo assim, mantinha contatos com a família. Seu último encontro com seus pais e irmãos deu-se em Recife em 28 de fevereiro de 1972.

Morou em Fortaleza e mais tarde, em 1971, radicou-se no Rio de Janeiro.

Em novembro de 1973, seu pai recebeu um telefonema do Rio informando a morte de Ramires durante metralhamento e explosão de um carro no subúrbio de Jacarepaguá, em 27 de outubro de 1973. Seria um dos quatro ocupantes do carro incendiado em Jacarepaguá. Em matéria publicada em 28 de janeiro de 1979 pelo jornal “*Folha de São Paulo*”, um general com responsabilidade dentro do aparato repressivo admitia a morte de Ramires e de outras 11 pessoas desaparecidos.

No Relatório do Ministério do Exército consta que “em 23 de outubro de 1973, foi morto juntamente com mais dois companheiros em tiroteio com as forças de segurança, no Rio de Janeiro”. No Relatório do Ministério da Marinha consta que “teria morrido juntamente com outros subversivos, durante operação não definida.”

Ramires Maranhão do Vale deu entrada no IML/RJ como desconhecido carbonizado, em 27 de outubro de 1973, vindo da Praça Sentinela, em Jacarepaguá (RJ), com a guia nº 18 do DOPS/RJ. Saiu como indigente, em 27 de dezembro de 1973, sendo enterrado no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, na sepultura nº 29.370, quadra 23. Em 1980, seus restos mortais foram colocados em uma vala clandestina nesse Cemitério.

O laudo de exame cadavérico foi realizado em 28 de outubro de 1973 pelos Drs. Hélder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos.

A perícia de local de nº 947/73, realizada pelo Instituto Carlos Éboli/RJ em 27 de outubro de 1973, dá como homicídio na circunscrição da 32ª D.P. O óbito de nº 17.417 é de um homem desconhecido, com dados ignorados, tendo como *causa mortis* carbonização e tendo como declarante José Severino Teixeira.

Ver também notas referentes a Almir Custódio de Lima e Ranússia Alves Rodrigues (mortos).

RODOLFO DE CARVALHO TROIANO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1950, filho de Rodolfo Troiano e de Geny de Carvalho Troiano.

Desaparecido no início do ano de 1974, na Guerrilha do Araguaia.

Participou ativamente do movimento secundarista. Era louro, magro, usava uma barba cerrada e vasta e não era muito alto.

Foi preso, por sua militância no movimento estudantil, na cidade de Rubim e, mais tarde, transferido para o presídio de Linhares, em Juiz de Fora, de onde saiu no final de 1971.

Após ser posto em liberdade, optou por ir viver no interior do Pará, na posse do Chega Com Jeito, próximo ao Brejo Grande, no Araguaia.

Era conhecido por Mané ou Manoel do "A" por ser combatente do Destacamento A – Helenira Resende – do movimento guerrilheiro.

Por ser muito jovem, Rodolfo Troiano tinha pouca experiência: não sabia cozinhar, nem lavar suas roupas. No início, tudo era difícil, o que lhe valeu o apelido de "desastrado". Com perseverança, conseguiu superar as dificuldades e se destacou como combatente.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi morto em 12 de janeiro de 1974.” O do Ministério do Exército afirma que “foi preso em 69, em São Paulo. Condenado à pena de reclusão e recolhido à Penitenciária de Juiz de Fora, de onde foi libertado em 9/10/71.”

ROSALINDO SOUZA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu a 2 de janeiro de 1940, em Caldeirão Grande, Estado da Bahia, filho de Rosalvo Cypriano Sousa e Lindaura Correia de Sousa

Desaparecido desde 1973 na Guerrilha do Araguaia, aos 33 anos.

Mudou-se com sua família, em 1945, para Itapetinga, onde concluiu o curso ginasial no Centro Educacional Alfredo Dutra.

Em 1961 trabalhou como diretor da secretaria da Câmara Municipal de Itapetinga, Bahia.

Indo para Salvador, iniciou o científico no Colégio Antônio Vieira, em 1957, interrompeu o curso no 3º ano para ingressar no serviço militar. No Exército, fez os cursos de Cabo e Sargento, dando baixa em 1960. Também em Salvador, fez o curso de contabilidade no Instituto Valença.

Em 1963 iniciou o curso de Direito na UFBA e nesta mesma época foi nomeado escriturário do IAPETEC (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes).

Em 1968 foi eleito presidente do Diretório Acadêmico Rui Barbosa da Faculdade de Direito da UFBA, quanto teve início a perseguição política.

No ano seguinte, foi impedido de se matricular, indo para o Rio de Janeiro, onde terminou o curso na Faculdade Cândido Mendes. Inscreveu-se na OAB em 31 de março de 1970, sob o nº 3106. Voltou a Itapetinga, montando escritório de advocacia, em 1970. Também era poeta.

Foi indiciado na Justiça Militar com outros 10 estudantes e julgado à revelia no dia 13 de maio de 1971, sendo condenado a 2 anos e 2 meses de reclusão. Dias antes do julgamento, em 22 de abril de 1971, viajou para o Araguaia para a região de Caiano, integrando-se ao Destacamento C da Guerrilha.

O Relatório do Ministério do Exército diz que foi “morto em confronto com as forças de segurança em 16 de agosto de 1973.”

Poema de Rosalindo, publicado no “O Anuário do Colégio Antônio Vieira”, em 1958:

GRANDEZAS

Aos píncaros mais altos

Sonhei um dia subir,

Galgar em grandes saltos

A glória de um belo porvir.

Imaginava grandeza

Em tudo, não sei porque.

O futuro uma beleza,

Ser grande, queria ser.

Sonhei viver abastado,

Senti o amor nascer,

Sonhei na glória e honrado,

Sonhei meu nome crescer...

As dificuldades chegaram

Trazendo mil confusões,

Os sonhos elas levaram

Deixando desilusões.

Vivo hoje acabrunhado,

*Cismando, só a pensar,
Me sentindo o culpado
Deixando o tempo passar.
Mas não morre a esperança
De uma glória eu alcançar,
Porque fica na lembrança
A vontade de lutar!!*

RUBENS BEIRODT PAIVA

Nasceu em 26 de dezembro de 1929, em Santos, Estado de São Paulo, filho de Jaime de Almeida Paiva e Aracy Beirodt Paiva. Casou-se em 1952 com Maria Eunice Facciola Paiva. Diplomou-se Engenheiro Civil em 1954 na Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, sendo orador de sua turma. Tinha o registro CREA nº 10.200-A – 6ª Região.

Participou de todos os grandes momentos da vida nacional. Quando universitário, foi Vice-Presidente da União Estadual de Estudantes e depois Engenheiro e Deputado Federal, sendo eleito Presidente da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras da Câmara Federal. Foi vice-líder do PTB na Câmara. Foi vice-Presidente da CPI do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), além de suas atividades jornalísticas.

Ativo deputado federal, defensor das bandeiras nacionalistas desde a luta pela criação da Petrobrás, Rubens Paiva foi cassado pelo Ato Institucional nº 1 em 1964, em decorrência de sua participação na Comissão Parlamentar de Inquérito do IBAD, que apurou o recebimento, pelos generais comprometidos com o golpe militar, de dólares provenientes dos Estados Unidos, em 1963.

No dia 20 de janeiro de 1971, depois de receber um telefonema de uma pessoa que queria lhe entregar correspondência do Chile, sua casa em Ipanema foi invadida, vasculhada e ele levado, em seu próprio carro, para o Quartel da 3ª Zona Aérea e depois para o DOI-CODI/RJ.

Sua casa ficou ocupada e, no dia seguinte, Eunice Paiva, sua mulher, e Eliane, sua filha de apenas 15 anos, foram também levadas ao DOI-CODI/RJ, onde ficaram sem conseguir avistar-se com ele, apesar da confirmação dos agentes do DOI de que ele se encontrava lá. Interrogadas várias vezes, sua filha foi libertada 24 horas depois e sua esposa somente 12 dias após. A acusação que pesava sobre Rubens Paiva era a de manter correspondência com brasileiros exilados no Chile.

O Exército, para justificar o desaparecimento de Rubens, divulgou nota à imprensa informando que ele teria sido resgatado por seus companheiros “terroristas” ao ser transportado pelos agentes do DOI/CODI, em 28 de janeiro de 1971.

Tal versão foi criada, evidentemente, para encobrir o assassinato sob torturas, já que havia testemunha da prisão de Rubens, não só sua mulher e a filha Eliana, mas de outra presa política, Cecília Viveiros de Castro, acareada com Rubens no quartel da 3ª Zona Aérea.

Em seu Relatório, Inês Etienne Romeu diz que um dos carrascos da “Casa da Morte”, em Petrópolis, onde esteve, conhecido como Dr. Pepe, contou-lhe que Rubens morreu lá.

Em 1986, em várias matérias da grande imprensa e, em 08 de abril de 1987, a revista “*Isto É*”, na matéria “*Longe do Ponto Final*”, há declarações do ex-médico torturador Amílcar Lobo que afirmava ter visto e atendido Rubens Paiva no DOI-CODI/RJ, quando lá

esteve preso, em janeiro de 1971. Declara que Rubens “era uma equimose só” e que no dia seguinte – não sabe precisar o dia – soube que havia morrido.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que foi “preso em jan/71. Dias depois, segundo a imprensa, evadiu-se de um carro, quando estava sendo transportado, por agentes do DOI, para outro local, tendo sido instaurado um IPM para apurar o fato, tendo suas conclusões sido amplamente divulgadas pela imprensa. Neste órgão, não há dados que confirmem a versão de que estaria morto.” Já o do Ministério do Exército afirma que “consta que o nominado, quando conduzido para que indicasse a casa onde poderia estar um elemento que trazia correspondência de banidos que viviam no Chile, foi resgatado nas imediações do Alto da Boa Vista pelos ocupantes de dois carros que interceptaram a viatura em que viajava, após travarem tiroteio com a equipe que o escoltava... Em out/87, o Procurador Geral da Justiça Militar determinou o arquivamento do processo, por extinção da punibilidade do réu, com base na Lei da Anistia... Após o episódio da interceptação e fuga, não existe registro sobre o seu paradeiro.” A versão do Relatório do Ministério da Marinha é: “Dez/70, preso por atividades subversivas da organização terrorista VPR. Quando foi mostrar a casa onde moravam terroristas, fugiu, tendo o carro em que se encontrava sido atacado por subversivos. Houve troca de tiros, tendo um terrorista sido ferido e apanhado pelos companheiros sem ser identificado.”

Trechos da reportagem de Márcio Bueno, publicada em Retrato do Brasil, 23 a 29 de março de 1987, com o título “O caso Rubens Paiva, um homicídio executado e até hoje acobertado pelos setores militares”:

“O caso Rubens Paiva caminhava finalmente para um desfecho. Quase ninguém mais acreditava que um dia se pudesse chegar aos responsáveis pelo seu assassinato e que se pudesse localizar os seus restos mortais.

A elucidação do caso está acontecendo devido a desavenças entre homens que integraram os sinistros órgãos de repressão, dando sangue novo a uma máxima já desmoralizada - a que diz não haver crime perfeito. A reabertura do inquérito foi pedida no ano passado pelo então procurador geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves (que assumiu a sua cadeira de senador, na última quarta-feira, dia 18), exatamente porque a versão oficial falava no seqüestro do deputado por um grupo de terroristas. Este crime escapa à Lei da Anistia e só prescreve depois de 20 anos, o que ocorreria em 1991. Leite Chaves determinou à Polícia Federal que reabrisse o inquérito. O superintendente do órgão, Romeu Tuma, escolheu para presidi-lo o delegado Carlos Alberto Cardoso, garantindo ao procurador-geral, que ele não recuaria diante das dificuldades que porventura surgissem. De fato, o delegado indicado conduziu as investigações até concluir que Rubens Paiva fora morto nas dependências do PIC (Pelotão de Investigações Criminais) do Rio. Quando chegou a este ponto julgou-se incompetente para prosseguir e remeteu o inquérito para a auditoria do Exército do Comando Militar Leste.

Longe demais. *Tudo indica, no entanto, que o delegado Carlos Alberto Cardoso já tinha ido longe demais para os padrões de tolerância dos envolvidos no caso...*

Ao chegar à Auditoria do Exército, o comandante militar da Região Leste, general Brum Negreiros, indicou o general Adriano Áureo Pinheiro para presidir o IPM (Inquérito Policial Militar). E aconteceu o que era de se prever, pelo menos se for considerado o antecedente das investigações sobre o atentado ao Riocentro. O general Adriano não pediu a indicação de um procurador para acompanhar as investigações, o que é praxe nestes casos, cabendo a iniciativa ao próprio Leite Chaves, que indicou o

procurador Paulo César de Siqueira Castro. Paulo César encontrou todas as dificuldades para se desincumbir de sua missão, mas não desanimou. O presidente do inquérito simplesmente impediu que ele acompanhasse as investigações, recusou-se a ouvir as testemunhas que ele indicou e por fim ignorou o prazo de 40 dias, que teria para concluir o IPM. Não concluiu, não deu satisfações e sequer pediu prorrogação do prazo, demonstrando um desprezo profundo pela Justiça. Diante do que encontrou, Paulo César arregaçou as mangas e começou a fazer investigações paralelas, justificando com a falta de confiança no trabalho do IPM. O procurador chegou aos 5 nomes indicados por Leite Chaves como os responsáveis pelas torturas, morte e ocultação do cadáver de Rubens Paiva.

***Os acusados.** São o coronel Ronald José da Motta Batista Leão, que foi chefe da II Sessão do I Exército, hoje Comando Militar Leste, e comandante do PIC, o Capitão de Cavalaria João Câmara Gomes Carneiro, apelidado na Academia Militar de João Coco, o sub-tenente Ariedisse Barbosa Torres, o major PM-RJ, Riscala Corbage e o segundo-sargento Eduardo Ribeiro Nunes...*

***Cisão Militar.** Um dos principais colaboradores da Justiça neste caso foi o psiquiatra Amílcar Lobo, que atuou na repressão política como médico que avaliava as condições clínicas dos torturados, para novas sessões de torturas. Depois que foi reconhecido por um grupo de presos políticos, há cerca de 5 anos, o 'doutor Carneiro', apelido irônico que recebeu de seus colegas nos porões da repressão, admitiu a participação, mas ressaltando que atuava como médico que aliviava as dores e procurava salvar os torturados... Depois de várias ameaças e de se safar de pelo menos um atentado, Amílcar Lobo concluiu que sua melhor defesa era denunciar seus antigos colegas de profissão*

***História de horror.** Esta história de horror começou no dia 20 de janeiro de 1971, um feriado carioca, por ser dia de São Sebastião. Rubens Paiva preparava-se para ir à praia quando foi preso por um grupo de 6 homens. 'Apenas uma formalidade' disse o chefe do grupo. O ex-deputado, eleito pelo PTB em 1962 e cassado pelo golpe de 1964, pediu licença para trocar de roupa e para apanhar alguns charutos. Depois seguiu com o grupo em seu próprio carro, para nunca mais voltar. O I Exército acobertou os torturadores, emitindo uma nota oficial em que diz que Rubens Paiva fugira 'quando era conduzido para ser inquirido sobre fatos que denunciam atividades subversivas'. Quando Leite Chaves determinou a reabertura do inquérito, a Assessoria de Comunicação Social do Exército referendou a farsa montada pelo I Exército. Através de nota oficial, repetiu a versão da fuga, depois da troca de tiros entre militares e subversivos."*

RUY CARLOS VIEIRA BERBERT

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Estudante universitário.

Nasceu em Regente Feijó (São Paulo), no dia 16 de dezembro de 1947, filho de Ruy Thales Jaccoud Berbert e Ottilia Vieira Berbert.

Desaparecido em 1972, aos 25 anos de idade, assim permanecendo até 30 de junho de 1992, quando a Justiça reconheceu sua morte em 2 de janeiro de 1972, na cidade de Natividade (Tocantins).

Poucas informações se tinha a respeito de Rui Carlos e de seu desaparecimento. Sua morte foi admitida por um general estreitamente ligado ao aparelho repressivo em entrevista fornecida ao jornal “Folha de São Paulo”, em 28 de janeiro de 1979.

Foi indiciado no inquérito 15/68, referente ao XXX Congresso da UNE, em Ibiúna/SP. Em 27 Julho/72 foi condenado pela 2ª Auditoria da Marinha à pena de 21 anos de reclusão.

Em meados de junho de 1991 foi entregue por Hamilton Pereira, membro da Comissão Pastoral da Terra, à Comissão 261/90 da Prefeitura de São Paulo, criada no governo da prefeita Luíza Erundina, para acompanhar a identificação das 1049 ossadas encontradas na vala clandestina de Perus, um atestado de óbito em nome de João Silvino Lopes, *causa mortis*: suicídio, datado de 02 de janeiro de 1972, em Natividade (na época, Estado de Goiás). Havia probabilidade de ser de um militante desaparecido político.

Na ocasião, não se tinha a possibilidade de identificar este provável militante. Este nome não constava na lista dos desaparecidos políticos. Caso fosse um nome falso, era necessário mais informações para identificá-lo.

Em Janeiro de 1992, quando se teve acesso aos arquivos do DOPS-SP, encontrou-se uma relação elaborada a pedido do Dr. Romeu Tuma intitulada: “Retorno de Exilados”. Na relação das pessoas, estava o nome de Ruy Carlos Vieira Berbert com as seguintes observações: preso em Natividade, suicidou-se na Delegacia de Polícia, em 02 de janeiro de 1972. Concluiu-se que João Silvino Lopes era o nome falso de Ruy Carlos Vieira Berbert e buscaram-se meios para prosseguir nessas investigações. Solicitou-se à Comissão de Representação da Câmara Federal ajuda para investigar, naquela cidade, a verdadeira identidade do morto.

Organizou-se uma caravana integrada pelas seguintes pessoas: o Presidente da Comissão de Representação Externa do Congresso, deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG), deputado federal Roberto Valadão (PMDB-ES), Idibal Piveta, advogado da família de Ruy Carlos Vieira Berbert e representante da OAB-SP, Hamilton Pereira, da Comissão Pastoral da Terra, de Goiás e Suzana Keniger Lisboa, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Os integrantes da Caravana tomaram os depoimentos de populares que presenciaram os fatos da época. Foram entrevistados alguns moradores, funcionários públicos e membros da PM, que confirmaram que Ruy Carlos e João Silvino eram realmente a mesma pessoa.

Feito levantamento das sepulturas do Cemitério e localizado o possível local do sepultamento, foi encaminhado à Justiça pedido para reconstituição de identidade e posterior exumação e traslado dos restos mortais. Contatos com o Prefeito e o Governador do Estado foram feitos para providenciar as medidas necessárias para guarda da sepultura localizada.

No dia 30 de junho de 1992, a juíza de Direito da Comarca de Natividade, Dra. Sarita Von Roeder Michels, concluiu os termos de retificação da Certidão de Óbito, requerida pelo Sr. Ruy Jaccoud Berbert, pai de Ruy Carlos. O parecer da juíza diz o seguinte: “A documentação acostada aos autos não deixa quaisquer dúvidas de que Ruy Carlos Vieira Berbert seja a mesma pessoa que morreu na cadeia pública desta cidade de Natividade, foi sepultado no Cemitério local e cujo óbito lavrou-se em nome de João Silvino Lopes.”

Em seguida encaminhou o cancelamento do registro de óbito em nome de João Silvino Lopes e foi lavrado novo assento que registra o óbito de Ruy Carlos Vieira Berbert,

falecido em 02 de janeiro de 1972, às 3:00 horas na cadeia pública da Praça Senador Leopoldo de Bulhões.

Seu corpo, entretanto, não pode ser localizado, apesar das tentativas realizadas pela Equipe do Departamento de Medicina Legal da UNICAMP. No dia 19 de maio de 1992, em Jales, São Paulo, uma urna funerária vazia foi depositada no jazigo da família Berbert, simbolizando o enterro de Ruy Carlos, vinte anos após sua morte.

De sua mãe, D. Otília:

“Rui Carlos tinha uma única imã, Regina Maria Berbert Pereira. Ele passou a adolescência em sua terra natal. Sempre foi uma pessoa tranqüila e bondosa, especialmente para sua família.

Ao concluir o Curso Científico, deixou sua cidade seguindo para São Paulo com o intuito de se preparar para o vestibular e conseguiu, para tal, bolsa de estudos integral. E venceu essa etapa na vida estudantil conseguindo ser aprovado na PUC e USP, com distinção. Com o resultado dos vestibulares, optou pelo seu ingresso na USP, no curso de Letras.

Porém, após um ano, trancou a matrícula e começou a ministrar aulas em cursinhos particulares, entre outros no Capi-Vestibulares, na Av. São João e também num cursinho da Liberdade. Neste ínterim, iniciou seu envolvimento nas atividades políticas estudantis, quando, em outubro de 1968, foi preso em decorrência de sua participação no Congresso da UNE, em Ibiúna.

Após a sua prisão retornou à sua terra natal, permanecendo uns 15 dias e voltando logo em seguida para o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, onde morava, continuando a sua participação nos movimentos estudantis, até que, por motivos óbvios, se retirou do país.

Logo após sua saída do país, no final de 1969, em dezembro, recebemos uma carta da Europa na qual reconhecemos a letra dele. Porém, percebia-se claramente que, por motivos de força maior, dizia estar como turista pelo velho mundo, que estava bem, mas que seria muito difícil nos escrever sempre. Meses após recebemos um bilhete escrito às pressas e falando apenas que estava bem e que pensássemos sempre nele com carinho.

A partir daí saíram algumas notícias na imprensa sobre ele, tais como:

25/11/78: ‘Folha de São Paulo’ - O Congresso Nacional pela Anistia divulgou uma lista de 37 nomes de pessoas mortas e desaparecidas a partir de 1964 e nela constava o nome de Ruy Carlos como desaparecido em Dezembro de 69.

28/01/79: ‘Folha de São Paulo’ - 13 nomes de desaparecidos, cujas fichas estavam no ‘necrotério’ de um órgão de segurança em dezembro de 1973 e que são dados como desaparecidos pelas famílias e organizações de defesa dos direitos humanos; consta que o desaparecimento de Ruy Carlos está ainda em investigação.

03/08/79: ‘Correio da Manhã’ - Rio - Notícia uma lista de 14 nomes, com este título: ‘Estes desaparecidos foram mortos’. Entre esses nomes estava o de Ruy Carlos.

18/08/79: ‘Estado de São Paulo’ - O Dr. Idibal Piveta envia carta ao Ministro da Justiça, Petrônio Portela, solicitando informação de Ruy Carlos e outros.

22/09/79: 'Folha de São Paulo'. O Juiz Antonio Carlos de Seixas Teles, anistiou várias pessoas condenadas por atividades estudantis contra a segurança nacional e entre elas estava o nome de Ruy Carlos.

01/08/1991: 'Diário Popular' noticia trabalho feito em Curitiba pela Comissão Especial de Investigação, onde foram encontradas fichas de 17 desaparecidos em um arquivo de aço, com a identificação "falecidos", constando o nome de Ruy Carlos.

Após este histórico sobre a vida de Ruy Carlos, gostaria de mostrar a luta constante pela qual passamos, na busca incerta da solução de um passado certo.

Apesar dos fatos comprovarem a quase certeza de sua morte, nós vivemos mais de uma década com a esperança e o sonho de vê-lo novamente.

A partir do momento em que tivermos a certeza de que ele não voltaria mais, passamos a viver momentos ainda mais angustiantes e mais uma década se passou.

Hoje, o nosso maior sonho é conseguir dar para Ruy Carlos um lugar digno de grande herói que foi. É esta a nossa última e grande esperança.

Se assim o conseguirmos, não olvidaremos jamais a grande luta dos amigos e, porque não dizer, irmãos, que lutam e lutaram para a elucidação de uma época tão negra para nós.

Esperamos que a História nunca se esqueça de mencionar esses jovens heróis, muitas vezes anônimos para a maioria da população alienada a respeito dos acontecimentos passados.

Todavia, para nós, Ruy Carlos Vieira Berbert não é um herói anônimo pois, além de dar a sua contribuição para as grandes transformações sócio-políticas brasileiras, nos é lembrado como um filho digno das mais belas recordações, como um ser humano maravilhoso que foi: jovem, belo, inteligente, honesto e carinhoso que soube lutar pelos seus ideais."

RUY FRAZÃO SOARES

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu a 4 de outubro de 1941, em São Luiz do Maranhão, filho de Mário da Silva Soares e de Alice Frazão Soares.

Desaparecido aos 33 anos de idade, em 27 de maio de 1974.

Biografia publicada quando da passagem dos 14 anos de seu desaparecimento:

"Com raízes que se estendem há mais de quatro gerações de famílias maranhenses, Ruy Frazão Soares nasceu no dia 4 de outubro de 1941, tendo sido o quinto dos sete filhos do casal, Mário da Silva Soares (professor e advogado) e Alice Frazão Soares.

Ainda recém-nascido, Ruy mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até os 5 anos, quando retornou ao Maranhão face à morte de seu pai.

Lá, estudou na escola pública - Colégio de Aplicação 'Gilberto Costa' e no Liceu Maranhense.

Ainda estudante, organizou uma banda com a qual viajou por algumas cidades interioranas do Maranhão e colaborou com jornais de S. Luis, publicando artigos onde abordava a problemática dos professores estaduais e outros tópicos sociais daquela atualidade.

Terminado o curso científico, Ruy confirmou o seu desejo de formar-se em Engenharia, curso que não era oferecido pela Universidade do Maranhão. Sua mãe decidiu enfrentar as dificuldades de um orçamento já limitado para apoiar o seu filho na busca de sua realização profissional.

Iniciando o seu curso na Universidade Federal de Pernambuco, em 1961, Ruy logo começou a participar da JUC e a 'viver seu compromisso de cristão, desejo de entender e concretizar com sua vida, o plano de Deus'.

As reivindicações estudantis remetiam Ruy à configuração dos desvios da sociedade brasileira.

Logo depois de abril de 1964, foi determinada a mudança da Faculdade de Engenharia para o Engenho do Meio, local sem restaurante, biblioteca e mal servido por transportes. Ruy, eleito representante discente junto à congregação, foi um dos líderes da resistência à mudança.

Preso, ao sair da Faculdade, Ruy foi mantido incomunicável e submetido ao horror da tortura, que ele, com tenacidade, soube desqualificar. O seu silêncio, o comando de sua fala, teceu o fracasso do intento dos seus torturadores, além de confirmar que até o impossível, dentro da perspectiva animal e instintiva, pode tornar-se espaço para o exercício e ampliação da liberdade humana.

Libertado e, ainda com a cabeça raspada, Ruy viajou para os Estados Unidos, onde como bolsista, na Harvard University, participou de um seminário 'Economia do Desenvolvimento', concluindo-o com a apresentação de um trabalho que mereceu uma 'menção honrosa'.

Em Nova York, na Assembléia das Nações Unidas, pronunciou-se sobre as 'Torturas no Brasil' (julho 1965).

De volta, percebendo a impossibilidade de concluir o seu curso de Engenharia (estando já no 5º ano), Ruy voltou ao Maranhão e assumiu o cargo de Exator Federal, obtido em concurso público, quando terminou o segundo grau.

A sua nomeação para Viana o localizou no interior do Maranhão com os seus contrastes: de um lado os resíduos de uma aristocracia rural, de outro a opressão secular em que vivia a população rural maranhense.

Nessa época, Ruy estudava a obra de Teilhard de Chardin e se sentia esperançoso com o processo evolutivo da humanidade.

Em novembro de 1966, Ruy foi condenado a 2 anos de reclusão pela Justiça Militar acusado que fora, no processo 64/65, de "agitação da classe universitária."

Acreditando que só através da organização consciente da maioria da população brasileira seríamos capazes, como sociedade, de satisfazer nossas necessidades e realizar nossos sonhos, Ruy confirmou o seu engajamento na Ação Popular.

Casou-se com Felícia Moraes em 1968 e, no Pindaré-Mirim-MA participou da vida, das lutas e das experiências de organização dos trabalhadores rurais, aproveitando o trabalho iniciado pelo MEB (Movimento de Educação de Base), numa área em que o conflito pela posse da terra, incluía o assassinato de lavradores e de seus líderes políticos.

Sem maiores oportunidades de escolha, passou a viver na clandestinidade, sob o nome de Luis Antônio Silva Soares, com todos os riscos, sofrimentos e limitações que o isolamento e o contexto político lhe impunham.

Em 1972 nasceu o seu filho Henrique Ruy de Moraes Soares, sacudindo o seu coração com uma das maiores alegrias de sua vida.

Para manter a família, Ruy fez um curso de técnico de rádio e televisão e, com Felícia, negociava artigos de artesanato do Ceará. Moravam em Juazeiro-Bahia.

Politicamente continuava a pertencer à Ação Popular que, em parte, se fundiu com o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Na manhã do dia 27 de maio de 1974, Ruy foi preso, na Feira de Petrolina, por três policiais armados de revólveres que o espancaram, o ameaçaram de morte, o algemaram e, contra sua reação e dos companheiros da feira, que vieram em sua defesa, foi jogado no porta-malas de uma camioneta negra. Suas últimas palavras, dirigidas a uma feirante foram:

– Avisa Licinha!

Logo em seguida, voltaram os policiais ao local da prisão para recolher as mercadorias e até a lona da barraca. A pasta de documentos e o dinheiro já haviam levado.

D. Lélia, uma das feirantes, aproximou-se e perguntou para onde o levaram e qual a razão daquela prisão e recebeu a seguinte resposta:

– Não se meta com o caso - é uma boca quente.

Desde então, sua família começou a desesperada busca. Sua mãe viajou para Recife e lá procurou os altos comandos militares, encontrando sempre a mesma negativa: ninguém sabia de seu filho. O encaminhamento jurídico do caso também esbarrava na mesma justificativa: ‘Ruy não se encontrava em nenhuma dependência policial-militar’.

Felícia de Moraes Soares, sua esposa, escreveu à ‘Folha de S. Paulo’, ao ‘Jornal do Brasil’ e a diferentes órgãos da imprensa brasileira, embora consciente dos perigos que ameaçavam sua sobrevivência e a de seu filho.

Ao então Ministro da Justiça - Armando Falcão, que havia sido colega do pai de Ruy, no Instituto Nacional do Sal, D. Alice enviou carta.

No dia 6 de fevereiro de 1975, ouvimos atônitos o pronunciamento oficial do Governo, através daquele Ministro, dando o caso de Ruy por encerrado, por ter ele com mais outros três desaparecidos – ‘destino ignorado’.

Quando da prisão de Alanir Cardoso, em setembro de 1974, em Pernambuco, os torturadores lhe apresentaram uma foto de Ruy, de perfil, que sem dúvida, foi tirada do cárcere, afirmando: ‘o Comprido já virou presunto’.

Felícia e Henrique Ruy moveram uma ação judicial – processo nº 10.980-0, responsabilizando a União pelo desaparecimento de Ruy. Entre os que se ofereceram para testemunhar, está um ex-companheiro, que, vítima da selvageria instalada pela tortura, foi coagido a falar, indicando o endereço e o local de trabalho de Ruy.

Esta ação foi vencedora, em 26 de março de 1991, quando a 1ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco, responsabilizou a União pela prisão, morte e ocultação do cadáver de Ruy Frazão Soares, sem, entretanto, devolver os restos mortais. Foram advogadas neste processo as Dras. Ana Müller e Francisca Abigail Barreto Paranhos.

SÉRGIO LANDULFO FURTADO

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Nasceu em 24 de maio de 1951, em Serrinha, Estado da Bahia, filho de George Furtado e Diva Furtado.

Desaparecido, desde julho de 1972, aos 21 anos de idade.

Estudante de Economia na Universidade Federal da Bahia.

Entrou na luta clandestina em 1969, ligando-se ao MR-8. Respondeu a alguns processos, sendo julgado à revelia.

Foi preso junto com Paulo Costa Ribeiro Bastos, em 10 de julho de 1972, no bairro da Urca por agentes do DOI/CODI-RJ, para onde foi levado e torturado, sendo transferido posteriormente para o CISA – Centro de Informação da Aeronáutica.

Seus pais souberam de sua prisão por telefonema anônimo, em 24 de julho de 1972, e iniciaram desesperada procura. Nada conseguiram.

Em depoimento do preso político Paulo Roberto Jabour, em 20 de fevereiro de 1979, quando ainda se encontrava no Presídio Milton Dias Moreira (RJ), há informações de que um escrivão, chamado Bioni, então lotado no DOPS/RJ, confirmou ao preso político Nelson Rodrigues Filho, que Sérgio morrera no DOPS/RJ em consequência das torturas sofridas. Também o preso político Zaqueu José Bento - segundo o depoimento de Jabour - afirmou que o torturador Ventura, no Rio de Janeiro, chegou a lhe dizer diversas vezes, mostrando a foto de Sérgio, que este estava morto, que “já era”.

Sua morte é assumida por um general estreitamente ligado ao aparelho repressivo em entrevista fornecida ao jornal “*Folha de São Paulo*” em 28 de janeiro de 1979.

STUART EDGAR ANGEL JONES

Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8).

Nasceu a 11 de janeiro de 1946, na Bahia, filho de Norman Angel Jones e Zuleika Angel Jones.

Desaparecido desde 1971, aos 26 anos de idade.

Casado com Sônia Maria Morais Angel Jones (morta). Estudante de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Foi preso no Grajaú (próximo à Av. 28 de Setembro), no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1971, cerca das 9:00 horas, por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), para onde foi levado e torturado.

Ao cair da noite, após inúmeras sessões de tortura, já com o corpo esfolado, foi amarrado à traseira de um jipe da Aeronáutica e arrastado pelo pátio com a boca colada ao cano de descarga do veículo, o que ocasionou sua morte por asfixia e intoxicação por monóxido de carbono.

Em 08 de abril de 1987, a Revista “*Isto É*”, na matéria “*Longe do Ponto Final*”, publica declarações do ex-médico torturador Amílcar Lobo, que reconheceu ter visto Stuart no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data.

O preso político Alex Polari de Alverga é testemunha da prisão e tortura até a morte de Stuart, tendo inclusive presenciado a cena em que ele era arrastado por um jipe, com a boca no cano de descarga do veículo, pelo pátio interno do quartel.

No Relatório do Ministério da Marinha consta que foi “morto em 5 de janeiro de 1971, no Hospital Central do Exército...”

O Relatório do Ministério da Aeronáutica faz referências às denúncias sobre a morte de Stuart feitas por Alex Polari. Ao invés de esclarecer sua morte, dados do relatório falam da vida pregressa de Alex e finaliza dizendo: “neste órgão não há dados a respeito da prisão e suposta morte de Stuart Edgar Angel Jones.”

Artigo da “Folha de São Paulo” de 2/9/79, assinado por Tamar de Castro, intitulado: “Seu filho está sendo morto, agora”:

“Zuzu Angel, figurinista morta em circunstâncias ainda não esclarecidas, em 1976, relata em depoimento inédito ao historiador Hélio Silva, agora divulgado, o desaparecimento de seu filho, Stuart Edgar Angel Jones, estudante e professor, que — segundo suas denúncias - foi seqüestrado no dia 14 de julho de 1971 por agentes ligados ao Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), e - ainda segundo as denúncias - torturado e morto na Base Aérea do Galeão.

As torturas teriam sido presenciadas por outro preso político, Alex Polari de Alverga que, através de uma carta, informou Zuzu Angel das circunstâncias da morte de Stuart. Alex Polari cumpre atualmente pena de prisão no presídio da Frei Caneca, no Rio.

Baseada na carta de Alex e em outras evidências, Zuzu denunciou o assassinato de Stuart - de dupla cidadania, brasileira e norte-americana - ao senador Edward Kennedy, que levou o caso ao Congresso dos Estados Unidos. A mãe do estudante morto entregou também ao secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, - quando este esteve no Brasil, em 1976 — uma carta pessoal, a tradução da carta de Alex e um exemplar do vigésimo volume da série ‘História da República Brasileira’, de Hélio Silva, onde o autor relata a morte do estudante.

Segundo o historiador, o afastamento da 3ª Zona Aérea e posterior reforma do brigadeiro João Paulo Penido Burnier e a própria destituição do então ministro da Aeronáutica, Márcio Souza e Melo, estiveram relacionados com os protestos norte-americanos pela morte de Stuart.

O caso Stuart Angel mistura-se com o plano de utilização do PARASAR para eliminação de lideranças políticas, concebido pelo brigadeiro Burnier em 1968. O plano foi denunciado pelo capitão Sérgio Miranda Ribeiro de Carvalho que, por este motivo, foi punido com base no Ato Institucional n° 5.

O depoimento de Zuzu Angel foi prestado em 10 de fevereiro de 1976, um mês antes de sua morte, ao historiador Hélio Silva na qualidade de diretor do Centro de Memória Social Brasileira, da Faculdade Cândido Mendes, auxiliado por Maria Cecília Ribas Carneiro, pesquisadora assistente. Nele, Zuzu Angel relata sua peregrinação junto a autoridades militares para ter alguma notícia sobre a prisão de seu filho, os desmentidos de que o estudante estivesse preso, feitos pessoalmente pelo general Sílvio Frota, na época comandante do 1º Exército.

Zuzu Angel afirma que as torturas sofridas por seu filho foram confirmadas, inclusive, pela visita que recebeu da sra. Lígia Tedesco, mulher do brigadeiro Tedesco, amigo pessoal de Burnier. A sra. Tedesco reafirmou as torturas sofridas no CISA por ‘um rapaz’ e procurou diminuir a indignação de Zuzu assegurando-lhe que ‘esse rapaz não era o seu filho’. Oficialmente, Stuart Angel Jones foi considerado revel, julgado e absolvido pelos tribunais competentes.”

SUELY YUMIKO KANAYAMA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Coronel Macedo, Estado de São Paulo, em 25 de maio de 1948.

Desaparecida desde 1973 na Guerrilha do Araguaia, aos 25 anos.

Em 1967, concluiu o 2º grau no Colégio Albert Levy, ingressando em seguida na Universidade de São Paulo, sendo aprovada no vestibular para Licenciatura em Língua Portuguesa e Germânica. Durante os anos de 65 a 69 fez, como cadeira opcional, a Língua Japonesa.

Matriculou-se pela última vez na USP em 1970. Em fins de 1967 e nos anos que se seguiram, com as principais lideranças estudantis perseguidas, na clandestinidade ou no exterior, novas lideranças se faziam necessárias. Sueli foi uma delas.

Chegou à Região do Araguaia, em fins de 1971, sendo uma das últimas a se integrar ao Destacamento B da Guerrilha.

No início do ano de 1974, cercada por uma tropa do Exército, recusou-se à rendição, sendo metralhada. Seu corpo foi perfurado por mais de 100 balas de grosso calibre.

Morreu aos 25 anos, dos quais 3 dedicados à guerrilha, em defesa da causa que acreditava justa – a da Liberdade.

Segundo reportagem do “*Diário Nippak*”, foi morta com rajadas de metralhadoras disparadas por diversos militares, deixando seu corpo irreconhecível. Foi enterrada em Xambioá e seus restos mortais foram posteriormente exumados por estranhos.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que “cercada pelas forças de segurança, foi morta ao recusar sua rendição”. Já o Relatório do Ministério da Marinha afirma que foi “morta em setembro de 1974”.

Sobre a ocultação do cadáver de Sueli, o Coronel da Aeronáutica Pedro Cabral diz, em entrevista à revista “*Veja*”, em outubro de 1993: “Sueli havia sido morta no final de 1974. Seu corpo estava enterrado num local chamado Bacaba, onde, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército – CIEEx, foram construídas celas e se interrogavam os prisioneiros. Durante a operação limpeza, sua cova foi aberta e o corpo de Sueli, desenterrado. Intacto, sem roupa, a pele muito branca não apresentava nenhum sinal de decomposição, apenas marcas de bala...”

“Desenterrado, o corpo de Sueli foi colocado num saco plástico e levado até meu helicóptero que o transportou para um ponto ao sul da Serra das Andorinhas, a 100 km de distância. Ali... fizeram uma pilha de cadáveres... também desenterrados de suas covas originais. Cobertos com pneus velhos e gasolina, foram incendiados.”

TELMA REGINA CORDEIRO CORRÊA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu a 23 de julho de 1947 na cidade do Rio de Janeiro, filha de Luiz Durval Cordeiro e Celeste Durval Cordeiro.

Desaparecida desde 1974, na Guerrilha do Araguaia, aos 27 anos.

Universitária, estudante de Geografia da Universidade Federal Fluminense, de onde foi excluída em 1968 pelo Decreto-lei 477.

Deslocou-se para a região do Araguaia em 1971, juntamente com seu marido Elmo Corrêa indo morar às margens do Rio Gameleira e ingressando no Destacamento B da Guerrilha.

No início do ano de 1974 foi presa na casa do Sr. Macário em São Geraldo e entregue a José Olímpio, engenheiro do DNER que trabalhava para o Exército. Passou a noite amarrada no barco de José Olímpio antes de ser entregue às autoridades em Xambioá.

(Depoimentos colhidos na região pelo advogado Paulo Fontelles, representante da OAB junto à Caravana de Familiares que estiveram no Araguaia à procura de informações em 1981.) Segundo o Relatório do Ministério da Marinha, “foi morta em janeiro de 1974”.

THOMAZ ANTÔNIO DA SILVA MEIRELLES NETO

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu a 1º de julho de 1937 em Parintins, Estado do Amazonas, filho de Togo Meirelles e Maria Garcia Meirelles.

Desaparecido, desde 1974, aos 31 anos de idade.

Formou-se Sociólogo pela Universidade de Moscou.

Era casado e teve dois filhos, Larissa e Togo.

Foi preso no dia 7 de maio de 1974, no Leblon, Rio de Janeiro.

O nome de Thomaz consta da lista de pessoas consideradas desaparecidas e assumidas como mortas por um general responsável pelo aparato repressivo, em entrevista ao jornal “Folha de São Paulo”, em 28 de janeiro de 1979.

Preso em 14 de setembro de 1971, foi condenado a 3 anos e 6 meses de prisão. Liberado em 1973, retorna à luta, permanecendo clandestino até 07 de maio de 1974, quando foi preso e nunca mais visto.

Durante o período da clandestinidade, no ano de 1973 e parte do de 1974, sua família foi perseguida, culminando com a prisão de sua mulher Miriam Marreiros Meirelles, também torturada no DOI-CODI/RJ para dizer onde seu marido se encontrava.

Em 08 de abril de 1987, a Revista “*Isto É*”, na matéria “*Longe do Ponto Final*”, publica declarações do ex-médico-torturador Amílcar Lobo de que havia visto Thomaz no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data.

No Arquivo do DOPS/SP, documento da Secretaria Estadual dos Negócios da Segurança Pública/Polícia Civil de São Paulo/Divisão de Informações-CPI-DOPS afirma que Thomaz foi “... **novamente preso em 07 de maio de 1974**, quando viajava do Rio de Janeiro para São Paulo”.

O Relatório do Ministério da Marinha confirma esta informação, quando diz que Thomaz foi “... preso novamente no dia 07/mai/74, entre Rio de Janeiro e São Paulo”.

No livro “*Brasil Nunca Mais*” a primeira prisão de Thomaz, em 1972, e o julgamento em que foi condenado a 3 anos e 6 meses, foi retratado como o caso nº 1, para ilustrar o funcionamento da Justiça Militar, no período da ditadura no Brasil. “Nove anos passados na União Soviética servem de prova da intenção de delinquir”, mostrando o absurdo do processo que levou Thomaz para a clandestinidade.

Teve sua prisão preventiva pedida em 12 de agosto de 1974 e, posteriormente, condenado à pena de 2 anos de reclusão pelo proc. nº 45/74.

Notícia veiculada no “*Correio da Manhã*” (RJ), de 03 de agosto de 1979, dá conta de que 14 desaparecidos políticos foram mortos pelos serviços secretos das Forças Armadas e dentre eles está o nome de Thomaz. A matéria diz que os repórteres, Ana Lagoa e Henrique Lago, da “*Folha de São Paulo*”, ouviram de 2 generais e um coronel esta informação.

Thomaz segundo Miriam, sua viúva, em 1987:

“Falar sobre Thomaz – mesmo pensar – é muito doloroso. Principalmente quando nossos dois filhos estão por perto. Mas, nosso problema é o mesmo de centenas de esposas, mães, filhas – sentimos nossos combatentes desaparecidos muito próximos e vivos. Atualmente, na atual arrancada de participação popular,

por um Brasil político e economicamente independente e democrático, não estamos vendo fisicamente nossos amores, nossos filhinhos, nossos pais. Ouvimos, sim, seus nomes serem chamados, e o povo por eles respondendo: presente.

Thomaz Antônio Meirelles Netto foi morto neste combate, que se prolongou por quase 15 anos de estado de exceção. Mas covardemente, pois seu corpo não apareceu. Nem sua prisão foi reconhecida. Torna-se doloroso falar do desaparecimento de uma inteligência e sensibilidade empregadas na luta em prol das mais elementares necessidades do homem brasileiro: amar, estudar, trabalhar. E, das suas mais legítimas aspirações: pensar, construir, produzir. Foi em 7 de maio de 1974 que desapareceu este íntegro e querido revolucionário.

Nasceu em Parintins, Amazonas, em 1º de julho de 1937. Chegando ao Rio em 1958, participou pela UBES e UNE da direção e organização das manifestações culturais e políticas que os estudantes desenvolviam naquele período histórico. Paralelamente à sua atividade profissional de jornalista, participou e acompanhou, nos Estados, do trabalho do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE. Foi quando teve contato mais real com a pobreza e a miséria das partes mais desprotegidas do povo: dos alagados do Recife às minas de carvão de Santa Catarina. E, quando em 1961, a Cadeia da Legalidade foi desencadeada, encontrou em Thomas um modesto, mas também um dos mais sinceros lutadores a favor da posse constitucional do vice-presidente eleito pelo povo. Sua militância política estava articulada a uma disciplina e organização, no PCB e, mais tarde, na ALN, sempre dentro de princípios e programas políticos que propugnam pela emancipação do povo e da nação brasileira, das mais diferentes formas de domínio do imperialismo.

Quando Brasil e União Soviética estabeleceram relações diplomáticas, Thomaz – por falta de recursos necessários – solicitou uma bolsa de estudos para continuar sua formação universitária. Foi para Moscou em 1962, onde cursou a Faculdade de Filosofia na Universidade de Moscou (Lomonosof). Essa fase de sua juventude foi muito rica e fecunda – até retornar ao Brasil em 1969.

Foi brilhante, alegre e consciente: o amigo, o estudante admirável, o companheiro amoroso e, principalmente, o revolucionário generoso.

Quando em 1963 nasceu nossa filha Larissa, dizia que “como já tinha plantado uma árvore, só faltava escrever um livro” e acrescentava que neste popular ditado chinês só faltava constar que o homem também deve fazer a revolução.

Com poucos meses no Brasil, a clandestinidade política de Thomaz já era total. Nosso filho, Togo Meirelles Netto, nascido no Brasil em 1967, nunca pôde ser acalentado pelos braços do seu pai. Nunca se olharam nos olhos nem se seguraram as mãos. Muitas vezes, seu amor imenso de pai arriscava a segurança para olhá-lo a certa distância. Cumpriu, em 1970, uma condenação por atividades políticas – período imensamente doloroso, em que foi torturado. Livre em 1973, dois meses foi o tempo que teve para tentar reestruturar-se. Mais uma vez era obrigado, pela caça empreendida pelo aparelho repressivo, a entrar na clandestinidade. Ele pressentia a redução de sua pena como uma armadilha. Como consequência, eu e seus amigos fomos seqüestrados e torturados: queriam-no outra vez.”

Thomaz, segundo seu amigo, o ator Carlos Vereza:

“Tive a honra de ser amigo fraterno de Meireles. Ele era fascinante – eu o escondi em minha casa – e tínhamos discussões incríveis. Ele queria que eu concordasse com a visão de luta armada. Eu achava que não era hora, não concordava com ele. Não sou

político, sou um cidadão que fica indignado. O Meireles era fascinante porque naquele momento era um dos guerrilheiros mais procurados pela ditadura. Era fantástico porque havia chegado da Europa e era a antítese da caricatura e do arquétipo que se imagina de um guerrilheiro. Usava ‘altos’ paletós suíços, ‘altas’ calças francesas, sapatos finíssimos e um ‘38’ dentro de uma pasta. Impressionante. E era bonito. Uma vez ganhei um prêmio americano no IBEU e fui recebê-lo. Ele me emprestou um paletó lindíssimo. Eu nunca vestira paletó tão caro. Não era apropriação não. Ele gostava de se vestir bem. Gostava de Sartre, de Camus, do existencialismo, do teatro do absurdo. Isso era lição de abertura que não impedia que ele fosse uma das pessoas mais procuradas. Uma lição de que a pessoa não precisa ser necessariamente sectária, intolerante, não precisa ser mal-humorada para morrer como ele morreu, assassinado pela ditadura. A minha admiração por Meireles é muito grande, pelo paralelo desse empenho em lutar pela liberdade do país, pelo “fair-play”, pelo relaxamento bonito, elegante, sempre com seu “trinta e oitinho”. Ele tem uma filha chamada Larissa, que ficou escondida na minha casa. Falava russo, havia nascido na Rússia. Uma vez fui à padaria comprar pão e ela começou a pedir doce em russo. Fiquei apavorado porque estávamos no auge da ditadura, e comecei a fingir que era pesquisa de som o que ela estava fazendo... O máximo que pude fazer foi, quando minha filha nasceu, não só por achar bonito, mas para homenageá-lo também, chamá-la de Larissa.”

TOBIAS PEREIRA JÚNIOR

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1949, filho de Tobias Pereira e Emília Barreto Pereira.

Desaparecido em 1974 na Guerrilha do Araguaia, aos 24 anos.

Estudante de Medicina na Universidade Federal Fluminense, foi viver na região do Araguaia. Lá foi preso em casa de camponeses próximo à localidade de São Geraldo.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi morto em 15 de fevereiro de 1974.”

UIRASSU DE ASSIS BATISTA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu a 05 de abril de 1952 em Itapicuru/BA, filho de Francisco de Assis Batista e Aidentalva Dantas Batista.

Desaparecido em 1974 na Guerrilha do Araguaia, aos 22 anos.

Estudante secundarista da Bahia, participou do movimento estudantil. Perseguido por sua atuação política, mudou-se para o interior, indo residir na localidade denominada Metade, incorporando-se ao Destacamento A – Helenira Resende – da Guerrilha.

Com seu gênio alegre, cativou todos que com ele conviveram. Frequentava todas as festas das vizinhanças, onde dançava e participava de todas as brincadeiras.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi morto em abril/74”.

UMBERTO ALBUQUERQUE CÂMARA NETO

Militante da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML).

Nasceu em 28 de maio de 1947, em Campina Grande, Estado da Paraíba, filho de Roberto Alves Câmara e Marilene de Sá Leitão Câmara.

Desaparecido desde 1973, quando contava 26 anos.

Estudante de medicina da Universidade Federal de Pernambuco. Presidiu o Diretório Acadêmico de sua Faculdade e foi membro do DCE da UFPB. Foi preso em 1968, no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo.

Em 1969 foi eleito para a diretoria da UNE.

Foi preso no dia 8 de outubro de 1973 pelo DOI-CODI, no Rio de Janeiro.

O Relatório do Ministério do Exército, persistindo na desinformação, diz que Humberto “foi visto em Recife em Jul./74”; o Relatório do Ministério da Marinha, no entanto, confirma sua morte em outubro de 1973.

No Arquivo do DOPS/SP, “nascido em 1947, ex-estudante de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, ex-membro da UNE, **preso no dia 08/10/73**, no Rio de Janeiro.”

VANDICK REIDNER PEREIRA COQUEIRO

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Boa Nova, Estado da Bahia, aos 09 de dezembro de 1949, filho de Arnóbio Santos Coqueiro e Elza Pereira Coqueiro.

Desaparecido em 1974 na Guerrilha do Araguaia, aos 25 anos.

Fez o 1º e 2º graus no Instituto Regis Pacheco, em Jequié.

Cursou até o 3º ano de Economia, em Salvador, na UFBA. Membro do DCE e professor de História em cursinhos.

Casado com Dinaelza Coqueiro (desaparecida), foram para a região do Araguaia em fins de fevereiro de 1971 para a localidade de Gameleira. Pertencia ao Destacamento B da Guerrilha

O relatório do Ministério Marinha diz que foi “morto em 17/01/74”.

VIRGÍLIO GOMES DA SILVA

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu a 15 de agosto de 1933 em Sítio Novo – Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, filho de Sebastião Gomes da Silva e Izabel Gomes da Silva.

Desaparecido desde 1969.

Casado, tinha 3 filhos.

Foi operário da indústria química e dirigente do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo. Preso durante 4 meses em 1964. Perseguido pela sua militância, não conseguia emprego nas fábricas e sobreviveu mantendo um pequeno bar em São Miguel Paulista.

Foi preso no dia 29 de setembro de 1969, na Av. Duque de Caxias, em São Paulo, por agentes da Operação Bandeirantes - OBAN (DOI-CODI/SP).

Morto sob torturas na sede da OBAN, nas mãos dos assassinos torturadores liderados pelo major Inocêncio F. de Matos Beltrão e pelo Major Valdir Coelho, chefes daquele centro de torturas, além dos capitães Benone Arruda Albernaz, Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, Maurício Lopes Lima, Homero Cesar Machado, capitão conhecido como “Tomás”, da PM-SP, delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., sargento da PM Paulo Bordini, agentes policiais Maurício de Freitas, vulgo “Lungaretti”, Paulo Rosa, vulgo “Paulo Bexiga” e agente do Departamento da Polícia Federal conhecido como “Américo”.

Militantes presos na mesma época afirmam que a polícia torturou sua mulher e o filho mais novo, ainda bebê, para obrigá-lo a colaborar.

Em sua ficha encontrada nos arquivos do DOPS/SP ao lado do seu nome, entre parêntesis está escrito à máquina “morto”.

No encaminhamento nº 261 do Serviço Nacional de Informações de 31 de outubro de 1969, encontrado no DOPS/PR, lê-se “Virgílio Gomes da Silva - ‘Jonas’, falecido por resistir à prisão; que também usava a falsa identidade em nome de Joel Ferreira Lima.”

Ainda no DOPS/PR, consta o nome de Virgílio numa gaveta com a identificação: “falecidos”.

No DOPS/RJ, consta o nome de Virgílio no documento do CIE-S/103 – Terroristas da ALN com Cursos em Cuba (situação em 21 de junho de 1972), como estando morto.

O Relatório da Marinha afirma que “morreu em 29 de setembro de 1969, ao reagir à bala quando de sua prisão em um aparelho.”

Depoimentos dos ex-presos políticos Paulo de Tarso Venceslau, Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, seu irmão Francisco Gomes da Silva e Celso Antunes Horta, feitos em Auditorias Militares na época, denunciam as torturas sofridas por Virgílio na OBAN.

De Francisco Gomes da Silva, irmão de Virgílio e que também foi preso político:

*“Meu irmão Virgílio Gomes da Silva foi preso e morto no DOI-CODI da Operação Bandeirantes, em 29 de setembro de 1969. Virgílio era militante da ALN e estava sendo procurado pelos órgãos da repressão aparecendo inclusive em cartazes com fotografia onde se lia **Procura-se**. Eu fui preso no dia 28 do mesmo mês de setembro, tendo passado por várias sessões de tortura, quando no dia 29, Virgílio chegou no mesmo local, ou seja Operação Bandeirantes, algemado, tendo sido preso pela equipe do Capitão Albernaz (eu, pela equipe do Raul Careca). Eu estava sendo interrogado quando ouvi os gritos de Virgílio, que chegou algemado e estava sendo espancado, quando levou um chute no rosto, que se abriu e começou a jorrar sangue.*

Continuaram os gritos de Virgílio que estava sendo torturado para que entregasse os companheiros. Ele recusava-se a delatar e reagia xingando os torturadores. Acredito que Virgílio chegou ao DOI-CODI por volta de 11:00 h da manhã, tendo sido assassinado por volta das 21:00 h. O corpo foi mostrado ao Celso Horta, também preso político. Virgílio foi morto pendurado no pau de arara.

Mais ou menos meia hora depois que eu soube da morte de Virgílio, através de um outro preso, o Capitão Albernaz dirigiu-se a mim, informando que Virgílio havia fugido. Ouvi comentários na prisão que os torturadores haviam retirado os olhos de Virgílio, bem como seus testículos.

Mais tarde fui transferido para o DOPS e lá, um delegado cujo nome não me recordo, falou que Virgílio havia sido enterrado na quadra do DOPS no cemitério de V. Formosa.

Mais ou menos um ano depois, minha mãe e meu irmão Vicente foram ao cemitério de V. Formosa e souberam através de um funcionário o local onde Virgílio estava enterrado, tendo se dirigido ao referido local que, entretanto, estava fortemente vigiado pela polícia militar, sendo que os policiais determinaram que se afastassem e não voltassem mais ao local. Os jornais publicaram que Virgílio estava foragido, quando na verdade já estava morto.”

Apesar das buscas efetuadas no Cemitério de Vila Formosa pela Comissão 261/90 da Prefeitura de São Paulo, seu corpo não foi encontrado.

VITORINO ALVES MOITINHO

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Nasceu em 3 de janeiro de 1949, na Bahia, filho de Isaú Lopes Moitinho e Yolinda Alves Moitinho.

Desaparecido desde 1973, aos 24 anos de idade.

Estudante, trabalhou como bancário e operário. Respondeu a alguns processos de natureza política. Foi para a clandestinidade, vindo a morrer com Ramires Maranhão do Vale, Almir Custódio de Lima e Ranúzia Alves Rodrigues.

Era um dos quatro ocupantes do carro incendiado em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, por agentes do DOI/CODI-RJ, conforme descrito na nota referente a morte de Ranúzia Alves.

O cadáver de Vitorino Alves Moitinho deu entrada no IML/RJ como desconhecido carbonizado, em 27 de outubro de 1973, vindo da Praça Sentinela, em Jacarepaguá, com a guia nº 19 do DOPS/RJ.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “teria morrido juntamente com outros subversivos, durante operação não definida.” Não há confirmação de sua morte no Relatório do Ministério do Exército, mas o da Aeronáutica, afirma que Vitorino foi “morto em 27 de outubro de 1973, num carro, em Jacarepaguá, juntamente com outros três militantes do PCBR.”

As mortes dos militantes Ramires Maranhão do Valle e Vitorino Alves Moitinho, até então desaparecidos, eram do conhecimento dos órgãos de repressão, embora eles tenham ocultado esses fatos para seus familiares e para a opinião pública.

WALKÍRIA AFONSO COSTA

Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Nasceu em Uberaba, Triângulo Mineiro, no dia 2 de agosto de 1947, filha de Edwin Costa e de Odete Afonso Costa.

Desaparecida desde 1974 na Guerrilha do Araguaia quando tinha 27 anos.

Seu pai era funcionário do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, hoje Banco Nacional, em Pirapora.

Depoimento de sua irmã:

“Walquíria fez o curso primário na Escola Normal de Patos de Minas/MG, e as duas primeiras séries do curso ginásial, no Ginásio Rio Branco, em Bom Jesus de Itapapoama, Rio de Janeiro.

Com a transferência de sua família para Pirapora, terminou o ginásial no Colégio Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, estabelecimento dirigido por freiras religiosas.

No período de 1963 a 1965, estudou no Colégio São João Batista, em Pirapora, onde terminou o Curso Normal de formação de professoras, e lecionou em alguns grupos escolares da cidade.

Wal – como era chamada – prestou concurso público para o Estado em 1966 e, nomeada na primeira chamada, transferiu-se para Belo Horizonte, onde passou a lecionar.

Aluna exemplar, ocupando sempre os primeiros lugares nas escolas por onde passou, Walquíria prestou o vestibular para o Curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Minas Gerais, classificando-se em segundo lugar.

Freqüentou apenas os três primeiros anos do Curso, quando passou a tomar consciência dos problemas políticos e sociais do País e, em particular, da própria Universidade. Nessa época, Walquíria gostava muito de cantar e tocar violão.

Participou junto com outros colegas da fundação do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação, em 1968. Lutavam pela defesa de interesses estudantis e buscavam o caminho para soluções de questões mais concretas como: cortes de verbas, acordo MEC–USAID, fechamento de restaurantes universitários, Decreto-Lei 477 etc.

As perseguições políticas começaram a se intensificar. O cerco do prédio da Faculdade de Educação, demonstrou um claro desrespeito aos alunos e professores que estavam em seu interior. Intimações para depoimentos no DOPS, muitas prisões, já sob tortura, eram os sinais nítidos do agravamento da situação política.

Nesse período, Walquíria era Vice-Presidente do Diretório Acadêmico.

Walquíria, até então, não havia sido indiciada em nenhum inquérito, pelo DOPS ou por qualquer outro órgão de segurança.

Já prevendo dificuldades futuras e maiores riscos de atuação, decidiu em 1971 partir para outra frente de trabalho político: a luta junto aos camponeses pobres da região do Araguaia.

É importante destacar que nessa mesma época foi procurada por agentes da repressão (DOPS/MG) e teve sua casa invadida sob a alegação de envolvimento em reuniões estudantis.

Walquíria, Walk ou Wal, e seu marido, Idalísio Soares Aranha Filho, ambos filiados ao PC do B, foram viver na região do Gameleira, Sul do Pará.

Fez parte do Destacamento B, comandado por Osvaldo Orlando da Costa, na localidade de Gameleira.

Em julho de 1973, Walquíria foi julgada, à revelia, pela Auditoria da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, mas foi absolvida por absoluta falta de provas da sua atuação política.

Walquíria Afonso Costa foi dada como desaparecida na região do Araguaia, em 25 de dezembro de 1973, onde provavelmente foi aprisionada e morta sob torturas.

‘Os mortos inimigos serão sepultados na selva, após identificação’: esta recomendação está escrita em farto material das Forças Armadas sobre a segunda fase da Guerrilha do Araguaia em 1972, denominada ‘Operação Papagaio’. Mas até hoje seus restos mortais não foram entregues à família.

Walquíria Afonso Costa – de muitas lembranças e tantas saudades, alta, clara, cabelos castanhos e lisos, rosto ovalado, inteligente e leal é nome da antiga rua 10, no bairro Nova Pirapora, em Pirapora, Minas Gerais, num projeto de lei do Vereador José Carlos Costa.”

No Relatório do Ministério da Marinha consta que “foi morta em 25/out/74”. Já no Relatório do Ministério do Exército “consta que teria morrido em 1972, em confronto com as forças de segurança.”

WALTER DE SOUZA RIBEIRO

Dirigente do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Era filho de Benedito Ribeiro e Maria Natalícia de Souza Ribeiro. Nasceu em Teófilo Otoni, no dia 24 de setembro de 1924 numa família grande: Wanda, Walmira, Analice, Geraldo, Valdir e Conceição eram seus irmãos.

Desaparecido desde 1974.

Fez o curso primário numa escola pública de Teófilo Otoni e o ginásio em Conceição do Mato Dentro. Resolveu ser oficial do Exército, entrando para o Curso Preparatório de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras. Pessoas que com ele conviveram e que o conheceram de perto descrevem-no como encantador, inteligente, excelente amigo, fiel companheiro e muito bom pai.

Sua família morava em Governador Valadares, quando Walter saiu de casa em busca de formação profissional. Casou-se com Adalcy Byrro Ribeiro, filha de uma família de comerciantes em Governador Valadares e com ela teve três filhos: Marcos, Marina e Marcelo.

Foi reformado como oficial do Exército pela Lei nº 1.507-A, de 28 de janeiro de 1950, por incompatibilidade com o oficialato. Foi considerado como “incompatibilidade” o fato de Walter haver assinado documento pela paz mundial, contra o uso de armas atômicas e o envio de tropas brasileiras para a guerra da Coreia.

Walter desapareceu no dia 3 de abril de 1974, em São Paulo. Quando desapareceu, a primeira reação de D. Adalcy foi pensar em acidente; em seguida chegou à conclusão de que seu seqüestro e desaparecimento poderia ter sido mais uma arbitrariedade da polícia política implacável e violenta. A peregrinação da família começou, então, na tentativa de encontrar o esposo e pai. Marina, sua filha, procurou pelo pai, colocando anúncios nos jornais. Foram feitos contatos com a Ordem dos Advogados do Brasil e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que, através de D. Paulo Evaristo Arns, conseguiu uma audiência de dez famílias de presos políticos com o General Golbery do Couto e Silva. O General Golbery prometeu a Adalcy e aos outros familiares que, no prazo máximo de um mês, daria uma resposta sobre o paradeiro de Walter, o que não aconteceu no tal prazo, nem nunca. A única reação do governo viria um pouco depois, de forma fulminante, quando, em fevereiro de 1975, o Ministro da Justiça, Armando Falcão divulgou nota sobre os presos políticos, em que acusava Walter de subversivo e indigno para o oficialato, dizendo haver contra ele um mandado de prisão expedido pela 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição da Justiça Militar em 1970, e que ele se encontrava foragido.

Indignada com a nota do Ministro, Adalcy manifestou-se protestando, veementemente, contra as calúnias e apresentando fatos documentais que desmentiam o Ministro, uma vez que havia sido expedida pela 2ª Auditoria do Exército de São Paulo certidão negativa que atestava a boa conduta de seu marido. Assim ela se manifestou:

"A nota é caluniosa também quando diz que meu marido foi expulso do Exército como indigno. Não existe, até agora, que seja do meu conhecimento e dos meus filhos, nenhuma expulsão e sim reforma pela lei nº 1507-A, de 28 de janeiro de 1950, por incompatibilidade para o oficialato... A reforma de um oficial por incompatibilidade não significa indignidade, conforme declarou o Ministro Falcão. Nossa dor já era demasiadamente grande pelo dramático desaparecimento do chefe da nossa família para suportar ainda o peso da difamação que o ministro nos impôs através de toda a imprensa nacional."

Para a família de Walter, seu desaparecimento, além de revolta e angústia, significou grandes privações inclusive financeiras, uma vez que não podia, ao menos, receber o soldo a que tinha direito, pois não possuía atestado de óbito.

Anos após seu desaparecimento, a família de Walter continuou sua busca através de advogados e da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

De acordo com declarações do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto à revista “*Veja*” de 18 de novembro de 1992, Walter de Souza Ribeiro foi capturado pelo DOI/CODI em São Paulo e levado para o Rio de Janeiro, onde foi assassinado e esquartejado, sendo as partes de seu corpo enterradas em lugares diferentes, para não ser identificado. Essa prática monstruosa foi muito utilizada pela polícia política, naquela época, contra militantes políticos.

WALTER RIBEIRO NOVAES

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu na Bahia, filho de Arlindo Ribeiro Moraes e Maria Rosalinda Ribeiro. Desaparecido desde 1971.

Casado, pai de 2 filhos. Salva-vidas do Salvamar no Rio de Janeiro.

Foi preso no bairro da Penha, Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1971.

Depoimentos dos ex-presos políticos Alex Polari de Alverga e Lúcia Maurício Alverga, feitos, à época, em Auditorias Militares, falam que os torturadores do DOI-CODI/RJ disseram que Walter estava morto após ter sido torturado naquele órgão da repressão.

Inês Etienne Romeu, em seu Relatório sobre sua prisão na “Casa da Morte”, em Petrópolis, diz que Walter esteve naquele aparelho clandestino da repressão no mês de julho de 1971 e que, no período de 08 a 14 de julho, houve uma ruidosa comemoração em virtude de sua morte.

WILSON SILVA

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Natural de São Paulo. Desaparecido em 1974, quando tinha 32 anos de idade, juntamente com sua mulher, Ana Rosa Kucinsky.

Físico formado pela USP, especializado em Processamento de Dados, trabalhava na SERVIX/SP.

Em 08 de abril de 1987, a revista “*Isto É*”, na matéria “*Longe do Ponto Final*”, publica declarações do ex-médico torturador Amílcar Lobo que afirma ter visto Wilson no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data.

Seqüestrado no dia 22 de abril de 1974, juntamente com sua mulher, Ana Rosa Kucinsky, em São Paulo, capital, nunca mais foram vistos.

Em sua ficha encontrada no DOPS/SP diz “preso em 22 de abril de 1974, em São Paulo, junto com sua esposa Rosa Kucinsky”.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi preso em São Paulo a 22 de abril de 1974, e dado como desaparecido desde então.”

Ver mais informações na nota referente a Ana Rosa Kucinski.

***DESAPARECIDOS
NO EXTERIOR***

DESAPARECIDOS NA ARGENTINA

FRANCISCO TENÓRIO JÚNIOR

Desaparecido desde 1976, quando tinha 35 anos.

Músico que excursionava por Buenos Aires, acompanhando o violonista Toquinho e o poeta Vinícius de Moraes.

Tenorinho, como era conhecido, foi detido na noite de 18 de março de 1976, logo após ter deixado o Hotel Normandie para procurar uma farmácia em busca de medicamentos. Foi tragado pela rede clandestina da repressão oficial sem deixar pistas.

Vinícius de Moraes, Toquinho e mais alguns amigos, como o poeta Ferreira Gullar (exilado em Buenos Aires) mobilizaram-se inutilmente. Procuraram em hospitais e delegacias e buscaram ajuda na embaixada brasileira.

O governo brasileiro, em 1976, informou que nada sabia e o Itamaraty anunciou que “envidava esforços” para localizar o pianista desaparecido.

Em 1986, o ex-torturador argentino Claudio Vallejos, que integrava o Serviço de Informação Naval, em entrevista à revista Senhor (nº 270) menciona o destino de diversos brasileiros nas mãos da ditadura argentina: Sidney Fix Marques dos Santos, Luiz Renato do Lago Faria, Maria Regina Marcondes Pinto de Espinosa, Norma Espíndola, Roberto Rascardo Rodrigues e Francisco Tenório Jr. Em documentos apresentados por Vallejos diz-se:

“Do dia 20 de março de 1976 – quando o Capitão Acosta solicita ao Contra-Almirante Chamorro autorização ‘para estabelecer contato com o agente de ligação, código de guerra 003, letra C, do SNI do Brasil’, para que informasse a central do SNI no Brasil que o grupo de tarefa chefiado por Acosta estava ‘interessado na colaboração para a identificação e informações sobre a pessoa do detido brasileiro Francisco Tenório Jr.’”

Outro documento, em ofício assinado por Acosta é dirigido ao embaixador, em nome do “Chefe da Armada Argentina”, e datado de 25 de março de 1976, quando a embaixada brasileira era comunicada sobre o seguinte:

“1) Lamentamos informar a essa representação diplomática o falecimento do cidadão brasileiro Francisco Tenório Júnior, Passaporte nº 197803, de 35 anos, músico de profissão, residente na cidade do Rio de Janeiro;

“2) O mesmo encontrava-se detido à disposição do Poder Executivo Nacional, o que foi oportunamente informado a esta Embaixada;

“3) O cadáver encontra-se à disposição da embaixada na morgue judicial da cidade de Buenos Aires, onde foi remetido para a devida autópsia.”

Mesmo a embaixada brasileira tendo sido comunicada do assassinato de Tenorinho, no mesmo mês de março de 1976, o governo brasileiro jamais tomou a iniciativa de se comunicar com os familiares do músico, que não receberam sequer seus restos mortais.

JORGE ALBERTO BASSO

Militante do PARTIDO OPERARIO COMUNISTA (POC).

Desaparecido desde 1976.

Viajou para o Chile em 1971, ingressando no curso de História da Universidade do Chile. Com o golpe que derrubou Salvador Allende, mudou-se para a Argentina.

Preso no dia 15 de abril de 1976, em um hotel do centro de Buenos Aires, está desaparecido até hoje.

A Comissão de Representação Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, quando esteve em Buenos Aires, em junho de 93, recebeu informações de que Jorge teria sido visto na Penitenciária de Rawson.

No Relatório do Ministério da Marinha, encontra-se sobre Jorge a seguinte informação: "... preso em um hotel no Centro de Buenos Aires... (DOU nº 60 de 28/03/81 - DOU/SP)".

LUIZ RENATO DO LAGO FARIA

Residia na Argentina desde 1973.

Estudante do 6º ano da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Buenos Aires. Desaparecido desde 7 de fevereiro de 1980.

MARIA REGINA MARCONDES PINTO

Nasceu em Cruzeiro, São Paulo, em 17 de julho de 1946, filha de Benedito Rodrigues Pinto e Iracy Ivette Marcondes Pinto.

Desaparecida desde 1976, aos 29 anos de idade.

No Relatório do Ministério da Marinha consta que Maria Regina "desapareceu após ser seqüestrada... (DOU nº 60 de 28/03/81 - DOU/SP)".

Já o Relatório do Exército, é mais preciso e afirma: "em 08 de abril de 1976, foi presa na Argentina."

Em fins de 1969 ou início de 1970 saiu do Brasil, com documentação legal e foi para Paris, onde já se encontrava o seu companheiro Emir Sader, professor da Faculdade de Ciências Sociais da USP, que tivera problemas com a Justiça Militar no Brasil.

Em Paris permaneceu por cerca de seis meses, indo ambos para Santiago, no Chile, onde ligou-se ao Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR).

Durante o tempo que residiu e estudou em Santiago, veio 3 ou 4 vezes a São Paulo para visitar os familiares.

Após a queda do Presidente Salvador Allende esteve presa no Estádio Nacional. Conseguindo sair, veio para o Brasil, onde permaneceu cerca de seis meses.

Foi para Buenos Aires, onde passou a residir em companhia de Emir e estudar.

Em 10 de abril de 1976, em Buenos Aires, Maria Regina foi encontrar-se com Edgardo Enriquez, médico, filho do ministro da Educação do Governo Allende (já deposto) e ligado ao MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionário). Nunca mais foram vistos. De Edgardo, chegou, tempos depois, a notícia de que um preso político chileno ouvira sua voz num presídio do Chile, gritando: "Sou Edgardo Enriquez e eles vão me matar".

Houve comentários de que foi presa e teria sido vista num presídio de mulheres. Seu companheiro havia saído dias antes para Paris.

Foi noticiado por jornais europeus que Regina fora presa pelo governo argentino, sendo posteriormente entregue à polícia chilena.

Em maio de 1976, o Comitê Francês de Apoio à Luta do Povo Argentino denunciou que a Junta Militar argentina havia detido Edgardo e Maria Regina e encaminhado ambos às autoridades chilenas do governo de Pinochet.

Mais tarde chegou outra informação que dava conta que Maria Regina fora levada, já sofrendo perturbações de ordem psiquiátrica, da Argentina para Santiago, por uma pessoa de nome Eduardo Allende.

Ainda outra informação que chegou, posteriormente confirmada por outras fontes, dizia que Maria Regina estaria internada em uma clínica psiquiátrica de Santiago, situada em um prédio de três pavimentos na Calle Victorya, n° 293, mas aí também não foi encontrada.

ROBERTO RASCARDO RODRIGUES

Estudante do 2° ano de Engenharia da Universidade Federal de Buenos Aires.

Seqüestrado em fevereiro de 1977, em Buenos Aires, quando seis pessoas trajadas com uniformes da Marinha argentina invadiram sua casa, desaparecendo com Roberto.

A Comissão de Representação Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, quando esteve em Buenos Aires, em junho/93, recebeu informações de que Roberto teria estado preso em um clube em Buenos Aires.

No Relatório do Ministério da Marinha há o nome de Roberto com a seguinte nota: “Fev/77,... seqüestrado por seis elementos em Buenos Aires... (DOU n° 60 de 29/03/81)”.

SIDNEY FIX MARQUES DOS SANTOS

Dirigente do PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTSKISTA (PORT).

Nasceu em 20 de janeiro de 1940, em São Paulo.

Desaparecido desde 1976, na Argentina, aos 36 anos.

Abandonou o Curso de Geologia da Universidade de São Paulo para se dedicar à militância política, sendo o editor responsável pelo jornal “*Frente Operária*”, órgão do PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista).

Entrou na clandestinidade desde o golpe militar de 1964 e, em 1972, exilou-se na Argentina, onde trabalhava como programador da IBM.

Seqüestrado em Buenos Aires, às 21:30 h do dia 15 de fevereiro de 1976, quando agentes da Superintendência de Segurança Federal invadiram sua casa. Desde então está desaparecido.

Quando de seu desaparecimento, a família realizou vários esforços junto aos governos argentino e brasileiro, à Organização dos Estados Americanos, Organização das Nações Unidas e até ao Congresso Americano, sem qualquer resultado.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que “... teve sua casa invadida por Agentes da Superintendência de Segurança Federal na Argentina (DOU n° 60 de 29/03/81 - DOU/SP)”.

Conforme depoimento de sua irmã, Leda Marques dos Santos, no dia 12 de maio de 1992, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo à Comissão de Representação Externa para o esclarecimento dos mortos e desaparecidos políticos da Câmara Federal, não foi localizado seu corpo, nem foi fornecido atestado de óbito pelo governo argentino.

WALTER KENNETH NELSON FLEURY

Desaparecido em Buenos Aires em 9 de agosto de 1976.

De acordo com uma carta entregue à Comissão de Representação Externa para o esclarecimento dos mortos e desaparecidos, por um funcionário do CELS, um centro ecumênico que busca desaparecidos políticos na Argentina, durante a ditadura militar

(1976 a 1983), Walter teria sido visto em novembro e dezembro de 1976, pouco depois de seu seqüestro, na Brigada Guemes, prisão localizada na periferia de Buenos Aires, por Lélío Lopez.

DESAPARECIDO NA BOLÍVIA

LUIZ RENATO PIRES DE ALMEIDA

Nasceu em 18 de novembro de 1944, na localidade de Formigueiro, à época município de São Sepé, no Rio Grande do Sul. Seus pais eram Lucrécio de Almeida e Doca Pires de Almeida.

Sua família era numerosa, tendo Luiz Renato 9 irmãos, e sido criado no campo, onde seu pai era um pequeno proprietário.

Ao completar os cursos primário e ginásial, transferiu-se para a cidade de Santa Maria a fim de continuar seus estudos, Entrou na Faculdade de Agronomia, participando do movimento estudantil, atuando inclusive no Diretório Acadêmico de sua Faculdade.

Com o golpe de 64, a Faculdade foi invadida e os estudantes ativistas tiveram de fugir, muitos foram presos ou caíram na clandestinidade. Dois anos mais tarde – 1966, Luiz Renato foi preso em Porto Alegre e recolhido ao Presídio do DOPS/RS, e ficou durante oito meses na Ilha-Presídio. Ali se encontrava, no dia 14 de março de 1966, quando chegou em sua cela um preso político – Manoel Raimundo Soares – cuja prisão, tortura e assassinato – teve grande repercussão nacional e internacional (morto em 24 de agosto de 1966). Neste mesmo ano, Luiz Renato depôs na CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, denunciando as torturas ali infligidas a Manoel Raimundo.

Em outubro do mesmo ano, Luiz Renato conseguiu fugir para o Rio de Janeiro.

No final de 1967 ou início de 1968, Luiz Renato viajou para Moscou para estudar na Universidade Patrice Lumumba.

Em Moscou juntou-se ao grupo latino de estudantes sul-americanos que conhavam com as idéias guevaristas da revolução na América. Ligou-se, então, a Oswaldo Chato Peredo, reorganizador do Exército de Libertação Nacional que empreendia a luta guerrilheira nas montanhas da Bolívia.

Algum tempo depois passou por Cuba e daí voltou para a Bolívia, deslocando-se de La Paz para as montanhas.

Em inícios de outubro de 1970, nas regiões de Masapar e Haicura, a 300 km de La Paz, Luis Renato e outros companheiros caíram mortos pelas tropas bolivianas, estando desaparecido até hoje.

DESAPARECIDOS NO CHILE

JANE VANINI

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO).

Nasceu em 8 de setembro de 1945.

Estudante de Ciências Sociais. Trabalhava na Editora Abril.

Pertenceu à ALN e, mais tarde ao MOLIPO.

Por suas atividades políticas foi condenada a 5 anos de prisão, exilando-se, então, no Chile. Lá ligou-se ao Movimento de Izquierda Revolucionário (MIR) e casou-se com o jornalista Pepe Carrasco.

Morta em 6 de dezembro de 1974 em Concepción (Chile).

Sobre este período no Chile e sobre seu desaparecimento, sua irmã Dulce Ana Vanini, assim se expressa:

“... havia entre eu e Jane uma correspondência semanal por carta e mensal por telefone, que foi interrompida por ocasião de sua morte. Esta me foi comunicada por seu companheiro Pepe Carrasco, em março de 1975. Pepe se encontrava preso, quando ocorreu a morte de Jane.

Seu corpo nunca foi encontrado, apesar das buscas feitas pela mãe de Pepe e pela Liga de Senhoras Católicas Chilenas.”

Pepe Carrasco foi assassinado em 1986 em represália ao atentado realizado por guerrilheiros chilenos contra o ditador Augusto Pinochet.

Anches Domingues Vial, hoje Secretário Executivo da “Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación”, do governo chileno, em carta de 14 de janeiro de 1994, à irmã de Jane Vanini, assim se expressou:

“... Neste caso, quero compartilhar com a senhora minha experiência pessoal de ter conhecido Jane, a quem tentei proteger em minha casa, imediatamente após o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, no Chile.

Ela conviveu com minha família durante aproximadamente um mês e meio, até que as perseguições contra mim... puseram em risco minha segurança pessoal e a das pessoas que tentava ajudar.

Devido a isso, Jane foi para a cidade de Concepción, cerca de 500 km ao sul de Santiago, onde encontrou a morte nas mãos dos agentes da DINA.

O cerco e perseguição contra mim me obrigaram a ir para o exílio, em junho de 1974... Retornei ao Chile em janeiro de 1980 e fundamos a Comissão Chilena de Direitos Humanos, da qual fui Coordenador Geral.

Recuperada a democracia, em março de 1990, iniciamos um longo caminho de reparação e de reconciliação entre os chilenos. É com profunda emoção que comunico à senhora o resultado final das investigações que concluíram sobre o caso de Jane...

Em dezembro de 1993, o governo chileno assumiu suas responsabilidades no caso Jane Vanini, concedendo à sua família pensão como forma de reparação.”

LUIZ CARLOS ALMEIDA

Militante do PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA (POC).

Formado em Física pela Universidade de São Paulo.

Foi preso em 14 de setembro de 1973, em sua casa, no bairro de Barrancas, Santiago. Após ser torturado, foi levado a uma ponte sobre o rio Mapocho, onde foi fuzilado.

O caso de Luiz Carlos de Almeida foi denunciado por outro brasileiro seqüestrado junto com ele e que tem o nome muito parecido com o seu, Luiz Carlos Almeida Vieira, que levou três tiros, mas conseguiu escapar com vida e hoje mora na Suécia. Graças às informações de Vieira e às investigações da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Comissão de Representação Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, pôde incluir o caso de Luiz Carlos na lista de investigados pela Corporação Nacional de Reparação e Conciliação, organismo oficial encarregado de resolver o problema dos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar no Chile.

Luiz Carlos respondeu a alguns processos e, com mandado de prisão preventiva, exilou-se, então, no Chile.

Em carta de 03 de setembro de 1993 à Comissão de Representação Externa sobre Desaparecidos da Câmara Federal, Luiz Carlos de Almeida Vieira, narra os últimos momentos de Luiz Carlos de Almeida, no Chile.

Afirma que o conheceu em setembro de 1973, alguns dias antes do golpe contra o governo Allende, quando chegou ao Chile. Estava morando com Luiz Carlos quando houve o golpe. Em 13 de setembro, sua casa foi invadida por carabineiros que os prenderam.

Luiz Carlos de Almeida era professor universitário no Chile e após sua prisão foram levados a uma delegacia. De lá, transferidos para o Estádio Nacional, onde foram torturados. Posteriormente, os dois jovens brasileiros e mais um uruguaio que também se encontrava preso, foram transportados, em veículo militar, até às margens do Rio Mapocho. O uruguaio foi, imediatamente, metralhado ao tentar entrar no rio. O mesmo aconteceu a Luiz Carlos de Almeida. Luiz Carlos de Almeida Vieira perdeu a consciência ao ser baleado e foi levado pelas águas do rio, conseguindo se salvar.

NELSON DE SOUZA KOHL

Militante do PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA (POC).

Nasceu em 25 de janeiro de 1940, em Marília, São Paulo, filho de Francisco Kohl e Rita de Souza Kohl.

Fez seus primeiros estudos no Colégio Canadá, na cidade de Santos, SP. Mudou-se para São Paulo, entrando na Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo, onde cursou até o 2º ano.

Teve ativa participação nas manifestações estudantis realizadas na Universidade e nas passeatas de rua. Sua militância no Partido Operário Comunista tornou-o perseguido pelos órgãos da repressão.

Sem alternativas, Nelson exilou-se na Argentina, onde ficou até novembro de 1972. Mudou-se então para o Chile, indo viver em Santiago, trabalhando no Instituto de Estudos Económicos y Sociales.

Nesta mesma época, a 1ª Auditoria do Exército, em São Paulo, julgou-o à revelia, condenando-o a 2 anos de prisão.

Foi seqüestrado pela Força Aérea chilena em 15 de setembro de 1973, desaparecendo a partir de então.

A Comissão de Representação Externa da Câmara Federal para esclarecer os casos dos Mortos e Desaparecidos Políticos, encontrou no Chile o seu atestado de óbito e,

segundo o mesmo, ele teria sido morto em confronto com a polícia, dois dias depois de sua prisão. Este atestado foi assinado pelo médico Alfredo Vargas, diretor do Instituto Médico Legal de Santiago, o mesmo que atestou a morte de dezenas de pessoas no golpe de 1973, entre elas a do ex-presidente Allende.

TÚLIO ROBERTO CARDOSO QUINTILIANO

Ex-militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR).

Engenheiro civil formado em 1969 pela PUC/RJ. Em abril de 1969, foi preso por participação no movimento estudantil, sendo torturado. Foi liberado em agosto, quando terminou seus estudos. Formado, foi trabalhar como engenheiro fiscal de obras na estrada Belém-Brasília. Ao ser condenado a um ano de prisão, em 21 de julho de 1970, voltou ao Rio e pediu asilo na Embaixada do Chile.

Viajou para Santiago em 1º de outubro de 1970, onde morava e trabalhava como engenheiro. Casou-se com Narcisa Beatriz Verri Whitaker, com quem teve uma filha. Ainda na embaixada do Chile conheceu Mário Pedrosa, com quem estabeleceu amizade. Influenciado pelas discussões com Mário e seus amigos, antigos militantes do Partido Socialista Chileno, organiza um pequeno grupo, chamado Ponto de Partida, para discutir a experiência da luta armada no Brasil e os caminhos da revolução na América Latina.

Um dia após o golpe militar no Chile, em 13 de setembro de 1973, foi detido, às 19:30 horas, com sua esposa e levados para a Escola Militar. Em carta de 03 de outubro de 1973 ao Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Narcisa declara que foi liberada na mesma noite e que Túlio, por não ter um documento em ordem, foi encaminhado para o Regimento Tacna. De posse do documento que faltava a Túlio, sua esposa voltou ao presídio, mas não mais conseguiu encontrá-lo. Deste então, encontra-se desaparecido.

Como resultado dos trabalhos de investigação feitos pela Comissão Nacional de Reparação, seus familiares tiveram acesso às informações sobre as circunstâncias de sua morte e o Estado chileno assumiu a reparação financeira.

Segundo o Relatório Rettig – como ficou conhecido o documento conclusivo dos trabalhos de investigação dos desaparecimentos políticos por ter sido organizado pelo senador chileno do Partido Radical, Raul Rettig – os familiares dos desaparecidos políticos mencionados neste documento puderam solicitar indenização ao governo chileno a partir do ano de 1992.

Em 1993, o governo chileno assumiu suas responsabilidades no assassinato de Túlio, concedendo a sua família uma pensão como forma de reparação.

VÂNIO JOSÉ DE MATOS

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu em 27 de abril de 1926, em Piratuba, São Paulo, filho de José Antônio de Mattos e Luiza Santos Mattos.

Era capitão da Polícia Militar de São Paulo.

Desaparecido desde 1973, aos 47 anos de idade.

Preso pela Operação Bandeirantes, em fins de 1970, foi expulso da Polícia e banido para o Chile, em 1971, quando do seqüestro do embaixador suíço no Brasil, juntamente com outros 69 presos políticos.

Segundo denúncia da ex-presa política Marijane Lisboa, Vânio foi preso e, com sua mulher, levado para o Estádio Nacional, em Santiago, quando do golpe que derrubou Salvador Allende, em 1973, onde morreu sem tratamento médico, em outubro daquele ano.

Somente após o Relatório Rettig (1992), seus familiares tiveram acesso às informações sobre as circunstâncias de sua morte e o Estado Chileno assumiu a reparação financeira.

Sua certidão de óbito, feita em Santiago (Chile), no Hospital de Capaña do Estádio Nacional dá sua morte em 16 de outubro de 1973, tendo como *causa mortis* “peritonite aguda”. Não há assinaturas de médicos legistas. Lá, como aqui, forjavam-se *causas mortis*.

**ANEXO 1 - FOTOS DE MORTOS
ENCONTRADOS NOS ARQUIVOS DA
REPRESSÃO POLÍTICA**

ANEXO II: SIGLAS UTILIZADAS

ALN - Ação Libertadora Nacional, criada entre 1967/68, a partir de cisão do PCB.

ANL - Aliança Nacional Libertadora, frente popular de esquerda criada em 1935, contra a política do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Não confundir com ALN.

CACO - Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Escola de Direito da UFRJ.

CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia.

CCC - Comando de caça aos comunistas - grupos para-militares criados após o golpe militar de 1964.

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha.

CFM - Conselho Federal de Medicina.

CFMDP - Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores - congregava principalmente trabalhadores portuários, marítimos e ferroviários com vistas a formação de uma Central Geral de Trabalhadores. Foi fechada pela ditadura militar em 1964. Não confundir com Central Geral de Trabalhadores, criada depois da Anistia de 1979.

CIEx ou CIE - Centro de Informações do Exército.

CISA - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica.

CJM - Circunscrição de Justiça Militar.

CJP - Comissão de Justiça e Paz.

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

CREMERJ - Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro.

CREMESP - Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

CRE/MG - Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais.

CPC - Centro Popular de Cultura, da UNE.

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito.

CPJ - Conselho Permanente de Justiça.

CPM - Comando da Polícia Militar.

CPOR - Centro Preparatório de Oficiais da Reserva.

DEIC - Departamento Especial de Investigações Criminais.

DEOPS ou DOPS - Departamento (Estadual) de Ordem Política e Social - órgão da repressão política a cargo da polícia civil.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Serviu como órgão de informação e tortura na Região do Araguaia.

DOI-CODI - Departamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna, órgão conjunto dos diversos serviços de informações, do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícias Militares, Polícia Federal e Polícias Cíveis, criados em todos os estados a partir da experiência da OBAN, em São Paulo.

DP - Delegacia de Polícia ou Distrito Policial.

DPF - Departamento de Polícia Federal.

EMPG - Escola Municipal de Primeiro Grau.

FACE - Faculdade de Ciências Econômicas, vinculada à UFMG.

GTNM - Grupo Tortura Nunca Mais - entidades de direitos humanos que agrupam familiares de mortos e desaparecidos políticos no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco.

HCE - Hospital Central do Exército.

ICE/RJ - Instituto de Criminalística Carlos Éboli do Rio de Janeiro.

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.
IFP - Instituto Félix Pacheco, de criminalística.
IML - Instituto de Medicina Legal, subordinados às Secretarias de Segurança dos Estados.
INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária - Serviu como órgão de informação e tortura na região do Araguaia.
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social.
IPM - Inquérito policial militar a que eram submetidos os civis acusados de crime contra a segurança nacional.
JEC - Juventude Estudantil Católica.
LSN - Lei de Segurança Nacional.
MIC - Ministério da Indústria e Comércio.
MPB - Música Popular Brasileira.
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.
OBAN - Operação Bandeirantes, órgão conjunto dos diversos serviços de segurança, precursora do DOI-CODI/SP.
PC - Pelotão Criminal.
PCB - Partido Comunista Brasileiro.
PC do B - Partido Comunista do Brasil, criado em 1962, a partir de cisão do PCB.
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, criado em abril de 1968, a partir de cisão do PCB.
PE - Polícia do Exército.
PIC - Pelotão de Investigações Criminais, órgão ligado aos DOI-CODI.
PM - Polícia Militar.
POLOP - Política Operária.
Projeto BNM - Projeto Brasil Nunca Mais, pesquisa dos processos políticos da ditadura militar, realizada pela Arquidiocese de São Paulo. Nos arquivos do Projeto BNM há farta documentação sobre os mortos, mas é bastante incompleto nos casos dos seqüestros e desaparecimentos de políticos, pois nestes casos não houve processo judicial.
PSB - Partido Socialista Brasileiro.
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira.
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.
QG - Quartel General.
RI - Regimento de Infantaria.
RM - Região Militar
SOPS - Superintendência de Ordem Política e Social, órgãos municipais vinculados aos DOPS estaduais.
STM - Superior Tribunal Militar.
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
SVO - Serviço de Verificação de Óbitos, para atender aos casos de óbitos mal definidos mas sem características de morte violenta.
TSE - Tribunal Superior Eleitoral.
UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas.
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
UFBa - Universidade Federal da Bahia.
UFCe - Universidade Federal do Ceará.
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.

UFPe - Universidade Federal de Pernambuco.
UFRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UNE - União Nacional dos Estudantes.
USP - Universidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA E SUGESTÕES PARA LEITURA:

I - LIVROS E PUBLICAÇÕES

- Ação Católica Operária - História da Classe Operária no Brasil: Resistindo à Ditadura (1964 - 1978) RJ, ACO, 5o.Caderno, outubro, 1990.
- A Guerrilha do Araguaia - 1972 - 1982. 1a. Edição, SP, Ed.Anita Garibaldi, 1982.
- Amnistia Internacional - Desapariciones - Caracas, Ed. Fundamentos, 1983.
- ARANTES, M.A.A.C. - Pacto Re-Velado - SP, Escrita, 1994.
- Arquidiocese de São Paulo - Projeto Brasil Nunca Mais, SP, 1985
- O Regime Militar - Tomo I -; Os Mortos, Tomo V, Volume 4 ; As Torturas, Tomo V, Volumes 1, 2, 3; As Leis Repressivas, Tomo IV.
- BAUMGARTNER, J. L. MATOS, J. D. e MAZZEO, M. - Os Desaparecidos: A História da Repressão no Uruguai - PA, Tchê, 1987.
- Balé da Utopia, RJ, Objetiva, 1993.
- BETO, Frei - Cartas da Prisão - SP, Brasiliense.
- BETO, Frei - Batismo de Sangue - SP, Brasiliense.
- BETO, Frei - O Dia de Ângelo - SP, Brasiliense, 1984.
- BRAGA, Teodomiro e BARBOSA, Paulo - Meu filho Alexandre Vannucchi - Depoimentos de Egle e José Vannucchi - São Paulo, Edição S.A.
- Brasil Nunca Mais - Um Relato para a História - 19a. edição, Petrópolis, RJ, Edit. Vozes Ltda. 1985.
- CABRAL, Reinaldo e LAPA, Ronaldo - Desaparecidos Políticos - Prisões, Seqüestros e Assassinatos. Vol II, Rio de Janeiro, Edições Opção e Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.
- CALDAS, A. - Tirando o Capuz - RJ, Codecri, 1981.
- CELIBERTI, L. GARRIDO, L. - Meu Quarto, Minha Cela , PA, L&PM, 1989.
- Chumbo: A Memória Militar sobre os Anos da Repressão - RJ, Relume - Dumará, 1994.
- COIMBRA, C. M. B. - Produção de Subjetividades nos Anos 70 no Brasil: Resgate de Uma Geração - Trabalho Apresentado no IV Encontro Nacional de ABRADSO, RJ, 1991, mimeografado;
- COIMBRA, C. M. B. -Estrutura Social e Violência: trabalho Apresentado no Seminário Contra a Pena de Morte, PA, 1991, mimeografado
- COIMBRA, C. M. B. -Aguns Analisadores das Práticas Psicanalíticas no Brasil: Os Casos Helena B.Vianna e Amílcar Lobo - Trabalho Apresentado na II Jornada de Análise Institucional - RJ, 1990, mimeografado
- COIMBRA, C. M. B. - Maio de 68: E Depois? - Trabalho Apresentado no Núcleo de Psicánalise e Análise Institucional - RJ, 1988, mimeografado
- COIMBRA, C. M. B. - Psicologia e Terror: O Perfil Psicológico do "Terrorista" Brasileiro - Trabalho Apresentado na VI Semana de Psicologia da UERJ - 1993.
- COIMBRA, C. M. B. - Tortura No Brasil - Trabalho Apresentado no XV Seminário Internacional sobre Atendimento aos Sobreviventes de Tortura e suas Famílias - Copenhagen, 1994, mimeografado
- COIMBRA, C.M.B. e RAMIREZ, M. - À Procura da Cidadania - Trabalho Apresentado na III Jornada de Análise Institucional - RJ,, 1991.
- COMBLIN, J. - A ideologia da Segurança Nacional - RJ, Civilização Brasileira, 1978.
- Comissão de Justiça e Paz - SP - Direitos Humanos, SP, Brasiliense, 1989.
- Congresso Nacional pela Anistia - Resoluções - SP, 1978.

- Congresso Nacional - Anistia - Brasília, Congresso Nacional, 1982 - Vol.I e II.
- COSTA, A.H. - Barão de Mesquita, 425: A Fábrica do Medo - SP, Brasil Debates, 1982.
- D'ÁRAÚJO, M.C.; SOARES.G.A.D. e CASTRO, C. - Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964, RJ, Relume - Dumará, 1994.
- DINIZ, E. - A História do Vice-Presidente, o Que Tornou Vergonha - RJ, Freitas Bastos, 1988.
- DORIA, Palmério, BUARQUE, Sérgio, CARELLI, Vicente e SAUTCHUK, Jaime - A Guerrilha do Araguaia. São Paulo, Editora Alfa-Ômega.
- Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos - CBA, Secção do RS, Assembléia Legislativa do RS, 1984.
- DREIFUSS, R. - O Jogo da Direita - RJ, Vozes, 1989.
- Equipe Clínico Grupal Tortura Nunca Mais - Dor e Ardor nas Políticas do Cotidiano - trabalho apresentado em Buenos Ayres, 1993
- Ética e Intervenção Clínica em Relação à Violação de Direitos Humanos - Trabalho apresentado em Buenos Ayres, 1993.
- A Herança da Violência: O Silêncio e A Dor das Famílias Atendidas - Trabalho apresentado em Buenos Ayres, 1993.
- FERNANDES, F. - A Questão da USP - SP, Brasiliense, 1984.
- FIGUEIREDO, C.E.S. - Mário Pedrosa, Retratos do Exílio - RJ, Antares, 1982.
- GABEIRA, F. - O Que É Isso, Companheiro? - RJ, Codecri, 1979.
- GORENDEK, J. - Combate nas Trevas - SP, Ática, 1987.
- Grupo Tortura Nunca Mais - 1o. Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais - RJ, Vozes, 1987.
- JORGE, F. - Cala a Boca, Jornalista! - RJ, Vozes, 1987.
- Laboratório de Subjetividade e Política - Anuário do LASP - Ano I, no.1, 1993; Anuário do LASP, Ano II, no. 2, 1994.
- LISBOA, Luiz Eurico Tejera - Condições ideais para o amor - poemas, manifestos e correspondência de um poeta guerrilheiro. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro e Tchê! Editores de Livros, 1993.
- Livro Negro da Ditadura Militar - publicação clandestina dos anos 70.
- KORDON, D. et alli - Efectos Psicologicos de la Represssion - Buenos Ayres, Equipo de Assistencia Psicologica, Madres de Plaza de Mayo, 1980, vols. 1 e 2.
- MARIGHELLA, Carlos - Por que resisti à prisão. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- MORAES, João Luiz e AHMED, Aziz - O calvário de Sônia Angel - uma história de terror nos porões da ditadura. Rio de Janeiro, Gráfica Mec Editora Ltda, 1994.
- MOURA, Clóvis - Diário da Guerrilha. São Paulo, Editora Alfa-Ômega.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Assassinatos no Campo: Crime e Impunidade (1964 - 1986) - SP, Graal, 1987, 2a. ed.
- Onde Estão? - CPI/Perus - 1991, SP
- Desaparecidos Políticos, SP, Câmara Municipal de SP, 1992.
- PATARRA, J. L. - Iara - RJ, Rosa dos Tempos, 1992.
- PEIXOTO, F. - Omelhor Teatro do CPC da UNE - SP, Graal, 1989.
- PELLEGRINO, H. - A Burrice do Demônio - RJ, Rocco, 1988.
- Perfil dos Atingidos - Projeto Brasil Nunca Mais - Tomo III - Arquidiocese de SP, Petrópolis, Edit. Vozes Ltda.
- PORTELA, F. - Guerra de Guerrilhas no Brasil - SP, Global, 1979.
- PRESTES, M. - Meu companheiro - RJ, Rocco, 1992.
- REIS, Filho, D.A. - 1968: A Utopia de Uma Paixão - RJ, Espaço e Tempo, 1988
- A Revolução Faltou ao Encontro, SP, Brasiliense, 1990.
- RIQUELINE, H. - Era de Névoas - SP, EDUC, 1993.
- RODRIGUES, H.B.C. et alli - Grupos e Instituições em análise - RJA, Rosa dos Tempos, 1992.
- Rua Viva - Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos Mineiros, Câmara e Prefeitura Municipal de B.Horizonte, 1994.

- SÁBATO, E. - Nunca Mais - Buenos Ayres, 1984.
- SALAMA, M.C. - Tumbas Anonimas - Buenos Ayres, Catálogos Ed, 1992.
- SILVA, H. - 1964: Vinte Anos de Golpe Militar - PA, L&PM, 1985.
- SIMÕES, R.G. - Os Fornos Quentes - SP, Alfa-Ômega, 1980.
- SIRKIS, Alfredo - Roleta Chilena - RJ, Record, 3ª Edição. 1982.
- STEPHAN. A. - Os Militares: Da Abertura à Nova República - RJ, Paz e Terra, 1986.
- VALLI, Virgínia - Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho - A verdadeira história de um assassinato político. 2a. Edição, Rio de Janeiro, Record, 1987.
- VARGAS, F. - Como Combater a Tortura - Relatório do Colóquio Internacional - Genebra - UFSC/OAB/SC, 1986.
- VENTURA, Z. - 1968 - O Ano Que Não Terminou, RJ, Nova Fronteira, 1988.
- VIANA, G.A. e CIPRIANO, P. - Fome de Liberdade, Vitória, Fund. Ceciliano Abel de Almeida, 1992.
- VIANA, H.B. - Não Conte a Ninguém - RJ, Imago, 1994.
- VIÑAR, M. - Exílio e Tortura - SP, Escuta, 1992.
- WERNECK, M. - Cela 4 - Ed. TGI
- WRIGHT, Delora Jan - O Coronel Tem Um Segredo: Paulo Wright Não Está Em Cuba. Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1993.

LIVROS E DOCUMENTOS CITADOS NO DOSSIÊ:

- ALVES, M.M. - Torturas e Torturados
- CAVALCANTI, P. - O Caso eu conto Como o Caso Foi.
- Diário do Congresso - depoimento do Deputado Raul Brunini - 23/03/68
- FREIRE, M. - Oposição no Brasil, Hoje.
- ROCHA, D. Nonato - Cordel da guerrilha do Araguaia.

II - JORNAIS, REVISTAS, BOLETINS

- “China Prepara Brasileiros Para Fazerem Guerrilha Em Nosso País”, Folha de São Paulo, 21/11/67, pag. 4, 1º caderno.
- Correio da Manhã - 20/11/70
- “Sua Função É Assaltar e Matar”- O Estado de São Paulo, 20/12/70.
- “Casal Terrorista Morto ao Resistir à Prisão”- Jornal do Brasil, 04/06/71.
- “Terrorista Assassino Foi Morto Ao resistir à Prisão”- Jornal do Brasil, 04/06/71.
- “Terroristas Morrem em Quintino”- Correio da Manhã, 06/04/72.
- Jornal do Brasil - 29/08/72.
- O Globo - 29/08/72.
- “Em Xambioá, A Luta É Contra Guerrilheiros E Atraso”, O Estado de São Paulo, 24/09/72.
- “A Luta Na Selva, Contra Terroristas e Doenças”, Jornal da Tarde, 25/09/72.
- Jornal do Brasil - 29/12/72.
- Jornal do Brasil - 17/01/73.
- “Terrorista reage à Prisão e é Morto a Tiros na Rua”, Jornal O Globo, 22/03/73.
- “Autoridades de Segurança Informam sobre a Morte de Um Militante do PC do B” - Jornal do Brasil, 22/03/73.

- “Membro da ALN Morre”- Jornal do Brasil, 08/05/73.
 - “Polícia Especula Mas Nada Sabe Ainda Sobre os Casais Executados em Jacarepaguá”, Jornal do Brasil, 29/10/73.
 - “Metralhados Dois Casais em Jacarepaguá”, O Globo, 29/10/73.
 - Revista Veja - Quem Matou Quem? - 07/11/73.
 - “Terroristas Morrem em Tiroteio com as Forças de Segurança”- O Globo, 17/11/73.
 - “Terroristas São Mortos em Tiroteio”- Jornal do Brasil, 17/11/73.
 - O Globo - 01/12/73
 - O Estado de São Paulo - 01/12/73
 - Amnesty International - março/1974.
 - Jornal do Brasil, 15/05/74.
 - Jornal da Tarde - 29/06/74, p.03 - 1º Caderno.
 - Folha de S.Paulo, 25/01/78; 30/03/78; 09/05/78 e 25/11/78.
 - “Operação Araguaia”, Coojornal, junho/78, pag. 21 a 24
 - “As Guerras Secretas”, Veja, 06/09/78, pag. 52 a 66..
 - “Hugo Abreu Nega Ter Admitido Torturas”, O Estado de São Paulo, 13/09/78, pag.
- 15.
- “Araguaia: Efetivo Chegou a 6 mil”, O Estado de São Paulo, 14/09/78, pag.20.
 - “Cabeças Cortadas do Povo da Mata”, Movimento, 09 a 15/01/79, pag. 12 e 13.
 - “Guerra de Guerrilhas (No Pará e em Goiás, de 1967 a 1975. E o Brasil Não Ficou Sabendo”, Fernando Portela, Jornal da Tarde, 13/01/79, pag. 1 a 7.
 - “Guerra de Guerrilhas: Quando Cheguei, O Negócio Fervia”, Jornal da Tarde, 15/01/79, pag. 14 e 30.
 - “Guerra de Guerrilhas: Carta da Guerrilha”, Jornal da Tarde, 17/01/79, pag.14 e 15.
 - “Guerra de Guerrilhas: Guerrilheiro”, Jornal da Tarde, 16/01/79, pag. 12 a 14.
 - “Guerra de Guerrilhas: Era Um Mau Momento Para a Luta”, Jornal da Tarde, 18/01/79, pag. 11.
 - “Guerra de Guerrilhas: As Táticas (como atacavam os guerrilheiros do Araguaia), Jornal da Tarde, 19/01/79, pag. 10 e 11.
 - “Guerra de Guerrilhas: Ficou o Medo”, Jornal da Tarde, 20/01/79, pag. 1 a 3.
 - Folha de São Paulo, 28/01/79.
 - “A Comovente História de Helenira “- A Voz da Terra, 08/02/79.
 - “Yumiko, A ‘Nissei’ Guerrilheira”, Diário Nippak - Página Um - suplemento de 28/07/79, ano I, nº 7, pag. 4 e 5.
 - Correio da Manhã - 03/08/79.
 - “O Estado de São Paulo”- 18/08/79.
 - “Seu Filho Está Sendo Morto, Agora”- Folha de São Paulo, 02/09/79.
 - Jornal do Brasil, 21/09/79.
 - Folha de São Paulo, 22/09/79.
 - “Para a Guerra Não Basta a Vontade Heróica”, Movimento, 17 a 23/09/79. pag. 12 e
- 13.
- “Era Só Avião, Avião, Avião”, Movimento, 03 a 09/03/80, pag. 8 e 9.
 - “Caravana do Araguaia Faz Denúncia”, Jornal de Brasília, 07/11/80, pag. 5.
 - “Uma Viagem ao Sul do Pará, Redescobrimo a Guerrilha”, Movimento, 17 a 23/11/80, pag. 11 a 14.

- “Revista da OAB, anos X/XI, vols XII/XIII, set. a dez. de 1980 e Jan. a abril de 1981, n°s 27 e 28.
- “A Prova da Morte de Grabois, em 1973”, O Estado de São Paulo, 10/10/82, pag.26
- “Tortura em Julgamento”, Afinal, 21/05/85, Ano I, n° 38, pag. 4 a 21.
- “Como Morreu Rubens Paiva (A Busca dos Desaparecidos)”, Afinal, 16/07/85, n° 46, pag. 4 a16
- “Como morreu Rubens Paiva (A busca dos desaparecidos)”, Afinal, 16/07/85, n° 46, pag. 4 a 16.
- “Novidades no front”, Isto é, 04/09/85, pag. 30 a 34.
- “Novidades No Front”, Isto é , 04/09/85, pag. 30 a 34.
- “Desaparecidos: Uma Tragédia Brasileira”, Manchete, n° 1.905, 22/10/88
- Grupo Tortura Nunca Mais / RJ - Boletins n°s diversos - RJ, 1985 a 1994..
- “SNI Não Dá Informações Sobre Guerrilheiros Mortos”, Folha de São Paulo, 04/06/89, pag.12.
- “Morte Anunciada” - Isto É /Senhor - 07/11/90.
- “Araguaia: a Primeira Prova”, Isto É Senhor, 08/05/91, n° 1.128, pag.24.
- “Peritos iniciam análises de ossadas”, Diário Popular, 01/05/91, pag. 3.
- “Xambioá ainda esconde ossadas de militantes”, Diário Popular, 02/05/91, pag. 3.
- “Inquérito documenta morte no Araguaia”, Jornal do Brasil, 08/05/91, pag. 6, 1° caderno..
- “Garoto procura foto do pai no Arquivo do DOPS”, Folha de São Paulo, 21/01/92, pag. 4, 1° caderno.
- “Arquivo começa a ser vasculhado”, O Estado de São Paulo, 23/01/92, pag. 10.
- Diário da Tarde - 14/07/92.
- “Primeiras fotos das vítimas da ditadura militar no Brasil”, Diário Popular, 19/03/92, pag. 14.
- “Segredos da repressão”, Jornal da Tarde, 19/03/92, pag. 19.
- “Comissão acha nos arquivos do DOPS foto de Sônia Jones”, O Globo, 19/03/92, pag. 8.
- “Relatório mostra como Exército venceu a guerrilha”, Jornal do Brasil, 22/03/92, pag. 4, 1° caderno.
- “Exército atacou Igreja após vencer a luta no Araguaia”, Jornal do Brasil, 23/03/92, pag. 4, 1° caderno.
- “Família de Grabois quer que Exército devolva o corpo”, Jornal do Brasil, 24/03/92, pag. 4, 1° caderno.
- “Eu, Capitão Ramiro interroguei Herzog”, Isto É Senhor, n° 1.173, 25/03/92. pag. 20 a 27.
- “A lei da selva do Araguaia”, Jornal do Brasil, 12/04/92, pag. 17.
- “‘Capitão Amici’ da tortura é o delegado Vettorato, de Osasco”, O Globo, 16/04/92, pag. 9.
- “Exército registrou mortes de guerrilheiros”, Jornal do Brasil, 07/06/92, pag. 18.
- Revista Veja , 15/11/92.
- “Anatomia da Sombra”, Veja, 20/05/92, pag. 40 a 50.
- “Militares enterraram guerrilheiros na selva”, Jornal do Brasil, 03/12/92, pag.18.
- “Zoroastro admite abrir os arquivos da ditadura”, Jornal do Brasil, 04/12/92, pag. 8.
- “Exército confirma ação anti-guerrilha no Araguaia”, O Globo, 19/12/92.

- “Comissão acha ossada no Pará”, O Globo, 02/02/93, pag. 2.
- “Araguaia: de Volta ao Fronte da Guerrilha”, Manchete, no. 2.131, 06/02/93., pag. 20 a 24
- “De Volta ao Gatilho”, Veja, 10/02/93, pag. 26 e 27..
- “Chile fornece pista de desaparecidos”, Jornal do Brasil, 07/06/93.
- “Memória”, Revés do Avesso, 12/08/93, n° 12, ano 2, pag. 62 a 68 (publicação do Centro Ecumênico de Publicações e Estudos - CEPE).
- “Argentina já tem pista de um brasileiro desaparecido em 76”, Jornal do Brasil, 10/06/93.
- “O Fim da Guerra do Fim do Mundo”, Veja, 13/10/93, pag. 16 a 28.
- “TRF determina abertura de arquivo sobre guerrilha”, O Estado de São Paulo, 18/08/93, pag.11.
- “TRF apoia pretensões de familiares de desaparecidos”, Jornal do Brasil, 18/08/93, pag. 5.
- “TRF manda abrir arquivos da guerrilha do Araguaia”, O Globo, 18/08/93.
- “Guerrilha do Araguaia: Forças Armadas terão que localizar os corpos”, Folha de São Paulo, 18/08/93.
- “Militante foi fuzilado em 73, no Chile”, Jornal do Brasil, 19/08/93.
- “Marinha confirma morte de desaparecidos”, Folha de São Paulo, 12/12/93. pag. 17, 1° caderno.

DOCUMENTOS MILITARES:

- Relatórios dos Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica, encaminhados à Comissão de Representação Externa do Congresso que investigou a questão dos mortos e desaparecidos, pelo Ministério da Justiça, em dezembro de 1993.
- “Operação Papagaio”- documento interno do Comando das Operações Navais - Força de Fuzileiros da Esquadra - QG - Divisão Anfíbia - GB - set./72.
- “Operação Pajussara”- relatório - 1971 - Ministério do Exército - IV Exército — 6ª Região Militar - Quartel General - 2ª Seção.
- Cenimar - Doc. n° 1369, 21/12/70.
- Cenimar - Doc. n° 0396, 13/07/70
- DOPS/SP - Doc. n° 52 - Z - 38 - 270
- DOPS/SP - Doc. n° 30 - Z- 165 - 118.
- CISA - Doc. n° 407, 02/07/71.
- DOPS/RJ - Prontuário de José Raimundo da Costa
- DOPS/RJ - Prontuário de Mário de Souza Prata.
- DOPS/PE - Prontuário de Getúlio D’Oliveira Cabral.
- DOPS/PE - Prontuário de Fernando Augusto Valente da Fonseca.
- DOPS/PE - Prontuário de José Silton Pinheiro.
- DOPS/PE - Prontuário de José Bartolomeu Rodrigues de Souza.
- DOPS/PE - Prontuário de Ranúsia Alves Rodrigues.
- CISA - Inf. n° 160 - 06/10/71.
- DOPS/PB - Prontuário de Eduardo Collier Filho
- DOPS/SP - Ficha de Fernando Santa Cruz Oliveira.
- DOPS/SP - Documentos nos. 15 664 a 15 662 - Pasta 30-Z-160.
- DOPS/PB - Prontuário de Hiram de Lima Pereira.

- DOPS/PB - Prontuário de Honestino Monteiro Guimarães.
- DOPS/PB - Prontuário de Humberto Albuquerque Câmara Neto.
- DOPS/PB - Prontuário de Isis Dias de Oliveira
- DOPS/RJ - Prontuário de Ivan Mota Dias
- DOPS/SP - Ficha de Aldo de Sá Brito de Souza Neto.
- Ministério da Aeronáutica - 4ª Zona Aérea - Informação nº 850, 02/12/71.
- DOPS/SP - Prontuário de João Massena Melo - Polícia Militar do Est. da Guanabara
- Serviço de Informações do Estado Maior da PM/2 - 17/03/71.
- DOI - CODI - I Exército - Interrogatórios nº 63, página 42.1808 -3, 15/03/71
- DOI - CODI - I Exército - Interrogatório nº 65, página 42.808 -5, 19/03/71.
- DOPS/SP - Documento da Secretaria Estadual dos Negócios da Segurança Pública/ Polícia Civil de SP.- Divisão de Informações - CPI - DOPS - s/d.
- DOPS/PR - Encaminhamento nº 087/72 - CO/DR/PR - Origem CIE/ADF.
- Boletins Informativos do Exército
- DOPS/PE - Comunicado nº 112.
- DOPS/RJ - Prontuário de Lincoln Bicalho Roque.-
- DOPS/RJ - Doc.no 203/187 - 16/09/74.
- DOPS/RJ - Registro no. 681/72, 09/06/72 , aditamento ao registro nº 207/72, sindicância nº 15/72.
- DOPS/PR - Prontuário de Valdir Sales Sabóia
- Ministério da Aeronáutica - doc. nº 576, 22/11/73.
- Minist.do Exército - Informação nº 2805, 29/10/73.
- Polícia Civil de SP - Divisão de Informações CPI/DOPS/SP.
- Departamento de Polícia Federal - Centro de Informações - Inf. nº 4.276/72, 29/12/72.
- DOPS/SP - Doc. s/nº , 04/11/75.
- DOPS/SP - Documento "Confidencial" sobre Manuel Fiel Filho.
- DOPS/SP - documento s/nº - 28/04/76.
- DOPS/SP - Ficha de Ana Rosa Kucinski Silva
- DOPS/PB - Prontuário de Armando Teixeira Frutuoso.
- Cenimar - Doc. no. 0189, 23/07/1970.
- DOPS/SP - doc. nº 30 - Z- 162-37.
- Ministério do Exército - Documento no. 638 (CIEX).
- DOPS/SP - ficha de Joaquim Câmara Ferreira.
- DOPS/PR - Informações da Cia. PE sobre José Idésio Brianesi.
- DOPS/SP - Prontuário de Olavo Hansen.

PROCESSOS JUDICIAIS:

- ALVES, Dilma e Lúcia - Apelação Civil nº 75.601 (RJ) - Julgado em 01/12/87.
- LUND, Júlia Gomes e outros - Ação Ordinária - Proc. 108/83 - Justiça Federal, Brasília, aguardando sentença.
- PAULINO, Lourival de Moura - nº 279/80, Fórum de Xambioá, Tocantins, arquivado em 04/05/90
- SOARES, Felícia Frazão - Processo nº 10.980-0, julgado em 26/03/91.

DEPOIMENTOS:

- Carta do ex-sargento do DOI- CODI/SP, Marival Chaves ao GTNM/RJ - maio de 92.

- Carta do ex-preso político, Luiz Carlos de Almeida Vieira à Comissão de Representação Externa sobre Desaparecidos da Câmara Federal - 03/09/93.
- Elizabeth Teixeira dado ao GTNM/RJ - abril de 91.
- Joaquina Ferreira da Silva, em 29/04/91.
- Maria Raimunda Rocha Veloso, em 15/09/90.
- Raimundo Bandeira Ramos, em 29/04/91.



www.dhnet.org.br